Volume 13 Número 25 Janeiro-Junho 2024

MONÇÕES

Revista de Relações Internacionais da UFGD



Migrações:
mapear e corporificar as práticas migrantes

UFGD BIBLIOTECA

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

EXPEDIENTE V.13, N.25 – jan./jun., 2024

Editores:
Bruno Boti Bernardi (UFGD)
Déborah Silva do Monte (UFGD)
Fernanda Barth Barasuol (UFGD)
Manuela Trindade Viana (Pontifica Universidad Javeriana)

Editoria do número:
Cláudia Alvarenga Marconi(PUC/SP)
Gabriel Roberto Dauer (UNESP)

Capa: Maria Gabriela de Oliveira Vieira

Logomarca: Gracia Sang A. Yang Lee e Thales Pimenta

Conselho Editorial:
Dr. Alfa Oumar Diallo (UFGD)
Me. Alisson Henrique do Prado Farinelli (UFGD)
Dr. Antonio José Guimarães Brito (UFGD)
Dr. Bruno Boti Bernardi (UFGD)
Dr. Cesar Augusto Silva da Silva (UFMS)
Dra. Déborah Silva do Monte (UFGD)
Dr. Douglas Policarpo (UFGD)
Dr. Henrique Sartori de Almeida Prado (UFGD)
Dr. Hermes Moreira Junior (UFGD)
Dr. João Nackle Urt (UFRR)
Dra. Lisandra Pereira Lamoso (UFGD)
Dr. Márcio Augusto Scherma (UFGD)
Dr. Mario Teixeira de Sá Junior (UFGD)
Dr. Matheus de Carvalho Hernandez (UFGD)
Dra. Simone Becker (UFGD)
Me. Tchella Fernandes Maso (UFRR)
Dr. Tomaz Espósito Neto (UFGD)

Conselho Consultivo:
Dr. André Luis Reis da Silva (UFRGS)
Dr. Antonio Carlos Lessa (UNB)
Dr. Bruno Ayllón Pino (IUDC/ UCM)
Dr. Carlos Eduardo Vidigal (UNB)
Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani (IESP-UERJ)
Dr. Carlos Roberto Pio da Costa Filho (UNB)
Dr. Carlos Eduardo Riberi Lobo (UNIFAI)
Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (UNIFESP)
Dr. Jaime Cesar Coelho (UFSC)
Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza (UFAL)
Dr. Marcos Cordeiro Pires (UNESP/Marília)
Dr. Shiguenoli Miyamoto (UNICAMP)
Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur (UNB)
Dra. Katiuscia Moreno Galhera (UFGD)

Diagramação: Agência Três Criativos

Editoração: Fernanda Barth Barasuol (UFGD)

A revisão e o conteúdo dos artigos são de total responsabilidade dos autores e autoras e não expressam a opinião do Conselho Editorial.É autorizada a reprodução do conteúdo publicado, desde que não se altere seu conteúdo e seja citada a fonte.

ISSN: 2316-8323

Contato:
Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD
Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Direito e Relações Internacionais – Curso de Relações Internacionais
Rua Quintino Bocaiúva, 2100 -Jardim da Figueira -CEP 79.824-140 -Dourados/MS.
Telefone: (67)3410-2467/3410-2460
E-Mail:revistamoncoes@ufgd.edu.br
Facebook: https://www.facebook.com/revistamoncoes

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.19101

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Migrações: mapear e corporificar as práticas migrantes

Organizadores do dossiê:

Cláudia Alvarenga Marconi
Professora da área de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP)
São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: claudia.marconi@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9394-6724

Gabriel Roberto Dauer
Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Coordenador do ampliaRI.
São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: gabrielrdauer@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8998-4290

Migrations: mapping and embodying migrant practices

Migraciones: mapear y corporizar las prácticas migrantes

O alcance e a abrangência de submissões recebidas em resposta ao chamamento para o dossiê "Migrações: mapear e corporificar as práticas migrantes" da Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD evidenciam o imperativo político de complexificar a abordagem da (i)mobilidade humana e de reunir contribuições reveladoras de uma paisagem migrante não estática, mas sim corporificada, humana, heterogênea, experimentada e, portanto, errante. Compreender desde o Brasil imenso a migração enquanto experiência e prática humanas, articulada em escala nacional, internacional e transnacional, e marcada pela aparente voluntariedade ou mesmo impossibilidade de permanecer de quem migra, demanda esforço interdisciplinar dos estudos migratórios, abrindo acessos para o emprego de novas perspectivas metodológicas, a disponibilização de lentes teóricas críticas e a fertilização de uma epistemologia das errâncias.

Por consequência, tal movimento desestabiliza o sentido de ordem política apoiada em quem se fixa e sustentada em uma relacionalidade política supostamente fixa também. Ademais, propulsiona a ideia de que a demarcação de fronteiras deve ser lida não apenas como um édito fundacional dos Estados, mas também em suas dinâmicas e subjetividade, sendo assim reivindicada cotidianamente por quem as transpassa e as (re)cria como ato político. Os mapas convencionais não são apenas reflexos de poder, mas representam o próprio poder a partir de discursos, narrativas e declarações visuais. Nesse processo de exclusão encontram-se visões etnocêntricas e racistas de mundo, transplantadas na forma de mapas políticos (Chimni, 2009; Van Houtum; Bueno Lacy, 2019).

Os estudos sobre a construção e a subversão das fronteiras, de espaços e a construção de novas paisagens pela migração e pelos migrantes, trazem aportes complexos da (i)mobilidade contemporânea e desestabilizam as linhas e escalas que os mapas convencionais tendem a fixar (Mekdjian, 2015; Casa-Cortes et al., 2017; Cobarrubias, 2019). Partimos da compreensão de que as fronteiras não podem ser analisadas em termos dicotômicos, estando, por exemplo, ou abertas ou fechadas, mas evidenciando que a sua (im)permeabilidade depende do indivíduo e/ou do grupo de indivíduos que tentam atravessá-la e da situação em que isso é realizado (Mau, 2010).

Em oposição a esses mapas da vigilância migrante, as contra-cartografias pretendem dar protagonismo às experiências dos migrantes em suas rotas migratórias (Casas-Cortes et al., 2017). A densidade corpórea dessas migrações é então revelada e complexificada, em oposição às massivas cartografias convencionais que usam setas unidirecionais e cores chamativas que subrepresentam o caminhar migrante, como os mapas profundos (*deep mappings*, em inglês), que expressam múltiplas realidades e experiências de pessoas, de seus laços afetivos que transitam entre si e na paisagem (Harris, 2015) e os mapas psicogeográficos que associam ao espaço geográfico emoções e comportamentos humanos em uma tentativa cartográfica isenta de neutralidade, e, por essa mesma razão, contestada e contenciosa (Pinder, 1996).

Nesta edição da Revista Monções, construímos um mapa profundo das múltiplas realidades e experiências de pesquisadores vinculados aos debates em torno das migrações e deslocamentos em diferentes momentos de sua trajetória e que se distribuem por pelo menos doze importantes universidades brasileiras e uma Instituição de Ensino Superior estrangeira, distribuídas em áreas do conhecimento que vão das Relações Internacionais à Geografia, passando pela Sociologia e Antropologia, pelo Direito, pela Linguagem e pela Comunicação, e envolvendo ainda programas de Pós-Graduação *stricto sensu* que já nasceram sob o signo da interdisciplinaridade.

O resultado desse encontro de pesquisas, pesquisadores e trajetórias toma distância de uma visão macropolítica internacional exclusivista, permitindo que muitas das questões motoras (e vivas) pensadas originalmente quando do lançamento da chamada do dossiê pudessem ser tratadas de pontos de partida diversos: Quem são os migrantes que ao caminhar constroem e são construídos pelas paisagens? Como essas experiências de migrações são transpostas em mapas, seja de fronteiras e de rotas migratórias, seja de políticas como a de abrigamento ou de saúde? Como a produção e o uso de dados podem servir de insumos para a construção de cartografias críticas que visibilizem a violência espectral sofrida pelos migrantes: da violência dos estereótipos forjados à violência que produz sobre eles a morte rápida? Como estão representados os sujeitos das migrações e quais são as suas reivindicações vocalizadas? Qual o peso da política do cotidiano para compreender os sentidos de pertencimento migrante e formas de fazer morada muitas vezes no desencontro entre passados, presentes e futuros?

Ao reconhecer a temporalidade complexa das migrações e as suas múltiplas dimensões espaciais, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, psicológicas e físicas, as contribuições aqui presentes fortalecem o nexo tempo-espaço-paisagem dos deslocamentos humanos forçados e da distribuição desigual das migrações internacionais simultaneamente nas diferentes regiões do globo e em seus contornos localizados. A partir de suas inserções profissionais e dedicação a redes abrangentes, e como parte e resultado de projetos de ensino, pesquisa e extensão mais amplos, os artigos aqui reunidos contrapõem, tanto em sua individualidade quanto em sua forma coletiva assumida nesse número, os modos mais usuais de levantar e dispor os dados sobre deslocamentos humanos, bem como enquadrar as migrações por parte dos atores que concentram recursos de poder material, institucional, simbólico e discursivo abundantes para fazê-lo.

Todos os artigos disputam os significados uniformes das migrações, tais como o de ameaça, o de crise e o de tragédia, que afetam regiões aparentemente vulneráveis ao fenômeno, e que homogeneizam as paisagens migrantes e ocultam as experiências migrantes. É assim que os artigos aqui reunidos questionam as razões para migrar e as rotas percorridas, debruçando-se sobre as experiências corpóreas e subjetivas de quem migra, bem como sobre as estratégias para partir, chegar e fazer morada, transitoriamente ou não. Trata-se de textos

nos quais o agir político da pessoa migrante, as suas memórias e o seu próprio entendimento sobre a travessia, através do seu olhar e de seu movimento pelas, nas e através das fronteiras, cidades (im)possíveis e espaços (in)visíveis, estão presentes.

Neste dossiê, emerge de forma contundente a situação dos refugiados venezuelanos e dos refugiados indígenas no Norte do Brasil. Diante do fato de que a crise na Venezuela gerou o maior deslocamento populacional da história recente da América Latina e do Brasil, os refugiados venezuelanos têm centralidade em seis dos treze textos apresentados. Esses textos reúnem reflexões em torno das práticas de acolhimento e de seu impacto na subjetividade dos refugiados indígenas em Roraima, até a compreensão do processo de mobilidade de um grupo de indígenas venezuelanos do povo E´ñepá em seu trânsito entre territórios e o *continuum* de violências sofridas (e as suas engrenagens motoras) pelos sujeitos deslocados de origem venezuelana.

Ademais, o chamado interdisciplinar de mapear práticas migrantes viabilizou para além do tratamento e análise da produção documental do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional das Migrações (OIM) sobre povos indígenas refugiados e migrantes oriundos da Venezuela para o Brasil, a identificação de narrativas de fronteiras e paisagens discursivas (re)criadas pelos migrantes por meio da dimensão política da vida cotidiana.

Também têm relevo no presente dossiê as reflexões que enraízam a análise de práticas migrantes no Sul Global e na indissociável triangulação entre colonialidade, etnicidade e branquitude a fim de expressar as faces da violência que os distintos regimes de (i)mobilidade engendram. A percepção migrante sobre a própria experiência cotidiana, os seus sensos de pertencimento e as suas formas de fazer morada (mais do que supostamente se inserir ou ser interiorizado) movimentam os sentidos da fronteira como recurso social e ativador de experiências – ainda que por vezes fragmentadas e precarizadas – de cidadania.

Realidades como a da população imigrante racializada e não branca no contexto da pandemia de Covid-19 no estado de Santa Catarina (SC), a interação de pessoas refugiadas ou solicitantes de refúgio com organizações não-governamentas (ONGs) que apoiam pessoas migrantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexo no território do Rio de Janeiro ou ainda a migração de retorno de brasileiros do Paraguai na saga por serviços públicos de saúde, revelam que as trajetórias migrantes exibem também as diversas desigualdades estruturais socioeconômicas, raciais e de gênero.

Compondo ainda a cartografia dos deslocamentos desiguais do Sul Global no dossiê, tem-se o enquadramento de Gaza simultaneamente como um espaço de expulsão e uma paisagem da morte (*deathscape*, em inglês) por meio dos efeitos da política de (i)mobilidade de pessoas orquestrada por Israel e produtora de efeitos letais. Em direção ao Norte Global,

a edificação de uma grande fortaleza para determinados grupos de migrantes no e através do Mediterrâneo também tem espaço entre os textos acolhidos. Ainda que as denominadas experiências de cruzamento de fronteiras não se esgotem no mar, tem-se no aproveitamento da dimensão oceânica do Mediterrâneo uma forma também fatal de a União Europeia (UE) externalizar as suas fronteiras (geográficas e políticas) de maneira a exercer distintos controles remotos sobre os corpos migrantes.

Mantendo-nos no encontro entre o Norte da África e a fronteira do espaço *Schengen*, a rota da África Ocidental resta como a única que passa pelo Oceano Atlântico, transitando dessa forma pelo Marrocos o maior número de migrantes. A conflitividade que tensiona, assim, a fronteira entre a UE e o Marrocos assume lugar neste dossiê e evidencia como as *deathscapes* podem ser construídas sob o manto de acordos de cooperação e parcerias que visariam "tão somente" à (in)gestão de fluxos migratórios.

Finalmente, e ainda na mesma paisagem europeia, tem-se a centralidade do Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, o denominado Protocolo de Palermo, em vigor desde 2003. Nele se estabelece um acordo formal em torno da definição internacional de tráfico de pessoas. As interfaces entre as dinâmicas migrantes e as do tráfico humano são intrincadas e distintas realidades são exploradas através da comparação entre a abordagens de ONGs brasileiras e portuguesas em seus esforços de internalização da norma internacional.

Portanto, este dossiê visou estimular um debate cartográfico crítico da mobilidade humana em suas múltiplas dimensões (deslocados internos, migrantes, refugiados, desterrados, desenraizados, exilados, expulsos, nômades) desde eixos diversos, como espacialidades, violências, subversões das fronteiras, resistências e políticas de controle e de exaustão migrante. Convidamos a todas as pessoas interessadas na temática das migrações a lerem, questionarem e proporem novas interpretações aos textos deste dossiê no sentido de ampliar e aprofundar as perspectivas sobre as cartografias e paisagens migrantes.

Agradecemos a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pelo espaço e oportunidade de discutir um tema tão complexo, dinâmico e inescapável de nossas vidas, além do trabalho e apoio fundamental da equipe de editores e técnicos da Revista Monções desde a acolhida da proposta até a sua publicação. Expressamos os nossos mais sinceros agradecimentos aos diversos pareceristas que trabalharam conosco com as suas valiosas leituras e análises dos temas. Agradecemos também a todas as pessoas que, diariamente, deslocam-se e se dispuseram a contribuir para uma reflexão compartilhada sobre o ato de migrar e desvelar outros sentidos possíveis das paisagens migrantes.

REFERÊNCIAS

CASAS-CORTÉS, M; COBARRUBIAS, Sebastian; HELLER, C; PEZZANI, L. Clashing Cartographies, Migrating Maps: The Politics of Mobility at the External Borders of E.U. Rope. ACME: An International Journal for Critical Geographies, v. 16, n. 1, p. 1-33, 2017. Disponível em: https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/1094. Acesso em: 24 jun. 2024.

CHIMNI, Bhupinder S. 2009. The Birth of a Discipline: From Refugee to Forced a Migration Studies. Journal of Refugee Studies, v. 22, n. 1, p. 11-29. Disponível em: https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/22/1/11/1574068. Acesso em: 24 jun. 2024.

COBARRUBIAS, S. Mapping Illegality: The i-Map and the Cartopolitics of "Migration Management" at a Distance. Antipode, 51, p.770-794, 2019. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/anti.12512. Acesso em: 24 jun. 2024.

HARRIS, T. M. Deep geography - Deep mapping. Spatial storytelling and a sense of place. In: D. J. Bondehamer; J. CORRIGAN, T. M. Harris (eds.). Deep maps and spatial narratives. Bloomington: Indiana University Press. p. 28-53.

MAU, Steffen. Mobility Citizenship, Inequality and the Liberal State. International Political Sociology, v. 4, p. 339-361, 2010. Disponível em: https://academic.oup.com/ips/article-abstract/4/4/339/1833086. Acesso em: 24 jun. 2024.

MEKDJIAN, Sarah. Mapping Mobile Borders: Critical Cartographies of Borders Based on Migration Experiences. In: Anne-Laure Amilhat Szary; Frédéric Giraut. Borderities and the Politics of Contemporary Mobile Borders. Palgrave MacMillan: 2015.

PINDER, D. Subverting cartography: the situationists and maps of the city. Environment and Planning, v. 28, p. 405-427, 1996. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a280405. Acesso em: 24 jun. 2024.

VAN HOUTUM, Henk; BUENO LACY, Rodrigo. The migration map trap. On the invasion arrows in the cartography of migration, Mobilities, 2019. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17450101.2019.1676031. Acesso em: 24 jun. 2024.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17242

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Narrativas da Fronteira: paisagens discursivas da imigração venezuelana no Brasil

Liana de Andrade Biar
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: lianabiar@puc-rio.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8673-8668

Maressa Fernanda Almeida da Silva
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: maressafernanda06@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-9633-4095

Resumo: Neste artigo atendemos ao chamado interdisciplinar de mapear práticas migrantes, lançando mão da noção de paisagens discursivas. Observamos os discursos da/sobre a circulação e presença de sujeitos deslocados de origem venezuelana nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, estado de Roraima. Os dados advêm de trabalho de campo e entrevistas qualitativas gravadas na região nos anos de 2018 e 2019. Especificamente, focalizamos narrativas orais produzidas pelos próprios atores sociais implicados no fenômeno – migrantes, residentes de Roraima, gestores governamentais e não-governamentais. As análises, de base qualitativa e interpretativa, de orientação discursiva, iluminam o modo como os sujeitos narrativamente constroem o espaço da fronteira, organizando o mundo social que os cerca e os colocando em relação com a experiência migratória e com os discursos circulantes.

Palavras-chave: paisagens discursivas, migração venezuelana, Análise de Narrativa

Border Narratives: discursive landscapes of Venezuelan immigration in Brazil

Abstract: In this paper we answer the interdisciplinary call to map migrant practices, recruiting the notion of discursive landscapes. We observe the discourses on/about the circulation and presence of Venezuelan asylum-seekers in the cities of Boa Vista and Pacaraima, Roraima. The data were a product of fieldwork and qualitative interviews recorded in the region between 2018 and 2019. Specifically, we focus on oral narratives produced by the social actors involved in the phenomenon – asylum-seekers, inhabitants of Roraima, governmental and non-governmental administrators. The analyses, based on a qualitative and interpretative, discursive orientation, shed light on the way in which the subjects narratively construct the border, organizing the social world that surrounds them and the circulating discourses.

Keywords: discursive landscapes; Venezuelan migration; Narrative Analysis.

Narrativas de frontera: paisajes discursivos de la inmigración venezolana en Brasil

Resumen: En este artículo respondemos al llamado interdisciplinario de mapear las prácticas de los migrantes, haciendo uso de la noción de paisajes discursivos. Observamos los discursos de/sobre la circulación y presencia de solicitantes de asilo de origen venezolano en las ciudades de Boa Vista y Pacaraima, estado de Roraima. Los datos provienen de trabajos de campo y entrevistas cualitativas registradas en la región en 2018 y 2019. Específicamente, nos enfocamos en las narrativas orales producidas por los actores sociales involucrados en el fenómeno: solicitantes de asilo, habitantes de Roraima, gestores gubernamentales y no gubernamentales. Los análisis, basados en una orientación cualitativa, interpretativa y discursiva, arrojan luz sobre la forma en que los sujetos construyen narrativamente el espacio fronterizo, organizando el mundo social que les rodea y poniéndose en contacto con la experiencia migratoria y con los discursos circulantes.

Palabras clave: paisajes discursivos, migración venezolana, Analisis de la Narrativa.

Recebido em: 30-06-2023
Aceito em: 30-04-2024

1. INTRODUÇÃO

Resultado de um projeto de pesquisa interdisciplinar realizado pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da PUC-Rio, o presente artigo propõe observar, a partir de um ângulo discursivo, aquilo que hoje é considerado o maior êxodo da história recente da América Latina. Mais especificamente, tratamos aqui dos discursos da/sobre circulação e presença de migrantes de origem venezuelana nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, estado de Roraima, nos anos de 2018 e 2019, ocasião em que estivemos nessas duas cidades em incursão de inspiração etnográfica.

Em 2018, o primeiro ano de geração de dados para o projeto de pesquisa, o Brasil havia recebido 61.681 solicitações de refúgio de cidadãos venezuelanos[1]. Dados de agosto de 2020, após a conclusão do trabalho de campo, indicavam que os/as venezuelanos/as formavam 90% da população refugiada do país. Dessa forma, o Brasil se tornou o país da América Latina com o maior número de venezuelanos/as reconhecidos/as com esse estatuto, somando à época um número total de cerca de 46 mil pessoas.[2] Em levantamento organizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), a partir de informações fornecidas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), revelou que, no ano de 2022, o Brasil recebeu 50.355[3] solicitações de refúgio. Destas, 67% advém de cidadãos venezuelanos. O número total representa um aumento significativo de mais de 20 mil solicitações se comparado aos anos de 2020 e 2021, período mais grave da pandemia de Covid-19. Somando-se refugiados, solicitantes de refúgio e residentes, estima-se que mais de 510 mil venezuelanos/as estejam ou já tenham passado pelo Brasil.

No campo dos Estudos da Linguagem, é comum que pesquisas sobre "paisagens linguísticas" (GORTER, 2006; SHOHAMY e GORTER, 2009; BLOMMAERT, 2013) se debrucem sobre o conjunto de elementos semióticos que compõem a diversidade dos espaços urbanos contemporâneos. Tomamos emprestada essa terminologia para definir o objeto de investigação deste artigo. A partir de entrevistas concedidas por diferentes atores sociais que circulavam no contexto complexo das cidades de Pacaraima e Boavista – por exemplo, habitantes das duas cidades, imigrantes venezuelanos/as, militares, membros/as de organizações governamentais e não-governamentais –, procuramos mapear as histórias cotidianas que se apresentavam naquele cenário. Nosso intuito é contribuir para a descrição do êxodo venezuelano no país com foco específico na sua paisagem narrativa e em como esses fenômenos foram vividos e des-

1 Dados da 4ª edição do Refúgio em Números do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) em parceria com a ACNUR, disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf

2 Fonte ACNUR, disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/

3 Dados da 8ª edição do Refúgio em Números do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf

critos por seus/suas participantes diretos/as. Entendemos narrativas aqui como performances verbais que organizam a experiência humana e nos posicionam em relação a significados culturais, crenças e práticas normativas, reforçando ou desafiando a estabilidade desses discursos. Tais performances constituem o contexto migratório em foco e dão a ver os modos como ele é sustentado socioculturalmente.

Iniciaremos este artigo descrevendo o projeto que lhe dá origem, as bases metodológicas da geração de dados e os marcos teóricos a partir dos quais eles foram qualitativamente analisados. Em seguida, apresentamos um conjunto de narrativas performadas no campo, tecendo considerações sobre o modo como elas estão construídas e entrelaçadas. Por fim, sintetizamos os principais embates discursivos identificados nos dados e discutimos como a conjunção de uma orientação discursiva com o trabalho de campo de base etnográfica possibilitou uma coleção de crônicas da complexidade de relações, percepções e tensões que criam sentidos para a situação da população venezuelana no Brasil.

2. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO

A reflexão que empreendemos neste estudo deriva de um projeto mais amplo, intitulado "Refúgio e suas Margens: circulação e presença de populações refugiadas e solicitantes de refúgio de origem venezuelana no Brasil", conduzido pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da PUC-Rio, que apresentou como objetivo, em linhas gerais, construir entendimentos interdisciplinares sobre aspectos diversos da circulação e presença da população venezuelana na fronteira e posteriormente no Estado do Rio de Janeiro. Na fase de implementação da pesquisa – os anos de 2018 e 2019 –, uma equipe composta por pesquisadores/as de cinco diferentes áreas (Direito, Letras, Relações Internacionais, Serviço Social, Psicologia e Arquitetura) realizou duas missões institucionais aos municípios de Boa Vista e Pacaraima, onde já se encontrava bem estabelecida a Operação Acolhida, iniciativa do então governo federal de Michel Temer, e executada pelas Forças Armadas brasileiras[4]. A operação atendia, na ocasião, um número expressivo de solicitantes de refúgio recém-chegados ao país. As viagens à fronteira tiveram inspiração etnográfica[5], com o propósito de observar *in loco* os abrigos construídos para os imigrantes, os aspectos da gestão fronteiriça e institucional, as políticas públicas de acolhimento, as redes assistência a solicitantes de refúgio e as dinâmicas de encontro intercultural no contexto da fronteira.

4 A Operação Acolhida será retomada na seção 3.2 deste artigo.

5 Preferimos usar o termo "inspiração etnográfica" porque não tivemos a oportunidade de aprofundar nossas experiências no campo com a longevidade e densidade que uma etnografia pressupõe. No entanto, os princípios básicos desse método nos acompanharam durante o percurso e informaram as interpretações dos dados de forma relevante.

Construído a partir de uma fração dessa pesquisa maior, o presente estudo se debruçou sobre 22 entrevistas qualitativas, conduzidas de forma semiestruturada, com diversos atores sociais que compunham aquele contexto, dentre eles habitantes de Roraima, militares gestores da Operação Acolhida, representantes de chefes de Estado, responsáveis por ONGs atuantes na região, além de venezuelanos e venezuelanas atendidos dentro e fora dos abrigos oficiais. Desses dados, privilegiamos aqui as narrativas orais de participantes-colaboradores que descrevem aspectos variados da vida pregressa e presente tanto em Roraima quanto na Venezuela. O foco nas histórias contadas se deve à nossa localização teórica no campo de uma análise discursiva informada pela Análise de Narrativa (DE FINA, 2020; BIAR *et al*., 2020), cujas bases descrevemos a seguir.

Nas últimas décadas, com a chamada virada narrativa (POLKINGHORNE, 1988) tem crescido o interesse de diversas áreas de estudo pelas narrativas que emergem de contextos institucionais e de entrevistas de pesquisa, reconhecendo esse tipo de discurso como um objeto privilegiado para a pesquisa social transdisciplinar contemporânea. Superando uma abordagem representacionista de linguagem que tendia a enxergar narrativas como forma de recapitular mimeticamente eventos passados (LABOV, 1972), diferentes ramificações das Ciências Sociais, da Filosofia da Linguagem e da Psicologia têm entendido as narrativas cotidianas como formulações ou (re)construções, isto é, elaborações de si e do mundo tecidas em práticas interacionais (inclusive com o/a pesquisador/a) e em diálogo com cânones culturais (BRUNER, 1990; LINDE, 1993), e ajustes circunstanciais ao contexto histórico e mais imediato de sua emergência (BAMBERG, 1997).

Narrativas, portanto, atualizam, colocam em circulação e em fricção discursos, os quais, por sua vez, podem ser definidos como ideias, conceitos, formas de ver e estar no mundo legitimados por convenções e contextos socioculturais (FOUCAULT, 1997). Porque formam os objetos sobre os quais falam, narrativas são parte fundamental da construção, sedimentação e contestação da vida social.

Neste texto, analisamos as histórias contadas em campo a partir de sua dimensão performativa (BUTLER, 1990), isto é, seu potencial de envolver interlocutores/as em práticas simbólicas conjuntas constitutivas da experiência da fronteira. Adicionalmente, conforme Wortham (2001), devemos entender tais práticas narrativas em termos de uma dialógica bakhtiniana, já que, ao descrever os eventos de que participaram, os/as narradores/as representam e organizam vozes circulantes do seu universo social, se posicionando em relação a elas. Por essa razão, apostamos que a partir da análise das pequenas narrativas do campo podemos alcançar e aprofundar inteligibilidades sobre o que acontece nesse contexto, levando em conta pontos de vista periféricos e disputas de significado que compõem o universo da recepção de venezuelanos/as.

A análise dos dados que embasa a próxima seção foi construída a partir da observação dos seguintes aspectos. Em primeiro lugar, procuramos identificar as escolhas discursivas formais a partir das quais as narrativas foram construídas pelos/as entrevistados/as. Observaram-se, por exemplo, as maneiras como elas foram sequencialmente estruturadas, os elementos postos em primeiro plano, minimizados e excluídos, as relações de causa e efeito engendradas, como os seus elementos constitutivos (personagens, ações, cenários) são avaliados e como esses aspectos podem construir efeitos de sentido diversos sobre a vivência do/a narrador/a. A partir dessa análise mais "micro", atentamos para os embates simbólicos que emergem das narrativas, formando paisagens discursivas que ora reforçam, ora desconstroem certos mapas bem sedimentados da circulação venezuelana. Procuramos identificar crenças, vontades de verdade e modos de perceber a situação que emergem das histórias contadas. Em síntese, nos interessa pensar em como fragmentos da fala das pessoas entrevistadas dão a ver emaranhados discursivos mais amplos.

3. PAISAGENS NARRATIVAS DA FRONTEIRA

Nesta seção, construída a partir de orientações epistemológicas do socioconstrucionismo (GERGEN e GERGEN, 2006), nos orientamos por um entendimento da atividade de pesquisa como construção contextualmente situada e filtrada pelas lentes subjetivas e ideológicas das pesquisadoras. Antes de proceder à apresentação e discussão dos dados, julgamos necessário explicitar algumas decisões textuais e analíticas para o que se segue.

Em termos do número das narrativas selecionadas para esta discussão, cabe sublinhar que estamos, seguindo Minayo (2017), mais interessadas nas "intensidades" dos fenômenos, e no modo como eles refletem nossa percepção sobre o campo, do que na evitação de vieses e na produção de categorizações ou generalizações. Apostamos aqui que cada uma das narrativas, em sua individualidade e na sua relação com as demais, seja uma manifestação da complexidade do campo, que condensa sua historicidade e que, como já dissemos em outro trabalho (BIAR *et al.*, 2020), encapsula uma multidão de outras narrativas com as quais se relaciona. Cada excerto apresentado, acreditamos, fornece material relevante para imaginar a partir de que discursividades a chegada da população venezuelana no Brasil é/foi compreendida pelos atores sociais nele implicados.

Alinhadas à virada paradigmática do texto antropológico bem capturada no clássico de Clifford e Marcus (1986), abraçamos a crise da representação não como uma limitação para o trabalho de pesquisa, mas como um convite para repensar a apresentação dos dados de forma compatível com a crença de que o que produzimos em pesquisa é sempre um relato parcial perspectivado que não se confunde com um retrato fiel do campo – simplesmente

porque tal coisa como 'o campo' não está lá, fixo e estável, pronto para ser descrito (ainda que estivesse, nossa possibilidade de apreensão estaria atravessada por limitações próprias da nossa subjetividade).

Com isso em mente, no lugar de apresentarmos os dados como um mapa organizado, optamos por dispô-los de forma mais ou menos caleidoscópica, dando a conhecer as histórias contadas uma a uma, conforme enunciadas por diferentes vozes em seus respectivos espaço-tempos, tentando não impor a elas ordenação ou agrupamento rígidos. Propusemos, no entanto, três eixos principais de leitura dos excertos. No eixo "Transições e deslocamentos" (item 3.1), somos apresentadas a narrativas que se identificam no que diz respeito à construção de um estado narrativo inicial que se alterará para os dois lados da fronteira, a partir de angulações distintas. No eixo seguinte (item 3.2), "Operações de (des)acolhimento e controle", movemos o conjunto de dados em direção às respostas oferecidas em território brasileiro, com foco – não exclusivo – na Operação Acolhida e nas suas ambivalências ditas e pressupostas. Por fim, o eixo "Violações" (item 3.3) reúne narrativas que destacam com cores mais fortes cenas-clímax de violência e polarização que se impõem no campo da pesquisa, desafiando o mito da cordialidade na recepção dos/as venezuelanos/as.

Procuramos também privilegiar as narrativas em seus estados brutos, ou seja, conforme foram registradas em nossos gravadores, transcritas de forma a respeitar ao máximo a forma como foram produzidas por seus/suas enunciadores/as. Ainda assim, algumas intervenções mínimas tiveram de ser feitas para facilitar a legibilidade de falas por vezes atravessadas ou muito entrecortadas por hesitações e falsos começos.

Nossa intenção com essas escolhas é que elas favoreçam uma apresentação de dados afinada com a ideia de que a atividade de pesquisa seja uma atividade dialógica, que põe em relação pesquisador, colaboradores/as entrevistados/as e leitor/a de forma mais ou menos simétrica, com interpretações em aberto que favoreçam a emergência de pontos de vista heterogêneos.

Cabe enfim destacar que os dados produzidos em espanhol – esse foi o caso de todas as histórias contadas por venezuelanos –, foram por nós traduzidos e transcritos em português, e que compreendemos aqui tanto a transcrição quanto a tradução como processos interpretativos, necessariamente transformadores do texto de partida. Ademais, por razões de ética de pesquisa, nomes, funções de trabalho, endereços e outros dados contextuais que pudessem identificar os participantes foram omitidos.

3.1. Transições e deslocamentos

Apresentamos nas próximas linhas uma narrativa produzida em uma das primeiras entrevistas que conduzimos em Boa Vista, com um representante da administração pública esta-

dual. A entrevista versou sobre as ações implementadas pelo estado de Roraima com vistas a atender a entrada de imigrantes. O que nos chama atenção, entretanto, é a narrativa eliciada pelo entrevistado para contextualizar o problema, apresentando um histórico das relações da população local com a sua "vizinha" Venezuela.

"O vizinho rico"

> Eu acompanho essa relação que nós temos com a Venezuela há bastante tempo. Inicialmente como cidadão e hoje como parte da gestão pública estadual. É muito curioso isso pra gente que mora em Roraima há bastante tempo. A gente tá num estado de choque, eu acho, ainda. Porque nunca, nunca, passou pela nossa cabeça que isso pudesse acontecer. E explico por quê. A Venezuela sempre foi tratada por nós roraimenses como um vizinho rico, sempre foi o destino turístico. A gente ia pra Venezuela pra ver neve. A gente ia na Venezuela pra praticar esqui. A gente ia na Venezuela pra visitar Caracas, que é uma cidade incrível. Ou era. A gente ia pra Venezuela especialmente pro Caribe. Em Isla Margarita todos os carros estacionados eram de brasileiros. Fora a cidade de Santa Helena que fica aqui na fronteira. Que essa eu fui incontáveis vezes, porque, fora ter um clima super agradável, é uma cidade de serra. Hotéis muito legais pra passar um fim de semana, tomar um vinho. Sempre foi uma cidade de... é uma zona franca. Então as coisas são super baratas lá. A gente ia pra lá pra comprar as coisas, comprar roupa, tinha duty free [...]. Aí começou a haver relatos de episódios de violência, gente sendo assaltada na estrada, turistas brasileiros voltando com relato de assalto na estrada, em hotéis... E a gente começou a fazer uma associação com o Regime. Isso a gente já tá falando da era Maduro. Até então você não tinha nenhum fluxo de migração que pudesse ser notado, que fosse de alguma forma expressiva. Segundo semestre de 2015, a coisa começou a fluir, e o primeiro sintoma do fluxo migratório foi Pacaraima. Pacaraima começou a inchar. É muito comum ou era, sei lá, a gente tá num momento de transição, a gente querer ter uma casa em Pacaraima, de veraneio por assim dizer. Um clima agradável, de noite faz um friozinho gostoso. A governadora tem uma casa em Pacaraima. Hoje esse movimento tá sendo pra outra cidade. Hoje tá todo mundo querendo ter uma casa na serra do Tepequém.

Essa é uma narrativa de um morador de Boa Vista que observa desde um ponto de vista externo as transformações na Venezuela, Santa Elena (cidade fronteiriça do lado da Venezuela) e Pacaraima (cidade fronteiriça do lado do Brasil), regiões com as quais ele se relacionava de uma forma bastante específica: ambos eram destinos de férias. A Venezuela aparece personificada aqui, com proximidade, familiaridade e avaliação positiva ("vizinho rico"). Essa caracterização contrasta com sua situação atual, avaliada como diferente e imprevisível. O narrador contrasta o presente com um passado idílico, em que a Venezuela é descrita pelo seu poten-

cial turístico, com fronteiras esvaziadas na representação de um fluxo livre (mas, note-se, de "cá" para "lá"), com ênfase em elementos referenciados em práticas de uma classe média alta ("compras", "esqui", "hotéis", "vinho"). A mudança na situação econômica desse país não é descrita de forma abrupta, mas gradual, sem causas apontadas, mas a partir de sinais de violência urbana percebidos ou sofridos, de novo, pelos roraimenses. Além do apagamento dos efeitos disso sobre os venezuelanos, notamos o apagamento de causas socioeconômicas que justifiquem a mudança. Em seguida, o fluxo de inverte. A chegada dos imigrantes a Santa Elena e Pacaraima é descrita como um evento que afeta negativamente a cidade. Descritas inicialmente como uma espécie de paraíso no campo (de novo, um destino de fim de semana, por conta do clima agradável), Pacaraima agora não é mais um destino agradável; está "inchada".

Os elementos dessa narrativa nos levam a interpretação de que a crise na Venezuela é descrita pela chave da perda – primeiro do destino internacional; depois do destino local. E o que se perde é sossego, lazer, exclusividade. Em uma resolução com forte carga avaliativa, o narrador aponta um novo destino de férias da governadora (Tepequém). Cabe notar ainda que um "nós" inclusivo que permeia toda a fala equaciona a experiência do narrador à experiência de todos os roraimenses.

Nossa segunda narrativa apresenta um outro ângulo sobre as transformações vivenciadas antes do período de intensificação do êxodo venezuelano, dessa vez, do lado de lá. Também referenciada em uma experiência de classe média, nossa entrevistada, uma venezuelana sem filhos, com idade entre 20 e 30 anos, cursava sua segunda graduação e um mestrado quando decidiu migrar para o Brasil. Seu companheiro, da mesma idade, chegou antes e já se encontrava assentado no Rio de Janeiro quando a esposa decidiu se reunir a ele. No excerto transcrito abaixo, cujo ponto é a deterioração das condições de vida na Venezuela, entrevistada narra as dificuldades enfrentadas nos últimos meses em que viveu nesse país. Seu plano era concluir o mestrado enquanto o companheiro juntava, no Brasil, o dinheiro necessário para financiar a sua viagem.

"A faculdade que me deixou"

> Eu fiquei lá [na Venezuela] porque "ah vou acabar o meu mestrado". Eu falei "não, vou estudar" e tal... Mas eu fiquei doente com hepatite. Foi uma coisa horrível, eu tive que comprar uma medicação para não morrer, entende? E a medicação custava mais ou menos o equivalente a 300 reais. Uma coisa que eu só ia usar cinco vezes uma injeção. Depois, uma vitamina 200 reais só para duas semanas e uma "xis" coisa, 100 reais, 150 reais que você não tem de onde tirar.[...] Eu falei para ele "eu vou embora, não sei se vou aguentar, eu vou sair para onde for". E eu saí fugindo praticamente, porque não é que você está perseguida, não é que que você está sendo assediada, ou alguma coisa assim. É que você não tem qualidade de vida. Eu estava... Eu sou jornalista. Eu já tenho meu diploma, eu sou jornalista. Eu estava

estudando Letras. Eu fiquei no oitavo semestre. Eu estava fazendo também o mestrado de Linguística e ensino da língua. Mas o que acontece é que eu sempre falo: eu não deixei a faculdade, a faculdade que me deixou. Porque os professores, os alunos, todo mundo foi indo embora. Foi indo embora, foi indo embora, foi indo embora.

A narradora contrasta uma decisão racional sobre concluir seus estudos com uma demanda imprevisível de gasto de dinheiro – os remédios necessários para o tratamento de sua hepatite. O detalhamento dos valores e a expressão "você não tem de onde tirar" remetem ao problema que, de maneira geral, costuma ser apontado pelos/as venezuelanos/as como causa de seu deslocamento: a instabilidade econômica e a desvalorização escalar da moeda local, que refletem a piora gradativa nas condições de vida. No início do ano de 2019, 1 real equivalia a 5.233,79 bolívares. Especialmente a inflação dos preços de alimentação e medicamentos são constantemente citados em nossos dados. A decisão de ir embora é construída como efeito do escalonamento da questão financeira.

Nota-se que a fala da entrevistada provoca uma tensão importante para a categoria do refúgio, e os limites deste estatuto para se pensar a proteção humanitária em relação à população venezuelana. As fronteiras entre a condição refugiada e a chamada "imigração econômica" aparecem borradas. Nesse sentido, a negação polêmica (DUCROT, 1987) que ela introduz a seguir "não é que você está sendo perseguida, não é que você está sendo assediada" indicia essa distinção, desafiando-a.

Na parte final da história, a ênfase dada aos estudos, importante para a construção da entrevistada sob uma luz favorável (GOFFMAN, 1985), é suplantada pela narração de uma experiência análoga a de abandono ("a faculdade que me deixou"). A sequência de eventos recorrentes que vem a seguir aguça a percepção de que também a universidade se esvaía gradualmente, uma impressão dramatizada pelas repetições em "todo mundo foi indo embora". Com a agência mitigada, a narradora não vê opção que não seja ir embora também.

Se a narrativa acima apresenta um quê de extraordinária, porque se refere à biografia de uma jovem de classe média superescolarizada, com ao menos um mínimo de recursos para imigração e reconstrução de sua vida em uma grande metrópole como o Rio de Janeiro, o que se vê abaixo é uma história mais típica em relação ao conjunto de dados que geramos no campo, tanto em termos de forma como de conteúdo. A entrevistada, uma mulher venezuelana com idade entre 20 e 30 anos, veio acompanhada de seu esposo e filho mais novo. Perguntada sobre as razões de seu deslocamento para o Brasil, ela inicia a seguinte narrativa.

"Aqui havia trabalho, e as pessoas eram humanitárias"

Veja, a situação que estávamos passando era... faltava remédio, faltava comida, e tenho duas pessoas que deixei na Venezuela, e fico com o coração apertado por isso, porque são

duas pessoas com deficiência, que estão com minha irmã. O que me motivou a sair... saí com a esperança de trabalhar para mandar coisas para que sua qualidade de vida melhorasse. Isso foi o que mais me motivou, tirar elas de lá. Porque a delinquência, a fome, a escassez de remédio, a escassez de muitas coisas [tomou conta da] Venezuela e faz com que te vejam na esquina, e porque você não tem nada, te matavam. Porque matam. Então pensando em todas essas coisas, falei bom, saí com meu esposo e meu filho menor. Mas não vim para cá, para Boa Vista. Saí foi pra Santa Elena. Mas quando cheguei em Santa Elena, não encontrei nada que pudesse me sustentar. E alguém me falou de Boa Vista; uma pessoa que encontramos no terminal falou muito bem de Boa Vista, que havia trabalho, que as pessoas eram humanitárias. Eu disse sim, mas não tinha nada nesse momento, não tinha dinheiro. Nem sequer para pagar o ônibus [para Boa Vista]. Cheguei aqui em 29 de janeiro [ao Brasil via Pacaraima, presume-se], mas em Boa Vista cheguei em 3 de fevereiro. Bom, então tive que vender umas coisinhas para pagar um táxi para que me levasse ao caminho [da cidade]. Mas saímos caminhando. Caminhamos, caminhamos, caminhamos, por dois dias. Chegamos a um povoado, nos deram comida, gente muito boa. Nos deram café da manhã, nos deram almoço. E nos disseram que não poderíamos passar a noite, mas pediram ajuda a algumas pessoas que vinham para Boa Vista, que nos trouxeram. E, bom, chegamos aqui [em Boa Vista] à uma da manhã, desorientados, sem conhecer nada. Eu nunca nem sequer tinha visto uma foto de como era Boa Vista. E chegamos à praça Bolívar. Meu esposo, eu e meu filho. Havia ainda poucas pessoas lá nesse momento. Como 24 mulheres e mais ou menos 80 homens. Não era uma quantidade tão grande. Aí ficamos lá [...] Fomos como que nos acostumando a essa situação, não havia onde tomar banho, mas graças a deus, e ao povo do Brasil, nunca nos desamparou com a comida. Sempre nos levaram comida e tudo. Faziam a nossa vida mais fácil. Depois na praça já havia 1300 pessoas. Todos vivendo na praça. Não sabíamos o que ia se passar com a gente.

Assim como na narrativa anterior, vemos que a saída da Venezuela é enquadrada como uma decisão tomada a partir das dificuldades financeiras. A contextualização da história, o passado da entrevistada em seu país, é construída de modo vago, pouco localizada, generalizante, com foco na escassez de recursos e na violência, que impactam o que ela mesma nomeia "qualidade de vida". A legitimidade dessa motivação está pressuposta, e não exige muito trabalho narrativo. Essa contextualização da história contrasta com a riqueza de ações narradas sobre a travessia, quando cada passo da jornada é descrito e avaliado como difícil. Outro contraste perceptível é que, embora a saída do país de origem seja construída como uma tomada de decisão, o destino final, Boa Vista, é tratado como acaso, resultado de um conjunto de encontros não-previstos. Essa é outra regularidade das nossas narrativas de deslocamento. Ademais, em todo o processo, a narradora se constrói como agentiva e resiliente.

Quatro elementos dessa entrevista são relevantes para compreender a experiência do êxodo venezuelano no Brasil. Em primeiro lugar, somos apresentados à Praça Bolívar, local no centro de Boa Vista que servia de primeiro acampamento para os/as venezuelanos/as antes que fossem encaminhados aos abrigos oficiais. O local foi alvo de inúmeros ataques por parte da população boa-vistense – falaremos sobre isso adiante – e, no momento em que chegamos à cidade, grades de proteção tinham sido montadas lá para evitar que novos imigrantes aportassem. Em segundo lugar, um sentido de resolução é construído quando, ao final dessa história, em trecho suprimido em função das limitações de espaço, a entrevistada narra a chegada da ONU e em seguida a construção dos primeiros abrigos, ocasião em que ela pôde, então, trazer todo restante da família: "e aqui estamos quase todos". Este é outro elemento recorrente nos dados: o modo como a separação de familiares e redes de apoio entre os que saíram e os que ficaram são acionadas. Uma pesquisa do ACNUR de 2019 aponta que pouco mais da metade dos/as venezuelanos/as entrevistados/as acionou amigos/familiares para chegar ao Brasil. Por fim, comparece aqui uma figura assídua nas narrativas dos venezuelanos: a hospitalidade e generosidade dos/as brasileiros/as. Também retornaremos a isso em breve.

A próxima narrativa que reproduziremos é de uma assistente social, de cerca de 40 anos, moradora de Boa Vista há vários anos. Na ocasião da entrevista, ela trabalhava no atendimento a venezuelanos/as recém-chegados.

"Boa Vista não tinha pedinte"

> Há dois anos atrás nós não tínhamos população de rua... Boa Vista não tinha pedinte, não tinha criança na rua. Uma criança no semáforo pra nós da assistência era uma afronta. Eu muitas vezes parei e fui até aquela criança perguntar por que que ela estava ali e chamar o conselho tutelar pra recolher. Há dois anos atrás era essa a nossa realidade, nós não tínhamos crianças nas ruas. Nós não tínhamos NINGUÉM dormindo na rua a não ser a pessoa doente mental. Toda cidade tem vulnerabilidade, mas NÓS não tínhamos. Boa Vista era um paraíso nesse sentido. O nosso social era bem organizado, né? Então nós tínhamos um controle da cidade. Falando DE Boa Vista, porque os [outros] municípios daqui são bem ruins. Eu estou olhando pelo lado da população que é um olhar diferente do de vocês. Nós boa-vistenses digamos assim, eu não tenho esse pensamento, mas vou falar como nós. Nós não estamos acostumados a ir em um restaurante e ver uma pessoa sentada pedindo na porta. Ninguém consegue comer assim. A gente não está acostumado a ver uma ADOLESCENTE parar no semáforo e o motorista pra dar uma moeda ficar alisando o braço... Isso indigna até hoje. Nós não estamos acostumados a abrir o nosso portão e ter uma pessoa dormindo no chão. Muitas vezes a pessoa recolhe pra dentro de casa. No começo logo da migração era assim, até que começaram a acontecer alguns fatos que começou a revoltar a população.

Na narrativa acima, a transformação da paisagem urbana do município de Boa Vista é construída comparativamente a partir de dois marcos temporais: antes e depois do aumento do fluxo de venezuelanos/as no país. O aumento expressivo no número de pessoas desabrigadas e em situação de vulnerabilidade social em Boa Vista como consequência da crise migratória venezuelana no Brasil é contrastada com um passado também idílico em que a cidade era um "paraíso" sem qualquer vulnerabilidade, destacando-se até mesmo quando comparada com outros municípios do estado. O saudosismo presente na fala da entrevistada situa a chegada dos refugiados em Boa Vista como uma ruptura vivida até aquele momento pelos moradores.

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas pelos moradores de Boa Vista mediante às grandes mudanças sociais e estruturais no município, a receptividade brasileira, ao menos em um primeiro momento, é reforçada. Há uma tentativa inicial de acolhimento, mas "alguns fatos" passaram a revoltar a população o que, novamente, atribui aos refugiados e solicitantes de refúgio a responsabilidade pela mudança no tratamento. A associação por vezes mítica da cordialidade e da receptividade como comportamentos intrínsecos ao povo brasileiro e a difusão em larga escala de tal pensamento resultam, consequentemente, na resistência por parte da comunidade brasileira em se reconhecer como reprodutora de práticas e discursos violentos, intolerantes e preconceituosos. Para que a imagem da cordialidade possa ser mantida e que se justifique a mudança relatada pela assistente social na receptividade dos moradores de Boa Vista, os refugiados são posicionados como agentes ativos e centrais no desequilíbrio desta relação.

3.2. Operações de (des)acolhida e controle

Embora venezuelanos e venezuelanas tenham começado a chegar paulatinamente ao Brasil a partir de 2015, apenas em 2017 o fluxo se intensificou, forçando uma iniciativa do Governo Federal. Resposta a essa demanda, a Operação Acolhida, primeira missão humanitária desenvolvida em território brasileiro, foi implementada no primeiro semestre de 2018, ano de nossa primeira visita ao campo. Liderada pelas Forças Armadas brasileiras, a operação articula também outros atores, como os governos estadual e municipais de Boa Vista e Pacaraima, diversas organizações humanitárias internacionais, além de ONGs e igrejas locais. As ações militares no território foram definidas por um de seus comandantes, entrevistado para a pesquisa, como uma força-tarefa logística e humanitária subdividida em dois braços: a operação controle (responsável por "ordenamento da fronteira"[6], "controle dos fluxos" de imigrantes, "bloqueio de estradas") e a operação acolhida (responsável pelo abrigamento, alimentação e cuidados médicos dos imigrantes em Roraima, e também a organização necessária ao transporte posterior deles para outros estados – um procedimento conhecido como "interiorização"). Foi a

6 O uso de aspas neste parágrafo se justifica porque os termos destacados são termos êmicos, isto é, formas como as próprias pessoas no campo costumam se nomear tais atividades.

primeira vez que se viu no país a presença de zonas com abrigos específicos para imigrantes nos moldes dos chamados campos de refugiados.

Na ocasião do trabalho de campo, havia nas cidades de Boa Vista e Pacaraima um total de 13 "abrigos" administrados principalmente pelo Exército e pela ACNUR. Cerca de 5 mil venezuelanos residiam nesses espaços. Quanto ao número de militares, fomos informados que cerca de 500 membros Forças Armadas destacados especificamente para essa operação se encontravam na região em 2018. A narrativa a seguir foi enunciada por um desses membros, uma das lideranças da Operação. No excerto abaixo, o militar narra a situação dos abrigamentos antes da chegada dos militares até a implementação da força-tarefa.

"Efeito sinérgico"

> O primeiro contingente que chegou aqui, em março e tal, não tinha, tinha uma coisa muito improvisada, algumas barracas da defesa civil que foram cedidas para abrigar os imigrantes, né? Mas em locais, assim, com muito pouca infraestrutura, quase nenhuma, praticamente nenhuma. Pra ser bem sincero, em condições insalubres estavam os imigrantes; tinha abrigos aí que era puro esgoto. Mas, enfim, a estrutura que havia era muito ruim, muito ruim mesmo. Aí com a chegada da força-tarefa foi possível nós reunirmos os esforços, porque assim, havia órgãos e agências, entidades, as igrejas, fazia cada um uma parte pra resolver o problema. ONG? Tentava resolver um probleminha... Mas era tudo de forma solta. Uma vez nomeado o coordenador, o general XXX, ele veio com o exército, as forças armadas, aí montamos aqui, reunimos as agências e aí foi possível fazer o efeito, o tal do efeito sinérgico, né, unir os esforços, e aí foi possível trabalhar melhor.

A partir de avaliações negativas enfáticas, o entrevistado descreve um cenário de insalubridade e improviso como o estado inicial de sua narrativa. Esse cenário será transformado pela chegada da força-tarefa, que, a partir de uma capacidade sobretudo de centralizar e liderar esforços descritos como dispersos, apresenta uma solução para a região em harmonia com outras entidades – esse é o "efeito sinérgico". Pela voz dos militares, há uma demarcação clara de um "antes", sujo e desordenado, e um "depois" eficiente e controlado. Em outras passagens da entrevista, o militar narra atividades que considera fundamentais para garantir o sucesso dos abrigamentos: retirar as pessoas das ruas, fazer uma triagem, proceder a imunização, designar as pessoas aos abrigos e finalmente prover suas regras e fazer sua segurança.

Nota-se, em campo, a onipresença do exército e sua liderança em relação aos demais agentes humanitários. Uma distinção entre refúgio e outras formas de deslocamento não é tornada relevante na fala dos militares. Pelo que pudemos perceber, a estrutura por eles montada, por um lado, chancela a presença dos/as venezuelanos/as e garante a legitimidade de

sua entrada. Por outro lado, impõe ao contexto humanitário um vocabulário e uma gramática de comportamento importada do meio militar.

Todos os militares com quem conversamos elogiaram enfaticamente a Operação, e demonstraram muito orgulho da infraestrutura montada em Pacaraima e Boa Vista. Do ponto de vista discursivo, algumas metáforas usadas por eles nos chamam especial atenção. Em uma ocasião, um militar predicou os abrigos de Boa Vista como "verdadeiros hotéis 3 estrelas". O entrevistado comparava a fome da Venezuela com a situação dos imigrantes no Brasil, e destacava que aqui eles ao menos faziam "três refeições por dia". Pouco se comenta sobre impossibilidades e faltas que não são supridas pela comida e pela ordenação. A esse respeito, reproduzimos abaixo a fala de um venezuelano indígena, de meia idade, abrigado em Pacaraima, que nos fala sobre as vantagens e desvantagens de estar no Brasil sob tutela da Operação Acolhida. Após ouvir sua narrativa acerca de uma travessia de três meses, repleta de muitas privações, especialmente alimentares, perguntamos se as crianças que o acompanhavam, seus filhos e netos, estavam mais felizes aqui.

"Café da manhã, almoço e jantar"

> As crianças, graças a deus, têm café da manhã, almoço e jantar. É pouco, mas têm. É melhor pra saúde também, chegam medicamentos. Aqui é muito bom, mas nós indígenas somos do campo, não somos da cidade.

Aqui, o que mais nos chama atenção é como a marcação da identidade indígena e a avaliação negativa implícita presente na coda (LABOV, 1972) – "nós indígenas somos do campo, e não da cidade" –, dá a ver uma forma de vida subfocalizada pela estrutura montada nos abrigos. Em outro momento da pesquisa, fazendo uso de outra metáfora interessante, um major do Exército relata os tipos de problema que, segundo ele, são os maiores enfrentados pelos / as venezuelanos/as nos abrigos.

"Um abrigo é um condomínio"

> Um abrigo é um condomínio, imagina pessoas que nunca se viram e às vezes dividem uma barraca.
>
> - Pesquisadora: Condomínio involuntário! (risos)
>
> Divide uma barraca, imagina, aí, já tão, assim, desconfortáveis, nunca se viram. Então de vez em quando existe uma brigazinha, um conflito entre eles, entre os próprios imigrantes, né, alguma insatisfação com algum motivo, a gente tem que administrar esse tipo de coisa, né? Nós e o principal responsável [que] é o membro do Acnur, o seu representante que está lá. Nos abrigos tem horário pra entrar e pra sair, tem hora que tem que fechar a porta, esse

> tipo de controle que nós fazemos. [Há] Muitos casos de agressão a mulher, isso é coisa cultural, lá não tem Maria da Penha, entendeu? Aí aqui a gente tem que ensinar, que aqui tem Maria da Penha, e o cara é submetido à lei do país. Então é aí que o nosso pessoal entra mais ativamente. Aqui às vezes os terceirizados na ONU não se engajam, eles são muito jovens, né? Estão aí com aquele sentimento de paz e amor e não querem intervir como deveriam intervir.

A metáfora do condomínio pode ser aqui tomada como uma forma de conceptualização e avaliação das experiências nos abrigos. Ela mitiga a carga dramática da experiência da vida em deslocamento – uma interpretação confirmada pela escolha de "desconfortável" para predicar essa condição, e também de "brigazinha" para nomear conflitos imaginados. Nossa intervenção, que ressalta o caráter "involuntário" dessa experiência gregária, produz um estranhamento em relação a essa comparação. A descrição não parece em nada com a visão recorrente sobre os campos de refugiados, em geral descritos como "*non-places*" que abrigam existência apenas puramente biológica (BULLEY, 2014, p. 65).

A imagem prosaica do "condomínio", ou do já mencionado "hotel 3 estrelas", contrasta tanto com a imaginação de um campo de refugiados quanto com a realidade descrita pelo entrevistado. No desdobramento da metáfora, temos que, se o abrigo é um condomínio, então os responsáveis por eles são síndicos, responsáveis por administrar coisas sem maior importância. Mais do que isso, no entanto, os abrigos em Roraima nos pareceram e foram descritos como locais altamente normatizados, nos quais parte das tarefas dos encarregados militares consiste no controle do comportamento, dos horários, da alimentação, do trabalho, da bagagem, do contágio de doenças. Militares nas entradas dos abrigos estavam sempre armados e tropas estavam em prontidão para a eventual intervenção em caso de conflito.

Importa destacar, por fim, a comparação feita pelo entrevistado entre militares e representantes do ACNUR, estes últimos avaliados como mais lenientes ("paz e amor"). Se a ONU é amiga, as forças militares incorporam o "pai rígido", que impõe limites, "ensina". Vamos sublinhar adiante alguns efeitos desse tom prescritivista que indexicaliza certo tom civilizatório ao discurso dos militares. O próximo excerto toca, por outro ângulo, a mesma questão.

Abaixo, destacamos um trecho de uma entrevista coletiva realizada com três membros de uma organização religiosa sem fins lucrativos, que atende famílias venezuelanas em Boa Vista, especialmente as crianças, provendo espaço de educação e lazer. Os entrevistados estruturam suas narrativas com base em suas percepções guiadas pelo vasto trabalho de campo exercido. Perguntamos a eles: "Como é a relação entre as crianças que estão na escola e as que não estão na escola?"

"Se batem, se matam"

Membro 1: Nossa, eu estou com dois rapazes e estou doido para inseri-los na escola. [...] Eles costumam muito agir com violência, tentar pegar superioridade, porque não têm esse sentido de socialização, sabe? Não têm esse sentido de se inserir no grupo. Eles querem ser os líderes. Eles querem ser os líderes sim ou sim, porque não tem mais nada para fazer, né? E, infelizmente, o que eles veem na rua é isso, pessoas querendo ser superiores aos outros, querendo ser melhores, ter mais. E acaba que eles são os primeiros que querem bagunçar, eles são os primeiros que não querem fazer a atividade se não ficarem brincando. Sempre é uma questão de... Nossa, de... Não de impor, mas de partilhar as mesmas regras do grupo, né? As [crianças] que estão na escola costumam ficar mais: "Nossa, estou na aula. Estou na sala, vou sentar. A professora está falando, o professor está falando. Vou ficar assistindo a aula." Essas que não estão na escola, se acostumam a...

Membro 2: Não têm noção de civilidade, né? Assim, é como nos abrigos. Os que estão lá dentro seguem a ordem, obedecem. Os que estão lá fora se matam, se batem.

Membro 1: Fazem o que quiserem.

Membro 2: Vivem como animais. É mais ou menos assim.

A relação entre populações refugiadas e organizações que atuam na realização de trabalhos humanitários é marcada por uma assimetria de poder (HARREL-BOND, 2002), visto que a proteção às populações em movimento é comumente enquadrada como um ato caridade. Na narrativa acima, o conceito do refugiado ideal, o que segue a ordem e obedece, é contrastado com o estigma associado às populações refugiadas, que o classificam como "os que não têm noção de civilidade" e que "se matam, se batem". Em espaços e contextos influenciados por ONGs e projetos sociais, o reforço das duas categorias auxilia na construção da ideia de merecimento do auxílio.

A partir da fala de ambos os entrevistados, destaca-se também a forma com que determinadas instituições e espaços são valorizados no processo de construção de civilidade. Nesse caso, a escola e o abrigo são apresentados como agentes que educam e civilizam os venezuelanos, tornando-se essenciais para a construção do refugiado ideal. Os que estão fora desses espaços, ou que não fazem parte dessas instituições, se portam de maneira agressiva e dominante, prejudicam os outros e não têm boas referências, visto que, "o que eles veem na rua é isso". O valor associado ao pertencimento relaciona-se diretamente com a forma com que os refugiados serão julgados como merecedores ou não de assistência e cuidado.

3.3. Violações

As duas próximas narrativas colocarão à prova o "humanitarismo" e a cordialidade segundo os quais os/as brasileiros/as já foram descritos neste texto. Na primeira delas, a seguir, vemos uma história contada por uma venezuelana de meia idade, abrigada em Boa Vista há 5 meses, com filhos e netos. No momento da entrevista, estava em uma fila de cadastro para transferência para outro estado – processo que, no âmbito da Operação Acolhida ficou conhecido como "interiorização". O relato menciona uma prática laboral usual entre os venezuelanos/as naquela época: era comum que brasileiros oferecessem a venezuelanos pequenos serviços avulsos da ordem do trabalho doméstico, da construção civil ou consertos, e pagassem por eles um valor de diária.

"Não me pagaram meu dia"

> Aqui estou graças aos brasileiros que têm me tratado bem. E que também têm nos dado seu apoio e tal. Mas não tenho trabalho. Trabalhei 3 dias em uma fábrica de uniforme, eu sou costureira, e não me pagaram. Trabalhei como costureira em uma fábrica de costura e não me pagaram meu dia.

A narrativa é organizada a partir de características estruturais que nos chamam atenção: primeiro, o caráter dos brasileiros é apresentado como razão para permanência da entrevistada no país. Depois, nota-se um contraste entre uma avaliação positiva dos brasileiros ("têm me tratado bem"; "têm nos dados seu apoio") e a pequena narrativa subsequente, sobre não ter recebido pagamento por um serviço realizado. A relação entre essas duas partes é frouxamente estabelecida. A entrevistada, assim, parece pôr em paralelismo um agradecimento e uma denúncia.

Ainda no mesmo tema, a história abaixo foi realizada em grupo, com membros de uma ONG que realiza trabalho social com crianças venezuelanas em Boa Vista. Quem narra é um dos três entrevistados, venezuelano, morador de Boa Vista há alguns anos. No contexto de uma conversa mais longa, o entrevistado inicia sua narrativa a partir da seguinte pergunta: vocês acham então que o venezuelano que chega aqui, ele chega agressivo, já desconfiado?

"Exploração involuntária"

> Depende, né? Porque tem, tem... quer dizer a gente está falando em pessoas, né? Nem todo mundo é igual. Porém, muitas pessoas estão esperando chegar aqui e ser bem recebidas, ser acolhidas. Porém a mesma situação e crise migratória levou os brasileiros a NÃO conseguir acolher mais, porque já não tem espaço para acolher a situação. Nossa, tem um conceito aí esqueci a palavra, mas acho que exploração INVOLUNTÁRIA, tipo, tem um rapaz

> venezuelano fora da minha casa, eu tenho um quintal IMENSO, e ele se oferece para capinar. Mas eu não tenho condições para pagar cem reais, que é o valor da diária. Eu SÓ tenho um prato de comida e essa é a única coisa que eu posso oferecer. Então, "Rapaz eu só tenho esse prato". "Tá, eu faço". Ele vai fazer SÓ pelo prato. É um tipo de exploração involuntária. A gente não quer explorar a pessoa. O brasileiro NÃO QUER.

A pergunta que dá início a esta narrativa reflete um cenário em que, até o momento da realização da entrevista, estava marcado por grande instabilidade financeira, ataques contra direitos e atos de violência e xenofobia entre as populações refugiadas venezuelanas e os/as moradores/as do estado de Roraima. Era de nosso interesse compreender de que forma o processo de chegada e de recepção dos refugiados no país era percebido e construído por parte dos entrevistados. No trecho apresentado, nota-se um esforço de enquadramento da crise migratória como um processo de complexidade equivalente para os brasileiros e venezuelanos. Nessa compreensão, o direito a uma recepção segura e ao trabalho digno passa a ser visto como "impossibilidade". Ao aproximar e relacionar as realidades vividas pelos dois grupos durante o processo migratório, equiparando-as em suas demandas e efeitos, a esperança e o desejo do refugiado de ser bem acolhido precisa se adequar a uma precarização, lida pelo roraimense como inevitável diante da realidade local.

Em entrevista dada à Folha de São Paulo[7] em agosto de 2018, Safira de Araújo Campo, então procuradora do Ministério Público Federal do Trabalho em Boa Vista, afirmam que o trabalho exercido por venezuelanos/as em Roraima era análogo à escravidão: "É um problema que tem crescido de forma acelerada, só nesse ano, as denúncias aumentaram mais de 100% em relação à 2017." Ademais, Safira completa: "Os brasileiros estão se aproveitando do desespero com que essas pessoas (venezuelanos) chegam aqui para explorá-las.

No trecho acima, o conceito de "exploração involuntária" é apresentado de forma a justificar a violação de direitos básicos como a remuneração adequada de um serviço, devido à falta de recursos financeiros. Embora os/as solicitantes de refúgio devam ter os mesmos direitos trabalhistas que a população brasileira, a realidade que acomete muitos deles distancia-se do que lhes é de direito. Nota-se que a forma com que a narrativa é estruturada constrói a inevitabilidade da exploração, transformando o descumprimento de um direito básico garantido por lei em um ato caridoso, o que isenta a população local de qualquer responsabilidade legal e social. A construção do conceito de "exploração involuntária" parece não só manipular a noção de direito, mas também agir como uma estratégia de proteção da face dos/as brasileiros/as.

7 Fonte::https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/a-exploracao-dos-trabalhadores-venezuelanos--em-roraima.shtml

Na narrativa a seguir, uma mulher venezuelana adulta, residente em um dos abrigos de Pacaraima, relata um protesto mobilizado por parte da população do município. No ano de 2018, um grupo de brasileiros, motivado por um assalto supostamente cometido por um venezuelano contra um comerciante local, invadiu um abrigo improvisado em praça pública e passou a depredar o espaço, ateando fogo em móveis, roupas e objetos pessoais dos imigrantes. Devido ao cenário violento e hostil causado pela manifestação, boa parte dos/as venezuelanos/as que viviam pelas ruas da cidade foram expulsos de onde estavam. Alguns chegaram até mesmo a atravessar a fronteira de volta para a Venezuela. Em entrevista dada ao G1[8], um dos organizadores do ato narrado no excerto afirmou: "Expulsamos todos os venezuelanos e vamos manter a entrada da cidade fechada até que tenhamos uma solução para o problema. Queremos que se tenha um controle rígido de entrada na fronteira [...]."

"Ser morto por um brasileiro"

> Passaram em uma manifestação dizendo que não nos queriam. Os brasileiros se debruçando, querendo entrar aqui. Ontem amanheceu um venezuelano aqui atrás, morto a pedradas... a maioria de nós não está dormindo aqui. Agora mesmo eu acho que metade do grupo se foi. Uns para a Venezuela, outros foram para [inaudível]. E voltaram para a Venezuela porque preferiam a situação de lá.
>
> Pesquisadora: PREFERIAM a situação da Venezuela?
>
> Sim. Muitos saíram como loucos daqui dizendo "Vou embora, prefiro encarar o que pode acontecer [lá]".
>
> Pesquisadora: Do que morrer?
>
> Do que ser morto por um brasileiro.

Vemos nesse relato como explorações e violações de direito, que até então apareceram aqui de modo menos visível, escalam para a instauração de um ambiente ostensivamente hostil e inseguro. "Não nos queriam", é como a entrevistada prefacia a sua narrativa, uma compreensão sobre os acontecimentos que depois estará dramatizada também na reconstrução da fala dos brasileiros: "vão embora". Para além dos estados mentais e das ações verbais, a entrevistada narra as ações concretas dos brasileiros no gerúndio, produzindo para a violência sofrida um efeito acachapante. Na oração narrativa que descreve o assassinato do venezuelano, o agente da ação não está marcado, mas a circunstância ("a pedradas") é posta em posição proeminente. A narrativa constrói o episódio de violência como ponto de virada,

8 Fonte: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/cidade-de-rr-na-fronteira-com-a-venezuela-tem-tumulto-apos-assalto-a-comerciante.ghtml

que estabelece (i) um motivo para diversos venezuelanos retornarem ao seu país de origem, (ii) uma polarização entre brasileiros e venezuelanos e (iii) uma escala valorativa que atribui pesos diferentes à fome, associada à Venezuela, e à violência, associada ao Brasil. O acontecimento é central para a transformação da rota dos personagens e para a identificação da emergência de um discurso xenofóbico explícito, que fissura de maneira mais definitiva o estereótipo da cordialidade brasileira.

Na próxima narrativa vemos a fala de um militar da Operação Acolhida sobre esses mesmos acontecimentos. O entrevistado tenta oferecer uma explicação mais abrangente para o que houve.

"Ano eleitoral"

> Nós estamos em um ano eleitoral, não é? É certo que a presença de imigrantes, o acúmulo de imigrantes nas ruas incomoda, né? Conversando com quem é morador aqui você vai ver. No início as pessoas receberam muito bem, davam abrigo, alimentos, recebia em casa, dividia as coisas e tal, mas, muitas pessoas chegando, ao mesmo tempo, aí começam pequenos delitos, furtos, aí pessoas envolvidas com drogas, né? pequenos delitos que incomodam, acabam incomodando, né? Um acúmulo de coisas. Os venezuelanos acabam usando, é... do serviço de saúde pública, aí tem muita reclamação em termos de segurança pública, pequenos delitos, o inchaço da saúde, né? E a própria insegurança que as pessoas- que as pessoas que moram em Pacaraima e aqui sentem de sair as ruas, que tem um monte de gente nas ruas, se sentem menos seguras. [...] Aí tem candidato, né, que aproveita o momento pra insuflar, "vamos botar pra fora os venezuelanos", etc., usam eles como plataforma.

No excerto acima, nota-se que a associação entre populações refugiadas e atos criminosos ou atitudes violentas é mais uma vez reforçada através do relato – repetitivo – de delitos, furtos e envolvimento com drogas por parte dos/as venezuelanos/as. Tal associação é comumente evocada para, de alguma forma, validar a insegurança sentida por parte dos brasileiros e o distanciamento que é estabelecido entre os mesmos e as populações refugiadas. Como apontado anteriormente, a tentativa de preservação da imagem do Brasil como um país acolhedor através da marcação de uma cordialidade inicial acaba responsabilizando os venezuelanos solicitantes de refúgio pelo tensionamento da relação entre os grupos.

Ademais, a narrativa evidencia a necessidade por direitos básicos, como o acesso ao sistema de saúde, por exemplo, e a busca pelos mesmos por parte dos venezuelanos como alguns dos principais motivos de incômodo e inquietação por parte da população local. É interessante observar que, mediante essa construção de culpabilização dos refugiados e solicitantes de refúgio, os órgãos e figuras responsáveis pela provisão desses direitos terminam isentos de cobranças e, com frequência, se utilizam desse discurso para autopromoção, usando os venezuelanos "como plataforma".

4. À GUISA DE CONCLUSÃO

No presente texto, atendemos ao chamado interdisciplinar para mapear as práticas migrantes recrutando para isso a noção de paisagens discursivas. Nosso objetivo central foi observar como uma análise de narrativas que circulam no epicentro daquilo que ficou conhecido como a maior crise migratória no Brasil pode contribuir para a compreensão da experiência de deslocamento e recepção de venezuelanos e venezuelanas a partir da perspectiva dos vários atores sociais implicados no fenômeno – solicitantes de refúgio, habitantes de Roraima, gestores governamentais e não-governamentais.

Com foco nas escolhas discursivas das narrativas selecionadas para a fronteirização do campo da pesquisa, sublinhamos pistas que nos levam agora a uma reflexão sobre os embates discursivos tornados mais salientes do campo e que fazem emergir certos contra-mapas que desafiam escalas e grandes narrativas homogeneizantes sobre a recepção da população venezuelana. Desde os primeiros fragmentos de nosso pequeno *corpus*, gerado nas avenidas que nos foi possível percorrer, vemos ser tensionada a categoria de refúgio. Ao mesmo tempo em que é legitimada pelo governo brasileiro – patente na própria estrutura da Operação Acolhida –, o rótulo de refugiado não aparece de forma produtiva no campo, nem pela voz dos/as venezuelanos/as, nem pelos demais atores que se responsabilizam por sua assistência. Quando constroem nas suas histórias as causas e circunstâncias do seu deslocamento, a população venezuelana põe em xeque estereótipos idealizados de refúgio, em geral associados às imagens da fuga, da violência, da ruptura dos laços com país de origem e da impossibilidade de retornar. A condição de refugiado é produzida no campo a partir de bases próprias, como uma categoria difusa.

Da mesma forma, aparecem disputadas definições e estigmas sobre abrigos de refugiados. Tratados por vezes como espaços acolhedores da ordem dos "condomínios" e dos "hotéis", se afastam dos tropos da vulnerabilidade, massificação e miséria (LANETTE, 2019), a partir de discursos que subfocalizam e naturalizam sua precariedade. Complicando o modo positivo como são oficialmente avaliados, nos espaços dos abrigos circulam com certa estabilidade discursos civilizatórios prescritivos, que colocam brasileiros/as e venezuelanos/as em posições distintas e hierarquizadas. Ao mesmo tempo, a militarização das políticas públicas de acolhimento se discursiviza com uma ênfase no controle e docilização dos corpos nesses espaços e torna imbricados tropos de cuidado e controle; o discurso humanitário e o securitário. Acrescente-se a isso a invisibilidade das políticas de estado na assistência dos imigrantes, que, em geral, aparecem a cargo das agências humanitárias globais e da sociedade civil. Esse apagamento talvez esteja na base de outra característica discursiva das narrativas, que é um certo embaralhamento entre direito e favor na proteção dos/as refugiados/as.

Por fim, notamos uma tensão relevante entre o reforço e a desconstrução do discurso sobre a cordialidade e hospitalidade brasileiras. As narrativas nos mostram modos como uma (des)acolhida no Brasil estende muitas vezes a experiência de sofrimento. Além disso, a emergência de eixos de diferenciação entre brasileiros/as e venezuelanos/as, venezuelanos/as disciplinados e indisciplinados, pertença e não-pertença, passado e presente, indicam como um discurso explicitamente xenofóbico emergiu no campo.

A decisão de tomar como objeto de estudo as próprias narrativas dos participantes da pesquisa como *locus* de produção de conhecimento sobre a presença e circulação da população venezuelana no estado de Roraima segue a tradição de estudos discursivos da Análise de Narrativa, um campo vocacionado, entre outras coisas, à pesquisa empírica com dados de entrevistas qualitativas, e que concebe as práticas discursivas "nativas" como pedra fundamental da pesquisa social.

Nosso intuito aqui foi privilegiar vozes e compreensões em geral subaproveitadas na pesquisa sobre sentidos migratórios, apostando na possibilidade de as pessoas e grupos sociais atuarem como agentes das explicações sobre si e dos fenômenos que protagonizam. No emaranhado polifônico de suas próprias experiências, os sujeitos de pesquisa organizam paisagens e identidades que por vezes deslocam sentidos estabilizados em práticas discursivas que têm circulação garantida e legitimada. Neste estudo, a prática de pesquisa que atenta para narrativas orais contadas no campo convida para a conversa fragmentos de representações, posições e avaliações variadas sobre grupos, instituições e ações que tanto definem quanto complexificam o espaço da fronteira.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

BAMBERG. M. Positioning Between Structure and Performance. Journal of Narrative and Life History, v. 7, n. 1, p. 335-342, 1997.

BIAR, L. et. al. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de "pós-verdade". Linguagem em (Dis)curso, v. 21, n. 2, p. 231-251, 2021.

BLOMMAERT, J. Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes.Chronicles of Complexity. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

BRUNER, J. Acts of meaning. Harvard University Press, 1990.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (org.). A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016.

DE FINA, A. Doing Narrative Analysis from a Narratives-as-Practices Perspective. Narrative Inquiry, v. 31, n. 3, p. 49-71, 2020.

DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. Power/knowledge. Selected interviews and other writings. New York: Pantheon, 1980.

GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

GORTER, D. (org). Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.

HARRELL-BOND, Barbara. Can Humanitarian Work with Refugees Be Humane? Human Rights Quarterly, v. 24, p. 51-85, 2002.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. Language in the inner city. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-397.

LANETTE, C. Visual Depictions of Refugee Camps: constructing Notions of Refugee-ness? In: PRANEE, L. (org.), Handbook of Research Methods in Health Social Sciences. Singapute: Springer Singapore, 2019. p. 1811-1828.

LINDE, C. Life stories: The creation of coherence. Oxford: OUP, 1993.

POLKINGHORNE, D. Narrative knowing and the human science. New York: New York Press, 1988.

SHOHAMY, E.; GORTER, D. (org.). Linguistic landscape: expanding the scenery. London: Routledge, 2009.

WORTHAM, S. Narratives in Action. New York: Teachers College Press, 2001.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17267

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

O 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes e suas 'soluções': formas de categorização e intervenção sobre os povos indígenas em trânsito da Venezuela para o Brasil

Lucas D. Guerra
Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: lucaspxguerra@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2248-2544

Resumo: O artigo propõe uma análise de documentos do ACNUR e OIM sobre povos indígenas refugiados e migrantes oriundos da Venezuela para o Brasil a partir de duas perguntas fundamentais: *o que se representa como sendo o 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes e suas 'soluções'? Que pressupostos e silenciamentos subjazem essas formas de representação?* Para responder às perguntas, se utiliza um referencial teórico baseado em estudos pós-estruturalistas do discurso em RI. Em termos metodológicos, se utiliza a "abordagem WPR – *what's the problem represented to be?*". Como resultado, são identificados três formas de representação de problemas/soluções: (1) o 'problema' da vulnerabilidade e a 'solução' da categorização jurídica e responsabilização do Estado; (2) o 'problema' do deslocamento desordenado e a 'solução' do abrigamento temporário; e (3) um 'problema' eminentemente urbano com 'solução' na capacitação para inserção no mercado de trabalho. Argumenta-se, então, que essas representações estão sujeitas a reproduzir pressupostos e silenciamentos próprios de lógicas tutelares, assimilacionistas e coloniais.

Palavras-chave: povos indígenas; migração indígena; Situação Venezuela; Operação Acolhida; Warao

The 'problem' of indigenous refugees and migrants and its 'solutions': forms of categorization and intervention over indigenous peoples in transit from Venezuela to Brazil

Abstract: The paper proposes an analysis of documents from UNHCR and IOM regarding indigenous refugees and migrants originating from Venezuela to Brazil based on two fundamental questions: what is the 'problem' of indigenous refugees and migrants represented to be? What assumptions and silences underlie these forms of representation? A theoretical framework based on post-structuralist discourse studies in IR is employed to answer the questions. Methodologically, the "WPR - what's the problem represented to be? - approach" is mobilized. Hence, three forms of problem/solution representation are identified: (1) the 'problem' of vulnerability and the 'solution' of legal categorization and state accountability; (2) the 'problem' of disorderly displacement and the 'solution' of temporary sheltering; and (3) an eminently urban 'problem' with a 'solution' in capacity-building for labor market insertion. It is argued, then, that these representations reproduce assumptions and silences inherent in tutelary, assimilationist, and colonial rationales.

Key-words: indigenous peoples; indigenous migrations; Venezuelan Situation; Operation Shelter; Warao

El 'problema' de los pueblos indígenas refugiados y migrantes y sus 'soluciones': formas de categorización e intervención sobre los pueblos indígenas en tránsito desde Venezuela hacia Brasil

Resumen: El artículo propone un análisis de documentos del ACNUR y la OIM sobre los pueblos indígenas refugiados y migrantes procedentes de Venezuela hacia Brasil a partir de dos preguntas fundamentales: ¿cómo se representa el 'problema' de los pueblos indígenas refugiados y migrantes y sus 'soluciones'? ¿Qué supuestos y silenciamientos subyacen a estas formas de representación? Para responder a estas preguntas, se utiliza un marco teórico basado en estudios posestructuralistas del discurso en RI. En términos metodológicos, se utiliza el "enfoque WPR - *what's the problem represented to be*?". Como resultado, se identifican tres formas de representación de problemas/soluciones: (1) el 'problema' de la vulnerabilidad y la 'solución' de la categorización jurídica y la responsabilización del Estado; (2) el 'problema' del desplazamiento desordenado y la 'solución' del alojamiento temporal; y (3) un 'problema' eminentemente urbano con 'solución' en la capacitación para la inserción en el mercado laboral. Se argumenta, entonces, que estas representaciones están sujetas a reproducir supuestos y silenciamientos propios de lógicas tutelares, asimilacionistas y coloniales.

Palabras clave: pueblos indígenas; migración indígena; Situación Venezuela; Operación Acogida; Warao

Recebido em: 05-07-2023
Aceito em: 31-01-2024

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO

> *Yo no soy refugiado, ni migrante. Soy indígena Warao, latinoamericano, de la Amazonía. Este aquí también es mi territorio. [...] Yo lo que quiero es un terreno para sembrar, para hacer comunidad.*
>
> - E.Z., liderança indígena Warao[1].

O presente artigo é resultado de um conjunto de reflexões que venho desenvolvendo desde que escutei a frase acima, enunciada por uma liderança Warao em um evento promovido para discutir os desafios da integração de povos indígenas refugiados e migrantes oriundos da Venezuela no Brasil. Durante o evento, representantes de diversas instituições públicas, agências internacionais e organizações da sociedade civil manifestaram suas preocupações e propostas para a proteção e redução da vulnerabilidade desse grupo. Falou-se em medidas para a facilitação da emissão de documentos de regularização migratória, na adaptação cultural de espaços de abrigamento, na promoção de cursos de capacitação, empreendedorismo e língua portuguesa. Houve também uma participação ativa de lideranças indígenas oriundas da Venezuela, sobretudo da etnia Warao. Em linhas gerais, as lideranças que se manifestaram no evento trouxeram mensagens sobre não se sentirem confortáveis com as categorias de 'refugiados' e 'migrantes', sobre estarem mais preocupadas com que seus filhos pudessem aprender o idioma próprio do que o português, sobre terem mais interesse em conseguir um terreno para cultivar seus alimentos em comunidade do que na promoção de cursos profissionalizantes ou auxílios para aluguel individual.

Nesse momento, me pareceu evidente a tensão existente entre as fórmulas institucionais para proteção e redução de vulnerabilidades dos povos indígenas refugiados e migrantes, por um lado, e as aspirações, desejos e prioridades manifestadas pelas lideranças desses mesmos povos, por outro lado. Durante os dois anos seguintes, dediquei parte de minha pesquisa de doutorado a essa questão. Nesse processo, analisei uma série de documentos que delineiam, orientam e relatam as respostas institucionais à questão dos povos indígenas oriundos da Venezuela em trânsito[2]

1 Essa fala foi proferida por uma liderança Warao durante evento para discussão dos desafios de Povos indígenas refugiados e migrantes promovido em Boa Vista, Roraima, em novembro de 2021. O uso da fala foi autorizado pela liderança, que pediu a omissão de seu nome e do evento exato em que se manifestou.

2 Considero o termo "povos indígenas em trânsito" como o mais adequado para tratar dos indivíduos e coletividades indígenas que cruzam fronteiras entre Estados Nacionais. A meu ver, de um lado, esse termo apresenta um reconhecimento da identidade coletiva dos *Povos indígenas*, não atomizando-os em 'pessoas' nem generalizando em 'populações'. Ao mesmo tempo, a categoria de *trânsito* remete ao movimento e ao cruze de fronteiras, sem necessariamente fazer alusão a um movimento forçado, permanente ou a qualquer forma de categorização e regularização estatal dos movimentos migratórios. Ao longo do texto, contudo, utilizo também os termos priorizados nos documentos analisados: "povos indígenas migrantes", mais presente no documento da OIM, e "população indígena refugiada e migrante", mais presente no documento do ACNUR.

CC BY NC SA

pelo Brasil. Minha análise desses documentos esteve orientada por duas perguntas-guia, que proponho também para o presente artigo: *o que é representado como sendo o 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes e suas 'soluções'? Que pressupostos e silenciamentos subjazem essas formas de representação?*

Neste artigo, proponho um olhar mais atento para dois desses documentos. Um deles é o *Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil*, publicado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em 2018. O outro é o *Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*, publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em 2021. Em termos teóricos, meu olhar para esses documentos é orientado por estudos pós-estruturalistas do discurso em Relações Internacionais. Em termos metodológicos, pela "abordagem WPR – *what is the problem represented to be?*" proposta por Carol Bacchi (2009), conforme veremos em maior detalhe a seguir.

O artigo se encontra dividido em três seções. Na primeira delas, apresento alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos centrais para a construção do argumento. Na segunda, traço um brevíssimo panorama sobre a chegada e acolhimento de povos indígenas oriundos da Venezuela para o Brasil, com ênfase para os Warao. Na terceira seção, proponho uma análise dos dois documentos estudados e suas formas de representar o 'problema' dos Povos indígenas em trânsito da Venezuela para o Brasil e suas 'soluções'.

1. ANALISANDO A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES, 'PROBLEMAS' E 'SOLUÇÕES' NOS DISCURSOS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Nesse artigo, parto de uma perspectiva teórica orientada por estudos pós-estruturalistas do discurso, com especial atenção a como são mobilizados nas Relações Internacionais (RI). Em linhas gerais, essas abordagens trazem a atenção para articulações discursivas de saber-poder que *criam identidades* e, a partir desse processo de subjetivação, *autorizam intervenções* políticas consideradas legítimas e adequadas para determinados sujeitos (FOUCAULT, 2000; HALL, 2017).

De particular relevância para esse artigo, estudos críticos do discurso em RI apontam para como as construções discursivas de identidades e interesses são articuladas e reproduzidas por organizações internacionais, criando respostas (ou intervenções) políticas consideradas legítimas dentro de uma ordem internacional dominante (EPSTEIN, 2008; HENSE, 2010). Como veremos adiante, esses processos discursivos de subjetivação e intervenção tendem a ser reproduzidos pelas organizações internacionais em termos de *problemas* e *soluções*, o que

CC BY NC SA

permite o uso de uma abordagem metodológica específica – a *What's the problem represented to be?* (WPR) – para sua análise (BACCHI, 2009; RIEMANN, 2023).

Em linhas gerais, as abordagens pós-estruturalistas em Relações Internacionais tiveram um importante papel no descentramento de categorias políticas dominantes na disciplina, como soberania, anarquia, dentre outras (DOTY, 1996; EDKINS, 1999). Uma característica central em muitas dessas abordagens é a ênfase na análise de práticas discursivas de representação e seus efeitos na política internacional (ibid.). Sob risco de uma simplificação excessiva, nesse artigo eu gostaria de ressaltar três pontos que considero fundamentais nos estudos pós-estruturalistas do discurso em RI. São eles: (1) a produtividade do discurso; (2) a política da representação; e (3) o papel de organizações internacionais na reprodução e legitimação de discursos dominantes.

Sobre o primeiro ponto, a *produtividade do discurso*, destaca-se um entendimento de que os discursos – amplamente concebidos como formas verbais e não-verbais de representação do mundo – não somente descrevem a realidade, mas ao descrevê-la, concomitantemente a produzem (DOTY, 1996; EDKINS, 1999). Nesse processo, determinados sujeitos, objetos e questões são priorizados e determinadas possibilidades de ação política sobre eles são apresentadas como adequadas e legítimas, enquanto outras são silenciadas e descartadas (ibid.). Assim, nas palavras de Roxanne Lynn Doty (1996, p. 6, tradução livre), os discursos "delineiam os termos de inteligibilidade pelos quais uma 'realidade' particular pode ser conhecida e como se pode agir sobre ela". O discurso, portanto, é uma operação do saber-poder; uma articulação da linguagem para atribuir identidade a determinados sujeitos e objetos. É assim que práticas discursivas *produzem sujeitos*, suas identidades, e o tipo de ação política legítima e adequada para *governá-los* (DOTY, 1996; EDKINS, 1999; HANSEN, 2006).

Nesse ponto, destaca-se a *política da representação* enfatizada em estudos pós-estruturalistas do discurso em RI. Ao atribuir categorias de identidade aos sujeitos, os discursos produzem também a autorização de intervenções específicas sobre eles. De modo importante, essa produção discursiva de representações da realidade não se dá em um vácuo epistêmico, mas a partir da articulação e rearticulação de regimes de verdade existentes em uma determinada sociedade (DOTY, 1996; HANSEN, 2006). Assim, regimes de verdade são discursivamente produzidos e reproduzidos por especialistas e instituições social e politicamente dotadas de autoridade, de modo que paulatinamente se tornam naturalizados, tomados como dados e, no limite, despolitizados (ibid.).

De especial relevância para as RI, destaca-se o *papel das organizações internacionais* (OIs) na disseminação e legitimação global de discursos dominantes e suas representações de sujeitos, questões políticas e intervenções consideradas legítimas sobre eles. Como notam autoras de distintas perspectivas críticas, as OIs tendem a expressar representações discursivas que

CC BY NC SA

abordam os grandes desafios globais em uma lógica de *problemas* e *soluções*. Muitas vezes, isso leva à reprodução acrítica de representações de subjetividades, bem como à simplificação e tecnificação de questões políticas complexas e com raízes nas profundas estruturas de desigualdade global (AUTESSERRE, 2010; COX, 1981; MAC GINTY, 2013; SABARATNAM, 2017). No limite, portanto, as organizações internacionais podem reproduzir e legitimar violências estruturais em seus esforços de promover a paz, a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos ao redor do globo (AUTESSERRE, 2010; EDKINS, 1999; SABARATNAM, 2017).

Levando em consideração as possíveis reproduções de lógicas violentas nos discursos produzidos, reproduzidos e legitimados na política internacional é que se destaca o comprometimento ético e político dos estudos pós-estruturalistas do discurso em RI. Nas palavras de Lene Hansen (2006, p. 33, tradução livre):

> Como construções particulares de identidade sustentam e legitimam respostas políticas, a ambição ética e política [da análise de discurso em RI] é mostrar como essas construções impõem restrições particulares sobre que sujeitos podem ganhar uma legítima – ainda que circunscrita – presença e quais políticas [...] podem, por sua vez, ser significativamente prescritas (HANSEN, 2006, p. 33, tradução livre).

É esse comprometimento ético e político que orienta meu olhar para os documentos do ACNUR e OIM neste artigo. Em termos metodológicos, utilizo como referência a "abordagem WPR" proposta pela politóloga Carol Bacchi (2009). É importante esclarecer que a abordagem de Bacchi foi originalmente pensada para a análise discursiva de políticas públicas, com ênfase em como discursos nessa área constroem determinados sujeitos e questões como *problemas* e enquadram determinadas políticas públicas como suas *soluções* (BACCHI, 2009).

Como argumentei há pouco, entendo que as organizações internacionais operam em uma lógica semelhante de construção discursiva de *problemas* e *soluções*. Além disso, no limite, muitas das recomendações das OIs tem como objetivo precisamente orientar políticas públicas de acordo com as 'melhores práticas' a nível mundial (BARTELS, 2018). Ademais, estou de acordo com Malte Riemann (2023) na percepção de que a abordagem WPR oferece uma estrutura metodológica coerente aos estudos pós-estruturalistas de discurso em Relações Internacionais.

Assim, como coloca Riemann (2023), Bacchi apresenta uma perspectiva de *questionamento de problemas*, no lugar de sua solução. Uma premissa básica da abordagem da autora é que as *problematizações* – ou seja, as formas como determinadas questões são constituídas como problemas em discursos oficiais – são dispositivos de *governamentalidade*, na medida em que moldam subjetividades, percepções da 'realidade' e propostas de intervenção política sobre ela (BACCHI, 2009). Nas palavras da autora:

> Uma vez que somos governados através de problematizações [...] – isto é, uma vez que como uma questão é problematizada determina o que é o que não é feito, bem como a maneira com que determinados grupos podem ser tratados – se torna crucial um escrutínio atento às problematizações e às representações do problema que elas contêm (BACCHI, 2009, p. 155, tradução livre).

De modo importante, na perspectiva de Bacchi (2009), toda problematização vem acompanhada de propostas de *intervenção* sobre o problema. Portanto, a autora propõe uma abordagem que "questiona as lógicas [e] pressuposições enraizadas" que compõem as formas de problematização, assim como "possíveis silenciamentos no entendimento do que precisa ser mudado, e os efeitos que provavelmente acompanham esse entendimento particular do 'problema'" (BACCHI, 2009, p. x, tradução livre). A essa abordagem, a autora denomina "*what's the problem represented to be?*" – em uma tradução aproximada, *o que se representa como sendo o problema?* –, ou "abordagem WPR" (*WPR approach*).

Como um caminho para orientação da análise, Bacchi (2009) propõe um conjunto de seis perguntas que podem ser utilizadas para questionar as representações discursivas subjacentes a determinadas formas de problematização e propostas de intervenção política sobre 'problemas':

Figura 01 – As 6 perguntas da abordagem WPR

1. O que se representa como sendo o 'problema'?
2. Que pressuposições subjazem essa representação do 'problema'?
3. Como surgiu essa representação do 'problema'?
4. O que é deixado como 'não problemático' nessa representação do problema? Onde estão os silêncios? O 'problema' pode ser pensado de forma diferente?
5. Que efeitos são produzidos por essa representação do 'problema'?
6. Como/onde essa reprodução do 'problema' foi produzida, disseminada e defendida? Como ela poderia ser questionada, desmantelada e substituída?

Fonte: tradução e adaptação de BACCHI (2009, p. xii).

É válido destacar que a abordagem WPR proposta por Bacchi (2009) não tem a intenção de apresentar um passo a passo dogmático para a análise discursiva de problematizações. Como coloca a própria autora, "a separação de perguntas em uma abordagem WPR não é

sempre necessária [...], nem é necessário conduzir a pesquisa como se fosse uma fórmula" (ibid., p. 92, tradução livre). Sendo assim, para a análise dos documentos selecionados para este artigo, proponho uma ênfase analítica inspirada em duas das questões propostas por Bacchi (2009): (I) o que se representa como sendo o 'problema' dos povos indígenas refugiadas e migrantes (e suas 'soluções') e; (II) que pressuposições e silenciamentos subjazem essa representação do 'problema'.

Nesse sentido, não tenho a intenção de fazer uma análise crítica do discurso, evidenciando supostas 'verdades' ocultas nas entrelinhas dos textos aqui analisados. Tampouco busco entender como esses documentos descrevem a situação de povos indígenas em trânsito, como se esta fosse uma realidade material concreta, passível de ser objetivamente observada e rigorosamente descrita de maneira fidedigna em um documento. Pelo contrário, estou interessado em identificar como os povos indígenas em trânsito são descritos, categorizados e inseridos em estruturas de significado nesses documentos, e quais possibilidades de intervenção política são consideradas legítimas e apropriadas a partir dessa inserção.

2. A SITUAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS NO CONTEXTO DE ACOLHIMENTO A REFUGIADOS E MIGRANTES ORIUNDOS DA VENEZUELA NO BRASIL

Desde 2014, com notável incremento a partir de 2015, há um acentuado movimento migratório da Venezuela para outros países, sobretudo latino-americanos e caribenhos (GRANDINI; PRIETO ROSAS; LOZANO-ASCENCIO, 2020). Não é intenção desse trabalho entrar em detalhes analíticos sobre os fatores que levaram a esse movimento migratório. De um modo geral, se pode atribuí-lo a uma deterioração generalizada dos padrões de bem-estar da população do país, levando-a a cruzar fronteiras em busca de melhores oportunidades de vida e/ou proteção (ibidem; SILVA; ABRAHÃO, 2019). Assim, estima-se que cerca de 7.722.579 pessoas deixaram a Venezuela até 30 de novembro de 2023, sendo que 6.538.756 delas buscaram asilo ou residência em países da América Latina e Caribe[3]. Destas, 506.850 foram acolhidas no Brasil[4].

Diante do movimento migratório da Venezuela para o Brasil, o Governo Federal brasileiro organizou uma resposta institucional para o acolhimento humanitário de refugiados e migrantes venezuelanos: a Operação Acolhida, em vigência desde março de 2018. A Operação envolve um conjunto de atores do Governo Federal e das Forças Armadas Brasileiras, com apoio da Organização das Nações Unidas e de organizações da sociedade civil[5]

3 Dados disponibilizados pela Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V). Disponível em: https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes. Acesso em 03 mar. 2024.

4 Ibid.

5 Para uma descrição detalhada dos atores que compõem a Operação Acolhida, ver (CAPDEVILLE, 2021, p. 73).

(CAPDEVILLE, 2021; MOULIN; MAGALHÃES, 2020). A resposta humanitária ofertada pela Operação Acolhida se estrutura em três pilares fundamentais, sendo eles: (I) ordenamento de fronteira e documentação; (II) abrigamento e assistência humanitária e (III) interiorização (ibid.). Dessa forma, estrutura-se uma lógica de resposta humanitária que abrange do acolhimento emergencial em zona de fronteira à interiorização para outras partes do país como proposta de solução duradoura para a integração socioeconômica de migrantes e refugiados venezuelanos em diferentes regiões do Brasil (CAPDEVILLE, 2021; CARNEIRO, 2019; SILVA; GOMES, 2021).

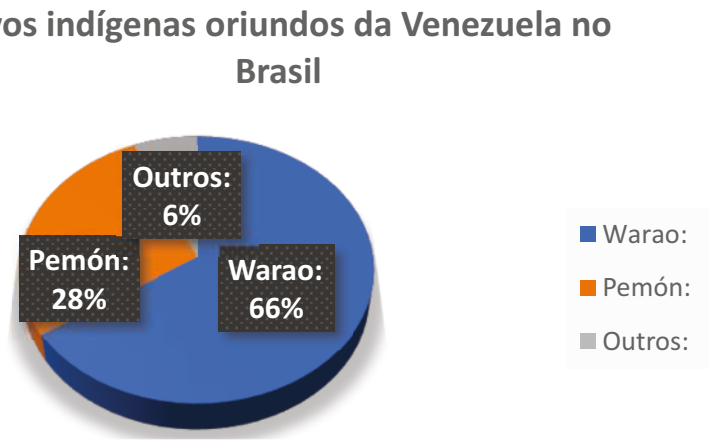
De um modo geral, a resposta do Governo Federal brasileiro ao movimento migratório venezuelano – sobretudo em termos da estratégia de inserção socioeconômica através da interiorização – tem sido destacada como uma boa prática[6] de acolhimento a refugiados e migrantes, inclusive a nível internacional (HERRERA, 2023; RODRÍGUEZ ESTRADA, 2023; PACÍFICO; SILVA, 2019). Contudo, como apontam Júlia Capdeville (2021) e Julia Rensi e Maria Luísa Câmara (2021), as barreiras e desafios desse modelo se tornam evidentes quando se trata do acolhimento humanitário a povos indígenas em trânsito da Venezuela para o Brasil.

Nesse sentido, com especial relevância para este trabalho, destaca-se que dos mais de 500 mil refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil, um total de aproximadamente 11.010 são indígenas: 7.237 da etnia Warao (66%), 3.072 do povo Pemón (28%) e 701 de outras etnias, incluindo Kariña (348), E'ñepá (254) e Wayúu (74), entre outras[7].

6 É importante destacar que há também perspectivas críticas às formas de gestão do fluxo migratório venezuelano priorizadas pela Operação Acolhida. Ver, por exemplo: (ALMEIDA; GAMA; PAIVA, 2022; MOULIN; MAGALHÃES, 2020; VASCONCELOS; MACHADO, 2021).

7 Dados disponibilizados no Painel de Perfil Populacional Indígena da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR Brasil). Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjlmNzdiODctYjMwZC00NjkzLWI0YzctY2VmZDdjYzJmMDQxIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9. Acesso em 03 mar. 2023.

Figura 02 – Povos indígenas oriundos da Venezuela no Brasil por etnia (dezembro de 2023)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponibilizados no Painel de Perfil Populacional Indígena do ACNUR Brasil[8].

Nesse artigo, recebem especial atenção os povos indígenas em trânsito da Venezuela para o Brasil de etnia Warao, por serem a principal população de referência dos documentos aqui analisados. Por uma questão de escopo do artigo, não me demorarei em uma tentativa de descrição dos Warao e dos percursos que os trouxeram à situação de deslocamento para o Brasil[9]. Me limitarei, portanto, à apresentação de algumas características gerais que ganharam destaque com a chegada desses povos ao país, quais sejam: (1) sua situação acentuada de vulnerabilização[10]; e (2) a dificuldade de estabelecer um marco jurídico e institucional adequado para seu acolhimento.

De princípio, considero importante esclarecer que, apesar de optar por uma generalização, estou de acordo com Marlise Rosa (2020) e Gabriel Tardelli (2023) quando se referem à heterogeneidade das formas de ser e estar no mundo do povo Warao. Também considero fundamental contextualizar que o deslocamento dos Warao para o Brasil é mais um passo de uma jornada de décadas de deslocamentos internos na Venezuela, sobretudo motivados pela incursão de projetos extrativistas do Estado em seus territórios originais (CIRINO, 2020; ROSA, 2020; TARDELLI, 2023).

8 Ibidem.
9 Para uma síntese nesse sentido, ver (ROSA, 2020, capítulo 1).
10 Seguindo Capdeville (p. 190), prefiro utilizar o termo *vulnerabilização* ao termo vulnerabilidade, posto que o primeiro denota ações estatais ora de expropriação, ora de descaso, que levaram à deterioração das condições de saúde e bem-estar dos Warao.

Quanto à chegada dos Warao no Brasil, especificamente, Marlise Rosa (2020, p. 23) menciona que:

> Dentre as motivações para deixarem a Venezuela, os Warao citam a fome e o fim de programas sociais; vieram para o Brasil em busca de alimentos, roupas, trabalho e dinheiro – obtido tanto por meio de doações como também pela venda de artesanato. Buscavam também acesso à saúde, pois muitos chegavam machucados ou doentes e muitas mulheres estavam grávidas.

Assim, como acrescenta Tardelli (2023, p. 343), os Warao "rumaram para o país vizinho pelas mesmas razões de milhões de venezuelanos: hiperinflação, escassez de alimentos, busca de medicamentos e atendimento médico, perseguições políticas ou violências cometidas por grupos armados". Em síntese, "diante da escassez de alimentos, do seu alto custo e da falta de serviços de saúde, os Warao alegam que se viram forçados a deixar a Venezuela em busca de melhores condições de vida no Brasil" (ROSA, 2020, p. 25).

Nesse sentido, destaca-se a acentuada situação de vulnerabilização dos Warao no momento de chegada ao Brasil, muitas vezes após percorrerem um longo trajeto desde seus territórios de origem até a zona de fronteira (CIRINO, 2020; SOUZA, 2018; TARDELLI, 2023). Como ressalta Júlia Capdeville (2021, p. 176), "quando chegam ao Brasil, em situação de vulnerabilização e precarização extrema, os Warao arrecadam dinheiro de duas formas: vendendo peças de artesanato que trouxeram da Venezuela e coletando nos sinais de Boa Vista e nas ruas de Pacaraima".

Vale destacar que a prática de pedir dinheiro nas ruas segue entre os Warao em outras regiões além dos municípios de Roraima (DA COSTA ET. AL., 2022; RENSI; CÂMARA, 2021; ROSA, 2020). Ainda sobre esse assunto, Marlise Rosa (2020) aponta que a prática de pedir dinheiro na rua é entendida pelos Warao como um trabalho – ainda que bastante árduo e não ideal – e protagonizada sobretudo por mulheres, que acumulam ainda a função de cuidado com as crianças. A presença de mulheres e crianças Warao em atividades de pedir dinheiro nas ruas gerou importantes tensões com a institucionalidade brasileira. Como aponta Rosa (2022), instituições públicas retiraram crianças Warao de suas famílias com base em argumentações criminalizadoras e racistas sobre os Warao, de modo alheio e desinteressado às suas compreensões próprias de infância, gênero e trabalho.

Esse é um ponto sintomático de uma problemática maior referente à chegada dos indígenas Warao em território brasileiro: a dificuldade de estabelecer um marco jurídico e institucional adequado para seu acolhimento. A nível jurídico, houve um imbróglio quanto ao status desses indígenas, sobretudo em termos de se deveriam ser tratados primariamente como 'povos indígenas' ou como 'estrangeiros' (CAPDEVILLE, 2021; CIRINO, 2020; SOUZA, 2018).

CC BY NC SA

Em princípio, a questão era tratada como se ambas as categorias jurídicas fossem excludentes, ou como se uma necessariamente precisasse sobressair-se sobre a outra (ibid.).

Tal imprecisão jurídica levou a que importantes órgãos indigenistas brasileiros, como a FUNAI, se afastassem, em um primeiro momento, da resposta à situação de povos indígenas oriundos da Venezuela (RENSI; CÂMARA, 2021; CIRINO, 2020; SOUZA, 2018). A ausência de instituições indigenistas especializadas na resposta do Estado brasileiro à situação migratória venezuelana levou a que povos indígenas refugiados e migrantes fossem abarcados pelos mesmos modelos de resposta humanitária e políticas públicas destinados aos migrantes e refugiados de maneira geral, sem o devido reconhecimento a suas especificidades como povos indígenas (RENSI; CÂMARA, 2021; ROSA, 2020).

A meu ver, é diante do desafio de pensar em respostas políticas culturalmente adequadas para os Povos indígenas oriundos da Venezuela para o Brasil que surgem os documentos do ACNUR e OIM que serão analisados na seguinte seção. A partir de uma *caracterização* desses povos, ambos os documentos vão apresentar um conjunto de propostas que orientem sua *proteção*. Como já argumentei anteriormente e conforme veremos em detalhes adiante, entendo que essa construção discursiva se dá em termos de *problemas* e *soluções*, propondo uma série de *representações da subjetividade* indígena migrante e *intervenções políticas* consideradas legítimas para o engajamento do Estado com esses sujeitos.

3. O *PROBLEMA* DOS WARAO EM TRÂNSITO E SUAS *SOLUÇÕES*: POLÍTICAS DE REPRESENTAÇÃO E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO POLÍTICA

Nesta seção do artigo, apresento uma análise de dois documentos produzidos, respectivamente, pela Organização Internacional das Migrações (OIM) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) com fins a orientar boas práticas no acolhimento de indígenas oriundos da Venezuela no Brasil. São eles o *Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil* (OIM, 2018) e o *Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes* (ACNUR, 2021).

Proponho um olhar especificamente para esses dois documentos por três motivos principais. O primeiro motivo é que se tratam de documentos publicados pelas duas agências do Sistema ONU que lideram a nível internacional a resposta para a situação migratória venezuelana . O segundo motivo é que se tratam das primeiras publicações de ambas as agências sobre o tema dos povos indígenas refugiados e migrantes, de modo que refletem as primeiras tentativas de ambas de definir esse 'problema' e propor suas 'soluções'. Finalmente, o terceiro motivo é que ambos os documentos se centram no povo Warao – principal etnia presente no fluxo migratório indígena da Venezuela para o Brasil.

Conforme mencionado anteriormente, minha análise está estruturada conforme a "abordagem WPR" de Carol Bacchi (2009) e com forte inspiração em abordagens pós-estruturalistas à análise de discurso em Relações Internacionais. Portanto, proponho uma interpretação de como os sujeitos indígenas em trânsito – principalmente os Warao – são constituídos como um *problema* e que *soluções* são consideradas cabíveis a partir dessa constituição. Para fins de exposição do argumento, organizei minha interpretação analítica conforme duas perguntas inspiradas pela proposição de Bacchi (2009, p. xii): (I) o que se representa como sendo o 'problema' dos povos indígenas e suas 'soluções' e (II) que pressuposições e silenciamentos subjazem essa representação do 'problema'.

3.1 O que se representa como sendo o 'problema' dos indígenas refugiados e migrantes e suas soluções?

Em ambos os documentos estudados, o *problema* dos povos indígenas em trânsito da Venezuela para o Brasil começa a ser delineado em termos de uma característica desses grupos já mencionada na seção anterior: sua acentuada situação de vulnerabilidade. Assim, o documento da OIM (2018, p. 24-5, grifos meus) pontua que "povos indígenas [...] com frequência figuram como *grupos especialmente vulneráveis* em processos migratórios", sendo a vulnerabilidade compreendida como "presença [...] e interação de fatores ou circunstâncias que aumentam o risco e a exposição à violência, exploração, abuso e violações de direitos de pessoas individualmente e de famílias, grupos e comunidades.

Já o documento do ACNUR (2021, p. 28, grifo meu) ressalta que:

> [...] os indígenas geralmente possuem dinheiro apenas para as passagens de barco ou de ônibus, não conseguindo se alimentar no decorrer da viagem, o que contribui para a *condição de vulnerabilidade física e social dessas famílias* e reforça a *importância de que haja respostas rápidas por parte do poder público local* diante da chegada dessa população (ACNUR, 2021, p. 28, grifos meus).

Um outro ponto destacado tanto no documento da OIM quanto no do ACNUR é o que podemos chamar de *agência* dos sujeitos indígenas refugiados e migrantes, conceituada pela OIM (2018, p. 24) como *resiliência* e pelo ACNUR (2021, p. 28) como *autonomia*. Em comum, ambos os conceitos denotam que apesar de sua condição de vulnerabilidade, esses sujeitos seguem suas formas próprias de organização do movimento migratório e do cotidiano após a chegada no Brasil. Nos dois casos, se atribui essa característica à identidade coletiva derivada do pertencimento étnico. Nesse sentido, o documento do ACNUR (2021, p. 28, grifo meu) ressalta que:

> A mobilidade Warao [...] organizou-se desde o princípio por meio de redes de relações sociais estabelecidas mediante vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade. Através dessas redes, circulam pessoas, bens (artesanato, alimentos, roupas, dinheiro), informações/referências (tanto de lugares como de pessoas) e saberes, inclusive espirituais. [...] Os Warao se deslocam tendo em vista essa rede que os auxilia com informações sobre as cidades e com recursos financeiros, emprestando valores entre si. *Os deslocamentos são organizados de maneira autônoma, demonstrando o protagonismo desses sujeitos*.

Em sentido semelhante, o documento da OIM (2018, p. 24, grifos meus) destaca:

> Fora de seus países originários [...] esses *povos indígenas migrantes* figuram entre os *grupos mais vulneráveis* e, muitas vezes, demandam acolhida humanitária ao mesmo tempo que apresentam *capacidades de resiliência diferenciadas*, justamente porque *relacionadas à identidade coletiva indígena*. Nesse sentido, a proteção de seus direitos também deve considerar sua condição de minoria étnica e linguística, sem perder ou diminuir sua identidade indígena, como forma de garantir a proteção de seus direitos fundamentais, inclusive o direito de existir como povos indígenas.

Assim, os próprios documentos complexificam a representação dos povos indígenas refugiados e migrantes estritamente como sujeitos vulneráveis e carentes de intervenção humanitária. Há o reconhecimento de suas formas próprias de organização e agência, que devem ser tomadas em conta para a formulação de respostas e políticas de atenção a essa população. Nesse ponto, contudo, a categorização dos povos indígenas em trânsito como a um só tempo *vulneráveis* e *resilientes/autônomos* toma um contorno de 'problema': ao manterem suas formas autônomas de deslocamento, sem necessariamente passar pelos processos mediados pelo Estado de documentação e assistência social, os Warao correm o risco de acentuar ainda mais sua vulnerabilidade. Como veremos mais adiante, esse 'problema' do deslocamento autônomo ativa uma proposta de intervenção fundamental no acolhimento desses povos: as ações de abrigamento temporário.

Uma terceira forma de categorização do 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes nos documentos da OIM e ACNUR, de fundamental importância para a proposição de suas 'soluções', é a sua caracterização como um *problema eminentemente urbano*. Como apresenta o documento da OIM (2018, p. 27, grifo meu), "no fluxo entre a [...] Venezuela e o Brasil, a migração indígena associa-se à complexa questão do enfrentamento de *violações de direitos de indígenas em contexto urbano*, tema também frequentemente invisibilizado, apesar de cada vez mais relevante".

Igualmente, o documento do ACNUR (2021) dá bastante destaque ao caráter urbano da chegada dos Warao no Brasil. O documento enfatiza que a presença majoritária em território

urbano não prejudica a identidade dos Warao como sujeitos indígenas nem deveria prejudicar seu acesso aos direitos nacional e internacionalmente assegurados aos povos indígenas (ibid., p. 31-5). Em termos de constituição do 'problema', o documento ressalta uma série de desafios enfrentados pelos Warao em contexto urbano: a dificuldade de inserção laboral, a relação de tensão com o sistema biomédico de saúde, a incompreensão institucional quanto à sua dupla condição de indígenas *e* refugiados/migrantes e a falta de acesso a políticas públicas culturalmente sensíveis de maneira geral.

A título de síntese, portanto, podemos identificar tanto no documento do ACNUR como no da OIM *três formas principais* do que o problema dos Warao em trânsito da Venezuela para o Brasil é representado como sendo: (1) um *problema de vulnerabilidade*; (2) um *problema de deslocamento desordenado*; e (3) um *problema eminentemente urbano*. Como veremos adiante, essas categorizações do 'problema' permitem aos documentos ativarem como possíveis 'soluções': (1) a categorização dos indígenas refugiados e migrantes como *sujeitos de direitos* e consequente *responsabilização do Estado*; (2) as *ações de abrigamento temporário*; e (3) a *capacitação para o trabalho*.

Quanto à primeira 'solução', ambos os documentos se preocupam em apresentar um *enquadramento jurídico dos povos indígenas refugiados e migrantes como sujeitos de direitos*, enfatizando que a eles se aplicam um conjunto de direitos diferenciados e não-excludentes como povos indígenas *e* como refugiados e migrantes. Note-se as esquematizações na seguinte figura:

Figura 03 – Principais instrumentos nacionais e internacionais sobre os direitos de povos indígenas refugiados e migrantes



Fontes: (OIM, 2018, p. 84; p. 96; ACNUR, 2021, p. 35).

Ao reconhecer o amplo gama de direitos que se aplicam aos sujeitos indígenas refugiados e migrantes, ambos os documentos podem construir a base argumentativa para *responsabilização do Estado* pela resposta adequada a essa população. Nesse sentido, a OIM (2018, p. 16) propõe mapear "os desafios para que o Estado brasileiro acolha adequadamente essa população, com um enfoque de direitos". Em um sentido semelhante, o ACNUR (2021, p. 9, grifos meus) pretende "provocar *olhares culturalmente sensíveis e juridicamente orientados*, contribuindo para a proteção e *adequação do atendimento oferecido a essa população*". Assim, ambos os documentos apresentam uma série de obrigações e recomendações para o Estado, a níveis municipal, estadual e federal, para uma resposta adequada aos povos indígenas refugiados e migrantes, desde seu procedimento de regularização migratória até o acolhimento nas redes públicas de saúde, educação e assistência social.

Entre as ações recomendadas, há aquela que identifico como uma proposta de 'solução' para o *'problema' do deslocamento desordenado* dos povos indígenas refugiados e migrantes: as ações de abrigamento temporário. Como mencionado na seção anterior, o abrigamento é um dos pilares da Operação Acolhida, bem como uma resposta institucional do poder público à chegada de povos indígenas refugiados e migrantes em diferentes regiões do Brasil (DA COSTA, 2022; RENSI; CÂMARA, 2021; ROSA, 2020). Pretende-se que, nesses espaços, os povos indígenas refugiados e migrantes recebam uma assistência imediata para a redução de suas vulnerabilidades (provisão de alimentos, atendimento à saúde etc.), bem como apoio para o processo de regularização migratória, acesso a serviços públicos de educação, saúde e assistência social, e capacitação para inserção no mercado de trabalho (ACNUR, 2021; OIM, 2018).

Evidentemente, os documentos da OIM (2018) e ACNUR (2021) advogam por uma adequação cultural da infraestrutura e regras de convivência dos espaços de abrigamento temporário, tornando-os mais apropriados para os povos indígenas refugiados e migrantes. Desse modo:

> Dentre as medidas de proteção destinadas à população Warao, o abrigamento tem uma dimensão central, pois se desdobra em outras questões de grande relevância no atendimento a essas pessoas, como a alimentação, a construção de acordos de convivência e as formas de representatividade política. *O respeito ao modo de vida diferenciado e a adequação cultural nessas questões afetam as decisões dos indígenas quanto à permanência nesses locais ou à realização de novos deslocamentos* (ACNUR, 2021, p. 40, grifo meu).

Portanto, os espaços de abrigamento *culturalmente adequados* aparecem como uma '*solução*' para o deslocamento desordenado dos povos indígenas refugiados e migrantes, garantindo a possibilidade de um acolhimento mais estável por parte do Estado para redução das vulnerabilidades dessa população.

Por fim, uma terceira 'solução' que aparece nos documentos é a *capacitação para o trabalho*, em resposta ao *'problema' eminentemente urbano* dos Warao oriundos da Venezuela para o Brasil. De fato, o acesso ao trabalho é um desafio transversal tanto a refugiados e migrantes, de maneira geral, como a povos indígenas em contexto urbano (CHAVES, 2022; ROSA; REIS, 2023). No caso de povos indígenas refugiados e migrantes, o documento da OIM (2018, p. 88) enfatiza que a Convenção 169 da OIT "articula as categorias 'povos indígenas' e 'migrantes', particularmente no campo do trabalho", garantindo-lhes pleno acesso à capacitação laboral, emprego digno e direitos trabalhistas e previdenciários.

Para além da questão jurídica, no caso específico dos Warao, o documento do ACNUR (2021) destaca a qualificação para a inserção laboral e a educação financeira como 'soluções' para uma melhor inserção no desafiador contexto urbano em que se encontram. Assim:

> A inserção laboral dos Warao, como sabemos, continua sendo um grande desafio, sobretudo em virtude da *barreira linguística e da falta de capacitação profissional*. [...] A superação dos problemas sociais decorrentes daquilo que erroneamente se tipifica como 'mendicância', portanto, só será possível por meio da *criação de mecanismos voltados à inserção laboral desses indígenas* e da criação de alternativas para a geração de renda, que possam considerar as múltiplas ocupações experimentadas por eles [...] A celeridade na *emissão da documentação civil básica, como se nota, é fundamental* tanto para potencializar as chances de inserção laboral desses sujeitos como para garantir sua proteção, tendo em vista que os riscos da informalidade no mundo do trabalho podem colocar esses indivíduos, que já estão em condição de vulnerabilidade social, em situações que comprometam sua integridade física e emocional [...]. A partir da *realização de levantamentos voltados à identificação das experiências prévias, bem como dos atuais desejos e anseios dessa população*, poderão ser pensados *cursos de capacitação profissional* e iniciativas que melhor se adequem às demandas dos indígenas.
>
> [...]
>
> Além do *ensino de português, da realização de cursos de capacitação profissional* e do *estabelecimento de espaços de orientação sobre direitos trabalhistas*, também há necessidade de *instruções financeiras*, tendo em vista [...] o desconhecimento do funcionamento das instituições bancárias. [...] há entre os indígenas demanda crescente por inserção bancária. Porém, eles se deparam com dificuldades para a abertura de conta, para a realização de transações e, contratando serviços sem compreenderem as tarifas e taxas, colocam-se em risco de endividamento (ACNUR, 2021, p. 63-4, grifos meus).

Temos, portanto, a identificação de algumas das formas principais com que os documentos do ACNUR (2021) e da OIM (2018) representam o 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes, bem como de algumas das 'soluções' propostas a partir dessas representa-

CC BY NC SA

ções do 'problema'. Na sequência, cabe uma avaliação crítica dos pressupostos subjacentes a essas representações e propostas, bem como dos silenciamentos que elas carregam.

3.2 Que pressuposições e silenciamentos subjazem o 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes e suas 'soluções'?

Como vimos há pouco, uma primeira forma de problematização dos povos indígenas refugiados e migrantes nos documentos estudados se expressa a partir do *'problema' da vulnerabilidade*, ao qual se apresenta a *'solução' da categorização como sujeitos de direitos e responsabilização do Estado* pelo atendimento adequado a esses sujeitos. De fato, a lógica de categorização de indivíduos como sujeitos de direitos inscritos a um ente político soberano responsável por assegurar esses direitos é um princípio basilar da modernidade política, bem como base de sustentação para a própria ideia de direitos humanos fundamentais (BALIBAR, 2014; RANCIÈRE, 2010). Portanto, uma pressuposição elementar dessa forma de representação do 'problema' e 'solução' para povos indígenas refugiados e migrantes é a lógica política moderna liberal que entende *indivíduos* como sujeitos de direitos e *Estados* como os responsáveis por garantir esses direitos.

Contudo, sobretudo no que tange à relação entre Estados e povos indígenas, essa lógica reproduz alguns silenciamentos fundamentais. Em primeiro lugar, podemos destacar o fato de que o processo histórico de consolidação dos Estados Nacionais, do conceito jurídico de soberania estatal e de afirmação do sistema-mundo moderno capitalista e interestatal foi calcado no genocídio de povos ameríndios (ANGHIE, 2004; MIGNOLO, 2011; PICQ, 2018; SHAW, 2008). Assim, a lógica liberal dos direitos fundamentais e do contrato social entre indivíduos e Estado tem como 'outro lado da moeda' o genocídio e escravização de povos ameríndios (ibid.). Além disso, é importante ressaltar que a lógica de atuação do Estado sobre povos indígenas é historicamente – e, em alguns casos, contemporaneamente – marcada pelo instituto da *tutela*. Nessa lógica, é comum a representação de povos indígenas como sujeitos débeis e vulneráveis – no limite, sub-humanos – que carecem da intervenção estatal, com seu *poder tutelar*, para reduzir suas mazelas e vulnerabilidades (BRIGHENTI, 2016; SOUZA LIMA, 1995).

É importante destacar que, embora o instituto jurídico da tutela tenha sido revogado no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, lógicas tutelares de ação estatal perante povos indígenas seguem vigentes na contemporaneidade (SOUZA LIMA, 2015). Em linhas gerais, em diferentes partes do mundo, categorias jurídicas e intervenções estatais para a 'proteção' e 'redução de vulnerabilidades' de povos indígenas podem decorrer no cerceamento da autonomia indígena e em práticas violentas por parte do Estado contra esses povos (BRIGHENTI, 2016; COULTHARD, 2014). A título de exemplo, temos as ações de retirada forçada de crianças Warao da guarda de suas mães como medida estatal de 'proteção' pautada, na realidade, em um profundo desconhecimento de entendimentos Warao da infância e da maternidade (ROSA, 2022).

Portanto, a relação entre Estado, garantia de direitos e povos indígenas está longe de ser pacífica ou tão linear quanto pretende a lógica moderna liberal (COULTHARD, 2014; SOUZA LIMA, 2015). A representação do 'problema' da vulnerabilidade e 'solução' da responsabilização estatal é um caminho possível para uma resposta adequada a povos indígenas refugiados e migrantes, mas carrega também o risco de cercear sua autonomia e incorrer em práticas estatais violentas contra sues entendimentos de mundo e modos de vida. De fato, ainda que fundamentalmente endossem a ação estatal como solução, tanto o documento da OIM (2018) quanto o do ACNUR (2021) alertam para o risco de reprodução de lógicas tutelares na relação do Estado brasileiro com povos indígenas e propõem sugestões para evitar esse risco.

Nesse ponto, chegamos à segunda forma de problematização dos indígenas refugiados e migrantes identificada nos documentos: o *'problema' do deslocamento desordenado* que pode acentuar vulnerabilidades, ao qual se propõe a *'solução' do abrigamento temporário culturalmente adequado*. Entendo que essa representação do problema/solução tem base nos mesmos pressupostos da representação anterior: a lógica moderna-liberal que vê no Estado um ente protetor e garantidor de direitos, cuja ação pode reduzir vulnerabilidades.

A meu ver, há um importante pressuposto nessa representação do problema/solução: a ideia de que ter os povos indígenas refugiados e migrantes *assentados* em um espaço físico específico torna mais fácil a sua gestão enquanto 'problema'. Note-se que Antonio Carlos Souza Lima (2015, p. 431, grifo meu) destaca que uma das bases do *poder tutelar* se trata de "*sedentarizar povos errantes*, vencendo-lhes [...] a resistência em se fixarem em *lugares definidos pela administração*". Seguindo essa perspectiva, Marlise Rosa (2020, p. 248, grifos meus) aponta que:

> No contexto atual, com os Warao [...] *as ações de abrigamento*, de certo modo, buscam pacificá-los no sentido de inseri-los ou enquadrá-los dentro de um sistema de regras existentes no Brasil, ao mesmo passo em que também *tentam fixá-los nessas cidades, desmotivando novas iniciativas de mobilidade*. [...] *Existe claramente uma postura tutelar em que os indígenas são considerados incapazes e por isso precisam dessa figura de um tutor*, que zelaria e também responderia por eles [...]. Em resumo, é preciso domesticá-los e civilizá-los para a vida em sociedade no Brasil, e os abrigos, com suas regras e estratégias de controle contribuem para isso (ROSA, 2020, p. 248, grifos meus)

Considerando esse último aspecto pontuado por Rosa (2020) sobre os abrigos como espaços de "domesticação" e "civilização" dos povos indígenas refugiados e migrantes, penso ser cabível trazer a discussão para a terceira representação de problema/solução identificada nos documentos do ACNUR e OIM. Nela, aponta-se o *'problema' eminentemente urbano* dos indígenas refugiados e migrantes, particularmente dos Warao, e a *'solução' de capacitação*

para inserção no mercado de trabalho. Aqui, a meu ver, o principal pressuposto subjacente é o entendimento de que a modelação dos sujeitos indígenas refugiados e migrantes como *homo economicus* – indivíduos aptos para inserção laboral e capazes de construir seu sustento com base nessa inserção no mercado de trabalho – é a solução ideal para sua *integração* à sociedade brasileira.

Nesse pressuposto, um primeiro silenciamento evidente são as aspirações e demandas dos povos indígenas refugiados e migrantes por meios de sustento distintos à inserção individual no mercado laboral – pesca artesanal, agricultura de subsistência, entre outros elementos em partes reconhecidos nos documentos do ACNUR (2021) e OIM (2018). Como colocam Solene da Costa et. al. (2022, p. 69-70, grifos meus):

> [...] existe um contexto de *violência simbólica* [...] relacionado à assistência e acolhimento oferecido aos Warao pelo Estado brasileiro [...] *o trabalho é um dos elementos culturais que compõem a violência simbólica*, porque o trabalho indígena difere da concepção capitalista que vigora hoje na maior parte do mundo, incluindo nas políticas destinadas aos indígenas Warao refugiados.

Considero importante esclarecer que, ao apontar essa questão, não tenho nenhuma intenção de reproduzir um imaginário idílico, essencialista ou romantizado dos povos indígenas como sujeitos inerentemente anticapitalistas, atrelados unicamente ao trabalho agrícola de subsistência em territórios próprios, e em condição extemporânea à modernidade. Evidentemente, há entre os povos indígenas refugiados e migrantes, sobretudo os Warao em grandes centros urbanos do Brasil, o perfil e desejo pela capacitação para inserção no mercado de trabalho formal (ROSA, 2020). Em minha perspectiva, o importante é fazer um contraponto à naturalização desse discurso e cristalização dessa forma específica de representar o 'problema' dos indígenas refugiados e migrantes e suas 'soluções'. Ainda que grande parte desses sujeitos no Brasil almejem a capacitação e inserção laboral em moldes semelhantes aos refugiados e migrantes não indígenas, há aqueles que seguem demandando terras para cultivo e outras formas de subsistência (DA COSTA et. al. 2022; GOLRIZ, 2021).

A meu ver, há ainda um segundo silenciamento reproduzido no pressuposto da representação do 'problema' urbano' / 'solução' laboral. Novamente, esse silenciamento está relacionado a lógicas tutelares e coloniais de atuação estatal sobre povos indígenas. Nesse sentido, no caso brasileiro, até fins da década de 1980 vigia nas políticas públicas indigenistas um entendimento *assimilacionista* de que a capacitação laboral e inserção de povos indígenas no mercado de trabalho seria um passo essencial para sua *aculturação* e *integração à sociedade brasileira* (CUNHA, 2012; SOUZA LIMA, 1997).

Evidentemente, sabemos que a inserção de indígenas no mercado de trabalho formal ou em contextos de vida urbanos em nada subtrai suas identidades como povos indígenas. Igualmente, sabemos que a cultura desses povos, como todas as culturas, segue processos contínuos de adaptação e transformação ao longo do tempo. Ainda assim, como sugere Tardelli (2023), é importante ter em conta como discursos e práticas com forte carga colonial influem nesses processos de transformação cultural no caso dos povos indígenas refugiados e migrantes. Nesse sentido, Marlise Rosa (2020, p. 276), por exemplo, indica que o termo de *integração* à sociedade brasileira muitas vezes utilizado em discursos para se referir às propostas de solução para os 'problemas' dos Warao remete a políticas indigenistas assimilacionistas do Estado brasileiro "cujo objetivo era integrar o indígena à sociedade nacional por meio da homogeneização e anulação das diferenças culturais".

Em suma, assim como as outras representações de 'problema/solução' para povos indígenas refugiados e migrantes, a representação do 'problema' urbano / 'solução' laboral pode trazer uma resposta adequada às demandas da parte dessa população que almeja a inserção no mercado de trabalho formal em contextos urbanos. Contudo, é uma representação discursiva que engendra o risco de reprodução de lógicas coloniais, tutelares e assimilacionistas na lida do Estado com os povos indígenas refugiados e migrantes. Além disso, a cristalização dessa forma de representação pode levar à invisibilização e inviabilização de demandas de povos indígenas refugiados e migrantes pelo acesso à terra para cultivo e feitura de comunidade no Brasil, uma reivindicação que existe, mas encontra pouca ressonância nos espaços de resposta institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo, busquei apresentar uma análise crítica das práticas discursivas de representação do 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes e suas 'soluções' em dois documentos das agências das Nações Unidas que lideram a resposta à situação migratória venezuelana na América Latina: o ACNUR (2021) e a OIM (2018). Para isso, utilizei como base teórica os estudos pós-estruturalistas do discurso em RI, por sua ênfase analítica na categorização de sujeitos e questões políticas nas práticas discursivas de organizações internacionais. Em termos metodológicos, me guiei pela abordagem WPR proposta por Carol Bacchi (2009), procurando entender *o que é representado como sendo o 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes* e *que pressupostos e silenciamentos subjazem essas formas de representação*.

Nesse sentido, identifiquei nos documentos três formas de categorização do 'problema' dos povos indígenas refugiados e migrantes, com ênfase para os Warao: (1) *o 'problema' da vulnerabilidade*; (2) *o 'problema' do deslocamento desordenado*; e (3) um *'problema' eminentemente urbano*. Argumentei ainda que essas formas de representação do 'problema' permitem

aos documentos articular um conjunto de recomendações de intervenções políticas consideradas legítimas e apropriadas. São elas: (1) a *'solução' da categorização jurídica e responsabilização do Estado*; (2) a *'solução' do abrigamento temporário*; e (3) a *'solução' da capacitação laboral para inserção no mercado de trabalho*.

Como busquei destacar, o conjunto de problemas/soluções representados e reproduzidos nos documentos pode ser válido e coerente com iniciativas estatais voltadas para a proteção e promoção da dignidade de sujeitos indígenas refugiados e migrantes, bem como com as aspirações de boa parte desses sujeitos. Não obstante, essas representações reproduzem pressupostos e silenciamentos próprios de *lógicas tutelares, assimilacionistas e, no limite, coloniais* de condução das relações entre Estado e povos indígenas. Desse modo, formas de inserção dos povos indígenas refugiados e migrantes em uma lógica moderna/colonial de existência – pois enraizada no Estado-Nação soberano e na economia-mundo capitalista – ganham prevalência sobre reivindicações desses sujeitos que se afastam dessa lógica.

A título de conclusão, gostaria de indicar alguns caminhos possíveis para futuras pesquisas dentro dessa temática. Como indiquei anteriormente, ambos os documentos selecionados para a análise são as primeiras publicações oficiais da OIM e ACNUR sobre a temática dos povos indígenas refugiados e migrantes. Desde então, ambas as organizações publicaram uma série de outros documentos, muitos dos quais se aprofundam em questões de soluções duradouras culturalmente apropriadas para povos indígenas refugiados e migrantes (OIM, 2020), modos Warao de compreensão do trabalho (IEB; ACNUR, 2022), construção de perspectivas voltadas para a autonomia dos povos indígenas refugiados e migrantes (ACNUR, 2023), entre outros. Poderia ser interessante uma análise focada em documentos mais recentes dessas organizações, buscando identificar em que medida reproduzem ou rejeitam as representações de 'problemas' e 'soluções' e seus pressupostos/silenciamentos presentes nos primeiros documentos sobre a questão.

Um outro possível caminho de pesquisa se orientaria para uma questão que neste artigo só foi possível abordar de forma tangencial: *que categorizações de identidades, representações de seu 'problema' e propostas de 'soluções' são articuladas pelos próprios indígenas refugiados e migrantes? Em que ponto essas categorizações, representações e propostas convergem com aquelas apresentadas por agências humanitárias e órgãos estatais? Em que ponto elas divergem? Que tipo de respostas institucionais se apresentam para as articulações divergentes? São tomadas em conta de alguma forma, ou simplesmente ignoradas?*

Finalmente, seria interessante um corpo de pesquisa mais amplo acerca de povos indígenas refugiados e migrantes em contexto rural no Brasil (ACNUR, 2022; GOLRIZ, 2021). Um possível caminho nessa direção, por exemplo, seria buscar compreender como as tensões entre autonomia e tutela se manifestam nesse tipo de contexto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rebeca; GAMA, Heloisa; PAIVA, Ludmila. A securitização do humanitarismo: percepções sobre a interiorização de imigrantes venezuelanos no Brasil. In: PORTES, Virginio (Org.). *Informalidade* e proteção dos trabalhadores imigrantes: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade. São Paulo: Outras Expressões, 2022, p. 13-25.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). *Avaliação de necessidades e perfis da população nas comunidades indígenas de Pacaraima*, 2022. Disponível em: < https://www.acnur.org/br/noticias/publicacoes-documentos-e-relatorios >.

_____. *Os Warao no Brasil:* contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes, Brasília, 2021. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em 09 dez. 2022.

_____. *Diagnóstico para a promoção da autonomia e inclusão local de pessoas refugiadas e migrantes:* população indígena venezuelana em Boa Vista (RR) e Manaus (AM), Brasília, 2023. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2024/02/V2_ACNUR_Diagnostico-perfil-indigena.pdf>. Acesso em 19 mar. 2024.

_____.

_____.

ANGHIE, Antony. I*mperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

AUTESSERRE, Séverine. *The trouble with the Congo*: Local violence and the failure of international peacebuilding. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

BACCHI, Carol. *Analysing policy:* what's the problem represented to be? Sidney: Pearson, 2009.

BALIBAR, Étienne. *Equaliberty*: political essays. Durham: Duke University Press, 2014.

BARTELS, Inken. Practices and power of knowledge dissemination: International organizations in the externalization of migration management in Morocco and Tunisia. *Movements: Journal for Critical Migration and Border Regime Studies*, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: https://movements-journal.org/issues/06.wissen/03.bartels--practices-and-power-of-knowledge-dissemination-international-organizations-in-the-externalization-of-migration-management-in-morocco-and-tunisia.html. Acesso em 16 mar. 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. *Revista Percursos*, v. 16, n. 32, p. 103–120, 2016. DOI: 10.5965/1984724616322015103. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5965/1984724616322015103. Acesso em 16 dez. 2022.

CAPDEVILLE, Júlia. *Llegar, Estar y Salir: da Venezuela ao Brasil*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/41974. Acesso em 17 mar. 2024.

CARNEIRO, Luíza. A interiorização dos refugiados venezuelanos no Brasil. *Cadernos de Relações Internacionais*, n. 2, p. 244-266, 2019. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_cadri.php?strSecao=fasciculo&fas=46040&NrSecao=Artigos&conteudo=46006. Acesso em 03 mar. 2024.

CHAVES, João. A resposta ao movimento migratório venezuelano pela Operação Acolhida no Brasil: impasse entre humanitarismo e políticas de trabalho decente. In: PORTES, Virginio (Org.). *Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes:* navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade. São Paulo: Outras Expressões, 2022, p. 25-37.

CIRINO, Carlos Alberto. Indígenas, imigrantes e refugiados: os Warao e a proteção jurídica do Estado brasileiro. *Revista EntreRios*, v. 3, n. 2, p. 124-136, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/entrerios/article/view/11028. Acesso em 17 mar. 2024.

COULTHARD, Glen. *Red skin, white masks*: rejecting the colonial politics of recognition. Minneapolis: Univeristy of Minnesota Press, 2014.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03058298810100020501. Acesso em 03 mar. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro Da. Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DA COSTA, Solene; DA SILVA, Patrícia; DE OLIVEIRA, Cláudia; DA SILVA, Sulamita. Povo Warao Indígena Venezuelano no estado do Acre/Brasil: refúgio, sobrevivência, humanização das percepções e diferenças culturais. In: PORTES, Virginio (Org.). *Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes:* navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade. São Paulo: Outras Expressões, 2022, p. 70-77.

DOTY, Roxanne Lynn. *Imperial Encounters*: The Politics of Representation in North-South Relations. 1. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

EDKINS, Jenny. *Poststructuralism and International Relations:* bringing the political back in. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1999.

EPSTEIN, Charlotte. *The power of words in International Relations*: Birth of an anti-whaling discourse. Cambridge: The MIT Press, 2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000

GOLRIZ, Mehrnush. *Dynamic spaces of refugee governance: the case of Boa Vista, Roraima, Brazil*. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade da Califórnia, 2021.

HALL, Stuart. *The Fateful Triangle*: Race, Ethnicity, Nation. Princeton: Harvard University Press, 2017.

HANSEN, Lene. *Security as Practice:* Discourse Analysis and the Bosnian War. Edição: 1 ed. London: Routledge, 2006.

HERRERA, Genesis. *The Venezuelan refugee crisis: a case study in state-based strategies for addressing global mass displacement*. Dissertação de mestrado em Estudos Globais, University of California, 2023.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB); ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). *Percepções Warao sobre o trabalho*: suas experiências, expectativas e potencialidades para a inserção produtiva na região metropolitana de Belém (Pará). Belém, 2022. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/04/Percepcoes-Warao-sobre-o-Trabalho-5.pdf>. Acesso em 19 mar. 2024.

MAC GINTY, Roger. The problem-solving and critical paradigms. In: MAC GINTY, Roger (Ed.). *Routledge Handbook of Peacebuilding*. Nova York: Routledge, 2013, p. 11-25, capítulo 1.

MIGNOLO, Walter. *The darker side of western modernity*: global futures, decolonial options. Durham: Duke University Press, 2011

MOULIN, Carolina; MAGALHÃES, Bruno. Operation shelter as humanitarian infrastructure: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil. *Citizenship Studies*, v. 24, n. 5, p. 642-662, 2020. Disponível em: < https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13621025.2020.1784643>. Acesso em 17 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES (OIM). *Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil*, Brasília, 2018. Disponível em: < https://repository.iom.int/handle/20.500.11788/2018>. Acesso em 09 dez. 2022.

_____. *Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo migratório venezuelano no Brasil*. Brasília, 2020. Disponível em: < https://repository.iom.int/handle/20.500.11788/2293>. Acesso em 19 mar. 2024.

PACÍFICO, Andrea; SILVA, Sarah. A cooperação como instrumento para fortalecer a integração de migrantes forçados venezuelanos na Paraíba em 2018. *Monções Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 8, n. 16, p. 308-334, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9839. Acesso em 03 mar. 2024.

PICQ, Manuela Lavinas. *Vernacular sovereignties*: Indigenous women challenging world politics. Tucson: University of Arizona Press, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus*: On Politics and Aesthetics. Nova York: A&C Black, 2010.

RENSI, Julia; CÂMARA, Maria Luísa. Barreiras para o acolhimento dos Povos Warao no Brasil. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 10, n. 20, p. 225-259, 2021. Disponível em: < https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/14692>. Acesso em 04 mar. 2024.

RIEMANN, Malte. Studying Problematizations: The Value of Carol Bacchi's 'What's the Problem Represented to be?'(WPR) Methodology for IR. *Alternatives*, v. 48, n. 2, p. 151-169, 2023. Disponível em: < https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03043754231155763>. Acesso em 04 jul. 2023.

RODRÍGUEZ ESTRADA, Lilia. Operación Acogida: estrategia humanista de recepción a migrantes venezolanos en Brasil. *Eirene Estudios de Paz y Conflictos*, v. 6, n. 10, p. 157-178, 2023. Disponível em: < https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8818870>. Acesso em 04 mar. 2024.

ROSA, Marlise. *A mobilidade dos Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito: reflexões a partir das experiências de Manaus – AM e Belém – PA*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/72/teses/905159.pdf. Acesso em 17 mar. 2024.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, v. 17, n. 2, p. 1-39, 2023. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/132118/88565>. Acesso em 18 mar. 2024.

ROSA, Marlise. Tecnologias de governo na gestão de uma população indígena em situação de deslocamento forçado: entre a proteção e o controle da infância Warao. *Amazônica – Revista de Antropologia*, v. 14, n. 2, p. 302-324. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/12585/9356. Acesso em 17 mar. 2024.

SABARATNAM, Meera. *Decolonising intervention*: International statebuilding in Mozambique. Londres: Rowman & Littlefield, 2017.

SHAW, Karena. *Indigeneity and political theory*: Sovereignty and the limits of the political. Londres: Routledge, 2008.

SILVA, João C. J.; ABRAHÃO, Bernardo. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 8, n. 16, p. 255-278, 2019. Disponível em: < https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9845>. Acesso em 03 mar. 2024.

SOUZA, Júlia. Janokos brasileiros: uma análise da imigração dos Warao para o Brasil. *Boletim Científico ESMPU*, v. 17, n. 52, p. 71-99, 2018. Disponível em: https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-52-julho-dezembro-2018/janokos-brasileiros-uma-analise-da-imigracao-dos-warao-para-o-brasil. Acesso em 17 mar. 2024.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. *Mana,* v. 21, p. 425-457, 2015.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. *Um Grande Cerco de Paz*: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

TARDELLI, Gabriel. Os caminhos dos Warao: configurações dos deslocamentos entre Venezuela, Brasil e Guiana. *Espaço Ameríndio*, v. 17, n. 1, p. 341-370, 2023. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br//EspacoAmerindio/article/view/130934>. Acesso em 17 mar. 2024.

VASCONCELOS, Iana; MACHADO, Igor. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista – RR. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 63, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/remhu/a/4hzGrGZdnbGsgsch6SCLgpw/#>. Acesso em 03 mar. 2024.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17278

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Clashing cartographies in indigenous refugees' sheltering practices: the embodiment of an alternative sense of spatiality and temporality in an indigenous shelter demobilisation in the north of Brazil

Luisa Giannini
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Boa Vista, RR, Brasil
E-mail: luisa.giannini@ufrr.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4365-8887

Rickson Rios Figueira
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Boa Vista, RR, Brasil
E-mail: rickson.figueira@ufrr.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6138-830X

Abstract: In the present article, we examine the situation of indigenous refugees in Roraima, Brazil, and reflect on the way sheltering practices affect their subjectivity. We analyse the demobilisation of the *Pintolândia* shelter, focusing particularly on the refusal of its residents to relocate, as to present refugee sheltering as a practice that infringes individuals of subjectivity, whilst being an embodied space that represents a yet unrealised possibility. Through this examination, we reflect about the way their agen-

cy, politics, and subjectivity challenge the spatial dynamics established by the powerful structures that manage refugee shelters. As to do so, this article is divided into three sections. The first provides a contextual narrative of the housing practices for the indigenous migrant population in Roraima, mapping the evolution of sheltering strategies over the years. The second section addresses the complexities and contradictions of sheltering indigenous refugees within a framework designed for the general refugee population, examining the impact on their specific rights as indigenous peoples. The final section focuses on the demobilization of the Pintolândia shelter, presenting the moving strategy as a governmentality mechanism and interpreting indigenous resistance to relocation as an expression of alternative spatiality and temporality.

Keywords: Indigenous shelters; necrocolonial politics; cartographies of mobility.

Cartografias em conflito nas práticas de acolhimento de refugiados indígenas: a corporificação de um sentido alternativo de espacialidade e temporalidade na desmobilização de um abrigo indígena no norte do Brasil

Resumo: No presente artigo, examinamos a situação dos refugiados indígenas em Roraima, Brasil, e refletimos sobre a forma como as práticas de acolhimento afetam sua subjetividade. Analisamos a desmobilização do abrigo Pintolândia, focando particularmente na recusa dos seus residentes em se mudarem, de modo a apresentar o acolhimento de refugiados como uma prática que fere a subjetividade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é um espaço corporificado que representa uma possibilidade ainda não concretizada. Através deste exame, refletimos sobre a forma como a sua agência, política e subjetividade desafiam a dinâmica espacial estabelecida pelas poderosas estruturas que gerem abrigos para refugiados. Para tanto, este artigo está dividido em três seções. O primeiro traz uma narrativa contextual das práticas de moradia da população indígena migrante em Roraima, mapeando a evolução das estratégias de acolhimento ao longo dos anos. A segunda secção aborda as complexidades e contradições do acolhimento de refugiados indígenas num quadro concebido para a população refugiada em geral, examinando o impacto nos seus direitos específicos como povos indígenas. A seção final enfoca a desmobilização do abrigo Pintolândia, apresentando a estratégia de mudança como mecanismo da governamentalidade e interpretando a resistência indígena à realocação como expressão de espacialidade e temporalidade alternativas.

Palavras-chave: Abrigos indígenas; política necrocolonial; cartografia da mobilidade.

Cartografías enfrentadas en las prácticas de refugio de refugiados indígenas: la encarnación de un sentido alternativo de espacialidad y temporalidad en una desmovilización de refugios indígenas en el norte de Brasil

Resumen: En el presente artículo, examinamos la situación de los refugiados indígenas en Roraima, Brasil, y reflexionamos sobre la forma en que las prácticas de refugio afectan su subjetividad. Analizamos la desmovilización del refugio de Pintolândia, centrándonos particularmente en la negativa de sus residen-

tes a reubicarse, para presentar el alojamiento de refugiados como una práctica que vulnera la subjetividad de los individuos, al mismo tiempo que es un espacio encarnado que representa una posibilidad aún no realizada. A través de este examen, reflexionamos sobre la forma en que su agencia, política y subjetividad desafían la dinámica espacial establecida por las poderosas estructuras que administran los refugios para refugiados. Para ello, este artículo se divide en tres secciones. El primero proporciona una narrativa contextual de las prácticas de vivienda para la población indígena migrante en Roraima, mapeando la evolución de las estrategias de vivienda a lo largo de los años. La segunda sección aborda las complejidades y contradicciones de albergar a refugiados indígenas dentro de un marco diseñado para la población de refugiados en general, examinando el impacto en sus derechos específicos como pueblos indígenas. La sección final se centra en la desmovilización del refugio de Pintolândia, presentando la estrategia de cambio como un mecanismo de gubernamentalidad e interpretando la resistencia indígena a la reubicación como una expresión de espacialidad y temporalidad alternativa.

Palabras-clave: abrigos indígenas; política necrocolonial; cartografía de la movilidad.

Recebido em: 07-07-2023
Aceito em: 30-04-2024

INTRODUCTION

In November 2021, a United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) representative visited the *Pintolândia* shelter in the city of Boa Vista, one that since October 2017 only sheltered indigenous people from Venezuela. The representative gathered the more than 620 sheltered indigenous people and communicated that the facility would be closing its activities, and the current residents would be transferred to another shelter. According to five indigenous leaders, "they were not consulted at any time, on the contrary, they witnessed their speeches being silenced by Operation Welcome" (ALMEIDA, 2022). These events allow us to question the way these resisting individuals' agency, politics, and subjectivity challenge the spatial dynamics established by the powerful structures of refugee shelters.

Refugee camps, or as in this case camp-like places, evoke the image of "charitable spaces that are providing assistance" (BRANKAMP, 2022, p. 107). Notwithstanding, examining the camp requires a deeper dive as to encapsulate the many intricacies involved in the practices of sheltering refugees. Camps are tools to control (im)mobility portraying in many ways power geometries that enact "a palliative biopolitics that fosters 'vulnerable' life" (BRANKAMP, 2022, p. 107). Our first argument goes in that sense, resting on theoretical engagements under critical camp studies, proposing that the supposed benevolent practice of refugee sheltering should be also understood as a creation of "geopolitical architectures" (RAMADAN, 2013, p. 67) which foment ontological insecurity though the "relentless extraction of human life-time" (BRANKAMP, 2022, p. 120). The space of the camp operates under a logic that infringe the encamped of their subjectivity which renders shelters as "inhuman rather than human geographies" (MCKITTRICK, 2013, p. 7). Thinking in terms of geography, however, allows us to take one step further. The shelter is also shaped by resistances, struggles and practices of disruption. In this sense, our argument unfolds in a second proposal that invites a reading of the geography of the shelter also as "a legitimate, if precarious, place of belonging" (BRANKAMP, 2022, p. 115). The camp or camp-like space should also be understood not only a site for a "bio-geo-politics" (MINCA, 2015, p. 75), but also a locus where a horizon for "dreams of resettlement, regaining benefits of citizenship, and popular rejections of the status quo" (BRANKAMP, 2022, p. 120). In light of such dichotomous understandings, we put forward a reading of the shelter as a site of clashing cartographies for it is where colonial violence and resistance meet, providing an alternative form of spatiality and temporality. In this article we read the process of demobilisation of the Pintolândia shelter and the consequent objection by some of its residents as the creation of such encounter between confinement and possibilities of other worlds – a "counter-mapping" of this space (WEIMA; MINCA, 2022, p. 3).

CC BY NC SA

Our aim is to examine the situation of the indigenous refugee[1] population sheltered in the state of Roraima, Brazil, in an effort of reflecting about the way these sheltering practices unsettle these people's subjectivity. More specifically, we look at the refusal to be moved to a new shelter in an attempt to understand this process as a call for a "right to the camp, [...] a claim for the recognition of legitimacy to live life fully in the spaces of exile" (WORONIECKA--KRZYZANOWSKA, 2017, p. 167) . As to do so, this article is divided into three sections. The first presents a narrative that aims to make a contextualization of the practices that are taking place in the state of Roraima of housing the indigenous migrant population. Through section one, we map the sheltering strategy for the indigenous refugee population and the changes it has gone through the years. The second section engages with the notion of sheltering indigenous refugees pondering about the many complexities and contradictions that are implicated in the practice of housing indigenous peoples through a strategy developed for the general refugee population worldwide. In this sense, we examine the impacts of sheltering in their specific rights as indigenous peoples. Finally, the last section focuses more specifically on the demobilisation of the *Pintolândia* shelter. It first presents the relocation strategy as a governmentality mechanism and then proposes a reading of the indigenous refugee resisting the shelter relocation as the embodiment of an alternative sense of spatiality and temporality.

1. SHELTERING MIGRANTS AND REFUGEES: THE BRAZILIAN RECEPTION OF VENEZUELANS IN RORAIMA

According to data provided by the R4V Platform, Brazil has so far received more than 449,000 Venezuelans in its territory. The flow of Venezuelans to Brazil intensified exponentially between 2015 and 2017 (UNODC, 2021). However, it was only in 2018 that the Government of Brazil, together with partner organisations, structured a unified response to this migratory phenomenon (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 18; UNODC, 2021).

The migratory flow of Venezuelans to Brazil was primarily directed to Roraima, the Brazilian state that borders Venezuela. Most of the Venezuelan refugees enter Brazil through the border town of Pacaraima and travel the hundred-mile-long route to reach the city of Boa Vista. In December 2016, UNHCR started sheltering Venezuelans in the state of Roraima. As

1 We are aware that the very expression indigenous refugee carries an intrinsic contradiction, combining two words that can be many times pertaining from different worlds. Even though the juxtaposition of the terms 'indigenous' and 'refugee' may emphasize the dimension of intersectionality and, consequently, of profound vulnerability of those thus qualified, it is equally recognized that this dual subjective condition is operated in the daily management of national and international institutions, privileging one condition or the other, as to fulfil accountability requirements and satisfy protection standards within the limits of institutional purpose and convenience. However, due to the lack of a more appropriate term to encapsulate the condition of the different ethnicities of indigenous peoples from Venezuela that migrated to Brazil, we are opting to use the term indigenous refugee.

CC BY NC SA

to do so, it opened the *Pintolândia* shelter in Boa Vista. The shelter accommodated both the indigenous and non-indigenous migrant population. At that point, migrants and refugees' reception dynamics relied heavily on Roraima's civil society, more specifically the Catholic Church and international organisations such as UNHCR and Fraternity - International Humanitarian Federation (FIHF), which collaborated by providing shelters and assistance to the refugees and migrants in situation of vulnerability (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 31).

In the beginning of 2017, UNHCR declared that the situation in the state of Roraima was at a Level 1 state of emergency. Such a move meant that the scenario could easily evolve to a humanitarian emergency, therefore requiring the agency to enhance its preparedness and take anticipatory or early action (UNHCR, 2023a, 2023b). Only one shelter, however, was not enough to accommodate the demand existing in the state of Roraima at that time. To deal with the constant migratory flow towards Roraima, UNHCR opened at the end of 2017 three more shelters. The *Tancredo Neves* shelter was opened in a gymnasium in the city of Boa Vista, in October 2017. It received two groups of refugees. The first group was taken to the shelter on 28 October 2017. This group comprised Venezuelans who, until that moment, had been living at the city's Bus Station (CHAVES; OLIVEIRA, 2017). Due to conflicts between indigenous and non-indigenous Venezuelans, there was a need to separate these groups. The second group housed in *Tancredo Neves*, then, included non-indigenous Venezuelans who lived in the *Pintolândia* shelter (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2017). From that moment onwards, *Pintolândia* became exclusively dedicated to sheltering the indigenous refugee groups (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 38).

The *Janokoida* shelter was created in November 2017, in the border town of Pacaraima. Its aim was to accommodate the indigenous groups from Venezuela that chose to stay in the border town (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 41). Among the Venezuelan refugees moving to Brazil, there is a considerate number of indigenous groups. So far, the humanitarian organisations and Brazilian authorities have identified five different ethnic groups, the Warao, which comprise about 70% of the indigenous migrants in Brazil, the Pemon, the E'ñepá, the Kariña and the Wayúu (UNHCR BRAZIL, 2020c). Indigenous people from Venezuela, especially the Warao, are sometimes incorrectly described as nomads (UNHCR BRAZIL; BRASIL, 2021). The lack of adequate conditions to maintain their cultural habits mostly forces them to travel through Brazilian territory. Most of the indigenous people that live in Boa Vista prefer to have their cross-border status recognized, instead of moving to more central parts of the country (R4V BRAZIL WORKING GROUP ON INDIGENOUS PEOPLES, 2022).

Alongside the increase in sheltering actions in Roraima, also grew the number of entities that arrived in the state at the end of 2017 (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 38). Until 2017, sheltering activities were carried out by non-governmental organisations in partnership with local governments and UNHCR support. This meant that resources were very limited, and these

CC BY NC SA

organisations were dealing with a constantly growing demand. Housing was not available for all people in a situation of vulnerability. Institutions were aware of the need for a swifter and coordinated response to the situation (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 40).

In 2018, there was a profound change in the sheltering of Venezuelans in Roraima, due to issues that are related both to the greater role of the Brazilian authorities and to the exponential expansion and redesign of the sheltering strategy. Early in the year, the Brazilian government entered negotiations with UNHCR to align emergency assistance measures for Venezuelan migrants and refugees (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 18). On 15 February 2018, the Brazilian government created the Federal Committee for Emergency Assistance, an entity designed to structure the welcoming policies directed to the people in vulnerable situations due to the migratory flow. The Committee would be an inter-ministerial task force that had the possibility of including members of governmental entities and non-governmental organisations as guests. In the division of tasks, the Ministry of Defence was tasked with executing the operation (BRAZIL, 2018a). In other words, by creating this task force, the Brazilian government was now the one establishing the governance of the emergency action to receive the Venezuelan population in Brazil.

In light of this scenario, the Ministry of Defence authorised the implementation of an operation under its coordination that aimed to engage in humanitarian activities in the state of Roraima (MINISTRY OF DEFENSE [BRAZIL], 2018). At that moment, Operation Welcome (*Operação Acolhida*) was initiated in the cities of Boa Vista and Pacaraima. Therefore, February 2018 marked not only the moment in which the humanitarian response to Venezuelan migration to Brazil was federalized, but also its militarization. Operation Welcome's activities are structured through three pillars. One is border management, which involves not only the reception and regularisation of migrants and asylum seekers who arrive in Brazil through the state of Roraima, but also the provision of documentation, basic medical care, and immunisation. The second pillar of Operation Welcome, which is where our focus lies, is sheltering. This pillar concerns the management of sheltering activities, which, besides providing housing, involves aspects such as providing food, education, health care and social protection for migrants and refugees. Most shelters use the Refugee Housing Units (RHUs) – the result of a partnership between UNHCR and the companies Better Shelter and Ikea Foundation –, which have windows installed to adapt them to the high temperatures of Roraima (UNHCR BRAZIL, 2019). Indigenous shelters, in turn, use a different structure, implementing hammocks and communal kitchens, an attempt to create for them the means for producing culturally appropriate meals (R4V, 2021). Interiorization is the third pillar and involves the voluntary dislocation of migrants and refugees to other states in Brazil where they have greater access to economic and integration opportunities (IOM BRAZIL, 2023).

The federalization of the response to the humanitarian situation in Roraima meant that the coordination of the shelters created to accommodate Venezuelan refugees was transferred to Operation Welcome. Putting in other words, from that point onwards an Army's Humanitarian Logistics Task Force was responsible for the daily management of the shelters alongside partner organisations. Operation Welcome began to take shape in March 2018. The number of shelters in the city of Boa Vista tripled with the opening of *Jardim Floresta*, *São Vicente*, *Latife Salomão*, *Nova Canaã*, *Santa Tereza, Rondon 1*, *Rondon 2* and *Rondon 3*. These shelters were created to receive the newly arrived migratory flow and the approximately 900 migrants and refugees living in Simon Bolívar Square, in Boa Vista (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 54; BRAZIL, 2018b; CHAVES; OLIVEIRA, 2017). At the same time, a transit shelter was opened in the city of Pacaraima, called *BV-8* (UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 18). Located on the border with the city of Santa Elena de Uairén (Venezuela), *BV-8* is the only shelter that establishes a maximum stay length. *BV-8* receives those who are waiting for their documentation or who are in quarantine after immunisation, those who are waiting to be transferred to shelters in Boa Vista, and those who have already been approved in the interiorization process. Subsequently, given the agglomeration of migrants on the streets of Pacaraima, the accommodation rules were expanded to comprise Venezuelans that did not belong in any the previous categories but nevertheless were in a state of vulnerability and/or homelessness (UNHCR BRAZIL, 2020d, p. 19, 2022c). During the year of 2018, UNHCR declared that the humanitarian emergency in Roraima had reached level 2, which meant that the migratory flow to Roraima was increasing very quickly, demanding more resources than available.

In 2020, a new challenge was added to the humanitarian situation, the Covid-19 pandemic. Throughout the year, three new shelters were opened in Boa Vista: one to provide a minimum of security for Venezuelan migrants and refugees who were already living in the area in a spontaneous settlement (UNHCR BRAZIL, 2020a, p. 1, 2020d, p. 17); a second one that received migrants and refugees who were living at the *BV-8* transit shelter, in Pacaraima (UNHCR BRAZIL, 2021a, p. 2; UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 19); and the *Pricumã* shelter to receive people with disabilities or serious illnesses (UNHCR BRAZIL, 2021b, p. 3).

At the beginning of 2021, the *Jardim Floresta* shelter underwent restructuring to house only the indigenous population. Two groups were directed to *Jardim Floresta*: one from the resettlement of Venezuelan indigenous peoples of the Warao and E'ñepa ethnic groups who lived in the spontaneous settlement *Ka'Ubanoko*;[2] and another from the *Janokoida* indigenous shelter, which was operating above maximum capacity (UNHCR BRAZIL, 2021c, p. 3; UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 19; FFHI, 2021a). The *Nova Canaã* and *Tancredo Neves* shelters went through the same restructuring, becoming indigenous shelters (FFHI, 2021b, 2021c).

2 For a better understanding of the *Ka'Ubanoko* settlement, which created a structure of collective self-management, see de Araujo Castro (2021).

The restructuring of *Jardim Floresta*, *Tancredo Neves* and *Nova Canaã* shelters is part of a wider process that sought to redistribute particularly the indigenous sheltered population in new or reformed shelters to 'better' accommodate them. As part of this reorganisation, *Rondon 5* shelter was opened to become the new centre of the interiorization process, previously the role of *Rondon 2* (UNHCR BRAZIL, 2022a, p. 2; AVSI BRAZIL, 2023).

Figure 1 – New sheltering cartography in the city of Boa Vista



Source: GoogleEarth (marked by the authors).

The most recent step in this process involved the transition of *Rondon 3* into an indigenous shelter, which reopened under the name of *Waraotuma a Tuaranoko*. The indigenous communities that lived in the *Nova Canaã*, *Tancredo Neves* and *Pintolândia* shelters were relocated in the beginning of 2022 to *Tuaranoko* shelter and humanitarian organisations and the Brazilian army ended their activities in these locations (UNHCR BRAZIL, 2022d; UNHCR BRAZIL; SILVA, 2022, p. 20). Figure 1 exhibits where the largest part of Operation Welcome's shelters is currently situated. The larger picture of this shelter restructuring process meant moving the housed refugees to bigger shelters that, except for *Jardim Floresta*, are all four reunited in the same place in the city. The number 1 in the image is shelter *Rondon 5*, number 2 is *Tuaranoko*, formerly *Rondon 3*, number 3 is *Pricumã* and number 4 is *Rondon 1*.

In the state of Roraima, seven shelters remain open under the management of the Logistics Task Force: *Janokoida*, *Tuaranoko*, and *Jardim Floresta* housing the migrant indigenous population; and *Pricumã*, *Rondon 1*, *Rondon 5*, and *BV-8* housing mostly non-indigenous Venezuelans (UNHCR BRAZIL, 2023c). While *Nova Canaã* and *Tancredo Neves* indigenous shelters

were deactivated with the resettlement to *Tuaranoko*, the *Pintolândia* shelter had to undergo a gradual deactivation for some of the sheltered individuals refused the relocation (UNHCR BRAZIL, 2022b, p. 2).

2. MANAGING (IM)MOBILITY: INDIGENOUS SHELTERS AND THE STATE'S NECROCOLONIAL POLITICS

Our aim in this section is to examine and reflect on matters arising from Operation Welcome's demobilisation of the *Pintolândia* indigenous shelter. Both the absence of a perspective other than an endless stay in a shelter and the shelter´s dissolution are manifestations of a necrocolonial politics. Not only being associated with the death of the body that takes place in colonialism, but also constructing a radical aesthetic of indigenous, LGBTQIA+ and black people's pain, death and suffering. This aesthetic creates the conditions for capturing minds as to make the bodies subjected to power more docile (FIGUEIRA, 2020b).

This necrocolonial politics is deeply interrelated to a politics of abandonment, a "projected disappearance" of vulnerable groups, such as indigenous peoples, "and thus their legal inclusion only through their exclusion, resulted from a state rule composed of a sense of benevolence and inevitability" (DE LA CADENA, 2015, p. 154). As Marisol de la Cadena (2015) emphasises, this politics of abandonment involves two intertwined biopolitical assumptions: while systematically denying fair claims made by these groups, normalising their "(in)existence," it tries to assimilate and 'help' them. The latter is accomplished through channels that facilitate the integration of the group into the social role that power imposes on them. It becomes about choosing options made available by those who have control over resources. There are factors associated with these choices that can be positive – such as prizes, parties, celebrations, advantages – or negative – such as pain, isolation, shame and even violence. Indigenous refugees' endless waiting in shelters, such as the people in *Pintolândia*, as well as the demobilisation of a shelter, without proper consultation, are events that reflect this politics of abandonment.

Pintolândia was a shelter created at a gymnasium with capacity for around 700 people, in a neighbourhood that gave the shelter its name. It was the first shelter to be structured in the city Boa Vista since the beginning of the Venezuelan migration to Brazil. Initially, the shelter received indigenous and non-indigenous people. Due to cases of violence committed mainly against indigenous people, the groups were separated, leaving only indigenous families of Warao and E'ñepá ethnic groups in *Pintolândia*. At that point the shelter was managed by the Secretary of Labour and Social Welfare of the state of Roraima (SETRABES). With the creation of Operation Welcome, in 2018, the administration of *Pintolândia* was taken over by the military and then administered alongside the Operation's partner institution, Fraternity - International Humanitarian Federation.

As introduced in the previous section, sheltering is amongst Operation Welcome's pillars. It relies on the international experience of one of its main partners, UNHCR. Based on its practice of sheltering refugees in different regions of the world, UNHCR has been elaborating a vast material on the subject, such as the Emergency Handbook (UNHCR, 2020). Notwithstanding the experience of these organisations and their best practices, sheltering indigenous refugees presented additional challenges due to the cultural specificity and vulnerability of these populations. These aspects bring along a series of international norms, which guarantees to indigenous peoples a string of specific rights. In a similar vein, Brazil recognizes fundamental rights for indigenous peoples, guaranteed in the Constitution and infra-constitutional legislation.

Thus, considering not only the cultural particularity, but also the specific national and international regulations, which aim to protect the culture of each indigenous people (expressed in their traditions, customs, languages, beliefs, ways of life and the relationship with the land), one can ask whether the shelter model adopted by Operation Welcome is capable of offering the necessary conditions for the protection and preservation, in the medium and long term, of the culture of the sheltered indigenous group.

As an emergency response, the shelter was conceived as a solution for the protection of the indigenous refugees. Nevertheless, as many authors from critical camp studies have examined, the practice of refugee sheltering in encampments obscures a "(re)production of structural harm and precarity in the guise of protecting human life over long periods of time" (BRANKAMP, 2022, p. 107–108). Adding to this literature, we propose that the protraction of permanence corresponds to a necrocolonial mechanism of cultural erosion.[3] The reality of indigenous refugees has been that of an endless extension of emergency measures, without any perspective for a life after the camp. Particularly in the case of indigenous groups, this politics of exhaustion has devastating impacts on the preservation of their culture.

All members of the sheltered indigenous families are affected, but the impact is even more severe on children. Some examples are: (1) their access to schools; (2) for some of these indigenous peoples, the transition from rural to urban contexts; and (3) the distinct needs and cultural patterns of each indigenous group, internal diversity due to different levels of school, professional and academic training, among other things. Internationally recognized indigenous rights already contemplate the issue of access to education. International Labour Organization (ILO)'s Indigenous and Tribal Peoples Convention, widely known as Convention 169, recognizes the prerogative of indigenous peoples to create "their own educational institutions and facilities, provided that such institutions meet minimum standards established by the competent

3 The term "cultural erosion" refers to the effects on the culture of a certain social group resulting from the use of management mechanisms available to power. These mechanisms comprise practices that range from hostility towards traditional cultural expressions to the encouragement of adopting behaviours not associated with native culture.

CC BY NC SA

authority in consultation with these peoples. Appropriate resources shall be provided for this purpose" (ILO, 1989, art. 27). Nonetheless, indigenous refugees hardly have the opportunity of having an education that is culturally adapted to their needs.

An International Organization for Migration (IOM) report in partnership with the Brazilian government mapped 3,328 indigenous people from Venezuela, among which 1,725 were, in 2021, between 0 and 19 years old. Only 29% of indigenous refugees or migrants, of any age, were enrolled in an educational institution in Brazil. Considering the age group, 58% of children between 0 and 12 years old and 41% of young people between 13 and 18 years old were enrolled in some institution. The percentages were even smaller when referring to access to indigenous education: 12% of children between 0 and 12 years old; 14% of young people between 13 and 18 years old. The report does not inform to which ethnic group the indigenous teaching identified in the survey corresponds (MINISTRY OF CITIZENSHIP [BRAZIL], 2021). In any case, despite the efforts made by UNHCR and other institutions, the conditions of the shelter and its geographical location in the city affect the children's access to schools (UNHCR BRAZIL, 2022e).

The second aspect that we emphasise is the impact for indigenous refugee groups resulting from the migration to the city. During the sixth session of the United Nations Permanent Forum on Indigenous Issues (UNPFII), held in 2007, the negative and positive aspects of the increasing migration of indigenous groups to urban contexts were discussed. Even though life in the city brings indigenous groups closer to certain social and economic resources, the UNPFII has warned about the difficulties urban indigenous people face in gaining access to employment and other activities – that enable financial income, housing, school and culturally adequate health – and facing racism and discrimination. Furthermore, life in the city should not imply a rupture with the ancestral land. Their land will always hold an existential character for indigenous people. Furthermore, the UNPFII draws attention to the absence of adequate consultation processes to which indigenous people living in cities are also entitled (PERMANENT FORUM ON INDIGENOUS ISSUES, 2007).

These difficulties are part of the reality of indigenous refugees in Brazil. In the case of the Warao, there is great diversity among them due to their different school and academic background. Internal displacements in Venezuela, which occurred mainly in the second half of the last century, led groups of this ethnic people to urbanise (UNHCR BRAZIL, 2021d). As a result, some Warao families had access to secondary education and technical or higher education. Thus, the current Venezuelan diaspora brings to Brazil indigenous people who come from urban and rural contexts and who occupy very different positions in the broad spectrum of formal education. According to the aforementioned report prepared by the IOM and the Brazilian government, the schooling of the indigenous people who participated in the survey aged between 19 and 59 years old was: 17% with complete secondary education, 5% with higher education and 2% with technical education and professional (MINISTRY OF CITIZENSHIP [BRA-

CC BY NC SA

ZIL], 2021). These peoples' have different needs and different future perspectives for which it would be necessary to create specific public policies.

The everlasting stay in a refugee shelter, without a perspective for a life after the camp – which should be found through a methodology that involves, at all stages, the participation of interested indigenous groups –, tends to create situations of attrition, conflict and even violence, with the sheltered as victims in general, given their vulnerability and dependence on Operation Welcome's resources (RODRIGUES, 2021). Circumstances such as these lead to the adoption of alternative strategies by those sheltered, such as leaving the shelter to seek opportunities in other cities or joining autonomous/spontaneous occupations that, despite not having the same resources as the shelters of Operation Welcome, enable greater freedom of decision and the expansion of the exercise of their right to self-determination.

The absence of a horizon for their lives after the shelter, which should take into consideration the internal diversity of the indigenous refugees' groups, combined with the indigenous capacity to resist and not resign themselves to the circumstances, gave rise to the creation of sufficient conditions for autonomous dispersion of indigenous refugees throughout the Brazilian territory, mainly by indigenous peoples of the Warao ethnic group, already historically marked by internal displacements in Venezuela. Indigenous refugees do not want to spend years of their lives in shelters, with little or no possibility of living according to their tradition, culture and future perspectives (R4V BRAZIL WORKING GROUP ON INDIGENOUS PEOPLES, 2022). The lack of a prospective for a future for indigenous people from Venezuela of their own design prevents the full realisation of their lives in Roraima. Without options, and due to their lack of eligibility, for many years, for the interiorization process led by Operation Shelter, many sought their own paths, interiorizing themselves, or constituting autonomous/spontaneous settlements, in the quest to expand their self-determination.

In April 2022, Operation Welcome withdrew from the *Pintolândia* shelter. The alternative offered to those sheltered was the transfer to *Rondon 3*, which would also receive indigenous refugees from *Nova Canaã* and *Tancredo Neves* shelters, making it the largest indigenous shelter in Latin America, with a capacity for 1500 people. *Rondon 3* was named *Waraotuma a Tuaranoko* by the sheltered community. The move implied a reunion of the population of three indigenous shelters into one. Besides *Tuaranoko*, Operation Welcome maintained only two other indigenous shelters: Jardim Floresta, in Boa Vista, and *Janokoida*, in Pacaraima, respectively with a capacity for 460 and 400 people (UNHCR BRAZIL, 2023c). Processes of forced relocation to new camps or abandonment are engines that "often produce further precarity" (BRANKAMP, 2022, p. 108).

The creation and demobilisation of shelters takes place according to decisions that correspond to the management strategies of Operation Welcome. In the case of indigenous shelters, however, there are further complexities related to the decision-making process. Under

the terms of ILO's Convention 169, incorporated into the Brazilian legal system as a human rights convention,[4] indigenous peoples must be consulted on all legislative and administrative measures that affect them (ILO, 1989, art. 6). Consent to a policy or measure should be free, prior and informed and must comply with a methodology defined by the consulted indigenous people, which, in general, presupposes the prior construction of a consultation protocol.

Another aspect that must be considered is the interest of the sheltered indigenous people in seeing their aspirations for a life after the camp to come true. Article 46 of Law 9.474/1997 declares resettlement in Brazil as a possible lasting measure that can be implemented by the Brazilian State. This is perhaps one of the main demands of the indigenous groups from Venezuela that find themselves in Brazil. In consultation with indigenous peoples on the main issues related to their living conditions as refugees in the country, carried out by R4V Platform, in 2021, in the cities of Boa Vista, Belo Horizonte, Porto Alegre and Recife, the demand for a place to live according to their culture was widely present among the answers (R4V BRAZIL WORKING GROUP ON INDIGENOUS PEOPLES, 2022).

3. CHALLENGING CARTOGRAPHIES OF MOBILITY: INDIGENOUS REFUGEES' SPACE PRODUCTION

The news of the *Pintolândia* shelter's demobilisation generated perplexity in many of its residents. There was an absence of an adequate consultation process regarding what would happen to the place that many had as closest reference to a home. At one point, *Pintolândia* sheltered more than 700 people (UNHCR BRAZIL, 2020b). Faced with the news that it would be demobilised, and its inhabitants transferred to another shelter in a remote part of the city, a group of around 270 indigenous people decided to stay. Even though this decision would mean an increase in their vulnerability, since they would be outside the scope of Operation Welcome, many chose to not go along the plan that the Operation had for them (RAMALHO, 2022).

The closing of shelters without adequate consultation, as it happened with *Pintolândia*, was responded with resistance from a group of about 270 people who preferred to remain in the deactivated shelter, rather than be housed somewhere else. The moving through shelters would only result in the perpetuation of their submission to the emergency response system of Operation Welcome. Staying in a deactivated shelter, of course, implies inserting oneself in a condition of greater vulnerability, as these people can no longer rely on the food and other means provided by managing entities. This stance also represented a way of trying, at the cost of their personal sacrifice, to carry out what would be the closest thing to a durable resettle-

4 In Brazil, whether a treaty is internalised as a human rights treaty or not is relevant, for if so it is at least supra-legal, having the possibility of holding the status of a constitutional amendment.

CC BY NC SA

ment solution, for it represents "the possibility of organising and imagining collective futures differently" (PIERRE, 2020, p. 395).

The sheltering practices of the State and its partner organisations carry within them a deeper meaning than their depiction as actions of humanitarian assistance to vulnerable refugee populations. Considering the elements introduced in the previous section, we can understand how sheltering is a practice that is mapped onto the landscape, consequently creating a location for where these (indigenous) refugees are located within the State. The restructuring of the shelters examined in section one presents a situation where these individuals placed within the broader landscape of the city are becoming further circumscribed, changing from a dispersed to a centralised containment. These ceaseless relocation of refugees from one shelter to another emphasise the lack of a gaze that sees them as part of society, making them instead managed bodies that are merely administered according to the needs of the institutions, the case of indigenous refugees being the ultimate example of such a situation. Opondo and Rinelli (2015, p. 938) reflecting on the relationship between the refugee and the space propose that these individuals, when claiming certain spaces in the urban setting "as their own territory, a piece of their own land or 'home' from which they can find comfort and refuge," they are performing a "legal inversion." They create:

> [I]n the city a zone of survival [...] [which] also becomes a site of contestation over migrants' right to the city and a challenge to urban policing characterized by the authorities' attempts to regulate refugee presence and the immigrants' reclamation of urban space. Precarious and untidy as it may seem, [...] [these spaces point] to the possibility of pluralist urban existence that disturbs the dichotomy between the city and the camp or illegitimate foreignness and legitimate urban life characterized by citizenship, multiculturalism, or complete integration" (OPONDO; RINELLI, 2015, p. 938).

Indigenous refugees from the outset have been a challenge to the welcoming system set up by the local authorities and international organisations later taken over by Operation Welcome. Internationally acknowledged best practices and recognized models of sheltering, such as the Ikea Foundation and Better Shelter's RHUs used in many of the Boa Vista shelters, did not fit the needs of indigenous peoples. Likewise the interiorization policy, an important pillar of the Operation, did not satisfy the needs of indigenous peoples living in the shelters, at first, for not being incorporated into the plan which only encompassed the non-indigenous population and, then, for only being 'included' in such plan, instead of having their condition of indigenous people recognized and thought of in a way that seeks to find possibilities that contemplate their particular necessities. As no viable alternative has been proposed, these indigenous refugees continue to endure the sheltered space.

CC BY NC SA

Such situation emphasises how migration processes are actually marked by never-ending and constantly interrupted movements. These indigenous refugees are at the same time sheltered, and therefore caged within certain spaces they are allowed to occupy, and in constant circulation, for the restructuring of the shelters – a need that results from the very lack of possibilities to a life after the camp for these peoples – means a constant reshuffling of people in between them. The scholarly literature under critical camp studies have sought to make sense of the way sheltered life is in fact represented by intermittent movement. De Vries and Guild (2019, p. 8) stress that "migration trajectories are often characterised by recurring or continued displacement," making this a process of "fractured mobility" (DE VRIES; GUILD, 2019, p. 7). Martina Tazzioli (2020, n.p.) calls this a mode of "governing mobility through (forced) mobility," a formulation that encapsulates the governmentality that takes place through the control of disordered mobility. In this fluctuation between permanence/impermanence, settlement/unsettlement, Opondo and Rinelli (2015, p. 932) locate a dialectic between movement and capture. This was further elaborated by Brankamp (2022) as a continuum between encampment, a gradual discontinuation of services and the camp closure. A dance that makes refugees momentarily disappear by displacing them to subsequent encampment (BRANKAMP, 2022, p. 116).

These spaces of sheltering materialise what De Vries and Guild (2019, p. 8) call a "politics of exhaustion," which can "be understood as a form of structural violence that impacts and intensifies over time as people continue to be pushed across and held up in a range of institutionalised and informal spaces of transit, and which also includes forms of direct, daily violence." Such notion encapsulates the accumulated effects that practices of governmentality have over the bodies of refugees and migrants over time and across different spaces. The shelter is a place of constant (re)negotiation between top-down practices, which ends up mostly erasing and silencing the sheltered population, and these individuals' claim of their acknowledgement. These dialogues and negotiations often emphasise power disparities.

In that sense, beyond the intricacies of the corporeal mobility of people, through the situation of sheltered indigenous refugees:

> We can begin to see that uneven powers of "motility" – meaning the capability for mobility and control over the mobility of others – and differential "accessibility" to various kinds of spaces and social goods are not just the result of racial, gendered, classed, sexed, and other formations, but are also *productive of* those hierarchical systems of differentiation, through various kinds of enablement and disablement (SHELLER, 2018, p. 20).

The protracted situation of (im)mobility came to define many aspects of these indigenous refugees' lives. The many pressures and interventions these peoples face in many ways

CC BY NC SA

structure their conditions of living and enable an understanding of them "within the terms set by neoliberal projects: a pained body, a site of endemic violence and monstrous poverty" (PIERRE, 2020, p. 394).

By bringing the story of *Pintolândia*, which after the demobilisation was renamed by its residents *Yakera Ine*, our aim is to challenge such comprehension presenting the scenario as one of clashing cartographies. The abandoned shelter is at the same time "the penultimate site [...] of dispossession, [...] violence, racial encounter, and innovative resistance" (MCKITTRICK, 2013, p. 8). The landscape created in the indigenous refugees' shelter would encapsulate what Katherine McKittrick (2013, p. 2) called "a conceptualization of time-space" that connect their land and the erased shelter, consequently emphasising the ways the shelter is an ongoing locus of "violence [...] that can no longer analytically sustain this violence." The sheltering system put in place in the state of Roraima is traversed into the indigenous refugee's life in a way that brings together control and resistance, mobility and immobility.

The situation of the indigenous refugees of *Yakera Ine* brings "into sharp focus how colonial logics of dispossession continue to shape lives while at the same time opening the possibility of dreaming, reinventing, and resisting" (PIERRE, 2020, p. 395). By refusing to move to a "more equipped" shelter, these indigenous refugees are denying the very logic that permeates processes of refugees' reception systems, that of managerialism. They escape the controlling practices and make room to their own drawing of their spaces. In that sense, these indigenous refugees are nurturing "alternative senses of spatiality and temporality" (PIERRE, 2020, p. 398). Their disruption should not be read simply as a fight against confinement but rather a struggle against their de-subjectivation. The solutions provided by the humanitarian apparatus dictate "a pre-existing roadmap to liberation" while real liberation should be "organically found in acts of disruption and undoing among refugees as well as in their irreverent claims to a life after the camp" (BRANKAMP, 2022, p. 122). The idea is to

> Rather than reducing these mobilisations among the encamped to pre-formed visions for closing or replacing camps, their most existential demand is for an embodied justice that can recover "wasted" or "lost" time in a future of their own design (BRANKAMP, 2022, p. 122).

Notwithstanding, it is not about romanticising a situation of extreme precarity. Our emphasis is on the notion that the geographies of indigenous refugees' (im)mobility, here understood through the resistance of the indigenous peoples' of *Yakera Ine*, provide elements for us to notice that their sheltered bodies carry in it a history of encounters and resistance practices that are "spatialize[d] acts of survival" (MCKITTRICK, 2013, p. 8). Through their resistance, they embodied the space and have it tell their story. While the sheltered or interiorized (many times referred to as integrated in UNHCR documents) bodies accept the choices offered "within the

call to order," the resisting individuals refused these calls for regulation (PIERRE, 2020, p. 400). The result was a politics of erasure of these peoples from the sheltering cartography. However, by choosing not to adapt into the established terms these individuals avoided falling into a trap, the "trap of reading THEIR location within homogeneous, hierarchical, and ordered structures of power [...], emptied from the concreteness of [their] thick histories, feelings, bodies, geographies, and spiritualities" (PIERRE, 2020, p. 400). In that sense, we accept Beaudelaine Pierre's (2020, p. 406) invitation to see the body as "geographies, landscapes, and constitutes by itself worlds, lands, politics, and legitimacies" or, in other words, to see the "body as a map."

CONCLUSION

The collective right of these peoples to exist (physically or culturally), regardless of the factual condition that qualifies it as a group of refugees, is preserved regardless of state recognition. However, the repeated refusal to fulfil the conditions that allow these indigenous people to exist as such can lead to ethnocide, understood as a set of actions that prevent an ethnic group from continuing to exist (SOUZA FILHO, 2018).

Complex migratory processes such as the Venezuelan one requires humanitarian responses by the receiving State that take this complexity into account. Aspects related to ethnicity must be given special attention so that policies whose main consequence is a slow and painful process of ethnocide are not implemented. The refugee indigenous groups are of different ethnicities. Even ethnic groups are not culturally monolithic in themselves. Their bodies carry the stories of a series of cultural negotiations with the Venezuelan non-indigenous society. Consequently, the demands regarding a life after the shelter from these groups are diverse. Not facing the diversity and ontological complexity of these ethnic groups is taking a path that can lead to their cultural erosion and possible disappearance (FIGUEIRA, 2020a). And children will probably be the first victims of a policy that caters to refugees but inadequately to indigenous peoples.

The control of time and space by migration policy managers for indigenous refugees has prevented the implementation of measures in which they can realise their full dignity. The time of emergency is when it is inevitable to postpone settlement solutions. It is a management of waiting for a promise that, even if provided for by law, such as the settlement, in times of emergency – and as long as it lasts –, it will not be possible to fulfil. In the spatial dimension, the frequent relocation of refugees, based on the improvement of the shelter space, generates the feeling that something is happening. Movement, however, is like that of a wheel: from one shelter to another, but not to a more permanent or unconstrained settlement.

The resistance to the relocation by the indigenous people who remained in *Yakera Ine*, but also the decision of some indigenous refugees to face an autonomous interiorisation, are

CC BY NC SA

organic reactions to the necrocolonial condition of policies directed at indigenous refugees. The resistance of these indigenous groups is not limited to a mere insurgency against the system of rules resulting from migratory management and refugee shelters. It has an existential character and stems from an imperative of ontological preservation. Even though the practices of sheltering refugees are constantly attempting to produce bare life, these individuals through their disruption of the imposed order prove to be much more. The camp is not able to fully annihilate their subjectivity and liberation through everyday acts is always a yet unrealised possibility in their horizon. The camp is landscape where the refugee imprints their corporeality.

REFERENCES

ALMEIDA, F. **114 Dias de Resistência da Comunidade Warao Jakera-Ine**. Available at: <https://www.redeamazoom.org/post/114-dias-de-resist%C3%AAncia-da-comunidade-warao-jakera-ine>. Accessed: 7 jul. 2023.

AVSI BRAZIL. **Gestão de Abrigos e Assistência Multissetorial à População Venezuelana**. **AVSI Brasil**, 2023. Available at: <https://www.avsibrasil.org.br/projeto/centros-de-abrigod-e-assistencia-multisetoria-de-venezuelanos/>. Accessed: 6 jul. 2023

BRANDÃO, I.; OLIVEIRA, V. **Defesa Civil divide venezuelanos** índios **e não-índios entre abrigos em Boa Vista**. Available at: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/defesa-civil-divide-venezuelanos-indios-e-nao-indios-entre-abrigos-em-boa-vista.ghtml>. Accessed: 5 jul. 2023.

BRANKAMP, H. Camp Abolition: Ending Carceral Humanitarianism in Kenya (and Beyond). **Antipode**, v. 54, n. 1, p. 106–129, jan. 2022.

BRAZIL. **Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018**. Brasília: Governo Federal, 15 feb. 2018a.

BRAZIL. **Venezuelanos são levados da praça Simón Bolívar para abrigos temporários em RR**. Available at: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2018/maio/venezuelanos-sao-levados-da-praca-simon-bolivar-para-abrigos-temporarios-em-boa-vista>. Accessed: 6 jul. 2023b.

CHAVES, A.; OLIVEIRA, V. **Operação retira cerca de 400 venezuelanos acampados no entorno de rodoviária em Boa Vista**. Available at: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/operacao-retira-mais-de-400-venezuelanos-abrigados-no-entorno-de-rodoviaria-em-boa-vista.ghtml>. Accessed: 5 jul. 2023.

DE ARAÚJO CASTRO, M. Venezuelanas/os em Boa Vista: práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação Ka Ubanoko. **Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações**, v. 5, n. 1, p. 157–180, 2021.

DE LA CADENA, M. **Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds**. Durham: Duke University Press, 2015.

DE VRIES, L. A.; GUILD, E. Seeking refuge in Europe: spaces of transit and the violence of migration management. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 45, n. 12, p. 2156–2166, 2019.

FFHI. **Abertura de Novo Abrigo Indígena em Roraima**. Available at: <https://www.missoeshumanitarias.org/abertura-de-novo-abrigo-indigena-em-roraima/>. Accessed: 6 jul. 2023a.

FFHI. **Abertura do Quarto Abrigo Indígena em Roraima**. Available at: <https://www.missoeshumanitarias.org/abertura-do-quarto-abrigo-indigena-em-roraima/>. Accessed: 6 jul. 2023b.

FFHI. **Sem Medir Esforços na Resposta Humanitária**. Available at: <https://www.missoeshumanitarias.org/sem-medir-esforcos-na-resposta-humanitaria/>. Accessed: 7 jul. 2023c.

FIGUEIRA, R. R. Indigenous refugees, vulnerability and cultural erosion: international law of indigenous peoples' and international refugee law's possibilities and limits in the protection of indigenous cultural expressions related to traditional land and the native language. **Revista de Direito Internacional**, v. 17, n. 3, 2020a.

FIGUEIRA, R. R. **Povos Indígenas, Necrocolonialismo e a Pandemia de Covid-19**. 2020b. Available at: <https://errante.blog/2020/11/04/indigenas-necrocolonialismo-e-a-pandemia-de-covid-19-por-rickson-rios-figueira/>. Accessed: 26 jun. 2023.

ILO. **Indigenous and Tribal Peoples Convention (No. 169)**. Geneva: International Labour Organization, 27 jun. 1989.

IOM BRAZIL. **Operação Acolhida dá aos venezuelanos um novo começo no Norte do Brasil**. Available at: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/operacao-acolhida-da-aos-venezuelanos-um-novo-comeco-no-norte-do-brasil>. Accessed: 6 jul. 2023.

MCKITTRICK, K. Plantation Futures. **Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism**, v. 17, n. 3, p. 1–15, 1 nov. 2013.

MINCA, C. Geographies of the camp. **Political Geography**, v. 49, p. 74–83, nov. 2015.

MINISTRY OF CITIZENSHIP [BRAZIL]. **Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana**. Brasília: Organização Internacional Para as Migrações (OIM), 2021.

MINISTRY OF DEFENSE [BRAZIL]. **Diretriz Ministerial Nº 03/2018**. Brasília: Brasil, 28 feb. 2018.

OPONDO, S. O.; RINELLI, L. Between Camps/Between Cities: Movement, Capture and Insurrectional Migrant Lives. **Globalizations**, v. 12, n. 6, p. 928–942, 2 nov. 2015.

PERMANENT FORUM ON INDIGENOUS ISSUES. **Report on the sixth session (14-25 May 2007)**. New York: United Nations, 2007.

PIERRE, B. Thinking De <=> coloniality through Haitian Indigenous Ecologies. **Hypatia**, v. 35, n. 3, p. 393–409, 2020.

R4V BRAZIL WORKING GROUP ON INDIGENOUS PEOPLES. **Mesas Nacionales de Consulta a los Pueblos Indigenas Venezolanos 2021: Brasil**. Brasília: Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela, 10 mar. 2022.

R4V. **Situation Report Brazil: November 2021**. Brasília: Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela, 2021.

RAMADAN, A. Spatialising the refugee camp. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 38, n. 1, p. 65–77, jan. 2013.

RAMALHO, Y. **Indígenas venezuelanos vivem em condições insalubres em abrigo desativado e temem ficar sem comida em Boa Vista**. Available at: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/09/01/indigenas-venezuelanos-vivem-em-condicoes-insalubres-em-abrigo-desativado-e-temem-ficar-sem-comida-em-boa-vista.ghtml>. Accessed: 7 jul. 2023.

RODRIGUES, C. **Defensoria identifica "cantinho da vergonha" para castigar indígenas venezuelanos em abrigo**. Available at: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/09/defensoria-identifica-cantinho-da-vergonha-para-castigar-indigenas-venezuelanos-em-abrigo.ghtml>. Accessed: 26 jun. 2023.

SHELLER, M. Theorising mobility justice. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 17–34, 28 jul. 2018.

SOUZA FILHO, C. F. M. DE. Marco Temporal e Direitos Coletivos. Em: CUNHA, M. C. DA; BARBOSA, S. R. (Eds.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

TAZZIOLI, M. **The making of migration: the biopolitics of mobility at Europe's borders**. London: Sage publications, 2020.

UNHCR BRAZIL; BRAZIL. **Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e imigrante**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and Federal Government (Brazil), 2021.

UNHCR BRAZIL; SILVA, J. C. J. **O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2022.

UNHCR BRAZIL. **ACNUR em Roraima | Relatório de Atividades: Janeiro a Abril de 2022**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2022b.

UNHCR BRAZIL. **ACNUR em Roraima | Relatório de Atividades: Julho-Agosto 2021**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2021a.

UNHCR BRAZIL. **Anexo BV-8 Pacaraima – Relatório de Atividades e Resultados: outubro de 2021 a maio de 2022**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), jun. 2022c.

UNHCR BRAZIL. **Indígenas Refugiados e Migrantes no Brasil**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), jun. 2020c.

UNHCR BRAZIL. **Maior abrigo indígena da América Latina completa 100 dias no Dia Mundial do Refugiado, em Boa Vista**. Available at: <https://www.acnur.org/portugues/2022/06/17/maior-abrigo-indigena-da-america-latina-completa-100-dias-no-dia-mundial-do-refugiado--em-boa-vista/>. Accessed: 6 jul. 2023d.

UNHCR BRAZIL. **Meios de Vida e Interiorização: Relatório novembro e dezembro 2021**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2022a.

UNHCR BRAZIL. **Monitoramento de Proteção de Ocupações Espontâneas | Boa Vista: Junho 2020**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2020a.

UNHCR BRAZIL. **Newsletter Julho 2019**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2019.

UNHCR BRAZIL. **Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 21 jun. 2021d.

UNHCR BRAZIL. **Perfil dos Abrigos em Roraima**. 2023c. Available at: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTk2MS00YmY3LWEyY2YtMGM1Y2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Accessed: 6 jul. 2023.

UNHCR BRAZIL. **Relatório de Atividades para Populações Indígenas (Abril, Maio e Junho - 2022)**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 8 aug. 2022e.

UNHCR BRAZIL. **Relatório Mensal - Roraima | Julho 2020: Registro e abrigamento**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2 jul. 2020d.

UNHCR BRAZIL. **Relatório Mensal - Roraima | Setembro 2020: Registro e abrigamento**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2020b.

UNHCR BRAZIL. **Relatório Operacional - Roraima: Janeiro 2021**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2021c.

UNHCR BRAZIL. **Relatório Operacional - Roraima: Outubro/Dezembro 2020**. Brasília: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2021b.

UNHCR. **Emergency Handbook: Emergency shelter standard**. Available at: <https://emergency.unhcr.org/emergency-assistance/shelter-camp-and-settlement/shelter/emergency-shelter-standard>. Accessed: 26 jun. 2023c.

UNHCR. **UNHCR Policy on Emergency Preparedness and Response, Annex: Comparative Table of UNHCR Emergency Levels in line with the Policy on Emergency Preparedness and Response (UNHCR/HCP/2023/01)**. Genebra: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 10 feb. 2023a.

UNHCR. **UNHCR Policy on Emergency Preparedness and Response**. Genebra: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), 4 may 2023b.

UNODC. **Fluxo de migrantes venezuelanos no Brasil cresceu mais de 900% em dois anos**. Available at: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/07/fluxo-de-migrantes-venezuelanos-no-brasil-cresceu-mais-de-900-em-dois-anos.html#>. Accessed: 5 jul. 2023.

WEIMA, Y.; MINCA, C. Closing camps. **Progress in Human Geography**, v. 46, n. 2, p. 261–281, apr. 2022.

WORONIECKA-KRZYZANOWSKA, D. The right to the camp: Spatial politics of protracted encampment in the West Bank. Political Geography, v. 61, p. 160–169, nov. 2017.

CC BY NC SA

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17281

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Mapas Culturais da vida em mobilidade do grupo de indígenas E´ñepá de Caruto: análises da relação entre espaços representados e narrativas de vida de um deslocamento perpetuado no tempo

Marielys Briceño Altuve
Educanorte/UFRR
Boa Vista, Roraima, Brasil
E-mail: mariel_bri@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-2048-6343

Maxim Repetto
Educanorte/UFRR
Boa Vista, Roraima, Brasil
E-mail: maxim.repetto@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2898-9079

Márcia Maria de Oliveira
PPGSOF/UFRR
Boa Vista, Roraima, Brasil
E-mail: maricia.oliveira@ufrr.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5511-0942

Resumo: Este artigo é um recorte dos resultados de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedades e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (UFRR). No texto descreve-se de forma relacional o processo de mobilidade de um grupo de indígenas venezuelanos do povo E´ñepá em um "ir e vir" entre territórios de origem e outros territórios locais, nacionais e internacionais. Os resultados fornecem evidência das altas dinâmicas de mobilidade e das formas de ocupação do espaço. O referencial teórico metodológico enquadra-se dentro dos estudos atuais da mobilidade humana contemporânea, focados nas subjetividades dos participantes contextualmente situados em tempo e espaço, no caráter multidimensional, multidirecional e interdisciplinar das categorias território e espaço, assim como no vínculo que estabelecem memória e identidade a favor de processos de reconstrução social, luta, resistência e emancipação. Ao final, apresentam-se as considerações finais das análises dos dados construídos mediante três histórias de vida e uma oficina de elaboração de mapas sociais.

Palavras chaves: espaço; território; mobilidade humana.

Cultural maps of the mobility life of the E´ñepá indigenous group of Caruto: analyses of the relationship between represented spaces and life narratives of a perpetual displacement in time

Abstract: This article is a selection of results from a master's research of the Postgraduate Program in Societies and Borders of the Federal University of Roraima (UFRR). The text describes in a relational way the mobility process of a group of indigenous Venezuelans of the E'ñepá ethnicity in a "coming and going" between territories of origin and other local territories, national and international. The results provide evidence of high mobility dynamics and forms of occupation of space. The theoretical methodological framework is set within the current studies of contemporary human mobility, focused on the subjectivities of the participants contextually situated in time and space, on the multidimensional, multidirectional and interdisciplinary nature of the territory and space categories, as well as on the link that they establish memory and identity in favour (Briceño, 2021) of processes of social reconstruction, struggle, resistance and emancipation. At the end, we present the final considerations of the data analysis of the data built using three life stories and a workshop of social maps elaboration.

Keywords: space; territory; human mobility.

Mapas culturales de la movilidad de vida del grupo indígena E´ñepá de Caruto: análisis de la relación entre espacios representados y narrativas de vida de un desplazamiento perpetuado en el tiempo

Resumen: Este artículo es una selección de los resultados de una investigación de maestría del Programa de Postgrado en Sociedades y Fronteras de la Universidad Federal de Roraima (UFRR). El texto describe de forma relacional el proceso de movilidad de un grupo de indígenas venezolanos del povo E'ñepá en un "ir y venir" entre territorios de origen y otros locales, nacionales e internacionales. Los resultados evidencian las altas dinámicas de movilidad y formas de ocupación del espacio. El referencial teórico y

metodológico se enmarca en los estudios actuales de movilidad humana contemporánea, centrados en las subjetividades de los participantes contextualmente situadas en el tiempo y el espacio, el carácter multidimensional, multidireccional e interdisciplinario de las categorías territorio y espacio, así como el vínculo que establecen memoria e identidad a favor de procesos de reconstrucción social, lucha, resistencia y emancipación. Al final, presentamos las consideraciones finales del análisis de los datos construidos (Briceño, 2021) a partir de tres historias de vida y de un taller de elaboración de mapas sociales.

Palavras claves: espacio, territorio, movilidad humana.

Recebido em: 07-07-2023

Aceito em: 08-02-2024

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO

A mobilidade humana, tem sido uma constante em todas as sociedades. Na atualidade se dota de novos significados, se diversifica quanto a conteúdos, aumenta em números, especialmente desde finais do século passado e em um panorama mais recente, incorpora itinerários internacionais definidos na rota sul.

Tal mobilidade inclui vários tipos de nacionalidades e povos indígenas, as quais tendem a se tornar heterogêneas quanto a destinos, distâncias, volumes e temporalidades. Essa complexidade aumenta quando se perpassam as fronteiras internacionais, que, além das questões socioeconômicas já envolvidas nas migrações internacionais, forçam a incorporação de aspectos sócio jurídicos, étnicos e culturais nas relações estabelecidas pelos povos indígenas entre as sociedades dos países de origem e de destino, pelos processos de reelaboração étnica e cultural que esta mobilidade implica.

A pesquisa, visou descrever e compreender as dinâmicas de mobilidade e as formas como o grupo participante configura o espaço ao longo do deslocamento. Como também, as percepções, representações, significados, sentidos e sentimentos que eles têm em relação ao deslocamento, entre os territórios comunitários e os espaços que o grupo vem ocupando ao longo de quatro décadas.

Diante do mundo complexo e heterogêneo que caracteriza esta mobilidade, marcada pelas forças da estrutura do capital, aborda-se a cartografia como processo teórico-metodológico alternativo para reproduzir os fatos de forma representativa, compreendendo que o método em uma pesquisa é tão dinâmica, como uma paisagem (Aguiar, 2010).

Para tanto, utilizou-se o referencial teórico-metodológico de Deleuze e Guattari (1995) e de sua representação do espaço/tempo, como linhas de vida, para compreender o sentido dos percursos de deslocamento de um grupo indígena E´ñepá de Caruto entre seus territórios comunitários no Brasil e na República Cooperativa da Guiana.

Utilizaram-se também as reflexões de Ingold (2015) sobre "estar no mundo" e os desdobramentos a partir de Deleuze e Guattari (1995) sobre o espaço, propondo propositadamente descrever o espaço como "fios da vida", ao longo dos quais os seres humanos vivenciam um processo de crescimento relacional, com consequentes reconfigurações nas formas de perceber e se relacionar com o mundo (Ingold, 2015).

Ao longo desse crescimento, segundo o referido autor, define-se uma malha social de "fios de experiência de vida" (p. 12), interagindo com outros "fios" de "experiências vividas, com a luz, com os sonhos e sentimentos, no fazer, na escrita, no desenho, nas histórias contadas" (p. 12). Com este posicionamento, Ingold permeia o pensamento que o ocupa: "a vida é vivida ao longo de vidas" (Ingold, 2015, p. 12), propondo-se assim estudar, analisar e compreender os fenômenos e as essências.

CC BY NC SA

A partir de Ingold (2015), os mapas vividos, elaboradosna oficina de etnomapas, constituíram-se numa ferramenta para a representação gráfica da vida em contextos de mobilidade que o grupo E´ñepá experimenta nas relações sociais desenvolvidas em seus itinerários de viagem. Tais experiência permitem a aproximação com o mundo das subjetividades de quem define seus "fios de vida" (p. 13) em um constante ir e vir, entrecruzado com outros fios na rede de relações. Para o autor, mapear é semelhante a conhecer, porque os produtos que se originam do mapeamento, tais como inscrições gráficas, conhecimento, histórias, são fundamentalmente diferentes dos produtos de um mapa convencional.

Nos mapas, segundo o autor em questão, há uma carga de saberes contados por meio de histórias e não de lugares como pontos geográficos (Ingold, 2002). De tal forma que, os mapas vividos criados pelos participantes da pesquisa, levantam um debate ontológico e epistemológico entre universalismos e singularidades no ato de produzir-os e as concepções paisagísticas neles implícitas (Ingold, 2002).

Na pesquisa, assumiu-se a perspectiva de Ingold (2015), quando, ao analisar os mapas vividos em relação ao movimento e ao conhecimento, propõe entender e descrever o lugar como referencial de subjetividades. Para o autor os lugares não têm posições, têm história. Os lugares não são definidos pelos limites externos do movimento, eles são definidos pelo movimento mesmo. Os lugares não existem no espaço, eles existem na matriz do movimento dentro do espaço inacabado. Portanto, a partir de seu pensamento, descobrir caminhos está mais relacionado a contar histórias do que definir posições no mapa.

Com essa concepção de mapas vividos, o texto se afasta da concepção cartográfica clássica, ou seja, da representação do espaço sobre mundo e da verdade sobre o como o mundo é (Ingold, 2002).

Quanto às histórias de vida, estas foram abordadas mediante o método autobiográfico (Gil, 2002). Este método é usado com o objetivo de transcrever e analisar as histórias das pessoas sobre suas vidas, ou sobre momentos específicos de suas vidas (Martín, 1995).

A aplicação deste método focou no sujeito histórico e no estudo e processamento contextualizado dos relatos, que valoriza e reconhece as subjetividades das experiências vividas e sentidas no processo de deslocamento. Desta forma, as histórias de vida foram carregadas de subjetividades que experimenta cotidianamente quem se desloca, nas suas histórias cheias de sonhos, ilusões, angústias, separações, projetos de vida, confusões e diferentes vínculos.

A categoria memória social foi abordada como o resultado de expressões coletivas que conservam e nutrem as memórias individuais, que ao se expressar socialmente, passam a fazer parte da reserva de memória de um grupo, unido por diferentes laços, tais como parentais e comunitários (Halbwachs, 1990). É o resultado de informações passadas que se atualizam e pririzam algumas visões em detrimento de outras (Le Goff, 1990; Pollak, 1992). Uma ferramenta

utilizada para identificar, descrever e caracterizar espaços-lugares construídos pelos sujeitos (Zimmermann, 2006) e uma ferramenta para a construção da realidade, pela possibilidade que ela oferece de integrar elementos temporários do passado com elementos temporários do presente e visões de futuro (Campos, 2008).

Configurou-se a pesquisa como relacional, também chamada de investigação dialógica ou colaborativa (Campos, 2021). Visto seu potencial para superar o caráter colonizador e extrativista da ação de investigar (Czarny, 2022). Neste tipo de pesquisas, os roles tradicionais são difusos, ativando processos de investigação em cunjunto, com contribuições de todosProcurou-se vivenciar uma forma de fazer pesquisa o menos assimétrica possível e com resultados que pudessem ser mais úteis e significativos para o grupo colaborador (Álvarez; Gunther, 2014).

Assumiram-se os desafios deste tipo de pesquisas, como são as subjetividades de pesquisador e de participantes, bem como as desigualdades que podem tensionar as relações entre participantes, principalmente diferenças de gênero, étnico-raciais, de poder e político-ideológicos. Assumiram-se também os desafios impostos pela colonialidade do poder, do saber, que estão presentes na produção acadêmica (Xochitl; Shannon, 2008).

Como um todo, mostram-se os resultados obtidos a partir da combinação das referidas ferramentas metodológicas. Estas permitiram analisar os elementos subjetivos presentes nos relatos das histórias de vida do grupo com os itinerários de deslocamento indicados nos mapas, desde o município Cedeño, no estado Bolívar/Venezuela, às diferentes regiões da Venezuela e às rotas de entrada a Boa Vista, no estado de Roraima/Brasil, e à cidade do Lethem, na República Cooperativa da Guiana.

O ESPAÇO VIVIDO E SENTIDO

De acordo com o pensamento de Deleuze e Guattari (1996), o espaço pode ser representado como linhas de vida, espaços vividos e dinâmicos, feitos de linhas de articulação de vida, de segmentaridade, de estratificação, de territorialidade, linhas de desestratificação e desterritorialização (Deleuze; Guattari, 1995).

Ingold (2002), interpretando a obra de Deleuze e Guatarri, representa o espaço como fios de vida, ao longo dos quais os seres humanos vivenciam um processo de crescimento relacional, com consequentes reordenamentos nas formas de perceber e se relacionar com o mundo.

Entre os autores, a palavra "vida" aparece como um nexo comum associado à representação do espaço. Vincula-se também com as análises de Nancy Green (2019) sobre os pontos de partida e de chegada, os quais, segundo a autora, não são espaços mortos, nem vazios, pelo contrário, são espaços que possibilitam a construção de histórias de vida como as conta-

das por Sara Gando, com especial destaque da expressão "quem não viaja perde" com a qual finaliza seu relato[1].

As histórias de vida de Sara Gando[2], Alberto Conejero[3], e Carmen Conejero[4], juntamente com os relatos da oficina de elaboração dos mapas, possibilitaram a atualização da memória coletiva na ocorrência simultânea dos atos de se-mover, se conhecer e se descrever centrais nas reflexões de Ingold (2015). É assim que nos mapas são representadas suas dinâmicas formas de deslocamento orientados pelo sentido de oportunidades de venda de artesanato.

A partir da leitura de Ingold (2015), nestes movimentos residiria a experiência do "estar vivo" do grupo, tecendo uma malha de deslocamentos multidirecionais entrelaçados como fios de vida em "ida" e "volta", com suas experiências carregadas de subjetividades ao longo do tempo entre um lugar e outro.

Na oficina, foram considerados de forma situada os trajetos de deslocamento nas últimas quatro décadas, a partir do primeiro deslocamento forçado desde o assentamento *El Pajal,* localizado às margens do rio Orinoco, até Boa Vista e a cidade de *Lethem* (Guiana). Neste exercício de mapeamento social, também foi importante correlacionar as notas do caderno de trabalho de campo e os estudos antropológicos de Henley (2011), Mattei-Muller (2011) e Villalón (2007) nos territórios de origem.

1 Expressão usada por Sara Gando no final do seu relato. Acompanhada de um sonrriso, deixa entrever sua percepção sobre o deslocamento, uma oportunidade para conhecer e vender o artesanato em diferentes locais da Venezuela, e agora no Brasil e na fronteiriça cidade de Lethem.

2 História de vida concedida pela senhora Sara Gando (nome real), participante da pesquisa. Sara Gando, 46 anos de idade, residente do Abrigo Jardim Floresta, pertencente ao povo indígena *E´ñepá*, foi entrevistada no dia 26 de janeiro de 2022, às 11:00h.

3 História de vida concedida pelo senhor Alberto Conejero (nome real), participante da pesquisa. Alberto Conejero, 51 anos de idade, residente do Abrigo Jardim Floresta, pertencente ao povo indígena *E´ñepá*, foi entrevistado no dia 28 de fevereiro de 2022, às 09:00h.

4 História de vida concedida pela senhora Carmen Conejero (nome real), participante da pesquisa. Carmen Conejero, 36 anos de idade, residente do Abrigo Jardim Floresta, pertencente ao povo indígena E´ñepá, foi entrevistada no dia 28 de fevereiro de 2022, às 15h.

REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS DAS TRAJETÓRIAS DE DESLOCAMENTO DO GRUPO E´ÑEPÁ DE CARUTO E SUA CORRELAÇÃO COM AS HISTÓRIAS DE VIDA

No dia 19 de março de 2022, foi desenvolvida a Oficina de Etnomapas e Mapas Culturais da Mobilidade dos E´ñepá de Caruto. Fui usada a sala de aula do Programa de Pós-Graduação em Sociedades e Fronteiras. Participaram 11 indígenas, entre eles o professor Alberto Conejero, Carmen Conejero, Sara Gando, Marta Paredes e Jhonny Cuchepe, um adolescente recentemente iniciado segundo o ritual de iniciação característico desta sociedade.

Começou-se pelo lugar de origem dos *E´ñepá* segundo as considerações dos participantes. A partir daí, foram indicadas uma diversidade de lugares percorridos nos últimos 40 anos, incluindo a comunidade de *Caruto*.

Para o desenvolvimento da Oficina, pareceu mais adequado estimular os participantes a se comunicarem em sua língua materna, pois observou-se que ao fazê-lo, aumentavam a participação e também a expressão de seus sentimentos.

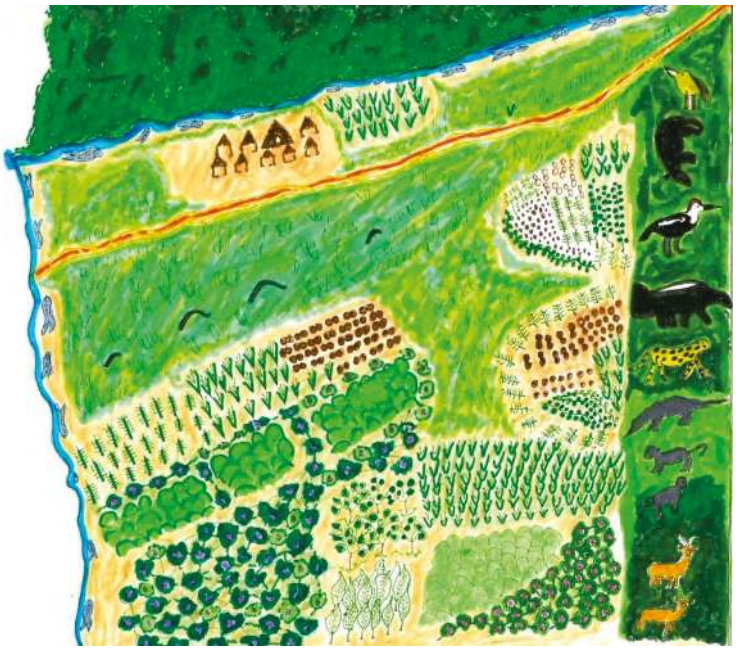
Os *E´ñepá de Caruto* são um grupo de indígenas venezuelanos, que segundo seus relatos, foram originalmente forçados a deixar a comunidade de El Pajal, nas margens do rio *Orinoco,* para se integrar com outros E´ñepá numa comunidade chamada *Perro de Agua*, localizada nas proximidades do limite entre os estados Bolívar e Amazonas, ambos territórios da Venezuela. Aproximadamente aos dois anos de viver junto a outros grupos de indígenas E´ñepá, duas destas famílias, tomaram a decisão de fundar uma nova comunidade, considerando que a forma de ocupação do espaço imposta no processo de deslocamento e integração, contradizia e gerava conflitos

> En Guaniamo teníamos poca ayuda del gobierno, vivíamos de nuestras propias producciones que vendíamos en Caicara del Orinoco, con la crisis tuvimos que salir. Algunos se fueron desplazando para Ciudad Bolívar, otros solo iban a las ciudades a vender y regresaban; ciudades grandes como Caracas, Valencia. Ya en Ciudad Bolívar comenzamos a elaborar artesanías con otros tipos de materia prima y copiamos artesanías de otros indígenas como los ye´kuana y warao (Alberto Conejero: Historia de vida n.º 2, 2022)[5].

5 "Em *Guaniamo* tínhamos pouca ajuda do governo, vivíamos de nossas próprias produções que vendíamos em *Caicara del Orinoco*, com a crise tivemos que sair. Alguns se mudaram para *Ciudad Bolívar*, outros só foram para as cidades vender e retornaram; grandes cidades como Caracas, Valência. Já em *Ciudad Bolívar* começamos a fazer artesanato com outros tipos de matéria-prima e copiamos artesanato de outros indígenas como os Ye'kuana e Warao". Ttradução nossa.

Os fundadores de *Caruto*, o senhor Isidoro Argote e as famílias Conejero e Gando, optaram por se estabelecerem em um lugar próximo ao *rio Guaniamo*, na vazante da Mina de Diamantes de *Guaniamo*. São as gerações destas famílias os sujeitos que constroem a história do seu deslocamento internacional no presente artigo[6]. O etnomapa que segue, é a representação da comunidade de Caruto com suas roças.

Desenho 1 - Desenho do Etnomapa da Comunidade de Caruto.



Fonte: Desenho de Alberto Conejero. Oficina de elaboração do Etnomapa.

De acordo com a linha do tempo traçada pelos participantes, a fundação de *Caruto* deve ter se iniciado a partir dos anos de 1975 e 1976, e deixou de ser habitado progressivamente ao longo da década de 1990, coincidindo com os pontos de inflexão na economia do país, relacionados com a adopção de um pacote de medidas impostas pelos organismos multilaterais, que implica o incremento de combustível com valores não esperados nos anos finais da década de 1980.

6 Privilegia-se neste artigo, o uso da categoria "deslocamento internacional» como forma de mobilidade humana contemporânea, com o qual tenta-se evitar o tratamento jurídico-estatutário, de lógica operacional do Estado que possibilita incorrer em situações de exclusão do exercício da cidadania. Com esta categoria pretende-se humanizar o processo enquanto experiência vivida e contada pelos sujeitos da pesquisa desde o mundo das subjetividades. A categoria migração será utilizada, referindo-se apenas ao processo de mobilidade humana carregada de subjetividades dos territórios de partida. Desta forma fundamenta-se o uso destas duas categorias ao longo do artigo.

O estudo de Lugo-Morín (2007) sobre as aves caçadoras dos E'ñepá, permite inferir que *Caruto* se localizava numa região do cerrado, com pouca cobertura vegetal, com o qual é possível lhe incluir dentro da etnocategoria *de savana arbustiva*.

Neste etnomapa da aldeia de *Caruto*, pode-se apreciar a representação de suas "unidades do grupo fogão"[7], localizadas à beira da estrada que conecta *Caicara del Orinoco* com as minas de *Guaniamo*. Essas unidades parentais não seriam mais como as descritas por Henley (2011), casas grandes onde poderiam morar entre 30 e 40 pessoas, inter-relacionadas com unidades de outros assentamentos por meio de laços parentais.

Suas roças estão representadas no etnomapa, as mesmas são lembradas com orgulho pela importância que tiveram na geração de renda da comunidade. As fontes de proteína, produto da caça, parte fundamental da dieta *E'ñepá*, também estão representadas. Na oficina, os participantes lembraram suas roças de mandioca, banana, inhame, timbó, tabaco, pimenta doce, batata doce, arroz, milho, entre outros. Faziam suas roças, comiam delas e das carnes produto das atividades da pesca e da caça de anta, macaco, tucano, tamanduá, jacaré e paca, entre outros tipos de carne que buscavam longe do assentamento (Oficina de Etnomapa, março, 2022). Essas narrativas coincidem com as descobertas de Henley (2011), Lugo-Morin (2007), Mattei-Muller (2011) e Villalón (2007).

Sara Gando (História de vida n.º 1, janeiro, 2022), conta que em *Caruto* não havia buriti, peixe nem babaçu[8], como na comunidade anterior *El Pajal*. Durante a entrevista sobre sua história de vida, percebeu-se a expressão de um sentimento de nostalgia pelo que ela coletava facilmente em *El Pajal*, e que não era mais o mesmo porque,

> No había moriche, coroba. No había pescado. Eso era. No había nada. Se no puro monte; solo había para conuco. Nosotros no tenía pa' corta hacha. Bueno, nosotros cuando se acavaba la comida nosotros buscaba. No tenía mango, no tenía nada. Yo he ido cazar. Para allá no había fruta, no había nada. Pura piedra y monte (Sara Gando: História de vida n.º 1, janeiro, 2022)[9].

7 A Unidade de grupo Fogão é segundo Henley (2011), a forma em que são identificadas neste estudo, as unidades domésticas que compartilham o mesmo "fogão", a qual pode ser composta por um grupo de parentes da família estendida ou conjugal. É definida como a instância de reprodução (material e biológica) composta por aquelas pessoas que, mesmo não sendo parentes, podem estar contribuindo para a unidade com sua capacidade produtiva.

8 Fruto da palmeira de Babaçu, conhecida na Venezuela como *Coroba*.

9 Não havia buriti, babaçu. Não havía peixe. Ou seja, não havía nada. Só mato. Só havía para roçar, mas, não tinha machado para cortar. Bom, quando acabava a comida, a gente buscava. Não tinha manga, não tinha nada. Eu fui caçar. Por lá não havia fruta, não havia nada. Somente pedras e mato. Tradução nossa.

Sua história permite perceber uma saudade e, ao mesmo tempo, um desejo de tê-la novamente. Um desejo que se expressa com esperança, apesar do contexto de mobilidade internacional em que vive.

Nas palavras da Sara Gando, eles foram obrigados a deixar *El Pajal* por inveja: "bueno en ese entonces la gente estaba envidiosa de nuestra tierra"[10]. Uma causa característica que os E'ñepá costumam atribuir aos eventos trágicos que acontecem em suas vidas (Villalón, 2007).

O rio *Guaniamo* está representado no etnomapa como um rio ao pé do assentamento, ao qual não dão importância nas suas falas. É um rio vazio de peixes. Desde o início do povoamento, a pesca não era boa, mas a caça sim (Alberto Conejero: entrevista nº 2, setembro de 2021).

Percebe-se, neste relato, que Sara Gando e Alberto Conejero comparam os dois espaços, *El Pajal* e *Caruto*. E a comparação é feita a partir do critério da abundância, da disponibilidade da fonte protéica que vários autores já referiram como fundamental na nutrição dos E'ñepá, a que eles se referem a cada oportunidade que falam das preferências alimentarias (Briceño, 2022).

No contexto situado de Sara Gando e Alberto Conejero, *Caruto* não oferecia o que seu antigo *El Pajal* lhe ofereceu e nesse ato de lembrar, segundo Pollak (1992), eles realizam inconscientemente o trabalho de organizar a memória social em escala de interesses, sobrepondo algumas memórias ao respeito de outras.

Em Caruto, a agricultura de talha e queimada, a coleta e a pesca continuaram sendo as principais atividades de subsistência do grupo participante por mais de uma década. Os participantes confirmam os resultados dos estudos de Lugo-Morin (2007), Mattei-Muller (2011) e Villalón (2007) e da importância estratégica das aves silvestres como atividade de subsistência socionatural, assim como da incorporação da venda de produtos de roça e artesanato, como atividades de subsistência socioprodutiva devido às dificuldades diárias para encontrar animais de caça.

Segundo Alberto Conejero, o grupo teve que incorporar a venda de produtos das suas roças e a venda de artesanato como estratégia de reprodução diante das dificuldades que tinham em se fornecer alimentos em quantidade e qualidade suficientes para o grupo. Nesse sentido, Lugo-Morin (2007, p. 93)[11] afirma que,

10 "Bem naquela época as pessoas tinham inveja da nossa terra". Tradução nossa.

11 Os caçadores apontam que devem percorrer cada vez mais distâncias (mais horas caminhando até os locais de caça). Entre outras razões, uma das razões fundamentais é a sedentarização de grupos que tradicionalmente praticavam alta mobilidade sazonal, mas permanente. A sedentarização/nucleação aliada à demanda por uma população de mineiros flutuantes sustenta a suposição de que a frequência e a intensidade da caça aumentaram significativamente. Tradução nossa.

> Los cazadores señalan que cada vez deben viajar más distancias (más horas caminando a los sitios de caza). Entre otras razones, uno de los motivos fundamentales es la sedentarización de grupos que tradicionalmente practicaban una alta movilidad estacional pero permanente. La sedentarización/nucleación aunada a una demanda de una población de mineros flotantes sustenta suponer que ha incrementado significativamente la frecuencia e intensidad de la cacería.

Sara Gando explica como a partir da venda de artesanato o grupo se deslocava à *Caicara del Orinoco* a partir de *Caruto*, na busca de alimentos complementares, tais como arroz, açúcar, sardinhas, macarrão, sandálias, roupas e, entre outras coisas, o peixe fresco que limpavam e assavam antes de retornar à comunidade.

> Yo estaba como una semana, cuando yo tenia platica yo iba. Pero, no era para mí solamente el pasaje. Teína que recoger diez familia o veinte familia pa' completa la plata pa' pagar un carro para ya, pa' Caruto. Yo no sé cuánto valía. Eso valía como cien, cincuenta, no sé. Cuándo tenía que volver, uno pasaje para Rafael y uno pasaje para mí, ¿ve otro? Tres pasajes y la comida. Bueno, eso en Caruto era más fea. Compraba comidita (en Caicara del Orinoco): arroz, azúcar, pasta, saldinas, ropas, sandalias. Nosotros hicimos conuco em Caruto, pero nosotros quería carne ya no podíamos comprar pescado. Al ratico se acababa. Nosotros tomaba yuca y ñame con sal, alguno con sardina, arroz. Así y eso se acababa y la gente se pusieron mayores, ¿ve?! (Sara Gando: História de vida n.º 1, janeiro, 2022)[12].

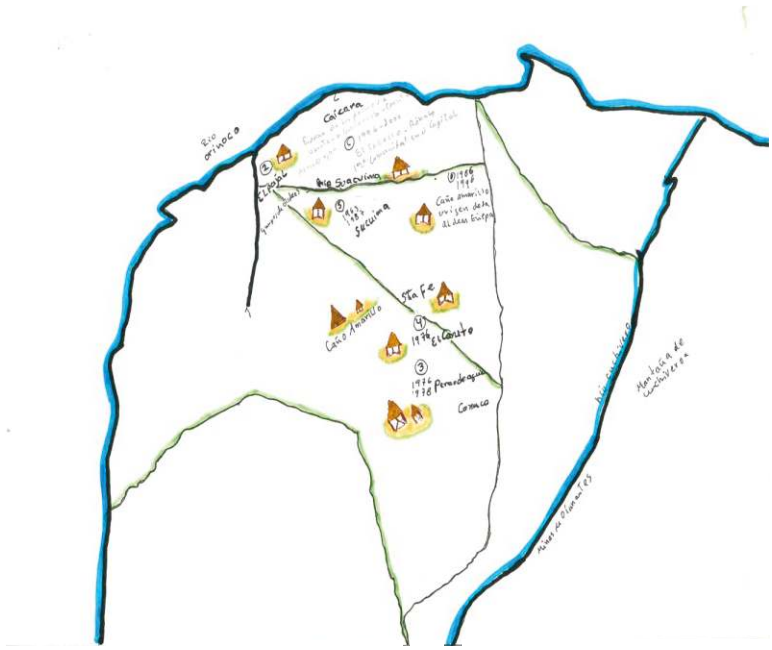
Segundo seus relatos, as cidades de *Caicara del Orinoco* e a comunidade de *Suaquím*, começaram a ser visitadas a partir do final da década de 1980, que se configurou como um espaço de provisão de alimentos, descanso e acesso coletivo a outros espaços.

Na rota de mobilidade entre *Suaquím* e *Caicara del Orinoco*, o grupo se aventurou em um novo espaço em meados da década de 1990. Tratava-se de um pedaço de terra nas savanas adjacentes à referida cidade. Este terreno era chamado de "Terreno Rómulo" e estava localizado no setor *El Caballo*, e segundo suas histórias, ao longo do tempo algumas "unidades do grupo fogão", construíram casas de pau com telhados de palmeiras, características do grupo.

12 Fiquei lá uma semana, quando tive dinheiro eu fui embora. Mas, não foi só a passagem para mim. Todos tinha que pegar a passagem, para dez familiares ou vinte familiares, para completar o dinheiro para pagar um carro, para Caruto. Não sei quanto custava. Custava aproximadamente cem, cinquenta, não sei. Quando tinha que reptrnar, pagava uma passagem para mim e outra para o Rafael, entendeu? Passagens para ele e comida. Bom, isso em Caruto era mais difícil. Comprava comida (em Caicara del Orinoco): arroz, açúcar, macarrão, sardinha, roupa, sandália. Fazíamos roçado em Caruto, porém, queríamos carne e já não podíamos comprar peixe. Logo tudo se acabava. Comíamos macaxeira e inhame com sal, algumas vezes com sardinha, arroz. E assim, logo se acabava, o povo envelheceu. Tradução nossa

Durante esse tempo, continuaram a deslocar-se entre *Caruto* e *Caicara*, e eventualmente em *Suaquím,* como indica a imagem a seguir.

Desenho 2 - Desenho do Mapa cultural das rotas entre Caruto, e Caicara del Orinoco, capital do município Cedeño no estado de Bolívar



Fonte: Desenho de Alberto Conejero. Oficina de elaboração do Etnomapa.

O Terreno de Rómulo, como eles identificam, permitiu-lhes estrategicamente aceder a outros espaços para a venda dos seus artesanatos, com as quais podiam se alimentar dentro da cidade, nas suas economias cada vez mais dependentes do mundo não-indígena.

De acordo com as histórias de vida, o Terreno Rómulo configurou-se como um segundo assentamento, adquirindo com o tempo as características de um assentamento principal, deslocando progressivamente a comunidade de *Caruto*, quem ficou para trás, na memória de um passado que o grupo traz para o presente.

O grupo, encorajado pela venda de seus artesanatos e pela generosidade dos habitantes da cidade, se aventuraram em outros espaços de interesse.

> Porque el E´ñepá es así. Va de un lugar a otro buscando la forma de conseguir lo que necesita para subsistir. A veces se asienta en un lugar. Otras veces hace como un refugio o campamento, como antes que hacíamos un refugio para

> buscar lo que necesitábamos o acampábamos para guardarnos de un mal tiempo. Y siempre ha sido así (Alberto Conejero, entrevista nº. 07, abril de 2022)[13].

A expressão de Alberto Conejero, confirma a relação fenomenológica entre memória social e identidade, a partir desta relação, a memória reconstrói os acontecimentos passados ao mesmo tempo em que constrói a identidade individual e coletiva (Pollak, 1992).

Segundo as narrativas dos participantes da oficina, com o tempo, quando viram que as vendas em *Caicara* eram poucas, e que muitos na cidade já haviam comprado seus artesanatos, decidiram viajar para *Ciudad Bolívar* e depois para *Puerto Ayacucho*.

Santa Rita, Cuchivero, Rosalía, La Culebra, Maripa, todos os povoados localizados na margem direita do rio *Orinoco*, eram espaços de abastecimento de alimentos oferecidos pelo rio e matérias-primas, basicamente sementes, para fazer seus artesanatos.

O grupo esclareceu que não costumavam morar nesses lugares, apenas passavam para ter acesso a provisões básicas, neste caso, essas localidades parecem ter configurado acampamentos, apenas para passar uma ou várias noites, enquanto coletavam sementes, eventualmente abrigando-se das intempéries ou dos perigos da noite.

Segundo Sara Gando, nesses lugares, ela e seu grupo realizavam atividades de coleta, integrando trabalho e natureza. Assim, por exemplo, contou como vendiam fruto de babaçu e buriti, coletados nos buritizais de três lagoas, estas atividades eram realizadas durante os meses de inverno, tracajás para consumo humano e sementes para fazer artesanato coletadas nas margens do rio *Orinoco*, entre *Caicara* e *Ciudad Bolívar* durante o verão e, mais recentemente, orquídeas que foram coletadas entre a linha internacional e Pacaraima aqui no Brasil, ou mesmo nas florestas próximas de *Ciudad Bolívar*.

Essas, como outras múltiplas histórias sobre os lugares percorridos, são dotadas de significados e sentidos associados às suas formas particulares de materializar o mundo por meio de suas atividades em interação com os espaços que ocupam, mesmo em contextos urbanos, de onde os membros do grupo retornam aos espaços naturais para realizar trabalhos de transformação do espaço, seguindo o conhecimento que têm do meio natural.

No mapa a seguir pode-se ver a representação espacial de seus percursos entre Caicara del Orinoco e Ciudad Bolívar.

13 "Porque o E'ñepá é assim, ele vai de um lugar para outro procurando uma forma de conseguir o que precisa para sobreviver, às vezes ele se instala em um lugar, outras vezes ele acampa ou se refugia, como antes a gente fez um abrigo para procurar o que precisávamos ou acampar para nos proteger do mau tempo, e sempre foi assim". Tradução nossa.

Desenho 3 - Mapa cultural das rotas entre Caicara del Orinoco, capital do Município Cedeño e Ciudad Bolívar.



Fonte: Desenho de Alberto Conejero. Oficina de elaboração do Etnomapa.

Os participantes da oficina contam como foram persuadidos por autoridades do Ministério Indígena a se retirarem das áreas do terminal de passageiros de Ciudad Bolívar. Para tanto, eles receberam ofertas de melhores condições de vida numa comunidade onde teriam acesso a moradia, terra para cultivo, água e energia. No entanto, nem todos receberam casas, e isso gerou conflito com os excluídos, além disso, as formas tradicionais de tomar as decisões foram intervencionadas com a imposição das lideranças, sem observar as formas de organização do grupo, segundo as quais, não havia hierarquias, mas consenso entre seus membros com atenção especial às opiniões dos mais velhos (Henley, 2011; Mattei-Muller, 2011; Villalón, 2007).

O Professor Alberto Conejero conta que no seu deslocamento, entre *Caruto* e o Terreno Rómulo, ele e Pablo Cuchepe decidiram limpar um terreno nas imediações do Terminal de Passageiros de *Ciudad Bolívar*. Este, segundo as narrativas da Sara Gando, chamou-se de Barrio Peru, e tornou-se o espaço a partir do qual eles começaram a traçar os trajetos de deslocamento em direção às diferentes regiões da Venezuela e nos últimos anos, em direção ao Brasil, pautados pelas oportunidades de venda de artesanato.

Os participantes afirmam se sentir orgulhosos das suas viagens, definindo rotas de ida e volta para todas as regiões do país até que as mudanças econômicas geradas na Venezuela repercutiram na disponibilidade de dinheiro no final de 2017, "la eliminación por decreto del

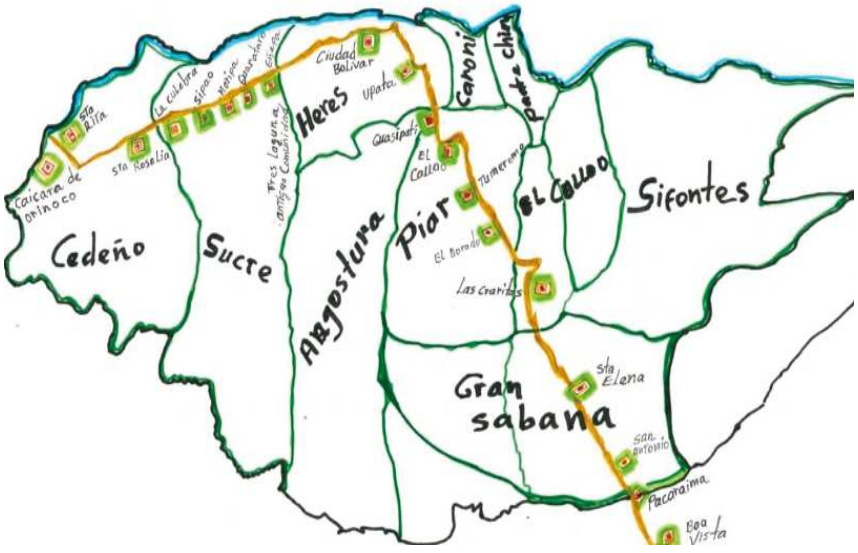
billete de 100 bolívares redujo la disponibilidad de efectivo a un mínimo histórico de 3% sobre la liquidez"[14] (Alayón; Marcano, 2018).

Neste contexto, os E'ñepá de *Caruto* começaram a avaliar a necessidade de entrar em outros territórios, mais ao sul do país, e a partir dessas excursões o grupo cruzou a fronteira encaminhados pelas excursões de uma mulher de 62 anos de idade, a senhora Juana Castillo Argote.

As histórias de Alberto Conejero e Sara Gando confirmam que, devido à falta de dinheiro e insegurança durante o ano de 2017, a venda de artesanato já não foi igual. Nas suas análises dos locais de oportunidade para suas vendas, é possível que tenham privilegiado o sul do país, que por um lado abria a oportunidade de vender suas mercadorias em uma economia gerida com base no ouro, e por outro lado, oferecia oportunidades de ganhar dinheiro em trabalho precarizado e com altos riscos para a vida e segurança das pessoas.

O próximo mapa cultural, representa os itinerários de deslocamento do grupo, entre *Ciudad Bolívar* e o sul do país, rota de entrada à Amazônia brasileira. De acordo com as narrativas, a modificação dos trajetos neste sentido ocorreu progressivamente. Como se fossem táticas de caça atrás de presas, os *E´ñepá* de *Caruto* se deslocaram atraídos por potenciais clientes localizados em pontos estratégicos, tais como as minas e centros turísticos, como pode se observar no desenho.

Desenho 4 - Mapa cultural indicando as localidades do sul do país que estão incluídas nas rotas de entrada no Brasil



Fonte: Desenho de Alberto Conejero. Oficina de elaboração do Etnomapa.

14 "A eliminação por decreto da nota de 100 bolívares, reduziu a disponibilidade de caixa a um mínimo histórico de 3% na liquidez". Tradução nossa.

A passagem da Venezuela para o Brasil, segundo Sara Gando (História de vida n.º 1, janeiro de 2022), vem da mão de sua tia, Juana Castillo Argote. Sara conta que se encontrava em *Ciudad Bolívar* vendendo pulseiras e colares quando sua tia a convenceu a vir para o Brasil. Entre nervos e vontade de conhecer outros lugares, finalmente entrou em um ônibus no terminal de passageiros de *Ciudad Bolívar*, como fizera em outras ocasiões quando foi a Margarita, Caracas e La Guaira.

Sara Gando conta que é a senhora Juana Argote quem atravessa a fronteira entre Santa Elena e Pacaraima, inicialmente sozinha e depois com ela e outros parentes, após confirmar as expectativas de encontrar potenciais clientes para vender seus artesanatos e orquídeas. Sara descreve com um sorriso como foi quando entrou no Brasil:

> Sí, yo no sabía ese real, ni Juana, que sabía él (el conductor) dijo "el pasaje aquí vale como veinte" ¿Qué es eso veinte?... Yo dije mira tía ¿qué es eso? ¡Ah! eso es con este billete, con ese usted se va, usted a la línea (respondió el conductor); yo no sabía eso nada, es que yo no sabía nada de eso, mi tía me llevó; ella fue, yo la acompañe a mi tía y cuando yo pregunté, tenía una mata de orquídea, vamos esconder la mata de orquídea, como si fuera robando, pa' que no la vea la policía dijo mi tía" (Sara Gando: entrevista de história de vida n.º 1, janeiro de 2022)[15]

Segundo seu relato, eles aprenderam o valor das moedas e das notas de dinheiro, embora tenham sido vítimas de um oportunismo, essa experiência não limitou suas atividades de venda, pelo contrário, aprenderam a fazer os câmbios respectivos. Sara narra que fizeram como sempre, venderam, comeram e dormiram nas imediações do Terminal de Caimbé, onde o transporte de Pacaraima os deixou. Como sempre, eles separaram o dinheiro das passagens, com as que voltariam à Venezuela, para se organizarem e empreenderem a viagem definitiva ao Brasil com outros parentes.

Como em outras épocas, retornaram aos seus locais de partida, levando as novas notícias, com as quais outros se animaram a experimentar um novo itinerário de deslocamento, seguindo a mesma dinâmica de mobilidade orientada pela venda de artesanato como atividade de subsistência nos últimos 40 anos.

15 "Sim, eu não sabia disso real nem Juana, que sabia ele (o motorista) disse: "a passagem aqui vale vinte'. O que é esse vinte? Eu disse, olha tia, o que é isso? oh! é com esse bilhete, com isso você vai para a linha (respondeu o motorista). Eu não sabia nada disso, é que eu não sabia nada disso, minha tia me levou; ela foi, eu a acompanhei até minha tia e quando perguntei, ela tinha uma planta de orquídea, vamos esconder a planta de orquídea como se estivéssemos roubando para que a polícia não veja, minha tia disse". Tradução nossa.

No entanto, nesta ocasião, um dos pressupostos descritos por Villalón (2007) parece ter se configurado para o deslocamento do grupo fora de seus territórios amazônicos. As mudanças drásticas quanto à disponibilidade de recursos para sua manutenção provocaram a saída desses territórios e, mais recentemente, para além das fronteiras internacionais, envolvendo questões socioeconômicas comuns da migração internacional, assim como também reordenamentos étnicos e culturais.

Em cada história, eles mostram um sentimento de pertencimento ao seu grupo étnico, descrevendo-se como pessoas pacíficas, amigáveis e orgulhosas de pertencer ao povo indígena *E´ñepá*; nesse sentido, eles acostumam se identificar como indígenas E'ñepá perante as autoridades, o que permite também o reconhecimento pelos outros assim como certa forma de proteção. Proteção diante das autoridades, tanto brasileiras como venezuelanas. Nos relatos das histórias de vida, como na oficina de elaboração do etnomapa, nenhum expressou sentir temor ou vergonha de se identificar como indígenas diante de servidores policiais, militares e civis.

O produto das vendas é administrado com as habilidades próprias dos comerciantes, separam um valor para o pagamento de traslados e para a compra de matéria prima. Com a diferença compram alimentos e outros bens necessários, como roupas, calçados e remédios. É assim como Sara Gando relata que com o dinheiro das primeiras vendas, depois de se estabelecer no abrigo da Operação Acolhida chamado de Pintolândia, comprou seus utensílios e materiais necessários para fazer artesanato (tintas frias, corta-unhas, miçanga).

Como tinham medo de serem vitimas de roubo, no começo caminhavam até o centro de Boa Vista, para não utilizar o transporte público, para vender seus artesanatos. Caminhavam também até o Terminal Internacional de Passageiros da Rodoviária. Do terminal se deslocavam e definiam novos e dinâmicos trajetos de deslocamento. O que resultava em novos "fios de vida" (Ingold, 2015, p. 12) de "ida e volta" entre diferentes municípios do estado de Roraima. Mais além do estado, até Santarém. E mais além do Brasil, para a cidade fronteiriça de *Lethem*, na vizinha República Cooperativa de Guiana. Para todos os lugares viajavam em grupos, como fizeram quando saíam da comunidade de *Caruto* (Sara Gando, História de vida n.º 1, janeiro de 2022).

Desenho 5 - Mapa cultural indicando os locais percorridos entre o Brasil e a República Cooperativa de *Guiana*



Fonte: Desenho de Alberto Conejero. Oficina de elaboração do Etnomapa.

Os itinerários de deslocamento do grupo participante, tal como se aprecia no desenho de Alberto Conejero, incluem Pacaraima, Boa Vista, Rorainópolis, Normandia, Alto Alegre, Santarém, Bomfim e diferentes comunidades indígenas de Lethem, mobilizando-se sob o risco de perder o abrigo devido às demoras. Sara narra um diálogo com as autoridades do abrigo

> Sabes que ella me dijo, aquí se puede estar, aquí para vivir, y no en otra parte. Cuando ella me descubrió, bueno "usted no va estar porque tú tienes como un mes en Bonfim" dijo: Sí yo fui, yo fui, pero a trabajar, yo quiero ver a mis hijas yo dije a ella, yo tengo filho dije, yo fui a buscar rial pá buscar a ella, bueno cuando ella dijo así (Sara Gando, Historia de Vida n.º 1, janeiro de 2022)[16].

16 "Você sabe o que ela me disse, você pode estar aqui, aqui para viver, e não em qualquer outro lugar. Quando ela me descobriu, bem, você não vai estar aqui porque está no Bonfim há cerca de um mês, ela disse: Sim eu fui, fui mas para trabalhar eu quero ver minhas filhas eu falei pra ela, eu tenho um arquivo eu falei, eu fui procurar dinheiro pra procurar ela, bom quando ela falou isso". Tradução nossa.

Do abrigo Pintolândia[17], Sara Gando afirma que partiu para a ocupação espontânea de *Ka Ubanoko*[18] por dois motivos: por um lado, pelas limitações temporárias estabelecidas como condição de permanência no espaço do abrigo, segundo as quais, os abrigados não poderiam se ausentar além do tempo estabelecido na licença, com o qual os membros do grupo se achavam limitados para vender seu artesanato. Por outro lado, pelas constantes discussões entre os indígenas Warao e *E´ñepá*, que ameaçavam a integridade física de seu filho Rubén.

A partir deste relato é possível inferir como esses dois elementos concorreram na análise da "unidade de grupo fogão" da Sara Gando para explorar outros espaços, com o qual vai-se aprofundando na compreensão das configurações espaciais, territoriais e identitárias dos participantes da pesquisa durante o processo de deslocamento.

Sara descreve sua saída do abrigo de Pintolândia a partir de uma discussão que envolveu os militares e maus-tratos a respeito dos jovens indígenas *E´ñepá* e *Warao*. Por tais motivos, ela tomou a decisão de procurar outro espaço juntamente com seu genro Alveiri Martínez e todos os membros da sua "unidade de grupo fogão". Foi desta forma que eles chegaram às instalações do Antigo Clube de Servidores no Bairro Jóquei Clube, ao final do mês de fevereiro de 2019 (Briceño, 2021).

Ka Ubanoko surge no cenário dessa mobilidade internacional segundo as histórias de Sara Gando, como uma oportunidade para alguns dos E'ñepá de *Caruto* de continuarem vendendo seus artesanatos e visitando seus parentes, se for necessário, vivenciando a dinâmica mobilidade que lhes caracteriza nos lugares por onde passam. Sara Gando deixa ver a importância de *Ka Ubanoko* para resolver dois problemas que eles enfrentavam no Abrigo Pintolândia, por um lado, a ameaça latente de serem expulsos por faltas prolongadas com o risco de ficar expostos aos perigos da rua, e de outro lado, os conflitos interétnicos, pois segundo Sara, apesar de viverem povos diferentes, em *Ka Ubanoko* todos tinham seu próprio espaço e os *E´ñepá* eram respeitados.

Á respeito da decisão de Sara, Alberto Conejero aporta elementos para a compreensão da importância que o grupo dá a possibilidade de «ir e vir» para poder realizar a atividade venda de artesanato:

17 Primeiro abrigo oficial para indígenas iniciado no ano 2018 na cidade de Boa Vista pela Operação Acolhida. A Operação Acolhida é uma resposta humanitária do Governo Federal para o fluxo migratório intenso de venezuelanos na fronteira entre os dois países. Criada em 2018, com o objetivo de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, a Operação Acolhida consiste na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida Consultado em 13/05/2024.

18 Ka Ubanoko: na língua Warao significa "lugar para dormir". Foi uma ocupação localizada no bairro Jockey Clube da Cidade de Boa Vista, emergiu espontaneamente dentro de um prédio público abandonado, denominado "Clube dos Servidores", nele se juntaram uma pluralidade de línguas, culturas e saberes, tanto indígenas (Warao, E´ñepá, Kariña, Pemón), como não indígenas de diferentes regiões do país.

> Aquí estamos haciendo lo mismo, por eso la fraternidad, las organizaciones que están allá, dicen que no te puedes quedar mucho tiempo porque ya no te dejan entrar. Miren que, en ese momento, la fraternidad (sin fronteras) le dijo a E´ñepá "estás más de quince días afuera, no te vamos a dejar entrar en abrigo [...]" Entonces, eso dijeron. Entonces yo les digo, miren, los E'ñepá no se van porque quieren, porque los E'ñepa, esta es su costumbre, esta es su tradición, esta es su cultura [...] Se van porque son sus tradiciones, son así, porque a los E'ñepá les gusta trabajar, por eso te das cuenta que mi tía viene aquí y les dice a sus hijos - ahí se vende, vamos - vienen, empiezan y venden, hasta los E´ ñepá que están en Ciudad Bolívar lo descubrieron y vinieron a Santa Elena. Lo mismo hicieron desde Caicara hasta Ciudad Bolívar y otros lugares de Venezuela (Alberto Conejero: História de vida n.º 2, fevereiro de 2022)[19].

Pelo relato da Sara Gando, o grupo *E´ñepá* de *Caruto* foi dividido em dois espaços, *Ka Ubanoko* e Abrigo Pintolândia; aqueles que ficaram em *Ka Ubanoko* parecem ter se arriscado à pouca segurança pessoal e alimentar, mas apreciaram a liberdade de "ir e vir" para vender seus artesanatos. Para Sara, importava mais do que ter comida e abrigo, poder circular livremente para vender seu artesanato, visitar seus familiares e proteger seu filho Rubén Conejero das discussões com os *Warao*.

A análise comparativa do trabalho de campo de Mariana Araújo de Castro na ocupação do *Ka Ubanoko*, levou-a a descrever os abrigos como espécie de dispositivo necrolítico de controle, regulação e confinamento em resposta à mobilidade venezuelana, categoria equivalente aos territórios da espera descritos por Vidal, Musset e Vidal (2011), no sentido de concebe-os como espaços de espera, temporários por definição mas que na prática são prolongados por tempo indeterminado, seja por motivos técnicos, administrativos ou políticos, configurando-se desta forma, espaços fechados, controlados e coercitivos, que em todo caso estão em aberta oposição à experiência de *Ka Ubanoko*, que surgiu como estratégia para tornar suas vidas mais habitáveis e cujo fim foi marcado pela ação unidirecional do Estado para desocupar, mesmo em meio da pandemia gerada pelo covid-19 (Castro, 2021).

Das narrativas das histórias de vida de Sara Gando e Alberto Conejero, *Ka Ubanoko*, permanece na memória do grupo como uma lembrança de suas habilidades organizacionais para a gestão comunitária com fortes níveis de autonomia dentro da ocupação.

19 "Estamos fazendo a mesma coisa aqui, por isso o pessoal das fraternidades, as organizações que estão lá, dizem que não se pode ficar muito tempo porque não deixam mais entrar. Observe que neste momento, a fraternidade (sem fronteiras) disse ao E´ñepá -você passa mais de quinze dias fora, não vamos deixar você enterrar em abrigo (...) Então foi isso que eles disseram a ele. Então eu falo pra eles, olha, os E'ñepá não vão embora porque eles querem, porque os E'ñepa, isso é o costume deles, essa é a tradição deles, essa é a cultura deles (...) Eles vão embora porque eles são as tradições deles, eles são assim, porque os E'ñepá gostam de trabalhar, por isso você percebe que minha tia vem aqui e fala para os filhos dela - lá é vendido, vamos lá - eles vêm, começam e vendem, até os E´ñepá que estão em *Ciudad Bolívar* descobriram e vieram para Santa Elena. A mesma coisa que fizeram de *Caicara* a *Ciudad Bolívar* e outros lugares da Venezuela". Tradução nossa.

Ao final dos dias em Ka Ubanoko, após entregar o Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada no qual participaram todas as organizações da sociedade civil atuantes na ocupação, assim como agências internacionais e estatais, os ocupantes perceberam-se ameaçados com a possibilidade de ficar na rua e sem acesso à alimentação no caso de continuar resistindo à desocupação de Ka Ubanoko. Desta forma, no mês de janeiro de 2021, os indígenas E´ñepá de Caruto foram realocados no Abrigo Jardim Floresta[20] pela ação da unidade de Força Tarefa do Exército.

No mês de dezembro desse mesmo ano 2021, depois de uma tentativa falida de se assentar em um terreno no município de Rorainópolis, no estado de Roraima, o grupo confirmava a saída de um número importante de indígenas E´ñepá do Abrigo Jardim Floresta para a cidade de Lethem na vizinha República Cooperativa da Guiana. Nas palavras do senhor Raul Paredes, anciano do grupo, eles saíram para não voltar, que eles entendem que querem levá-los junto com os outros indígenas e não-indígenas, e que isso não é solução para eles. Por isso, procuram um lugar pensando em seus filhos pequenos, que já melhoraram sua condição física alguns dias depois de chegarem ao Acampamento, como chamaram ao novo espaço ocupado (Briceño, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas experiências, foi possível perceber emoções como o orgulho de ter percorrido diferentes lugares e regiões, e a surpresa diante das descobertas dos contextos e as causas dos deslocamentos. Sentimentos como nostalgia pelas experiências do passado, especialmente quanto à abundância de recursos de certos lugares nos territórios comunitários e indignação diante das formas de intervenção sem considerar suas formas de organização social e política, indignação também diante dos tratos com desprezo.

Pela forma como relataram os acontecimentos, os participantes foram deslocados em vários momentos repetindo o padrão de exercício do poder em favor da expansão latifundiária nos primeiros três quartos do século XX, em favor da limpeza da cidade nos arredores do Terminal de Passageiros de *Ciudad Bolívar* e em favor da nucleação de migrantes indígenas nos abrigos oficiais no contexto de deslocamento internacional na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Essas formas de intervenção constituem em si mesmas oportunidades para refletir sobre o exercício do poder, tanto em procedimentos nos quais intermedia o uso da força pública, como em procedimentos de aparente "boa vontade" acompanhados de sutis ações de intimi-

20 Nome dado ao abrigo oficial da Operação Acolhida acondicionado para a realocação de indígenas da ocupação Ka Ubanoko. Está localizado na cidade de Boa Vista.

dação e ameaças de abandono, que logo são relatados como processos bem-sucedidos de "relocação voluntária".

Na elaboração de mapas culturais a memória coletiva foi exercitada para identificar, descrever e caracterizar espaços-lugares ocupados pelo grupo. Nesse sentido, verificou-se a forma como a memória estimulou a construção do passado comum a partir da evocação de momentos vividos pelos participantes em situações coletivas, com o qual é possível que eles estejam vivenciando fortes processos de reafirmação identitária pelos sentimentos de pertença que o exercício da memória motiva.

O sentido de pertencimento ao povo foi apresentado nas histórias narradas, assim como as percepções que eles têm de si mesmos como pessoas pacíficas e amigáveis.

O lugar foi relacionado com separações, reencontros e excursões aventureiras. Cada lugar indicado no mapa tem histórias significativas para o grupo, histórias que fazem do lugar um espaço vivido dentro da matriz de mobilidade no ir e vir dos participantes. Vai-se constatando o complexo e heterogêneo entramado social tecido entre os sentidos, sentimentos, percepções, expressões e representações nos percursos de deslocamento.

Verificou-se igualmente, a tendência do grupo de reproduzir o padrão de deslocamentos frequentes, diários ou sazonais em torno de espaços que identificaram nos mapas como principais, espaços que segundo o referencial teórico, configuravam a forma de assentamentos.

Os trajetos descritos em forma de périplo ao redor de tais assentamentos, supuseram o percurso de maiores distâncias de deslocamento em contextos cada vez diferentes com o fim de poderem garantir a reprodução social do grupo. Neste cenário, a forma de acesso aos recursos disponíveis nos antigos territórios comunitários, foi progressivamente se reconfigurando nos novos espaços para se adaptar aos territórios regidos pelo modelo de propriedade individual.

Em um sentido similar, verificou-se também como nas idas e voltas de encontros e desencontros descritos no texto e representados graficamente nos mapas culturais, os participantes atualizaram seus padrões de ocupação do espaço nas formas de refúgio e acampamento, além dos assentamentos.

Finalmente, pode-se dizer que foi constatado o potencial dos mapas e das histórias de vida, como ferramentas metodológicas para estimular o exercício da memória a favor da reflexão sobre as experiências de mobilidade, da identificação das causas estruturais que as produzem, e da avaliação das potencialidades das sociedades envolvidas nestes processos para procurar saídas diante dos problemas que vão identificando.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lisiane. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, RS: 2 a. 6 de setembro de 2010.

ÁLVAREZ, Aurora; GUNTHER, Dietz. Etnografía colaborativa: coordenadas desde un proyecto en curso. Actas del XIII Congreso de Antropología. Antropología y Descolonialidad. Tarragona: FAAEE y Universidad Rovira i Virgili, 2014.

ALAYÓN, Ángel; MARCANO, Oscar (coord.). *El shock del efectivo en Venezuela*. Caracas: PRO-DAVINCI, 2018.

BRICEÑO, Marielys. Ka Ubanoko, atuar a fuerza de identidad. ***Revista SIC***, [*s. l.*], n. 831, p. 31-33, 2021.

CAMPOS, Pedro; SOUZA, Rita. Pesquisa Relacional: Aspectos Teóricos e Metodológicos. **Revista Atos de Pesquisa em Educação** / Blumenau, v.16, e8665, 2021 DOI: https://dx.doi.org/10.7867/1809-0354202116e8665

CAMPOS, Ricardo. *Sociabilidade, Medo e Estigma no Contexto Urbano Contemporâneo: O Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

CASTRO, Mariana Araújo de. Venezuelanas/os em Boa Vista: Práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação Ka Ubanoko, 2021. *PERIPLOS: Revista de Investigación sobre Migraciones,* [*s. l.*], v. 5, n.1, p. 157-180, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34735. Acesso em: 4 dez. 2022.

CZARNY, Gabriela. Ponencias magistrales Notas para una relectura de las perspectivas colaborativas y horizontales en el campo de la investigación etnográfica educativa: miradas desde Mexico. In: BRAVO, R., RANDA, S., and NARVÁEZ, A. M., eds. **Prácticas educativas, pedagogía e interculturalidad: V Congreso internacional de etnografía y educación, julio de 2020**. Modalidad virtual [online]. Quito: Editorial Abya-Yala, 2022, pp. 45-59. ISBN: 978-9978-10-636-5. https://doi.org/10.7476/9789978108253.0004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. ***Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*.** Tradução tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Brasil (Río de Janeiro): Editora 34, 1995. v. 2. (Coleção TRANS, v. 2).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. ***Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia.*** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 3. (Coleção TRANS, v. 3).

GIL, Antonio Carlos. ***Como elaborar projetos de pesquisa.*** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREEN, Nancy L. Trans-frontieres: Pour une analyse des lieux de passage. **Socio- anthropologie**, [*s. l.*], v. 6, 1999. DOI: 10.4000/socio-anthropologie.110. Disponível em: http://journals.openedition.org/socio-anthropologie/110;. Acesso em: 11 set. 2022.

HALBWACHS, Maurice. ***A memória coletiva.*** 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HENLEY, Paul. Los E´ñepá (Panare). *In:* PERERA, Miguel (ed.). ***Los aborígenes de Venezuela***. 2. ed. Caracas, VE: Total, 2011. p. 339-468.

INGOLD, Tim. ***The Perception of the Environment Essays on livelihood, dwelling and skill***. London: Taylor & Francis e-Library, 2002.

INGOLD, Tim. ***Estar vivos ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LE GOFF, Jacques. ***História e memória***. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEYVA, X.; SPEED, S. Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor. In: LEYVA, X.; BURGUETE, A.; SPEED, S. (Coord.). **Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina**. Hacia la investigación de colabor. México: Ciesas; Ecuador: Flacso; Guatemala: Flacso, 2008. p. 65-107

LUGO-MORIN, Diosey. Aves de caza del grupo indígena E´ñepa de Guaniamo. **Venezuela.** *Ecosistemas,* v. 16, n. 2, 2007, p. 86-97, 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=54016210 Acesso em: 19 março 20212.

MARTÍN, Antonio. Fundamentación Teórica y uso de las historias y relatos de vida como técnicas de investigación en pedagogía social. *Aula:* ***Revista de Pedagogía de la Universidad de Salamanca***, Salamanca, n. 7, p. 41-60, 1995.

MATTEI-MULLER, Marie. Notas sobre su situación presente y actualización Bibliográfica. *In:* PERERA, Miguel (ed.). ***Los aborígenes de Venezuela.*** Caracas, VE: Total, 2011. v. 2, p. 469-483.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. ***Estudos Históricos***, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). ***Confins***, [*s. l.*], n. 13, 30 nov. 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/7274. Acesso em: 15 maio 2021.

VILLALÓN, Maria. Los E´ñepá (Panare). *In:* FREIRE, Germán; TILLETTY, Aimé (ed.) ***Salud indígena en Venezuela***. Caracas, VE: Ediciones de la Dirección Nacional de Salud Indígena, Ministerio del Poder Popular para la Salud, 2007. v. 1, p. 13-73.

ZIMMERMANN, Cíntia. Memória e Identidade da Praça Pádua Salles em Amparo. 2006. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo – SP, 2006.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17238

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Pulsos e Impulsos: eventos chave, gatilhos e percepções na engrenagem da violência contra migrantes venezuelanos no Brasil e no Equador

Sergio Luiz Cruz Aguilar
Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP)
São Paulo, SP, Brasil
E-mail: sergio.aguilar@unesp.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4757-4426

Julia Mori Aparecido
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP)
São Paulo, SP, Brasil
E-mail: julia.mori@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6386-3634

Resumo: A crise na Venezuela gerou o maior deslocamento populacional da história recente da América Latina e a segunda maior onda de refugiados globalmente. A presença dos venezuelanos em alguns países gerou desafios e percepções negativas que alimentaram atitudes xenofóbicas e, em alguns casos, levaram à violência contra os migrantes. Para estudar esse fenômeno, propomos o modelo de um relógio mecânico que ilustra uma interseção complexa de fatores que compreende o que denominamos de engrenagens da violência. O gatilho é um evento-chave que ativa esse mecanismo e a partir dele

abordamos a construção e ativação de esquemas cognitivos, a desumanização desses migrantes, a articulação da mídia nesse processo, a reação local e os resultados político-normativos. A análise qualitativa de artigos, relatórios e notícias locais e a realização de entrevistas com atores-chave no processo migratório foi utilizada para avaliar quatro gatilhos no Equador e Brasil. A avaliação descritivo-temporal realizada demonstrou que atitudes violentas somente são engatilhadas quando há um imaginário negativo preliminar sobre os migrantes que, propagado pela mídia, fomenta um cenário de insegurança que instiga a violência e pressiona ações governamentais, de maneira que esses diversos impulsos gerados por um gatilho podem retroalimentar as engrenagens.

Palavras-chave: Migração venezuelana; gatilho; violência.

Pulses and Impulses: key events, triggers and perceptions in the gears of violence against Venezuelan migrants in Brazil and Ecuador

Abstract: The crisis in Venezuela has generated the largest population displacement in Latin America's recent history and the second largest wave of refugees globally. The presence of Venezuelans in some countries has generated challenges and negative perceptions that have fueled xenophobic attitudes and, in some cases, led to violence against migrants. To study this phenomenon, we propose the model of a mechanical clock that illustrates a complex intersection of factors that comprise what we call the cogs of violence. The trigger is a key event that activates this mechanism and from it we address the construction and activation of cognitive schemes, the dehumanization of these migrants, the articulation of the media in this process, the local reaction and the political-normative results. Qualitative analysis of articles, reports and local news and interviews with key actors in the migration process were used to evaluate four triggers in Ecuador and Brazil. The descriptive-temporal evaluation conducted showed that violent attitudes are only triggered when there is a preliminary negative imaginary about migrants that, propagated by the media, fosters a scenario of insecurity that instigates violence and pressures governmental measures, so that these various impulses generated by a trigger can feedback the gears.

Keywords: Venezuelan migration; trigger; violence.

Pulsos e Impulsos: Eventos Clave, Gatillos y Percepciones en el engranaje de la violencia contra los migrantes venezolanos en Brasil y Ecuador

Resumen: La crisis de Venezuela generó el mayor desplazamiento de población en la historia reciente de América Latina y la segunda mayor ola de refugiados a nivel mundial. La presencia de venezolanos en algunos países generó desafíos y percepciones negativas que alimentaron actitudes xenófobas y, en algunos casos, llevaron a la violencia contra los migrantes. Para estudiar este fenómeno, proponemos el modelo de un reloj mecánico que ilustra una compleja intersección de factores que conforman lo que denominamos el engranaje de la violencia. El gatillo es un evento clave que activa este mecanismo y a partir de ahí abordamos la construcción y activación de esquemas cognitivos, la deshumanización de estos migrantes, la articulación de los medios de comunicación en este proceso, la reacción local y

los resultados político-normativos. El análisis cualitativo de artículos, reportajes y noticias locales y las entrevistas con actores clave del proceso migratorio fueron utilizados para evaluar cuatro gatillos en Ecuador y Brasil. La evaluación descriptivo-temporal realizada mostró que las actitudes violentas sólo se desencadenan cuando existe un imaginario negativo preliminar sobre los migrantes que, propagado por los medios de comunicación, fomenta un escenario de inseguridad que instiga a la violencia y presiona sobre las acciones gubernamentales, de modo que estos diversos impulsos generados por un gatillo pueden retroalimentar los engranajes.

Palabras clave: crisis migratoria venezolana; gatillo; violencia.

Recebido em: 28-06-2023
Aceito em: 01-05-2024

INTRODUÇÃO

A crise na Venezuela resultou em 7,18 milhões de venezuelanos refugiados e migrantes pelo mundo (INE, 2015). O aumento vertiginoso do fluxo migratório a partir de 2017 tornou-se um desafio significativo para os países que mais receberam esses migrantes. Até o final de 2022, aproximadamente 6,03 milhões de venezuelanos haviam se estabelecido em países da América Latina e do Caribe. A Colômbia (2,48 milhões), o Peru (1,51 milhão), o Equador (502,2 mil), o Chile (444,4 mil) e o Brasil (414,5 mil) foram os países que mais abrigaram venezuelanos (R4V, 2023).

É comum que atitudes anti-imigração surjam em países que enfrentam um grande influxo de estrangeiros. Elas são influenciadas por uma interseção complexa de fatores, incluindo linhas partidárias, étnicas, nacionais, temores econômicos, entre outros (GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002). O alto desemprego, a ocupação de espaços públicos, o uso de escassos recursos estatais e o aumento da criminalidade foram citados como problemas que contribuíram para a visão negativa dos migrantes venezuelanos nos países de acolhimento. No entanto, alguns desses problemas ocorriam antes do aumento do fluxo de venezuelanos, os quais apenas acentuaram as fragilidades. Em alguns casos, para encobrir as fraquezas do próprio Estado, os migrantes serviram de bode expiatório, o que resultou no fortalecimento das medidas de controle migratório. A situação atraiu a atenção dos meios de comunicação que intensificaram a propagação de notícias, algumas vezes com abordagens sensacionalistas, à medida que o número de migrantes aumentava (MILESI, COURY; ROVERY, 2018). Consideramos que fontes de informação como notícias, a comunicação interpessoal ou as mídias sociais, contribuem para a hostilidade em relação aos migrantes (os 'outros') (TURNER *et al*., 1988; SNIDERMAN *et al*., 2000), podendo criar ou reforçar percepções preexistentes e moldar ou alterar a opinião pública (KATZ; LAZARSFELD 1955; WEIMANN; BROSIUS 1994; JERIT; BARABAS; BOLSEN, 2006). A narrativa que retrata os migrantes como uma ameaça existencial produz um imaginário que tem o potencial de incitar ódio (FRYBERG *et al*., 2012; FEINSTEIN; BONIKOWISK, 2019). Isso significa que os picos e os declínios da violência contra migrantes podem estar relacionados não apenas à visibilidade da questão nos meios de comunicação, mas também à existência prévia de discriminação e xenofobia.

Há uma agenda de pesquisa sobre a migração venezuelana entrelaçada com o tema da violência sofrida por migrantes. As discussões nesse campo abordaram: dinâmicas da migração e os migrantes como principais vítimas de crimes violentos em áreas brasileiras próximas à fronteira com a Venezuela (CERRUTI; PARRADO, 2015); experiências de violência e insegurança vivida por mulheres e meninas venezuelanas em abrigos no estado de Roraima, Brasil (MAKUCH et al, 2021); securitização do humanitarismo no contexto da migração venezuelana exacerbando vulnerabilidades de gênero (RIGGIROZZI et al, 2023); e a construção negativa dos venezuelanos pela mídia produzindo efeitos no que tange à violência contra esses migrantes

(MELO, 2023). Estudos também abordaram: complexidades e riscos que os migrantes enfrentam, incluindo a violência (CEDEÑO, 2019); a vulnerabilidade dos migrantes em relação à violência, incluindo exploração sexual, trabalho forçado e recrutamento por grupos criminosos na América Latina (KLESZCZYŃSKA, 2020); a xenofobia ligada à criminalização dos venezuelanos como ladrões e assassinos (FREIER; PÉREZ, 2021); e a violência vivenciada por mulheres venezuelanas migrantes e refugiadas (LIRA et al, 2019), dentre outros. Especificamente, Mantilla (2020) tratou da violência física praticada por residentes de Ibarra, Equador, contra migrantes venezuelanos como ato de xenofobia. Enquanto vários estudos se concentram em aspectos específicos da violência, este artigo oferece uma abordagem sistêmica que integra múltiplos fatores inter-relacionados.

Argumentamos que, num contexto em que existe um imaginário negativo predominante, um evento, real ou alegado, funciona como gatilho para uma reação violenta contra todo o grupo. O imaginário dos migrantes como uma ameaça à sociedade local e à segurança pública gera força a partir de um evento específico, tornando a reação violenta justificável. Portanto, as atitudes violentas seriam, pelo menos em parte, resultado da discriminação, da xenofobia e da estigmatização já presentes em relação aos migrantes.

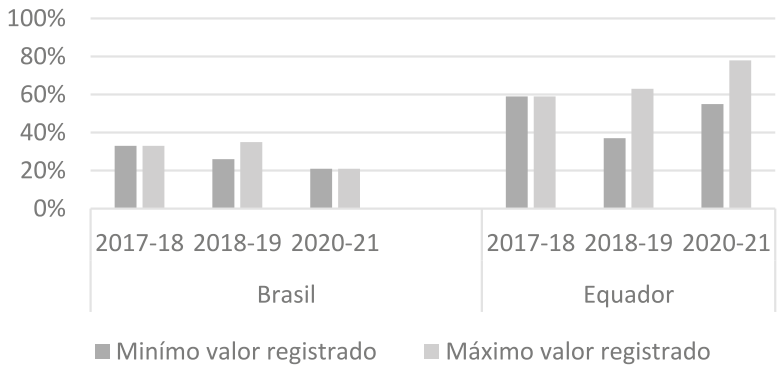
Os efeitos das notícias são influenciados pelo contexto em que as mensagens são recebidas (SIBLEY; LIU; KIRKWOOD, 2006). O contexto pode desempenhar tanto um papel moderador (SHAH; MCLEOD; YOON, 2001; JERIT; BARABAS; BOLSEN, 2006; BOOMGAARDEN; VLIEGENTHART, 2009), como potencializar a forma com que mensagens e práticas são percebidas, podendo levar a atitudes violentas. Além disso, os gatilhos são específicos mas não únicos. Gatilhos anteriores podem levar a gatilhos futuros. Portanto, afirmamos que atitudes são influenciadas pelo contexto, pois, ainda que haja alegações de crimes cometidos por um migrante, a reação violenta está relacionada a fatores contextuais ligados às atitudes anti-imigração.

Dessa forma, abordamos a violência contra migrantes venezuelanos por meio de casos temporais. A análise estabelece conexões entre essa violência e fatores contextuais, como a mídia, a opinião pública, o discurso político e as práticas migratórias. Utilizamos casos no Brasil e no Equador, ocorridos em pontos cruciais da crise migratória venezuelana. Os casos nesses dois países foram selecionados porque em Pacaraima e Ibarra ocorreram: ações coletivas contra grupos de migrantes, ao contrário de incidentes isolados de violência que ocorrem regularmente em países sul-americanos que receberam venezuelanos; os governos (locais, estaduais, nacionais) mobilizaram forças de segurança (militares e policiais) para responder à violência; houve uma ampla divulgação midiática desses eventos, tanto nacional quanto internacionalmente; e a violência praticada resultou em ações em níveis diferentes do poder público. Dessa forma, esses casos permitiram a análise com a aplicação do modelo que criamos.

Os casos do presente artigo estão inseridos num quadro maior de discriminação e xenofobia contra esse grupo de migrantes. Em 2021, o Secretário Geral das Nações Unidas reconhe-

ceu uma crescente onda de discriminação em relação aos migrantes venezuelanos e a dificuldade de esses obterem proteção institucional (UN, 2021). No Equador, em 2024, foi apontado um aumento de 576% nas manifestações xenofóbicas (CABRERA, 2024). Durante o processo migratório, o Brasil também enfrentou ataques xenofóbicos contra os venezuelanos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019), registrados especialmente no estado de Roraima (CHAVES-GONZÁLEZ et al., 2021). De acordo com a Organização Internacional para Migrações (OIM), os casos de discriminação relatados por migrantes venezuelanos no Equador em 2020-21 superaram os dos períodos anteriores (2017-18 e 2018-19). No caso do Brasil, esse índice maior foi observado no período 2018-19. Mas, apesar da discriminação ter diminuído em 2020-21, ela ainda se encontra em torno de 20% dos relatos (CHAVES-GONZÁLEZ et al., 2021).

Gráfico 1 – Discriminação relatada por imigrantes venezuelanos (2017-2021)



Fonte: Chaves-González et al. (2021) adaptado pelos autores.

Dessa forma, os objetivos do artigo são: (1) identificar casos de violência direcionada aos migrantes venezuelanos; (2) compreender o contexto em que eles ocorreram; (3) verificar a reação governamental e as consequências desses atos para os migrantes; (4) elucidar o processo desses surtos de violência. Para isso, utilizamos a metáfora do relógio mecânico que destaca a complexidade das interações e influências do que chamamos engrenagens da violência. Esse modelo permite uma visão abrangente dos fluxos de forças em jogo e oferece uma estrutura analítica para entender como eventos, narrativas e políticas podem desencadear movimentos nas diferentes partes do sistema e ações direcionadas aos migrantes. Assim como no relógio, cada peça desempenha um papel, mas o mecanismo é interdependente e, no final, reflete a realidade percebida.

Nosso principal argumento sustenta que as atitudes hostis, evidenciadas por meio desses surtos de violência contra os migrantes, foram desencadeadas por gatilhos, ou seja, even-

tos específicos em que os venezuelanos estiveram envolvidos ou alegadamente envolvidos. Tais eventos amplificaram as percepções negativas, como a estigmatização, a discriminação e a xenofobia, já presentes nas populações locais e levaram à violência contra os migrantes.

Inicialmente, apresentamos aspectos conceituais/teóricos acerca de gatilhos, estereótipos, associações cognitivas, mídia, percepções, emoções, seleção seletiva de informações, opiniões e comportamentos. Em seguida, explicamos o modelo de análise pautado na metáfora do relógio mecânico e nas engrenagens da violência. A duas partes seguintes foram dedicadas aos casos ocorridos no Equador e no Brasil. Finalmente, concluímos.

PULSOS, IMPULSOS E AS ENGRENAGENS DA VIOLÊNCIA

A forma de pensar os migrantes e os refugiados venezuelanos como grupo e indivíduos, está atrelada às categorias cognitivas, ou estereótipos (ASHMORE; DEL BOCA, 1981). Para Schmader, Johns e Forbes (2008), a 'ameaça do estereótipo' tem força sobre as diferenças de grupo, o comportamento e as capacidades, as situações e as avaliações que as pessoas fazem das situações (APPEL; WEBER; KRONBERGER, 2015). A influência dos estereótipos depende da sua acessibilidade mental, pois "a simplificação e categorização do mundo facilitam o esforço limitado que os indivíduos empregam no processamento da informação" (DOMKE, MCCOY; TORRES, 1999, p. 752, tradução nossa). O uso e formação de estruturas cognitivas do conhecimento, ou esquemas, organizam e orientam a construção e a compreensão da realidade social em unidades mentais. Para cada esquema, há um protótipo concreto que representa seus atributos e características, ou seja, um exemplo típico que incorpora qualidades comuns e distintivas do grupo ou conceito ao qual o esquema se refere (BROSIUS; EPS, 1995).

Quando inseridos em ambientes políticos, esses esquemas podem ser ativados de forma relevante, por meio de pistas. Eventos-chave desempenham o papel de pistas que vêm à mente com mais facilidade ao tratar sobre determinado assunto. Igualmente, eventos subsequentes, que compartilham atributos semelhantes, serão mais facilmente associados e considerados representativos nesse ponto. Novos protótipos surgem após eventos excepcionais podendo tanto estabilizar, como modificar o fornecimento de notícias após esses eventos (BROSIUS; EPS, 1995).

Esses indicadores engatilham esquemas responsáveis por guiar o processo de informação e a formação de atitudes. Esquemas ativados por essas pistas contextuais permanecem altamente acessíveis por um período de tempo. Se considerados aplicáveis, eles podem subsequentemente alterar as bases para avaliar até mesmo objetos aparentemente não relacionados, pois os julgamentos dependem menos do repertório completo de conhecimento das pessoas e mais dos aspectos do seu conhecimento que vêm à mente (BROSIUS; EPS, 1995). Assim, as ligações cognitivas já existentes são facilmente ativadas quando determinadas questões são

CC BY NC SA

enfatizadas pela mídia. Então, as construções apresentadas pela mídia frequentemente atuam influenciando a forma como os cidadãos entendem as questões, moldadas pelos valores, ideias e relações enfatizadas nos discursos (DOMKE, MCCOY; TORRES, 1999).

A mídia pode promover interpretações ou representações específicas (BOOMGAARDEN; VLIEGENTHART, 2009) e retratar migrantes reproduzindo e perpetuando estereótipos já presentes na sociedade, assim como criar e influenciar novos (ŽÚBOROVÁ; BORÁROSOVÁ, 2018). Assim, eventos relativamente comuns podem ser transformados em acontecimentos noticiáveis e serem explorados para obter vantagens midiáticas e políticas. A exposição midiática cultivaria respostas emocionais, associando certos grupos a sentimentos específicos e negativos, como medo, desconfiança e ansiedade (SEATE; MASTRO, 2016). Isso porque o estereótipo, a discriminação e o preconceito em relação a grupos externos são impulsionados, em parte, pela ansiedade provocada pela percepção de ameaça intergrupal (RIEK; MANIA; GAERTNER, 2006; SEATE; MASTRO, 2016). Nesse caso, a mídia interage com as predisposições individuais e orienta o processamento de informações e os julgamentos subsequentes.

As pessoas tendem a ser mais persuadidas por fontes que conhecem e apoiam, sobretudo nas redes sociais (HAMELEERS; SCHMUCK, 2017). Uma pessoa com preconceitos ou que endossa estereótipos tende a procurar informações que estejam em consonância com sua perspectiva (MUTZ, 1994; TRAVIS, 2008). Há, então, a percepção e exposição seletiva, com indivíduos buscando notícias que sustentem suas visões pessoais e filtrando visões opostas (DIXON, 2008; TRAVIS, 2008).

Minorias raciais/étnicas podem ser retratadas como uma ameaça aos valores e princípios da sociedade dominante (CONWAY; GRABE; GRIEVES, 2007), processo que fortalece as fronteiras entre grupos sociais, defende a posição do grupo dominante na sociedade e, em alguns casos, ocasiona a violência (HASLAM, 2006; LEYENS *et al*., 2007 ESSES; HODSON; DOVIDIO, 2003). A incerteza em torno da migração, em cenário de escassez de recursos presumida, a torna uma ameaça ao bem-estar físico, econômico e cultural (BLASCOVICH; TOMAKA, 1996).

As emoções desempenham um papel central na formação de opinião política e no comportamento. Em particular, a desumanização dos migrantes pode ajudar a reduzir a incerteza sobre como vê-los e trata-los, especialmente para pessoas com pouco contato direto com esses grupos, justificando sua exclusão e maus-tratos, o que infere no apoio às políticas governamentais restritivas (SEATE; MASTRO, 2016).

A relação com a segurança está estreitamente ligada ao surgimento de um imaginário negativo sobre a migração. Pessoas reagem com medo diante da perspectiva de um movimento migratório em grande escala (LUŠA; BAŠIĆ; RUKAVINA, 2018). Mudanças sociais, como o aumento de migrantes, influenciam as atitudes individuais em relação a eles (SNIDERMAN *et al*., 2000) e os associam a um maior risco de atividades violentas (ŽÚBOROVÁ; BORÁROSOVÁ,

2017). No entanto, atitudes e crenças evoluem ao longo do tempo (LUŠA; BAŠIĆ; RUKAVINA, 2018). Nesse âmbito, os meios de comunicação têm capacidade de promover interpretações específicas por meio de notícias, moldando as atitudes em relação aos migrantes (DOMK; MCCOY; TORRES, 1999; BOOMGAARDEN; VLIEGENTHART, 2009; LUŠA; BAŠIĆ; RUKAVINA, 2018). O consumo prolongado de notícias e a presença de exemplos que endossam uma possível ameaça podem gerar ansiedade em relação aos membros do grupo externo (SEATE; MASTRO, 2016).

Defendemos que a ativação significativa de avaliações cognitivamente relacionadas à percepção dos cidadãos sobre os migrantes venezuelanos é também influenciada por eventos-chave. Estes são sinais de seletividade, indicando quais eventos merecem destaque e atenção na mídia, e tanto despertam a percepção de novos problemas ou questões antes não percebidos, como adicionam uma nova perspectiva ou dimensão a questões já estabelecidas (BROSIUS; EPS, 1995).

Quando um evento-chave ocorre, os fatores cognitivos entram em jogo. As pessoas processam o evento com base em experiências passadas, crenças, valores e perspectivas individuais. A ativação de associações cognitivas, bem como a sua ampla veiculação, pode afetar a forma como os indivíduos respondem ao evento. Isso pode levar a uma resposta emocional intensa e afetar o comportamento e as atitudes em relação ao grupo externo. Esses eventos-chave, quando ativam estereótipos existentes, influenciam as percepções (DOMKE, MCCOY; TORRES, 1999). Logo, a divulgação desses eventos relacionados à violência supostamente praticada por estrangeiros pode desencadear atos violentos contra eles. Quando isso ocorre, denominamos os eventos-chave como gatilhos.

Gatilho é um estímulo que incita sentimentos de trauma, pânico ou ansiedade. É "um evento ou situação, etc., que faz com que algo comece" e também "algo que faz com que alguém se sinta perturbado e assustado porque é levado a se lembrar de algo ruim que aconteceu no passado" (CAMBRIDGE, 2023, tradução nossa). Portanto, a palavra gatilho está associada a "emoções negativas e também pode se referir a algo que desencadeia ações e comportamentos posteriores" (KOROLYOVA, 2021, p. 82). No âmbito do discurso político, um gatilho é caracterizado como qualquer declaração oral ou escrita de um político que provoca uma reação negativa por parte do público (RUZHENTSEVA; KOSHKAROVA; CHUDINOV, 2020). O discurso político envolve um destinatário; um receptor; a intenção; o alvo do gatilho; e a reação decorrente dele (KOROLYOVA, 2021).

Ao analisar os gatilhos com base em sua intenção, Ruzhentseva, Koshkarova e Chudinov (2020) concentram-se em três tipos específicos: 1) gatilhos-opiniões (políticos e deputados); 2) gatilhos-propostas (representantes do poder); e 3) gatilhos-reações às opiniões e propostas expressas. Cada um desses tipos desempenha um papel importante na comunicação política, influenciando o comportamento dos destinatários (KOROLYOVA, 2021). O primeiro tipo está intimamente ligado ao conceito de "opinião", que é definida como "um pensamento ou crença

sobre algo ou alguém" (CAMBRIDGE, 2023, tradução nossa). É um termo complexo, uma vez que está relacionado à interpretação da verdade, ou seja, ao usar a opinião como gatilho, espera-se que os destinatários aceitem ou rejeitem o ponto de vista expresso, o que pode levar a ações previsíveis ou imprevisíveis. Além disso, os gatilhos-opiniões podem variar de acordo com o seu alvo, que pode ser um Estado, um grupo específico de pessoas ou áreas de atividade (RUZHENTSEVA, KOSHKAROVA E CHUDINOV, 2020; KOROLYOVA, 2021). O segundo está relacionado ao termo "proposição" e sua interpretação. Proposição é "uma declaração ou problema a ser resolvido ou provado como verdadeiro ou falso [ou] uma sugestão ou declaração a ser considerada" (CAMBRIDGE, 2023, tradução nossa). As proposições estão ligadas às intenções do falante em relação aos destinatários e suas ações, e podem envolver a substituição e modificação de comportamento, o reforço ou a alteração de crenças (KOROLYOVA, 2021). O terceiro está associado ao termo "reação", que pode ser um "comportamento, sentimento ou ação que é resultado direto de algo [ou] um tipo de comportamento ou opinião que é produzido ou mantido com a intenção de ser diferente de algo [ou] uma mudança que se opõe a uma opinião ou comportamento anterior" (CAMBRIDGE, 2023, tradução nossa). As reações podem ser positivas ou negativas. É importante destacar que as reações nem sempre são aceitas da mesma maneira pelos destinatários, podendo divergir das expectativas dos falantes. Além disso, os gatilhos-reações podem implicar o uso da força ou ameaça dela (KOROLYOVA, 2021).

Desse modo, os gatilhos desempenham um papel fundamental na ativação de estereótipos, no processamento de informações e na formação de atitudes. A mídia, ao enfatizar certos eventos e reproduzir discursos, cria ou fortalece associações mentais que conectam determinados grupos a sentimentos e emoções específicas, como medo, desconfiança e ansiedade, e aumenta a opinião pública negativa já existente. Nesse processo, as atitudes decorrentes podem ser violentas. Além disso, um único gatilho pode resultar em diversos impulsos, passíveis de visualização em momentos distintos. Assim, mesmo que o ciclo de impulsos de um gatilho não tenha se esgotado, novos impulsos podem surgir, gerando novas ondas de percepções e atitudes negativas em momentos distintos.

O RELÓGIO MECÂNICO E AS DINÂMICAS DE PULSOS E IMPULSOS

No artigo, o comportamento violento atua como variável dependente e os efeitos da mídia, do discurso e da opinião pública diretamente sobre as atitudes em relação à imigração como variáveis independentes. O modelo de análise utiliza a metáfora de um relógio mecânico para compreender o processo de violência contra migrantes. Cada peça do relógio representa uma parte importante do mecanismo e desempenha um papel específico e interdependente. O visor é o que se vê. Cada vez que olhamos, ele indica uma hora diferente. Então, ele mostra a realidade, o contexto que se altera dependendo das condições que se apresentam. Mas, para

CC BY NC SA

que o visor funcione, há um conjunto de engrenagens dentro do relógio que devem operar corretamente. A alteração em qualquer peça da engrenagem, modifica os elementos do relógio e ele não funcionará corretamente. O mal funcionamento fica visível no visor. No mesmo sentido, o contexto depende de uma série de elementos para que ocorra de determinado modo e alterações em qualquer peça/elemento resultará em alterações no contexto.

O mecanismo do relógio é composto por cinco elementos: 1) a energia que faz com que ele funcione; 2) as rodas que transferem a energia para o relógio; 3) o escapamento que mantém as rodas sob controle; 4) o controlador que controla o escapamento; e 5) o visor que indica as horas, minutos e segundos. Utilizando esses elementos nos casos que apresentamos, a energia inclui a coroa que dá corda ao relógio e é o gatilho, o incidente violento que desencadeia um movimento. Um evento específico, como um crime cometido ou supostamente cometido por um migrante ativa o mecanismo, no nosso caso, ativa percepções, emoções e preconceitos negativos existentes nas populações locais.

Além da coroa que tem que ser acionada, o elemento energia inclui a mola principal (armazena a energia) e o tambor (transfere energia para as rodas). O imaginário coletivo, os esquemas mentais e o contexto social e cultural armazenados (na mola principal) são transferidos (pelo tambor) às rodas após o evento específico (que aciona o gatilho). O imaginário/esquemas mentais formam uma reserva de percepções negativas, estigmatização, discriminação e xenofobia presentes nas populações locais, que foram construídas durante o aumento do movimento migratório por gatilhos anteriores, por exemplo, a ocupação de espaços públicos, a mendicidade nas ruas, a prática de pequenos crimes, etc., por parte dos migrantes.

As rodas transferem a energia para o relógio. No caso, se as rodas recebem energia positiva, ela assim será transferida e o visor (contexto) apresentará uma realidade também positiva. Se as rodas recebem energia negativa, elas a transferem para o relógio e o visor apresentará a realidade negativa. Então, as rodas são as responsáveis pelo que vemos no visor por estarem conectadas aos ponteiros do relógio, transferindo o que acontece nas engrenagens para o que é visível (os ponteiros do visor - contexto). Dessa forma, as três rodas (o discurso, a opinião pública e as ações dos indivíduos) são responsáveis por mostrar a realidade, o contexto. Da mesma maneira que na engrenagem do relógio, elas são interconectadas. O discurso tanto espelha, como influencia as percepções, emoções, etc., e opiniões e ações conforme é apresentado. O discurso é transmitido principalmente, mas não só, pelas mídias, incluindo as sociais. Então, a mídia desempenha um papel significativo na apresentação, reprodução e construção de narrativas, na disseminação de informações sobre os migrantes, na formação de opinião, bem como nas ações dos indivíduos em relação à migração. Ou seja, tanto transmite como influencia na formação/alteração de esquemas mentais e ações dos indivíduos. Então, notícias de incidentes violentos envolvendo migrantes tendem a impactar na percepção sobre ele, reforçar visões negativas, alimentar a xenofobia e aumentar o engajamento dos indivíduos

inclusive com ações violentas contra esse grupo. A tendência atual de indivíduos se aglutinarem em grupos de pensamento semelhantes ou homogêneos reforça o potencial das mídias.

O escapamento do relógio mantém as rodas sob controle, por meio da roda de escape e o mecanismo que a trava e destrava, as paletas. Nos casos de nosso estudo, o escapamento é a gestão a nível local, que deve manter o controle da engrenagem. Por meio de políticas e medidas (as paletas), as autoridades locais influenciam como a violência contra os migrantes, é enfrentada, seja por intervenções preventivas ou coercitivas para conter os atos discriminatórios/xenofóbicos (incluindo a violência física) ou pela falta de ações efetivas. Assim, a roda de escape que se move em etapas, simboliza as ações de instituições (poder público, policial, militar, etc.).

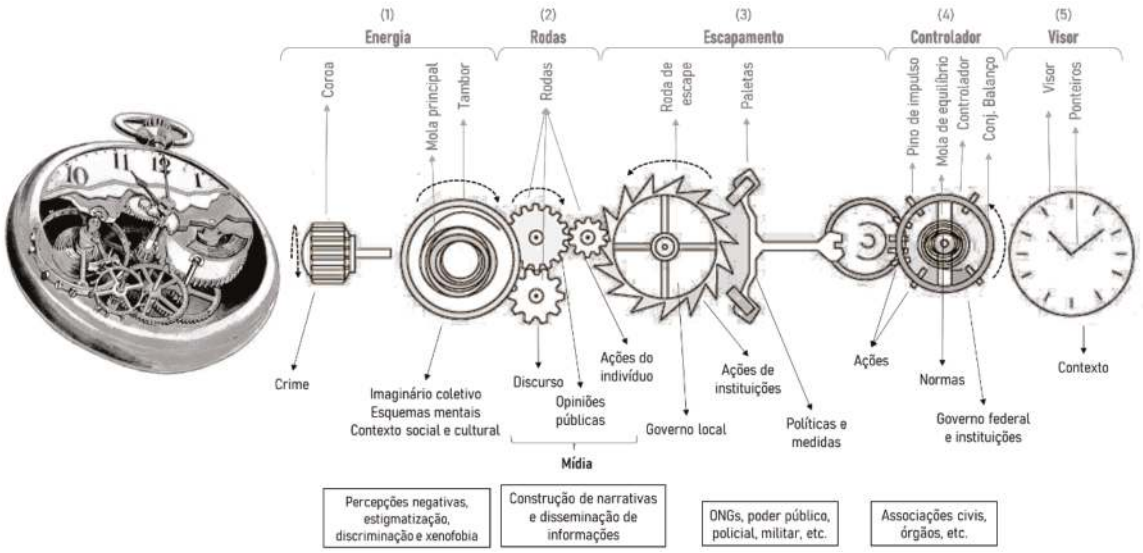
O controlador do relógio controla o escapamento por meio da oscilação do conjunto de balanço, que mantém uma ação regular por meio da mola de equilíbrio e seu pino de impulso, o qual se conecta à alavanca bifurcada. Com o movimento do conjunto de balanço, o pino regula o movimento da alavanca e, com isso, controla o escapamento. O controlador corresponde ao governo federal, que exerce controle sobre o escapamento e regula o fluxo da energia do gatilho. Incluímos, também, instituições que têm papel no controle, por exemplo, da sociedade civil e órgãos públicos que buscam mitigar a violência e defender os direitos dos migrantes. O governo controla o funcionamento da engrenagem, no caso a ordem, a estabilidade, a garantia de direitos e a proteção dos migrantes no contexto da violência contra eles, por meio das normas (a mola de equilíbrio) e de ações (pino de impulso). Nas situações de violência, as ações visam colocar as rodas em funcionamento normal, ou seja, retornar o contexto a condição de normalidade.

Utilizamos notícias da mídia, dados sobre opinião pública e narrativas políticas para descrever as ações provenientes dos gatilhos. Recorremos à polarização política, discursos e ações de gestores e instituições locais, e entrevistas para descrever o escapamento. Por fim, usamos normas e ações do governo federal e de instituições que atuam no controle para descrever o papel do controlar nas engrenagens da violência.

Uma importante particularidade desse modelo é que, como um relógio mecânico, o acionamento do gatilho não resulta em um ciclo único. A energia provida por um gatilho é armazenada e retroalimenta o seu mecanismo. O acionamento de um novo gatilho não se dá apenas quando a energia provida pelo anterior se esgota. Sendo assim, nas engrenagens da violência, um gatilho resulta em diversos impulsos e o resultado deles poderá, em algum momento, ser visualizado no funcionamento do visor. Ainda que um ciclo de impulso não tenha sido finalizado, novos impulsos seguem transmitindo a energia. Isso permite explicar casos em que um gatilho gera diversas ondas de violência em momentos temporais distintos.

Entendemos que o modelo analítico baseado na metáfora do mecanismo dos relógios mecânicos permite uma explicação de como um evento violento específico (gatilho) resulta em violência física contra os migrantes e as reações para levar o mecanismo a uma situação de normalidade. A representação visual do modelo encontra-se abaixo.

Figura 1 – Modelo Relógio Mecânico



Fonte: Elaboração própria

Utilizamos eventos que resultaram na violência contra os venezuelanos no Equador, ocorrido na cidade de Ibarra, em janeiro de 2019, e no estado de Roraima – Brasil, em março, agosto e setembro de 2018.

AS ENGRENAGENS DA VIOLÊNCIA: O CASO EQUATORIANO

Em 19 de janeiro de 2019, uma jovem equatoriana grávida foi vítima de feminicídio praticado por seu companheiro venezuelano na cidade de Ibarra (QUISPE SALAZAR, 2021). Esse evento funcionou como gatilho que acionou as engrenagens da violência contra a migrantes venezuelanos naquela cidade.

No Equador, o número de venezuelanos cresceu consideravelmente, passando de 102.910 entradas em 2016 para 285.634 em 2017, atingindo o pico de 955.488 em 2018 (EQUADOR, 2022). O país era acostumado com a saída de seus nacionais e nas últimas décadas vivenciou a entrada de estrangeiros como os colombianos, seguidos cubanos e haitianos. A chegada desses estrangeiros movimentou o imaginário coletivo e os esquemas mentais dos equatorianos,

CC BY NC SA

o que compõem os mecanismos de energia do relógio. A sociedade, bastante conservadora, tem enraizada uma aversão aos 'estrangeiros', que é mais forte na região de serra que nas áreas costeiras. Dessa forma, as percepções negativas em relação aos estrangeiros foram direcionadas aos venezuelanos quando a entrada deles se tornou mais pronunciada. Colocar os venezuelanos como violentos e as venezuelanas como 'fáceis' se tornaram parte dos esquemas mentais dos cidadãos e do imaginário coletivo equatoriano. A partir daí, a ocupação de espaços públicos, a visibilidade de venezuelanos em trabalhos informais, além de crimes cometidos por alguns deles, levaram à estigmatização, discriminação e xenofobia (ENTREVISTA 1; 2; 3). Sobre a criminalidade, as prisões de venezuelanos possivelmente envolvidos em crimes se mantiveram baixas em relação ao total de pessoas presas, apesar de terem aumentado paralelamente ao fluxo. Em 2016, das 52.618 pessoas detidas 57 eram venezuelanos. Em 2018, o número subiu para 842 e em 2019 para 1.966 (PALMA, 2021). Em 2016, os venezuelanos eram 2% dos estrangeiros presos, em 2017 passou a ser 14% e, em 2018, 30% (RODRÍGUEZ RAMÍREZ, 2019).

Mas foi nas rodas do relógio que a manifestação da energia propiciada pelo gatilho se perfez. Quando, a partir do final da década de 1980, o Equador passou a receber refugiados, em sua maioria colombianos, houve, inicialmente, uma abordagem positiva com o *Plan Ecuador* (EQUADOR, 2007), a nova Constituição equatoriana (EQUADOR, 2008) e a *Ley Orgánica de Movilidad Humana* (EQUADOR, 2017). No entanto, essa última lei permitiu práticas restritivas em relação aos migrantes, por exemplo, a cobrança de multas para trabalhadores informais sem licença, as quais, na maioria das vezes, se tornaram impagáveis, impedindo a regularização dos migrantes (ENTREVISTA 5). A entrada em vigor da Lei se deu no primeiro ano da gestão presidencial de 2017 que, diferente do antecessor, adotou uma postura negativa em relação ao governo venezuelano. Com a intensificação do fluxo de venezuelanos, o tema entrou na pauta política, foi usado na campanha e contribuiu para a sua eleição em 2017 (ENTREVISTA 2; 4).

Em 2018, quando ocorreu o pico da imigração, o governo declarou situação de emergência nas zonas fronteiriças de Carchi, El Oro e Pichincha (EQUADOR, 2018a) e passou a exigir passaporte para a entrada de venezuelanos (EQUADOR, 2018b), substituído, em seguida, pela identidade com a devida certificação (EQUADOR, 2018c), o que restringia a entrada no país.

A mudança do perfil dos migrantes também levou a mudanças no discurso. A variação da primeira leva de venezuelanos qualificados e, por isso, bem recebidos, para uma população mais desqualificada e vulnerável alterou o discurso dos equatorianos para o migrante como uma ameaça, aqueles que roubam o emprego dos locais e que trazem insegurança (ENTREVISTA 4).

Impulsionada pela aversão presente no imaginário coletivo equatoriano, a opinião pública contrária à migração foi sendo construída e intensificada à medida que o fluxo de venezuelanos cresceu, o que gerou mais discriminação. Em 2011, pesquisas já indicavam que 73% dos entrevistados percebiam pessoas de origem estrangeira como geradoras de insegurança (BOLAÑOS ARMIJOS, 2016). Meses antes do feminicídio em Ibarra, uma pesquisa indicou que

CC BY NC SA

59% dos venezuelanos entrevistados haviam experimentado discriminação em Quito (OIM, 2018a). Em outra pesquisa, 37% de venezuelanos entrevistados reportaram ter sofrido discriminação, entre este grupo, 98% a atribuiu à sua nacionalidade (OIM, 2018b). Marchas contra venezuelanos, em agosto de 2018, com frases proferidas e escritas em cartazes como: "Equador livre de maus estrangeiros", "Fora com os venezuelanos que roubam nossos trabalhos", "Trabalho primeiro para os equatorianos" (JACQUES; LINARES; USECHE, 2019, p. 24, tradução nossa), entre outras, são exemplos da discriminação, aporofobia e xenofobia presente na sociedade equatoriana.

No movimento das rodas, o crime cometido pelo venezuelano foi transmito ao vivo pelas redes sociais e ficou gravado (QUISPE SALAZAR, 2021). O caso foi amplamente veiculado pelos meios de comunicação, o que provavelmente fomentou a reação negativa da população local. Mas, a representação negativa dos migrantes já era notada na mídia. O jornal *El Comercio*, por exemplo, apresentou os migrantes relacionados com o tráfico de drogas (EL COMERCIO, 2018e), mendicância (EL COMERCIO, 2019a) e infrações (EL COMERCIO, 2020), e as autoridade equatorianas preocupadas com a ocupação de espaços públicos (BRAVO, 2018). Quando do crime em Ibarra, o Presidente reforçou seu discurso no sentido de "Abrimos nossas portas para eles, mas não sacrificaremos a segurança de ninguém" (MORENO, 2019, tradução nossa), que foi reproduzido na mídia. O seu pronunciamento no sentido de criar grupos para fiscalizar a situação legal dos migrantes venezuelanos também foi veiculado (EL COMERCIO, 2019c, 2019d)**.** Então, a mídia tanto reproduziu o imaginário, o discurso e a opinião pública existente como os reforçou e, com isso, colaborou para a engrenagem tomar o rumo de ações violentas em Ibarra.

Essas declarações e sua divulgação na mídia, movimentaram a opinião pública já negativa e inflaram os ânimos da população que se lançou em uma verdadeira perseguição aos migrantes venezuelanos, invadindo abrigos e hotéis e destruindo seus escassos pertences. A violência verbal e física era direcionada a qualquer indivíduo venezuelano nas ruas, sem considerar seu gênero ou idade. Os habitantes de Ibarra denominaram esses atos de "limpeza social", uma expressão que demonstra a desumanização dos migrantes (METRO, 2020). A onda de revoltosos exigia que os migrantes deixassem a cidade e, por medo, muitos o fizeram ou se esconderam e evitaram sair às ruas por temor de serem alvo de ataques (EL COMERCIO, 2019d).

Para conter a manifestação negativa das rodas, influenciada pelos pulsos de energia que o gatilho provocou, o escapamento entrou em ação, com as autoridades acionando as instituições locais. A atuação dos policiais durante o crime foi criticada, levando à transferência dos oficiais superiores responsáveis pela operação. A Procuradora-Geral do Equador anunciou uma investigação sobre as ações policiais no caso do feminicídio (ROSALES, 2019). A Ministra do Interior publicou nas redes sociais a ordem de substituição do governador e do chefe de

polícia da província (LA HORA, 2019a; UNIVISION, 2019), além de enviar forças especiais para a área sob a justificativa legal do uso da força para proteger vidas e prevenir crimes. Autoridades apelaram para que fossem evitados atos de xenofobia e violência contra os venezuelanos (INJOSA, 2019). Quando os manifestantes se dirigiram a um abrigo municipal, onde migrantes de baixa renda estavam alojados, tentando entrar com a intenção de ataca-los, a polícia se fez presente para protege-los, impedir a agressão e retirar as famílias que lá viviam sob escolta (EL COMERCIO, 2019c, 2019d).

A prefeitura de Ibarra decretou, como medida frente à "escalada incontrolável da violência que já está desesperando os cidadãos de Ibarra", um período de luto de três dias na cidade. Por meio das redes sociais, foi convocada uma marcha pela "paz e unidade" em solidariedade à família da vítima (METRO, 2020, tradução nossa). Ao final dessa marcha, afirmou que a presença de autoridades nacionais seria reforçada e que os estrangeiros seriam admitidos desde que não ameaçassem a segurança dos equatorianos. Exigiram que as autoridades atuassem em defesa da vida e aplicassem medidas necessárias para deter qualquer indivíduo que pretendesse atacar o povo de Ibarra (ECUAVISA, 2019; EL UNIVERSO, 2019d). O prefeito também informou, por meio de suas redes sociais, uma ação conjunta com as autoridades nacionais "para continuar a luta implacável contra a insegurança". Foi destacada a necessidade de atenção imediata e soluções para restaurar a paz na cidade (METRO, 2020, tradução nossa). O chefe político de Ibarra ativou todas as instâncias do poder executivo para enfrentar a questão e estabeleceu diretrizes para garantir a segurança dos cidadãos na província. Também foi ativado um comitê de turismo para investigar a situação dos venezuelanos regularizados e prestadores de serviços. No âmbito da educação, solicitou a atenção dos diretores das instituições para evitar a discriminação contra crianças e adolescentes venezuelanos nas escolas (LA HORA, 2019b).

Enquanto o escapamento (governo local) buscou retornar as rodas a um funcionamento normal, coibindo as ações violentas contra os migrantes, ao controlador (governo federal e outras instituições) coube exercer ações para manter todo o mecanismo na normalidade. Em Ibarra, no entanto, as ações se traduziram no fortalecimento das políticas restritivas à entrada dos venezuelanos, com a implementação de novas normas e o aumento dos controles na fronteira (QUISPE SALAZAR, 2021). Foi anunciada a exigência da certificação e apostilamento dos registros judiciais dos migrantes em coordenação com a Chancelaria. A Polícia Nacional foi solicitada a realizar controles regulares em praças, mercados e abrigos frequentados migrantes. Operações foram conduzidas no centro de Ibarra, verificando a documentação de estrangeiros e a licença de funcionamento de abrigos e residências, e o governo afirmou que elas continuariam (MAISANCHE, 2019).

Por outro lado, o Ministro das Relações Exteriores afirmou que tomaria medidas legais rigorosas contra os incidentes xenófobos direcionados aos venezuelanos e que esses eram even-

CC BY NC SA

tos isolados e seriam rigorosamente tratados pelo Estado equatoriano. Ele também ressaltou que "todos aqueles que se envolverem em atos de violência, atitudes que não estão de acordo com o espírito do povo equatoriano, serão punidos". A *hashtag* #NiXenofobiaNiMachismo foi utilizada para reforçar a mensagem de repúdio a essas atitudes (EL UNIVERSO, 2019b).

O Presidente do Equador publicou um tweet anunciando a "formação imediata de brigadas para controlar a situação legal dos migrantes venezuelanos nas ruas, nos locais de trabalho e nas fronteiras" (CABRERA, 2019, tradução nossa), mencionou a possibilidade de criar um visto especial de entrada para os venezuelanos (LA REPÚBLICA, 2019). O Ministro do Trabalho liderou uma operação de controle para avaliar a situação trabalhista dos estrangeiros em Guayaquil (EL UNIVERSO, 2019d).

No cenário político, um ex-candidato presidencial apontou que as declarações do Presidente tinham um tom xenofóbico e pediu ao governo que priorizasse a segurança dos cidadãos. Organizações não governamentais (ONGs), associações civis e estudiosos consideram que as medidas anunciadas pelo Presidente para controlar a situação legal dos migrantes venezuelanos incentivaram a xenofobia, embora não a tenham originado (CABRERA, 2019; LA HORA, 2019b). A Comissão Internacional de Direitos Humanos também se posicionou contra as ações restritivas do governo por meio de uma ação institucional (OEA, 2019). A defensora pública do Equador ressaltou em um comunicado que fatores como nacionalidade e status migratório foram erroneamente atribuídos como causa desses atos, e instou o governo a evitar a criminalização e a xenofobia nas medidas adotadas (INJOSA, 2021). A presidente da Assembleia Nacional solicitou um relatório às instituições pertinentes como parte da implementação da Lei Orgânica para a Prevenção e Erradicação da Violência contra a Mulher, aprovada em 2017 (EL UNIVERSO, 2019a).

O Vice Presidente equatoriano destacou que foi um ato de violência em Ibarra contra as mulheres, sem considerar a nacionalidade (EL UNIVERSO, 2019c). Em uma transmissão nacional, foi anunciada a exigência de certificados de antecedentes penais dos últimos cinco anos autenticados e passaportes ou carteiras de identidade com validade apostilada para migrantes venezuelanos entrarem no Equador (EQUADOR, 2019a). A contestação das restrições por instituições de controle, resultaram em isenções nessas para crianças, adolescentes e pessoas com vínculos familiares, visto de residência válido, trânsito ou autorização migratória para o país de destino (EQUADOR, 2019).

Os mecanismos do controlador também interagiram com órgãos do governo Venezuelano para gestão do fluxo negativo da energia proveniente do gatilho. O Ministério da Inclusão Econômica e Social (MIES) coordenou a transferência dos venezuelanos que desejassem deixar Ibarra e ir para outras partes do país, ou mesmo retornar ao seu país de origem (LA HORA, 2019b). Foram mobilizadas doações para ajudar os migrantes afetados pelos ataques (EL COMERCIO, 2019b).

Dessa forma, a nova imagem mostrada pelo visor (contexto), após o crime em Ibarra (gatilho) e todo o processo envolvendo as engrenagens da violência, apresentou uma nova situação com normas que acabaram restringindo o movimento dos migrantes no país. Ou seja, enquanto o escapamento buscou controlar as rodas, o controlador procurou manter o funcionamento da engrenagem com políticas migratórias mais rigorosas (a atividade dos pinos de impulso). Percebe-se que as ações do governo central se centraram na energia proveniente da reação da população local frente ao crime, de maneira que essa abordagem lateralizada fez-se insuficiente para controle adequados dos impulsos provenientes do gatilho. Isso levou à outras instituições e órgãos governamentais a tarefa de conter parte dos pulsos negativos reproduzidos ainda dentro da estrutura do controlador.

AS ENGRENAGENS DA VIOLÊNCIA: O CASO BRASILEIRO

O assassinato de um brasileiro na cidade de Mucajaí, em 18 de março de 2018, foi o primeiro gatilho de três outros. O trágico evento, foi um dos primeiros episódios de violência de grande repercussão registrados após o início do fluxo em massa de venezuelanos em Roraima. A Polícia Civil, responsável pela investigação do caso, revelou que ele foi morto a pauladas por dois venezuelanos (COSTA; BRANDÃO, 2018). A repercussão do caso, associada à sua ampla divulgação nos meios de comunicação afetou a percepção e o contexto da comunidade. O discurso e a opinião pública também entraram em cena, interconectados como as engrenagens do relógio, influenciando e sendo influenciados pelos eventos.

No início do fluxo migratório, em 2015, houve inicialmente uma demonstração de compaixão e colaboração com os venezuelanos, mas à medida que a onda migratória cresceu, a xenofobia também aumentou. O movimento migratório se intensificou em 2016, inicialmente com a chegada de índios Warao, muitos dos quais se alojaram em ginásios disponibilizados pela prefeitura da capital, Boa Vista. Em 2017, a migração se intensificou e gerou desafios para a gestão local frente ao aumento na demanda dos já precários serviços públicos, como educação, saúde e empregos (PRAZERES, 2018). Na fronteira, foram criados alojamentos destinados a essa população. Um programa da prefeitura de Pacaraima chamado "Aluguel Solidário", que oferecia benefícios aos venezuelanos em situação de refúgio, causou protestos entre os brasileiros (VILARDAGA, 2018).

Nos cruzamentos mais movimentados, passaram a haver de 30 a 40 venezuelanos que limpavam os vidros dos carros nos semáforos (BILENKY, 2018). Os roraimenses relatavam o aumento da prostituição (ESTARQUE, 2016a). Prédios públicos e residências abandonadas foram ocupados pelos migrantes, com ou sem permissão dos proprietários (IPEA, 2021). Segundo a Defesa Civil, entre 2015 e 2016, foi registrado um aumento da criminalidade no estado. Ainda que muito atrelada à imagem dos migrantes, o aumento nos casos de furtos, assaltos e homi-

cídios envolveu os venezuelanos, sobretudo, como vítimas (ESTARQUE, 2016b; BILENKY, 2018). Quando esses eram os infratores, a maioria dos crimes estava ligada ao furto de alimentos (ESTARQUE, 2016b).

O sistema de saúde público do estado que já enfrentava dificuldades para atender à população local, teve sua demanda intensificada. A situação era ainda mais crítica na cidade de Pacaraima, que contava apenas com um hospital para atender tanto a população local quanto os migrantes e sofria com a falta de equipamentos e profissionais capacitados para atender casos mais complexos. O risco de reintrodução de doenças já erradicadas no país, com casos confirmados de sarampo, a difteria e a poliomielite entre 2017 e 2018 advindos da Venezuela, resultou na criação de barreiras sanitárias e de postos de vacinação fronteiriços (IPEA, 2021).

Em 2018, um decreto assinado pela governadora de Roraima visava limitar o acesso dos migrantes aos serviços públicos. O decreto dizia que os venezuelanos ingressavam "de forma indiscriminada e sem as cautelas sanitárias e de antecedentes criminais", e relacionava-os ao "aumento da criminalidade" e ao "surgimento de facções criminosas em território do Estado de Roraima", comprometendo "a ordem pública, a paz social e o respeito à Constituição Federal e Estadual" (RORAIMA, 2018, p.1). As medidas incluíram: a "atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes públicos estaduais em todo o território do Estado de Roraima" (RORAIMA, 2018, p.2); a autorização do Posto Fiscal a fiscalizar bagagens e documentos de trânsito e permanência; e o acesso aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado salvaguardado à população brasileira e prestado aos migrantes apenas em casos de emergências, mediante apresentação de passaportes válidos (RORAIMA, 2018). Esse Decreto fora acatado por decisão liminar de um juiz da 1ª Vara Federal de Roraima, no entanto uma ação civil contra ele foi ajuizada pela Defensoria Pública da União e pelo Ministério Público Federal (CONSULTOR JURÍDICO, 2018). Anteriormente à assinatura do Decreto, a mesma governadora havia solicitado ao Supremo Tribunal Federal (STF) o fechamento da fronteira. Ambas as medidas foram tomadas em ano de eleição e, segundo a governadora, foram motivadas pelas demandas da população local, a fim de garantir os direitos fundamentais da população de Roraima e contornar o sufocamento fiscal resultado das altas demandas relacionadas à onda migratória de "baixa renda que não têm qualificação profissional [...] vulneráveis". Ela declarou que não poderia "deixar que Roraima vire um grande campo de concentração". Em fevereiro de 2018, o governo federal decretou estado de emergência social e assinou uma Medida Provisória que criava uma força tarefa humanitária na fronteira com a Venezuela, o que não afastou as queixas dos governos locais (PRAZERES, 2018).

A desinformação e a propagação de notícias negativas afetaram a percepção da população, o que contribui para a polarização social e a violência contra os migrantes venezuelanos (IPEA, 2021). Nas redes sociais, antes do assassinato em Mucajaí (o gatilho), circularam textos sobre um protesto no qual os organizadores que se intitulavam "patriotas brasileiros" pediam

que os manifestantes usassem camisas verdes, amarelas ou pretas em luto pelos brasileiros mortos por venezuelanos (COSTA, 2018). O aumento do fluxo migratório resultou em mais venezuelanos em situação de rua, intensificando a sensação de insegurança e adoção de rondas policiais privadas para a proteção de casas e comércios na região de fronteira. A população local rejeitava os migrantes, vendo-os como concorrentes e uma ameaça. Como resultado, a Defensoria Pública da União recomendou reforço policial para proteger os migrantes durante um protesto marcado em março de 2018 em Boa Vista, e o Ministério Público Federal solicitou policiamento especializado nos abrigos e nas áreas ocupadas pelos venezuelanos (COSTA, 2018). Uma visão negativa legitima atos de violência contra os migrantes, gerando uma escalada de violência e xenofobia de ambos os lados. Assim, a mídia e o discurso político, nas 'rodas' da engrenagem, desempenharam papel significativo na formação da opinião pública, transmitindo informações e fortalecendo ou reproduzindo percepções sobre os migrantes.

A notícia do assassinato (gatilho) em Mucajaí se propagou rapidamente. Impulsionada pela energia negativa preexistente, a indignação e revolta dos locais resultou em ações violentas (roda). Cerca de 300 pessoas se uniram em um protesto contra a morte do brasileiro. Pneus foram queimados e a BR-174, uma importante via que interliga o Brasil e a Venezuela foi interditada. Posteriormente, moradores protestaram contra a instalação de uma casa de passagem para os migrantes em um ginásio da cidade, e também contra os impactos negativos da imigração em massa de venezuelanos para o município. Entre 400 e 500 pessoas participaram do ato (COSTA, 2018). Enquanto o escapamento (gestão a nível local) buscava manter o controle, um novo impulso foi gerado. Dois dias após o protesto decorrente da energia armazenada na mola principal (imaginário coletivo), venezuelanos foram expulsos de um prédio em Mucajaí e tiveram seus bens queimados.

Em meio ao cenário conturbado, em que resquícios do primeiro gatilho (o crime em Mucajaí) ainda ecoavam na memória das pessoas, houve a ocorrência de mais um evento-chave. Em 17 de agosto de 2018, um comerciante de Pacaraima foi golpeado e assaltado. Nesse momento, o envolvimento de um migrante venezuelano na autoria do crime era incerto (COSTA; CHAVES, 2018). Para piorar o contexto, ambulâncias para socorrer o comerciante, comumente fornecidos pela Operação Acolhida, estavam indisponíveis (PONTES, 2018). Houve um movimento intenso, sobretudo nos meios de comunicação, acerca do caso. A ampla veiculação do episódio, somada às especulações sobre a nacionalidade do autor do crime resultaram em um ataque, coordenado por redes sociais, de cerca de mil habitantes locais a acampamentos de migrantes e a queima de seus objetos pessoais. Ainda sem que a autoria do crime estivesse confirmada, novas manifestações contrárias aos venezuelanos ocorreram. A potência da energia armazenada no imaginário coletivo, atrelados a ativação de associações cognitivas no que tange à brutalidade do crime e o seu responsável fez com que apenas a suspeita de ser um venezuelano fosse suficiente para a movimentação das rodas e a ação violenta dos locais contra

os migrantes. A BR-174 foi novamente bloqueada pelos manifestantes que queimaram pneus na via durante cinco horas (FÉLIX; COSTA, 2018).

O controle do funcionamento das rodas e a regulação do fluxo de energia provocada pelo gatilho deveria ser feito pelo escapamento. Apesar de usar os meios policiais do estado, a governadora de Roraima solicitou o fechamento temporário da fronteira e reforços da capital para contenção da criminalidade crescente. Uma liminar para fechamento da divisa já havia sido apresentada pelo governo de Roraima e negada pelo STF antes do crime (PONTES, 2018). A proximidade do período eleitoral fomentou novos impulsos sobre as rodas. Em contraposição à postura do governo nacional sobre a crise de migração venezuelana, o líder do Senado, eleito três vezes pelo estado de Roraima, aliado de Presidente, passível de reeleição e o terceiro nas pesquisas de intenção de votos, retirou-se do cargo (EL COMERCIO, 2018a).

Naquele momento, o controlador agiu. O Presidente convocou uma reunião de emergência com ministros para tratativas da fronteira (EL COMERCIO, 2018g), e enviou mais de 30 voluntários de saúde para atenção aos migrantes (EL COMERCIO, 2018b). O Ministério de Segurança Pública decidiu pelo reforço de 60 policiais militares e envio de 120 policiais da Força Nacional para a fronteira em resposta aos ataques xenofóbicos (EL COMERCIO, 2018a). Posteriormente, o Presidente afirmou que aumentaria os esforços para redistribuição da população migrante pelo território nacional, bem como a criação de novos centros de refúgio temporários (EL COMERCIO, 2018b). Um decreto nacional, válido até setembro de 2018, autorizou o envio de 3200 militares do Exército para reforço da segurança de Roraima como ação complementar às medidas estaduais (BRASIL, 2018a). Traduzido no mecanismo das paletas, as Forças Armadas, antes inseridas na Operação Acolhida, foram autorizadas a realizar ações de controle da ordem pública (EL COMERCIO, 2018f). No entanto, tais tratativas políticas foram consideradas insuficientes pelo governo estadual que reiterou os pedidos anteriormente negados para o fechamento da fronteira (EL COMERCIO, 2018a). O evento-chave e a violência decorrente dele resultaram em aproximadamente 1200 migrantes retornando à Venezuela (EL COMERCIO, 2018g). Os impulsos do escapamento também continuaram a movimentar o controlador. No dia a assinatura do Decreto, o chefe do Estado afirmou estudar medidas de gerenciamento da fronteira para a limitação do número de entradas diárias a fim de evitar a sobrecarga dos serviços da pequena cidade fronteiriça brasileira (EL COMERCIO, 2018c, 2018f).

No entanto, menos de um mês após o gatilho de Pacaraima e dez dias após o decreto assinado pelo Presidente que autorizara o exército no reforço da segurança local, ocorreu um novo episódio de violência de venezuelanos contra um brasileiro que tomou as notícias da região. Sem que a energia do último gatilho fosse totalmente consumida, um novo foi acionado. A acusação de um pequeno furto teria motivado a perseguição de um venezuelano por um grupo de brasileiros em Boa Vista. Em luta corporal, o venezuelano esfaqueou um brasileiro, que faleceu, e, na sequência, foi espancado até a morte (EL COMERCIO, 2018h). O evento ocor-

reu nas imediações de um precário acampamento de cerca de 250 venezuelanos. A veiculação desse ocorrido nos meios de comunicação movimentou, novamente, o imaginário coletivo, as narrativas e a opinião pública (as rodas).

As autoridades locais (escapamento) permitiram que os consulados venezuelanos coordenassem ônibus, fornecidos pela Igreja Católica, para retorno voluntário de migrantes (EL COMERCIO, 2018d). Com isso, registrou-se uma nova onda de migrantes retornando à Venezuela (EL COMERCIO, 2018h). Em resposta aos novos impulsos, o governo federal estendeu o emprego das Forças Armadas na "Garantia da Lei e da Ordem" (GLO) para a capital, Boa Vista (BRASIL, 2018b) e, em outubro, renovou as medidas até dezembro daquele ano (BRASIL, 2018c).

CONCLUSÕES

O artigo discutiu atos violentos contra migrantes venezuelanos, aplicando um modelo de análise baseado no relógio mecânico, que denominamos de engrenagens da violência, em casos ocorridos no Equador e no Brasil. Em ambos os países, no Equador, de maneira mais ampla, e no Brasil, mais concentrado no estado de Roraima, a onda migratória gerou percepções negativas na população local que alimentaram atitudes discriminatórias, xenofóbicas e, em alguns casos, resultaram em atos de violência contra os migrantes, bem como desafios para os órgãos governamentais.

No caso do Equador, utilizamos um evento-chave, um crime cometido por um venezuelano, como o gatilho que movimentou as engrenagens, resultou em ataques contra os venezuelanos na cidade de Ibarra e ações de autoridades e instituições do Estado para controlar os pulsos das engrenagens e manter o funcionamento cadenciado do relógio. Naquele caso resultou, principalmente em medidas restritivas à migração, além dos prejuízos diretos aos venezuelanos em Ibarra.

No caso do Brasil, utilizamos três casos de violência ocorridos entre março e setembro de 2018 para demonstrar como os gatilhos podem se suceder e gerar atitudes negativas sem que os pulsos provenientes da energia de um gatilho tenham se esgotado plenamente, originando um novo ciclo.

Em ambos os casos, os gatilhos acionaram a energia acumulada, esquemas cognitivos que tinham os migrantes como problemas. Essa energia foi canalizada para as rodas da engrenagem (o discurso/narrativas, a opinião pública e as ações dos indivíduos) que influenciaram e foram influenciadas pelo que a mídia apresentou, tanto em relação ao evento como em relação aos migrantes desde o aumento do fluxo de venezuelanos. A energia negativa que perpassou sobre as rodas mostrou no visor a realidade do momento, tais como as ações violentas contra os migrantes nas cidades em que o evento-chave ocorreu. As autoridades locais,

dentro de suas esferas de competência (escapamento) agiram para conter a onda de violência. Em alguns casos, apesar de ações pontuais nesse sentido, algumas autoridades acabaram reforçando os discursos negativo e energizando ainda mais o fluxo já negativo procedente do imaginário coletivo dos locais. No Equador as autoridades tanto usaram as forças policiais para conter os ataques e proteger os migrantes e apresentaram narrativas contra a xenofobia, como defenderam medidas contra crimes praticados por migrantes para proteção dos equatorianos. No Brasil, algumas autoridades de Roraima usaram os casos para reforçar os problemas da migração e buscar restringir o movimento.

Os governos nacionais (controlador da engrenagem) reagiram de maneira diferente. No Equador o evento-chave foi explorado para justificar medidas restritivas aos migrantes, ou seja, a nova imagem mostrada no visor indicou uma realidade negativa para os venezuelanos em termos político-normativos. No Brasil, o governo federal utilizou meios para conter a violência e proteger os migrantes (por exemplo, envio de membros da Força Nacional, poder de polícia para as Forças Armadas, etc.) No entanto, enquanto o 'controlador' buscava fazer as engrenagens funcionarem em condições ideais de operação, novos eventos-chave ocorreram, acionando novos gatilhos, alimentando o fluxo de energia negativa sobre os elementos do relógio, o que resultou em novos ciclos de violência contra os migrantes.

Dessa forma, buscamos evidenciar que as reações provêm de um evento-chave (gatilho), mas geram violência porque há um imaginário negativo pairando nos indivíduos acerca dos migrantes e seus impactos na sociedade local. A percepção de migrantes ligados à criminalidade, representando uma ameaça (saliente ou latente), incita o medo e o pânico, e pode ser utilizada como justificação para atos violentos. O discurso e a mídia não só produzem/reproduzem como reforçam pensamentos e os esquemas associados a esse grupo e pode fomentar um cenário de insegurança e revolta que instiga ataques físicos perfeitamente justificáveis para os locais. Nesse caso, as atitudes violentas acabam tendo como alvo todo o grupo, ou seja, de forma indiscriminada. Os pulsos dessa violência pressionam autoridades governamentais que se portam de maneira diferente frente ao problema que ocorre, pode-se dizer que suas atitudes e manipulação de suas declarações projetam suas próprias percepções individuais e interesses políticos frente ao movimento migratório. Nesse sentido, suas ações podem tanto controlar os pulsos das engrenagens, como adicionar energia negativa nelas. Percepções positivas dos migrantes como vulneráveis e necessitados por parte das autoridades levam a medidas de controle da violência e de proteção desse grupo. Por outro lado, percepções negativas das autoridades que vêm os migrantes como problema, ameaça ou perigo, levam a medidas restritivas e até punitivas em relação aos migrantes. Em razão das engrenagens serem interdependentes, as ações dos indivíduos, autoridades, instituições e atores públicos e privados sempre provocam impulsos que retroalimentam as engrenagens de maneira positiva ou negativa.

A produção desse artigo visa elucidar os processos não ocasionais de manipulação de eventos e fomentar o entendimento sobre a construção de imagens negativas sobre os migrantes venezuelanos por meio da intensa divulgação desses episódios. Apresentamos não só as personalidades políticas, mas também a mídia como atores que realizam a gestão e manipulação consciente dos produtos favoráveis aos seus interesses proveniente do acionamento de um gatilho. Por fim o fizemos sem reduzir a gravidade dos crimes cometidos ou irracionalizar as atitudes violenta dos locais.

REFERÊNCIAS

APPEL, Markus; WEBER, Silvana; KRONBERGER, Nicole. The influence of stereotype threat on immigrants: Review and meta-analysis. *Frontiers in Psychology*, v. 6, p. 900, 2015.

ASHMORE, Richard D.; DEL BOCA, Frances K. Conceptual Approaches to Stereotypes and Stereotyping. In: HAMILTON, David L. (ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, London: Erlbaum, p.1-35, 1981.

BILENKY, Thais. Sem estrutura, Boa Vista já acolhe mais de 40 mil venezuelanos. *Folha*, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1954081-sem-estrutura-boa-vista-ja-acolhe-mais-de-40-mil-venezuelanos.shtml>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BLASCOVICH, Jim; TOMAKA, Joe. The biopsychosocial model of arousal regulation. In: Zanna, Mark P. (ed.), *Advances in experimental social psychology*, v. 28. New York: Academic Press, p. 1-51, 1996.

BRASIL. *Decreto Presidencial nº 9.483*. Brasília, 29 de agosto de 2018a.

BRASIL. *Decreto Presidencial nº 9.501*. Brasília, 12 de setembro de 2018b.

BRASIL. *Decreto Presidencial nº 9.543*. Brasília, de 29 de outubro de 2018c.

BOLAÑOS ARMIJOS, Yessenia. *Percepción de inseguridad ciudadana e inmigración en Quito, 2007-2012: Estudio de caso 2012*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2016.

BOOMGAARDEN, Hajo G.; VLIEGENTHART, Rens. How news content influences anti-immigration attitudes: Germany, 1993–2005. *European Journal of Political Research*, v. 48, n. 4, p. 516-542, 2009.

BRAVO, Diego. COE Metropolitano en reunión para analizar la situación de venezolanos migrantes en Quito. *El Comercio*, 2018. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/quito/coe-metropolitano-reunion-carcelen-venezolanos.html>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BROSIUS, Hans-Bernd; EPS, Peter. Prototyping through Key Events: News Selection in the Case of Violence against Aliens and Asylum Seekers in Germany. *European Journal of Communication***,** London, v. 10, p. 391-412, 1995.

CABRERA, I. *Espirales de riesgo en medio del conflicto armado para población migrante: Caracterización y recomendaciones*. Envigado: Otraparte, 2024. Disponível em: <https://ugc.production.linktr.ee/804e6661-8ac9-4d96-9566-287771db507a_Informe-Espirales-de-Riesgo---Irene-Cabrera---El-Barometro-.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

CABRERA, José M. L. La xenofobia en Ecuador empuja a migrantes venezolanos a salir del país. *The New York Times*, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2019/01/28/espanol/ecuador-ibarra-venezolanos.htm>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CAMBRIDGE Dictionaries Online. 2023. Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CEDEÑO, Jonathan Palatz. Possibilities of Building Regional Migration Governance due to the Venezuelan Diaspora in Ibero-America (2015-2018). *International Journal of Business, Human and Social Sciences*, 12.0(7), 2019. DOI: 10.5281/zenodo.3346751.

CERRUTTI, Marcela; PARRADO, Emilio. Intraregional Migration in South America: Trends and a Research Agenda. *Annual Review of Sociology*, 41(1):150504162558008, August 2015. DOI: 10.1146/annurev-soc-073014-112249.

CHAVES-GONZÁLEZ, D.; AMARAL, J.; MORA, M. J. *Integración socioeconómica de los migrantes y refugiados venezolanos: los casos de Brasil, Chile, Colombia, Ecuador y Perú*. Washington: Migration Policy Institute e Organização Internacional para as Migrações, 2021. Disponível em: <https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbdl486/files/press_release/file/mpi-oim_integracion-socioeconomica-venezolanos_2021_final.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

CONSULTÓRIO JURÍDICO. *Juiz proíbe entrada de venezuelanos no Brasil pela fronteira com Roraima*. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-06/juiz-proibe-entrada-venezuelanos-fronteira-roraima>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONWAY, Mike; GRABE, Maria E.; GRIEVES, Kevin. Villains, victims, and the virtuous in Bill O'Reilly's "No-Spin Zone". Revisiting world war propaganda techniques. *Journalism Studies*, v. 8, n. 2, p. 197-223, 2007.

COSTA, Emily. Defensoria alerta polícias para risco de confronto entre brasileiros e venezuelanos durante protesto em Boa Vista. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/defensoria-alerta-policias-para-risco-de-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos-durante-protesto-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, Emily; BRANDÃO, Inaê. 'Muito medo', dizem venezuelanos que foram expulsos de prédio e tiveram bens queimados em RR. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/tivemos-muito-medo-dizem-venezuelanos-que-foram-expulsos-de-predio-e-tiveram-bens-queimados-em-rr.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, Emily; CHAVES, Alan. 'Pacaraima pede socorro': moradores falam de violência e insegurança na fronteira com a Venezuela. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/23/pacaraima-pede-socorro-moradores-falam-de-violencia-e-insegurança-na-fronteira-com-a-venezuela.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DIXON, Travis L. Crime news and racialized beliefs: Understanding the relationship between local news viewing and perceptions of African Americans and crime. *Journal of communication*, v. 58, n. 1, p. 106-125, 2008.

DOMKE, David; MCCOY, Kelley; TORRES, Marcos. News media, racial perceptions, and political cognition. *Communication research*, v. 26, n. 5, p. 570-607, 1999.

ECUAVISA. *Ibarra despide a Diana, víctima de femicidio*. 2019. Disponível em: < https://www.ecuavisa.com/noticias/ecuador/ibarra-despide-diana-victima-femicidio-JHEC450966>. Acesso em: 10 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Brasil decreta uso de Ejército para reforzar seguridade com frontera com Venezuela*. 2018a. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/brasil-seguridad-ejercito-venezolanos-roraima.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Brasil envía militares a la frontera tras ataques a ciudadanos venezolanos*. 2018b. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/brasil-militares-frontera-xenofobia-venezolanos.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Brasil estudia limitar entrada de venezolanos, pero niega bloqueo de frontera*. 2018c. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/brasil-limite-ingreso-venezolanos-migracion.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

EL COMERCIO. *El 14 % de los migrantes de Venezuela recurrió a la mendicidad, según la ONU*. 2019a. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/migrantes-venezuela-recurrio-mendicidad-onu.html>. Acesso em: 9 jun. 2023.

EL COMERCIO. *En Imbabura se realizan llamados a la paz y a la solidaridad*. 2019b. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/ibarra-paz-solidaridad-migracion-gobernador.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Femicidio conmueve a Ibarra; la Fiscalía indaga la acción policial*. 2019c. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/femicidio-conmueve-ibarra-fiscalia-indaga.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Grupo de ciudadanos venezolanos dejan Brasil tras linchamiento de inmigrante*. 2018d. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/venezolanos-retornan-linchamiento-brasil-migrantes.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Niños, mujeres... entre migrantes forzados a salir de Ibarra*. 2019d. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/tension-calles-ibarra-femicidio-diana.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Perú crea brigada policial para combatir delitos cometidos por extranjeros*. 2020. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/peru-policia-combate-extranjeros-delitos.html>. Acesso em: 28 mai. 2023.

EL COMERCIO. *Policía investiga posible trata y tráfico de droga alrededor de la migración venezolana*. 2018e. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/seguridad-policia-investigacion-trata-narcotrafico.html>. Acesso em: 13 jun. 2023.

El COMERCIO. *Temer dice que Brasil estudia restringir entrada de migrantes venezolanos*. 2018f. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/brasil-estudia-restringir-migrantes-venezolanos.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Tensión migratoria en Brasil por la situación en Venezuela*. 2018g. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/tension-migratoria-brasil-situacion-venezuela.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

EL COMERCIO. *Unos 80 venezolanos regresan a su país tras un linchamiento en Brasil*. 2018h. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/venezolanos-regreso-pais--linchamiento-brasil.html>. Acesso em: 6 jun. 2023.

El UNIVERSO. *Elizabeth Cabezas afirma que femicidio en Ibarra no es por ausencia de leyes*. 2019a. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2019/01/22/nota/7151891/elizabeth-cabezas-afirma-que-femicidio-ibarra-no-es-ausencia-leyes/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

EL UNIVERSO. *Gobierno advierte que brotes xenófobos serán severamente perseguidos em Ecuador*. 2019b. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2019/01/22/nota/7152014/gobierno-advierte-que-brotes-xenofobos-seran-severamente/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

EL UNIVERSO. *Otto Sonnenholzner: Se pedirá un pasado judicial apostillado a ciudadanos venezolanos*. 2019c. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2019/01/21/nota/7150451/otto-sonnenholzner-se-pedira-pasado-judicial-apostillado-ciudadanos/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

EL UNIVERSO. *Tras crimen de mujer en Ibarra, Gobierno ecuatoriano dicta 4 tipos de control a venezolanos*. 2019d. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2019/01/22/nota/7151144/tras-crimen-gobierno-dicta-4-tipos-control-venezolanos/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ENTREVISTA 1. *Agente Humanitário*. Quito, abril de 2023.

ENTREVISTA 2. *Funcionário de Organização não-governamental*. Quito, abril de 2023.

ENTREVISTA 3. *Membro de Fundação*. Quito, abril de 2023.

ENTREVISTA 4. *Membro de Organização não-governamental*. Quito, abril de 2023.

ENTREVISTA 5. *Agente Humanitário*. Quito, abril de 2023.

EQUADOR. *Acordo Interministerial No. 0002*. 2019. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2019/02/ACUERDO-INTERMINISTERIAL-NUMERADO.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

EQUADOR. *Acuerdo Ministerial n° 000152/2018*. 2018a. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2020/07/resolucion_152_estado_de_emergencia_2018.pdf>. Acessado em 25 mai. 2023.

EQUADOR. *Acuerdo Ministerial n°000242/2018*. 2018b. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2018/09/acuerdo_ministerial_242_pasaportes_venezolanos.pdf>. Acessado em 19 jun. 2023.

EQUADOR. *Acuerdo Ministerial n°000244/2018*. 2018c. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2018/09/acuerdo_ministerial_244_de_documento_de_identidad_venezolanos.pdf> Acessado em 25 mai. 2023.

EQUADOR. Constituição (2008). *Constitución de la República del Ecuador*: promulgada em 20 de outubro de 2008. Quito: SITEAL, 2018.

EQUADOR. *Ley Orgánica de Movilidad Humana*. 2017.

EQUADOR. Nacionalidad y puerto mes a mes para pagina web del MDI 2010 – 2020(3). Ministerio del Gobierno. 2022. Disponível em: <https://www.ministeriodegobierno.gob.ec/nacionalidad-y-puerto-mes-a-mes-para-pagina-web-del-mdi-2010-20203/>. Acessado em: 17 mai. 2023.

EQUADOR. *Plan Ecuador*. 2007. Disponível em: <https://www.resdal.org/ultimos-documentos/plan-ecuador07.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ESSES, Victoria M.; HODSON, Gordon; DOVIDIO, John F. Public attitudes toward immigrants and immigration: Determinants and policy implications. In: BEACH, Charles M., GREEN, Alan G.; REITZ, Jeffrey G. (ed.), *Canadian immigration policy for the 21st century*. Montreal: McGill Queen's Press, p. 507-535, 2003.

ESTARQUE, Marina. "Sociedade não quer que venezuelanos sejam bem tratados". *DW*, 2016a. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/a-sociedade-n%C3%A3o-quer-que-os-venezuelanos-sejam-bem-tratados/a-36708133. Acesso em: 1 jun. 2023.

ESTARQUE, Marina. Fluxo de venezuelanos leva Roraima a estado de emergência. *DW*, 2016b. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/fluxo-de-venezuelanos-leva-roraima-a-estado-de-emerg%C3%AAncia-na-sa%C3%BAde/a-36734931>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FEINSTEIN, Yuval; BONIKOWSKI, Bart. Nationalist narratives and anti-immigrant attitudes: Exceptionalism and collective victimhood in contemporary Israel. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 47, n. 3, p. 741-761, 2019.

FÉLIX, Jackson; COSTA, Emily. Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FREIER, Luisa Feline; PÉREZ, Leda M. Nationality-Based Criminalisation of South-South Migration: the Experience of Venezuelan Forced Migrants in Peru. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 27, 113–133, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/s10610-020-09475-y.

FRYBERG, Stephanie A. et al. How the media frames the immigration debate: The critical role of location and politics. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, v. 12, n. 1, p. 96-112, 2012.

GREEN, Donald P.; PALMQUIST, Bradley; SCHICKLER, Eric. *Partisan hearts and minds: Political parties and the social identities of voters*. New Haven: Yale University Press, 2002.

HAMELEERS, Michael; SCHMUCK, Desirée. It's us against them: A comparative experiment on the effects of populist messages communicated via social media. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 9, p. 1425-1444, 2017.

HASLAM, Nick. Dehumanization: An integrative review. *Personality and social psychology review*, v. 10, n. 3, p. 252-264, 2006.

HUMAN RIGHTS WATCH. *World report 2019: events of 2018*. New York. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019>. Acesso em: 17 maio 2024.

INJOSA, Carmen V. Venezolanos en Ecuador atemorizados tras ataques xenófobos en Ibarra. *Crónica Uno*, 2019. Disponível em: <https://cronica.uno/venezolanos-ecuador-atemorizados--tras-ataques-xenofobos-en-ibarra/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Imigração Venezuela-Roraima: evolução, impactos e perspectivas*. Ministério do desenvolvimento regional: Brasília, 2021.

INSTITUTO NACINAL DE ESTADÍSTICA (INE). Población nacional estimada y proyectada por sexo y edad, 2000-2025. 2015. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publicacion/2/poblacion>.Acesso em: 18 mai. 2023.

JACQUES, Ramírez; LINARES, Yoharlis; USECHE, Emilio. (Geo) Políticas migratorias, inserción laboral y xenofobia: migrantes venezolanos en Ecuador. In: BLOUIN, Cécile (org.), *Después de la Llegada*: Realidades de la migración venezolana. Lima*: Themis-PUCP*, 2019.

JERIT, Jennifer; BARABAS, Jason; BOLSEN, Toby. Citizens, knowledge, and the information environment. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 2, p. 266-282, 2006.

KATZ, Elihu; LAZARSFELD, Paul Felix. *Personal influence:The part played by people in the flow of mass communications*. New York: Free Press, 1955.

KLESZCZYŃSKA, Iga. The humanitarian crisis of Venezuela and international response to its regional migration implications. *Studia z Polityki Publicznej / Public Policy Studies*, 7(4), 31-48, 2020. DOI: https://doi.org/10.33119/KSzPP/2020.4.2.

KOROLYOVA, Lyudmila Yu. Comparative analysis of triggers in Russian and American political discourse. *Research Result. Theoretical and Applied Linguistics*, Russia, v. 7, n. 1, p. 78-91, 2021.

LA HORA. *'Lo más difícil fue bajar el nivel de incertidumbre y pánico que la gente tenía'*, 2019a. Disponível em: https://www.lahora.com.ec/noticias/lo-mas-dificil-fue-bajar-el-nivel-de-incertidumbre-y-panico-que-la-gente-tenia/. Acesso em: 7 jun. 2023.

LA HORA. *El temor se apodera de la comunidad venezolana en Ecuador*. 2019b. Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/noticias/el-temor-se-apodera-de-la-comunidad-venezolana-en--ecuador/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

LA REPÚBLICA. *Moreno anuncia control de migrantes venezolanos, tras femicidio en Ibarra*. 2019. Disponível em: <https://www.larepublica.ec/blog/2019/01/20/moreno-anuncia-control--migrantes-venezolanos-tras-femicidio-ibarra/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LEYENS, Jacques-Philippe *et al*. Infra-humanization: The wall of group differences. *Social Issues and Policy Review*, v. 1, n. 1, p. 139-172, 2007.

LIRA, Rosângela Araújo Viana de; LAGO, Matheus Bezerra de Moura; LIRA, Fernanda Isabel Araújo Viana de. Feminização das migrações: a dignidade da mulher venezuelana, migrante e refugiada, e o papel das políticas públicas. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, Salvador, n. 247, mai./ago., p. 322-340, 2019. DOI: https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p322-340.

LUŠA, Đana; BAŠIĆ, Florijan; RUKAVINA, Bruno. European migration crisis: political discourse, construction of stereotypes and securitisation of migrations at the university of zagreb. *Teorija in Praksa*, v. 55, n. 2, 2018.

MAISANCHE, Fabián. Gobernador de Tungurahua anunció la activación de la Mesa de Seguridad para control migratório. *El Comercio*, 2019. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/gobernador-tungurahua-activacion-mesa-seguridad.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MAKUCH, Maria Yolanda; OSIS, Maria José Duarte; BECERRA, Alejandra García; BRASIL, Cinthia; AMORIM, Helder S. F. de; BAHAMONDES, Luis. Narratives of experiences of violence of Venezuelan migrant women sheltered at the northwestern Brazilian border. *PLoS ONE*, 16(11): e0260300, 2021. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0260300.

MANTILLA, J. Xenophobia and Class Conflicts among Venezuelan Migrants: An Ethnographic Study in the City of Ibarra, Ecuador. *Journal of Advanced Research in Social Sciences*, 3(4), 1–11, 2020. DOI: https://doi.org/10.33422/jarss.v3i4.530.

MELO, Bruna Carvalho Badaró De. South-south migration: A Critical Discourse Analysis of media's construction of Venezuelan refugees in Brazil. *Malmö Institute for Studies of Migration (MIM)*, Working Paper Series 23: 1, 2023. URL: https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1754251/FULLTEXT02.pdf.

METRO. *Alcaldía de Ibarra convoca a marcha por el femicidio de Diana Carolina*. 2019. Disponível em: < https://www.metroecuador.com.ec/ec/actualidad/2019/01/20/ciudadania-de-ibarra--se-auto-convoca-para-una-marcha-por-el-femicidio-de-diana-carolina.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *Revista Aedos*, v. 10, n. 22, p. 53-70, 2018.

MORENO, Lenin. *#TodosSomosDiana*. Quito, 20 jan. 2019. Twitter: @Lenin. Disponível em: <https://twitter.com/lenin/status/1087051666669617153?lang=em>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MUTZ, Diana C. Contextualizing personal experience: The role of mass media. *The Journal of Politics*, v. 56, n. 3, p. 689-714, 1994.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *CIDH expressa preocupação por novas medidas para responder à migração forçada de pessoas venezuelanas ao Equador*. 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/047.asp>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). DTM Ecuador — Monitoreo de Flujo de Movilidad Humana 1 (Agosto 2018). IOM, Ecuador. 2018a.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). DTM Ecuador — Monitoreo de Flujo de Movilidad Humana 2 (Septiembre). IOM, Ecuador. 2018b.

PALMA, Jonathan. ¿Qué nacionalidades lideran los registros de detenciones en Ecuador?. *El Universo*, 2021. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/seguridad/que-nacionalidades-lideran-los-registros-de-detenciones-en-ecuador-nota/>. Acesso em: 4 mar. 2023

PONTES, Felipe. Moradores de Pacaraima se revoltam e expulsam venezuelanos. *Agência Brasil*, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/moradores-de-pacaraima-se-revoltam-e-expulsam-venezuelanos>. Acesso em: 27 mai. 2023.

PRAZERES, Leandro. "Não posso deixar que Roraima vire um campo de concentração", diz governadora sobre venezuelanos. *Uol*, 2018. Disponível em: < https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/18/nao-posso-deixar-que-roraima-vire-um-campo-de-concentracao-diz-governadora-sobre-venezuelanos.htm>. Acesso em: 2 jun. 2023.

QUISPE SALAZAR, Percy. *Política Nacional migratoria del estado Peruano 2017-2025: la migración Venezolana y su incidencia en la Seguridad Ciudadana en Lima metropolitana. Período 2018-2019*. Dissertação de Mestrado em Desarollo y Defensa Nacional, Centro de Altos Estudios Nacionales, 2021.

R4V. *Refugees And Migrants From Venezuela*. 2023. Disponível em: <https://www.r4v.info/en/document/r4v-latin-america-and-caribbean-venezuelan-refugees-and-migrants-region-jan-2023-1>. Acesso em: 23 mar. 2022.

RODRÍGUEZ RAMÍREZ, Martín S. *Efecto de la migración venezolana en el índice de homicidios de Ecuador***.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso em Economia, Universidad San Francisco de Quito, 2019.

RIEK, Blake M.; MANIA, Eric W.; GAERTNER, Samuel L. Intergroup threat and outgroup attitudes: A meta-analytic review. *Personality and social psychology review*, v. 10, n. 4, p. 336-353, 2006.

RIGGIROZZI, P.; CINTRA, N.; GRUGEL, J.; GARCIA GARCIA, G.; CARVALHO LAMY, Z. Securitisation, humanitarian responses and the erosion of everyday rights of displaced Venezuelan women in Brazil. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 49(15), 3755–3773, 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/1369183X.2023.2191160.

RORAIMA. *Decreto nº 25.681-E*. 2018. Disponível em: <https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Decretos_Estaduais/2018/25681_e.pdf>. Acesso em 20 jun. 2023.

ROSALES, José L. La Policía tenía la obligación de evitar la muerte de Diana: Ministra Romo. *El Comercio*, 2019. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/policia-obligacion-evitar-femicio-diana.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RUZHENTSEVA, N. B.; KOSHKAROVA, N. N.; CHUDINOV, A. P. Triggers in the Power Discourse and their Reflection in the Mass-media. *Yazyk i kul'tura*, v. 50, p. 99-114, 2020.

SCHMADER, Toni; JOHNS, Michael; FORBES, Chad. An integrated process model of stereotype threat effects on performance. *Psychological review*, v. 115, n. 2, p. 336, 2008.

SEATE, A. A.; MASTRO, D. Media's influence on immigration attitudes: An intergroup threat theory approach. *Communication Monographs*, v. 83, n. 2, p. 194-213, 2016.

SHAH, Dhavan V.; MCLEOD, Jack M.; YOON, So-Hyang. Communication, context, and community: An exploration of print, broadcast, and Internet influences. *Communication research*, v. 28, n. 4, p. 464-506, 2001.

SIBLEY, Chris; LIU, James; KIRKWOOD, Steve. Towards a social representations theory of attitude change: The effect of message framing on general and specific attitudes toward equality and entitlement. *New Zealand Journal of Psychology*, v. 35, n. 1, p. 3, 2006.

SNIDERMAN, Paul M. *et al. The outsider: Prejudice and politics in Italy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

TURNER, John C. *et al. Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Cambridge: Basil Blackwell, 1988.

UN. *La conferencia para migrantes venezolanos consigue 1500 millones de dólares. Mirada global Historias humanas*, New York, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/es/story/2021/06/1493452>. Acesso em: 17 maio 2024.

UNIVISION. *El feminicídio en Ecuador desata agresiones, insultos y persecución a inmigrantes venezolanos*. 2019. Disponível em: <https://www.univision.com/noticias/america-latina/un-feminicidio-en-ecuador-desata-agresiones-insultos-y-persecucion-a-inmigrantes-venezolanos>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VILARDAGA, Vicente. Uma fronteira do Brasil em pé de guerra. *ISTOÉ*, 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/uma-fronteira-do-brasil-em-pe-de-guerra/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

WEIMANN, Gabriel; BROSIUS, Hans-Bernd. Is there a two-step flow of agenda-setting?. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 6, n. 4, p. 323-341, 1994.

ŽÚBOROVÁ, Viera; BORÁROSOVÁ, Ingrid. Migration discourse in Slovak politics. Context and content of migration in political discourse: European values versus campaign rhetoric. *Journal of Nationalism, Memory & Language Politics*, v. 11, n. 1, p. 1-19, 2017.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17141

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

A fronteira como recurso social: migração de retorno de brasileiros do Paraguai em busca da saúde pública

Vanucia Gnoatto
Universidade de Passo Fundo (UPF)
Passo Fundo, RS, Brasil
E-mail: vanuciagnoatto@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0199-7127

Marcos Leandro Mondardo
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, MS, Brasil
E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8862-8801

Resumo: Este artigo analisou a migração de retorno de brasileiros do Paraguai motivada pela busca por serviços públicos ligados, principalmente, a saúde, no arco Sul da fronteira. Trata-se de um estudo de história oral, tendo por base entrevistas semiestruturadas, realizadas em pesquisa de campo que aconteceram entre 2019 a 2023, em municípios fronteiriços brasileiros, como São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, no estado do Paraná, que partiram do Departamento paraguaio fronteiriço de Alto Paraná. Destes apenas um entrevistado reside no distrito paraguaio de Santa Rita. A partir da análise das entrevistas com os imigrantes e a coordenadora da Casa do Migrante, dos dados da DGEEC (2018) sobre população, saúde e previdência do Departamento de Alto Paraná, e da litera-

tura concernente, elaborou-se referido texto, desenvolvido em duas seções. Em um primeiro momento discutiremos os conceitos de fronteira, migração e cidadania. Em um segundo momento, analisaremos os relatos de nossos entrevistados referentes à motivação para o retorno ao país de origem. Em termos conclusivos este estudo permite afirmar que para estes imigrantes, no contexto de seus retornos com pouco ou nenhum recurso financeiro a fronteira se apresenta como um recurso social pela gratuidade do SUS, qualidade, confiança, proximidade com o Paraguai e pela língua portuguesa. Somando-se a isso a cidadania brasileira, que permite a elaboração de documentos ajuda nesse acesso a saúde pública. Além disso, a presença de redes familiares tornou-se um elemento facilitador da migração, tanto trans-fronteiriça como transnacional.

Palavras-chave: Fronteira; Migração de Retorno; Saúde.

The border as a social resource: return migration of Brazilians from Paraguay in Search of public health

Abstract: This article analyzes the return migration of Brazilians from Paraguay, motivated by the search for public services linked mainly to health, in the southern arc of the border. It is an oral history study, based on semi-structured interviews carried out in field research that took place between 2019 and 2023, in Brazilian border municipalities such as São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu and Santa Terezinha de Itaipu, in the state of Paraná, who left from the Paraguay an border department of Alto Paraná. Of these, only one interviewee lives in the Paraguay an district of Santa Rita. Based on the analysis of the interviews with the immigrants and the coordinator of the Casa do Migrante, the data from the DGEEC (2018) on population, health and welfare in the Department of Alto Paraná, and the related literature, this text was developed in two sections. Firstly, we will discuss the concepts of border, migration and citizenship. Secondly, we will analyze our interviewees' accounts of their motivation for returning to their country of origin. In conclusion, this study allows us to state that for these immigrants, in the context of their return with little or no financial resources, the border presents it self as a social resource due to the free SUS, quality, trust, proximity to Paraguay and the Portuguese language. In addition, Brazilian citizenship, which allows documents to be drawn up, helps with access to public health. In addition, the presence of family networks has become a facilitator of migration, both cross-border and transnational.

Keywords: Border; Return Migration; Health.

La frontera como recurso social: migración de retorno de brasileños de Paraguay en busca de salud pública

Resumen: Este artículo analizó la migración de retorno de brasileños de Paraguay, motivada por la búsqueda de servicios públicos, principalmente de salud, en el arco sur de la frontera. Se trata de un estudio de historia oral, basado en entrevistas semiestructuradas realizadas en una investigación de campo que tuvo lugar entre 2019 y 2023, en municipios fronterizos brasileños como São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu y Santa Terezinha de Itaipu, en el estado de Paraná, que partieron del departamento fronterizo

paraguayo de Alto Paraná. De ellos, sólo un entrevistado vive en el distrito paraguayo de Santa Rita. A partir del análisis de las entrevistas realizadas a los inmigrantes y a la coordinadora de la Casa del Migrante, de los datos de la DGEEC (2018) sobre población, salud y bienestar del Departamento de Alto Paraná, y de la literatura relacionada, este texto se desarrolló en dos secciones. En primer lugar, abordaremos los conceptos de frontera, migración y ciudadanía. En segundo lugar, analizaremos los relatos de nuestros entrevistados sobre sus motivaciones para regresar a su país de origen. En conclusión, este estudio nos permite afirmar que para estos inmigrantes, en el contexto de su retorno con escasos o nulos recursos económicos, la frontera es un recurso social por la gratuidad del SUS, la calidad, la confianza, la proximidad con Paraguay y la lengua portuguesa. Además, la ciudadanía brasileña, que permite la elaboración de documentos, les ayuda a acceder a la sanidad pública. Además, la presencia de redes familiares se ha convertido en un facilitador de la migración, tanto transfronteriza como transnacional.

Palabras-clave: Frontera; Migración de retorno; Salud.

Recebido em: 29-05-2023
Aceito em: 03-09-2023

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar situações de retorno de brasileiros do Paraguai, ligadas à saúde e a busca de serviços nesta área no Brasil, principalmente em municípios fronteiriços. Com exceção de um retorno que aconteceu para o município de origem, o que caracteriza uma migração transnacional, estes retornos ocorreram entre o período de 1987 a 2022. A opção pelo tema se dá pela percepção da quantidade de retornos de imigrantes que aconteceram motivados pela busca por serviços públicos, principalmente da área da saúde em uma amostra de entrevistas feitas em pesquisas realizadas sobre o retorno de brasileiros do Paraguai, entre 2019 a 2023, nos municípios de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Assim, nosso recorte espacial da fronteira abrange os municípios brasileiros acima citados do estado do Paraná e distritos do Departamento de Alto Paraná do qual estes imigrantes retornaram e reside, no caso de um de nossos entrevistados.

O perfil destes migrantes retornados[1], em grande parte, é de pessoas de adultas e idosas, sendo quatro homens e cinco mulheres, com motivações para retornar ligadas à questão da saúde. Pessoas que na maioria dos casos, trabalharam por um longo período de suas vidas em atividades que requerem força física, como serviços domésticos, trabalhos na atividade agrícola, entre outros, o que levou com que esses imigrantes adoecessem. Entre alguns de nossos entrevistados o retorno se dá devido a saúde do filho ou esposa. Todos tinham um vínculo com o trabalho no campo, tanto antes de emigrar ao Paraguai, quanto depois estando naquele país.

Ao mesmo tempo, emigraram entre as décadas de 1970 e 1980, período de intenso fluxo migratório de brasileiros para o país vizinho, quando a política ditatorial[2] passou a atrair a presença exógena para o desenvolvimento agrícola da região oriental, que abrange departamentos como Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú. Ao mesmo tempo em que no Brasil a modernização agrícola (BRUM, 1985; GRAZIANO, 2002) expulsou pequenos agricultores e outros trabalhadores do campo. Somando-se a isso, a grande maioria residia nos distritos de Santa Rosa del Monday, Santa Rita, Naranjal e San Cristóbal no Departamento Alto Paraná, Paraguai.

1 Optamos pela utilização apenas do primeiro nome dos entrevistados, mesmo tendo os seus consentimentos de utilização de entrevista, para assegurar uma discrição de nossas fontes.

2 Referente ao período de 1954 a 1989, em que o ditador Alfredo Stroessner Matiauda governou o Paraguai. Cuja política adotada visava uma modernização que combinasse com a estabilidade da tradição conservadora paraguaia (FLORENTÍN, 2014).Ou seja, uma ocupação da região leste fronteiriça, tida como "desabitada", sem mexer na estrutura latifundiária, incentivando a migração interna paraguaia para desafogar a região central e ao mesmo tempo atraindo a presença de imigrantes brasileiros, visando uma modernização do campo seguindo o modelo dos estados do Sul do Brasil, através do programa "La Marcha para el leste" (SILVA, 2007).

Atualmente, tanto entrevistadas como entrevistados possuem vínculos afetivos familiares ou econômicos com o antigo país de destino ou origem, como no caso do imigrante que ainda reside no Paraguai e que inclusive possui casa em Santa Terezinha de Itaipu. Sendo frequentes na maioria dos casos as mobilidades fronteiriças após o retorno destes entre os dois países.

A metodologia de pesquisa utilizada é a história oral, que parte da análise destas fontes/entrevistas, realizadas por meio de contatos fornecidos pela Casa do Migrante[3] de Foz do Iguaçu, por meio de sua coordenadora T.M. Nas entrevistas realizadas em São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu contamos com a colaboração de intermediários que possibilitaram o acesso aos entrevistados. Estes intermediários foram fundamentais para a realização das entrevistas e maior abertura e confiança dos entrevistados, considerando que não residimos na região estudada. As fontes de análise, assim, são formadas pelas entrevistas com imigrantes retornados, entrevista com a coordenadora da Casa do Migrante e dados oficiais do governo paraguaio do DGEEC (2018) sobre população, saúde e previdência do Departamento de Alto Paraná.

Diante disso, este texto está organizado em duas seções, concluído com uma síntese dos principais pontos levantados no texto. Na primeira seção, buscaremos analisar, com base em conceitos como fronteira e cidadania a busca de serviços públicos ligados à saúde em municípios fronteiriços brasileiros. Na segunda seção, analisaremos casos de migrantes retornados motivados pela busca de assistência médica, mais especificamente do Departamento paraguaio de Alto Paraná.

1. "DAÍ VIEMOS PARA CÁ, PORQUE JÁ SOMOS BRASILEIROS": FRONTEIRA, CIDADANIA E RETORNO

A busca por atendimentos e procedimentos médicos no Brasil provoca idas e vindas breves, o que aponta para uma constante mobilidade transfronteiriça entre os dois países e retornos de brasileiros e de seus descendentes. A fim de compreender o retorno para a faixa de fronteira brasileira, motivado pela busca de serviços na área da saúde é necessário entender a importância da fronteira nesse contexto para estes imigrantes que buscam atravessar os limites dos dois países reivindicando direitos próprios que são concedidos a todos os cidadãos brasileiros. Para isso é necessário refletir sobre termos/conceitos de fronteira e de limite, além do exercício da cidadania nessa zona fronteiriça.

3 A Casa do Migrante está sob a coordenação, desde sua fundação em 2008, de T.M. (MSCS). É uma instituição criada por meio de "um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e a secretaria da assistência social, da prefeitura de Foz do Iguaçu/PR, com o objetivo de atender migrantes, especialmente para regularizar sua situação migratória para trabalho". Informação disponível em: https://scalabrinianas.org/cmigrante-foz/. Acesso 18 de abril de 2023.

Machado (1998) define e distingue fronteira e limite afirmando que a fronteira tem o sentido de orientação "para fora", o que corresponderia a forças centrífugas. Já no caso do limite sua orientação se dá "para dentro", correspondendo a forças centrípetas. Sendo que a fronteira é tida como "uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material" (MACHADO, 1998, p.42). Quanto às fronteiras e os limites para Cardozo e Moura (2017, p. 54) mesmo que em muitos casos estejam cercadas constantemente por vários meios de controle estas "refletem e propiciam interdependências e dinâmicas inter-relacionais que extrapolam a formalidade, em ações capazes de suplantar, de forma legal ou não, as barreiras de sua existência".

Segundo Albuquerque (2012), as fronteiras nacionais definem territórios de "significados políticos, econômicos, culturais, jurídicos e simbólicos. Os limites entre os Estados expressam as divisões entre soberanias, cidadanias, legislações e punições, línguas e símbolos nacionais, instituições políticas, militares, jurídicas e sociais". Quanto a estes "limites estatais territorializados", o autor acrescenta que

> (...) possibilitam a produção de variadas distinções entre "nós" e "eles" e alteram a nossa condição objetiva e subjetiva entre cidadão nacional e estrangeiro em um breve deslocamento por uma ponte internacional, uma rua ou um simples marco no terreno nas "fronteiras secas" entre os Estados nacionais (ALBUQUERQUE, 2012, p.187).

Nessa realidade de atravessamento de fronteiras em busca de serviços públicos brasileiros é necessária a compreensão também do sentido do termo cidadania, pois é ela quem justifica a ação desses sujeitos. Para Albuquerque (2014, p.12), "a cidadania nacional é instituidora de fronteiras entre o cidadão e o estrangeiro. Ela expressa dispositivos de inclusão e exclusão territoriais marcados por lugares de nascimento e moradia e pela existência ou ausência de documentos pessoais".

Visando compreender as relações entre os imigrantes brasileiros mais pobres que buscam atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e agentes do setor da saúde dos municípios fronteiriços, que ao mesmo tempo em que criaram políticas de integração controlam de várias formas os deslocamentos de quem vive no Paraguai, Albuquerque (2012, p.191) apresenta o termo "cidadania liminar" para refletir sobre a forma "transitória e contraditória do exercício de uma cidadania social que se constrói de maneira marginal entre territórios nacionais em um contexto de integração regional". Práticas que se dão por meio de táticas e estratégias para o acesso a saúde gratuita.

Essa realidade problemática de acesso a saúde apresentada por Albuquerque é também percebida por Nascimento (2018), em Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), cidades

fronteiriças onde brasileiros e paraguaios pobres elaboram "estratégias para poder contornar e, assim, suprimir os obstáculos que se lhes apresentam no tocante ao acesso aos serviços de saúde na faixa de fronteira em questão" (NASCIMENTO, 2018, p.184).

Ainda quanto aos entrevistados tanto com migrantes retornados como imigrantes no Paraguai em nossas pesquisas houve relatos de que pela falta de recursos nos primeiros tempos no Paraguai as mulheres procuravam hospitais brasileiros para ter os seus bebês, o que também estrategicamente para estes imigrantes era interessante, pois dava para estes por meio do *jus soli* a possibilidade de serem cidadãos brasileiros. A opção por Foz do Iguaçu, tanto para terem filhos ou por outras necessidades da área da saúde, se dava pelo fato de ser a cidade mais próxima ao Paraguai. Foz do Iguaçu pela proximidade para com estes distritos era a referência para emergências ou outros atendimentos médicos desde os primeiros tempos em que os imigrantes brasileiros estavam no Paraguai.

Os imigrantes transfronteiriços, ainda, segundo Albuquerque (2015), são "cidadãos de várias ordens". Existem aqueles que possuem dupla cidadania, os que só possuem paraguaia ou brasileira, como também os que não possuem nenhum documento em nenhum dos dois países. Esse estado diverso e desigual para o autor está se modificando devido "a ampliação de alguns direitos sociais na escala regional do Mercosul" (ALBUQUERQUE, 2015, p.104).

Milton Santos, em seu estudo sobre a cidadania no período ainda de redemocratização brasileira percebe que a questão geográfica possui impacto na condição de cidadão.

> [...] a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 1987, p.107).

Assim, para o autor as migrações que se deram no país têm ligação com a falta de acesso a serviços essenciais e bens. Situação que acaba produzindo processos migratórios como os que se dão na fronteira que analisamos. Com um diferencial de que estes imigrantes não são cidadão paraguaios, somente seus filhos o são o que dificulta ainda mais a busca por serviços públicos no país de destino, motivando o retorno como veremos logo mais abaixo nas situações de migrantes retornados para um território em possam se sentir cidadãos, no caso aqui os municípios fronteiriços do estado do Paraná.

O documento sobre a população em faixa de fronteira, elaborado em 2009 pelo Ministério da Integração Nacional considera com relação à cidadania que o seu desenvolvimento "é relevante não somente para a inserção social desta população historicamente com dificuldade – ou impossibilidade de exercer seus direitos, mas principalmente para o desenvolvimento de

suas potencialidades". Entre as principais iniciativas apontadas para o desenvolvimento da cidadania se encontra a "integração das ações de saúde" (Brasil. Ministério da Integração Nacional, 2009, p.15). Existe na região fronteiriça politicas diferenciadas para atender esses grupos de imigrantes, havendo uma acolhida e cooperação fronteiriça.

Porém na prática, conforme Albuquerque (2012), no geral os agentes dos governos vêm às mobilidades fronteiriças e procuras por direitos sociais no Brasil "como ações ilegais e ilegítimas, visto que essas populações, que vivem e trabalham no país vizinho, não estão contribuindo tributariamente no país que estão efetivando seus direitos sociais" (ALBUQUERQUE, 2012, p. 189).

Além disso, essa demanda a mais de atendimentos trouxe impactos para esses municípios fronteiriços. Conforme Gadella e Costa (2007, p. 216), existe uma dificuldade para planejar políticas públicas devido à presença de uma população "flutuante que utiliza o sistema e que, no caso brasileiro, não é contabilizada para os repasses financeiros do SUS, vem gerando dificuldades diversas". Os autores acrescentam que:

> As mesmas dificuldades têm sido observadas nos países fronteiriços com o Brasil, gerando uma movimentação das populações ali residentes em fluxos, ora num sentido ora em outro, na busca de melhor oferta de ações e serviços de saúde. Essa mobilidade tem gerado grandes dificuldades para os gestores de saúde dos municípios brasileiros, bem como para as autoridades dos países vizinhos, além de previsíveis problemas diplomáticos e de saúde pública. Há muito tem se procurado resolver esses problemas sem suficiente êxito, principalmente em função de obstáculos jurídicos e operacionais (GADELLA; COSTA, 2007, p. 216).

Para Peiter (2005), essa sobrecarga de demandas de pacientes de países fronteiriços para atendimentos ligados a saúde, as dificuldades vinculadas à prestação de serviços e ao atendimento na área da saúde acontece, sobretudo onde existem "desequilíbrios (assimetrias) entre os sistemas sanitários dos países lindeiros" (PEITER, 2005, p. 55). Caso de Paraguai e Brasil, pois no primeiro país citado não existe um sistema público de saúde universal como no caso do segundo. Havendo uma desigualdade muito grande entre os dois países quando entra em questão a saúde pública nesses territórios. Diante disso como constatam Mondardo e Staliano:

> Quando não ocorre essa equivalência dos serviços, a tendência é de que o lado brasileiro tenha uma demanda maior ou até, em algumas situações, ineficiência e superlotação. Em outros casos ocorre que alguns serviços de saúde são melhores de um lado da fronteira, e outros serviços melhores do outro lado, variando o nível de especialização e, consequentemente, o perfil do usuário atendido (MONDARDO; STALIANO, 2020, p.101).

CC BY NC SA

Em outras palavras, ocorrem casos em que a busca por serviços de saúde se dá também no lado paraguaio devido à qualidade a agilidade no atendimento. Porém a realidade fronteiriça dos serviços públicos paraguaios leva a uma busca maior pela saúde do lado brasileiro. Quanto aos dados do Departamento de Alto Paraná, segundo o Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos (DGEEC) em 2018 este contava com uma população de 808.203, desta somente 42,3% da população possui algum sistema de aposentadoria. Quanto aos dados da saúde, 26,5% da população tem cobertura de seguro médico enquanto 73,5% da população utiliza a saúde pública. Destes apenas 68,4% acessa algum atendimento de saúde (Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos, 2018). Os dados referentes ao Departamento de Alto Paraná quanto a previdência social e saúde revelam a dificuldade enfrentada por essa população e uma desigualdade muito grande internamente e externamente comparando com o estado fronteiriço brasileiro. Essa difícil realidade na área da saúde também é vista a nível nacional.

Ao analisar os serviços públicos paraguaios, no recorte de 2003 a 2015, Silveira e Silveira (2022) identificam que estes se concentram em sua grande maioria em Asunción e também no Departamento Central, principalmente especialidades e complexidade médicas, como oncologia. Nesse período houve um aumento nos gastos no setor de saúde. Porém "comunidades distantes dos grandes centros urbanos ainda apresentam uma baixa cobertura de atendimentos de alta complexidade, contando somente com uma unidade básica de saúde com estrutura precária" (SILVEIRA; SILVEIRA, 2022, p. 13). Diante dessa falta sentida também na região de fronteira, brasileiros e paraguaios pobres, moradores do campo acabam buscando atendimentos mais complexos do lado brasileiro, em muitos casos em situação de emergência que não podem ser negados.

A busca pela saúde pública no território brasileiro tem levado ao retorno de muitos brasileiros e emigração/retorno de filhos de brasileiros e também de paraguaios natos. E essa migração também é sentida no setor de documentação do lado da fronteira brasileira pela Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu. Em conversa informal com a coordenadora desta instituição, pela sua percepção com base nos atendimentos existe uma busca por tratamento de alta complexidade de hemodiálise, oncologia e no caso das gestantes em situação de risco. A coordenadora acrescenta que entre os 17 municípios lindeiros, Foz do Iguaçu e Cascavel são referências no atendimento médico, sendo o hospital Costa Cavalcante do primeiro município referência em atendimentos de especialidades pelo SUS e particular. Mesmo o plano de saúde particular UNIMED[4] acaba enviando do Paraguai casos para o atendimento no Brasil. De algum modo, isso revela uma cooperação transfronteiriça do plano de saúde particular. Isso releva que os hospitais e clínicas particulares do Brasil são melhores que as do Paraguai.

4 Conferência Nacional das Cooperativas Médicas, possui área de cobertura além da região de fronteira paraguaia, abrangendo até a capital Asunción.

Somando-se a isso, os investimentos na área da saúde se restringem, segundo relatos de entrevistados, para poucos serviços, sendo que no governo anterior ao atual, no caso de Horacio Cartez (2013-2018), houve privatizações e o congelamento de gastos públicos sociais (CANESE, 2018). Quanto ao sistema de saúde deste país, segundo Alum e Bejarano este possui o setor público e privado.

> El sector público comprende el Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (MSPyBS), el Instituto de Previsión Social (IPS), las Sanidades de las Fuerzas Armadas y la Policía, la Universidad Nacional de Asunción y los servicios asistenciales de las empresas descentralizadas Itaipú Binacional y Yacyretá. El sector privado incluye a las aseguradoras privadas, los prestadores con fines de lucro, los prestadores sin fines de lucro y los prestadores mixtos (ALUM; BEJARANO, 2011, p. 14).

Segundo as constatações de Souchaud (2007), as carências do serviço público têm como consequência a formação de um setor privado que aos poucos foi se tornando mais importante que o setor público. Conforme relatos de entrevistados planos privados acabam tendo espaço na área da saúde do Paraguai. Assim fica a cargo da iniciativa privada a prestação deste serviço naquele país, contraditoriamente em um país que vem crescendo economicamente. Em entrevista a Sprandel (2016), o cônsul brasileiro em Ciudad del Este afirmou que se o investimento dessa riqueza aumentasse na área da saúde e social haveria uma diminuição da demanda por serviços em Foz do Iguaçu.

Ao mesmo tempo em que se observa uma busca intensa e expressiva por serviços ligados a saúde no Brasil chama a atenção o fato do Paraguai no contexto atual, atrair tantos jovens brasileiros em busca de cursos superiores, principalmente ligados à medicina. As cidades da Tríplice Fronteira, a capital paraguaia e outras cidades fronteiriças paraguaias, como Pedro Juan Caballero são bastante visadas pelos estudantes. Para Weber mesmo que o Paraguai esteja crescendo economicamente ainda assim "não é referência internacional de educação para Medicina" (WEBER, 2018, p.53). O que de fato atrai estes brasileiros, nesse que pode ser considerado um novo fenômeno migratório, são os baixos custos das mensalidades e a facilidade de ingresso no curso de medicina em comparação ao Brasil.

Nesse contexto como Albuquerque (2012), compreendemos que essa fronteira se apresenta como um "recurso social" para brasileiros e seus filhos que retornam e para aqueles que circulam pelos dois países. Em que a população se utiliza da fronteira como um recurso para conseguir "direitos e benefícios" (ALBUQUERQUE, 2012, p.190). São várias as situações fronteiriças particulares que constroem o dia a dia em que a fronteira se apresenta como um recurso social. O mesmo autor cita algumas destas situações "tendo como referência alguns percursos das vidas desses sujeitos fronteiriços: o registro de nascimento, a escola, o atendimento médico, o período eleitoral, a aposentadoria e a morte" (ALBUQUERQUE, 2014, p.18).

A fronteira é um recurso social para imigrantes que residem no Paraguai, paraguaios e para quem realiza um movimento mais complexo, no caso o retorno. No caso dos migrantes retornados que analisaremos abaixo a fronteira surge como um recurso social pela proximidade geográfica com o Paraguai, o que demanda poucos gastos financeiros, tornando fácil o retorno, inclusive para idas ao antigo país de destino; devido as redes sociais e, principalmente familiares que auxiliam no retorno; pelos serviços públicos na área da saúde e previdência social existentes no Brasil e de difícil acesso no Paraguai; pela confiança, língua e sentimento de pertencimento ao Brasil que leva a busca por serviços da área da saúde.

Como no caso de um casal que não quis se identificar por receio de ser prejudicado, que nos relataram a difícil experiência de saúde vivida pela esposa que acabou motivando o retorno para o Brasil. Esta sofria de bronquite alérgica já há alguns anos, o que a levava em média a três internações anuais. Em uma dessas crises esta passou muito mal e foi levada de Santa Rosa Del Monday para o hospital de Santa Rita, onde teve parada cardíaca. Após exames, o médico diagnosticou que esta tinha problema em uma válvula do coração, sendo encaminhada às pressas para o hospital de Ciudad del Este. Em uma segunda avaliação o médico orientou o esposo que este buscasse uma cirurgia do coração para o transplante de válvula, em Foz do Iguaçu. Então, através da sobrinha que residia na cidade o esposo conseguiu articular consulta e exames particulares e realização da cirurgia pelo SUS, restabelecendo a saúde da entrevistada, que retornou ao Paraguai, aqui nesse caso percebe-se a presença de uma rede familiar transfronteiriça que possibilita o acesso ao atendimento de saúde do lado brasileiro.

Porém, como ela precisava ainda de acompanhamento médico pós-cirurgia, realizado de seis em seis meses, o que levava a enfrentar os engarrafamentos da Ponte da Amizade, algo que dificultava chegar em horários agendados, estes acabaram retornando e se estabelecendo em Santa Terezinha de Itaipu. Além disso, com esse problema de saúde da esposa o entrevistado teve que vender boa parte das terras para poder pagar os gastos com o tratamento, calculados em mais de ₲$ 30 milhões de guarani (o que equivale a R$ 20,706.86 na data de 16/04/2023), o que correspondia para o casal ao dinheiro de um ano trabalhando na terra. Situação que dificultou a permanência no campo. Segundo a sobrinha, em conversa informal durante a entrevista, esta situação é vivenciada por muitos imigrantes, pequenos agricultores no Paraguai que acabam buscando no Brasil o INSS, pois precisam de um auxílio para poder sobreviver depois de terem problemas financeiros com gastos médicos no Paraguai.

A busca por direitos próprios a qualquer cidadão brasileiro levou ao retorno de Gildair, natural de São João, PR, que emigrou com o esposo e o filho para Naranjito, no Departamento de Itapúa e em outros distritos dentro de mais dois departamentos (Canindeyú e Alto Paraná). Saindo de Santa Rita, distrito de Alto Paraná e retornando para o Brasil em 2022 motivada pela busca de serviços ligados à saúde e previdência social.

> Para tentar uma ajuda aqui porque já temos um pouco de idade [...]. Muita gente volta do Paraguai, porque lá problema de doença você não tem ajuda nenhuma. Você fica idoso, não tem ajuda nenhuma. Como que tu vai viver? E a vida [lá] é boa para quem tem dinheiro, quem não tem, é bastante complicado. Daí viemos para cá, porque já somos brasileiros. Trabalhamos, eu trabalhei até 25 anos no Brasil, depois fui para o Paraguai (Gildair, Santa Terezinha de Itaipu, 11 de maio de 2022).

É importante ressaltar alguns pontos da fala de Gildair. No primeiro momento entra a questão da idade já avançada, sem muita força para as atividades que requerem grande esforço físico que desempenhou a vida toda. Outro ponto é a questão da saúde, a entrevistada percebe que muitos como ela retornam devido à questão da gratuidade e do auxílio da saúde pública universal brasileira. Algo que não seria possível no Paraguai. Terceiro ponto, a entrevistada observa a desigualdade existente naquele país e concluí que, para quem não tinha dinheiro, a vida era complicada.

Quarto, a afirmação "porque já somos brasileiros" utilizada pela entrevistada para justificar o retorno além da ideia de identidade nacional, identificação e sentimento de pertencimento traz presente o sentido da busca por direitos próprios concedidos a todos nascidos em território nacional. O que é reforçado pelo quinto aspecto ao dizer que trabalhou por 25 anos no Brasil antes de migrar, isso justifica que esta pode buscar a aposentadoria ao retornar para o país de origem.

Para Albuquerque "deslocar-se de um país para o outro significa geralmente transitar entre a condição de cidadão à de estrangeiro e vivenciar os paradoxos da cidadania moderna" (ALBUQUERQUE, 2014, p.13). Neste caso da entrevistada o deslocamento assegura direitos pelo fato destes serem cidadãos brasileiros. Essa migração de retorno acontece para o lado da fronteira onde está poderia ter acesso a serviços por direito de todos nascidos e documentados como brasileiros. É nesse momento em que a entrevistada aciona sua identidade nacional. Porém, sem romper com o antigo país de destino, pois mantém o vínculo afetivo com filhos, conhecidos e a propriedade deixada na saída.

Em seu relato está afirma que após o retorno fez o cartão do SUS, que a possibilita ter acesso a consultas e tratamentos de forma gratuita. Isso monstra que para os imigrantes mais pobres a possibilidade de fazer os documentos na fronteira torna-se um trunfo para superar as limitações decorrentes de não terem recursos financeiros para se deslocarem em busca de tratamento no Paraguai e para custear os mesmos.

É interessante perceber que na década de 1980, quando os retornos para o Brasil se intensificam eles acontecem motivados pela busca do direito ao acesso à terra, neste o elemento da cidadania brasileira é trazido como justificativa por parte destes imigrantes (SPRANDEL, 1992). Já atualmente predomina no retorno a busca por direitos sociais, como

saúde, educação, aposentadoria e outros benefícios tendo por justificativa a cidadania brasileira. Ainda com relação a cidadania ou nacionalidade como menciona a entrevistada, conforme nossas pesquisas ela não aparece tanto nos relatos sobre o retorno como uma justificativa para a volta, embora esteja presente.

O que aparece mais são as redes, ou melhor, dizendo pessoas de referência nesses municípios. Por ter alguém como referência estes conseguem acessar serviços concedidos a cidadãos brasileiros e retornar. Percebe-se nessa busca pela saúde para esses sujeitos nesse espaço que "viver na fronteira é geralmente também viver da fronteira" (ALBUQUERQUE, 2012, p. 202). Nos casos da próxima seção veremos também como a fronteira se apresenta como um "recurso social" (ALBUQUERQUE, 2012) para estes imigrantes retornados.

2. "POR QUE LÁ [NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL] A GENTE CONSEGUE TRATAMENTO": SITUAÇÕES DE MIGRANTES RETORNADOS MOTIVADOS PELA SAÚDE

> "Muitos falavam: Ah, eu moro lá [Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, Brasil] e a saúde é boa [...]. Sempre, lá no Paraguai alguém tem uma mãe, uma irmã, um tio ou um avô. Ah, o meu avô mora lá [Santa Terezinha de Itaipu], a minha tia mora lá [...], questão da saúde" (Zilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 18 de janeiro de 2022).

A fala de nossa entrevistada acima expressa uma realidade do município de Santa Terezinha de Itaipu, no estado do Paraná, Brasil, ligada à questão do retorno motivado pela saúde, mas também poderia representar a situação de outros municípios fronteiriços. Nestes municípios a presença de imigrantes retornados do Paraguai é um elemento característico.

Nesses espaços observa-se o surgimento de redes familiares transfronteiriças que por vezes acabam possibilitando o acesso a serviços públicos de imigrantes brasileiros e seus descendentes no Brasil, em mobilidade de ida e volta entre os dois países, ou até em uma migração de retorno. "Táticas e estratégias são acionadas entre os membros da rede, possibilitando que pessoas circulem e habitem em diferentes lugares, fundando um uso do território que não se conforma aos limites físicos das fronteiras nacionais" (SANTOS, 2021, p. 55), como no caso de Aparecida.

Natural de Juranda, Paraná, Brasil, residiu em San Cristóbal, no Departamento de Alto Paraná, Paraguai, onde sua família trabalhava com arrendatários cultivando a hortelã. Após adulta essa e o esposo passaram a buscar trabalho em vários lugares dentro do Paraguai. Em

CC BY NC SA

busca de tratamento para um problema de saúde, a entrevistada se desloca para o município de São Miguel do Iguaçu, Paraná, onde tinha a sogra como referência. Já em 2002, Aparecida, o esposo e o filho retornam junto com outra família para o Brasil para morar próximo da sogra em São Miguel do Iguaçu, Paraná, segundo essa devido:

> O tratamento, você faz uma consulta no posto, você pega um remédio, você faz um exame, você não precisa tirar do bolso para tá pagando tudo. E lá [Paraguai], naquela época, era tudo pago. Se você ia à farmácia e não tinha dinheiro você não pegava o comprimido, né? Hoje tem, hoje tem posto lá em Naranjal, tem posto em Santa Rita, que já faz até várias coisas, faz pelo posto, até cirurgia, mas naquele tempo não tinha (Aparecida, São Miguel do Iguaçu, 10 de maio de 2022).

A fala de Aparecida reforça a busca pela gratuidade dos serviços públicos no Brasil, mas ao mesmo tempo afirma que a situação atual na área da saúde pública no Paraguai estava melhor. A decisão de retornar se deu da parte do esposo diante a saúde de Aparecida, que buscava atendimento médico com frequência em São Miguel do Iguaçu.

> Começou a dar problemas de saúde nos braços, assim, dava uns caroços nas mãos. Fiz tratamento tudo lá no Paraguai, mas o tratamento de lá não ajudou. Daí eu vim para cá, minha sogra morava aqui na frente, fiquei aqui uns dias. Fiz tratamento aqui e peguei o remédio e levei para lá. Daí, com um mês que eu estava fazendo o tratamento, voltei para cá [...]. Ele [médico] falou: "Você tinha um cisto carnívoro na mão". E, o meu marido falou: "Nós vamos vender as nossas coisas e vamos embora pro Brasil. Porque lá a gente consegue tratamento, coisa de graça, um remédio", e aqui no Paraguai não era assim (Aparecida, São Miguel do Iguaçu, 10 de maio de 2022).

Em sua fala Aparecida afirma que realizou o tratamento no Paraguai, mas sem resultado. Somente quando ela foi para o Brasil pode descobrir o que tinha e iniciar o tratamento adequado. Percebe-se neste caso a ação de uma rede familiar como ponto de referência acionada para as consultas médicas em São Miguel do Iguaçu, pois supõem-se que através do endereço da sogra esta conseguiu requerer acesso às consultas. Essa referência também será importante para o retorno. Algo que Dal Prá (2005) percebe em seu trabalho de campo nessa fronteira onde fronteiriços buscam o SUS através da rede familiar ou sociais, em que o solicitante afirma estar morando na casa de familiares ou amigos.

Como a Aparecida relata eram várias idas e vindas entre Paraguai e Brasil motivadas pelo tratamento, o que levou o marido a tomar a decisão de retornar para o Brasil. Essas idas e vindas entre os dois países em um território de grande mobilidade, onde engarrafamento eram frequentes naquele período, especificamente na Ponte da Amizade, tornaram inviável a

permanência no país de destino e necessário o retorno para o Brasil para o seguimento do tratamento médico, como no caso de Paulo, que retorna em 2001 devido à saúde do filho. Natural de Catuipê, Rio Grande do Sul, o entrevistado residiu em Santa Rosa del Monday, Paraguai, onde possui ainda terras e trabalha como agricultor. Ou seja, ao ter no Paraguai uma fonte de renda constata-se como estes sujeitos vivem da e na fronteira (ALBUQUERQUE, 2012).

Um ano depois Maria, sogra de Paulo, também retorna e passa a viver com a família em Santa Terezinha de Itaipu.

> **Maria**: A Lourdes[filha] já morava aqui, um ano, veio por causa desse piá que tá ali. Ele tinha problema de coração, naquela época. Era hipertenso. **Paulo**: É, o que motivou foi a ponte, tinha muita fila, não tinha como ir rápido" (Maria e Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 13 de janeiro de 2019).

Natural de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, retornada também de Santa Rosa del Monday, Maria em seu relato afirma que o retorno também se dá pela busca de serviços públicos de saúde. Porém, em sua fala nos chamou a atenção o fato desta buscar ao mesmo tempo especialidades médicas particulares no Paraguai, motivada segundo a mesma pela qualidade e agilidade em comparação com o SUS, que possui devido à demanda, por vezes, uma longa lista de espera. Ainda sobre a demora nos atendimentos no Brasil em seu relato a mesma mencionou que uma conhecida sua havia falecido na fila de espera por atendimento pelo SUS, o que a mobilizou a não esperar pelo serviço público no Brasil.

Diante disso, o cruze da fronteira em busca de atendimento por Maria, idosa, com saúde debilitada, possibilita a continuidade da vida e cuidado com ela. Como Guizardi (2020) observa em sua pesquisa com mulheres na Tríplice Fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil estas "elaboran un "cuidadómetro": basando sus estratégias de movilidad transfronterizas em las mediciones de las potencialidades del cuidado recibido y entregado en cada lado de las fronteras" (GUIZARDI, 2020, p.1). Ou seja, estas fazem uma avaliação de qual local será o melhor para atender suas demandas de atendimento.

Nessa situação ainda a proximidade com o antigo país de destino é importante para a entrevistada, pois, suas condições financeiras, possibilita com que esta acesse atendimentos particulares que demorariam muito a acontecer de forma gratuita no Brasil. Algo que essa até poderia estar buscando de forma particular nos municípios brasileiros pelas mesmas justificativas, mas esta escolha pode estar baseada por conhecer e confiar nos tratamentos médicos no antigo país de destino ou pela presença de familiares que a possam assistir no mesmo esta durante consultas.

Outro elemento da fala de Maria, importante para esses migrantes retornados na busca pelo tratamento médico nos dois países, principalmente no Brasil, está na confiança. Por ter

mais conhecimento, saber os caminhos para conseguir sanar suas necessidades estes imigrantes optam por espaços de referência. A questão da confiança do campo afetivo, remete também a identidade nacional, a familiaridade e ao pertencimento, que somado a língua dos migrantes brasileiros conduz a busca do tratamento no Brasil.

Em sua fala o agricultor Plínio, natural de Selbach, Rio Grande do Sul, Brasil, migrante retornado de Santa Rosa del Monday, Paraguai, em 2005, reconhece como Maria a qualidade dos serviços de saúde no Paraguai, mas no contexto em que retorna busca a gratuidade destes serviços.

> A saúde dela [mulher], que lá a saúde hoje é melhor, hoje já tem UNIMED no passado não tinha. Então, como é que tu vai fazer todos os exames? O SUS aqui tu não paga, mas tem que estar aqui. Passar essa ponte todo o dia não dava, nós tínhamos um calçamento péssimo de Franco [Porto Franco] a Cedral [Los Cedrales] e estrada de chão. Então tu, marcava [consulta pelo] SUS e tinha que estar ali. Então [eu] tinha um carro novo, eu em três, quatro anos ia acabar com o carro e estaria na mesma situação (Plínio, Foz do Iguaçu, 14 de janeiro de 2019).

O deslocamento para Foz do Iguaçu para tratamento da esposa era algo complicado devido às dificuldades encontradas pelo caminho. Por mais que este morasse em um distrito fronteiriço próximo à Foz do Iguaçu deslocar-se entre os dois países não era viável. Nesta situação o retorno foi à opção encontrada pela família. Ainda, avaliando a situação sua e da família, o entrevistado afirma que outros fatores pesaram também no retorno, como a idade deste e da esposa e a busca pela aposentadoria: "Eu já vinha há anos pensando como ia ficar lá para frente, muitos fazem essa pergunta: "Como é que fica quando ficar velho?" (Plínio, Foz do Iguaçu, 14 de janeiro de 2019).

A fala deste entrevistado levanta elementos comuns que justificam o retorno de muitos brasileiros/as entre a faixa de 50 anos acima. Conforme nossas entrevistas apontam a busca de serviços públicos e previdenciários, como a aposentadoria ou o benefício levam ao retorno. Ou seja, existem situações em que a motivação do retorno é somente a saúde, já em outras a saúde é somente uma das motivações. Nesse caso a fronteira seria o "recurso social" (ALBUQUERQUE, 2012) que supriria suas demandas na questão da aposentadoria e da saúde no Brasil e a proximidade do sustento familiar já que este tinha terras arrendadas no Paraguai.

Como no caso de Amélia. Natural de Estrela Velha, Rio Grande do Sul, ela residia em Santa Rosa del Monday, Paraguai, já em 2009 voltou para o Brasil. Em sua fala indica as motivações que induziram a deixar o Paraguai: "Por causa da saúde, porque eu não podia mais trabalhar. Daí, como aqui tem o aposento do idoso nós nos aposentamos, e tem o SUS para se tratar. Para nós deu tudo certo isso aí" (Amélia, Santa Terezinha de Itaipu, 13 de janeiro de 2019).

No relato acima, transparece que o retorno tem como motivação primeira a busca por serviços gratuitos do SUS ligados à área da saúde, além da busca pelo benefício previdenciário ou aposentadoria pelo fato de já não poder mais trabalhar por limitações e dificuldades próprias da velhice. Essa estratégia é adotada conforme entrevistas "por muitos imigrantes idosos", que buscam além dos benefícios da saúde e previdência a tranquilidade de municípios como Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, Brasil.

O caso de Amélia se assemelha ao de Neija e seu esposo, que retornaram sozinhos, e residem atualmente na cidade de São Miguel do Iguaçu. Natural de Serafina Correia, Rio Grande do Sul, mãe de 12 filhos, ela morou em San Cristóbal, Paraguai, e em 2013 voltou para o Brasil. Segundo ela, o retorno, algo que não era desejado por ela, tornou mais fácil o acesso a consultas médicas, o que possibilitou a descoberta de um problema grave no coração, que essa tinha há tempo e não sabia, e a realização de uma cirurgia pelo SUS. No Paraguai, segundo esta...

> Se tu não tens dinheiro tu não [...] na saúde, né. Aqui a gente paga algum exame, não vou dizer que não, né, mas aqui para gente. Ele[esposo] sempre fala pros filhos: "Se a mãe não estava aqui, vocês não tinham mais a mãe". Lá se tu sentia alguma dor tu não ia atrás, tu ia ficando. Aí, eu cheguei aqui comecei, um pouco de aproveitamento porque era de graça, mas eu sofria do coração e não sabia [...]. Faz 11 meses que fui operada do coração (Neija, São Miguel do Iguaçu, 10 de maio de 2022).

A fala traz a gratuidade do atendimento médico, dos exames, da cirurgia e da medicação fornecida pelo SUS. O documentário Saúde tem Cura, de Silvio Tendler (2022), nos leva a pensar no patrimônio brasileiro que vem a ser o Sistema Único de Saúde, tendo um papel fundamental durante a pandemia do Covid 19. O longa metragem aponta que o SUS é o "único sistema de saúde do mundo que atende a mais de 190 milhões de pessoas gratuitamente", sendo que "80% da população brasileira depende exclusivamente do SUS para qualquer atendimento". Os dados nos dão uma dimensão da importância do Sistema Único de Saúde para os brasileiros, em especial para as populações fronteiriças, que em algumas regiões, como por exemplo no nosso recorte, estão pouco ou totalmente desassistidas em suas demandas.

A falta de recursos financeiros levava muitas vezes as pessoas a postergar consultas, o que ia agravando o estado de saúde destas. Na medida em que conseguem o atendimento pelo SUS passam geralmente por um primeiro atendimento com clínicos gerais e, posteriormente, são encaminhadas para especialidades e ali se dão por conta da gravidade de suas enfermidades como no caso de Neija.

No caso do casal ainda estes nos informaram que recebem o benefício social, o que corresponde a um salário todos os meses, mas sem direito a 13° salário como no caso da aposen-

tadoria. O casal atualmente possui terras e a maior parte dos filhos no antigo país de destino. Como estão muito apegados ao Paraguai fazem visitas que duram de 15 a 20 dias e, somente por 15 dias permanecem em São Miguel do Iguaçu. Quanto a esse viver em trânsito entre os dois países na sua fala Neija deixa transparecer esse sentimento de pertencimento ao antigo lugar de destino ao afirmar: "nossa vida é para cá [Brasil] e volta [Paraguai]". Ou seja, "volta" dá a ideia de "casa" para esta.

Ainda para Neija esse retorno próximo ao antigo país de destino possibilitou o auxílio da rede familiar transfronteiriça também do cuidado, pois após a cirurgia feita do coração desta foi assistida pelas filhas que vinham para o Brasil e se alternavam nos cuidados para com a mãe, mostrando a correlação do cuidado com a mobilidade fronteiriça (GUIZARDI et al, 2020).

Para Adevelino, retornar e se estabelecer em São Miguel do Iguaçu "foi o que se ajeitou" devido à presença numerosa de parentes. Natural de Santa Catarina emigrou em 1985 para o Paraguai, vivendo em Naranjal e trabalhando em madeireira e na região do Chaco, onde exerceu a função de maquinista de esteira. Seu retorno há 10 anos atrás estava ligado a falta de trabalho, já o seu estabelecimento em São Miguel do Iguaçu, há dois anos atras, está ligado a busca por tratamento médico. Atualmente, devido ao seu problema de saúde, este trabalha na reciclagem. Este nos relata o porquê para ele é melhor morar no Brasil.

> O meu acontecimento se fosse pagar no Paraguai eu [já] tinha morrido. Aqui na parte da saúde o governo dá tudo, né. Olha, o meu tratamento é em Cascavel, vou com um ônibus da saúde, vou e volto não gasto nada. E lá no Paraguai não tinha [...]. No dia de hoje diz que tem as firmas grandes que fazem esse tipo de coisa, mas nas partes baixas não (Adevelino, São Miguel do Iguaçu, 09 de janeiro de 2023).

O seu "acontecimento" seria o problema do coração que também o impossibilita para o trabalho diário ao ar livre e no calor. A fala de Adevelido retrata a realidade de muitos imigrantes brasileiros pobres, que encontram na fronteira brasileira um "recurso social" (ALBUQUERQUE, 2012) para acessar o serviço público de saúde e garantir a continuidade da vida.

Porém, é importante ter presente que o retorno em busca de serviços públicos nem sempre se dá para os municípios da fronteira, mas pode acontecer para o lugar em que o imigrante possui uma rede familiar ou social que permita esse acesso, ou seja, referências que possibilitam a estadia e outros auxílios. Redes socias, entendidas por Freire-Medeiros (2020, p.134) como "vínculos construídos nas interações; pressupõem enlace entre presença e ausência, proximidade e distância; envolvem compartilhamento de afeto, apoio e conhecimento tático". Constituídas por amigos, conhecidos ou no caso no caso das redes familiares estas se constituem por parentes não imigrantes e imigrantes. Redes familiares, de parentela que

produzem processos migratórios e em que "e as mulheres também otimizam essa realidade" (TEDESCO, 2022, p. 403).

No caso de Jacó, uma rede familiar transnacional favoreceu a volta da esposa e depois a sua. Natural de Cerro Largo, RS, estes residiam no bairro agrícola de Cerro Largo, em Santa Rita, Departamento de Alto Paraná. Em 1987, o entrevistado volta para o Brasil e passa a trabalhar em Santa Rosa como caminheiro em uma ervateira, enquanto sua esposa também era assistida pelos seus familiares. Já em 1989 a família volta para Santa Rita.

> Enfrentamos dificuldades de saúde, tanto é que no ano de [19]87 a Ivone estava grávida e aqui eles queriam fazer aborto, pelo exame era uma gravides de risco. Daí nós decidimos fazer um tratamento no Rio Grande [do Sul]. Ela foi para lá, depois eu também decidi. Nós íamos ficar uns anos para lá, mas a minha propriedade aqui [Paraguai] não tinha vendido, arrendamos. Daí ficamos, quase dois anos no Rio Grande do Sul. Depois surgiu a oportunidade de voltar [para o Paraguai] (Jacó, Foz do Iguaçu, 16 de janeiro de 2019).

A situação do casal não possibilitava mobilidades transfronteiriças entre os dois territórios devido à distância, mas sim um retorno. Neste caso ainda este retorno ao Brasil não se apresenta como definitivo, pois a família acaba por retornar de volta ao Paraguai, onde além de sua propriedade possuíam referências familiares de Jacó, algo comum entre imigrantes principalmente para aqueles que voltam e se estabelecem na fronteira. Atualmente, a família, por sua vez, vive em trânsito na fronteira por possuir casa em Santa Terezinha de Itaipu, Brasil. Passando períodos do ano também no Brasil.

Conforme relatos pode-se afirmar que quando os nossos entrevistados retornaram à saúde no Brasil foi considerada melhor no diagnóstico e tratamento de doença; em cirurgias de alta complexidade, como as cardíacas; pelo encaminhamento de planos particulares privados do Paraguai para procedimentos em Foz; no fornecimento gratuito dos medicamentos, na gratuidade e confiança, principalmente pela língua de atendimento ser a mesma desses imigrantes.

Porém a maioria destes migrantes apontam que a saúde no Paraguai está melhor atualmente, tanto na parte pública, como postos de saúde e particular. Nessa afirmação tem que se considerar também as especialidades buscadas por estes, pois é a partir destas que estes formulam e justificam suas decisões por buscar a saúde do outro lado da fronteira. Dessa forma, o fato de se fixar na fronteira após o retorno para esses imigrantes, mesmo para aqueles com pouco recursos financeiros, passa a ser um trunfo pelo fato de ser um retorno que não acarreta altos custos financeiros no deslocamento e mantem a proximidade com o antigo lugar de destino, tornado possível ida ao Paraguai e retornos para o Brasil.

CC BY NC SA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que para esses imigrantes retornados a fronteira se apresenta como um "recurso social" (ALBUQUERQUE, 2012). É nela que estes por não terem muitos recursos financeiros e pela gravidade de suas doenças buscam a gratuidade e qualidade dos serviços públicos ligados à área da saúde em um período de suas vidas que já não dispõem de tantas forças e a necessidade de atenção médica passa a ser maior.

A confiança, o sentimento de pertencimento e a familiaridade por falar o português são elementos do campo afetivo e da identidade nacional que direta e indiretamente são considerados e utilizados como justificativas por estes imigrantes ao buscar atendimento médico nos municípios paranaenses de região de fronteira. Embora estes tenham vivido boa parte de suas vidas no Paraguai não contribuído diretamente com impostos com o Brasil no tempo em que viveram fora, ao retornar a cidadania brasileira é trazida como justificativa para buscar serviços públicos e previdenciários. Aqui a identidade nacional é acionada por esses imigrantes. Demonstrando como nesse espaço fronteiriço o migrante joga com elementos identitários.

Por mais que estes residissem em distritos do Departamento de Alto Paraná que ficam próximo aos municípios brasileiros onde buscavam tratamento a migração de retorno se fez necessária devido as condições financeiras e o tempo perdido para alguns nos engarrafamentos da ponte muito frequentes no contexto de seus retornos.

Os dados oficiais do governo paraguaio do ano de 2018 apontam uma desigualdade e discrepância muito grande quanto as questões das áreas da saúde e previdência social. Fator que motiva o retorno para o Brasil e que demostra como a fronteira ou os municípios fronteiriços surge como um recurso social para esses imigrantes sem muitas condições financeiras.

A busca pela aposentadoria ou outros benefícios sociais concedidos a cidadãos brasileiros soma-se a questão da saúde. Essa necessidade se justifica pelo fato destes no país de destino não terem direito à aposentadoria e terem que custear tratamentos médicos mais complexos e de alto valor somente fornecidos pela rede privada nesse Departamento. Pois no Paraguai tratamentos de alta complexidade somente são fornecidos em regiões centrais e o sistema único de saúde universal que atende todas as especialidades como o SUS brasileiro ainda não é uma realidade naquele país.

Ainda é importante destacar as estratégias e táticas adotadas por esses imigrantes para acessar serviços públicos nos municípios fronteiriços por meio das redes familiares transfronteiriças e transnacionais acionadas para o retorno, tanto para a região de fronteira como para em lugares mais distantes como na situação descrita de um casal que retornou para o Rio Grande do Sul. Ter alguém como referência no país de origem facilita a migração e o atendimento das demandas destes migrantes retornados. Ao mesmo tempo fixar-se na fronteira no

retorno possibilita a atuação de uma rede familiar do cuidado da parte de quem está ainda no Paraguai para com familiares.

É importante que se mencione que vários entrevistados afirmaram que os serviços públicos e privados no Paraguai estão melhor atualmente e existe uma busca por serviços privados neste país. Percebe-se nisso que os imigrantes inseridos nesta fronteira avaliam entre os dois países onde terão suas demandas atendidas de forma satisfatória, dentro de suas condições. Da mesma forma é importante destacar as dificuldades e desafios para o SUS nestes municípios fronteiriços que tem que considerar essa população pendular que busca atendimento neste e depois volta ao país de destino.

Nesses casos nota-se como a proximidade física e social com o Paraguai também é considerada ao se estabelecer em municípios de fronteira. Estando próximo estes podem buscar nos dois espaços benefícios, manter vínculos econômicos que os sustentem no país de origem, realizar visitas aos amigos e familiares e serem assistidos por meio do cuidado das filhas, como demostrou o exemplo de uma entrevistada.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: O atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). *Geopolítica(s)*, v. 3, n. 2, p. 185-205, 2012.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Migrações em territórios fronteiriços: a experiência cotidiana entre legislações nacionais, fronteiriças e regionais. *Anais*... 38º Encontro Anual da Anpocs. GT23 - Migrações internacionais: legislações, estados e atores sociais. Caxambu, MG, 27 a 31 de outubro de 2014. p.1-30.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. *TOMO*. n. 26, p. 97-122, jan./jun. 2015.

ALUM, Julia Noemi Mancuello; BEJERANO, María Stella Cabral de. Sistema de salud de Paraguay. *Revista Salud Pública del Paraguay,* v.1, n.1, p. 13-25, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (2009). *Faixa de Fronteira:* Programa do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira- PDFF. Brasília: Ministério da Integração Nacional.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura:* trigo e soja. Ijuí: FIDENE, 1985.

CANESE, Ricardo. Paraguay: la peligrosa restauración neoliberal. In: VILLAGRA, Luis Rojas(-coord.). *Neoliberalismo en América Latina*. Crisis, tendencias y alternativas. Asunción: Clacso, 2018, p. 241-259.

CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa. Regiões de fronteira e fluxos migratórios: o caso do Paraná. In: PENNA, Bruna; DESIDERÁ NETO, Walter Antônio; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *O Mercosul e as regiões de fronteira*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017, p. 53-98.

DAL PRÁ, Keli Regina. *Transpondo fronteiras: os desafios do assistente social na garantia do acesso à saúde no MERCOSUL*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FLORENTÍN, Carlos Gómez. *1954. El contexto histórico*. Asunción: El lector; ABC Color, 2014.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Mauricio Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 123, p.121-142, 2020.

GADELHA, Carlos Augusto; COSTA, Laís. Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. *Caderno de Saúde Pública*. v. 23, n. 2, 2007, p. 214-226.

GRAZIANO, José da Silva. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 2002.

GUIZARDI, Menara. El cuidadómetro fronterizo: Sobrecarga femenina y estrategias de movilidad en la Triple Frontera del Paraná. In: NOEL, Gabriel; GAVAZZO, Natalia (Orgs)**.** *Fuera de Escala*: Migraciones y transformaciones sociales en aglomeraciones medianas y pequeñas da la Argentina. Buenos Aires: Teseo, 2020, p. 221- 274.

GUIZARDI, Menara; TORRALBO, Herminia Gonzálvez; CONTRERAS, Eleonora López. Dialécticas de la oportunidade: estrategias femininas de movilidad, cuidado y protección social entre Paraguay y Brasil. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 65, n. 240, p. 487-526, 2020.

Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos (DGEEC). Alto Paraná. Condiciones de vida 1997/98-2018. 2018. Disponível em: https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/resultados%20de%20la%20EPH%202018/10.%20ALTO%20PARANA/1.%20Alto%20Parana%202018.%20Condiciones%20de%20Vida.pdf. Acesso em 8 de março de 2023.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER,Tânia Marques et al. (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB, 1998, p. 41-49.

MONDARDO, Marcos; STALIANO, Pamela. Saúde na Fronteira Brasileira: Políticas Públicas e Acesso a Serviços. *Espaço Aberto*, v. 10, n.1, p. 99-116, 2020.

NASCIMENTO, Valdir Aragão; ANDRADE, Sônia Maria Oliveira de. As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/ Paraguai. *Horizonte Antropológico*, v. 24, n. 50, p. 181-214, 2018.

PEITER, Paulo Cesar. *Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021, p. 53-80.

SANTOS. Milton. *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Henrique Manoel. *Fronteiriços:as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVEIRA, Claudia Vera da; SILVEIRA, Giovane Silveira da. Algumas considerações sobres as políticas públicas na área da saúde na república do Paraguai no período de 2003-2015. *Anais*...VI EIGEDIN, Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, 2022, p. 1-18.

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Asunción: UNFPA/ ADEPO, 2007.

SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SPRANDEL, Márcia Anita. 1. Foz do Iguaçu (Paraná). In: BIROL, Alline Pedra Jorge (Consultora responsável pelo relatório). *Municípios de Fronteira:* Mobilidade Transfronteiriça, Migração, Vulnerabilidades e Inserção Laboral. 2016, Ministério da Justiça e Cidadania, p.196 - 208.

TEDESCO, João Carlos. *Imigração no Sul do Brasil:* Transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico. Passo Fundo: Acervus, 2022.

TENDLER, Silvio. Filme: Saúde tem Cura. You Tube, 07 de junho de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b-kZMfwvKsM&t=312s. Acesso 17 de abril de 2023.

WEBBER, Maria Aparecida. *Estudantes brasileiros de medicina em Presidente Franco (PY): motivações e tensões de um fluxo universitário transfronteiriço*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17251

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Os impactos da pandemia de COVID-19 na imigração Sul-Sul em Santa Catarina[1]

Karine de Souza Silva
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: karine.silva@ufsc.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9212-8818

Jonatan Carvalho de Borba
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: jonatan.borba@posgrad.ufsc.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4005-3620

1 Esta pesquisa foi desenvolvida com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), e do Programa UNIEDU/FUMDES Pós-Graduação da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina.

Resumo: O impacto da pandemia de Covid-19 na população imigrante racializada como não branca no Brasil foi multifacetado, com consequências desproporcionais. Este artigo tem como objetivo apresentar o retrato da imigração Sul-Sul no estado de Santa Catarina (SC) durante a pandemia, especificamente no ano de 2021. A base teórica está assentada nas epistemologias críticas decoloniais, pois elas permitem compreender dinâmicas raciais e acessar mecanismos que possibilitam a transformação social. Os dados utilizados neste estudo foram coletados por integrantes do Projeto de Extensão "Améfrica-Eirenè - Centro de Pesquisas Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito" da Universidade Federal de Santa Catarina, durante o atendimento diário aos imigrantes na Defensoria Pública da União. A primeira seção contextualiza a imigração Sul-Sul em SC. Em seguida, a segunda seção trata dos impactos da pandemia na imigração para o Brasil e, principalmente, da resposta do governo brasileiro. Por fim, a terceira seção apresenta os dados coletados na DPU, ajudando, assim, a mapear o perfil e as demandas dos sujeitos assistidos.

Palavras-chave: Imigração Sul-Sul. Direitos humanos. Racismo.

The impacts of the COVID-19 pandemic on South-South immigration in Santa Catarina

Abstract: The impact of the Covid-19 pandemic on the immigrant population racialized as non-white in Brazil was multifaceted, with disproportionate consequences. This article aims to present the portrait of South-South immigration in the state of Santa Catarina (SC) during the pandemic, specifically in the year 2021. The theoretical basis relies on critical decolonial epistemologies, as they allow understanding racial dynamics and accessing mechanisms that enable social transformation. The data used in this study were collected by members of the Extension Project "Améfrica-Eirenè - Centro de Pesquisas Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito" of the Federal University of Santa Catarina, during the daily assistance to immigrants at the Federal Public Defender's Office. The first section contextualizes South-South immigration in SC. Then, the second section deals with the impacts of the pandemic on immigration to Brazil and, mainly, the response of the Brazilian government. Finally, the third section presents the data collected in the DPU, thus helping to map the profile and demands of the assisted subjects.

Keywords: South-South Immigration. Human Rights. Racism.

Los impactos de la pandemia de COVID-19 en la inmigración Sur-Sur en Santa Catarina

Resumen: El impacto de la pandemia de Covid-19 en la población inmigrante racializada como no blanca en Brasil fue polifacética, con consecuencias desproporcionales. Este artículo objetiva presentar el retrato de la inmigración Sur-Sur en el estado de Santa Catarina (SC) durante la pandemia, específicamente del año 2021. La base teórica y el método de investigación están anclados a las epistemologías críticas decoloniales pues ellas permiten comprender las dinámicas raciales y acceder a mecanismos de transformación social. Los datos utilizados en este estudio fueron recogidos por los miembros del Proyecto de Extensión "Améfrica-Eirenè - Centro de Pesquisas Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito" de la Universidad Federal de Santa Catarina, durante los atendimientos diarios a

inmigrantes en la Defensoría Pública de la Unión. La primera sección contextualiza la inmigración Sur--Sur en SC. Enseguida, la segunda sección trata de los impactos de la pandemia en la inmigración hacia Brasil y, principalmente, la respuesta del gobierno brasileño. Por fin, la tercera sección presenta los datos recogidos, ayudando, así, a estructurar el perfil y las demandas de las personas asistidas.

Palabras clave: Inmigración Sur-Sur. Derechos humanos. Racismo.

Recebido em: 02-07-2023
Aceito em: 22-04-2024

INTRODUÇÃO

O impacto da pandemia de Covid-19 na população imigrante racializada como não branca no Brasil foi multifacetado, com consequências desproporcionais tanto do ponto de vista sanitário quanto econômico e social. Este artigo tem como objetivos principais: 1) analisar os impactos da pandemia na imigração Sul-Sul para o estado de Santa Catarina sob uma perspectiva decolonial; 2) mapear o perfil e as principais demandas dos imigrantes sul-sul atendidos pela Defensoria Pública da União em 2021. Os dados coletados nos atendimentos e formulários respondidos por imigrantes serão mobilizados para atingir esses objetivos.

Em termos sanitários, as barreiras culturais, linguísticas e a insegurança jurídica/documental acabam contribuindo para que populações imigrantes, sobretudo provenientes do Sul periférico, não tivessem acesso ao sistema de saúde e às políticas públicas de saúde - que, em geral, não incorporam ações para imigrantes. Do ponto de vista econômico, tais coletivos tendem a ocupar postos que não podem ser remotos (limpeza, construção, transporte, frigoríficos) e, por isso, se expuseram mais durante a pandemia (LOPEZ; HART; KATZ, 2021). Do ponto de vista social, migrantes racializados têm sido associados a patógenos e acusados de serem vetores de pandemias (BONHOMME; ALFARO, 2022), reatualização de práticas coloniais separatistas.

Neste contexto, o presente artigo se insere em uma trajetória de pesquisas e extensão Améfrica-Eirenè, que mobilizam epistemologias decoloniais para compreender as matizes dos movimentos migratórios Sul-Sul no Brasil e Santa Catarina (SILVA; MÜLLER; SILVEIRA, 2018; SILVA; BORBA; MÜLLER, 2020). Uma das particularidades deste fenômeno é a presença interseccionada de marcadores de raça, classe e gênero (SILVA; ROCHA; D'ÁVILA, 2020; SILVA, 2020, SILVA; MORAIS, 2021). Os dados analisados foram coletados pela equipe de extensão durante os atendimentos diários a imigrantes na Defensoria Pública da União em Florianópolis durante 2021.

A primeira seção contextualiza a imigração Sul-Sul em SC sob uma ótica decolonial. A segunda analisa as respostas do governo por meio das Portarias Interministeriais discriminatórias, permitindo compreender um dos principais impactos nos fluxos migratórios. Por fim, a terceira seção apresenta e discute os dados coletados, mapeando o perfil e demandas dos imigrantes atendidos, diretamente relacionados ao segundo objetivo central. Ao final, nas considerações, serão retomados os objetivos iniciais e como as análises contribuíram para alcançá-los[2].

2 Pesquidoras/es do Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados (NAIR/EIRENÈ), mobilizando os resultados das pesquisas e da extensão, atuarem na elaboração da Lei Estadual que estabelece uma Política de Migração em Santa Catarina, e na construção do Centro de referência no Atendimento ao Imigrante, enquanto equipamento público.

CC BY NC SA

MÉTODO

O método foi construído a partir dos dois objetivos centrais desta pesquisa: 1) analisar os impactos da pandemia de COVID-19 na imigração Sul-Sul para Santa Catarina sob uma perspectiva decolonial; 2) mapear o perfil e demandas dos imigrantes sul-sul atendidos pela Defensoria Pública da União em 2021.

Para atingir o primeiro objetivo, a base teórica está assentada nas epistemologias críticas decoloniais, pois elas permitem não apenas descrever cenários, mas acessar mecanismos que possibilitam a transformação social. As epistemes anti-hegemônicas, aliadas às práticas de extensão universitária, viabilizam a interlocução horizontalizada com populações não-acadêmicas na construção de novos saberes e soluções emancipadoras (FREIRE, 1979; SILVA; CASTELAN, 2020).

No que tange ao segundo objetivo, de mapear o perfil e demandas dos imigrantes atendidos, os dados foram coletados por estudantes extensionistas durante os atendimentos diários a imigrantes e refugiados na Defensoria Pública da União em Florianópolis. As informações foram obtidas em dois momentos: 1) no primeiro atendimento, com registro de dados básicos de identificação e demanda; 2) posteriormente, por meio de um formulário online optativo com questões mais detalhadas sobre situação laboral, raça, moradia, entre outros aspectos.

Assim, a análise será realizada com base nos 1065 registros iniciais de atendimento e nas 368 respostas ao formulário online mais completo, constituindo dados de amostra. Esses dados primários serão contrastados com estudos anteriores realizados em períodos pré-pandemia (2015-2020), a fim de identificar continuidades e mudanças nos fluxos migratórios sul-sul em Santa Catarina.

Adicionalmente, as respostas discriminatórias do governo federal serão analisadas por meio das Portarias Interministeriais emitidas em 2021, restringindo a entrada e permanência de imigrantes sob justificativa sanitária. Essa análise documental permitirá compreender um dos principais impactos da pandemia nos fluxos migratórios sob uma perspectiva decolonial.

Ao articular o arcabouço teórico decolonial, os dados empíricos dos atendimentos e o exame crítico das Portarias, esta pesquisa buscará cumprir os dois objetivos propostos de: 1) analisar os impactos da pandemia na imigração sul-sul em Santa Catarina; 2) mapear o perfil e demandas dos imigrantes atendidos pela Defensoria em 2021.

1. MIGRAÇÃO SUL-SUL PARA SANTA CATARINA

Esta seção contextualiza o fenômeno da imigração Sul-Sul para Santa Catarina, de modo a fundamentar a análise dos impactos da pandemia de Covid-19 nesse fluxo migratório a partir de uma perspectiva decolonial, conforme proposto neste estudo. As epistemologias críticas decoloniais, que embasam teoricamente esta pesquisa, permitem iluminar as dinâmicas e hierarquias raciais historicamente constituídas e que se fazem presentes nos movimentos migratórios contemporâneos, revelando mecanismos de subordinação que precisam ser transformados.

Santa Catarina, localizado no sul do Brasil, é o estado de composição populacional mais branca[3] e um dos mais conservadores[4] do país. Em grande medida, essas características foram resultado das políticas de embranquecimento que facilitaram a integração de imigrantes europeus no país entre os séculos XVIII e XX, e o subsequente acobertamento dessas políticas racistas no mito da meritocracia. De fato, as hierarquizações de raça e de gênero sempre estiveram presentes nas migrações Sul-Sul para o Brasil e Santa Catarina, desde a épica da colonização, quando os coletivos africanos traficados e brutalizados eram migrantes forçados, até o estágio atual das mobilidades internacionais. Embora em outro contexto histórico, os corpos racializados como não-brancos continuam sendo os contingentes mais vulneráveis a violações de direitos humanos nesses fluxos migratórios (SILVA, 2022).

Não se deve esquecer, como apontam Silva, Borba e Muller (2020), que os povos marcados racialmente do Sul periférico, sejam os grupos autóctones ou os negros trazidos à força, ainda que em número minoritário, sempre fizeram parte da população catarinense, porém marginalizados nesta sociedade fundada sobre a colonialidade do poder (Quijano, 2005). A presença desses corpos racializados como não-brancos é historicamente invisibilizada e subalternizada no projeto de branqueamento que forjou a identidade regional.

Em tempos recentes, a partir de 2010, houve um aumento expressivo nos fluxos de imigração de diversas nacionalidades dos países periféricos em Santa Catarina. Esse incremento nos movimentos Sul-Sul se explica, por um lado, pelo aumento das restrições migratórias nos países do Norte global e, por outro, pela maior visibilidade que o Brasil recebeu com eventos como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, bem como pelos altos índices de crescimento econômico nacional na primeira década do século. Santa Catarina se destacou como polo receptor devido a seus índices de desenvolvimento e possibilidades de incorporação no mercado de trabalho.

3 Segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, Santa Catarina é o estado com a maior população branca em termos de distribuição percentual por cor ou raça na unidade federativa com 83,9%. O Estado é seguindo por Rio Grande do Sul (83,2%) e Paraná (70,1%). Os três Estados formam a Região Sul do Brasil.

4 O Estado nunca elegeu um governador progressista e somente em raros momentos votou majoritariamente para candidatos à presidência progressistas (a exemplo das eleições presidenciais de 2002).

Nessa nova configuração de mobilidades, Santa Catarina se tornou um espaço de encontro entre os descendentes dos antigos colonizadores europeus brancos e os "novos migrantes" racializados como não-brancos, que há menos de dois séculos sequer eram reconhecidos como seres "civilizados" no imaginário colonial/moderno (Mignolo, 2017). Esses fluxos migratórios atuais explicitam as assimetrias e hierarquias de poder ainda vigentes fundadas na racialização, uma vez que tais populações continuam ocupando lugares subalternos nesta sociedade.

Não surpreende, portanto, que "a migração para o Brasil de países do 'Sul' ainda é um tabu" (SILVA; CASTELAN, 2019, p. 164), pois as hierarquizações raciais e as cicatrizes da colonialidade continuam a ser perpetuadas. É por esse motivo que a análise crítica das migrações Sul-Sul não pode ser desassociada do contexto de racismo estrutural que permeia o tecido social e as relações internacionais brasileiras (SILVA, 2021). O Estado brasileiro forjou uma pretensa "identidade" na falácia da democracia racial, quando na verdade durante séculos formulou políticas migratórias concretas de atração de imigrantes brancos e de exclusão e inferiorização de imigrantes racializados como não-brancos. A xenofobia brasileira é seletiva porque tem cor (SILVA, 2020).

Nesse contexto de hierarquias raciais constitutivas do fenômeno migratório, não é de se estranhar que os novos fluxos do Sul periférico tenham sido historicamente invisibilizados e subalternizados, sem o devido reconhecimento por parte do poder público de suas singularidades. Apesar de avanços recentes na legislação migratória nacional e estadual, há grande dificuldade de aplicação na prática desse aparato legal e na garantia efetiva de direitos para essas populações imigrantes racializadas.[5] Enquanto os poderes públicos não se engajarem na construção de políticas públicas de acolhimento e integração que considerem as situações de vulnerabilização às quais os migrantes do Sul periférico estão sujeitos no Brasil, continuaremos a ver essas pessoas condenadas a um estado de exceção (Mbembe, 2018), com a suspensão de direitos e garantias constitucionais.[6]

Tal contexto de ausência do Estado e de invisibilização desses fluxos migratórios torna-se ainda mais grave e urgente quando analisado sob o prisma dos impactos da pandemia de Covid-19. Como será apresentado na próxima seção, o governo brasileiro adotou uma série de medidas restritivas à imigração durante a pandemia, instrumentalizando uma biopolítica higienista de controle e separação de corpos (Foucault, 2005). Tais medidas, materializadas em portarias interministeriais discriminatórias, dificultaram ainda mais os já frágeis processos de regularização migratória e acesso a direitos para esses contingentes do Sul global racializados como não-brancos.

5 Uma breve e rara exceção foi o Centro de Referência no Atendimento a Imigrantes e Refugiados (CRAI-SC). O CRAI funcionou de fevereiro de 2018 a setembro de 2019 por meio de parceria entre o governo estadual e entidades da sociedade civil. Apesar de bem sucedido, o governo resolveu não renovar o contrato de prestação de serviço e o projeto foi encerrado por falta de recursos.

6 Ou seja, um espaço vazio de direitos dentro de um Estado dito democrático no qual há a suspensão de direitos e garantias constitucionais e que a violência opera supostamente a serviço da "civilização" (MBEMBE, 2018)

É sob essa lente decolonial, que permite desvelar as hierarquias e opressões de raça imbricadas nas dinâmicas migratórias, que serão analisados os dados coletados em 2021 pelo projeto de extensão do Améfrica-Eirenè junto à Defensoria Pública da União em Florianópolis. Esses dados empíricos trazem elementos para mapear o perfil e as demandas dos sujeitos em situação de imigração em Santa Catarina no contexto específico da pandemia. Busca-se, assim, compreender de que forma as cicatrizes da colonialidade e do racismo estrutural se fazem presentes nos impactos desproporcionais da Covid-19 e nas respostas governamentais sobre esses corpos racializados em mobilidade.

A próxima seção abordará justamente as portarias interministeriais editadas durante a pandemia e seus efeitos discriminatórios. Em seguida, a terceira seção apresentará e analisará os dados coletados à luz do arcabouço teórico decolonial explicitado nesta contextualização inicial. Essa articulação entre empiria e teoria decolonial permitirá lançar luz sobre as singularidades e hierarquias que marcam a imigração Sul-Sul em Santa Catarina no cenário pandêmico, cumprindo assim o objetivo proposto neste trabalho.

2. COVID-19 E AS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS

A seção anterior contextualizou as especificidades da migração Sul-Sul para Santa Catarina, destacando como esse fenômeno está intrinsecamente ligado a dinâmicas raciais e a hierarquias de poder herdadas do projeto colonial-moderno. Nesse sentido, compreender os impactos da pandemia de Covid-19 nesse fluxo migratório demanda uma análise crítica que desvele os mecanismos pelos quais a colonialidade do poder opera na gestão biopolítica dos corpos racializados.

As medidas sanitárias implementadas pelo governo brasileiro durante a pandemia, consubstanciadas nas Portarias Interministeriais aqui analisadas, revelam uma faceta necro-política da governamentalidade que, sob o pretexto de conter a disseminação do vírus, instrumentalizou parâmetros epidemiológicos para negar direitos e promover a exclusão de populações migrantes do Sul Global, majoritariamente não-brancas.

A análise das Portarias, à luz das epistemologias decoloniais, evidencia como a lógica colonial-racial modulou as respostas estatais, qualificando determinados fluxos migratórios como ameaças à pretensa "comunidade saudável" da nação. Nesse prisma, o presente estudo identifica quatro principais violações de direitos humanos perpetradas contra pessoas em situação de mobilidade pelo Estado brasileiro durante o ano de 2021.

O ano em análise, 2021, se diferenciou do período 2015-2019 no aspecto fundamental da ocorrência da pandemia de Covid-19 iniciada em 2020. Em 2021 foram registrados no Brasil 14,6 milhões de casos e 420 mil mortes em 2021 ocasionadas pelo Covid-19 (TOKARNIA, 2022). O vírus não se espalhou de forma equitativa entre a população, o que provocou taxas de

hospitalização e mortalidade desproporcionalmente mais elevada entre a população de baixa renda, particularmente, as indígenas e negras (ALSAN; STANTCHEVA; YANG; CUTLER, 2020). Conforme bem apontou Christine Ro em um artigo para a BBC ainda em abril de 2020 "mesmo com um vírus que não respeita fronteiras, a vulnerabilidade é espalhada de forma desigual. E algumas das maiores disparidades vistas até agora envolveram raça e etnia." (RO, 2020). Essa tendência manteve-se durante os anos de 2020 e 2021 e a pandemia teve um impacto negativamente desproporcional, sobretudo, em pessoas negras, mas também em outros grupos não brancos (MENSAH; WILLIAMS, 2022). Imigrantes do Sul periférico estão entre os grupos que mais sofreram de forma desproporcional com a pandemia e suas consequências, bem como com as repostas do governo para lidar com o surto do vírus.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o patógeno coronavírus Sars-Cov-2 (COVID-19) havia evoluído para um surto "sem precedentes", constituindo "uma emergência de saúde pública de interesse internacional" (WHO, 2020a). Duas semanas depois, em 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde do Brasil, através da Portaria 188, declarou "Emergência em Saúde Pública de importância Nacional", seguido pelo Congresso Nacional do Brasil, que reconheceu "a ocorrência do estado de calamidade pública" por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. De março de 2020 a dezembro de 2021, a União editou vinte e nove Portarias Interministeriais com o objetivo de restringir a entrada de não nacionais em território brasileiro[7] alegando "motivos sanitários relacionados com os riscos de contaminação e disseminação do coronavírus covid-19" (DPU, 2021). Sob o pretexto de adoção de medidas sanitárias fronteiriças, as Portarias Interministeriais estabeleceram tratamento discriminatório para pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade que estavam buscando no Brasil acolhida humanitária ou refúgio, sobretudo, para migrantes da Venezuela e para as pessoas que ingressavam no país por via terrestre.

Para ilustrar a situação discriminatória, diversas Portarias restringiam a entrada no país por meios terrestres e aquaviários, mas não aéreos. Já que o principal fluxo terrestre para o Brasil era o de imigrantes venezuelanas(os), ficava evidente que este era o alvo de tais medidas. Diversas Portarias eram explicitamente segregadoras pois restringiam, especificamente, a entrada de pessoas venezuelanas. Por exemplo, a Portaria 120, de 17 de março de 2020 estatui:

> Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme o disposto no inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

7 Somente em 20 de janeiro de 2022, por meio da Portaria Interministerial nº 666, foram revogadas as principais restrições para a entrada de imigrantes no Brasil, ficando condicionada apenas à apresentação do comprovante de vacinação contra COVID-19.

> Art. 2º Fica restringida, pelo prazo de quinze dias, contado da data de publicação desta Portaria, a entrada no País, por rodovias ou meios terrestres, de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela.[8]

Além da xenofobia seletiva quanto a nacionalidade e modalidades de ingresso específicos, as Portarias previam, ainda, sanções incompatíveis com o ordenamento jurídico brasileiro e com os vários tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Alguns exemplos de tais sanções são aquelas previstas no artigo 8º da Portaria Interministerial 652, de 25 de janeiro de 2021, presentes também nas Portarias que a antecederam e que a sucederam: "Art. 8º: O descumprimento do disposto nesta Portaria implicará, para o agente infrator: I - **responsabilização** civil, administrativa e **penal**; II - repatriação ou **deportação imediata**; e III - **inabilitação de pedido de refúgio**." (grifo nosso).

A previsão de responsabilização penal da pessoa migrante viola os princípios e garantias previstos nos incisos III e IV do artigo 3º da Lei 13.445/2017[9], denominada Lei de Migração, que preveem a não criminalização da migração e a não discriminação em razão da forma como as pessoas ingressaram no país. Não há, assim, crime previsto para o ato de migrar, e, conforme art. 123 da referida Lei, é vedada qualquer forma de privação de liberdade baseado nesse fundamento. Na mesma esteira, o parágrafo primeiro do artigo 4º, da Lei 13.445, expressa de forma inequívoca que os direitos e garantias previstos na Lei de Migração serão aplicadas em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, independentemente da situação migratória, não causando óbice a outros direitos e garantias decorrentes de tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Além da ilegal criminalização da migração, as Portarias inovaram, de forma tanto inconstitucional quanto ilegal, ao criarem uma forma de deportação imediata, que prevê a retirada da pessoa migrante, sem a adequada possibilidade de defesa e produção de prova. Como regra, a deportação só poderá incidir sobre aquela(e) migrante em situação irregular que já se encontre no território brasileiro. Ainda assim, é obrigatória a notificação prévia para saída voluntária ou regularização, com prazo de 60 (sessenta) dias em favor da(o) imigrante em tal situação.

Outra violação da Lei de Migração, da Lei de Refúgio e de diversos tratados internacionais é o previsto, por exemplo, no artigo 8º, III, da Portaria Interministerial nº 652, de 25 de

8 Vale ressaltar, também, o uso obsoleto do termo "estrangeiro" nas portarias.

9 "Art. 3º - A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; [...] **III - não criminalização da migração; IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;** [...] VI - acolhida humanitária; [...] XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; XVIII - observância ao disposto em tratado; [...] **XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas**."

janeiro de 2021, assim como nas Portarias que a antecederam, e todas que a sucederam, que prevê como penalidade aplicável a inabilitação de pedido de refúgio para quem descumprir as medidas previstas na Portaria. Esta nova penalidade foi criada pelas Portarias supracitadas sem respaldo ou lastro em nenhuma lei que integre o ordenamento jurídico brasileiro, sendo prevista exclusivamente em atos infralegais e em contrariedade ao disposto nos artigos 8º e 10º da Lei 9.474/1997[10]. Ademais, tanto na Lei 9.474/1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, quanto na Lei 13.445/2017, que institui a Lei de Migração, a expressão "inabilitação para o refúgio" não é utilizada em nenhuma parte.

Vale lembrar ainda que as Portarias supracitadas afirmam levar em consideração a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de 30 de janeiro de 2020. Porém, a própria OMS, através do documento "*Preparedness, prevention and control of coronavirus disease (COVID-19) for refugees and migrants in non-camp settings*" (WHO, 2020b, tradução nossa, grifo nosso)[11] de 17 de abril de 2020, reconhece a necessidade de respeito às leis internacionais, as quais determinam a manutenção da possibilidade de solicitação de refúgio, mesmo no contexto da pandemia de COVID-19. Segundo a OMS:

> Controles em pontos de entrada e garantias de quarentena
>
> 14. **Controle de COVID-19 em pontos de fronteira**. Surtos de COVID-19 disseminaram-se por fronteiras e demandaram medidas de restrição de viagens. **Garantias devem ser adotadas para assegurar a não-discriminação, não-estigmatização**, assim como o respeito à privacidade e dignidade de todas as populações **incluindo pessoas refugiadas e migrantes com relação a controles e fronteiras**. Leis internacionais existem para pessoas refugiados e solicitantes de refúgio em termos de acesso ao território.

Assim sendo, não está justificada nem em leis nacionais nem em tratados ou orientações internacionais, a deportação imediata e a negação à solicitação de reconhecimento da condição de pessoa refugiada. Ademais, quando as autoridades fronteiriças cessaram a prática de deportação imediata, passaram a emitir notificações de deportação para essas pessoas caso

10 Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997: "Art. 8º O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes. [...] Art. 10. A solicitação, apresentada nas condições previstas nos artigos anteriores, suspenderá qualquer procedimento administrativo ou criminal pela entrada irregular, instaurado contra o peticionário e pessoas de seu grupo familiar que o acompanhem."

11 No original: Points of entry screening and quarantine safeguards. 14. COVID-19 screening at points of entry. Outbreaks of COVID-19 have spread across borders and prompted demands for travel restrictions. Safeguards should be in place to ensure non-discrimination, non-stigmatization, as well as respect for the privacy and dignity of all populations including refugees and migrants with regard to screening at borders. International laws exist for asylum-seekers and refugees in terms of access to territory.

não se regularizassem no prazo de 60 dias. Entretanto, àquelas pessoas que aqui chegavam, lhes era negada a possibilidade de solicitar outros procedimentos de regularização migratória, a exemplo da autorização de residência pois um dos documentos obrigatórios ero carimbo de entrada no país que não foi fornecido pelas autoridades fronteiras em diversos momentos dos anos de 2020 e 2021. Tentativas de Ações Civis Públicas (ACP) para garantir a regularização coletiva de migrantes foram negadas nas diversas instâncias judiciárias e só foram aceitas ações civis individuais, o que tornava o processo lento e sujeitava milhares de pessoas a uma situação de insegurança jurídica e vulnerabilidade econômica e social por longos períodos. O saldo destas medidas se expressou no acréscimo de exorbitante de migrantes e refugiados em situação irregular, e o número de deportações em 2020 aumentou em mais de 5.000% (SILVA, CASAGRANDE, 2022).

A biopolítica higienista de gestão de corpos aplicada pelo governo Bolsonaro é reatualização das práticas separatistas coloniais que performam algumas identidades como invasoras, perigosas, virais, violentas que devem ser mantidas afastadas de uma pretensa comunidade saudável, pura. Para os vetores impuros, são erguidos os muros e são fortificadas as fronteiras em defesa de uma soberania imunitária. Aqui a Política instrumentaliza parâmetros sanitários para hierarquizar e segregar alguns corpos. E o Direito, como de praxe, cumpre seu papel de gestão de corpos.

Neste contexto, a Defensoria Pública da União, em parceria com o Améfrica-Eirenè, buscou, assim, auxiliar essas pessoas a conseguirem regularizar suas situações migratórias tanto por vias administrativas quanto judiciais. Na próxima seção, serão apresentados o perfil e as principais demandas de imigrantes e refugiados que residem em Santa Catarina, com atenção para nacionalidade, gênero, demandas, acessibilidade laboral e status migratório. Para tal, serão exibidos os dados coletados pelo projeto de extensão do Améfrica-Eirenè no trabalho realizado em parceria com Defensoria Pública da União (DPU) no ano de 2021. Os dados dos anos anteriores foram registrados em parceria com entidades como Pastoral do Imigrante e Centro de Referencia no Atendimento ao Imigrante (CRAI/SC).

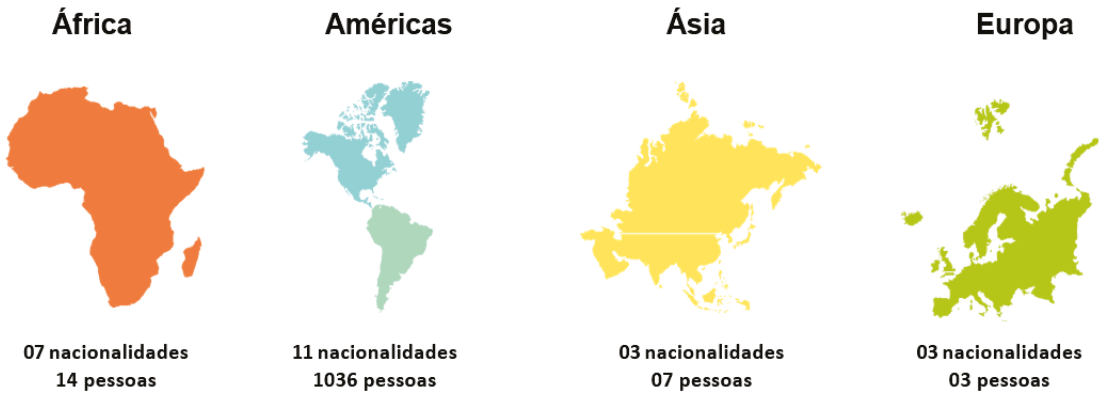
3. PERFIL DAS PESSOAS IMIGRANTES E REFUGIADAS ATENDIDAS POR EXTENSIONISTAS NA DPU-FLORIANÓPOLIS

Conforme discutido anteriormente, as Portarias Interministeriais editadas em 2021 representaram uma resposta discriminatória do governo às mobilidades migratórias Sul-Sul, dificultando enormemente os processos de regularização e acesso a direitos. Esta seção apresenta os dados coletados junto aos imigrantes atendidos pela DPU em Florianópolis naquele ano e comparado com anos anteriores, evidenciando os impactos concretos dessas medidas.

Em 2021, a DPU em parceria com o Améfrica-Eirenè assistiu a 1.065 imigrantes de 24 nacionalidades[12], conforme Figura 1 abaixo. Este número foi menor do que os 1.271 imigrantes de mais de 40 nacionalidades atendidos nos seis primeiros meses após o fechamento do CRAI[13] (outubro de 2019 a março de 2020). Conforme foi apresentado na seção anterior, essa diminuição das demandas está diretamente relacionada às medidas sanitárias restritivas e as Portarias inconstitucionais implementas pelo governo. Os dados a seguir, referentes ao perfil e demandas dos 1065 imigrantes atendidos, explicitam as condições de vulnerabilidade enfrentadas por essa população racializada em Santa Catarina, diretamente impactada pelas Portarias discriminatórias analisadas previamente.

Consoante se vê na figura abaixo, o continente americano foi o principal ponto de origem de imigrantes atendidas(os) pela DPU/Améfrica-Eirenè no período com 97,3% das demandas, seguido por África (1,3%), Ásia (0,65%), não identificado (0,45%) e Europa (0,3%). Em relação ao período pré-pandemia (2018-2019), houve aumento na concentração de atendimentos a nacionais do continente americano. Em 2018-2019, os atendimentos (então na sede do CRAI) foram 93,8% para egressos da América, 3,6% da África, 1,3% da Ásia, 1,2% da Europa e 0,1% de não identificados (SILVA, BORBA, DAVID, 2021).

Figura 1 – Divisão das nacionalidades atendidas por continente



Fonte: Silva, Borba e David (2021). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC.

Acerca das nacionalidades acolhidas durante o período, três delas representaram mais de 90%: venezuelana (575 pessoas atendidas), haitiana (232) e cubana (159). Em relação a

12 Até o mês de outubro de 2021 os atendimentos foram realizados de forma totalmente remota (exceto casos excepcionais) e, a partir de 15 de outubro, foram realizados de forma híbrida, presencial e virtual.

13 Cf. nota de rodapé nº 5.

períodos anteriores e em consonância com os dados nacionais apresentados em Cavalcanti et al (2022), tivemos em 2021, pela primeira vez, o número de imigrantes venezuelanas(os) superando o número de haitianas(os) em termos de registros no mercado de trabalho formal, sendo Santa Catarina o principal estado empregador. O mesmo cenário, de maior número de imigrantes da Venezuela do que do Haiti, foi constatado nos atendimentos feitos pela DPU/ Améfrica-Eirenè, conforme tabela 2. Vale ressaltar que, conforme foi discutido na seção anterior, este resultado ocorreu apesar das portarias interministeriais restritivas almejarem, principalmente, imigrantes oriundos da Venezuela.

Tabela 1 - Países de origem das pessoas assistidas

Países	Nº de assistidas(os)
Total	**1065**
Venezuela	575
Haiti	232
Cuba	159
Argentina	26
Colômbia	23
Uruguai	08
Chile	07
Guiné-Bissau	05
Síria	05
Não identificado	05
Angola	03
Peru	03
Egito	02
Alemanha	01
Canadá	01
Espanha	01
Líbano	01
Marrocos	01
Moçambique	01
Paquistão	01
Paraguai	01
Portugal	01
República Dominicana	01
Senegal	01
Tunísia	01

Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC

Este quadro, no entanto, segue uma tendência que antecede o período da pandemia. Entre 2015 e 2022 houve uma progressiva diminuição do fluxo de imigrantes oriundos do Haiti e aumento do número de imigrantes da Venezuela. Considerando os atendimentos realizados com parceiros do Améfrica-Eirenè (Pastoral do Migrante, CRAI e DPU), no período 2015-2017 (SILVA, ROCHA, D'ÁVILA, 2020), nacionais haitianas(os) representavam 78,53% das pessoas atendidas na Pastoral do Migrante enquanto venezuelanas(os) correspondiam a 0,67%; no período abril/2018-abril/2019 (SILVA, BORBA, DAVID, 2021), haitianas(os) representavam 66,94% das pessoas acolhidas no CRAI e venezuelanas(os) 11,08%; no período outubro/2019-março/2020 (SILVA et al, 2021), haitianas(os) correspondiam a 50% dos atendimentos na DPU e venezuelanas(os) a 19,8%. Em 2021, entretanto, 54% dos imigrantes atendidos foram venezuelanas(os) e aproximadamente 22% de haitianas(os).

Tabela 2 - Evolução da distribuição das principais nacionalidades (em porcentagem)

	2015-2017	**2018-2019***	**2019-2020****	**2021**
Venezuela	0,67%	11,08%	19,8%	54%
Haiti	78,53%	66,94%	50%	22%
Cuba	0,62%	3,13%	7,5%	14,9%

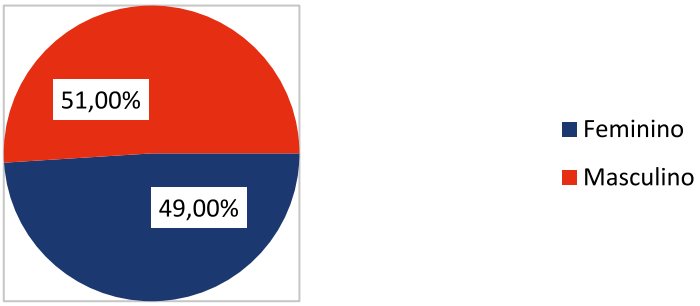
Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC
* abril de 2018 a abril de 2019
** outubro de 2019 a março de 2020

Outra nacionalidade que obteve aumento no fluxo de atendimentos foi a cubana. No período 2015-2017, cubanas(os) representavam 0,62% dos atendimentos, 3,13% em abril/2018-abril/2019, 7,5% no período outubro/2019-março/2020 e 14,9% em 2021, constituindo-se no terceiro grupo de maior assistência. Esses dados apontam que apesar do impacto da pandemia de COVID-19, da restrição e limitação da mobilidade internacional e diminuição dos números absolutos de imigrantes, as tendências de aumento relativo das migrações de Venezuela e Cuba, e da diminuição relativa progressiva da migração haitiana se mantiveram. Entretanto, apesar de mantida a tendência, a queda brusca da migração haitiana e o aumento igualmente brusco da porcentagem da migração Venezuela foi em grande medida influenciada pelas restrições à mobilidade internacional. Durante atendimentos no período pandêmico, diversas pessoas haitianas relataram que parentes e amigos/as não estavam conseguindo agendar horário na Embaixada brasileira no Haiti para obter visto de viagem para o Brasil.

Gênero

Os trabalhos brasileiros sobre migração, tem, no geral, invisibilizado o impacto das categorias de raça e gênero na mobilidade humana, com pouca atenção dispendida à histórica mobilidade forçada de africanas(os) escravizadas(os) para o Brasil, bem como para a participação e o protagonismo das mulheres como agentes migratórios. A teoria migratória, com a crescente feminização das migrações, tem sido desafiada a compreender as diferentes razões que levam mulheres e homens a emigrarem. Dentre as possíveis motivações estão a pobreza, discriminações, falta de oportunidades laborais dignas, procura por capacitação e escolarização, fuga de processos de violências e desejo de emancipação. Em um sistema cis-hétero-patriarcal, o gênero é um recorte de subordinação que afeta os corpos não normativos, especialmente, os femininos. Portanto, devido aos impactos distintos produzidos pelo processo de migração sobre as corporeidades, a inclusão (e comparação) dos dados sobre gênero é fundamental para a compreensão do processo migratório (SILVA, MORAIS, 2021; BOYD; GRIECO, 2003).

Figura 2 - Divisão dos atendimentos por gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC

Quanto ao gênero, das 1065 pessoas atendidas na DPU no período analisado, 543 (51%) eram do gênero masculino e 522 (49%) eram do gênero feminino, conforme pode ser observado na Figura 2. Vale ressaltar que a identificação do gênero nesta seção ocorreu através das conferências de documentos de identificação (como passaporte, certidão de nascimento, carteira de identidade do país de origem ou CRNM) e não, portanto, da autoidentificação. Desta forma, nos documentos não revelaram informações adicionais como gênero não-binário ou transgeneridade, por exemplo.

Tabela 3 - Evolução da divisão por gênero (em porcentagem)

	2015-2017	2018-2019*	2019-2020***	2021
Feminino	36,41%	38,7%**	46,7%	49%
Masculino	63,59%	60,5%	53,3%	51%

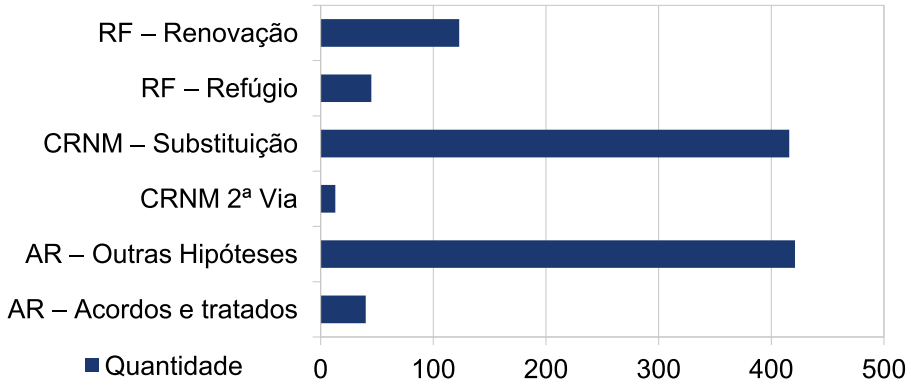
Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC
* abril de 2018 a abril de 2019.
** 0,8% constaram como não identificados por erro no preenchimento dos dados.
*** outubro de 2019 a março de 2020.

Quando comparado os dados do período analisado com períodos anteriores, há a confirmação da tendência regional (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2021) do progressivo processo de feminização das migrações, sobretudo de trabalhadoras migrantes, conforme mostra a Tabela 3. Este processo, na região da grande Florianópolis, já foi apontado por Silva, Rocha e D'Ávila (2020) e por Silva, Borba e David (2021).

Demandas

No que tange às demandas de regularização migratória, nos atendimentos diários, os processos foram divididos em seis categorias principais apontadas na figura 3: (i) **Autorização de Residência (AR) por acordos e tratados** a exemplo do Acordo Brasil-Argentina (Decreto n.º 6.736/2009) e do Acordo Mercosul (Decreto n.º 6.975/2009); **(ii) Autorização de Residência por outras hipóteses**, como, por exemplo, Acolhida Humanitária para nacionais do Haiti (Portaria Interministerial n.º 12, de 20 de dezembro de 2019), via Portaria Interministerial n.º 09 para Países Fronteiriços, bem como por intermédio da Reunião Familiar (Portaria Interministerial n.º 12, de 13 de junho de 2018); **(iii) substituição da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM)**, de temporária (2 anos) para permanente; **(iv) segunda via da CRNM**, em caso de perda, roubo ou extravio; **(v)** solicitação de reconhecimento da condição de pessoa refugiada (doravante, **solicitação de refúgio**) e **(vi)** pedido de renovação do protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de pessoa refugiada (doravante, **renovação do protocolo de refúgio**).

Figura 3 - Divisão dos atendimentos por demandas



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC

As principais demandas recebidas no período em apreço foram, principalmente, autorizações de residência (AR) por outras hipóteses (39,5%) e solicitações de Carteira de Registro Migratório Nacional (CRNM) (39%), seguido por renovação do protocolo de refúgio (11,5%), solicitação de refúgio (4,2%), autorização de residência por acordos e tratados (3,8%), segunda via da CRNM (1,2%) e outros (0,8%). Conforme foi retratado na seção anterior, as Portarias interministeriais inabilitaram, de forma ilegal, a solicitação de refúgio, bem como impediram muitos indivíduos de solicitarem autorização de residência por não terem recebido o carimbo de entrada no país. Estes casos não podiam ser solucionados de forma administrativa, sem necessário o recurso de processos judiciais individuais.

Quanto às renovações de documento, devido às medidas sanitárias e ao distanciamento social, todos os prazos migratórios no âmbito da Polícia Federal foram suspensos, e foi prorrogada a validade de todos os documentos cujo prazos de validade tivessem expirado a partir de 16 de março de 2020. Entretanto, recebemos inúmeros contatos noticiando que bancos, imobiliárias, empregadores e até mesmos instituições governamentais não estavam aceitando os documentos com data expirada. Na maioria dos casos, a situação se resolveu com uma carta de explicação ou um Ofício Circular elaborados pela DPU/Améfrica-Eirenè, juntamente com uma cópia da Portaria da Polícia Federal vigente naquele momento[14].

14 Em 2021, foram duas Portarias da Polícia Federal, a Portaria nº 21-DIREX/PF, de 2 de fevereiro de 2021, que prorrogava os prazos até 16 de setembro do mesmo ano e a Portaria nº 25-DIREX/PF, de 17 de agosto de 2021, que prorrogava os prazos até 15 de março de 2022.

ANÁLISE DOS FORMULÁRIOS PREENCHIDOS POR IMIGRANTES APÓS O ATENDIMENTO

Na DPU, após o primeiro atendimento, foi enviado à(ao) imigrante um formulário com perguntas acerca de situação laboral, raça, cidade de residência, deficiência física ou mental pessoal ou de familiar, presença de criança na casa, motivo para buscar o atendimento, se já havia conseguido agendar um horário na Polícia Federal e a nota de satisfação com o atendimento prestado. Das 1065 pessoas atendidas no interstício, 368 pessoas (34,55%) responderam o formulário, constituindo, portanto, interessantes dados de amostra. Conforme a Tabela 4 abaixo, podemos identificar respostas de nacionais de 11 países, com as três nacionalidades citadas na seção anterior compondo a maioria das respostas, 346 respostas (94%).

Tabela 4 - Nacionalidades registradas nas repostas do formulário online

País	Nº Respostas	Porcentagem
Total	368	100
Venezuela	208	56.52
Haiti	107	29.08
Cuba	31	8.42
Argentina	8	2.17
Colômbia	6	1.63
Uruguai	3	0.82
Chile	1	0.27
Marrocos	1	0.27
Nicarágua	1	0.27
Paraguai	1	0.27
República Dominicana	1	0.27

Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC

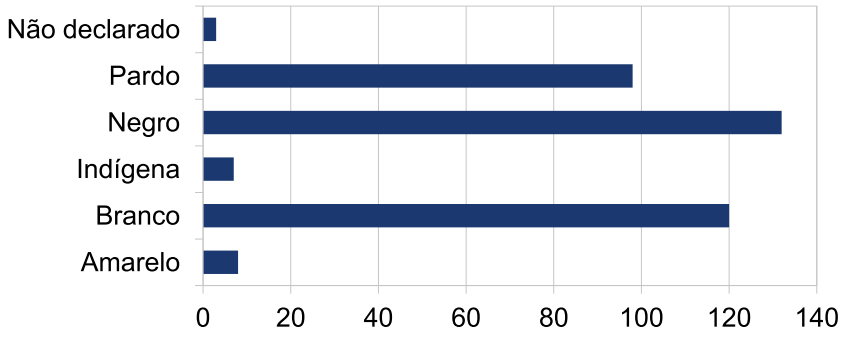
Em 2021, tivemos o retorno parcial dos atendimentos presenciais (já no segundo semestre), num regime híbrido. Das 368 respostas, 55 afirmaram ter recebido atendimento presencial e 313 afirmaram ter sido assistidos via WhatsApp ou por e-mail. Os atendimentos *online* tornaram os procedimentos mais lentos, devido a dificuldades de comunicação e acessibilidade digital, e o acúmulo de mensagens e *e-mails* tornou-se inevitável. Em dias normais, a jornada começava já com cerca 20 a 30 novas mensagens e, após fins de semanas e feriados, o número de mensagens acumuladas ultrapassava a marca de uma centena. Além disso, conforme apresentado em SILVA et al. (2021), com os dados dos atendimentos na DPU em 2019-2020, 72,9% da população atendida não possui computador em casa, e 32,1% não tem acesso à internet.

Raça

A inclusão do marcador raça na análise é fundamental a partir de uma perspectiva decolonial, que busca desnaturalizar as hierarquias raciais e suas intersecções com nacionalidade, gênero e classe na experiência migratória. Ainda são raros no Brasil os estudos sobre migração que incluem a raça como categoria analítica fundamental nas experiências da mobilidade humana. Entretanto, a categoria raça é de extrema relevância para a mobilidade de corpos racializados como não-brancos, já que os fatores de subordinação impactam diretamente na experiência destas pessoas, vulnerabilizando ainda mais suas experiências. Em um país desfigurado pelo racismo estrutural como o Brasil, as populações negras e indígenas são os maiores alvos de opressões. Quando a nacionalidade interseciona com os marcadores raça, gênero e classe há um incremento considerável nas condições subalternização dos seres humanos. As Portarias interministeriais e a medidas governamentais para deter a imigração no Brasil durante a pandemia são uma prova disso pois causaram pouco impacto na mobilidade de pessoas brancas provenientes de nações desenvolvidas.

Na categoria de raça tivemos a autodeclaração por parte das pessoas assistidas, com distribuição conforme apresenta Figura 6 abaixo.

Figura 6 - Divisão das respostas do formulário por raça/etnia (autodeclarado)



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC

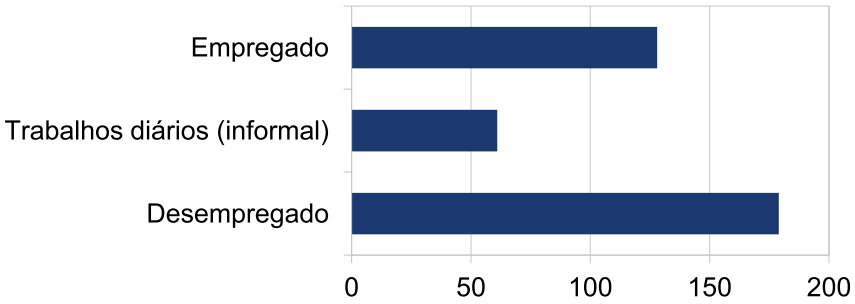
Assim, como em anos anteriores, pardos (26,6%), negros (35,9%) e indígenas (1,9%), classificados como pessoas racializadas como não brancas, constituem a maioria das pessoas atendidas (64,4%). Um ponto interessante de ressaltar é o expressivo número de pessoas que se autoidentificaram como brancas (32,6%), maior do que os 27,9% identificados em 2020-2021. No entanto, vale ressaltar que a classificação feita em 2020-2021 não foi feita por autoidentificação, mas com base na percepção fenotípica das(os) extensionistas em relação às

pessoas assistidas. Outro ponto digno de nota é que pessoas venezuelanas lidas como brancas na Venezuela podem não ser consideradas como brancas no sul do Brasil, pois por serem latino-americanas são racializadas como não-brancas; ou mesmo podem ser consideradas como brancos de segunda categoria, já que dentro da branquitude há hierarquizações[15].

Acessibilidade Laboral

Acerca da acessibilidade laboral, assim como apontando em anos anteriores (SILVA et al, 2021), a ausência de políticas públicas de inserção no mercado de trabalho para essa população impacta no número de imigrantes e refugiadas(os) em situação de desemprego. Quase metade das pessoas que responderam o formulário (48,64%) afirmaram estar desempregadas e 16,58% informaram que realizam trabalhos informais sem qualquer garantia de direitos trabalhistas ou salário fixo. Isso significa que 65,22% das pessoas que responderam se encontravam em uma situação de ausência de renda ou sem renda garantida (sem garantia de direitos trabalhistas e seguridade social) frente aos 16,58% que estavam trabalhando com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada.

Figura 7 - Divisão das respostas por situação laboral



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC.

O quadro se torna ainda mais alarmante quando consideramos que, das 240 pessoas que responderam não estar trabalhando ou estar apenas realizando trabalhos diários (“Bicos”), 143 afirmaram ter uma ou mais crianças vivendo na sua casa e 27 afirmaram ter em sua residência alguém com deficiência física ou mental. Isso significa que, com ausência de renda fixa para estes imigrantes, famílias inteiras se encontram em situação de vulnerabilidade, como insegurança alimentar e de saúde e/ou falta de moradia. Quando consideradas todas as res-

15 Sobre hieraquizações intra-grupo no componente racial branco, consultar: Schucman (2020).

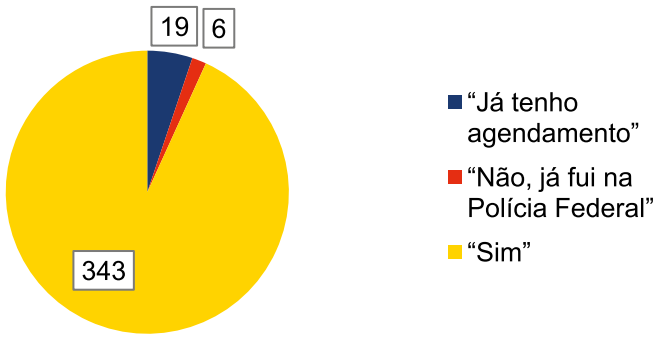
postas, 214 pessoas (58%) afirmaram que havia uma ou mais crianças na sua residência e 154 (48%) afirmaram que não havia. Quando perguntados sobre a existência de alguém na residência com deficiências físicas e mentais, das 368 respostas, 335 foram negativas e 33 foram positivas. Entre as deficiências mencionadas estavam deficiência visual e auditiva, síndrome de Asperger, Leucemia linfoblástica aguda, esquizofrenia, autismo, mielo meningocele, artrose crônica, asma e epilepsia. Estes dados sobre situação laboral, documental, acesso a direitos, etc. evidenciam como as Portarias do governo federal, ao dificultarem a regularização migratória, aprofundaram as vulnerabilidades dos imigrantes racializados em Santa Catarina durante a pandemia.

Documentação e Polícia Federal

Basicamente, todos os procedimentos que envolvem a regularização migratória passam pela Polícia Federal (PF), o órgão administrativo responsável pelo atendimento e entrega de documentos como Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM, anteriormente conhecida como CIE/RNE - Carteira de Identificação de Estrangeiro/Registro Nacional de Estrangeiro), o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), o Protocolo de Solicitação de Refúgio e suas respectivas renovações e segundas vias. Os procedimentos da Polícia Federal ocorrem em duas etapas. A primeira etapa constitui o preenchimento de um formulário online com as informações necessárias para a regularização migratória. A segunda etapa constitui no comparecimento presencial na unidade da Polícia Federal, localizada na região de moradia do solicitante, para apresentar a documentação de comprovação das informações submetidas na fase anterior. Entretanto, o grande entrave nesta segunda etapa encontra-se na necessidade de um agendamento prévio feito também de forma online no site da Polícia Federal. Em todos os anos analisados, em publicações anteriores supracitadas, lograr este agendamento sempre representou o maior entrave e impedimento da regularização migratória das pessoas, já que a Instituição abre muito menos vagas na agenda do que a quantidade da demanda migratória em SC exige.

Em 2021, a situação não se alterou, pois 343 (93,2%) das pessoas afirmaram estar aguardando um agendamento. Apenas 19 afirmaram já ter conseguido um horário para comparecer na Polícia Federal e 6 afirmaram que já haviam concluído a última etapa presencial.

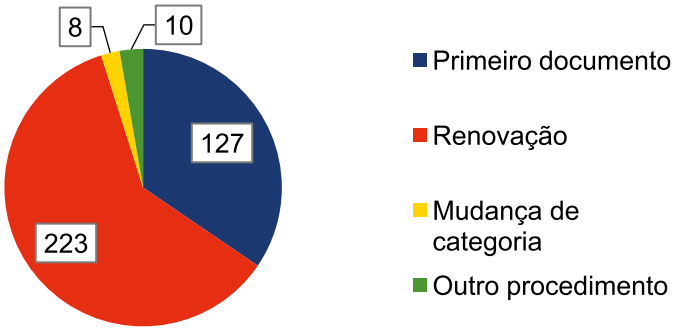
Figura 8 - Divisão das respostas por status quanto ao agendamento para a PF



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC

Conforme discutido anteriormente, durante o ano de 2021, ainda no contexto de pandemia do Covid-19, a Polícia Federal emitiu algumas Portarias que prorrogavam os prazos de validade dos documentos migratórios[16]. Entretanto, como também ressaltamos, diversas instituições, privadas e públicas, se recusaram a prestar algum tipo de serviço (por exemplo, abrir conta em banco) ou bem (por exemplo, alugar uma casa) argumentando que os documentos com validade "expirada" não poderiam ser aceitos. Em situação ainda mais vulnerável estavam as pessoas que ingressaram no Brasil após o início da pandemia. Conforme também já foi apresentado, as pessoas que buscavam o primeiro documento, ficaram meses em um limbo jurídico de extrema insegurança e vulnerabilidade.

Figura 9 - Divisão das repostas entre primeiro e segundo documento brasileiro



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Base de dados DPU/Améfrica-Eirenè-NAIR-UFSC

16 A Polícia Federal só passou a fazer atendimentos presenciais de forma não excepcional a partir de outubro de 2021.

Das 368 respostas, 127 (31,51%) afirmaram que solicitavam a primeira documentação. Vale apontar que devido as restrições impostas pelas Portarias, muitas pessoas acabaram nem mesmo procurado a assistência da DPU/Améfrica-Eirenè por orientação de conhecidos ou familiares que já havia obtido insucesso no seu pedido de regularização migratória. Assim, a maioria dos atendimentos buscados foram para solicitar a renovação de seus documentos, com 223 (60,59%) de respostas. Outros procedimentos requeridos foram de mudança de categoria (2,71%), por exemplo, mudança de protocolo de refúgio para autorização de residência ou de CRNM temporária para permanente. Outros 2,17% solicitaram outros procedimentos oferecidos pela DPU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2021 foi marcado por incertezas e esperanças quanto ao fim da pandemia de COVID-19 e o retorno à "nova normalidade". Do ponto de vista da migração no Brasil, as Portarias interministeriais ilegais e discriminatórias afetaram de forma altamente nociva a vida de dezenas de milhares de imigrantes que chegaram em Santa Catarina, bem como aquelas(es) que aqui já se encontravam, sujeitando-as/os a situações de alta vulnerabilidade e incerteza jurídica.

Conforme apresentando, quatro grandes violações de direitos humanos contra pessoas em situação de mobilidade foram efetivadas pelo Estado brasileiro durante o ano em análise. Primeiro, houve discriminação contra imigrantes venezuelanas(os), impedindo-as(os) de regularizarem sua situação migratório. Segundo, houve discriminação quanto à forma de ingresso no país, com restrições maiores a quem ingressasse por via marítima ou terrestre. Terceiro, houve violação do princípio internacional de *non-refoulement*, por meio do impedimento da solicitação de reconhecimento da condição de refúgio e por meio da inovação jurídica (ilegal) de deportação sumária. Quarto, houve a violação do princípio legal de não criminalização da imigração, previsto na Lei 13.445 de 2017, por meio da responsabilização penal dos movimentos entre fronteiras e de situações documentais irregulares, e da não garantia de um devido processo legal antes de executar deportações. Estas violações seletivas de direitos humanos de corpos cicatrizados por imbricações de raça, nacionalidade, gênero e classe são uma marca da colonialidade que se expressa de maneira contundente no cenário das travessias internacionais.

Os dados coletados na unidade de Florianópolis da Defensoria Pública da União em parceria com o Améfrica-Eirenè revelam o perfil das(os) imigrantes que se encontram em Santa Catarina, composto, na maioria, por pessoas do Sul, principalmente da América Latina (Venezuela, Haiti e Cuba), com quase metade em situação de desemprego e dois terços sem qualquer tipo de seguridade social ou renda mínima. Este retrato está diretamente ligado às ações (e inações) do Estado brasileiro. A demora ou, como já mencionado, os impedimentos dos

CC BY NC SA

processos de regularização migratória sujeitaram milhares de imigrantes em Santa Catarina a situações de grande vulnerabilidade. Dos dados de amostra, 93,2% ainda aguardavam pelo agendamento de um horário para comparecer na Polícia Federal e cerca de um terço (31,51%) estavam em busca de seu primeiro documento de identificação brasileiro, ou seja, encontravam em uma situação de insegurança jurídica.

Por fim, restou explícito que na redação das Portarias Interministeriais e nos atendimentos diários realizados que as violações não foram perpetradas contra todas as pessoas que ingressaram no país, mas que houve uma discriminação desproporcional contra essas(es) imigrantes do Sul periférico, que são na sua maioria racializados com pessoas não brancas (negras, pardas e indígenas). Por isso, A xenofobia é um conceito que precisa ser racializado. Assim, fica reiterada a relevância da inclusão e imbricação das categorias analíticas fundamentais de raça, classe e nacionalidade nas pesquisas sobre migrações internacionais. O racismo estrutural é um pilar da colonialidade que continua robusto e impede a garantia plena de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALSAN, Marcella; STANTCHEVA, Stefanie; YANG, David; CUTLER, David. Disparities in Coronavirus 2019 Reported Incidence, Knowledge, and Behavior Among US Adults. *Jama Network Open*, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 1-11, 18 jun. 2020.

BONHOMME, Macarena; ALFARO, Amaranta. 'The filthy people': racism in digital spaces during covid-19 in the context of south: south migration. *International Journal Of Cultural Studies*, [S.L.], v. 25, n. 3-4, p. 404-427, 9 maio 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. *Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2021*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. 1º *informe defensorial*: relatório de monitoramento dos direitos humanos de pessoas migrantes e refugiadas em RR. Brasília, 2021b. Disponível em: https://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2021/Informe_Defensorial_Comitê_Pacaraima.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

LOPEZ, Leo; HART, Louis H.; KATZ, Mitchell H.. Racial and Ethnic Health Disparities Related to COVID-19. JAMA, [S.L.], v. 325, n. 8, p. 719, 23 fev. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. (eds.). *World Migration Report 2022*. International Organization for Migration (IOM), Geneva, 2021.

MENSAH, Joseph; WILLIAMS, Christopher J.. Socio-structural Injustice, Racism, and the COVID-19 Pandemic: a precarious entanglement among black immigrants in canada. *Studies In Social Justice*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 123-142, 24 jan. 2022.

RO, Christine. *Coronavirus*: why some racial groups are more vulnerable. Why some racial groups are more vulnerable. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/future/article/20200420-coronavirus-why-some-racial-groups-are-more-vulnerable. Acesso em: 10 jan. 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Veneta, 2020

SILVA, João Carlos Jarochinski; CASAGRANDE, Melissa Martins. *Brasil*: de líder em acolhimento de refugiados para uma das maiores filas do mundo. de líder em acolhimento de refugiados para uma das maiores filas do mundo. 2022. Disponível em: https://latinoamerica21.com/br/brasil-de-lider-em-acolhimento-de-refugiados-para-uma-das-maiores-filas-do-mundo/. Acesso em: 09 mar. 2023.

SILVA, Karine de Souza; CASTELAN, Daniel Ricardo. "Mil nações moldaram minha cara": o brasil, as migrações sul-sul e a extensão em relações internacionais. **Extensio**: Revista Eletrônica de Extensão, [S.L.], v. 16, n. 34, p. 154-165, 19 dez. 2019.

SILVA, Karine de Souza; BORBA DE SÁ, Miguel. Do Haitianismo à nova Lei de Migração: Direito, Raça e Política Migratória brasileira em perspectiva histórica. Revista nuestrAmérica, v. 9, p. 10-35, 2021.

SILVA, Karine de Souza. "A mão que afaga é a mesma que apedreja": Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. Revista Mbote, Salvador, v. 1, n. 1, p. 20-41, jan./jun., 2020.

SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoa": a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas relações internacionais. **RIL**, Brasília, v. 55, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021.

SILVA, Karine de Souza. Corpos em desolocamento e os "marca-dores" sociais da diferença: o novo perfil migratório brasileiro e as hierarquias coloniais a serviço do capitalismo. In: INSTITUTO DIPLOMACIA PARA DEMOCRACIA. **Renascença**: política externa pós-bolsonarista. São Paulo: Instituto Diplomacia Para Democracia, 2022. p. 177-187.

SILVA, Karine de Souza; ROCHA, Carolina Nunes Miranda Caraseck da; D'ÁVILA, Lucas. Invisibilizados na Ilha do desterro: os novos fluxos de imigrantes e refugiados em Florianópolis. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria**, v. 15, n. 1, p. 1-23, 2020.

SILVA, Karine de Souza; BORBA, Jonatan Carvalho de; MÜLLER, Juliana (Org.). **Pessoas, travessias e encontros**: dinâmicas atuais da migração sul-sul em Santa Catarina. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

SILVA, Karine de Souza; BORBA, Jonatan Carvalho de; DAVID, Ana Carolina Polo. Imigrantes em Santa Catarina: perfis e demandas no período de 2018 a 2019. In: SILVA, Karine de Souza; BORBA, Jonatan Carvalho de; MÜLLER, Juliana (org.). **Pessoas, Travessias e Encontros**: dinâmicas atuais da migração sul-sul em Santa Catarina. Florianópolis: Nyota, 2020. p. 25-56.

SILVA, Karine de Souza et al. O acolhimento a imigrantes na DPU em parceria com o Eirenè--NAIR UFSC no período de outubro de 2019 a março de 2020. In: SILVA, Karine de Souza; BORBA, Jonatan Carvalho de; MÜLLER, Juliana (org.). **Pessoas, Travessias e Encontros**: dinâmicas atuais da migração sul-sul em Santa Catarina. Florianópolis: Nyota, 2020. p. 57-110.

TOKARNIA, Mariana. *Mortes em 2021 crescem 16,9% no Brasil com covid-19*. 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-12/mortes-em-2021-crescem--169-no-brasil-com-covid-19. Acesso em: 11 fev. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO *Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV)*. 30 jan. 2020a. Disponível em: https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov). Acesso em: 20 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Preparedness, prevention and control of coronavirus disease (COVID-19) for refugees and migrants in non-camp settings*: interim guidance. 17 abr. 2020b.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17288

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Pertencer e fazer morada no destino de refúgio: o cotidiano de refugiados e solicitantes de refúgio LGBTI+ no Rio de Janeiro

Flávia Belmont de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: flabelmont@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9378-6158

Resumo: A partir da experiência de trabalho em uma ONG que promove interação e redes de apoio para pessoas migrantes LGBTI+, proponho a questão: como algumas pessoas refugiadas ou solicitantes de refúgio LGBTI+ expressam seus sensos de pertencimento e formas de fazer morada no Rio de Janeiro, frente às estruturas afetivas, materiais e institucionais que lhes são oferecidas? Articularei reflexões através de narrativas orais e visuais, incitadas a partir de entrevistas semi-estruturadas com três pessoas venezuelanas LGBTI+ que viveram o processo de refúgio. Conceitualmente, debaterei sobre as esferas afetiva e material a partir do diálogo sobre os conceitos de *home/home-making* (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; STARING; VAN LIEMPT, 2020; KOX; VAN LIEMPT, 2022; BOCCAGNI, 2017) considerando que as pessoas migrantes, quando refugiadas e LGBTI+, corporificam categorias políticas que levam a um tensionamento constante. Será frente à possibilidade de relaxamento da autoconsciência dessas posições sociais que explorarei, então, a dimensão cotidiana como base de cidadania destas pessoas.

Palavras-chave: refúgio; LGBTI+; estruturas de chegada.

Belonging and homemaking in the refuge destination: the daily life of LGBTI+ refugees and asylum seekers in Rio de Janeiro

Abstract: Based on the working experience at an NGO that supports LGBTI+ migrants, I propose the question: how do some LGBTI+ refugees or asylum seekers express their senses of belonging and ways of living in Rio de Janeiro, given the affective, material and institutional structures offered to them? I will articulate reflections through oral and visual narratives, incited from semi-structured interviews with three Venezuelan LGBTI+ people who have experienced the refugee process. Conceptually, I will discuss the affective and material spheres through a dialogue between the concepts of home/home-making (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; STARING; VAN LIEMPT, 2020; KOX; VAN LIEMPT, 2022; BOCCAGNI, 2017) considering that LGBTI+ refugees embody political categories that lead to constant tension. It will be faced with the possibility of relaxing self-awareness of these social positions that I will explore, then, the everyday dimension as a basis for citizenship.

Keywords: Refuge; LGBTI+; arrival infrastructures.

Pertenecer y hacer hogar en el destino de refugio: el cotidiano de refugiados y solicitantes de asilo LGBTI+ en Río de Janeiro

Resumen: A partir de la experiencia de trabajo en una ONG que promueve redes de interacción y apoyo para personas LGBTI+ migrantes, planteo la pregunta: ¿cómo las personas LGBTI+ refugiadas y solicitantes de asilo expresan su sentido de pertenencia y formas de vivir en Río de Janeiro, frente a estructuras afectivas, materiales e institucionales que se les ofrecen? Articularé reflexiones a través de narrativas orales y visuales, incitadas a partir de entrevistas semiestructuradas a tres personas LGBTI+ venezolanas que vivieron el proceso de refugio. Conceptualmente, escreberé sobre las esferas afectivas y materiales a partir del diálogo sobre los conceptos de home/home-making (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; STARING; VAN LIEMPT, 2020; KOX; VAN LIEMPT, 2022; BOCCAGNI, 2017), considerando que los refugiados LGBTI+ encarnan categorías políticas que conducen a una tensión constante. Será ante la posibilidad de relajar la autoconciencia de estas posiciones sociales que exploraré, luego, la dimensión cotidiana como base para la ciudadanía de estas personas.

Palabras clave: refugio; LGBTI+; estructuras de llegada.

Recebido em: 08-07-2023
Aceito em: 30-01-2024

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO

A migração e o refúgio são processos que compreendem redes de relações e estruturas, abarcando os perigos e ameaças que causaram a necessidade do deslocamento, passando por seus sistemas burocráticos e políticos de (des)legitimação, e incluindo os afetos que migrantes encontram e constroem ao lidar com a sociedade civil receptora. Fazem parte desta teia o trabalho de instituições internacionais, do Estado, de organizações da sociedade civil e os esforços e negociações materiais e subjetivos das pessoas que migram.

Esta complexidade demanda olhares ampliados sobre a situação legal e social de pessoas migrantes, desde uma concepção de que o processo migratório é contínuo, não apenas emergencial; é tanto material quanto emocional/afetivo; está mais perto do dia-a-dia das pessoas nativas de um dado país ou sociedade do que se imagina; e não se encerra nas provisões legais mais progressistas ou conservadoras/xenofóbicas de um certo Estado ou sistema político. Mais especificamente no Brasil, dado que a Lei de Migração n.13.445/2017 é considerada uma das mais progressistas do mundo (JUBILUT; SILVA; VELÁSQUEZ, 2020), é preciso atentar para a esfera cotidiana do refúgio e da migração, corporificando-a, entendendo problemas e possibilidades das pessoas que vivem tão complexo fenômeno. É, então, através da abordagem sobre rotina e modos de pertencimento que escrevo este artigo, a partir de narrativas orais e visuais de pessoas solicitantes de refúgio e refugiadas LGBTI+, levantadas através de entrevistas semi-estruturadas.

A partir de lentes teóricas e conceituais atentas à imbricação entre gênero, sexualidade e migração/refúgio, proponho reflexões a partir da seguinte pergunta: como pessoas migrantes LGBTI+ expressam seus sensos de pertencimento e formas de fazer morada no Rio de Janeiro, frente às estruturas afetivas, materiais e institucionais que lhes são oferecidas por parte do Estado, da sociedade civil e outras instituições? Persigo tal questão através de narrativas orais e visuais de três pessoas venezuelanas LGBTI+, duas refugiadas e uma solicitante de refúgio, que chegaram no Brasil entre 2018 e 2020 e moram no Rio de Janeiro[1]. Tais entrevistas[2] são uma seleção dentro do escopo maior de entrevistas semi-estruturadas para uma tese de doutorado que está sendo desenvolvida sobre o mesmo tema, e têm o objetivo de prover um panorama amplo sobre as negociações e necessidades diárias de pessoas que vêm reconstruindo suas vidas na dimensão cotidiana da tentativa de "fazer morada" em uma metrópole brasileira, en-

1 Desenvolvo este artigo no escopo de minha pesquisa de doutorado, em que completarei entrevistas com nove pessoas com status de migrantes, refugiadas ou solicitantes de refúgio. Para fins deste artigo, justifico abarcar três pessoas envolvidas na categoria refúgio por questões de tempo e de recorte conceitual da categoria de análise "refúgio".

2 De acordo com normas éticas de confidencialidade e com a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido juntamente à Câmara de Ética da universidade onde a pesquisa está sendo realizada, os nomes das pessoas e de alguns lugares serão anonimizados e pseudonimizados.

quanto são interpelados por categorias burocráticas, políticas e subjetivas de solicitantes de refúgio, refugiados e LGBTI+.

O artigo está dividido em: a) uma introdução ao contexto jurídico migratório; b) na articulação conceitual sobre as dimensões estruturais e afetivas do acolhimento consoante conceitos de *home/homemaking* (MEEUS, VAN HEUR, ARNAUT, 2019; KOX; VAN LIEMPT 2022), e questões de gênero e sexualidade; c) apresentação de entrevistados e seus relatos; d) revisão das articulações conceituais à luz dos relatos, e narrativas visuais, assim como do panorama de conceitos sobre *home/homemaking* que terão sido apresentados. Alguns dos achados desdobrados ao final deste artigo remetem ao isolamento, ao desemprego e à desigualdade social e geográfica no Rio de Janeiro como intensificadores da solidão destas pessoas, ao mesmo tempo em que o reconhecimento dos direitos LGBTI+, os direitos "em potencial" de pessoas migrantes e o apoio da sociedade civil (afetos LGBTI+, amigos íntimos) são fatores que renovam suas perspectivas e negociações sobre uma vida digna no presente e no futuro.

O CONTEXTO JURÍDICO BRASILEIRO

A Lei de Migração n.13.445/2017 substitui o Estatuto do Estrangeiro de 1980, construído através dos princípios da segurança nacional. É a partir dela que se inaugura no Brasil o direito migratório, segundo o qual a pessoa migrante é entendida como sujeito de direitos, mais do que uma ameaça ao país (JUBILUT; SILVA; VELÁSQUEZ, 2020). Nos últimos anos, o Brasil tem facilitado a entrada de pessoas de algumas nacionalidades, como Haiti, Síria, Afeganistão e Venezuela[3], em decorrência do reconhecimento de que tais países passam ou passaram por crises humanitárias. As normativas são determinadas em Portarias Interministeriais, em diálogo direto com algumas diretrizes da Lei do Refúgio de 1997, n. 9.474. Por exemplo, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) reconheceu, em 2019, situação de grave e generalizada

3 No tocante ao processo facilitado de refúgio, a Venezuela foi o país que mais recebeu atenção através de medidas de emergência do CONARE. Ainda em 2018, uma série de Decretos e Medidas Provisórias foram assinados com vistas a estruturar o acolhimento e a assistência das pessoas em vulnerabilidade, consolidando a disposição jurídica brasileira em lidar com o tema, o que facilitou o pedido e a deliberação do status de refúgio para nacionais venezuelanos e financiou operações através do Ministério de Defesa. Nesse contexto, foi criada a Operação Acolhida, força-tarefa concentrada no Estado de Roraima e na cidade de Manaus - com apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) - que gere abrigos (foram oficializados os já existentes e criados novos) e leva a cabo os processos de interiorização das pessoas que se encontram no Estado de Roraima para outras localidades do país (FONSECA, 2020). Embora seja uma iniciativa de relativa abertura em comparação às leis de outros países que recebem migrantes, as decisões por meio de instrumentos provisórios indicam paradoxos entre a preocupação pela segurança nacional e a proteção dos sujeitos, pois sugerem uma hierarquia da lei, que segue intocada em relação a novas aberturas. O protagonismo das Forças Armadas na operação acolhida e a securitização generalizada da questão migratória na prática se chocam com os ideais da Lei de Migração (JUBILUT; SILVA; VELÁSQUEZ, 2020; FACUNDO, 2017).

CC BY NC SA

violação de direitos humanos na Venezuela[4] e o CONARE julgou em bloco, pela primeira vez, o reconhecimento de cerca de 21,4 mil pessoas venezuelanas como refugiadas (BRASIL, 2021); decisões estas que seguem acontecendo para facilitar o fluxo vindo deste país.

Existem diferenças jurídicas entre as categorias refugiado e migrante, e não obstante estas se contêm e estão em diálogo. A Lei de Migração n.13.445/2017 dispõe de artigos e incisos relativos a categorias pertinentes ao processo migratório, como, por exemplo, as solicitações de residência. Nestes tópicos, o refúgio (categoria que concede visto de residência permanente) é considerado um benefício jurídico dentro do escopo maior da migração, concernente a um tipo de pessoa migrante. Como propõem Crawley e Skleparis (2017), as categorias políticas, os usos populares e as concepções acadêmicas das ciências sociais se modulam entre si e interagem intensamente entre essas três esferas. Isto é, os usos políticos das palavras refugiado e migrante são contextuais, e as distinções jurídicas não são incontestáveis. Sobretudo, ressalto que a hiperpolitização da categoria "refugiado" não é indicativa apenas do deslocamento, mas sim dos regimes de soberania estatal que colocam a vida política como ocorrendo dentro dos Estados-nação e suas jurisdições mutuamente excludentes (JUBILUT; MADUREIRA, 2014). Enquanto isso, o "migrante" é colocado, juridicamente, como aquele que se move com maior flexibilidade, ao mesmo tempo em que sua mobilidade é condenada por não se fundar em temores políticos internacionalmente reconhecidos. Em última instância, o efeito concreto da separação migrante/refugiado é a deportação de pessoas que vêm de países enquadrados como "Terceiro Mundo", por serem consideradas migrantes econômicas, supondo-se que a migração econômica é uma escolha sem coerção, ao contrário do refúgio (CRAWLEY, SKLEPARIS, 2017).

Especialmente no caso das pessoas por mim entrevistadas, a solicitação de refúgio, embora oficialmente motivada pela grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela (como reconhece o CONARE), está acoplada ao exílio por motivações de sexualidade, gênero e perseguições familiares - que Rezende (2018) chama de "sexílio" -, ou seja, coerções não necessariamente comprováveis, cujas dimensões intersubjetivas estão aquém das narrativas requeridas pela burocracia migratória. Portanto, mesmo que as pessoas participantes desta pesquisa sejam refugiadas e solicitantes de refúgio, refiro-me a elas majoritariamente como migrantes, frente às suas trajetórias de deslocamento; por outro lado, adoto a categoria de refugiados e solicitantes de refúgio ao me referir à especificidade do status jurídico, quando necessário.

4 Ver inciso III do artigo 1° da Lei do Refúgio n. 9.4749/2017.

No Brasil há direitos[5] formais para pessoas que atravessam a fronteira e aguardam decisão sobre seu status jurídico. Há uma lacuna, porém, entre os direitos garantidos por lei e a execução da legalidade na prática. Dentre os motivos, estão o desconhecimento generalizado sobre a cidadania de pessoas que migram; a xenofobia e o racismo; os choques culturais, a falta de estruturas de chegada (MEEUS, VAN HEUR, ARNAUT, 2019; KOX; VAN LIEMPT 2022); a LGBTI+fobia e a estigmatização direcionada especificamente ao povo venezuelano devido à instrumentalização política da crise econômica neste país para fins da disputa política presidencial no Brasil em 2018 (FONSECA, 2020), que atingiu diretamente as pessoas participantes desta pesquisa, sendo venezuelanas LGBTI+ e tendo chegado no Brasil entre 2018 e 2020.

MIGRAÇÃO E NARRATIVAS COTIDIANAS: DIMENSÕES E POSTURAS DE PESQUISA

Escrevo este artigo a partir da experiência vivida de voluntariado por 15 meses (ainda em continuidade) na ONG Pétala[6] que oferece escuta ativa, acompanhamento para saúde, empregabilidade e questões sócio-jurídicas para a população migrante LGBTI+[7]. Comecei, ali, a perceber os hiatos entre não apenas as propostas de inclusão social e garantia de direitos para estas pessoas, mas também a falta da visão interseccional sensível à cis[8]-heteronormatividade e às dimensões necessárias para a garantia de uma vida digna, não só pelas necessidades materialmente básicas (comida, saúde, educação), como também aquelas necessidades subjetivas, intersubjetivas e materiais que, embora não percebidas como básicas, também o são.

5 Em território brasileiro, as pessoas indocumentadas têm acesso ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social (SUS e SUAS), podem trabalhar informalmente sem comprometimentos jurídicos e, se precisam trabalhar formalmente, devem solicitar status de refugiados ou de residentes temporários ou permanentes (migrantes), e podem manter-se trabalhando até que saia a deliberação sobre seu status de cidadania. O CPF e o Registro Nacional Migratório Provisório ou o documento de Solicitação de Refúgio bastam para que tenham carteira de trabalho, possam abrir conta bancária e ter acesso a programas de auxílio financeiro nacionais, dentre outros direitos.

6 Pétala é um nome fictício, usado para manter a confidencialidade da ONG devido a questões de ética e segurança, especialmente devido à interrelação entre as pessoas entrevistadas e a instituição.

7 Intercalo as siglas LGBTI+ e LGBT+, sendo esta última aplicada ao nome da ONG referida. As siglas, nomeações, significados e concepções mais profundas acerca das condutas sexuais e identidades variam de acordo com o contexto de tempo, espaço, contexto coletivo e visões individuais. Na última - e primeira - Conferência Nacional LGBT, em 2008, foi decidido que o nome oficial no âmbito da articulação institucionalizada de movimentos sociais seria LGBT. De lá para cá, vêm crescendo as nomeações dadas a subjetividades dissidentes, e a escolha da sigla depende de uma variedade de fatores, sujeitos e identificações locais e internacionais. Dada a impossibilidade constitutiva de abarcar todas as identificações e subjetividades que existem nas dissidências, "LGBTI" é uma forma de nomear lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais (incluindo pessoas não-binárias), além de pessoas intersexo.

8 Pessoas cisgênero são aquelas cujo gênero corresponde ao sexo socialmente atribuído no nascimento.

As necessidades e vivências das pessoas migrantes e refugiadas se veem correspondidas ou negligenciadas nas estruturas de chegada, conceito caro à abordagem desta pesquisa, desenvolvido por Meeus, Van Heur e Arnaut (2019) e trabalhado por Van Liempt e Staring (2020) e Van Liempt e Kox (2022). Estruturas de chegada consistem naquelas partes do tecido urbano às quais os recém chegados se veem entrelaçados ao chegar, onde suas mobilidades sociais futuras, sejam locais ou translocais, serão produzidas e negociadas (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019).

À medida em que se entrelaçam nessas estruturas, surge a importância de outros conceitos relacionados a vivências rotineiras, como a segurança ontológica. Esta depende da combinação entre a materialidade dos objetos e as interações com outras pessoas, que, repetidas a partir de uma rotina, constituem a sensação de estabilidade psíquica e conforto com o universo em que se habita. A dimensão da rotinização é importante, não pela obrigatoriedade de repetição quase exata do que acontece no dia-a-dia, mas, por exemplo, porque ter um lugar familiar onde dormir, ter encontros constantes com pessoas conhecidas, sentir-se à vontade para cometer erros linguísticos, poder confiar em alguém, são relações construídas a partir de reiterações do contato e do contexto (PETERS, 2014). Na ausência desses alicerces, aparece a constante tensão psíquica, que não necessariamente se traduz em estado de alerta, mas pode surgir também em estados de extremo tédio e solidão, como relatados pelas pessoas entrevistadas.

As pessoas participantes desta pesquisa são um casal de homens cisgênero gays, George[9] e Charmander, e um homem transgênero heterossexual, Rafael, estes últimos refugiados e o primeiro solicitante de refúgio. Todos foram por mim atendidos no contexto da Pétala e já havíamos compartilhado espaços comuns, inclusive de lazer. As histórias foram contadas através de entrevistas semi-estruturadas, e não obstante os encontros se deram como conversas informais[10]. As questões giraram em torno de palavras como pertencimento, rotina, lugares de lazer, sentir-se em casa, redes de amizade, e não suscitaram a necessidade de contar histórias trágicas, embora estas tenham surgido. Como alertam Bilger e Van Liempt (2012), há uma tendência extrativista, por parte de entrevistadores, de tentar capturar detalhes sórdidos que caibam no escopo da pesquisa e tentem dramaticamente legitimar as aspirações acadêmicas (BILGER; VAN LIEMPT, 2012).

As narrativas aqui escritas compõem um esforço cartográfico não necessariamente situado em mapas geográficos, mas apontando para histórias e discursos que mencionam lugares afetivos e materiais, redes de pessoas, obstáculos e superações subjetivas e estruturais. Embora os estudos migratórios em Relações Internacionais enfatizem, em geral, as trajetórias e atravessamento de fronteiras, este trabalho aponta para a articulação de aspirações, possibi-

9 Todos os nomes são fictícios para proteger a identidade e integridade das pessoas.

10 Em nenhuma ocasião as perguntas foram feitas por completo, pois compartilhamentos anteriores mais espontâneos já haviam exaurido o tema levantado.

lidades e insuficiências, sistematizando os aspectos afetivos e materiais que constituem essas experiências de vida, na tentativa de criar e circular conhecimento pautado na necessidade de que demandas sejam ouvidas e atendidas multidimensionalmente pelo Estado e pela sociedade civil. Sabendo que processo de refúgio e o reconhecimento e descoberta da sexualidade dentro dos termos LGBTI+ são processos burocráticos e políticos, parto da premissa – informada pela literatura sobre migração, gênero e sexualidade, assim como pela minha experiência de trabalho na Pétala - de que há um tensionamento constante na subjetividade das pessoas entrevistadas: são estrangeiras, falam outro idioma, têm documentos de identidade diferentes e muitas vezes não reconhecidos por falta de informação da sociedade civil, migraram (também) por LGBTI+fobia e ainda são discriminados constantemente no Brasil, o que dificulta a sua entrada no mercado de trabalho (FONSECA, 2020; FONTGALAND; FRANÇA, 2023; PRATA FILHO, 2023; REZENDE, 2018).

Assim, é frente à possibilidade de relaxamento da autoconsciência dessas posições sociais, à oportunidade de cometer erros linguísticos, de agir fora do roteiro prescrito para a vida de pessoas refugiadas, de haver lugares de suposto descanso das que sempre os interpelam (KOX; VAN LIEMPT, 2022), que as concepções de "pertencer" e "fazer morada/sentir-se em casa[11]" serão desenvolvidas, tecendo encontros e desencontros com o que reportaram as pessoas entrevistadas. Ademais, pedi que as pessoas se expressassem visualmente através da confecção de colagens em torno do tema "fazer morada" no Rio de Janeiro ou outro lugar de seu desejo. A colagem como método rompe com demandas de representação da escrita acadêmica e desafia o que se conta como pesquisa. Estas não são apenas ilustrações e nem material de pesquisa no senso geral do conceito; são ambos e também mais do que isso. Funcionam como veículo para uma reflexão que vai tanto além da pesquisadora, como da leitora e das pessoas que fazem as colagens (SÄRMÄ, 2014)[12].

HOME, HOMEMAKING, PERTENCIMENTO, ESTRUTURAS DE CHEGADA, TRABALHO

Richard Staring e Ilse Van Liempt (2020), pesquisaram a vida cotidiana de pessoas refugiadas sírias na Holanda com o objetivo de entender como lidam com práticas regulatórias

11 Forma como me referi às palavras que, nas categorias analíticas aqui usadas, estão escritas em inglês como *home* e *homemaking* (BOCCAGNI, 2017; KOX; VAN LIEMPT, 2022).

12 Como forma de suscitar uma continuidade da relação da pesquisa produzida com a participação das pessoas, negociei devolutivas, como, por exemplo, a possibilidade da criação de um website para exibição das colagens e de textos/áudios que sejam do desejo das pessoas entrevistadas; no caso de duas das pessoas que participaram das entrevistas para este artigo, negociamos o início de uma troca de escritos, onde eu compilarei as histórias contadas e lhes enviarei em português, pois têm interesse no exercício da escrita e na eventual publicação de textos com suas histórias.

do governo holandês. A pesquisa mostrou que algumas rotinas diárias são vitais para a incorporação social de pessoas refugiadas, indicando que alguns espaços específicos podem causar desconforto e concomitantemente ser importantes para o processo de fazer morada (*homemaking*). Frequentar repetidamente alguns espaços e encontrar as mesmas pessoas leva à socialização e ao hábito, propiciando a construção de amizades. Por outro lado, a socialização forçada é exaustiva, cobra da pessoa um nível de comprometimento com a língua e disponibilidade excessiva para tentar construir amizades. Por isso, são importantes os lugares de restauração (*places of restoration)*, isto é, espaços onde as pessoas se esquecem de suas preocupações, restauram suas energias, curam seus estresses (STARING; VAN LIEMPT, 2020). É notável a articulação feita pelos autores entre a possibilidade do relaxamento de categorias hiper-políticas e histórias de trauma; a possibilidade de fazer morada; e a possibilidade de pertencer. Entender demandas e experiências de pessoas migrantes nos lugares em que se sentem "em casa" permite fazer associações entre demandas subjetivas e emocionais e necessidades materiais.

A distribuição dos espaços públicos como parques abertos; a distância de tais espaços para os locais de habitação em que pessoas refugiadas conseguem se alocar; as formas de aparecer em público e demonstrar afeto em relação ao gênero e à sexualidade; a possibilidade de frequentar um lugar *LGBTI+friendly* sem a obrigação de ter dinheiro para pagar por uma bebida (pois geralmente tais espaços são privados ou semi-públicos), enfim, os sensos de pertencimento suscitados por cada tipo de espaço e mobilidade relativa dependem de uma performatividade que inclui a reiteração da rotina e a relação para com grupos e espaços frequentados (KOX; VAN LIEMPT, 2022). O pertencimento pode, em parte, ser traduzido pela sensação de conforto, e estendido à percepção de sentir-se em casa, baseada, segundo Boccagni (2017), nas sensações de segurança, familiaridade e autonomia. Em outras palavras, a experiência de se sentir em casa tem bases espaciais e performativas, envolvendo as interações com a população nativa, o acesso ao mercado de trabalho e a serviços de bem-estar, o acesso à casa, ao lazer. O pertencimento também se relaciona ao reconhecimento, na medida em que ocupar espaços públicos é ocupar o campo regulado da aparência e do comportamento público. Uma praça, um parque, a praia, são lugares que funcionam sob regulações sociais específicas que reconhecem alguns sujeitos como aceitáveis caso correspondam à expectativa normativa que rege aquele lugar (BUTLER, 2015). Desse modo, as relações não cis-heterossexuais chacoalham a noção de pertencimento de pessoas migrantes desde o ponto de vista de que o espaço público não é igualmente acessível a todas as pessoas.

A mobilização política do termo "lar" também tem dimensões sexualizadas e generificadas. Quando relacionada à ideia de pátria e de terra natal (*homeland*), o lar/home pode ser um lugar físico mas também imaginado, que não é separado do mundo público e político; é construído através desses mundos: o doméstico é criado pelo extra-doméstico e vice-versa, em

variadas escalas, micro e macro. Nessa esteira, as diferentes palavras que remetem à ideia de lar oferecem caminhos metafóricos para contestação geográfica que podem significar simultaneamente a nação, o bairro ou apenas a rua em que uma pessoa mora (BRICKELL, 2012, p.575).

A migração afeta a dimensão política do lar, no sentido da desnaturalização daquele ponto anterior de morada no país de origem e reflexão sobre os significados de pertencer e morar (casa, lar, *home*) e de terra-natal (*homeland*). Atravessada pela dimensão de gênero e sexualidade, fazer morada torna-se complexo porque há um potencial de questionamento sobre o próprio lar de origem como ponto de segurança, controle e familiaridade (BOCCAGNI, 2017). Se o homem cis-heterossexual é imaginado como a figura migrante, a essencialização do lar anterior como local de conforto e segurança lhe é potencialmente mais correspondente. Embora haja variantes culturais, é comum que o provedor/comandante da casa seja o marido, o pai, ou o irmão mais velho. As hierarquias supostamente naturalizadas da família representam um ideal de tradicionalidade que se expande para escalas políticas maiores; nessa lógica, a família cis-heterossexual, vista como a unidade básica da política, exemplifica as regras sociais que devem se aplicar à nação (HILL-COLLINS, 1998). Para as pessoas que viveram o processo de sexílio (REZENDE, 2018), a renovação dos pontos de referência em relação ao lar, como a associação entre lar e família, entram em constante choque, na medida em que permanecer no lar foi impossível *por causa* da família.

Refletir sobre a aplicação dos sentidos de fazer morada com pessoas migrantes LGBTI+ tende a desagregar a relação entre *home e homeland*, desagregando também a hiper-politização da pessoa refugiada como aquela cuja existência remete à política com P maiúsculo, que se desdobra em palavras atreladas como refúgio, conflito, guerra, crime (como veremos adiante com o relato de George). Elaborar sobre a dimensão cotidiana sem remeter ao conflito, à crise e à guerra desvia o foco das práticas de análise que pensam a vida ou o lar na ótica da destruição e da desapropriação (BRICKELL, 2012), e aponta para as possibilidades de reconstrução.

RAFAEL: REDESCOBRIR-SE, DISCIPLINAR-SE, REFAZER-SE

Rafael e eu marcamos o encontro na praia de Copacabana, por sugestão dele. Ali chegando, eu pensava que iríamos à areia, fazia sol. Mas ele pediu que ficássemos no quiosque onde me esperava, e comentou que ao dizer "praia" ele se referia geralmente aos quiosques. Rafael vestia calça e camisa pretos, e um crachá de um evento ao qual tínhamos comparecido naquela semana. Ali, se demonstraram-se duas situações: ele não se sentia à vontade em ficar na areia da praia, vestindo calção ou biquíni, pois não condizia com sua expressão de masculinidade, como depois comentou; como forma de se sentir mais à vontade, afirmando sua presença legítima naquele local frequentado pela elite carioca, ele escolheu exibir o crachá com seu nome e/ou se apresentar como um trabalhador, pertencente à equipe de alguma em-

presa, ou algo semelhante. Essa foi a maneira encontrada por Rafael de apropriar-se daquele lugar. Como afirma Boccagni, se uma casa é um pedaço de propriedade, o lar é a apropriação daquele lugar, ou potencialmente de qualquer outro. Apropriar-se de espaços, moralmente, culturalmente e legalmente, é fazê-los pessoais, significativos e seguros (BOCCAGNI, 2017, p.110). Rafael fez ali uma tentativa de se apropriar e pertencer, vestindo-se de trabalhador e deixando clara a masculinidade de seu nome, mostrando-se pertencente a uma coletividade normalizada.

Rafael chegou no Brasil no final de 2018 através da fronteira venezuelana com a cidade de Pacaraima, em Roraima, e veio ao Rio de Janeiro através do processo de interiorização oferecido dentro da Operação Acolhida. Ele foi direcionado a um abrigo[13][14] na Zona Oeste do Rio, e posteriormente conseguiu sair, por não se sentir bem com o tratamento compulsoriamente cis-heterossexual e a lesbofobia que sofreu. "Uma menina dizia que eu ficava de madrugada olhando os peitos dela (...). Me expulsaram do abrigo. No que me expulsaram do abrigo, eu falei pras meninas: gente, eu preciso ir pra algum lugar".

As meninas a quem Rafael se refere são as fundadoras da Pétala, cujo funcionamento era bastante pessoal e direto à época (2019), pois havia escassa estrutura física e material, e poucas pessoas migrantes e refugiadas eram atendidas; através delas, Rafael recebeu apoio para regularização de documentação, foi posto em contato com redes de apoio para ajuda com habitação, frequentou eventos de lazer sapatão e foi-se entendendo como homem trans, ao invés de mulher lésbica/sapatão. Essas redes lhe ofereceram formas de vislumbrar um novo começo, após sair de sua casa em Caracas rumo ao Brasil, sendo forçado a deixar três filhas com seu ex-esposo devido à lesbo/transfobia.

Vivendo hoje sozinho e de aluguel em um bairro da Zona Oeste que concentra população de baixa renda, incluindo quantidade significativa de migrantes, Rafael, perguntado sobre atividades de lazer e amizades, diz atualmente não ter amigos e não sair de casa: gosta de ligar o ar-condicionado, fechar as janelas e ficar no escuro, apenas com seu cachorro e seu celular. Mesmo satisfeito com a amplitude espacial de sua casa, Rafael afirma que a sensação de estar em casa aconteceria apenas se pudesse trazer suas três filhas da Venezuela. Contudo, já tendo conhecido vários estados brasileiros devido, principalmente, a relacionamentos amorosos viabilizados pela *internet*, ele afirma sem hesitação que seu lar, embora incompleto, é o Rio de Janeiro.

13 Uma das estratégias de interiorização consiste no financiamento de abrigos da sociedade civil e de governos estaduais e municipais por parte da ACNUR e da OIM para receber pessoas que atravessaram a fronteira brasileira e ficaram em abrigos (FONSECA, 2020).

14 Este abrigo, embora conste na publicação "Interiorização e Integração no Destino: Rede de Serviços de Apoios do Acnur", fechou há cerca de um ano. Ver em: ACNUR. Interiorização e Integração no Destino: Rede de Serviços de Apoios do Acnur. Fev de 2021, disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Rede-de-Servic%CC%A7os-e-Apoios-do-ACNUR8397.pdf>.

Nos relatos dos entrevistados, a *internet* aparece como uma esfera de interação e transformação, onde os canais de troca puderam alimentar aspirações de mudança, propiciar facilidades e prover redes de apoio em torno de comunidades de interesse, assim como manter uma proximidade virtual com a família e amigos de longa data e ser um meio de entretenimento alternativo para aqueles que não podem dedicar-se a programas culturais e de lazer. Apesar disso, a *internet* também concentra os sintomas de uma sociedade que alimenta a cultura individual do empreendedorismo, na qual as oportunidades de emprego, moradia, otimização econômica e acesso à informação são narradas como amplamente disponíveis e dependentes do esforço individual de acesso e proveito das informações distribuídas (ZANFORLIN, 2018).

O assunto mais abordado por Rafael na nossa entrevista foram os seus casos românticos, contados com animação. Em outro bairro periférico da Zona Oeste, passou a frequentar, em 2019, uma choperia de público diverso onde conheceu e se relacionou com mulheres cisgênero. Seus afetos lhe ofereciam casa, comida e apoio emocional, onde pôde arrefecer temporariamente as lembranças de seus problemas de família e de violência durante a trajetória de migração. Após o tempo de descoberta sexual e passadas algumas frustrações amorosas, Rafael se diz triste e idealiza a felicidade quando puder trazer suas filhas para o Brasil. Essa projeção depende da supressão de outras condicionantes que prejudicam sua qualidade de vida: a violência causada pela batalha de facções na vizinhança, falta de oportunidades de emprego, os traumas vividos na trajetória de migração. Afetivamente, sente que o Rio de Janeiro lhe deu muitas oportunidades, e foi feliz por um tempo, quando tinha romances frequentes; porém, mais tarde, e com a rotina mais disciplinada nos períodos em que esteve empregado, Rafael viu sua vida tornar-se mais ébria e também sombria; não tem amigos e nem vontade de sair de casa. A decisão de disciplinar sua vida para ter potencial estabilidade financeira pelo trabalho (e o eventual insucesso em consegui-la) parecem ter tornado a saudade de suas filhas lembrança central de seu dia-a-dia, e os períodos em que esteve empregado tornaram-se antônimo de lazer: conseguindo funções de ajudante de cozinha, não ganhava o suficiente para uma vida tranquila, e nem tinha tempo para si mesmo e com amigos.

No contexto da temporalidade esperada para a integração da pessoa migrante e refugiada em sua trajetória até a sociedade receptora, as instituições da estrutura migratória e de refúgio operam paternalisticamente as suas concepções de futuro quanto às pessoas refugiadas atendidas nas ONGs e nos programas de acolhimento. Angela Facundo (2017), entrevistando funcionários da ACNUR, versa sobre o ponto de vista ali operante, segundo o qual as pessoas mais aptas mostram-se disciplinadas para o objetivo de integração através do trabalho formal, entendido como a porta de entrada para a socialização e a sobrevivência. Contudo, França e Fontgaland (2020) demonstram que a população transgênero e travesti, estigmatizada, tem dificuldade em ser integrada através do trabalho.

De fato, a empregabilidade é a porta de entrada para as possibilidades de construir-se como cidadã(o) quando não há outra maneira de se sustentar financeiramente, e, como aponta Sayad (1998), a sociedade receptora tem dificuldade em entender a conjunção entre o imigrante e o desemprego: em condição de refúgio ou outra situação migratória, estar desempregado é um paradoxo, pois suscita a questão do motivo de uma pessoa não brasileira estar ocupando as vagas de emprego naquele país ou aumentando a massa desempregada. O emprego é, assim, um dos temas que mais inflam o tratamento da migração como um problema social danoso à sociedade receptora. A migração e pessoas migrantes são compreendidas como um problema em si mesmo, cuja solução seria negá-lo, não conceder direitos e enrijecer as fronteiras (SAYAD, 1998).

Hoje, Rafael tenta corresponder aos ideais que lhe são cobrados para conseguir um emprego, mas não consegue ter segurança psíquica e tem dificuldade de sair de casa, que vem aumentando devido ao perigo da violência urbana, à "guerra entre a milícia e os bandidos", que ele relata ter se intensificado em 2023 na vizinhança. A ele estão indisponíveis a maioria dos aspectos que compõem a segurança, a familiaridade e o controle, que, segundo Boccagni (2017), são alguns dos pilares para a construção de uma relação positiva para com o espaço em que se vive, e que constituem a concepção de segurança ontológica (PETERS, 2014).

Gostar do Rio de Janeiro, das praias, paisagens e lazeres não corresponde a usufruí-los, pois lhe falta a possibilidade de existir no espaço público individualmente, em coletivo e sem tensões latentes. Se a sensação de lar é a construção de relações especiais com um lugar, o político está na forma como essas possibilidades são desigualmente distribuídas. Tal desigualdade se manifesta na falta de infraestruturas de chegada, na escassez de iniciativas de arrefecimento dos danos emocionais e psíquicos da migração (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; KOX; VAN LIEMPT, 2022) e na descontinuidade de políticas de habitação e encaminhamento para oportunidades de trabalho[15], as quais ele conseguiu acessar, significativamente, por ter conhecido a Pétala. Para passear, Rafael gosta de andar na orla da praia da Barra da Tijuca, mas lamenta ter sido assaltado recentemente. Este é mais um fator para que ele decida permanecer em casa, evitando contato social tanto quanto possível.

15 O Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes existe desde 2009 (CEIPARM), e o Comitê Intersetorial de Políticas de Atenção a Imigrantes, Refugiados e Apátridas (COMPARM) existe desde 2022, presidido pela Secretaria Especial de Cidadania da Prefeitura do Rio. Em janeiro de 2023, a prefeitura, através desta secretaria, inaugurou o CRAI, Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes, que contava com um abrigo de 20 leitos. Ao final do primeiro semestre, o abrigo não tem perspectiva de continuidade, mas o serviço de atendimento do CRAI continuará funcionando.

CHARMANDER E GEORGE: DISTÂNCIA, AMIGOS IDOSOS, O MAR, O NOVO LAR

Charmander e George são um casal cisgênero gay que atravessou a fronteira da Venezuela com o Brasil no começo 2020, alojando-se na cidade de São Gabriel da Cachoeira, levando consigo apenas o documento venezuelano. Logo após sua chegada, começou a pandemia de COVID-19, e seus meios de sustento foram anulados. Conseguiram seguir para Manaus, onde se alimentaram provisoriamente recorrendo a um abrigo da ACNUR, que frequentavam apenas para comer. Decidiram mudar-se para o Rio de Janeiro com ajuda de um conhecido através do *Facebook*, com quem vinham construindo amizade, e trocaram hospedagem em um município na Baixada Fluminense por um trabalho na horta da casa deste conhecido. Antes de chegar à cidade, Charmander e George haviam pesquisado "coisas LGBT" (Charmander) no Rio de Janeiro pela *internet*, e então souberam da existência da Pétala, ONG à qual recorreram na ocasião da mudança de comportamento do anfitrião, que não mais se contentava com o trabalho na horta, e quis hospedá-los em troca de sexo com Charmander.

Ao contactar a ONG, o casal foi orientado sobre procedimentos para solicitação de refúgio, e agendou ida à Polícia Federal em outro município da Baixada Fluminense, razoavelmente próximo à casa do rapaz onde ainda estavam hospedados. De lá, eles saíram com um papel A4, o protocolo de refúgio, que dá acesso à cidadania brasileira até que saia a deliberação final sobre o status de refugiados. É com este protocolo em mãos que podem retirar a carteira de trabalho. Enquanto ainda indocumentados, trabalharam numa loja na Baixada, 12 horas por dia em troca de 30 reais diários. Antes de começarem a trabalhar na loja, queriam empreender, vender sacolé e brigadeiro, como tinham feito quando moraram em São Gabriel da Cachoeira. As fundadoras da Pétala os ajudaram com um apoio financeiro inicial, mas o empreendimento não deu certo: a população da Baixada não comprava, não havia demanda. Perceberam que só conseguiriam vender bem na Zona Sul do Rio de Janeiro, idealmente na praia, onde não conseguiriam ir diariamente pela distância de 2 horas e meia para a casa em que estavam hospedados.

Após retirada de carteira de trabalho, ambos conseguiram trabalho formal, por indicação de um conhecido, como operadores de transporte e transbordo, em uma empresa terceirizada que servia a uma empresa estatal. Durante este tempo, conseguiram sair da casa do rapaz anfitrião para obter sua casa própria em outro município da Baixada Fluminense. Conseguiram comprá-la procurando pelo mercado *online* do *Facebook*. Obtiveram dinheiro graças ao crédito liberado pelo Banco do Brasil, onde abriram conta devido ao trabalho na estatal. A Pétala os ajudou a organizar os documentos necessários para a compra. Dada a validade do contrato de trabalho, Charmander conseguiu novo emprego através da Jornada de empregabilidade da

Cáritas[16], no segundo semestre de 2022, como cozinheiro em um supermercado num bairro de classe média da Zona Norte carioca.

George está desempregado há mais de um ano. Relata sentir muito tédio. Ele não se sente confiante em sair só pela rua sem seu companheiro, que teve seu celular recentemente roubado perto de casa, devido à batalha de facções no morro que fica logo ao lado, algo que disseram nunca ter imaginado antes de sair da Venezuela: sabiam que existiam favelas, mas não violência aberta assim, que toma conta de toda a vizinhança, que envolve "polícia, milícia e bandidos, é tipo uma guerra" (George). Para ele, que morava numa favela em Caracas, essa realidade carioca é "chocante".

Apesar de jovens, não vão a festas. Vão à praia "uma vez na vida". Lembram de um passeio excepcional que fizeram ao Museu do Amanhã, promovido pelo Centro de Referência LGBT da Prefeitura de um município da Baixada Fluminense, como parte lúdica de um curso de corte e costura que fizeram quando estavam desempregados. Para eles, este foi um dos pontos positivos da vivência na Baixada, já que outros serviços, como o tratamento da polícia federal, o tratamento na UPA do município, dentre outros preconceitos, fazem da região da Baixada um lugar de "gente mal educada" (George), onde sofreram homofobia ao tentar cadastrar-se para o programa de transferência de renda Auxílio Brasil num Centro de Referência de Assistência Social, e Charmander sofreu racismo por parte de um policial na rua de sua casa, que disse abertamente ter que revistá-lo "porque você é preto" (Charmander). Ainda, brasileiros os questionam se não são refugiados porque, vindos da Venezuela, "mataram alguém por lá" (George).

Vitor Andrade (2017) chama de "paralelismo sem intersecção" as situações políticas nas quais se encontram migrantes e refugiados LGBTI+: enquanto pessoas não brancas advindas do chamado Terceiro Mundo, enfrentam racismo; enquanto migrantes, enfrentam LGBTI+fobia, e particularmente quando acessam serviços públicos, geralmente segmentados, têm suas demandas e necessidades fragmentadas, causando a sensação de que não pertencem a nenhum espaço. Buscando informações em estabelecimentos da cidade de São Paulo que oferecem políticas para LGBTI+, Andrade (2017) ouviu de funcionários que sua busca lhes causou surpresa ao checarem, em banco de dados, que nunca haviam atendido pessoas migrantes, ou que uma certa iniciativa não havia atendido migrantes, mas o faria se necessário. A partir dessa constatação, Andrade observa que tal paralelismo provoca distanciamento e a sensação, por parte de migrantes LGBTI+, de que essas instâncias não lhes cabem, seja por falta de informação ou pela falta de um esforço ativo para alcançar o público não cis-heterossexual e migrante (Andrade, 2017).

16 Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio da Arquidiocese do Rio de Janeiro, localizado no bairro Maracanã, que atua em parceria com a ACNUR. Ver: <http://www.caritas-rj.org.br/quem-somos.html>.

Devido ao isolamento forçado pela escolha de comprar uma casa acessível financeiramente, com espaço externo para bichos e menos tumultuada em relação à vizinhança, eles frisaram o tédio, o cansaço e a solidão. Charmander, que atualmente trabalha, disse não estender suas amizades após o trabalho, já que o pessoal "faz muita festa, mas não podemos ir porque é longe". George foi uma vez a um baile funk e uma vez ao réveillon de Copacabana, mas teve medo. "Aqui (em casa), tem milícia e bandido, mas a gente anda tranquilo, eu com meu iphone na rua, tranquilo, mas em Copacabana não, eu tenho muito medo de ser roubado" (George).

Diferentemente de outras pessoas migrantes que conhecem, George e Charmander vivem em uma casa isolada – apesar de avizinhada por um morro -, numa área quase rural. Eles o preferem porque gostam de bichos e de espaço, e não querem morar dentro de uma favela. A compra deste terreno com baixo custo foi possível pela precariedade material da casa, pela distância caminhando à estação de trem e pela localização do bairro e do município em relação à cidade do Rio de Janeiro. Se a casa e a criação de bichos podem ser um lugar de restauração no sentido apontado por Staring e Van Liempt (2020), foi possível tê-lo em um terreno distante do trabalho (Charmander leva entre três e quatro horas por dia no trajeto casa-trabalho), avizinhado por embates de facções, e com sentimentos de desconfiança em relação à vizinhança.

Cotidianamente, George vai à aula de português na Cáritas, de vez em quando vai à Pétala quando precisa de ajuda ou deseja participar de alguma atividade, e, para relaxar, gosta de passar a tarde no parque da Quinta da Boa Vista (parque grande da cidade, o mais próximo à sua casa) ou ir à praia com Charmander, mas raramente conseguem fazê-lo. Perguntado sobre os lugares em que se sentem em casa, Charmander se apresenta como uma pessoa mais tranquila.

> Eu sou muito simples, só de respirar já tô feliz (sic). Pra mim o que é importa é casa, amizade e família. É isso (...) mas eu gosto de passear em Engenheiro Pedreira porque conheço gente da época em que trabalhei lá vendendo coisa na rua. Tem pessoas que eu conheço, conheço as ruas. Poder ir na casa da senhora Mônica e sentar, abrir a geladeira e tomar água. É um pessoal que eu tenho confiança e geralmente é mais velho.

Já George tem outras necessidades. Quer sair, compartilhar, tomar cerveja, e sobretudo morar perto da praia. "Não sei, eu sonho em ver o mar todo dia. Porque morando perto do mar você tem emprego, dá pra se virar vendendo qualquer coisa". As pessoas a quem ele e Charmander podem recorrer são uma amiga de 64 anos, que conheceram através de colegas de trabalho, e um amigo cubano gay de cerca de 50 anos, que conheceram na Cáritas.

Para eles, identificar-se com o universo LGBTI+ é uma via de mão dupla: não gostam de amizade com gays: "Eu juro que a gente não é homofóbico, mas é que os gays não querem amizade, só transar. Ainda mais se for gordinho assim não querem ni saber (sic)" (George);

mas já tiveram bons momentos quando viveram um relacionamento a três com um rapaz que conheceram pela *internet*. Ele tinha carro e saíam para passear, "(...) tomar sorvete com o filho dele. Era perfeito, mas acabou, a relação dele com a família era complicada" (George). A única amizade mais aprofundada com uma pessoa gay é o amigo cubano acima mencionado.

O deslocamento geográfico leva a choques culturais e formas de hibridização que devem ser vistas mais como um processo social de transformação do que uma comparação de juízo de valor entre culturas, pois não há um processo linear de assimilação e aprendizado sobre a "liberdade sexual" (MANALANSAN, 2006). A visão de Charmander e George sobre os gays cariocas reflete formas de pensar e viver a sexualidade que só podem existir em choque e encontro. Sendo um casal e procurando amigos, se surpreenderam com a falta de amizades não-sexuais no mundo gay; por outro lado, Rafael, relacionando-se com mulheres lésbicas e bissexuais, pôde encontrar seu conforto e suas surpresas nesta abertura. É nesses entendimentos e acordos rotineiros que podemos compreender como um olhar atento à sexualidade importa, para fazer sentido dos comportamentos de certos grupos e comunidades localmente, conhecer os motivos do desconforto de algumas pessoas e do conforto de outras, e assim considerar os modos com que a sociedade civil amortece ou potencializa danos e expectativas de pessoas que viveram e vivem processos sociais complexos tais como a migração. A premissa de que pessoas LGBTI+ migrantes buscam se congregar com outras pessoas LGBTI+ no país receptor não é absolutamente verdadeira porque a carga cultural, as diferenças de classe, raça, região de moradia, assim como a LGBTI+fobia internalizada, incidem na forma como as pessoas entendem a si mesmas e articulam suas similaridades e diferenças

No último encontro, George relatou não ser confortável trocar afeto em público, como na Quinta da Boa Vista, porque já escutam o sotaque e o jeito deles sabendo que são estrangeiros e; "imagina se veem que nós somos gays? Na praia é bom quando ta cheio (sic) porque ninguém liga, por exemplo, se um hetero mexe com você dizendo coisa que ali tem criança, vão ter outros gays lá que vão lhe defender" (George). O atrelamento entre o reconhecimento e o senso de pertencimento são articulados nestas relações para com o espaço, em que os lugares restaurativos podem sê-lo na medida em que o comportamento de um casal gay e venezuelano se adeque às regras do lugar. A ida à Quinta da Boa Vista, lugar tão prezado por eles, é negociada com a contenção do afeto mútuo e com a regulação do volume da fala -"eles podem ver que a gente é gay e ainda por cima refugiado" (George). A ida à praia, se inclui a troca de afetos, é negociada com o cálculo do local em que se concentram pessoas LGBTI+ não brancas, como o posto 1 da praia do Leme, mesmo que eles não gostem de praia lotada. Como afirma Butler (2015), a compulsoriedade de aparecer e se comportar de determinada maneira pré-condiciona a possibilidade de existir, frequentar, fazer-se reconhecível. Assim, a existência de espaços públicos não basta para que sirva como descanso ou restauração, pois há intensas negociações intersubjetivas que se tornam mais difíceis de acordo com a posição dos sujeitos na hierarquia social de classe, raça, gênero e sexualidade.

AS POSSIBILIDADES CARTOGRÁFICAS

Os caminhos delineados a partir das narrativas aqui apresentadas apontam para possibilidades cartográficas de ordem afetiva e cotidiana. Um trabalho fundamental foi feito nas publicações "Mapa das Redes Comunitárias e de Serviços para Pessoas Refugiadas e Migrantes LGBTQI+", feitas para 8 cidades das regiões Sul, Sudeste e do estado da Bahia. Estas contêm mapas, incluindo estabelecimentos como centros de cidadania, ambulatórios especializados, centros de acolhimento, delegacias e organizações da sociedade civil, tendo consultado pessoas migrantes e refugiadas não cis-heterossexuais para validar informações mapeadas, pois reiteradamente estas são expostas a violências em lugares que deveriam oferecer proteção, incluindo os serviços públicos (ACNUR; LGBT+MOVIMENTO, 2022).

Para além dessas redes, a vivência cultural, a empregabilidade, a morada e a mobilidade são elementos que englobam uma série de questões determinantes do acolhimento e do reconhecimento, isto é, a possibilidade de existirem como ser es humanos relevantes, visíveis (BUTLER, 2015), para quem são feitas políticas públicas ou que gozam de direitos de cidadania. Facundo (2017) alerta que a cidadania prometida para pessoas refugiadas ou migrantes com visto humanitário no Brasil é de segunda classe, nivelada com aquela dos brasileiros mais empobrecidos e com menos acesso a direitos. Tal condição se mostra como uma pré-destinação dessas pessoas, cuja lógica assistencialista pautada por ações humanitárias ou estatais emergenciais (PRATA FILHO, 2023) as coloca como fadadas à condição de migrantes, "sem lugar, deslocado(s)" (SAYAD, 1998, p.11), classificáveis pela sua condição documental e de deslocamento, assim como pelas categorias de gênero e sexualidade, no caso das pessoas LGBTI+.

O convite que fiz à participação das pessoas nesta pesquisa se deu justamente por suas trajetórias e por serem interpeladas através da categoria de migrantes/refugiadas LGBTI+, especialmente porque tais nomeações permitem definir o escopo das pessoas atendidas pela ONG em que trabalho, através da qual as conheci. Contudo, todas as subjetividades são múltiplas, inesgotáveis, e estão em constante transformação (MISKOLCI, 2012), mesmo constituídas pelo poder e o saber modernos e suas categorias. Filho e Teti (2013) descrevem que a produção da subjetividade funciona através de dois dispositivos, denominados objetivação e subjetivação:

> A objetivação refere-se à colocação dos corpos e subjetividades dos indivíduos como objetos para o saber e o poder modernos, implicando toda uma diversidade de sujeições e controles, envolvendo a produção de corpos e de indivíduos concretos, presos a identidades visíveis. A subjetivação implica um movimento do sujeito em relação a si mesmo no sentido de reconhecer-se como sujeito de um enunciado, de um preceito, de uma norma, fazendo com que estes operem no seu próprio corpo, o que envolve um conjunto de trabalhos e práticas de si visando estetizar-se e produzir-se conforme enunciado pelo preceito ou pela norma" (FILHO; TETI;, 2013, p. 50).

CC BY NC SA

Para esses autores, cartografar é um modo de driblar as formas presentes de subjetivação e objetivação que são prescritas para os sujeitos. Negociar com e contra estes dispositivos consiste, por exemplo, em enfrentar o cotidiano resistindo às regras impostas para o destino de uma pessoa, agenciar-se com e contra as enunciações do refúgio, do gênero e da sexualidade, levando a sério aspirações, desejos e transformações. Assim, venho propondo a narrativa das pessoas participantes e o meu exercício de interpretá-las em escrita e sistematização acadêmica como uma prática cartográfica incipiente, que pensa o cotidiano e o lar sem restringi-los à ótica da crise, da urgência ou da destruição, como geralmente é feito em iniciativas e olhares relacionados migrantes e refugiados (HARKER, 2009).

Combinadas com as narrativas obtidas em entrevistas semi-estruturadas, as colagens podem ajudar na compreensão de relações de justaposição, ao invés de relações lineares e coerentes. É mais fácil, através de colagens e outras formas de imagem, entender relações de mutualidade, de múltiplas direções de uma vez, pois incitam respostas emocionais e sensoriais que não necessariamente racionalizam os elementos em ordem, e nem correspondem ao saudosismo construído em torno de narrativas de origem e fim (SÄRMÄ, 2014). Pedi às pessoas que fizessem colagens de acordo com o que conversamos, pensando no que mais lhes marcou a memória a partir de nossas conversas, especialmente no que tange aos temas "sentir-se em casa" e "fazer morada" no Rio de Janeiro.

Imagem 1: Colagem de autoria de Charmander



Fonte: fotografia da autora.

A colagem de Charmander acima centraliza a palavra "família". Perguntado sobre sentir-se em casa no Rio de Janeiro, ele diz, como antes transcrito: "sou uma pessoa tranquila, só de respirar já tá bom, mas queria ter aqui minha família, todo mundo junto". Na Venezuela, o conforto do lar tornou-se uma situação turbulenta, em que a relação a dois, em outro país, foi escolhida em detrimento de uma relação mais próxima com a família biológica. Nesta complexa rede de lealdades e decisões, Charmander vem lançando ao futuro a possibilidade de sentir-se em casa novamente com a família. Na colagem, alguns elementos à vista são o contraste entre as roupas pouco tradicionais das duas mulheres que aparecem no centro à direita, remetendo à sua divergência com a família; a paisagem pintada de um pôr-do-sol sobreposta à imagem de um rapaz em preto e branco que estava escrevendo em uma parede, que supõe o cansaço da rotina ou das obrigações truncadas, indicando uma fuga para uma paisagem artística; a relação entre mata e prédios, ligada ao contraste entre desejos rurais e a vida urbana; a liberdade associada à natureza e à cultura, o olhar para uma paisagem nebulosa onde ele escreveu *Crecimiento puesto en el futuro*, que traduzo como, "Crescimento lançado ao futuro".

Anne-Marie Fortier (2001), ao analisar narrativas literárias de migração de pessoas LGBTI+ em termos de memória sobre o lar (*home*), entende que o significado deste vem de lembranças de começos, relacionadas a lugares, rostos, corpos e emoções; é um espaço de significados mutáveis e reconstruíveis, apesar das marcas afetivas. Para ela, lar não é simplesmente um lugar, mas sim um espaço material, vivido, e os desejos a ele relativos emergem aí dentro dos espaços de habitação que são adquiridos através de experiências. Ainda há cerca de três anos e meio no Brasil, Charmander considera que o seu lar é onde está sua família e assim o idealiza; por outro lado, reconhece sua coragem em fugir com o namorado e não esconder a própria história. Conforme Fortier (2001) "lar" remete a lugares que adquirem significado no processo de deslocamento; tais lembranças combinam, concomitantemente, forças de movimento e apego, e parecem informar tanto a centralidade da associação entre lar e família no pensamento de Charmander, quanto o reconhecimento de que há uma incompatibilidade entre sua trajetória e a fixação com a família enquanto sinônimo de "lar".

Já George diz-se desapegado; já era independente desde muito jovem. Ele canaliza o seu saudosismo do lar e as chances de prosperar em um lugar específico: o mar. "Porque na praia tem tudo, dá pra fazer confeito e vender, dá pra ter meu próprio negócio; eu me sinto mais relaxado, parece que tudo acontece ali". Como propõe Malkki (1995), o lar é aquele lugar onde a pessoa se sente mais segura e à vontade, e não apenas um ponto essencializado num mapa. A questão é que, para as pessoas que entrevistei, a tentativa de fazer lar no Rio de Janeiro é sempre faltante, projetada a um futuro idealizado; apesar disso, todos relatam sentir-se mais à vontade pela relativa liberdade de exercer a sexualidade, e por ser um país que dá mais chances de crescer profissionalmente e como pessoa.

Imagem 2: Colagem de autoria de George



Fonte: fotografia da autora.

Perguntado sobre a pretensão de continuar no Rio de Janeiro, George diz não fazer questão de permanecer. Poderia ir pra qualquer lugar que ficasse próximo ao mar, e tem visitado seu amigo cubano, mais velho, que mora em Copacabana, onde acaba dormindo pela distância de casa. Como enquadramento para as colagens, foi escolhida uma base de papel duro preta, sobre a qual está centralizada a imagem do mar, rodeada por prédios, uma máscara e, acima, a área interna de um museu que simboliza prédios sofisticados, onde George escreveu *Trabajo*. Na ponta inferior direita, uma imagem em preto e branco com escritos está posta abaixo da figura de uma moça sorrindo, alimentando-se de uma melancia. George tem duas formações educacionais superiores incompletas na Venezuela: essas experiências parecem ter sido deixadas para trás, ocupadas por necessidades mais urgentes de alimentar-se, pensar em lazer, ser feliz no curto prazo. À esquerda, está um revólver apontado para uma pessoa parada na porta de casa, imagem em preto e branco, mórbida, talvez relativa à vizinhança violenta de que ele sonha se livrar no futuro, pois almeja uma casa mais próxima ao centro e à praia.

Rafael, por sua vez, em condição atual de instabilidade psíquica, aposta sua vida na possibilidade de novos começos: ter uma relação romântica sólida, trazer suas três filhas da Venezuela. Esta última condição tem sido dificultosa porque, como refugiado, tem que prestar satisfação à ACNUR caso viaje ao país de origem, além de carecer de rede de apoio venezuelana e sofrer ameaças de familiares, ex-familiares e conhecidos.

CC BY NC SA

Imagem 3: Colagem de autoria de Rafael



Fonte: fotografia da autora.

Rafael falou sobre a colagem acima e o fez de forma simples e direta: expressou a sua história, as pessoas que a ele deram as costas na Venezuela, suas batalhas e solidão na passagem da fronteira, onde há muitas florestas, a menção ao fogo (a pessoa na imagem à esquerda carrega uma tocha), pois ficou traumatizado com homens que atearam fogo em pessoas que dormiam próximo a ele, no chão de uma praça em Roraima, atingindo uma criança. No meio, ele destacou a imagem grande de um casal cis-heterossexual aparentemente alegre e tranquilo; assim como na colagem, o destaque de sua vida no Rio de Janeiro parece ter sido a descoberta e a vivência de sua transgeneridade, o abandono da relação com homens e o conforto de relacionar-se com mulheres. À direita, estão as pessoas que o ajudaram a seguir em frente, para um destino que vem sendo construído a muitos passos, mas que ainda está praticamente em branco dentro de sua imaginação.

Afetivamente, Rafael, Charmander e George tentam não se resignar às dificuldades que encontram morando no Rio de Janeiro, lugar de expectativas e sonhos. Nesse sentido, investem seus afetos na esperança sobre o futuro: seja numa comunhão emocional e/ou física com a família (Charmander; Rafael); seja sonhando viver perto da praia e ali exercer atividades comerciais para seu sustento (George); ou buscando um par romântico estável e o reconhecimento da legitimidade deste relacionamento frente à sociedade e a família (Rafael).

Mas o desemprego, acoplado aos problemas de habitação e de segurança pública que constituem os espaços das periferias cariocas (neste caso, Zona Oeste e Baixada Fluminense),

causam insegurança física e psíquica, intensificando o isolamento e a sensação de tédio, bastante presentes nos relatos de Rafael e de George. Já Charmander, empregado, adota constantemente um tom de satisfação ou resignação ("Só de respirar já tô feliz"), reforçando ser uma pessoa simples, que busca amizade com pessoas mais velhas, sábias, que saibam acolhê-lo, mas, ao mesmo tempo, lamenta ter tempo apenas para o trabalho.

Neste misto de sentimentos quanto ao presente e ao futuro, se sobressai a sensação, compartilhada por todos, de que no Rio de Janeiro há maiores chances de crescer profissionalmente e como pessoa devido à liberdade individual e ao mercado de trabalho da cidade grande. Apesar das desigualdades econômicas entre os bairros, que se refletem na sensação de (in)segurança em geral e na falta de serviços de proteção para pessoas LGBTI+ (VIEIRA DE JESUS, 2023), os direitos LGBTI+ no Brasil e a multiculturalidade de uma grande metrópole são elementos fundamentais para que as pessoas aqui entrevistadas considerem que viver no Rio de Janeiro é promissor para o seu crescimento pessoal, ao menos em comparação com as experiências anteriores de vida na Venezuela e na região fronteiriça brasileira. Nessas circunstâncias, o vislumbre do gozo "em potencial" da cidadania, somado aos direitos LGBTI+ adquiridos e exercidos no Brasil, fazem parte de uma dimensão recente em suas vidas, relativa à cidadania sexual (RICHARDSON, 2015). O enquadramento de cidadania sexual pressupõe que, enquanto sujeitos cis-heterossexuais em sociedades seculares têm como naturalizados os seus direitos sexuais - de namorar, fazer sexo, casar, trocar afetos em público, etc. - não é tão óbvio que sujeitos LGBTI+ tenham direitos sexuais.

Para pessoas migrantes que não gozavam de direitos de proteção às suas práticas e identidades não cis-heterossexuais em seus países de origem, as leis brasileiras representam um alívio no que tange à potencialidade de existir sem discriminação, ou simplesmente à potencialidade de poder-se falar sobre práticas e identidades não cis-heterossexuais em, para algumas pessoas, sejam amigos, sejam colegas de trabalho (nem sempre é o caso), sejam funcionárias e colegas da Pétala, do ACNUR, da Cáritas, etc. Para as pessoas travestis e transgênero, o direito a terem nomes sociais em todos os seus documentos brasileiros fazem a diferença na sensação de reconhecimento, como ficará nítido no caso de Rafael. O direito à adoção por casais homoafetivos, a inclusão de mulheres trans e travestis na lei Maria da Penha, o direito à hormonização com acompanhamento do SUS (Collado et. al, 2022) - mesmo que a fila de espera para o tratamento demore bastante tempo - são significativos desde o ponto de vista de que na Venezuela há poucos direitos garantidos. Por outro lado, os altos índices de violência, especialmente contra a população transgênero e travesti, é um indicativo de que a cidadania sexual não pode ser medida apenas pelo ponto de vista dos direitos formais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução dos lugares de morada e pertencimento de pessoas que passam pelo processo de refúgio internacional depende de uma série de fatores e estruturas que devem ser providas pelo Estado e pela sociedade civil, dentro das quais a rotina e as cargas afetivas das interações intersubjetivas são parte fundamental. As pessoas entrevistadas relataram passar por problemas de à (in)segurança pública, desemprego, e isolamento devido a grandes distâncias percorridas por viverem em periferias do Rio de Janeiro. A falta de suas famílias e de vínculos próximos que provejam a sensação de segurança ontológica e estabilidade psíquica reforça os problemas de desigualdade social pelos quase passam estas pessoas, cujas perspectivas de vida se assemelham as pessoas mais pobres do Brasil, que exercem uma espécie de cidadania de segunda classe (FACUNDO, 2017).

Negociando sua sobrevivência material e subjetiva, essas pessoas encontram possibilidades de relaxamento da categoria político-burocrática de refugiados nos laços com a sociedade civil, onde a Pétala atuou como ponte de amizades e de acesso à cidadania, à informação, ao emprego e aos direitos LGBTI+. Nesse sentido, "fazer morada" é uma construção diária que se faz possível nas brechas de relaxamento sobre o olhar do outro distante, que os fita como pessoas refugiadas. As amizades e romances de Rafael na choperia da Zona Oeste, e os amigos mais velhos de Charmander e George que lhe conhecem de forma íntima, assim como passeios ao parque, à praia e ao museu, apareceram como elementos que os aproximam da sensação de "fazer morada"/*home/homemaking* (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; KOX; VAN LIEMPT, 2022). É relevante rememorar que a única amizade íntima cis-heterossexual surgida nos relatos é a amiga de 64 anos de Charmander e George, o que sugere que, apesar de terem algumas ponderações quanto às pessoas LGBTI+ cariocas, a não cis-heterossexualidade pode ser um elemento político congregador para pessoas migrantes. Somado a isso, o acesso a direitos de cidadania sexual (RICHARDSON, 2015) no Brasil e no Rio de Janeiro lhes dão o reconhecimento social e a possibilidade de crescimento pessoal que não consideravam ter na Venezuela, embora essa sensação varie em contextos específicos da distribuição espacial e da segurança pública, que depende principalmente de recortes de classe social e raça.

Essa sensação de liberdade e crescimento pessoal, embora lhes tenha rendido momentos importantes de descoberta e pertencimento em relação à cidade, é também projetada para o futuro, e alimenta suas esperanças de dias melhores, embora as perspectivas de emprego, renda, lazer, e acesso à cultura sejam baixas. Particularmente no quesito emprego e renda, há uma frustração pelas carreiras de estudos e empregos interrompidas na Venezuela e descontinuadas no Brasil, onde impera a busca por oportunidades emergenciais e precarizadas de acesso à renda. É nestas negociações entre esperança, resiliência, instabilidade psíquica, afetos e desafetos que essas pessoas constroem suas perspectivas de dignidade.

CC BY NC SA

REFERÊNCIAS

ACNUR; LGBT+MOVIMENTO. *Mapa das Redes Comunitárias e de Serviços para Pessoas Refugiadas e Migrantes LGBTQI+*. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/mapa_rio_de_janeiro.pdf> Acessado em 15 de junho de 2023.

ANDRADE, Vitor. *Imigração e sexualidade: solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Portal de Imigração*. 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/resolucoesgerais/resolucoes-do-comite-nacional-para-os-refugiados-conare> Acessado em 17 de junho de 2023.

BOCCAGNI, Paolo. *Migration and the Search for Home:* mapping domestic space in migrant's everyday lives. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

BRICKELL, Katherine. Geopolitics of Home. *Geography Compass,* v. 6, n. 10, p. 575–588, 2012.

BUTLER, Judith. *Notes towards a performative theory of assembly.* Harvard: Harvard University Press, 2015.

COLLADO, M. P. et Al. Manual de atendimento humanizado a migrantes internacionais LGBTQI+. Organização Rede MILBI+. São Paulo: Ed. dos autores, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. It's All In the Family: Intersections of Gender, Race, and Nation. *Hypatia*, v. 13, n. 3, p. 62-82, 1998.

CRAWLEY, Heaven; SKLEPARIS, Dimitris. Refugees, migrants, neither, both: categorical fetishism and the politics of bounding in Europe's 'migration crisis'. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 44, n. 1, p. 48-64, 2018.

FACUNDO, Ángela. Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do Brasil. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Babarói*, n. 38, p. 45-49, 2013.

FONSECA, Nathalia A. *Entrecruzamentos entre Migração, Gênero e Sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2020.

FONTGALAND, Arthur; FRANÇA, Isadora. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e" refugiados LGBTI" no Norte do Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.28, s/n., p. 49-68, 2020.

FORTIER, Anne-Marie. 'Coming Home': Queer migrations and multiple evocations of home. *European Journal of Cultural Studies*, v. 4, n. 4, p. 405-424, 2001.

HARKER, Christopher. Spacing Palestine through the home. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 34 n. 3, p.320–332, 2009.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. Os desafios de Proteção aos Refugiados e Migrantes Forçados no Marco de Cartagena +30. *REMHU*: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 22, n. 43, p. 11-33, 2014.

JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos; VELÁSQUEZ, Militza Zulimar. Proteção humanitária no Brasil e a Nova Lei de Migrações. In: CAMARGO, A. et al. (Org.) *Nova Lei da Migração*: os três primeiros anos. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp – Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020.

KOX, Mieke; VAN LIEMPT, Ilse. "I Have to Start All over Again." The Role of Institutional and Personal Arrival Infrastructures in Refugees' Home-making Processes in Amsterdam. *Comparative Population Studies*, v. 47, p. 165-184, 2022.

LGBT+MOVIMENTO. *Carta Manifesto*: Projeto Trans Vivas y Migrantes. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://lgbtmaismovimento.com.br/relatorios/#>. Acesso em: 22 out. 2023.

MALKKI, Liisa H. Refugges and exile: From "Refugee Studies" to the National Order of Things. *Annll. Rev. Anthropol*, n.24, p.495-523, 1995.

MANALANSAN, Martin. Queer intersections: sexuality and gender in migration studies. *International Migration Review,* v. 40, n. 1, p. 224–249, 2006.

MEEUS, Bruno; ARNAUT, Karen; VAN HEUR, Bas. Migration and the Infrastructural Politics of Urban Arrival. In: Arrival Infrastructures - Migration and Urban Social Mobilities. Bruno Meeus, Karen Arnaut; Bas van Heur (Orgs.). Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p.1-32.

PETERS, Gabriel. Agência, estrutura e práxis: uma leitura dialógica da teoria da estruturação de Anthony Giddens. *Teoria e sociedade*, v. *19*, n.1, p.8-39, 2011.

PRATA FILHO, Ricardo. *Rastros performativos no acolhimento humanitário:* migração e refúgio de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023.

RICHARDSON, Diane. Rethinking sexual citizenship. *Sociology,* v. 51, n. 2, p. 208-224, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SÄRMÄ, Saara. *Junk Feminism and Nuclear Wannabes-Collaging Parodies of Iran and North Korea*. Academic Dissertation. University of Tampere. School of Management. Tampere: Tampere University Press and the author, 2014.

VAN LIEMPT, Ilse; BILGER, Veronika. Ethical challenges in research with vulnerable migrants. In: VARGAS-SILVA, Carlos (org.). *Handbook of Research Methods in Migration*. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishing, 2012, p. 451-466.

VAN LIEMPT, Ilse; STARING, Richard. Homemaking and Places of Restoration: Belonging within and beyond places assigned to Syrian Refugees in the Netherlands. *Geographical Review,* v. 111, n. 2, p. 308-326, 2021.

VIEIRA DE JESUS, Diego. Santos. Só para o moço do corpo dourado do sol de Ipanema: distribuição espacial da economia noturna LGBT na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 19, n. 2, p. 288-309, 2017.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. Comunicação em rede nas comunidades migrantes. In: PERSEGUIM, Daniel; OLIVEIRA, Edson Luiz; QUINTANILHA, Karina; CIOTTI, Naira (orgs.). *Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas*: O desafio da comunicação diante das populações em deslocamento. São Paulo: Colabor, 2018, p.18-22.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17283

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Imigração Galega em Salvador: deslocamentos de subjetividades

Adriana Alonso Alvarez
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Salvador, Bahia, Brasil
E-mail: adriana.alonso.alvarez@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-4662-2549

Resumo: Este artigo analisa a interação da tríade conceitual, colonialidade, etnicidade e branquitude, enquanto elementos para uma análise de práticas migrantes a partir do olhar do Sul Global. As experiências migratórias entre o Sul e Norte Global são representadas pelo fenômeno imigratório de galegos para Salvador durante parte do período da ditadura franquista e o seu desdobramento através do deslocamento de seus descendentes para a Espanha. Analisamos as formas como as três conceituações dialogam entre si e se movimentam, interpretam corpos, subjetividades e espaços no processo de ascensão socioeconômica de imigrantes galegos em Salvador e por meio das experiências da chamada "migração de retorno" de seus descendentes. O texto busca contribuir para a produção crítica sobre práticas e experiências migratórias partindo-se da percepção migrante sobre a própria experiência. Reconhece a relevância das subjetividades para uma compreensão profunda sobre as desigualdades nas relações entre os países e suas sociedades, explorando como fenômenos localmente situados podem ser entendidos em uma perspectiva global. Para isso, utilizamos uma metodologia teórico-empírica que fundamenta o aterramento conceitual com a literatura acadêmica e entrevistas focadas no sujeito com as quais interajo diretamente como parte do universo das pessoas entrevistadas.

Palavras-chave: experiências migratórias; subjetividades; perspectivas do Sul Global.

Galician immigration in Salvador: unfolding subjectivities

Abstract: This article analyzes the interaction of the conceptual triad, coloniality, ethnicity, and white privilege, as means to exam migration experiences through the perspective of the Global South. Migration flows between the Global North and Global South are represented by the immigratory phenomenon of Galicians to Salvador, Brazil, during part of Franco's dictatorship, and the migration of their descendants to Spain. We analyze the way in which these three concepts interact with one another, move, and interpret bodies, subjectivities, and spaces in the upward socioeconomic mobility of Galician immigrants in Salvador and the experiences of their descendants who returned to Spain. The study seeks, through its inputs, to contribute to the critical production on migratory practices and experiences through the migrant gaze on their own experience. It recognizes the relevance of subjectivities for a deeper understanding of inequalities in relations both between countries and within their societies, exploring how locally situated phenomena can be understood in a global perspective. To do so, we use a theoretical-empirical methodology that situates the conceptual triad firmly within academic literature while drawing from subject-focused interviews with which the author interacts directly as part of the universe of the people interviewed.

Keywords: migratory experiences; subjectivities; perspectives from the Global South

Inmigración Gallega en Salvador: despliegue de subjetividades

Resumen: Este trabajo analiza la interacción de los componentes de la tríada conceptual, colonialidad, etnicidad y blanquitud, como elementos para el análisis de las prácticas migrantes a partir del Sur Global. Las experiencias migratorias entre el Norte y Sur Global son representadas por el fenómeno inmigratorio de gallegos a Salvador, Brasil durante el periodo de la dictadura franquista y desarrollos a través de sus descendientes al vivir en España. Analizamos las maneras como las tres conceptualizaciones dialogan entre ellas, se mueven e interpretan cuerpos, subjetividades y espacios migrantes en el proceso de ascensión socioeconómica de inmigrantes gallegos en Salvador y a través de la inmigración de regreso de sus descendientes. Buscamos con los insumos contribuir para una producción crítica de prácticas y experiencias migratorias centrada en la visión migrante sobre su propria experiencia. Se reconoce la gran relevancia de las subjetividades para una comprensión más profunda sobre las desigualdades en las relaciones entre los países, en sus sociedades. Además, como fenómenos locales pueden ser comprendidos desde una perspectiva global. Utilizamos una metodología teórico-empírica que basa la fundamentación conceptual propuesta en la literatura académica y entrevistas centradas en sujetos con los que la autora interactúa directamente como parte de este universo.

Palabras-clave: experiencias migratorias; subjetividades; perspectivas desde el Sur Global.

Recebido em: 07-07-2023
Aceito em: 15-01-2024

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a relação entre colonialidade, etnicidade e branquitude na imigração galega para Salvador, Bahia, situada no segundo fluxo da imigração galega ocorrida entre 1940 e 1950, portanto, durante parte da ditadura franquista no Estado espanhol (1939-1976). O estudo, de caráter teórico-empírico também tem como objeto o desdobramento através de descendentes ao se deslocarem para a Espanha[1].

Neste período, a Galícia era uma região devastada pela pobreza, falta de oportunidades, discriminada pela sociedade espanhola e desassistida pelo Estado. Os imigrantes, homens jovens em sua grande maioria[2], chegaram à capital baiana majoritariamente através de contatos com galegos que haviam participado no primeiro fluxo imigratório (1870-1930). Muitos se estabeleceram e constituíram família em uma cidade pujante que buscava se alinhar ao apelo nacional desenvolvimentista e acolhimento a imigrantes europeus[3]. Outros retornaram por escolha ou por haver fracassado na tentativa de ascender socioeconomicamente. O estudo escolheu fincar análise no processo do primeiro grupo que se consolidou enquanto parte constitutiva do universo soteropolitano.

O exemplo dos imigrantes europeus no Brasil em geral, e dos galegos na Bahia em particular, assim como no deslocamento de descendentes, é um desenho de como a Europa se transformou e se autorreproduziu na América Latina enquanto identidade geopolítica do mundo moderno. Neste sentido, percebemos como os sujeitos do Sul e do Norte Global, ainda que de uma mesma origem, constroem e são construídos por distintas leituras simbólicas sobre seus corpos[4] e suas experiências migratórias. Ademais, compreendemos que as

1 O presente artigo tem por base a dissertação de mestrado intitulada "Imigração galega em Salvador e desdobramentos através de seus descendentes: diálogos entre colonialidade, etnicidade e branquitude," dentro do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

2 Pelo fato de que homens jovens compunham quase a totalidade de imigrantes galegos, o termo será utilizado no masculino ao longo do texto.

3 Ainda que se tratasse de uma cidade pujante à época, salienta-se a composição de sua população era o oposto do ideário de tal apelo nacional sendo composta majoritariamente por pessoas escravizadas recém libertas e descendentes de pessoas que haviam sido escravizadas.

4 O conceito de biopoder, elaborado por Michel Foucault, aborda as formas como o corpo humano possui uma dimensão ou composição política que informa sobre a sua representação simbólica nas relações assimétricas dentro das sociedades – enquanto dispositivo (de poder) disciplinar que opera por meio do controle e da representação de sua força produtiva dentro das instituições. O biopoder rege também a biopolítica com o controle das populações ou massas através da produção de conhecimento, saberes e práticas. Segundo Foucault, a assunção da vida pelo poder refere-se a "uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico" (FOUCAULT, 2005, p. 286). Sueli Carneiro (2003) aplica o conceito de dispositivo de Foucault (o qual segundo o autor está sempre atrelado ao poder) para lançar luz à dinâmica das relações raciais no Brasil, procurando "mostrar a existência de um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira de tal modo que pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades. Pode-se dizer que o dispositivo da racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras. Ou, dito de outro modo, a superioridade do Eu

CC BY NC SA

práticas migratórias são percebidas de forma desigual dentro e fora das fronteiras nacionais, Brasil e Espanha.[5]

A colonialidade do poder, conceito elaborado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000b, p. 910, tradução nossa), é "baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação e foi sempre um fator limitante dos processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico". Tal conceito é fundamental para compreender como as relações de poder e as subjetividades decorrentes delas são reconfiguradas e pertencentes a fenômenos internacionais localmente situados, além de dinâmicos, tal como o caso do deslocamento de imigrantes europeus empobrecidos. O estudo agrega ao fato que essa percepção também se aplica ao deslocamento de descendentes de europeus naturais da América Latina, que também serão sujeitos a processos de discriminação.

Neste sentido, torna-se relevante realizar uma análise sobre as migrações históricas do período pós-colonial de europeus para a América Latina, como é o caso da imigração galega para Salvador, para situá-las comparativamente às migrações contemporâneas de pessoas latino-americanas para a Europa

Assim como a colonialidade, o conceito de etnicidade que se utiliza no presente artigo é tomado como um marcador de discriminação tendo como base a a abordagem dos estudos culturais de Stuart Hall. Se por um lado a atribuição biológica à raça promove o discurso sobre diferença "natural" e lugar do "outro," a sua variante, a diferença cultural, inscrita no conceito de etnicidade de distintas formas, também a move para outras esferas do antagonismo promovido pela forma de como e onde o poder-conhecimento-diferença opera (HALL, 2017).

A etnicidade referencia áreas distintas da diferença através do compartilhamento de línguas, tradições, crenças religiosas, ideias culturais e rituais de um grupo em particular – uma tecitura que ocorre por meio de relações tensas entre a ideia de raça e nação (HALL, 2017). A raça tende a unificar etnias e, junto com outras etnias minoritárias, se constroe dentro do que Hall (2017) denomina "espetáculo da etnicidade", sobretudo nas grandes ondas migratórias desde o século passado. Este espetáculo das raças é relevante para compreender a hierarquização da etnicidade nas experiências migratórias de galegos entre as fronteiras europeias

hegemônico branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, o negro" (CARNEIRO, 2023, p. 13).

5 A literatura galega (BARCELAR, 1994; BRAGA, 1995; CALVO-GONZALEZ, 2019) e o estudo empírico da investigação indicam como no decorrer do tempo os imigrantes, que ao chegarem habitavam partes empobrecidas de Salvador, se deslocam para os bairros mais nobres da cidade. Ao passo que as entrevistas também revelam que ao voltarem para a Espanha, sejam aqueles que não obtiveram sucesso ou aqueles que conseguiram êxito, a ocupação do espaço permanece inalterada na Galicia. Ainda que os que permaneceram em Salvador extravasem em demonstrações de posse econômica, apresentando-se como bem-sucedidos no Brasil, eram tratados como quase estrangeiros por terem abandonado a terra natal. No caso da experiencia de descendentes de imigrantes galegos, a questão do deslocamento espacial permanece inalterada e são lidos como brasileiros, sul-americanos, jamais como espanhóis. Eram vistos como espanhóis somente em interações com espanhóis e outros sul-americano que não possuíam ascendência espanhola.

e suas primeiras décadas em Salvador, assim como a experiência de seus descendentes na Espanha. Entretanto, veremos que na capital baiana a galeguidade ao longo do tempo passa a se apresentar de forma fluida, operando entre a invisibilidade e a demarcação à medida que a branquitude prevalece.

Desta forma, as práticas migratórias do presente estudo mobilizam também o conceito de branquitude, entendido dentro da perspectiva do "lugar confortável onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada; vivenciada como um lugar de conforto em uma geografia social de raça e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo" (FRANKENBERG, 1995 *apud* PIZA, 2002, p. 71).

Se, por um lado, os fundamentos da colonialidade traçam os parâmetros para a forma como os processos de dominação se estabeleceram no mundo a partir da colonização europeia, os estudos sobre a branquitude apontam para uma análise de como o fenômeno da imigração galega em Salvador pode ser entendido como um elemento fundamental para o deslocamento da etnicidade associado à colonialidade do poder. A partir da análise bibliográfica dos estudos galegos em Salvador nos distintos momentos do processo migratório, como também através da experiência própria de crescer em Salvador com ascendência galega, percebe-se como os conceitos se retroalimentam. Sendo assim, é possível observar por meios das experiencias e contextos analisados como se desenvolvem diálogos entre branquitude e colonialidade; entre colonialidade e etnicidade; e entre etnicidade e branquitude.

Os deslocamentos humanos, através das diferentes formas de migração, constituem um meio relevante para compreender aspectos das culturas de origem e sociedades receptoras. As migrações galegas (dentro da Espanha, na Europa e para América do Sul) oferecem insumos para esse debate, no sentido de como os galegos foram historicamente percebidos de maneira desqualificada na Espanha e em outros países da Europa, como Suíça, França e Inglaterra, por exemplo. Entretanto, o caso de Salvador parece revelar que, em países da América Latina, esses imigrantes com o tempo possam ter alcançado um patamar socioeconômico mais elevado e/ou deixado marcos simbólicos culturais, institucionais ou econômicos importantes nestas sociedades[6].

Os eixos norteadores – etnicidade, colonialidade e branquitude – para a análise do fenômeno estudado são discutidos a partir da ascensão socioeconômica de migrantes galegos em Salvador, a qual possibilitou a eles/as oferecerem aos seus/suas filhos/as oportunidades edu-

6 Neste sentido, é importante ressaltar a enorme contribuição do Contrato Racial, no qual Charles Mills fundamenta que a ideia da construção política do mundo moderno sob a égide da democracia e liberalismo estrutura-se e se sustenta no privilégio racial de políticos que representam a supremacia branca. Em suas palavras, "a supremacia branca é um sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje" (MILLS, 1997, p. 1). Em um país, e cidade, majoritariamente negro/a, o contrato racial lança luz a como em um sistema político que beneficia pessoas brancas, imigrantes europeus empobrecidos, como é o caso dos galegos, conseguiram alçar, em sua maioria, uma ascensão socioeconômica.

cativas melhores do que as que lhes foram ofertadas, inclusive a opção de residir na Espanha em algum momento de suas vidas.

A relevância da análise desses dois eixos migratórios encontra-se na forma como o arcabouço conceitual enquanto marcadores de discriminação. Sendo assim, compreende-se como os aspectos socioeconômicos e simbólicos nas esferas domésticas e internacionais repercutem na leitura e complexificação das múltiplas camadas de experiências migratórias. Ademais, atingem múltiplos aspectos da vida do indivíduo fortemente regidos pelo significado que atravessa a leitura do corpo, tempo e espaço.

O caminho percorrido para a construção argumentativa perpassa por uma contextualização geral dos locais de origem e destino do histórico fenômeno migratório espanhol para o Brasil, representado pela Galicia e Bahia (Salvador), inseridos na grande relevância das políticas migratórias dos dois países à época.

A partir disso, a abordagem teórico-empírica e sua aplicação às experiencias migratórias revelam como a etnicização e racialização da brancura repercutem na interpretação e experiencias dos corpos migrantes. O trabalho empírico foi extraído da análise das entrevistas realizadas a cinco descendentes de primeira geração de imigrantes galegos, nascidos em Salvador e que viveram por ao menos um ano na Espanha. Enquanto autora, estou inserida enquanto sujeito desta amostra participando através de relatos autobiográficos que dialogam com o que foi revelado pelas entrevistas.

Ao investigar como as abordagens teórico-conceituais dialogam empiricamente através das entrevistas destes/destas seis descendentes de espanhóis, percebemos que as narrativas extrapolam o pessoal, ainda que sejam focadas na realidade subjetiva dos indivíduos. Em seu conjunto, revelam aspectos de como os sujeitos interpretam os seus antepassados e experenciam a sua galeguidade e brasilidade no Brasil e na Espanha.

GALICIA E BAHIA: O ENCONTRO DE POVOS HISTORICAMENTE SUBALTERNIZADOS

- O mar já me levou três filhos.
-Se afogaram?
-Não, foram para as Américas
(BACELAR, 1994, tradução nossa).

Situada no noroeste da Espanha, a região da Galícia corresponde a uma minoria étnica historicamente subalternizada dentro dos limites nacionais e continentais. Trata-se de de uma das 17 comunidades autônomas da Espanha, conforme rege a constituição de 1978, que

garante a autonomia das nacionalidades e regiões que compõem o Estado espanhol. É formada por quatro províncias, Lugo, Corunha, Ourense e Pontevedra, e sua capital é Santiago de Compostela. Ainda que o castelhano ou espanhol seja o idioma oficial da Espanha, o galego é um dos outros quatro idiomas falados nas comunidades autônomas, assim como o catalão, o valenciano e o eusquera.

A partir do final dos tempos medievais, os galegos viveram vários processos de atrasos econômicos e empobrecimento de sua população – a peste, seguida pela guerra, atingem as bases econômicas da Galícia empobrecendo fortemente os camponeses. "A Galícia sofre com mais força uma crise que é de toda a Espanha, senão mesmo de toda a Europa, e se prepara para o início da Idade Moderna e o fim do feudalismo" (BRAGA, 1995, p. 47). Se na época medieval, a Galícia experenciou seu tempo áureo, a partir de então, entrando em grande parte do século 20, a escassez e pobreza fizeram parte da história da região (BRAGA, 1995).

A emigração galega é, portanto, um fenômeno que data dos tempos medievais devido a uma histórica estagnação econômica dessa região que se traduziu por séculos como uma forma de sobrevivência. Catástrofes naturais também causaram a retirada de muitos. De toda sorte, não havia suporte por parte do governo espanhol para minimizar as condições de pobreza dessa região. Uma população historicamente formada por camponeses utilizava formas precárias de sobrevivência e vivia em sua grande maioria subordinada donos de terra (ALBAN, 1983).

O Brasil recebe o maior fluxo de espanhóis entre 1882 e 1930, chegando a 567.176 indivíduos, especialmente galegos (que se concentraram em áreas urbanas, sobretudo no Rio de Janeiro, Salvador e Belém e andaluzes no interior de São Paulo (MARTINEZ, 1999, p. 241). O fluxo migratório espanhol[7] entre a década de 1946 e 1963, ainda que bastante reduzido em comparação ao período do final e início do século, demonstra uma nova crescente onda imigratória no país, sobretudo na primeira metade dos anos 1950, graças a subsídios de transporte oferecidos pelo governo central e alguns estados da federação. Isso ocorre após uma grande redução no período da década de 1930 e a instauração do Estado Novo com o regime centralizado, autoritário e nacionalista de Getúlio Vargas (KLEIN, 1994)[8].

7 A emigração galega representou 39% de toda a emigração espanhola entre 1946 e 1960, sendo o Brasil o terceiro principal destino, correspondendo a 20% do número de galegos que deixaram a Espanha. Pontevedra e La Coruña foram as duas províncias espanholas de maior emigração na década de 50. (PERES, 2002, p. 35).

8 A partir de 1881 o Brasil já era depois dos Estados Unidos, Canadá e Argentina, a maior nação receptora de imigrantes europeus. "Embora dez milhões de africanos e possivelmente cerca de quinze milhões de europeus houvessem cruzado o Atlântico antes de 1880, a penúltima década do século XIX assinalou um ponto decisivo no fluxo migratório da Europa" (KLEIN, 1999, p. 23). Isso se deve à economia do continente americano e suas condições de emprego que favoreciam a aumento da oferta de viagens marítimas e o fluxo europeu com todas as nações da região.

CC BY NC SA

Entre 1881 e 1915 cerca de 31 milhões de pessoas empobrecidas do sul e leste europeu migraram para as Américas, diferente do período anterior a 1880 quando a maioria dos imigrantes eram do norte do continente (KLEIN, 1999, p. 24).

> Grande parte dessa migração era a tradicional, composta em sua maioria de jovens adultos do sexo masculino[9] em busca de emprego temporário ou permanente na país de recepção. "**Fazer a América**" [aspas do autor, negrito nosso] era o lema de quase todos os imigrantes que cruzavam o Atlântico. Para eles, a prosperidade básica consistia em acumular poupanças com as quais esperavam desfrutar de uma vida melhor em seus países de origem (KLEIN, 1999, p. 24).

Mesmo no período imperial já havia políticas imigratórias para atrair europeus para supostamente melhorar o processo civilizatório do país diante da enorme presença de negros. "No início da República já era sabido que os europeus latinos e católicos[10] tinham mais aderência à premissa ideológica que sustentou essa política: o embranquecimento da população brasileira" (SANTOS, 2022, p.191).

Samira Frazão ressalta a realidade que no Brasil, "a política migratória privilegiava questões econômicas e eugênicas, além de visar a construção de uma nação nos padrões que os governantes e a elite desejavam", (FRAZÃO, 2017, p. 1109) evidenciando as várias leis e decretos desde 1824 que flagram múltiplas discriminações tais como racismo, classismo, etarismo, capacitismo, machismo, aporofobia. Portanto, o processo de construção da preferência pelo imigrante desejado europeu, jovem e do sexo masculino fora desde então plasmada nas esferas política, jurídica e social. Vale ressaltar a existente conexão desta construção de políticas de embranquecimento[11] e imaginário social do ideal civilizatório europeu.

9 Klein (1999) acrescenta que "no Brasil essa mão de obra concentrou-se em lavouras de café antes trabalhadas por escravos negros que agora tiveram esses imigrantes – italianos, portugueses e espanhóis em sua maioria – subsidiados com seus grupos familiares" (p.25).

10 A autora reitera que se tratava de italianos, portugueses e espanhóis que durante os primeiros 40 anos da república representaram o maior contingente de imigrantes no país, período quando foi proibida a entrada de africanos e de imigrantes de alguns países asiáticos.

11 O projeto de embranquecimento do Brasil foi historicamente além das políticas públicas, estabelecendo bases em vários aspectos da sociedade, sendo uma delas a produção do conhecimento, produzindo assim bases cientificas para a questão. Carone (2002) situa o racismo científico brasileiro pós-abolicionista, no qual impera o projeto de embranquecimento da população, em três fases principais: 1) a elite médica (inclusive o médico e antropólogo Nina Rodrigues) e jurídica esteve dividida entre condenar a miscigenação, devido à defesa de que isso comprometeria o potencial civilizatório do povo brasileiro. O outro aspecto dessa fase é adaptar a questão racial à realidade do país, mediante o incentivo da miscigenação para o embranquecimento da população como forma de superação da inferioridade racial dos não-brancos; 2) positivistas brasileiros defendiam que os brancos tinham maior desenvolvimento evolutivo e desempenhavam o papel de "civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior"; 3) o pensamento liberal, apoiador incondicional do crescimento industrial, incentivou a imigração de mão de obra europeia como maneira de lograr um maior desenvolvimento econômico, por considerá-la superior e como uma forma de embranquecer a população (CARONE, 2002, p. 16)..

A partir de 1930 houve uma preocupação em limitar a entrada de imigrantes, bem como limitar os direitos daqueles já radicados no país (BRAGA, 1995). Ainda assim, a preferência pela imigração europeia no Brasil volta a ser fortalecida e está estabelecida no artigo segundo do decreto de 1945, o qual rege que:

> Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional (FRAZÃO, 2017, p. 1113).

O estímulo à imigração deu-se como um projeto de embranquecimento da nação, respaldado por políticas de incentivo, inclusive programas governamentais que pagavam os imigrantes pelas despesas de viagem, sobretudo para as plantações de café do sudeste do país. Havia, entretanto, grupos, como no caso dos galegos, que se valiam de redes de contato, sobretudo da família, para arriscarem a sorte além-mar (CALVO-GONZALEZ, 2019)[12].

Neste contexto sobrecarregado de políticas de embranquecimento da população, fruto de ideais eugênicas que dominaram o Brasil desde os tempos do império, e de um posicionamento diante do mundo como o país promissor, é que Salvador, cidade berço da negritude no país, sofre um impacto com a chegada de imigrantes europeus. E com o espírito de trabalhar para sair das condições de pobreza que viviam na Espanha e "construir o futuro da nação," em resposta à propaganda feita pelo governo central que éramos o "país do futuro," é que os galegos chegam a Salvador.

Durante as décadas de 1940 a 1960 a população mais que duplicou, passando de 290.000 para 700.000 habitantes (atingindo 417.000 em 1950), período "quando a administração pública do Estado e a descoberta e subsequente exploração do petróleo aparecem como focos de importância local" (BRAGA, 1995, p.71).

A importância assumida pela força da agricultura cacaueira para a Bahia entre décadas de 1940 e 1950, apesar de ter seu centro no porto de Ilhéus, trouxe consequências diretas para a economia soteropolitana. Entre elas, duas merecem destaque: o alojamento da indústria primária na cidade e os negócios bancários - incluindo operações de câmbio e crédito comercial e agrícola - tornando Salvador a capital financeira para o setor cacaueiro. Neste período, dentre o excedente demográfico de 126.792 pessoas, dois terços provinham do interior do estado (SAN-

12 O governo federal buscava apresentar o Brasil de muitas oportunidades e se projeta ao mundo, sobretudo europeu, com a sua grandiosidade territorial metaforizada na prospecção de um futuro melhor para uma Europa pós-guerra arrasada e sem perspectiva. A materialização dessa promessa estaria na combinação de sua natureza esplendorosa, industrialização, abertura para o capital estrangeiro e população em processo de branqueamento pela mestiçagem. Assim, o país seleciona aqueles que considerava imigrantes desejáveis para o projeto de embranquecimento da nação. "O vigoroso crescimento demográfico do Brasil deve construir um feito altamente promissor para o porvir de uma raça branca" (PERES, 2002, p. 60, tradução nossa).

TOS, 2008). Essas pessoas enfrentaram o desemprego em vista da escassez e dificuldades nos setores secundário e terciário. Enquanto as classes eram formadas por profissionais liberais e, ocupados em atividades sociais, pequenos e médios comerciantes e agricultores (SANTOS, 2008)

O crescimento populacional e urbanização da cidade ocorreu de forma desajustada, seguindo uma lógica própria da segregação social alinhada com a especulação imobiliária que garantia os espaços vazios da cidade para negociá-los quando os terrenos estivessem mais valorizados e progressivamente deslocava as camadas mais pobres da sociedade das localidades urbanas mais importantes. Essas camadas empobrecidas "vão se deslocando e procurando se fixar na periferia da cidade (ou ocupar os vales não drenados, as encostas consideradas como inseguras), em pontos estratégicos que lhes permitissem afluir para o centro, para o desempenho de suas atividades de trabalho." (BRAGA, 1995, p. 72).

As duas camadas, rica e pobre, da população soteropolitana mantinha uma relação de domínio da primeira e subalternização da segunda. Eram vizinhos separados por bairros para ricos e bairros para pobres – uns prestavam e outros recebiam serviços.

Importante ressaltar que a dita camada pobre era, e continua sendo constituída em sua quase totalidade de pessoas negras e a camada rica era, e continua sendo, quase inteiramente composta por pessoas brancas. Portanto, a segregação social sempre foi, e continua, pautada por uma questão racial. Em sua chegada e ao longo dos anos, imigrantes galegos, em sua grande maioria oriundos da província de Pontevedra, se inserem nessa dinâmica racial.

APLICANDO UMA ABORDAGEM TEÓRICO-EMPÍRICA ÀS EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS

Os deslocamentos humanos, através das diferentes formas e fluxos de migração, constituem um meio relevante para compreender aspectos das culturas de origem e das sociedades receptoras. Mercer (2017) aponta a importância das migrações na análise do "Fatídico Triângulo: Raça, Etnia, Nação", servindo como um alicerce para o chauvinismo étnico, nacionalismos, fundamentalismos e limites simbólicos ao pertencimento em um grupo. As migrações galegas (dentro da Espanha, na Europa e para América do Sul) oferecem insumos para esse debate, sendo que no escopo do presente trabalho focaremos no fenômeno histórico específico da imigração galega na cidade de Salvador e no estudo empírico sobre o deslocamento de seus descendentes para a Espanha. Assim como a migração chama por movimento, verificamos através destas duas experiencias migratórias como os conceitos e abordagens teóricas não se instalam de maneira unidimensional e são ressignificados e transformados nos espaços físico e temporal.

Ao estabelecer as bases teóricas, busca-se analisar as formas como os elementos da tríade conceitual, colonialidade, etnicidade e branquitude, se caracterizam e se relacionam entre si. Esse movimento partir demarca por meio da literatura e do estudo empírico, algumas inter-

pretações possíveis de marcadores de discriminação atuantes a partir de (re)configurações que tornam possível analisar de maneira crítica a ascensão socioeconômica de imigrantes galegos e o deslocamento de descendentes desses imigrantes para o país de origem de sua ancestralidade.. Verifica-se a leitura de subjetividades a partir da movimentação dos corpos migrantes.

A ABORDAGEM TEÓRICA: RELAÇÕES DINÂMICAS ENTRE COLONIALIDADE, ETNICIDADE E BRANQUITUDE

Os conceitos trabalhados servem de fundamento para a análise do conteúdo empírico, tanto na escuta quanto em minha própria experiência enquanto sujeito e objeto da pesquisa. O eixo central deste componente é sustentado pela análise dos processos de etnicização e racialização da brancura em movimentos que frequentemente mostram-se invisíveis à comunidade galega e a seus descendentes, e sempre indissociáveis da colonialidade, da etnicidade e da branquitude. A subjetividade galega permeia o universo da subjetividade de seus descendentes como parte estruturante dela, analisada em seu local de nascimento e redimensionada no país de origem de sua ancestralidade.

Quijano (2000a) define os quatro principais elementos da colonialidade: a racialização das relações entre colonizadores e colonizados; a hegemonia do capital e a exploração do trabalho; o eurocentrismo como modo de produção e controle da subjetividade, imaginário, conhecimento e memória; e o Estado-nação como estabelecimento de controle das populações racializadas. O autor descreve o processo de racialização entre colonizados e não colonizados, ou seja, de europeus e não-europeus, como equivalente ao do eu europeu – auto-racializado e autodefinido e de onde sempre parte a existência e definição do outro – e o outro, não-europeu, cuja racialização é inventada e imposta. Desta forma, a Europa cria as categorias inferiorizadas de negros e indígenas.

O Estado-nação é, portanto, um espaço de dominação, fundamentado entre exploração e discriminação, um promotor histórico de elementos universais do padrão de exploração e dominação (QUIJANO, 2000c). Sendo assim, "a identidade nacional, comum aos habitantes de tal espaço de dominação, se constituem enquanto elementos fundantes do Estado-nação [...] Toda nação é filha do poder ainda que ele se expresse em seus habitantes como uma identidade (QUIJANO, 2000c, p. 617, tradução nossa)[13].

13 Vimos como a vinda de europeus em geral, e no caso dos galegos em particular, foi estimulada pelo Estado brasileiro. No caso da Espanha, verifica-se como o povo galego não recebeu amparo do Estado espanhol, o qual fomentou a vinda de emigrantes empobrecidos da Galícia para as Américas. Nota-se, portanto, um expurgo de parte de uma população que não correspondia ao ideal do Estado-nação ou à uma suposta "identidade nacional" conforme defendida por Aníbal Quijano..

Os países latino-americanos, ao desprender-se das colônias ibéricas, constituem sociedades com uma esmagadora maioria de populações negras e indígenas (com exceção da Argentina, Chile e Uruguai), impedidas de participação em sua formação e governabilidade,- frente a uma reduzida minoria de povos de origem europeia que assume o processo de controle estatal. Ou seja, aqui, a "nação" dos novos Estados era constituída por europeus que se instalaram e depois vieram a se chamar brasileiros, peruanos etc.

Desta forma, a concepção hegemônica da nacionalidade desses Estados não teve nenhuma semelhança ou ressonância com as populações colonizadas de indígenas e negros (QUIJANO, 2000a).

> Em ambas as dimensões fundamentais, o novo Estado independente nesta América (Latina) não emergia como um moderno Estado-Nação: não era nacional em relação à imensa maioria da população e não era democrático, não estava fundando em, nem representava, nenhuma efetiva cidadania maioritária. Era uma velada expressão da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000a, p. 714, tradução nossa).

Nesse percurso, no qual a América assume o protagonismo para a viabilidade do sistema-mundo capitalista, a colonialidade imprime sua base através das relações desiguais entre os Estados. Tais relações serão definidas da seguinte maneira:

> Pela autoridade colonial; etnicidade, com a criação de categorias étnicas até então inexistentes que acabaram se convertendo na matriz cultural de todo o sistema mundial ("índio", "negro", "branco", conforme o eixo anterior); racismo, como invenção colonial para organizar a exploração no sistema-mundo moderno; e o próprio conceito de novidade. Por outro lado, as independências não desfizeram a colonialidade, que permaneceu e se reproduziu como padrão para as formas de exploração do trabalho, configuração das hierarquias sociais, administração política por parte dos agora estados republicanos nacionais, e para a subjetividade (SEGATO, 2021, p.66, ênfase no original).

Desta forma, essa "autoridade colonial" posiciona a americanidade como o sustentáculo ideológico para o sistema mundial moderno através de uma heterogeneidade formada pelas categorias étnicas que fundamenta a existência de crenças e instituições (SEGATO, 2021). Dentro do contexto da pesquisa, parece-nos que as instituições e formas de ver o mundo a partir deste prisma da colonialidade estão inseridas na continuidade dos deslocamentos de europeus para a América Latina, sob o ideal de Estado-nação em ambos os lados do Atlântico. No caso brasileiro, a tutela de políticas historicamente respaldaram essas migrações sob a justificativa de uma suposta necessidade de "qualificação de mão de obra e miscigenação," visando o embranquecimento da população. No caso espanhol, houve por parte do Estado, a

negligência com populações empobrecidas, como é o caso da Galícia, simbolizada através de emigrantes galegos. Já no caso de migrantes descendentes de galegos, ainda que o Estado espanhol lhes assegure a cidadania, as suas subjetividades, brasileira e espanhola, são problematizadas, como visto pelas atitudes discriminatórias relatadas nas entrevistas.

Os processos imigratórios são fundamentais para analisar as (re)configurações da relação entre raça e etnia. Hall (2017) propõe que o encontro europeu com o Novo Mundo e África marca a característica ambivalente e hierarquizante da modernidade na qual a cultura e o fenótipo se unem aos desejos econômicos e à exploração para produzir o africano como o alicerce do significante negativo através de diferenças. Assim, as diferenças físicas mensuráveis (raça) se articulam a outras menos mensuráveis (etnicidade, religião e nacionalidade). Essas três se confundem entre si, por vezes unindo-se, outras vezes aparentam formar uma fusão, ou apresentam-se como elementos independentes. É por essa inexatidão que se sustenta o que Hall qualifica de "fatídico triangulo: raça, etnicidade e nação". Trata-se de uma cadeia letal de equivalentes onde as diferenças são marcadas para denotar uma ordem de importância. Os grupos sociais na construção de uma ideia de autolibertação acabam por transformar as categorias em uma espécie de competição de orgulho racial e étnico.

Através das migrações em massa, causadas processo acelerado de globalização, crescimento da tecnologia e aumento dos fundamentalismos, as divisórias raciais, étnicas e nacionais ficam mais acirradas. Na desordem de identidades através dos fluxos migratórios, observa-se uma mistura de raça, etnicidade e nacionalidade para manter as diferenças. O fatídico triangulo configura-se, desta forma, em um dilema através de uma espécie de cegueira que, no intuito de demarcar diferenças que fortaleçam os grupos, captura-se um obscurantismo de que há fronteiras puras que separam grupos que viveram processos históricos de opressão. Isso perpetua o pensamento e reforça a noção de diferenças culturais.Desta forma, percebe-se como etnicidade possui uma relação problemática e mal resolvida com raça e nação como contraponto que desestabiliza a relação entre os três (HALL, 2017).

A problematização das origens e deslocamentos de conceitos e seus elementos constitutivos, instrumentaliza os estudos decoloniais e os estudos culturais a oferecer alguns insumos sobre percursos por onde a colonialidade atravessa processos migratórios de europeus para a América Latina e vice-versa, informando sobre as marcas duradouras dos processos de racialização e etnicização[14].

14 Vemos através dos descendentes de galegos como a branquitude informa as relações entre colonialidade e etnicidade através de diferentes processos de hierarquização da brancura.

Os aspectos de raça são fundamentais para a abordagens sobre a branquitude. Neste sentido, convém ressaltar a raça não como uma realidade delimitada, mas marcada por processos e práticas visíveis ao longo da história – portanto, como construto social, a raça não é permanente e sim mutável. Entretanto, a identidade racial branca tem sido historicamente invisibilizada, dada como natural, o que normaliza a manutenção de privilégios (FRANKENBERG, 2001).

Se por um lado a modernidade, através da colonialidade, racializa os não-brancos, os estudos sobre a branquitude buscam apontar para a importância da racialização do sujeito branco, como meio de eliminar a invisibilidade da cor da sua pele, a brancura (BENTO, 2005; OLIVEIRA, 2007; SOVIK, 2009). Piza (2012) aponta para a intensa associação de alguns traços fenotípicos a negativos aspectos morais e sociais e total neutralidade para outros.

> A neutralidade do branco é dada como natural, já que é o modelo da paradigmático de aparência e condição humana. Quanto isso interfere nos processos cognitivos de brancos sobre a sua identidade racial, e, por consequência nas relações raciais? (PIZA, 2012, p. 72).

Estudos empíricos que trazem de alguma forma a temática para o olhar e a atenção de pessoas brancas, revelam aspectos da branquitude sob ângulos distintos. Para Schucman (2012, p. 24), "tanto a visibilidade quanto a invisibilidade aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos" (SCHUCMAN, p. 24, 2012). Para Oliveira (2007),

> investigar o funcionamento e manutenção sistemáticos do racismo e partir da fala do branco sobre ele mesmo e sobre o outro é estar indo em direção ao esclarecimento do porquê do silêncio em torno dos privilégios da brancura. Estando ela tão claramente marcada, é preciso torná-la bem visível e colocar que as identidades raciais também são brancas (OLIVEIRA, 2007, p.35).

Segundo Carneiro, a imigração europeia está inserida na constituição dos poderes no Brasil, na forma como se produziu a estrutura do poder sobretudo a partir da educação. Seu argumento passa pela justificativa da elite de que os negros, apesar de demonstrar competência nas artes e ciências, possuíam uma "crônica insuficiência civilizatória." Em contrapartida, cabia aos imigrantes europeus essa missão civilizatória do país. Para isso era necessário estabelecer as condições para que os imigrantes pudessem ser escolarizados no novo país e em seu novo idioma. "A adoção da língua portuguesa como obrigatória é o instrumento escolhido para esse fim. Entendemos que houve uma dupla estratégia: de nacionalização do imigrante e desnacionalização do negro" (CARNEIRO, 2023, p. 105).

Carneiro (2023) propõe, desta forma, uma ideia global de raça a partir do Brasil, demonstrando como a racialidade é um dispositivo de poder que atravessa a biopolítica, que deter-

mina que aquilo que constitui a história são os elementos atrelados ao poder e que decide os corpos que vivem e aqueles que morem. Desta forma a supremacia branca, enquanto esquema político não-nomeado, é reveladora de um Contrato Racial, enquanto a branquitude apresenta-se como tipo de racismo que aparece sem raça.

A ABORDAGEM EMPÍRICA: A CENTRALIDADE NO SUJEITO

Inspirada em "Memórias da Plantação", a metodologia do estudo empírico é moldurada a partir das afinidades com o arcabouço teórico utilizado, características principais e métodos de entrevistas utilizado por Grada Kilomba (2019). Enquanto pesquisadora, posiciono-me como mulher branca de ascendência galega e brasileira. Desta forma, assim como Kilomba, possuo o pertencimento aos critérios adotados diante dos grupos estudados. Em seu estudo, a intelectual e artivista portuguesa enquadra em seu o universo relacional mulheres negras com pessoas brancas, levando ao impacto do racismo no dia a dia. O presente estudo analisou, através dos/as seis descendentes (incluindo a mim mesma) como as posições de subjetividades e corpos podem ser percebidas/os de formas distintas desde a perspectiva das relações nas estruturas das sociedades brasileira e espanhola.

O universo do estudo empírico realizado a partir das entrevistas analisadas considera os seguintes pontos norteadores: 1) a relação de imigrantes e descendentes com a população local, negra e branca, através do olhar e experiência de descendentes; 2) relação dos descendentes de imigrantes galegos com a população espanhola durante o período de residência neste país. Em ambos os deslocamentos, Brasil e Espanha, as análises partem do lugar de pessoas brancas, ainda que hierarquizadas dentro da brancura. Portanto, estão completamente ausentes do lugar vivido através das experiências de racismo sofridas por pessoas negras.

O nosso estudo empírico objetivou investigar como as abordagens teórico-conceituais dialogam empiricamente, através do lugar central que o trabalho ocupou para imigrantes galegos, o que, por sua vez, revela um processo de hierarquização da brancura. As entrevistas realizadas foram realizadas a descendentes da primeira geração de imigrantes espanhóis (filhos/as de mãe e/ou pai galego/a), naturais de Salvador e que residiram por pelo menos um ano na Espanha. Acreditamos que um ano fosse o período minimamente aceitável para absorver os aspectos mais importantes sobre uma cultura local, e assim, perceber as sutilezas nas relações interpessoais em seus variados níveis. É importante lembrar que no caso específico aqui apresentado, a cultura não seria, em princípio, de um todo estrangeira. Pretendeu-se, assim, possibilitar que cada pessoa entrevistada pudesse dialogar com a sua experiência de haver crescido na cidade de Salvador com pai e/ou mãe galego/a e de haver vivido na Espanha, com nacionalidade espanhola reconhecida enquanto filho/a de espanhol/a e, portanto, com o

usufruto de ser cidadã/o daquele país. Enquanto sujeito que atende a estes critérios, promovo reflexões sobre a minha experiência através de diálogo permanente com as declarações obtidas nas entrevistas.

Para a seleção de pessoas a serem entrevistadas, foi realizado um levantamento de contatos com indivíduos vinculados a importantes estabelecimentos fundados, ou que tratam do tema de galegos em Salvador, a saber, a Universidade Federal da Bahia (mais especificamente, o Instituto de Letras, o CELGA e a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais), Caballeros de Santiago, Consulado Espanhol em Salvador e o Clube Recreativo União do Rio Tea. A partir deste mapeamento, apresentou-se um resumo da pesquisa e foram contatadas as pessoas para conversas telefônicas. As pessoas mais interessadas se engajaram e disponibilizaram contatos de possíveis entrevistados/as, facilitando, desse modo, o acesso a várias representações da comunidade galega em Salvador. A seleção foi, portanto, aleatória e eu não conhecia nenhuma das pessoas que foram entrevistadas. O restrito critério de seleção dificultou encontrar uma grande quantidade de possíveis entrevistados/as, e ao final, cinco pessoas aceitaram o convite para contribuir com o estudo, através das entrevistas.

Entre 21 de setembro e 19 de outubro de 2022, foram conduzidas as cinco entrevistas, totalizando 15 horas e meia de escuta. Os dados foram coletados tomando como base um instrumento de entrevista, um guia para as entrevistas às/aos descendentes estruturado em três eixos, pautados pela temporalidade e pela localização: 1) memórias contadas através de relatos de um passado não vivido por descendentes sobre os seus pais e parentes antes de chegarem à Bahia; 2) memórias desde relatos de um passado vivido e não vivido por descendentes sobre os seus pais e parentes ao chegarem e se estabelecerem na Bahia; 3) memórias da experiência de haver vivido na Espanha. Este último, desde a perspectiva da própria vivência da pessoa entrevistada, sem associação aos seus pais e parentes. Por outro lado, cada um desses marcos temporais corresponde, respectivamente, a cada uma das três dimensões de subjetividades analisadas através das entrevistas: a galega na Galícia; a ascendência galega soteropolitana; e por último, a ascendência galega soteropolitana na Espanha.

Em relação ao conteúdo desenhado no guia de entrevista, dividimos cada uma das três partes em duas sessões. Na primeira parte, a pessoa entrevistada discorria livremente sobre o tema, através de provações genéricas e questões norteadoras que abordavam temas de muita relevância para o estudo referente, bem como, os aspectos importantes dos conceitos norteadores da etnicidade, da colonialidade e da branquitude. Por entender que a abordagem ampla e de livre associação não garante que todas as questões centrais da pesquisa sejam respondidas, sobretudo no tocante a questões raciais, fizemos perguntas específicas para cada uma das três dimensões das entrevistas. As minhas reflexões em relação às provocações feitas são expressas através de relatos de minhas próprias experiências e observações, e em diálogo com a análise dos dados, colhidos a partir das cinco entrevistas.

GALEGOS EM SALVADOR: UMA LEITURA SOBRE A ETNICIZAÇÃO DA BRANCURA

> Existiu todo o tipo de preconceito contra todos os estrangeiros em todas as nações americanas, mas não era um discriminador tão impressionante quanto o preconceito racial. Mesmo na competição entre trabalhadores não qualificados, os negros livres e emancipados perdiam para os italianos e outros estrangeiros (KLEIN, 1999, p. 30).

A experiencia migratória galega para Salvador configura-se em um contexto de extrema exclusão socioeconômica dentro do domínio doméstico entrelaçado com políticas migratórias no Brasil favoráveis e incentivadoras para imigrantes europeus. Neste sentido, de um lado as políticas do Estado espanhol favoreciam que as regiões mais empobrecidas, sobretudo Galicia e Andaluzia, buscassem a via emigratória, por outro as políticas eugenistas do Estado brasileiro faziam um chamado de que essas populações se lançassem na travessia transatlântica para "Fazer a América."

A Galícia deixada pelos imigrantes que vieram a Salvador foi retratada durante as entrevistas e pela própria autora, em diferentes proporções, como um lugar de pobreza, sendo que algumas pessoas discorreram sobre a miséria, ao passo que outras falaram sobre a pobreza sem condições de miséria. Descreveram sobre escassez, sofrimento e a condição intrínseca da migração nesta região espanhola – todas as famílias conheciam alguém que já haviam migrado para as Américas, sobretudo até a década de 1970. As interpretações feitas sobre os nossos antepassados galegos fomentam imagens de um povo que vivia em um lugar atrasado, com baixíssima escolarização, visto e descrito de forma pejorativa, um povo ingênuo que ao deslocar-se procuravam escapar das mazelas de onde viviam.

Percebemos nas narrativas sobre a Galícia o espelho de um lugar de onde se buscava sair devido ao nível de pobreza e da falta de perspectivas, um lugar atrasado e esquecido e um povo que se via desvalorizado em sua língua e cultura. Neste sentido, o Brasil aparecia como a solução a ser perseguida – muitos estavam se estabelecendo aqui e havia relatos de prosperidade, um horizonte a ser conquistado através da força de trabalho de jovens. Por outro lado, também havia o medo de as pessoas não voltarem, de perderem os seus, figurando dessa forma o Brasil com um mundo exótico.

A dicotomia entre o desejo de abraçar o chamado para novas oportunidades e "fazer a América" e o medo de desbravar um lugar desconhecido, retratado como perigoso e imoral, causou angústia em quem emigrou e em quem ficou. Poderíamos ponderar sobre esse deslumbramento e medo sob a ótica do universalismo europeu trazida por Wallerstein (2007). Ao abordar como os modelos hegemônicos do sistema-mundo atravessam o universalismo europeu, "conjunto de doutrinas e pontos de vista éticos que derivam do contexto europeu

e ambicionam ser valores universais globais" (WALLERSTEIN, p. 60, 2007), o autor pondera sobre como processos de expansão econômica e cultural da modernidade são baseados em valores europeus. Esses valores, ditos civilizatórios, qualificam o não-europeu como diferente e insuficiente, enquanto o único meio para coordenar o desenvolvimento e progresso sociais a serem constituídos nestas sociedades consideradas exóticas e, portanto, menos evoluídas, como o caso do Brasil.

Observamos, entretanto, como esse universalismo europeu fica evidente na maneira como os galegos eram retratados na própria Europa. Conforme observado nos relatos de seus descendentes, eram os outros "internos" a esse universalismo, quiçá sub-europeus.

Ainda que desolados pela condição de pobreza e falta de oportunidades na Galícia e discriminados na própria Espanha, os relatos de descendentes revelam como os galegos levaram consigo para as Américas, em geral, e para Salvador, em particular, uma enorme confiança em sua força de trabalho e vontade de prosperar. Neste sentido, podemos conjecturar como a teia da colonialidade atravessa tanto o desejo de conquista do porvir em um lugar supostamente em vias de desenvolvimento quanto o medo do desconhecido, longe e perigoso. Esse imaginário mostrou-se estruturante para fortalecer e moldar a identidade étnica galega em solo soteropolitano

As condições adversas da Galicia são vistas como um motor para a vivência de processos de resiliência e superação. Segundo interpretações de descendentes, a galeguidade é qualificada sobretudo como trabalhadora, explorada, honesta, traída, orgulhosa e bastante sofrida. A nossa percepção unânime é que imigrantes galegos conquistaram muito espaço no comércio de Salvador, como se todos houvessem ascendido economicamente. Mesmo não sendo este o caso, inclusive dentro das famílias das seis pessoas que participam deste estudo empírico.

Os/as descendentes interpretaram os imigrantes e/ou a galeguidade como possuidores e/ou possuidora de um talento nato para a matemática e para os negócios e que a maioria teria se transformado em empresários ou empreendedores. Ouvimos muito dizer, como mencionou Roberto, um dos entrevistados, ao fazer referência a um tipo específico de comercio: "isso é coisa de galego." Trata-se de um negócio de família de qualquer tipo dependendo da demanda. Ele seguiu explicando:

> ... é aquela coisa, quando chove vende guarda-chuva e não sei o quê. Isso é um tipo do negócio galego. São esses pequenos negócios que você tem que estar à frente administrando. Não são negócios que viram empresas, são microempresas familiares que você tem que tá lá no balcão comprando, vendendo, articulando.

As pessoas entrevistadas fizeram referencias diretas ou indiretas ao merecimento relacionado às conquistas dos imigrantes. Vistos como heróis e exaltados por um diferencial

de sua cultura, em comparação com a cultura negra local (ainda que não tenha sido dito de maneira explícita). Um enaltecimento ao trabalho duro, algo que lhes seria nato, sobretudo em relação à sua competência para serem comerciantes. A literatura e entrevistas revelam que este era o maior orgulho da comunidade galega – ter impresso tantas marcas na sociedade baiana através do sucesso de muitos dos seus naturais nas mais diversas áreas, como comércio, construção civil, política, serviços, etc.

Tanto a literatura quanto o estudo empírico apresentam um grave silenciamento a respeito da relação entre a questão racial impregnada nos privilégios da branquitude como causa determinante que levou à superação das adversidades no processo imigratório em Salvador e sua consequente ascensão socioeconômica. Fica evidente a enaltação de méritos e atribuições positivas reconhecidos na galeguidade, como causa de seu êxito imigratório.

As/os descendentes de imigrantes galegos trouxeram a leitura de como aspectos tais como a formação de associações e clubes e os casamentos majoritariamente dentro da comunidade galega fortaleceram a manutenção da cultura e de vínculos variados, tendo sido fundamentais para a constituição da comunidade galega em Salvador. O sentimento de saudade da terra natal foi desta forma reconfigurado no sentimento de pertença étnica e na luta para construir uma nova vida além-mar.

A formação da colônia galega ajuda a compreender como em Salvador os imigrantes se constituíram como uma etnia fechada e reativa à discriminação sofrida por todos os segmentos da sociedade baiana durante as primeiras décadas. Foram demarcados como parte de um grupo marginal, diferente e estrangeiro. Ao chegar em uma cidade empobrecida e socialmente desigual como Salvador, a galeguidade também é vista de forma etnicizada. pela população local e por si mesma, e se afirma como subjetividade branco-etnicizada.

Por um lado, a elite branca olhava os galegos como atrasados, um segmento europeu inferior. "A visão negativa é permanente: rústicos, incultos, violentos. Não 'limpam a raça'[15] nem trazem a civilização" (BACELAR, 1994, p. 31). Por sua vez, a grande camada social trabalhadora, negra e pobre os vê como um povo que quer roubar o trabalho dos nacionais – sobretudo estabelecendo-se em setor de grande necessidade e competição como o da alimentação – explorador e com sotaque de difícil compreensão, mais ainda que os portugueses com quem já interagiam. Desta forma, "o galego incorpora um plano de paradigma racial vigente que entende o brasileiro pobre de cor como um ser de segunda classe; e estes ressentem-se dos brancos em geral, mas não podem atingir a todos (BACELAR, 1994, p. 32).

15 Aqui o autor refere-se ao fato de que diferentemente dos portugueses, italianos e espanhóis de outras regiões do país, os galegos não se misturavam com a população local.

Angélica, uma das entrevistadas afirmou o entendimento de que a discriminação social em relação aos imigrantes galegos advinha de sua condição de pobreza. Era como se trouxessem plasmada em seus corpos a condição de discriminação e exploração vivida na Europa. Ao mesmo tempo, esse sentimento de inferiorização se movimenta ao longo do tempo como uma força motriz para a superação e a reinvindicação de tudo que deixaram para trás.

Aspectos apontados na literatura e os relatos dos/as seis descendentes ajudam a precisar como a formação etnicizada galega coloca em movimento aspectos da colonialidade e da branquitude. Imigrantes chegam na capital baiana e permanecem como um grupo étnico, ainda que por vezes afirmando-se como espanhóis. Dentre os estabelecimentos e instituições fundadas todos fazem referência à Espanha, com exceção do clube de futebol, o Galícia Esporte Clube. Um exemplo disso é o fato de que apesar de apresentações de seu grupo folclórico, grande repercussão da gaita galega e frequência quase exclusiva de imigrantes galegos, o Clube Espanhol não faz referência à Galícia em seu nome ou em sua concepção. Como relatou Pedro, um dos entrevistados, de forma precisa.

> No Clube Espanhol só podia entrar espanhol. A gente fala espanhol, mas novamente, foi fundado como Clube Espanhol porque existia uma vergonha de ser galego. Então vamos botar assim "Clube Espanhol" é mais chique. A gente pendura uns quadros de uma galera bonita, castelhana.

Além do exposto acima, vimos como havia tensões internas e divisões de classe entre os próprios imigrantes e, ao mesmo tempo, como se confortavam dos encontros para matar as saudades da terra natal. Neste sentido, observamos como a etnicidade pensada em relação a marcadores como classe e gênero ganha outros contornos, sendo que os imigrantes se posicionam ora enquanto espanhóis e ora enquanto galegos, mantendo um propósito através da etnicidade diferenciada em cada uma destas duas posturas.

No contexto de Salvador, terra de uma esmagadora maioria de negros oprimidos, "o estrangeiro, com ênfase no grupo galego, é um excelente repertório de tensões sociais e étnicas, na construção de um projeto hegemônico sobre as camadas subalternas" (BACELAR, 1994, p. 32). O autor acrescenta que "o projeto hegemônico não é uma ideia ou uma criação sem correspondência com a realidade, mas sim um complexo instrumental vinculado estreitamente às instituições socioeconômicas do mundo baiano" (BACELAR, 1994, p. 31 e 32). Desta forma, o fenômeno da migração galega coloca em movimento a questão precisa de como dois grupos étnicos e raciais dominados – no caso, galegos e negros respectivamente – respondem de maneiras diferentes à colonialidade.

> Os grupos raciais e étnicos dominados têm existência ativa na dinâmica do campo de forças em que irão se constituir as relações de poder na cidade.

> Nela, os grupos raciais e étnicos dominados não são um corpo acessório ao projeto hegemônico, mas antes grupos dotados de uma organização cultural própria e de uma história específica" (BACELAR, 1994, p. 33).

Lembrando que raça e etnia são definidas por marcadores de hierarquização, as os relatos de descendentes corroboram com a leitura de que imigrantes galegos experenciaram o sentido da reconfiguração da sua etnicidade ao deslocarem-se para uma cidade negra na América do Sul – de forma subjetiva e no encontro com segmentos sociais locais.

As políticas imigratórias de países latino-americanos, como é o caso do Brasil, estiveram em favor de povoar seus territórios com europeus, supostamente por sua "mão de obra qualificada". Seguindo a lógica da colonialidade, isso ajudou a alimentar o imaginário de migrantes que viam a possibilidade de não só (re)construir as suas vidas no Brasil, como também de atuarem como agentes fundamentais para "socorrer o país" e ajudá-lo em seu processo de desenvolvimento. Torna-se evidente o papel do imaginário da força do trabalho e do imaginário que supunha a "mão de obra qualificada" ou uma "ética de trabalho."

Se ao chegar em Salvador, os imigrantes galegos carregavam consigo a subjetividade de uma etnia subalternizada, ao longo do tempo, sobretudo após as duas primeiras décadas, sua etnicidade ganhou novos contornos através do processo de ascensão socioeconômica. Neste sentido, o discurso hegemônico favoreceu a etnicidade galega com novos desdobramentos, uma vez que se afastava gradualmente de seus associativismos, para fincar-se como corpo branco, ainda que etnicamente marcado. Em decorrência disso, surgem novas interpretações do que significa ser imigrante e descendente de galego na Bahia.

Ademais, a permanência dos imigrantes denota a forma como a sua mobilidade espacial se relaciona com sua ascensão socioeconômica. A população galega, como tinha pouco dinheiro ao chegar em Salvador, se instalava nas proximidades do Porto e com o tempo se movimenta para outras regiões próximas da Cidade Baixa, áreas também de moradia popular. À medida que se consolidaram economicamente, mudaram-se para bairros de elite (BRAGA, 1995). Esta mudança espacial dentro da cidade ocorreu em todos os relatos (auto)biográficos.

As reflexões do sujeito descendente de imigrantes galegos sobre a sua ancestralidade permitem também movimentar a percepção deste corpo jovem e masculino etnicizado que chega amedrontado em relação a um lugar desconhecido esboçado por possibilidades de vencer. Todas as qualidades positivas atribuídas pelos/as descendentes de galegos aos seus servem como justificativa, portanto, para a ascensão socioeconômica dos imigrantes. Essas qualidades não são reconhecidas em segmentos da sociedade baiana em geral, sobretudo nos negros. Na Bahia, a identidade étnica galega, com a sua permanência e constituição de família, ainda que deixe seus símbolos, perde sua força e assume-se branca e, portanto, aufere privilégios.

Não houve menção sobre a questão racial como sendo um fator estruturante para o êxito galego, ainda que tenha havido o reconhecimento da busca de aproximação e reconhecimento da elite baiana e de que havia algum nível de racismo contra a população negra.

Em uma cidade majoritariamente negra, na qual seus povos não são reconhecidos historicamente em suas várias etnias, simplesmente por serem negros, percebemos que, por serem brancos, os imigrantes galegos foram etnicizados desde a sua chegada. Além disso, vemos como a brancura galega é reconhecida e valorizada pela elite à medida que emplacam êxito em seus negócios. É notório como a branquitude estabelece um sistema de poder associado à ética de trabalho. Não foram poucas as exposições de outros segmentos da sociedade baiana reconhecendo os galegos como um povo honesto e trabalhador. Reconhecimento que trouxe o exercício de uma cidadania efetiva, independente de que os imigrantes tivessem adquirido a nacionalidade brasileira.

MIGRAÇÃO DE RETORNO: UMA LEITURA SOBRE A RACIALIZAÇÃO DA BRANCURA

Não é raro filhos/as de migrantes crescerem com a ideia, ou a cogitarem em algum momento da vida de residir no país ou até mesmo no lugar onde os seus pais nasceram. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2022[16] havia 7.534.513 de espanhóis nascidos no estrangeiro, sendo que um total de 156.540 deles nasceram no Brasil. Contribui para isso o fato de que, para além do apelo emocional, assim como outros países, o governo espanhol reconhece a cidadania espanhola para filhos/as e, em alguns casos, para netos/as de espanhóis[17].

As pessoas entrevistadas, independentemente de haver ou não projetado um desejo anterior de morar na Espanha, não expressaram nenhum sentimento de desconforto com a dupla cidadania, brasileira e espanhola. Entretanto,as dificuldades apresentadas na mudança para a Espanha em busca de trabalho foram inúmeras. Os motivos mais comuns incluem o fato de não sermos locais; falarmos com sotaque; representarmos uma ameaça para as pessoas locais ao interpretarem a nossa presença como tentativa de roubar o trabalho dos/as nativos/as. Não

16 Instituto Nacional de Estadística (INE). Acesso em 02/05/2023. https://www.ine.es/jaxi/Datos.htm?path=/t20/e245/p08/l0/&file=01006.px

17 A cidadania espanhola para descendentes é reconhecida através da Lei da Memória Democrática. **"**Graças à lei, as seguintes pessoas podem adquirir a nacionalidade espanhola:
i. Os nascidos fora da Espanha de pai ou mãe, avô ou avó, originalmente espanhóis.
ii. Filhos e filhas nascidos no exterior de mulheres espanholas que perderam a nacionalidade por matrimónio com estrangeiros antes da entrada em vigor da Constituição de 1978.
iii. Os filhos maiores de idade daqueles que adquiriram a nacionalidade espanhola pela Lei da Memória Histórica, também conhecida como Lei dos Netos."
Página da Embaixada Espanhola no Brasil, acesso em 03/02/2023. https://www.exteriores.gob.es/Embajadas/brasilia/pt/ServiciosConsulares/Paginas/Consular/Lei-de-Mem%c3%b3ria-Democr%c3%a1tica.aspx.

somos reconhecidos/as como iguais e tampouco se reconhece a importância do aporte que a emigração galega teve para a Galícia ou para a Espanha

Todos/as os/as descendentes, com exceção de um entrevistado, revelaram também experenciar algum nível de dificuldade laboral durante o tempo que viveram na Espanha. A experiência de habitar a Espanha nos conferiu sentimentos e percepções antagônicas no que tange aos encontros e à relação com o tecido social. Assim como quando estrangeiros são recepcionados pela imigração estadunidense, britânica, ou francesa, por exemplo, na Espanha, ainda que com passaporte espanhol, também fomos questionados/as por autoridades ou pessoas comuns: "por que você veio?" "O que veio fazer aqui?" Entendemos de forma quase unânime que há um questionamento do nosso sentido de pertença e legitimidade por optar por viver ali ou tentar uma "migração de retorno." Fomos também quase todos/as discriminados e não nos sentimos acolhidos, alguns de nós inclusive por familiares. Percebíamos que longe de sermos reconhecidos/as por nossa ascendência galega/espanhola, éramos identificados como brasileiros e/ou sudacas (forma pejorativa como os/as espanhóis se referem às pessoas sul-americanas).

Segato (2021) discorre sobre o lugar ambíguo da dupla consciência da elite embranquecida e eurocêntrica da América Latina – que no olhar do Norte imperial é vista como diferente em relação à Europa e parte constitutiva desta região e, portanto, não ocidental – reforçando a lógica moderna de ocidente e não-ocidente. Na interpretação da autora "é uma consciência autodeclarada mestiça quando deseja defender suas possessões nacionais contra o outro metropolitano, e supostamente branca quando deseja diferenciar-se daqueles que despoja naqueles territórios" (SEGATO, 2021, p. 20). Esta elite fortalece a ideia do que Segato (2021, p.175) denomina "raça como o ponto cego no discurso latino-americano sobre outridade". A problematização dos corpos latino-americanos que são, a um só tempo, racializados pelo Norte imperial e não racializados na América Latina, revelam

> a necessidade de desmascarar a persistência da colônia e lidar com o significado de raça como princípio capaz de desestabilizar a estrutura profunda da colonialidade. Perceber raça no continente, nomeá-la, é uma estratégia de luta essencial no caminho da descolonização (SEGATO, 2021, p.179).

Ao mesmo tempo que imigrantes galegos se apresentaram enquanto etnicidade em sua chegada e permanência em Salvador, ser descendente de galego no Brasil é ser branco e, portanto, pertencer a uma parte da população em permanente estado "natural" de normalização e aceitação, ainda que numericamente inferior. Entretanto, na Espanha a ascendência espanhola se inviabiliza ao ser invisibilizada é colocada no lugar de estrangeira e brasileira, escoltada pela branquitude local.

Neste sentido, descendentes de galegos veem a sua brancura ser profundamente questionada ao residirem na Espanha. Percebe-se claramente então que as várias camadas da brancura são refletidas não somente no espetáculo étnico nas metrópoles das nações centrais, mas também na etnicidade que passa a se diferenciar dentro do mesmo grupo étnico.

Os relatos de experiências das motivações em viver na Espanha, de experiências laborais e da convivência social deslocam as conceituações. Desta forma, enquanto descendentes na Espanha, "descobrimos ou aprendemos" que o *status* de normalização e a aceitação prescritos pela branquitude não funcionam como de costume no Brasil e nos tornamos brasileiros/as, sendo, por isso, pertencentes a uma outra nacionalidade, quiçá a uma outra etnia. Lá, na Espanha, perdemos grandes doses de nossa galeguidade e brancura.

A colonialidade, portanto, torna a branquitude precária, de modo que os traços e as marcas do corpo, que no Brasil são suficientes para a carta da brancura (e os privilégios que a acompanham), na Espanha não são suficientes para evitar o preconceito e a identificação como "outro" ou "outra". Uma vez que ser branco não esgota o seu real significado, não se trata somente de uma questão fenotípica visto que os traços e origens, ainda que genética e legalmente evidenciados, são constantemente questionados. Como visivelmente comprovado pelas experiências como descendentes na Espanha , primeiro somos brasileiros e brasileiras ou sudacas, e não brancos e brancas.

Vemos como, no caso galego, a colonialidade e a branquitude favorecem a movimentação da etnização da brancura, promovendo uma hierarquização étnica favorável aos imigrantes. Os galegos apresentam-se como etnia ao chegar na Bahia e com o passar do tempo percebem que podem (in)visibilizá-la, apresentando-se como espanhóis. Trata-se da etnicização do branco, enquanto descendentes podem passar pela experiência de (re)etnicização da brancura e promoção de uma hierarquização étnica desfavorável na Espanha. Ou seja, fica evidenciada uma racialização da brancura. As pessoas brancas podem se tornar "menos brancas" através do processo de hierarquização étnica ou racial que conduz à etnicização ou racialização da brancura que suscita as suas camadas. Vale notar, no entanto, que esse fenômeno localmente situado, porém com dimensões internacionais, jamais se assemelha às experiências sofridas por pessoas negras nos processos impostos pelo racismo através do embranquecimento.

As motivações para morar na Espanha foram testadas a partir da vivência laboral e desdobramentos da convivência social na nova/velha pátria. Tornou-se evidente para todos/as os/as seis descendentes deste estudo, que cidadania espanhola conquistada como direito constitucional não legitima a "cidadania efetiva ou moral", aquela que reconhece que somos de fato espanhóis/espanholas e parte da história do país. Entendemos com o passar do tempo que ser descendente causa estranhezas que atravessam o sentimento de não pertencimento, por vezes difíceis de nomear.

Vemos e experenciamos a forma como a colonialidade, a etnicidade e a branquitude são reveladas como instrumento geopolítico transportado por nossos corpos migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas migratórias são atravessadas por experiências que estão conjugadas com as logicas de hierarquização e valorização das subjetividades fortemente atreladas a aspectos de etnicização e racialização de corpos migrantes. O artigo, através da análise da migração europeia para a América do Sul e "migração de retorno" de seus descendentes, demonstrou como as mesmas marcas genéticas possuem leituras distintas inseridas no tempo e espaço que as pessoas ocupam. Migrantes galegos ao traçarem seu percurso em Salvador foram constituídos e se constituíram nessa cidade, assim como os seus descendentes ao viverem na Espanha. Ainda que a imigração galega tenha findado na década de 1970, os marcos simbólicos e materiais permanecem vivos na cidade[18], o mesmo não foi revelado através das experiencias de retorno de descendentes.

Independente de todas as narrativas sobre como os imigrantes submeteram-se a condições penosas para migrar e se sustentar no novo mundo, é necessário reconhecer como a colonialidade e a branquitude operacionalizaram contornos na etnicidade favorecendo a ascensão socioeconômica. Dessa forma, os imigrantes galegos, enquanto grupo branco-etnicizados, encontravam-se subscritos na colonialidade e na branquitude, evidenciado através associação eurocêntrica entre a ética de trabalho e valores étnicos para superação dos desafios impostos em seu processo imigratório em Salvador.

Em Salvador, a experiência de corpos galegos mostra como a colonialidade pode ensejar uma conjugação de certa etnicidade com alguns privilégios da branquitude, ainda que essa branquitude etnicizada também se veja discriminada na relação com outra branquitude, aquela supostamente sem marcas étnicas, representada pela elite baiana.

18 Apesar de pequena em comparação ao número total da população, a imigração galega não passou despercebida e trouxe várias contribuições para a cidade da Bahia (VIDAL, 1999; BRANDÃO, 2005; VIANA ,2016; UZEDA, 2021), especialmente no setor de comercio e serviços, com destaque para as áreas relacionadas a construção civil, hotelaria e alimentação – sobretudo padarias, pastelarias e armazéns de secos e molhados. No que tange às instituições, destacam-se o Hospital Espanhol, o Centro Espanhol e a Associação Cultural Hispano-Galega Caballeros de Santiago (VIANA, 2016). Vale ressaltar também o Clube Recreativo União do Rio Tea (1976), o Centro e Estudo da Língua e Cultura Galega – CELGA/UFBA (1995), e o Esporte Clube Galícia (1933). Salvo o Esporte Clube Galicia, criado em 1933, as outras entidades estabelecidas em Salvador por galegos não tiveram associação étnica em seu nome (CAGIAO, 2018). É importante acrescentar que alguns imigrantes galegos também se destacaram no meio acadêmico/intelectual, cultural, social e político (VIDAL, 1999).

CC BY NC SA

O processo de ascensão socioeconômica ao longo das décadas permitiu às pessoas galegas a vivência de uma etnicidade cada vez menos submetida ao preconceito, isto é, cada vez mais assimilada ao padrão da branquitude. Além disso, expereciam uma cidadania plena e efetiva

A brancura de nossos ancestrais lida no Brasil é a mesma que opera em nós, descendentes. O presente estudo anuncia-se como um convite para enfrentarmos a porta de vidro da branquitude que segundo Piza (2002) é tão invisível que só se torna evidente ao ser golpeada, o que gera uma imensa dor. Os nossos privilégios enquanto descendentes parecem invisíveis quando somente equacionamos a ascensão socioeconômica dos nossos antepassados ao suor e trabalho e desta forma mal conseguimos enxergá-los. Mas quando, nos damos conta deles ao historicizar as lutas dos povos negros e indígenas na Bahia e no Brasil, batemos com a cabeça nesta porta de vidro da branquitude.

Nós, brasileiros descendentes de primeira geração de espanhóis, nos distanciamos um pouco da branquitude ao experenciar a "migração de retorno". Ficou evidente que as nossas expectativas enquanto descendentes, ainda que nem sempre claramente verbalizadas, eram de sermos vistos/as como brancos/as e de termos a nossa ancestralidade reconhecida. Percebe-se a frustação ao não termos nenhum destes reconhecimentos. Por consequência, experenciamos um choque através da forma como somos interpretados/as pelo outro, um outro geneticamente similar a nós. Batemos, desta vez, não na porta de vidro da branquitude, mas nos enxergamos no espelho racializado da nossa brancura. Nele vemos a imagem da etnicidade galega apagada e percebemos a forma como somos vistos/as claramente através de uma etnicidade nacionalizada/regionalizada, ao mesmo tempo estrangeira e inferior por ser brasileira e sul-americana e nossa brancura hierarquicamente racializada.

Desta forma, enquanto o racismo sofrido por povos negros é um fenômeno que desconhece fronteiras, a racialização da brancura, como vista através do estudo, é um fenômeno geopolítico que desmascara a forma como a imigração favorece que corpos originalmente percebidos como brancos no Sul Global, portanto subalternizados, sejam interpretados como não-brancos no Norte Global.

Ademais, compreendemos que o deslocamento migratório promove o deslocamento da brancura e com ela a reconfiguração com novos contornos da colonialidade, etnicidade e branquitude, chamando a atenção para outro tipo de racismo – revelado de forma sutil através do nível de pertencimento e de cidadania plena e efetiva conferidos ou não a alguns grupos.

Observamos, assim que o pilar da imigração europeia na América Latina em geral, e no caso da imigração galega em particular, é a continuação do projeto de expansão colonial que coloca o trabalho como o principal elemento da sua identidade movida pelo imaginário de uma mão de obra qualificada e de uma ética conjugada pelo eurocentrismo, pela colonialidade e pela branquitude.

CC BY NC SA

.Em um mundo atravessado pela colonialidade, etnicidade e branquitude, as relações humanas, inscritas no internacional, também são pautadas pela lógica de poder simbólico atribuída aos corpos e às suas subjetividades em consonância com as leituras efetuadas aos deslocamentos humanos a nível da geopolítica mundial.

O fenômeno da imigração galega em Salvador e seus desdobramentos através da "migração de retorno" convoca para a urgente necessidade de "(re)fazer a Europa." Reconstrução essa que não passa pelos ideais desenvolvimentistas e eugênicos do século 20, mas pela urgência de outra logica civilizatória, para além da Europa. Nesta lógica, corpos migrantes do Sul Global terão validadas sua existência, com o reconhecimento das contribuições e interpretações sobre os processos históricos entre os países e formas de existir através de uma cidadania plena e real, sendo ou não descendentes de europeus, optando ou não por possuir a cidadania de um país deste continente.

REFERÊNCIAS

ALBAN, Maria Del Rosario S. *A imigração galega na Bahia*. Salvador: Centro de estudos baianos da Universidade Federal da Bahia, 1983.

BACELAR, Jeferson.*Galegos no paraíso racial.* Salvador: Ianamá/UFBA, 1994.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE & BENTO (orgs). *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude no Brasil.* Editora Vozes – 6ª edição, 2002, p. 25-56.

BRAGA, Célia Maria Leal. *Memória de imigrantes galegos*. Salvador: UFBA/Centro Editorial e Didático, 1995.

CALVO-GONZALEZ, Elena, On the (in)visibility of whiteness and Galícian Immigration in Salvador da Bahia, Brazil. *Social Anthropology*, 0,0 1-15, 2019.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do se*r. Editora Zahar, 2023.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude no Brasil. CARONE & BENTO (orgs), Editora Vozes, 6ª edição, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338

FRAZÃO, Samira M. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasse. *Revista Antítese*, vol. 10, n. 20, 2017.

HALL, STUART. *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity Nation*. Harvard University Press, 2017.

QUIJANO, Aníbal. El 'movimento indígena' y las cuestiones pendientes en América Latina. In: *Aníbal Quijano Cuestiones y Horizontes. Antología esencial. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.* CLACSO, 2000ª, 707-739.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo e América Latina. In: *Aníbal Quijano Cuestiones y Horizontes. Antología esencial. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.* CLACSO, 2000b, p. 861-935.

QUIJANO, Aníbal. Estado-nación, ciudadanía y democracia. In: *Aníbal Quijano Cuestiones y Horizontes. Antología esencial. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.* CLACSO, 2000c, p. 605-624.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Cobogó, 2019.

KLEIN, Herbert S. *Imigração Espanhola no Brasil*, Editora Sumaré, 1994.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*.

MARTÍNEZ. Elda Evangelina González. O Brasil como o país de destino para os espanhóis. Em FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*, edusp, p. 239-271, 999.

MERCER, Kobena. Introduction. In: *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity Nation*. Harvard University Press, 2017.

MILLS, Charles. The racial contract.Cornell University, New York, 1997.

OLIVEIRA, Lúcio Otavio Alves. *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

PERES, Elena Pajaro. *A inexistência da terra firme: a imigração galega em São Paulo 1946-1964*. Edusp, 2002.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude no Brasil*. CARONE & BENTO (orgs) Editora Vozes – 6ª edição, 2002, p. 59-89.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador; Estudo da Geografia Urbana*. Edusp/Edufba, 2008.

SANTOS, Ynaê Lopes. *Racismo Brasileiro: uma história da formação do país*. todavia, 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e a antropologia da demanda*. Bazar do Tempo, 2021.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Aeroplano Editora, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17279

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

From forced displacement to forced immobility: the Israeli mobility regime to the post-disengagement Gaza Strip

Isabela Agostinelli dos Santos
Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP)
São Paulo, SP, Brasil
E-mail: isagostinellis@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9209-2683

Reginaldo Mattar Nasser
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
São Paulo, SP, Brasil
E-mail: reginaldonasser@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5674-4197

Abstract: The article investigates the effects of the mobility regime imposed by Israel after the disengagement from the Gaza Strip in 2005, when Israel withdrew all its Jewish settlements from the region. Although the Israeli State claims to have no further responsibility for Gaza under international occupation law, its remote-control policies reveal the continuation of colonial domination by other means. In this scenario, we argue that Gaza emerges both as a space of expulsion, where Palestinians must move and remain, and as a deathscape, since the effects of the policy of (im)mobility of people generate fatal effects. In a historical perspective, the article argues that Gaza experienced two contrasting phenomena: a moment of forced displacement, when 200,000 Palestinians took refuge in the region during the crea-

tion of the State of Israel, in 1948, and a moment of forced immobility, caused by restrictions on the movement of people and products, occurring since 2005. Although contrasting, both phenomena can be understood through the Zionist settler colonialism framework, which, since its foundation, has sought to deal with the "Arab" problem: the demographic threat to the establishment of a Jewish state in Palestine.

Keywords: Gaza Strip; Mobility Regime; Israeli settler colonialism.

Do deslocamento forçado à imobilidade forçada: o regime israelense de mobilidade para a Faixa de Gaza no pós-desengajamento

Resumo: O artigo investiga os efeitos do regime de mobilidade imposto por Israel na Faixa de Gaza após o desengajamento de 2005, quando Israel retirou todos os seus assentamentos da região. Embora o Estado de Israel afirme não ter mais responsabilidade sobre Gaza de acordo com a lei internacional de ocupação, suas políticas de controle remoto revelam a continuação da dominação colonial por outros meios. Nesse cenário, argumentamos que Gaza emerge tanto como um espaço de expulsão, onde os palestinos devem se deslocar e permanecer, quanto como uma *deathscape*, já que os efeitos da política de (i)mobilidade de pessoas geram efeitos fatais. Em uma perspectiva histórica, o artigo argumenta que Gaza experimentou dois fenômenos contrastantes: um momento de deslocamento forçado, quando 200 mil palestinos se refugiaram na região durante a criação do Estado de Israel, em 1948, e um momento de imobilidade forçada, causado por restrições à circulação de pessoas e produtos, que funcionam desde 2005. Embora contrastantes, ambos os fenômenos podem ser compreendidos por meio do enquadramento teórico do colonialismo por povoamento sionista, que desde o seu surgimento procurou lidar com o problema "árabe": a ameaça demográfica ao estabelecimento de um Estado judeu na Palestina.

Palavras-chave: Faixa de Gaza; Regime de Mobilidade; Colonialismo por povoamento israelense.

Del desplazamiento forzado a la inmovilidad forzada: el régimen de movilidad israelí para la Franja de Gaza posterior a la retirada

Resumen: El artículo investiga los efectos del régimen de movilidad impuesto por Israel en la Franja de Gaza en el período posterior a 2005, cuando Israel retiró todos sus asentamientos de la región. Aunque el Estado de Israel no reclama más responsabilidad por Gaza bajo la ley de ocupación internacional, sus políticas de control remoto revelan la continuación de la dominación colonial por otros medios. En este escenario, argumentamos que Gaza emerge tanto como un espacio de expulsión, donde los palestinos deben moverse y permanecer, como un paisaje de muerte, ya que los efectos de la política de (in)movilidad de las personas generan efectos fatales. Desde una perspectiva histórica, el artículo argumenta que Gaza vivió dos fenómenos contrastantes: un momento de desplazamiento forzado, cuando 200.000 palestinos se refugiaron en la región durante la creación del Estado de Israel en 1948, y un momento de inmovilidad forzada, provocada por las restricciones a la circulación de personas y productos, que opera desde 2005. Aunque contrastantes, ambos fenómenos pueden ser entendidos a través del marco teóri-

co del colonialismo por asentamiento sionista, que desde sus inicios ha buscado enfrentar el problema "árabe": la demografía amenaza para el establecimiento de un estado judío en Palestina.

Palabras clave: Franja de Gaza; Régimen de Movilidad; Colonialismo por el asentamiento israelí.

Recebido em: 07-07-2023
Aceito em: 01-03-2024

BY NC SA

INTRODUCTION[1]

In October 2022, eight young Palestinians died after drowning in the Mediterranean Sea off the coast of Tunisia while attempting to escape the 15-year-long Israeli and Egyptian blockade of the Gaza Strip (SHURAFA; AKRAM, 2022). Currently, the 365 km^2 Gaza Strip is inhabited by 2.17 million Palestinians, with almost 70% of them – 1.48 million – registered as refugees (OCHA, 2022). They live in a siege, with land borders, air and sea controlled by Israel, which also manages the movement in and out of Gaza. The Israeli control of Gaza impacts various aspects of the population's daily lives: 95% of the water in Gaza is unfit for human consumption; electricity is generally available for just eight hours a day; youth unemployment stands at 62.5%; about 62% of the population requires food assistance, and 80% depends on international aid (EUROPEAN COMMISION, 2023; OCHA, 2022).

Gaza's isolation did not start with the 2007 Israeli blockade. Rather, it is a result of decades of separation and closure policies, aiming at eliminating a racialized and dehumanized "surplus" population. Central to this dynamic is the mobility policy, an instrument of control that deals with Palestinian population as a political problem and intends to govern its collective body. The literature about the mobility regime in Palestine/Israel tends to focus on the West Bank, including East Jerusalem, where colonizer and colonized share the same space. In Gaza, however, there are no more Jewish settlements since 2005, when Israel implemented its unilateral disengagement plan - unilateral since there was no negotiation with Palestinians.

Although there is no physical presence of Israelis inside Gaza, we cannot critically understand Israel's control over that land and its population if we detach its historical construction from the Zionist settler colonization of Palestine. According to Baconi (2020, p. 2), usually the context of Gaza's current situation is "misunderstood, misrepresented, or overlooked". Therefore, we must situate Israel's remote-control policies towards Gaza in the historical, and especially ideological, Zionist settler colonial framework. Israeli disengagement may give the impression that the settler colonial efforts towards the Gaza Strip have ended. However, a careful look at the mobility regime proves that Israel's control over Gaza not only continued, but instead was strengthened in a way that puts Gazans in a limbo of life and death.

In this article, we examine the Israeli human mobility regime towards the Gaza Strip after the 2005 disengagement and the effects of this permit policy on the lives of the Gazan population. Our main argument is that the sociospatial dynamics in the Gaza Strip are part of a *continuum* of the Zionist settler colonialisation of Palestine. We demonstrate that Gaza was and still is one of the biggest demographic concerns of the Israeli settler colonial project, par-

1 The research and writing was completed before the events of October 7, 2023, and the genocide of Gazan population led by the State of Israel.

CC BY NC SA

ticularly because 70 per cent of its 2 million residents are refugees from the Nakba. During the ethnic cleansing that created the State of Israel (1948), the Gaza Strip became a refuge area for 200.000 expelled Palestinians (Filiu, 2014, p. 71). But since the end of the 1980s, it has turned into an isolated space, until it gradually materialized into a deathscape due to the various Israeli colonial policies of sociospatial isolation. In this scenario, the mobility regime, also called the permit regime, reveals the strong and rational articulation between the Zionist settler colonial politics – the conquest of maximum land with minimum indigenous people – and the policies that pave the way for achieving this strategic goal.

The research findings are interpreted mainly through two bodies of literature about colonial domination and violence: the settler colonialism framework (WOLFE, 2006), the notion of body-territory (GAGO, 2020) and the concept of necropolitics (MBEMBE, 2003). These concepts shed light on how Israeli settler colonial governmentality works by managing Gazan territory and population at a distance, aiming at eliminating a "surplus population". In Wolfe's (2006) theoretical elaboration of settler colonialism, the logics of elimination and the conquest of the territory are manifested jointly and, sometimes, dialectically. In Gaza after the Israeli disengagement, the settler colonialism is manifested "without settlers" within the territory (Pace; Yacobi, 2021), in a "remote control occupation" (Salamanca, 2011) that put Ganzas daily life in a limbo between life and death. The logics of elimination is expressed by the mobility regime, which can also be understood through the concept of necropolitics, as discussed in the following section.

In what follows, the argument is developed in four different sections: we begin by reviewing the body of literature about human circulation in and out of the Gaza Strip. Following Gago's interpretation of the Latin American indigenous feminist notion of body-territory, we argue that it is impossible to detach the body and the space and defend that we can better comprehend Israeli ongoing colonial violence over the Palestinian population and territory as an embodied and pluralized violence. The second section draws a brief genealogy of the sociospatial construction of the Gaza Strip, highlighting its gradual transformation from an area of refuge to an isolated area. The third section examines the Israeli mobility regime towards Gaza and is divided into three main consequences that emerge from this policy: (i) the enduring de-development, (ii) the separation of Palestinian families, and (iii) the slow death promoted by COGAT's bureaucracy. We conclude that the mobility regime ends up being a bio-necropolitical tool that puts Gazans in a life-death limbo. Consequently, the Gaza Strip emerges both as an expulsion area, where Palestinians must go and remain, as well as a *deathscape*, since the effects of the Israeli (i)mobility regime can be fatal.

CC BY NC SA

ISRAELI MOBILITY REGIME TOWARDS GAZA'S BODY-TERRITORY: A LITERATURE REVIEW

The literature about Israeli permit regime and mobility policies towards Palestine usually takes the West Bank as the most notorious example of Israeli apartheid. The West Bank separation wall is the aesthetic representation of Israeli-Zionist settler colonial efforts to physically, spatially, and racially segregate the colonized people. Perhaps the most complete academic investigation about Israeli mobility policies was made by Julie Peteet (2017), in her work "Space and Mobility in Palestine". Her research focuses mainly on the West Bank, where she made ethnographic work, and gives us powerful insights about Israel's "active relational geography of inclusion and exclusion" and how the "managed chaos has become a modus operandi of daily life in Palestine" (PETEET, 2017, p. 2). The author carefully examines how the closure policy crafts spatiotemporal zones, making Palestinians trapped in the unpredictability of colonial bureaucracy. Mobility is an expression of the linkage between power and the production of space:

> The regime of control over Palestinian mobility, I contend, works to transform cartographies and the meaning of space and to manage the collective and individual body. I frame mobility as socially produced and, in turn, productive and reproductive of particular social orders and landscapes. (PETEET, 2017, p. 72).

Although there is still a gap in the broader literature on the Israeli mobility regime related to the specificities of Gaza, we can highlight some existing works that explore the multifaceted dynamics of Israeli control and restrictions on mobility in Palestine/Israel. It is worth mentioning the literature on colonial control, violence, and power dynamics in Palestine/Israel. Israeli architect Eyal Weizman (2012), for example, explored the architecture of Israeli occupation, arguing that there is a politics of verticality, meaning that domination of space and resources functions in a threefold manner: by land, sea, and air. Weizman's (2012) powerful insight about the existence of a frontier architecture in Palestine/Israel highlights the existence of various types of borders - fixed and elastic, stable and dynamic - which destabilizes the static notion of a Westphalian border. Weizman (2012, p. 7) also argues that space must not be treated as a mere background for Israeli actions, but instead as a "medium that each of their actions seeks to challenge, transform or appropriate". In this sense, infrastructure can also be interpreted as a target and a medium of Israeli violence over Palestinians.

The infrastructure of Israeli occupation is also explored by Salamanca (2011) and Winter (2016), both focusing on Gaza. The authors agree with Wolfe's (2006) interpretation of settler colonialism as a structure, and that its tactics may change over time, possibly acquiring seemingly contradictory paths, but the main goal, *i.e.*, ideology and politics, remain the same. Both

CC BY NC SA

Winter (2016) and Salamanca (2011) argue that Israeli disengagement from Gaza was accompanied by new forms of spatial violence, with infrastructure control and isolation being one of them. Indeed, Salamanca (2011, p. 2016) points out that infrastructure networks serve as "an umbilical cord that ties colonized bodies and territory to the colonizer while at the same time enforce a severe and enduring dependency". As for Winter (2016, p. 311), "the siege of Gaza can be understood as a prototype for a new mode of managing a population deemed hostile". In similar manners, both authors shed light on how the control over basic life resources – water, electricity, food – severely impact Gazans life, but there is a gap regarding how human mobility restrictions can also be deadly.

Sari Bashi's (2013) investigation on the Israeli permit regime over Gaza is perhaps the most notorious example of robust work based on official documents obtained through the Israeli Freedom of Information Act. In her research, Bashi (2013) has a Human Rights approach, but lacks a critical engagement with the Zionist settler colonial framework. We aim to analyze the mobility regime not through an International Law perspective, but instead locate it in the historical Israeli-Zionist settler colonialisation of Palestine, including its seemingly contradictory movements.

Population management in Gaza has been mainly investigated by scholars from Political and/or Human Geography (BHUNGALIA, 2010; 2012; SMITH, 2016). A careful and critical look at the settler colonial policies over the colonized body enables us to assess the effects of this particular type of colonial governmentality, whose main target is the population understood as a political problem. Smith (2016), for example, argues that Gazans have become a "surplus" population that has little or no economic value to Israel, who does not need it as a workforce. Thus, the siege is a long-term way to isolate and manage this invaluable and deemed "surplus" population (SMITH, 2016).

Michel Foucault (2009, p. 108) defines governmentality as "[...] the ensemble formed by institutions, procedures, analyses and reflections, calculations, and tactics that allow the exercise of this very specific, albeit very complex, power that has the population as its target, political economy as its major form of knowledge, and apparatuses of security as its essential technical instrument". This means that the population is treated as a political problem - a collective body - and must be managed in economic and security terms. In settler colonial contexts, such as Gaza, the logic of elimination tends to be the cornerstone of the colonial power tactics, which targets the native population as a political problem that will be either eliminated - physically or symbolically - or explored (WOLFE, 2006). As argued and empirically demonstrated throughout the article, the logic of elimination in the Gaza Strip after the Israeli disengagement is developed through policies of sociospatial control, such as over the circulation of goods and people in and out of Gaza.

CC BY NC SA

Moreover, the colonial governmentality in Gaza after the Israeli disengagement points to the operation of a politics of death, or necropolitics in Mbembe's (2003) conception. Beyond the "cycles of violence", i.e. the continuous Israeli military operations since 2009, the conditions of life in Gaza are restricted by the Israeli colonial domination over space and resources. Life is described by Gazans as a death-in-life or slow death. As described by Mbembe (2003, p. 30), necropolitics is not limited to the immediate act of killing - fast death - but works by controlling access to infrastructure and resources, as well as limiting human mobility in and out of the territory:

> Entire populations are the target of the sovereign. The besieged villages and towns are sealed off and cut off from the world. Daily life is militarized. Freedom is given to local military commanders to use their discretion as to when and whom to shoot. Movement between the territorial cells requires formal permits. Local civil institutions are systematically destroyed. The besieged population is deprived of their means of income. Invisible killing is added to outright executions. (MBEMBE, 2003, p. 30).

It is precisely the "invisible killing" that we aim to investigate through an analysis of Israeli mobility policies towards Gaza. The human mobility regime is part of this colonial governmentality and illustrates the intimate connection between territory and population, which is addressed by Bhungalia (2010; 2012), who claims that the classification of Gaza as a hostile entity extends beyond the land and impacts the collective and individual body. According to Bhungalia (2010, p. 348), Gaza's siege is a "counter-insurgency strategy [that] entails regulation and management of the Palestinian body combined with the active subjugation of Palestinian life to the power of death". Bhungalia (2012) also mobilizes the notions of biopolitics and necropolitics to comprehend the effects of the Israeli (im)mobility regime towards Gaza. She goes further and argues that, in the Gaza Strip, "territory and body are collapsed into one" (BHUNGALIA, 2012, p. 271).

We follow this provocative insight. By relying on the rich aforementioned body of literature, we aim to develop a more robust theoretical approach to the Israeli mobility regime towards the Gaza Strip. This is possible by establishing a dialogue with Veronica Gago's (2020) interpretation of body-territory as an analytical and political concept, capable of exploring the nuanced dimensions of colonial violence and acknowledging that it is not possible to detach the control over territory from the control over the body. According to Gago (2020), understanding the pluralization of violence is not merely enlist various types of violence, but "a way of mapping their **simultaneity** and **interrelation**" (GAGO, 2020, p. 72, our translation, original emphasis). The concept of body-territory means that "it is impossible to cut and isolate the individual body from the collective body, the human body from the territory and the landscape" (GAGO, 2020, p. 107, our translation). Therefore, examining the effects of the Israeli mobility

CC BY NC SA

regime towards Gaza requires a careful look at the settler colonial historical and theoretical framework, as well as the various and interrelated violence that emerge from Zionist politics throughout the history of Palestine/Israel Question.

FROM EXPULSION TO ISOLATION: A GENEALOGY OF THE SOCIOSPATIAL CONSTRUCTION OF THE GAZA STRIP (1948-2005)

Much has been written about the origins of Zionism as a political, nationalist movement, and its racist basis (SALAMANCA *et al.*, 2012; SAYEGH, 2012; VERACINI, 2013). By drawing a brief genealogy of Gaza's sociospatial construction, we aim to highlight the demographic dimension of the Zionist settler colonial project in Palestine. We follow Foucault's (2021) conception of genealogy not as a search for the origins of a particular phenomenon, but as a dive into the emergence in a given state of forces, a movement that guides us to the identification of social forces and mechanisms of power in dispute. In this methodology, it is crucial to understand the intimate relationship between knowledge and power.

As stated by Veracini (2013, p. 33), "the settler colonial project is obsessed with demographic concerns". Since its very beginning, Zionist thought and practice searched for ways of acquiring the maximum land in historic Palestine with minimum indigenous population. From transfer proposals (MASALHA, 2021) to ethnic cleansing (PAPPÉ, 2016), Zionists created the State of Israel – narrated by Palestinians as the Nakba, catastrophe in Arabic – by expelling 700.000 natives from their homes between 1947 and 1948. Of them, 200,000 sought refuge in Gaza, which at that time had only 80,000 inhabitants. In no other Palestinian territory has the influx of internally displaced people been so significant.

The Gaza Strip space was constructed by various social forces in dispute throughout the years. Perhaps its most outstanding feature is that the majority of the population is registered as refugees by the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA). According to Feldman (2007), the immediate post-Nakba in Gaza was marked by difficult distinctions between native and refugee, two categories that produced changes in the region's social fabric. UNRWA's relief work, for example, is directed solely to the refugees. However, both refugees and natives, although in different ways, experienced the effects of the Nakba in their daily lives, largely due to the economic devastation that was established in Gaza.

From the 1950s on, Gaza's landscape has been marked by refugee camps. Currently, there are eight camps, home for 1.48 million refugees. In demographic terms, refuge is no longer the exception and has become the norm in Gaza (TAYEH, 2022). According to Bocco (2010, p. 248), the economic, social, and spatial relations of the Palestinian refugees from the camps with their surroundings, due to the porosity – or non-existence – of borders, influenced

CC BY NC SA

the political imaginary of Palestinian nationalism, bringing the camps to the center of political action. In this way, the camps also have the symbolic role of representing Palestinian dispossession, and the ambiguous role of the international community, represented here by UNRWA, at the same time maintaining the *status quo* and being responsible for preventing the collapse of the Palestinian population of Gaza. Thus, one can argue that the Gaza Strip's landscape and population, or Gaza's body-territory, are a constant and powerful reminder of the Nakba and the Palestinian right of return.

After the Six-Day War, in June 1967, Israel occupied the Palestinian territories of the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. The 1967 occupation revived claims about the demographic threat posed by the number of Palestinians under Israeli rule. According to the documental research by Shafer-Raviv (2020; 2021), in the first months after the occupation of 1967, the Israeli state elaborated attempts to stimulate the emigration of Palestinians to reduce Gaza's population. The documents analyzed by Shafer-Raviv (2021) reveal a re-elaboration of the idea of transfer – a euphemism for expulsion, as argued by Masalha (2021). These failed policies were elaborated in order to ensure that the demographic balance was favorable to the Jewish population.

In an effort to normalize the occupation and pacify the Palestinian population, the 1967 occupation regime also introduced economic measures such as integrating Palestinian labor into Israel. In February 1969, the Israeli government began to allow Palestinians from Gaza to work in Israel as low-skill manual workers. This increased the number of Palestinian workers from Gaza in Israel from 6.000 in 1970 to 36.000 in 1980. By offering higher wages compared to Gaza, labor in Israel slightly improved living standards – for example, the number of households with refrigerators increased from 5.7% to 66,2% from 1972 to 1981 (SHAFER RAVIV, 2021, p. 353). Although they meant a certain level of prosperity and improvement in living conditions, these economic policies represented, above all, a strong dependence of Palestinians on Israel (ROY, 1988).

In spatial terms, for the Israeli authorities, the refugee camps were treated as an external body that had to be removed from Gaza's map, for example through its assimilation with the native inhabitants. In the 1970s, the attempt to integrate the refugee camps in Gaza with the urban surroundings was conducted with a view to diminishing the national Palestinian ethos and the demands for return, that is, a form of pacification (ABREEK-ZUBIEDAT; NITZAN-SHIFTAN, 2018). In his investigation on house demolitions and resettlement schemes for Palestinian refugees in Gaza, Dahlan (1990) shows how this policy ultimately sought to purge the landscape of refugee camps from Gaza and, along with it, the symbolism of the Palestinians' right of return to their homes. The refugees themselves refused to accept the settlement schemes, since it did not resolve the chronic condition of the refuge (DAHLAN, 1990).

With Israeli occupation's economic policies, Gaza's economic growth was not accompanied by development, but instead by de-development, a deliberate and systematic process of undermining the "ability of an economy to grow and expand by preventing it from accessing and utilizing critical inputs needed to promote internal growth beyond a specific structural level" (ROY, 1987, p. 56). Gaza's economy was getting even more dependent on Israel and had strong difficulties in developing its own industry and agricultural sector.

The economic policies of the Israeli occupation towards the Palestinians rapidly showed signs of discontent and paved the way for the radicalization of resistance. The high taxation, unemployment, and exploitation of Palestinian workers within Israel can be considered the driving forces of the political organization against the occupation that characterized the First Intifada (GORDON, 2008). This national levant, which started in December 1987 and lasted until 1993, is considered a turning point for the Palestinian history in general, since it showed to the international community the various violence promoted by Israeli occupation and paved the way to the negotiations between Palestinians and Israelis that led to the 1990s peace process.

More importantly, the First Intifada marked the beginning of the closure and separation policies. In 1991, Israel canceled the general exit permit, which allowed Palestinians to circulate, without much severe limitations, through the West Bank and Gaza during the two first decades of the occupation. Israel imposed a system that required that every individual person should apply for a permit to leave these territories. It also implemented various barriers, checkpoints, roadblocks, and other mobile or fixed frontiers to restrict Palestinian movement. For the Gaza Strip, the closure policy was directed mainly at closing the Israeli market for Palestinian workers in the region, which generated high levels of unemployment, due to Gaza's dependence on the Israeli economy. Israel also imposed night curfews from 1988 to 1994, as well as introduced the green identity cards regime in order to better control the movement of Palestinians (GORDON, 2008).

It was in the late 1980s that the Israeli demographer and geostrategist, Arnon Soffer (1989), published an article warning that Gaza was a demographic threat to the Jewish majority in Eretz Israel. In 1989, 98% of Gaza's population was Palestinian, and that number was about to rise until 2000. The region was then understood as an undesirable land, a tiny piece of territory that could be "given back" to the Palestinians without impacting the Zionist settler colonial project. Indeed, then Israeli Prime Minister, Yitzhak Rabin, ordered the construction of a 48 km barrier on the border of the Gaza Strip with Israel. In October 1994, he declared: "We have to decide on **separation as a philosophy**. There has to be a clear border. Without a border demarcating the lines, whoever wants to swallow 1.8 million Arabs will just bring greater support for Hamas" (RABIN *apud* MAKOVSKY, 2004, p. 52, our emphasis). From then on, the discussions would be less about the possibility of a Palestinian state and more about containing a demographic border.

CC BY NC SA

The sociospatial fragmentation of Palestine was consolidated and institutionalized by the Oslo Accords (1993-1995). Even though the peace process created the Palestinian Authority (PA) as a governmental body to manage the Palestinian population, the land and the borders would be and still are in control of the Israelis. In Oslo's framework, according to Bashi (2013, p. 246), Israel tried to establish "a distinction between control over the land, for which it claimed the powers granted to an occupant under international humanitarian law and responsibility for the people living in that land. The latter, Israel claimed, belonged to the PA".

In 2005, with the unilateral disengagement plan, Israel tried to detach the body from the territory – a separation that, notably in colonized spaces, only serves to support the colonizer's argument of not having any responsibility over the population. The disengagement plan itself established that it would "serve to dispel the claims regarding Israel's responsibility for the Palestinians in the Gaza Strip" (ISRAEL, 2004).

The Israeli unilateral disengagement from Gaza happened in the context of the Second Intifada, the Palestinian popular uprising which started in September 2000, as a discontentment with the results of the Oslo Accords, mainly the expansion of Israeli settlements in the West Bank. The mobility restrictions for Palestinians were intensified: before the outbreak of the Second Intifada, Israel issued more than 12.000 permits per month for Gazans to cross the border into Israel and the West Bank. Between 2001 and 2004, this number dropped by 98%, with around 260 permits released per month (LEIN, 2005, p. 16).

The disengagement and the blockade of the Gaza Strip in 2007 consolidated the historical effort to separate and isolate that region. Along with the U.S.-led international War on Terror after the 09/11 attacks, counter-terrorism became a strong argument to deal with the Gaza Strip. The blockade is justified by Israel as a sanction after Hamas – the Islamic militant group emerged in Gaza during the First Intifada – took power in Gaza after the civil war with Fatah, who didn't accept Hamas' victory in the 2006 elections. Hamas is considered a terrorist group by Israel, the U.S., and the European Union. Since 2007, the Gaza Strip's separation and isolation from Israel, the West Bank and the rest of the world is perhaps the most advanced stage of Israeli settler colonialism control over Palestine. This can be understood as the historic milestone for the improvement of Israeli necropolitics. The (i)mobility illustrates the limbo between life and death that Gazans face on a daily basis.

CC BY NC SA

THE POST-DISENGAGEMENT ISRAELI PERMIT REGIME AND THE GOVERNMENTALITY OF GAZANS' (I)MOBILITY: BETWEEN SUSPENDED LIFE AND SLOW DEATH

Even though the Israeli State claims to have no further responsibility for Gaza under international occupation law since its disengagement in 2005, its remote-control policies reveal the continuation of colonial domination by other means (SALAMANCA, 2011). The authority responsible for the circulation of people in and out of Gaza through the border with Israel is the Coordination of Government Activities in the Territories (COGAT), a unit of Israel's Ministry of Defense. COGAT also coordinates the passage of goods in and out of Gaza, such as food supply[2]. Since 2007, the only crossing points in operation in the Gaza Strip are the Erez crossing, also called Beit Hanoun, located in the north of the region and where the human passage to Israel is coordinated, and the Rafah crossing point, in the south, at the border with Egypt.

The human mobility policy, also called the permit regime, is based on some official documents from COGAT, such as "the Entry to Israel order (Exemption of Gaza Strip residents) 5765-2005" and "the prerogatives of the Area Commander under the Citizenship and Entry into Israel Law (Temporary Order) 5763-2003" (COGAT, 2022). These laws were elaborated during the Second Intifada and the Israeli unilateral disengagement from Gaza, and basically stipulate that no Palestinian resident has vested right to enter Israel, as well as no Israeli citizen has a right to enter the Gaza Strip (COGAT, 2022, p. 3). According to COGAT's documents:

> Against the backdrop of the security/political situation in the Gaza Strip it has been decided on State level **to limit the movement** of residents between the Gaza Strip and the Judea and Samaria Area **to the necessary minimum**, so that **for all practical purposes entry of residents of Gaza into the Judea and Samaria Area [the West Bank] shall only be allowed in the most exceptional humanitarian cases**. (COGAT, 2013, our emphasis).

> [...] the restrictions will be applied in accordance to the legal obligations incumbent upon Israel and that **a humanitarian crisis must be avoided**. [...] the policy on the movement of people between the Gaza Strip and Israel is inextricably linked to the shifting political-security circumstances between Israel and the Gaza Strip and its surroundings. [...] **all applications are reviewed on their merits, according to the individual circumstances of each and every case and according to an individual security check** relating to the applicant

2 For instance, in 2012 it was revealed that the Israeli Ministry of Health conducted a research, in 2018, on Gazans' daily food intake in order to calculate the amount of calories a regular Palestinian from Gaza should eat and not starve or be in a state of malnutrition. With that calculus, COGAT established the average number of trucks that could cross the Gaza Strip on a daily basis (GROSS; FELDMAN, 2015). This is an example of how far the Israeli biopolitics towards the Palestinian people can materialize.

CC BY NC SA

> and/or his relatives, and a review of the security, **political and strategic interests of the State of Israel in approving the applications**. (COGAT, 2011, our emphasis).

The excerpts highlighted above indicate that the Israeli authorities' justification for restricting the movement of people into and out of Gaza is primarily based on national security, whereas "humanitarian" cases are exceptional concessions. Israel's political and strategic interests are the guide for approving or rejecting requests, although these objectives are not clearly stated. The standard rule is that Palestinians from Gaza cannot travel to the West Bank or Israel, although there are exceptions, such as those listed by COGAT (2022) and which may or may not be approved, mainly due to the uncertainties generated by the COGAT's bureaucratic labyrinth.

The separation and fragmentation of Palestinian society and territories is the implicit objective in these declarations and of which the isolation of Gaza, orchestrated in part by the permit regime, is a means to achieve it. Thus, the mobility regime is an example of the intrinsic relation between the Zionist politics, understood as the great strategy of building a Jewish national State – if not entirely, at least with Jewish demographic majority –, and the Israeli various policies, which we can also call tactics, that paves the way for achieving this objective.

In what follows, we demonstrate three ways in which the mobility regime works and the effects it promotes in Gaza's body-territory. Although Israel argues that the blockade of Gaza is a type of humanitarian sanction (BHUNGALIA, 2010) – a better alternative instead of adopting a direct conflict – the Israeli mobility regime proves to be a governmentality apparatus that not only serves as a counterinsurgency method, but also puts Gazans in a limbo between life and death.

ENDURING DE-DEVELOPMENT: CONSTRAINING LABOR AND STUDY

As stated by COGAT (2022), entry of Palestinian workers or students in Israel depends on its authorization. If they are from the Gaza Strip, they must pass through a security check and fit into the various, and sometimes dubious, categories listed by the authority. The criteria may change depending on COGAT's willingness and subjectivity.

Since the Israeli disengagement, hundreds of Palestinians have been unable to leave Gaza to study elsewhere, whether in the West Bank, Israel, or other countries, even if they get acceptance letters from foreign universities. Those who do manage to get out are the exception, not the rule. The Israeli blockade thus disrespects the right to higher education of Palestinians (GISHA, 2009). The Israeli authorities argue that the exit is authorized only for humanitarian cases and medical emergencies, and that "the State of Israel has no legal obligation" to

CC BY NC SA

authorize a student from Gaza to go abroad, since "the entry of students from Gaza to Israel so they can travel abroad to study is far beyond the humanitarian standard that Israel is obligated to uphold" (GISHA, 2008). Again, the humanitarian argument is brought and used to isolate Gazans and impede physical contact with the outside world.

Gazans in general are prohibited to work in Israel, at least since 1991, when Israel started the implementation of its closure policy. But in September 2022, for the first time since the 2005 disengagement, the number of people leaving Gaza and entering Israel was over 43,000, including people who left multiple times. This number, however, is only 9% of the monthly average of departures that occurred in 2000, before the outbreak of the Second Intifada and the imposition of new categories of restriction. Around 89% of exit cases in September 2022 were related to categories of "traders" and "economic needs". On the other hand, only 5% of cases involved people with medical needs (OCHA, 2022).

This was largely due to Israel's recent decision to increase work visas for Gaza Palestinians. Before the Second Intifada, around 230,000 Palestinians from Gaza worked in Israel, a number that dropped dramatically after disengagement and the blockade (MEMO, 2022). According to COGAT (2022, p. 14), generally "the employment of residents of the Gaza Strip in Israel is not approved". However, quotas for specific categories such as business people were available, although they did not specifically refer to Gaza workers in Israel. In October 2021, for the first time since 1991, COGAT increased the number of visas for Palestinians from Gaza to work in Israel. On the occasion, Israeli authorities opened 7,000 vacancies for Palestinians from Gaza – 2,000 more than allowed in 2019. On the first day of registration, more than 10,000 people requested permission, which generated crowding and chaos in Gaza's Chamber of Commerce (HAJJAJ, 2021). Since then, Israel has progressively increased work visas: in February 2022, the quota went to 10.000, followed by 14,000 in June and 20.000 in August, with more than 100.000 applications for these positions (FABIAN, 2022; ZAKEN, 2022). In February 2022, Defense Minister Benny Gantz stated:

> We intend to expand our **civilian humanitarian policy**, including an immediate increase in the quota of Palestinian workers who can enter Israel. [...] Since Operation Guardian of the Walls, we have created **a new deterrence equation**. We are building the force and the operational plans, and we are creating **a civilian equation** – directly with the residents of Gaza. (GANTZ *apud* SHOVAL, 2022, our emphasis).

Most of the jobs available are linked to the agriculture and construction sector, with almost no job security (ETKES; ADNAN, 2022). In a survey, Gisha (2022a) revealed aspects of the daily life of Gaza workers in Israel: in general, they wake up at three in the morning to be able to cross the Erez checkpoint on time, due to bureaucracy and security inspections. In general,

CC BY NC SA

Israeli authorities let Palestinians into Israel with only the clothes they are wearing, a cell phone and a pack of cigarettes, as backpacks and suitcases are generally prohibited.

Once in Israel, in case a Palestinian does not have his job already "guaranteed", he must wait at the collection points, a space where employers contact workers and offer at least one day of work. This means that most jobs are informal, temporary and without any kind of right for the Palestinian worker. As for payment, for example, agreements between employer and employee are verbal, and payment can come on the same day or at the end of the "contracted" work period. At the end of the working day, which generally lasts from 8 to 12 hours, the Palestinian worker must choose between returning to Gaza and repeating the journey the next day or staying in Israel and gaining time, returning home only once a week or month. Some employers rent beds in collective rooms for workers to spend the night, for around 60 to 90 dollars a month (GISHA, 2022a). Other Palestinians end up sleeping on the construction sites where they work, on mattresses on the floor.

Meanwhile, the international humanitarian agencies, specially UNRWA, remain responsible for impeding Gaza's total collapse. This is the result of decades of the closure policy and 16 yearlong blockade, which also endures the de-development of Gazans. For instance, in 2022, the unemployment rate in Gaza was at 46.6% - compared to 13% in the West Bank (OCHA, 2022).

FRAGMENTING AND SEPARATING PALESTINIAN FAMILIES

Since the 1967's occupation, Israel's legal regime "categorizes Palestinians based on their residence, or lack thereof, as registered with the Israeli authorities (which may or may not reflect where they actually live) and restricts movement accordingly" (GISHA, 2015, p. 6). The mobility regime follows this legal framework, which means that a Palestinian must have COGAT's authorization to cross every single checkpoint, crossing point and other different frontiers. Even though the Gaza Strip and the West Bank are Palestinian territories, they are not a contiguous territory.

If a Palestinian from the West Bank wants to live in the Gaza Strip, he must apply for COGAT's permission. In this case, the applicant must complete an application for permanent residency in Gaza "for any purpose that is considered humanitarian (usually family unification)", but priority is given to "the need to allow the family unit to be maintained in the Gaza Strip" (COGAT, 2018). The request must be accompanied by a statement that "the applicant will not be able to return from Gaza to the Judea and Samaria Area, other than in exceptionally rare cases" (COGAT, 2018). In other words, the person must renounce his right to live in the West Bank and eventually return there. In that sense, it is much easier for a Palestinian from the West Bank to move to the Gaza Strip than it is for a Palestinian from Gaza to move to the West Bank.

CC BY NC SA

This procedure was created in 2009 following an order of the Israeli Supreme Court, as a way to manage the relocation of Palestinians in the occupied territories.

From 2009 to 2017, only five applications were approved by Palestinians from Gaza who wanted to move to the West Bank, all after legal intervention by human rights organizations. Of the five, four were under 16 years old who had no relatives to care for them in Gaza. In the case of moving from the West Bank to the Gaza Strip, 58 requests were approved, 51 from women – it is customary in Palestinian society for the woman to move to her husband's family home. The number of Palestinians who were able to leave Gaza and live in the West Bank increased to 2.775, although requests exceeded 5.000, after Israel agreed to the suggestion of the Quartet representative, Tony Blair, to authorize the displacement of these people (CHACAR, 2020).

According to Gisha (2015), it is difficult to measure exactly all the impact that the human mobility policy has on the daily lives of Palestinians in Gaza, since there are not only material and financial impacts, but also physical and emotional ones. However, there is no shortage of stories about the separation of Palestinian families (BASHI; DIAMOND, 2015; CHACAR, 2020). Since the blockade, Israel has defaulted to not accepting requests to visit from family members living in different parts of Palestine. A couple in which one has an identity linked to Israel and the other to Gaza is considered by Israel as a "divided family". The part of the couple that has an Israeli ID must apply for permission to live in Gaza and renew it every six months (GISHA, 2020a).

The separation of families has a stronger impact on Palestinian women, who often move in with their husbands' families once they get married. When a Palestinian woman from the West Bank marries a Palestinian from Gaza, she must renounce her right of residence in the West Bank, which will make it difficult or prevent her from visiting her family whenever she wants, causing a fracture in the family fabric (GISHA, 2020). According to research by Gisha (2020), the Israeli criteria for a Palestinian from Gaza to visit a relative in the West Bank or in Israel exclude particularities of women's life cycles, since they do not recognize, for example, pregnancy or childbirth as specific medical conditions, which places the pregnant woman in even more vulnerable moments without the presence of a close family member.

In 2010, Colonel Uri Mendes, then commander of COGAT's coordination and operations, stated that around 35,000 Palestinians with residency registration in Gaza were living illegally in the West Bank, therefore they were considered undercover criminals (CHACAR, 2020). Cases of expulsion of Palestinians who were "illegally" in the West Bank, according to Israeli authorities, were recurrent from the Second Intifada. According to a report by the Israeli human rights organizations B'Tselem and HaMoked, some Palestinians who were detained at checkpoints in the West Bank were expelled to Gaza, with the argument that their identity cards had the Gaza Strip as their address. In other cases, even if the address on the Palestinian ID was in the West Bank, Israeli officials claimed that it had not been approved by the Civil Population Registration

CC BY NC SA

Administration. From September 2000 to March 2005 – months before the disengagement – the Israelis expelled 32 Palestinians from the West Bank to Gaza.

This situation indicates that the Gaza Strip may be a destination of no return. According to Dani Shenhar, from the Information Department of the Israeli organization HaMoked, "Gaza is a one-way ticket. If you move there, you won't come back" (SHENHAR *apud* CHACAR, 2020). In this sense, Israeli mobility policy consolidates the effort of isolating Gaza's body-territory by imposing a bio-necropolitical regime.

SUSPENDED LIVES, SLOW DEATHS: UNCERTAINTY AND UNPREDICTABILITY IN COGAT'S MORTAL BUREAUCRACY

As stated by COGAT (2022, p. 3), "with respect to the movement of people, the authorized offices frequently review the criteria and revise them according to that situation". The subjectivity and unpredictability from COGAT's officials have various effects on Gazans that need to exit Gaza, especially those in need of urgent medical treatment. The health system in the Gaza Strip is extremely precarious: as of 2022, beyond the water and electricity shortages, the hospitals suffer from shortages of 40% in essential medicines, 32% in medical disposables and 60% in laboratory and blood bank supplies, according to the Gaza Health Ministry (HUSSAINI, 2022).

Thus, to get proper medical treatment, patients must leave Gaza. They must apply for permission from COGAT, which often takes months to review and approve. In 2010, 80% of 18.000 applications for treatment of Gaza Palestinians with cancer in Israel were approved, and their companions could not leave the hospital during the treatment period (IRIN, 2011). In 2022, about 20.000 applications for medical exit permits were received by COGAT. Approximately 34% of them were rejected - the rejection was either informed by the authorities or not responded before the scheduled appointment. Moreover, 219 applicants were interrogated by the authorities who demanded to examine the patients' applications. Of them, 66 were cancer patients, 38 women, and 26 elderly persons over 60 years old. Additionally, 91% of the 219 applications were rejected (B'TSELEM, 2023).

Approximately 1800 new cases of cancer appear in Gaza each year, 15% of which are breast cancer. The head of the Oncology Department at Al-Rantissi Hospital in Gaza pointed out that 50% of cancer patients need urgent treatment outside Gaza, such as radiotherapy and chemotherapy[3], but in many cases requests are denied or approved with delay – for example,

3 Israel's dual-use policy prohibits the entrance of various items considered dangerous. They are usually civilian goods that Israeli authorities argue can be used by "terror organizations'', with military purposes. Items included in the list are, for example: x-ray machines, various medicines, cement, steel bars, wood planks etc. For more information on Israeli dual-use policy, see Gisha (2022c).

the approval comes after the scheduled appointment date (ABUALI, 2021). In 2021, 32% of requests to leave Gaza for cancer treatment were denied. Between 2008 and 2021, Israeli restrictions on the mobility of Palestinians in Gaza led to 839 cancer patients dying, that is, more than 800 Palestinians died waiting for permission to leave the region in search of treatment (FAYYAD, 2022).

In this sense, the Israeli-controlled human mobility regime becomes, at least for cancer patients, a matter of life and death. The spokesman for the Gaza Ministry of Health, Ashraf al-Qedra, commented that the crisis in the health system and the Israeli policy of denying or delaying the release of permits means a "death sentence" for the sick (AL- QAEDRA *apud* HUSSAINI, 2022).

Those who actually get authorization to leave often must return on the same day, as the permission released by the State of Israel lasts only twenty-four hours, that is, those who need longer treatment need to constantly face the bureaucratic process and unpredictable request to leave Gaza or remain "illegally" in hospitals abroad (HAJJAJ, 2022). In addition, many patients are unable to be accompanied by their next of kin. For example, Palestinian Gaha Majadle, mother of a seven-month-old baby, did not receive authorization from the Israelis to accompany her son outside Gaza, who had to be accompanied by his grandmother, who was also in poor health (FAYYAD, 2022).

In another case, the five-year-old child Aisha Lulu, diagnosed with brain cancer and referred for treatment at the Augusta Victoria hospital in East Jerusalem, could not be accompanied by her parents – both had their requests rejected by the Israeli authorities, who claimed "security issues". An elderly friend of Aisha's aunt was the only one to get permission to accompany her (HUMAID, 2019). Interestingly, on COGAT's website (2020), in the section about applying "for a humanitarian entry permit to Israel from the Gaza Strip for medical reasons", it is indicated that, in relation to the companions of patients, "preference will automatically be given to parents of minors".

The application process to leave Gaza to seek treatment is lengthy and bureaucratic. First, patients must fill in the form with all their health information, the report and treatment prescription signed by the doctor in charge and the conditions that prove that the treatment is unfeasible in Gaza. Then, the PA's high medical committee evaluates the applications and decides whether or not to cover the financial costs of the applicants' treatments in West Bank hospitals, which must be sought by the patients themselves. Only then can patients file the COGAT claim. This whole process can take weeks or even months, which puts the lives of Palestinians with cancer at risk and may even lead to their death. This was the case of 17-year-old Saleem Nawaty, who died after officials at the Al-Najah hospital in Nablus, as well as the hospital in Ramallah, refused to treat him on the grounds that the Palestinian Authority had debts with

hospitals. Nawaty died at the door of the Palestinian Medical Complex, in Ramallah, after 13 days trying to start his treatment (HAJJAJ, 2022).

This long wait for permission to leave Gaza is another mechanism of control used by Israel. The colonial domination over Palestinian lands, resources, and population extends over the spatial-temporal dimension of existence. According to Amir (2021, p. 5), "Israel has compressed the time of the Strip. [...] Israel's designation of Gaza to a post-occupation landscape, it claims, strangles the Strip in a protracted stagnation, rendering it to a time which is deprived of both past and future". In this sense, Israel has trapped Gazans in a spatiotemporal dimension deprived of predictability and certainty.

FINAL REMARKS

The article explored the deadly dimensions of the Israeli permit regime towards Gaza. In a historical-genealogical perspective, we argued that the Gaza Strip's sociospatiality has turned from an area of refuge, in 1948, into a *deathscape* – a territory framed as hostile and where Palestinians from other territories must move and remain, therefore an isolated area of expulsion. Despite Israel's allegation of not having any further responsibilities over Gaza's population after the 2005 unilateral disengagement, the continuation of colonial dominance and control over space and resources has daily and bodily impacts on the lives of Gazans. Regarding the Gaza Strip, the main concern appears to be with eliminating a surplus, undesirable population, and not so much acquiring that piece of territory.

The settler colonialism framework and the notion of body-territory enabled us to critically assess and comprehend the interrelation and simultaneity of different Israeli colonial violence. The mobility regime is the expression not only of the linkage between power and the production of space, but of the intimate relation between body - individual and collective - and territory. Moreover, we discussed the importance of analyzing the mobility policies related to Zionist politics and main goal of acquiring maximum land with minimal indigenous presence.

By relying on official documents, Human Rights reports, and testimonies, we identified three main consequences that emerge from Israeli mobility regime towards Gaza (i) the enduring de-development of Palestinians from Gaza, (ii) the separation of Palestinian families from the West Bank and Gaza, and (iii) the slow death promoted by COGAT's bureaucracy, which puts Gazans not only on a spatiotemporal trap, but on a limbo between life and death. Finally, the Gaza Strip can be considered an advanced model of remote colonial governmentality adopted in other Palestinian territories, which are gradually being transformed into small enclaves controlled by Israel.

CC BY NC SA

REFERENCES

ABREEK-ZUBIEDAT, Fatina; NITZAN-SHIFTAN, Alona. "De-Camping" through Development: The Palestinian Refugee Camps in the Gaza Strip under the Israeli Occupation. *In:* KATZ, Irit; MARTÍN, Diana; MINCA, Claudio (Eds.). **Camps revisited**: Multifaceted spatialities of a modern political technology. London: Rowman & Littlefield, 2018.

ABUALI, Maya. Israel's siege is halving Gaza patients' survival rates, it's time to act. **Middle Esat Monitor**, *[s.l.]*, 11 Aug. 2021. Available at: https://www.middleeastmonitor.com/20210811-israels-siege-is-halving-gaza-patients-survival-rates-its-time-to-act/. Accessed on 5 July 2023.

AMIR, Merav. Post-occupation Gaza: Israel's war on Palestinian futures. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, v. 103, n. 4, pp. 283-300, 2021.

BACONI, Tareq. Gaza and the One-State Reality. **Journal of Palestine Studies**, v. 50, n. 1, pp. 77-90, 2020.

BASHI, Sari. Controlling Perimeters, Controlling Lives: Israel and Gaza. **The Law & Ethics of Human Rights**, v. 7, n. 2, pp. 243-282, 2013.

BASHI, Sari; DIAMOND, Eitan. **Separating Land, Separating People**: Legal Analysis of Access Restrictions between Gaza and the West Bank. Tel Aviv: Gisha, 2015. Available at: https://gisha.org/en/separating-land-separating-people/. Accessed on 5 July 2023.

BHUNGALIA, L. A liminal territory: Gaza, executive discretion, and sanctions turned humanitarian. **GeoJournal**, v. 75, n. 4, pp. 347-357, 2010.

BHUNGALIA, L. Im/mobilities in a 'hostile territory': Managing the red line. **Geopolitics**, v. 17, n. 2, pp. 256-275, 2012.

BOCCO, Riccardo. UNRWA and the Palestinian refugees: a history within history. **Refugee Survey Quarterly**, v. 28, n. 2-3, pp. 229-252, 2009.

BTS – BREAKING THE SILENCE. **Military Rule:** Testimonies of Soldiers from the Civil Administration, Gaza DCL and COGAT 2011-2021. Tel Aviv: Breaking the Silence, 2022. Available at: https://www.breakingthesilence.org.il/inside/wp-content/uploads/2022/07/Military_rule_testimony_booklet.pdf. Accessed on 5 July 2023.

B'TSELEM. In 2022, too, Israel prevented thousands of Palestinians in need of medical care from leaving Gaza for treatment. **B'Tselem**, *[S.l.]*, 04 Apr. 2023. Available at: https://www.btselem.org/gaza_strip/20230404_in_2022_too_israel_prevented_thousands_of_palestinians_in_need_of_medical_care_from_leaving_gaza_for_treatment. Accessed on 5 July 2023.

CHACAR, Henriette. 'Gaza is a one-way ticket': How Israel's relocation policy is separating Palestinian communities. **+972 Magazine**, *[s.l.]*, 30 Jun. 2020. Available at: https://www.972mag.com/gaza-movement-separation-policy/. Accessed on 5 July 2023.

COGAT – Coordinator of Government Activities in the Territories. Apply for a humanitarian entry permit to Israel from the Gaza strip for medical reasons. **COGAT**, *[s.l.]*, 27 Oct. 2020. Available at: https://www.gov.il/en/service/apply-medical-humanitarian-entry-permit-gaza-strip. Accessed on 5 July 2023.

COGAT – Coordinator of Government Activities in the Territories. **Procedure for handling Applications by Gaza Strip Residents for settlement in the Judea and Samaria Area**. Unofficial translation by Gisha. Jul. 2013. Available at: http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/settlement/33en.pdf. Accessed on 5 July 2023.

COGAT – Coordinator of Government Activities in the Territories. **Procedure For Settlement In The Gaza Strip By Residents Of Judea And Samaria Area**. Unofficial translation by Gisha. 2018. Available at: http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/settlement/32en.pdf. Accessed on 5 July 2023.

COGAT – Coordinator of Government Activities in the Territories. **Re: Policy on Movement of People between the State of Israel and the Gaza Strip**. Unofficial translation by Gisha. 05 May 2011. Available at: http://www.gisha.org/UserFiles/File/HiddenMessages/Criteria_for_travel_from_Erez.pdf. Accessed on 5 July 2023.

COGAT – Coordinator of Government Activities in the Territories. **Status of Authorizations for entry of Palestinians into Israel; for their passage from Judea and Samaria into the Gaza Strip; and for their departure abroad**. 08 Feb. 2022. Available at: http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/general/50en.pdf. Accessed on 5 July 2023.

DAHLAN, Ahmed Said. Housing demolition and refugee resettlement schemes in the Gaza Strip. **GeoJournal**, v. 21, n. 4, pp. 385-395, 1990.

ETKES, Haggay; ADNAN, Wifag. Gazan Workers in Israel: Implications for Employment Regulations. **The Institute for National Security Studies**, n. 1626, Aug. 2022. Available at: https://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2022/08/no.-1626.pdf. Accessed on 5 July 2023.

EUROPEAN COMMISSION. Palestine. **European Commission**, *[S.l.]*, 07 Mar. 2023. Available at: https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/where/middle-east-and-northern-africa/palestine_en. Accessed on 5 July 2023.

FABIAN, Emanuel. Israel to allow 1,500 more Palestinian workers to enter from Gaza on Sunday. **The Times of Israel**, *[s.l.]*, 19 aug. 2022. Available at: https://www.timesofisrael.com/israel-to-allow-1500-more-palestinian-workers-to-enter-from-gaza/. Accessed on 5 July 2023.

FAYYAD, Huthifa. Israel's medical permit denial for Gaza's children doubles in past year, warns report. **Middle East Eye**, *[s.l.]*, 27 Jul. 2022. Available at: https://www.middleeasteye.net/news/israel-gaza-medical-permit-denial-children-doubles-past-year. Accessed on 5 July 2023.

FELDMAN, I. Difficult distinctions: Refugee law, humanitarian practice, and political identification in Gaza. **Cultural Anthropology**, v. 22, n. 1, pp. 129-169, 2007.

FILIU, Jean-Pierre. **Gaza**: A History. Oxford University Press, 2014

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Security, Territory, Population: Lectures at the College De France, 1977–78**. NY: Palgrave Macmillan: 2009

GAGO, Veronica. **A potência feminista:** ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GISHA. A Day in the Life of a Worker from Gaza in Israel. **Gisha**, *[s.l.]*, 01 Sep. 2022a. Available at: https://gisha.org/en/a-day-in-the-life-of-a-worker-from-gaza-in-israel/. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. A Guide to the Gaza Closure: In Israel's Own Words. **Gisha**, Tel Aviv, Sep. 2011. Available at: http://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/gisha_closure/gisha_brief_docs_eng_sep_2011.pdf. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. **Access Kit**: A guide to procedures and protocols that regulate access to and from the Gaza Strip. Tel Aviv: Gisha, 2019. Available at: https://features.gisha.org/access-kit/. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. **Discrimination by Default**: A gender analysis of Israel's criteria for travel through Erez Crossing. Tel Aviv: Gisha, 2020. Available at: https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Discrimination_by_Default_EN.pdf. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. **Distant | Relatives**: A look at the lives of three families, split between the Gaza Strip and the West Bank. Gisha, 2015. Available at: https://features.gisha.org/distant_relatives/. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. **Held back**: Students Trapped in Gaza. Gisha, May 2008. Available at: https://gisha.org/en/held-back-students-trapped-in-gaza/. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. **Obstacle Course**: Students Denied Exit from Gaza. Gisha, Jul. 2009. Available at: https://gisha.org/en/obstacle-course-students-denied-exit-from-gaza/. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. One-way ticket from Gaza? **Gisha**, *[s.l.]*, 13 Mar. 2016. Available at: http://gisha.org/en/one-way-ticket-from-gaza/. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. Red Lines, Gray Lists: Israel's dual-use policy and the Gaza Reconstruction Mechanism. **Gaza**, *[s.l.]*, 11 Jan. 2022b. Available at: https://features.gisha.org/red-lines-gray-lists/. Accessed on 5 July 2023.

GISHA. The Permit Regime: Testimonies. **Gisha**, *[s.l.]*, 28 Jul 2022c. Available at: https://gisha.org/en/the-permit-regime-testimonies/. Accessed on 5 July 2023.

GORDON, N. **Israel's Occupation.** Berkley/Los Angeles: University of California Press, 2008.

GROSS, A.; FELDMAN, T. We Didn't Want to to Hear the Word Calories: Rethinking Food Security, Food Power, and Food Sovereignty-Lessons from the Gaza Closure. **Berkeley Journal of International Law**, v. 33, n. 2, pp. 379-441, 2015.

HAJJAJ, Tareq. For cancer patients in Gaza travel permits become a matter of life or death. **Mondoweiss**, *[s.l.]*, 19 Jul. 2022. Available at: https://mondoweiss.net/2022/07/for-cancer-patients-in-gaza-travel-permits-become-a-matter-of-life-or-death/. Accessed on 5 July 2023.

HAJJAJ, Tareq. Photo reflects devastation of Palestinian economy as Gaza workers struggle for work. **Mondoweiss**, *[s.l.]*, 29 Oct. 2021. Available at: https://mondoweiss.net/2021/10/photo-reflects-devastation-of-palestinian-economy-as-gaza-workers-struggle-for-work/. Accessed on 5 July 2023.

HUGHES, S. S. Unbounded territoriality: Territorial control, settler colonialism, and Israel/Palestine. **Settler Colonial Studies**, v. 10, n. 2, pp. 216-233, 2020.

HUMAID, Maram. Gaza exit permits: Aisha's lone journey for cancer treatment. **Al Jazeera**, Gaza City, 22 May 2019. Available at: https://www.aljazeera.com/news/2019/5/22/gaza-exit-permits-aishas-lone-journey-for-cancer-treatment. Accessed on 5 July 2023.

HUSSAINI, Maha. Israeli attack: Gaza health sector facing imminent disaster. **Middle East Eye**, *[s.l.]*, 07 Aug. 2022. Available at: https://www.middleeasteye.net/news/israel-gaza-attack-health-sector-disaster-imminent. Accessed on 5 July 2023.

IRIN. OPT: Cancer care crisis in Gaza. **The New Humanitarian**, Gaza, 09 Mar. 2011. Available at: https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/opt-cancer-care-crisis-gaza. Accessed on 5 July 2023.

ISRAEL. Ministry of Foreign Affairs. The Cabinet Resolution Regarding the Disengagement Plan. 06 Jun 2004. Available at: https://www.gov.il/en/departments/news/the-cabinet-resolution-regarding-the-disengagement-plan-6-jun-2004. Accessed on 5 July 2023.

JAMAL, Hebh. Feeling less than human: The hell of crossing into Gaza. **+972 Magazine**, *[S.l.]*, 26 Aug. 2022. Available at: https://www.972mag.com/crossing-into-gaza-hell/. Accessed on 5 July 2023.

LEIN, Yehezkel. **One Big Prison**: Freedom of Movement to and from the Gaza Strip on the Eve of the Disengagement Plan. Jerusalem: B'Tselem; HaMoked, 2005. Available at: https://www.btselem.org/publications/summaries/200503_gaza_prison. Accessed on 5 July 2023.

MAKOVSKY, David. How to build a fence. **Foreign Affairs**, v. 83, n. 2, pp. 50-64, 2004.

MASALHA, N. **Expulsão dos Palestinos**: O conceito de "transferência" no pensamento político sionista 1882-1936. São Paulo: Monitor do Oriente, 2021.

MBEMBE, A. Necropolitics. **Public culture**, v. 15, n. 1, pp. 11-40, 2003.

MEMO – Middle East Monitor. Israel building industrial zone to provide thousands of jobs for Gaza workers. **Middle East Monitor**, *[s.l.]*, 28 Jun. 2022. Available at: https://www.middleeastmonitor.com/20220628-israel-building-industrial-zone-to-provide-thousands-of-jobs-for-gaza-workers/. Accessed on 5 July 2023.

MICHAEL, K. The Weight of the Demographic Factor in Israel's Strategic Considerations on the Palestinian Issue. **Israel: The Institute for National Security Studies**, 2014.

OCHA – UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Gaza Strip | The humanitarian impact of 15 years of the blockade – June 2022. **OCHA**, *[s.l.]*, 30 Jun. 2022. Available at: https://www.ochaopt.org/content/gaza-strip-humanitarian-impact-15-years-blockade-june-2022. Accessed on 5 July 2023.

PACE, M.; YACOBI, H. Settler Colonialism (Without Settlers) and Slow Violence in the Gaza Strip. **Partecipazione e Conflitto**, v. 14, n. 3, p. 1221-1237, 2021.

PAPPÉ, I. **A Limpeza Étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PETEET, Julie. **Space and Mobility in Palestine**. Bloomington: Indiana University Press, 2017.

ROY, S. The Gaza Strip: A case of economic de-development. **Journal of Palestine Studies**, v. 17, n. 1, pp. 56-88, 1987.

ROY, Sara. The Gaza Strip: Critical Effects of the Occupation. **Arab Studies Quarterly**, v. 10, n. 1, pp. 59-103, 1988.

SALAMANCA, O. J. Unplug and play: Manufacturing collapse in Gaza. **Human Geography**, v. 4, n. 1, pp. 22-37, 2011.

SALAMANCA, O. J.; QATO, M.; RABIE, K.; SAMOUR, S. Past is present: Settler colonialism in Palestine. **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, pp. 1-8, 2012.

SAYEGH, F. Zionist colonialism in Palestine (1965). **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, pp. 206-225, 2012.

SHAFER RAVIV, O. Studying an Occupied Society: Social Research, Modernization Theory and the Early Israeli Occupation, 1967–8. **Journal of Contemporary History**, v. 55, n. 1, pp. 161-181, 2020.

SHAFER RAVIV, O. Israeli emigration policies in the Gaza Strip: crafting demography and forming control in the aftermath of the 1967 War. **Middle Eastern Studies**, pp. 1-15, 2021.

SHOVAL, Lilach. Defense minister: Israel to increase number of work permits for Gazans. **Israel Hayom**, *[s.l.]*, 03 Feb. 2022. Available at: https://www.israelhayom.com/2022/03/02/gantz-announces-israel-to-allow-more-gazan-workers-into-israel/. Accessed on 5 July 2023.

SHURAFA, Wafaa; AKRAM, Fares. Mass funeral in Gaza draws tears, rare criticism of Hamas. **The Independent**, *[S.l.]*, 18 Dec. 2022. Available at: https://www.independent.co.uk/news/hamas--ap-gaza-adam-europe-b2247573.html. Accessed on 5 July 2023.

SMITH, R. J. Isolation through humanitarianism: Subaltern geopolitics of the siege on Gaza. **Antipode**, v. 48, n. 3, pp. 750-769, 2016.

SOFFER, A. Demography and the shaping of Israel's borders. **Contemporary Jewry**, v. 10, n. 2, pp. 91-105, 1989.

TAYEH, Noor. Refugee Camps in Gaza: Between Upgrading and Urbicide. **Journal of Palestine Studies**, v. 51, n. 3, pp. 3-22, 2022.

VERACINI, L. The other shift: Settler colonialism, Israel, and the occupation. **Journal of Palestine Studies**, v. 42, n. 2, pp. 26-42, 2013.

WEIZMAN, E. **Hollow land**: Israel's architecture of occupation. Verso books, 2012.

WINTER, Y. The siege of Gaza: Spatial violence, humanitarian strategies, and the biopolitics of punishment. **Constellations**, v. 23, n. 2, pp. 308-319, 2016.

WOLFE, P. Settler Colonialism and the Elimination of the Native. **Journal of Genocide Research**, v. 8, n. 4, pp. 387-409, 2006.

ZAKEN, Danny. Israel adds 2,000 work permits for Gaza Palestinians. **Al Monitor**, *[s.l.]*, 17 Jun. 2022. Available at: https://www.al-monitor.com/originals/2022/06/israel-adds-2000-work-permits-gaza-palestinians. Accessed on 5 July 2023.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17234

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Finding Ways to Spain: migration experiences in the navigation of Beni Ensar-Melilla border

João Paulo Rossini
Université du Québec à Montréal (UQÀM)
Montreal, Québec, Canadá
E-mail: rossini_teixeira_coelho.joao_paulo@courrier.uqam.ca
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4643-726X

Abstract: Existing literature has examined transnational migration in the border zone of Beni Ensar (Morocco) and Melilla (Spain) from various perspectives. However, there is relatively little exploration of the experience of crossing this border. This article aims to address this gap by utilizing qualitative research conducted with migrants assisted by the Spanish Red Cross. The work employs a theoretical framework of migration trajectories and focuses on three types of border crossing experiences: by land, by sea, and as unaccompanied minors. The objective is to comprehend how participants describe the Beni Ensar-Melilla border area, the strategies they employ to navigate the border, and the significance of crossing it for them. I argue that, firstly, in order to navigate this challenging borderland, participants needed to cooperate with other migrants and demonstrate persistence. Additionally, unaccompanied minors relied on specific laws and reception conditions. Secondly, the act of migrating is linked to ideal plans in Europe that, if realized, have the potential to enhance the lives of participants and their families.

Keywords: migration trajectories; navigation; Beni Ensar-Melilla borderzone.

Encontrando Caminhos para a Espanha: experiências migratórias na navegação da fronteira Beni Ensar-Melilla

Resumo: A literatura tem examinado as migrações transnacionais na zona de fronteira entre Beni Ensar (Marrocos) e Melilla (Espanha) a partir de diversas perspectivas. Entretanto, a experiência de atravessar essa fronteira permanece relativamente pouco explorada. A partir de uma pesquisa qualitativa realizada com migrantes assistidos pela Cruz Vermelha Espanhola, este artigo tem como objetivo preencher essa lacuna. O trabalho emprega o conceito de trajetórias migratórias e concentra-se em três tipos de experiências de travessia da fronteira: por terra, por mar, e como menores desacompanhados. O objetivo é compreender como os participantes descrevem a área de fronteira entre Beni Ensar e Melilla, as estratégias que empregam para atravessar a fronteira, e o significado dessa travessia para eles. Primeiramente argumento que, para navegar pelo desafiador território fronteiriço, os participantes precisaram cooperar com outros migrantes, assim como demonstrar persistência. Além disso, os menores desacompanhados contaram com leis e condições específicas de recepção. Em segundo lugar, defendo que o significado de migrar para os participantes está relacionado a planos de vida ideais na Europa que, se concretizados, têm o potencial de melhorar as vidas dos entrevistados e as de suas famílias.

Palavras-chave: Trajetórias migratórias; navegação; zona fronteiriça Beni Ensar-Melilla.

Encontrando Caminos hacia España: experiencias migratorias en la navegación de la frontera de Beni Ensar-Melilla

Resumen: La literatura ha abordado las migraciones transnacionales en la zona fronteriza entre Beni Ensar y Melilla desde diversas perspectivas. Sin embargo, la experiencia de cruzar esta frontera sigue siendo relativamente poco explorada. A través de una investigación cualitativa realizada con migrantes asistidos por la Cruz Roja Española, este artículo tiene como objetivo abordar esta brecha. El artículo emplea el concepto de trayectorias migratorias y se centra en tres tipos de experiencias de cruzar la frontera: por tierra, por mar y como menores no acompañados. El objetivo es comprender cómo los participantes describen el área fronteriza entre Beni Ensar y Melilla, las estrategias que utilizan para cruzar la frontera y el significado de dicho cruce para ellos. Argumento que, en primer lugar, para navegar la desafiante zona fronteriza, los participantes necesitaron cooperar con otros migrantes, además de demostrar persistencia. Asimismo, los menores no acompañados contaron con leyes y condiciones específicas de recepción. En segundo lugar, sostengo que el significado de migrar para los participantes está relacionado con planes de vida ideales en Europa que, de concretarse, tienen el potencial de mejorar las vidas de los entrevistados y las de sus familias.

Palabras clave: Trayectorias migratórias; navegación; zona fronteriza Beni Ensar-Melilla.

Recebido em: 27-06-2023
Aceito em: 15-12-2023

CC BY NC SA

INTRODUCTION: "I COULD NOT COME BY PLANE"

"I could not come by plane". This is how Souleimane[1], a 32-year-old Malian, summarized why he had to undertake a long, dangerous, and unauthorized journey from Mali to Spain, utilizing various means of transportation to pass through Niger, Algeria, and Morocco before reaching the Iberic country. His statement encompasses key points concerning the situation faced by him and the participants of this article: the available mobility options to Europe for individuals like Souleimane, and the reasons that compelled him and thousands of migrants, every year, to seek alternative routes to reach Spain.

The individuals studied in this context are non-white people and come from relatively poor backgrounds, originating from former sub-Saharan and Maghreb African colonies in a post-colonial world. They encounter numerous obstacles in their aspirations to build a life in Europe. Stringent mobility regimes (SCHAPENDONK ET AL., 2020) exist in several forms, limiting their ability to migrate from different parts of the African continent to Europe. The configuration of world's topography is not solely determined by its natural physicality; social--spatial factors play an important role in shaping and influencing patterns of mobility (AMIT; KNOWLES, 2017). It is evident that the world is structured in a way that aims to prevent people with the characteristic of those examined here from getting to Europe.

Therefore, the migration trajectories (SCHAPENDONK ET AL., 2020) of the participants from their places of origin to Spain involved a combination of regular and irregular practices, allowing them to advance through the territory towards their intended destination. Since direct, regular migration was not feasible, the interviewees described various strategies they employed to navigate through a world that is heavily controlled, ultimately finding ways to reach the continent.

The focus of this work is on the border between Beni Ensar (Morocco) and Melilla (Spain), which holds significant importance in the trajectories of my interviewees. This location is known for generating media images of the fortified European borders. It exemplifies the audience--directed nature of border control shows (ANDREAS, 2001), as political forces aim to convey the message that they are actively preventing unknown foreign individuals from entering the continent. Bauman's (2016) book title, which refers to the so-called 2015 migration crisis as the arrival of "strangers at our door", encapsulates this notion. There interviewees had to employ different sets of practices to prevent their mobility from being halted.

1 To protect participants' identities, all names mentioned in this article are fictional.

Recent literature on the migration in the border area of Beni Ensar and Melilla has approached the topic from different perspectives. Kobelinsky (2020) studies this area, examining how migrants' journeys and subjectivities are influenced by the risk of death along their route to Europe. Weitzel (2018) explores the role of voice, sound, and hearing in individual strategies of resistance at border crossings in Melilla. Di Renzo (2017) explores the narrative construction of online news regarding migrant crossings of the Morocco-Spain borders. Gazzotti (2020) questions the rise of border humanitarianism as a tool that perpetuates the degradation of migrants' lives in Moroccan borderlands. Sahraoui (2020) analyses bodily experiences of women in the contact with humanitarian healthcare assistance in Melilla.

The subject of how migrants narrate their experience of crossing the border to enter Melilla remains relatively unexplored. This article aims to bring three distinct types of experiences of border crossing to address this gap. These include a land crossing, a sea crossing, and the experiences of unaccompanied minors. My objective is to answer the following, interrelated questions: How do the participants describe the border area of Beni Ensar? How did they navigate the challenges of crossing the border in Beni Ensar to reach Melilla? What are the meanings of crossing this border attributed by them?

The data collection for this study was conducted between July and September 2021 at a Full Reception Migrant Center of the Red Cross in Málaga, Spain. During that period, I was working as a social education intern at the center and conducted an ethnographic study for my master's thesis.

In the next section, I will present characteristics of the dynamics of mobility that participants take part when attempting to migrate to Europe. I will define the terms "migration trajectories", "navigation", and "hot returns". Following that, I contextualize this work, providing data on irregular migration, describing Spanish Red Cross' humanitarian work, and introducing the methodological note applied here. Subsequently, I will analyze the following topics: the characterization of Beni Ensar-Melilla as a hostile place, the role of cooperation and persistence in navigating the border by land and sea, and the practices of unaccompanied minors in navigating the reception system and the border between Morocco and Spain.

Firstly, my argument is that in order to successfully navigate the borderland, participants were required to collaborate with fellow migrants and exhibit perseverance. Moreover, unaccompanied minors depended on particular laws and reception conditions. Secondly, the significance of migration for the participants is linked to their aspirations for a better life in Europe, which, if achieved, have the capacity to improve the well-being of both the interviewees and their families.

CC BY NC SA

METHODOLOGICAL NOTE

To collect data for this study, I engaged in participant observation while interning at the social education department of the Red Cross' Full Reception Immigrant Center in Málaga from July to September 2021. I obtained authorization from the humanitarian service of the Spanish Red Cross in Málaga to conduct my research and reference their organization in my future work. Additionally, I interviewed both current and former users of the center, as well as staff members. Each participant signed a consent form, granting me permission to narrate their stories using fictional names.

In addition to participant observation and interviews, I used ethnographic techniques to gather information during my time at the center. These techniques included maintaining a field journal, creating detailed factsheets about individuals, objects, location, and taking photographs. Being at the center provided me with the opportunity to establish rapport and build a relationship with both migrants and workers, which in turn facilitated informal interactions and conversations prior to conducting the interviews.

As a qualitative research method, I employed the life story approach (BERTAUX, 2003), in which the interviewer prompts interviewees to narrate their lived experiences. This method allows for an analysis of how participants frame and interpret their experiences while recounting the events of their lives. Given the significance of migration trajectories in my study, I also focused on participants' spatial biography (AMIT; KNOWLES, 2017, p. 176), examining how they dynamically reconfigured time and space, constructing a sense of "here" and "there" to depict scenes from their lives.

For this article, I will utilize mainly four of the 20 interviews conducted, consisting of two with users and two with former users of the Full Reception Immigrant Center of the Red Cross in Málaga. These participants are Francis, a 22-year-old Cameronian who crossed the border Beni-Ensar and Melilla by land; Nasif, Sudanese, 23, that crossed the border by sea; besides Achraf and Farid, Moroccans, respectively 19 and 18, who reached Melilla unaccompanied and when they were underage. The duration of their trajectories from their home countries to Spain varied, ranging from some days for the Moroccans to more than two years for Francis and Nasif.

Participants' narratives often contain gaps, with certain parts that remain unclear or incomplete. Some individuals may choose to avoid providing specific details of their experiences when questioned. For instance, in the case of the Tunisian couple Malek and Amina, they declined to elaborate on how they crossed the Spanish border in Beni Ensar, opting to simply mention "passing the border". In addition to that, in some cases, a single interview may not be sufficient to fully cover their experiences.

CC BY NC SA

SPACE CONTROL, MIGRATION TRAJECTORIES TO EUROPE, AND "HOT RETURNS" IN BENI ENSAR

Briefly describing three main points of the mobility dynamics experienced by the participants on their way to Europe can shed light on the different barriers they faced in accessing the continent.

Firstly, if individuals wanted to travel to Europe as tourists, as third-country nationals, they are required to provide authorities with inbound and outbound tickets, a Schengen visa[2], convincing reasons to go back to their countries (e.g., a work contract in the country of origin), funds to support their stay, health insurance, a credit card, and other documents that require material resources beyond the means of a significant portion of the global population.

In terms of financial capacity, for third-country nationals to be able to travel to Spain as tourists in 2023, with a maximum stay of 90 days within a 180-day-period they are required to demonstrate they have at least 108€ per day, and a minimum of 972€ regardless of the duration of their stay (MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES, UNIÓN EUROPEA Y COOPERACIÓN, 2023).

In 2019, 47% of the world population lived below the poverty line of upper-middle-income countries, which was defined as US$6.85 per person per day, and 23% lived below the poverty line of lower-middle-income countries, which was defined as US$3.65 per person per day by The World Bank (2022, p. 41).

Secondly, the European labor market is exclusively open to highly qualified non-Europeans, making it extremely challenging for the participants to secure employment in Europe before migrating. This poses a significant obstacle, especially considering that the group under study primarily consists of underemployed individuals in their countries of origin who, in most of the cases, lacked access to formal education systems.

Lastly, when travelling through the African continent towards Europe, the interviewees traverse several national territories that have their own borders, migration laws, and are guarded by local authorities. These areas are referred to as transit migration zones (see SCHAPENDONK, 2012, p. 578), where individuals experience periods of waiting "in-between" the country of origin and the intended destination.

2 Some third-countries nationals are exempt from a Schengen visa. The European Union takes this decision on a case-by-case assessment of each country according to various criteria, including illegal migration, public policy and security, as well as the country's commitment to human rights and individual freedoms (see Regulation (EU) 2018/1806, article 1).

In addition to the national constraints to movement in sub-Saharan Africa and Maghreb, European countries engage in collaborations with non-European states to prevent irregular migration into their territories. Noteworthy examples are the European Union-Turkey refugee resettlement statement[3], the European Union-Libya partnership aiming at combating smuggling networks[4], and the controversial United Kingdom-Rwanda return program[5].

Given the socio-spatial constraints outlined above and participants' narratives about their (im)mobility in various spaces, the theoretical perspective chosen for this study is that of migration trajectories. This framework aligns with the body of literature known as the "mobility turn" (URRY, 2000; SHELLEY; URRY, 2006), which has been developed since the early 2000s. Drawing on interdisciplinary contributions from fields such as migration studies, sociology, anthropology, and cultural studies, it transcends the traditional division between social research and transport research, "putting social relations into travel and connecting different forms of transport with complex patterns of social experience" (SHELLEY; URRY, 2006, p. 208).

Migration trajectories can be defined as "open spatio-temporal processes with a strong transformative dimension" that may involve multiple journeys in various directions (SCHAPENDONK ET AL., 2020, p. 2). For those who are on the move, a trajectory represents a multitude of potential paths that are constantly susceptible to change (GRILLO, 2007, p. 200-201). This process is affected by migrants' orientations, personal projects, available options, their narratives about where they came from, and where they are going to (id.). It is also shaped by both well-defined plans and the fluidity to adapt them based on personal and collective circumstances (GRILLO, 2007, p. 200-201).

Migrants' plans can be redefined due to voluntary (e.g., family circumstances or employment opportunities) or involuntary (e.g., lack of social or financial capital to keep moving) factors regarding staying or not in an initially perceived transit area (VAN DER VELDE; VAN NAERSEEN, 2011, p. 221). Moreover, their journeys are as significant and complex as other phases of migration (MAINWARING; BRIGDEN, 2016), such as planning, departure, and arrival.

Analyzing the international movement of people as a series of journeys challenges the presumed sedentary perspective often found in migration studies, which assumes that not being on the move is the norm (SCHAPENDONK ET AL., 2021, p. 3245). This framework also questions the simplified narratives provided by institutions regarding migration. For instance,

3 https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/
4 https://www.consilium.europa.eu/en/policies/eu-migration-policy/central-mediterranean-route/
5 https://www.gov.uk/government/publications/migration-and-economic-development-partnership-with-rwanda/migration-and-economic-development-partnership-with-rwanda-equality-impact-assessment-accessible

The European Union Border and Coast Guard Agency (Frontex) describes migrant journeys to Europe as unidirectional flows between places of origin and settlement, which depoliticizes and decontextualizes contemporary wars, economic inequality, and the post-colonial context that are connected to their movement (MAINWARING; BRIGDEN, 2016, p. 248).

Amit and Knowles (2017, p. 172-175) provide insights into the trajectories of migrant individuals and emphasize the process of navigation. They argue that navigation is a constant reorientation away from initially settled points in space and time. People encounter unpredictable contingencies, complex layers of movement, and circumstances that require continuous reevaluation. These elements were taken into consideration in the interpretation and description of the migrant trajectories studied.

The authors (AMIT; KNOWLES, 2017, p. 172-173) also introduce the concept of "tacking" to highlight the idea of finding spaces of mobility in the world. They refer to the classic understanding of navigation, which typically involves linear movement between two points in a territory. However, they propose a different perspective, a volatile, open, and fluid process characterized by motion within motion and composed of small steps that collectively form movement. According to them (AMIT; KNOWLES, 2017, p. 174), navigating is essentially "about finding a way through the physicality of the world". Therefore, tacking, as a concept, aligns with the notion of migration trajectories and implies ongoing adjustment and modification (AMIT; KNOWLES, 2017, p. 166). For migrants to continue their journey, it may also be necessary to alter their path or even their original intended destination (id.).

Nasif's story illustrates that. The 23-year-old Sudanese was in Libya and paid smugglers to cross the Mediterranean to Sicily, Italy, twice. Both times, he was returned to the shore by the Libyan police. One day, when he was about to give up and go back home, he and some friends who also wanted to reach Europe came across a Sudanese man while wandering the streets in Tripoli. The man welcomed the group into his house and, according to Nasif, mentioned that "there are places called Ceuta, Melilla, and Tangier in northern Morocco", where they could enter Spain. This contact provided them with an option they were not aware of before and changed the course of their journeys to Europe.

Furthermore, navigating is influenced by chance, the risks taken by individuals, and a willingness to experiment. It requires the capacity for improvisation when unexpected factors arise, or situations go awry (AMIT; KNOWLES, 2017). The experiences shared by participants, which are described in the next sections, illustrate the process of navigating and the tacking practices they employ during critical moments when crossing the Beni Ensar-Melilla border to enter Spain.

Navigating practices are inherently fragile processes (AMIT; KNOWLES, 2017). Consequently, exercising resourcefulness and adapting to different situations along the way to ensure safety, avoid danger, and progress towards a desired destination may not be sufficient to prevent immobility. Considering the information above and the fact that the spatial social fabric is shaped and co-constituted by the individuals who traverse it (AMIT; KNOWLES, 2017, p. 175), the presence of migrants in Beni Ensar, Morocco, who repeatedly attempt to cross the border with Spain but face failure, indicates that this area is an immobility hub (SCHAPENDONK, 2012).

For many migrants who reach Europe irregularly, Beni Ensar represents a destination that they reach after months or even years of leaving their homes, having endured various challenges along the way. This was the case for Francis, a 23-year-old Cameroonian, who spent over two years on the road before reaching northern Morocco. Having departed from Cameroon in 2019, he traversed Nigeria, Benin, Niger, and Algeria before finally arriving in northern Morocco in 2021. Throughout his journey, Francis took occasional breaks to work in Algeria and Morocco, especially during times when he ran out of money to keep advancing along the route he envisaged towards Spain. Additionally, he experienced multiple instances of being turned back in Niger and even faced arrest but managed to escape the authorities in the same country.

The border zone of Beni Ensar and Nador, besides being a region where migrants arrive physically and psychologically exhausted, is also known as a place in that the so-called "hot returns" [*devoluciones en caliente* in Spanish] happen. Since the early 2000s, the Spanish state has implemented a policy of automatically expelling individuals who enter Melilla irregularly through the border fences. The term "hot returns" highlights the rapid and expedited nature of these deportations, which are often conducted shortly after the individuals are apprehended or intercepted at the border.

These pushbacks involve handing migrants over to the Moroccan police without conducting adequate identification procedures or taking into account individual circumstances, such as potential asylum claims, or protection needs. These practices contradict Spanish and European regulations on migration and can result in human rights violations, including the denial of the right to seek asylum and protection from persecution (CARRERA, 2020).

DATA ON IRREGULAR MIGRATION TO MELILLA, ASYLUM CLAIMS IN SPAIN, AND THE SPANISH RED CROSS' HUMANITARIAN WORK

According to the Spanish government (MINISTERIO DEL INTERIOR DE ESPAÑA, 2023, p. 2), out of 31,219 migrants who entered Spain irregularly in 2022, 1,175 reached Melilla by land (id., p. 10), and 169 by sea (id., p. 7). The exact number of individuals subjected to pushbacks in Melilla is uncertain due to conflicting data among Spanish authorities.

CC BY NC SA

One notable case is the investigation conducted by the Spanish Public Defender's Office [*El Defensor del Pueblo*] into an incident referred to as "tragedy of Melilla" by the media. During this event, approximately 1,700 migrants attempted to cross the fence between Beni Ensar and the Spanish exclave, resulting in the deaths of at least 23 migrants. The investigation concluded that 470 illegal hot returns took place at the occasion (MARTÍN, 2023; DEFENSOR DEL PUEBLO, 2023). However, the Spanish Civil guard argued that only 101 pushbacks took place, and that all of them where legal (MARTÍN; LÓPEZ-FONSECA, 2023).

Regarding asylum statistics in Spain, the country received 116,135 or 13,2% of the 881,220 first-time applicants within the European Union in 2022 (EUROPEAN STATISTICAL OFFICE, 2023). Given Spain's geographical position near the northern part of Africa and the consequent influx of migrants to its territory in recent history, the country receives significant attention from the European Union. To manage migration in the region, the Spanish Ministry of Work, Migration and Social Security, along with the European Union's Asylum, Migration and Integration Fund[6], provides financing for a migration management system.

Based on the Spanish Royal Decree 441/075 (2007), the Spanish Program of Humanitarian Attention to Immigrant Persons established facilities to accommodate immigrants in Melilla, as well as in other key cities throughout the country. The management of these facilities was entrusted to the Spanish Red Cross, selected by the Spanish government for this purpose.

The Red Cross, founded by Henry Dunant in 1863, is an international organization dedicated to assisting and protecting victims of armed conflict and other crises. With a global network of over 80 million individuals, it provides aid to communities facing health and social issues, disasters, and conflicts (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2016). Guided by seven Fundamental Principles including humanity, impartiality, neutrality, independence, voluntary service, unity, and universality, the Red Cross ensures its humanitarian nature and upholds its identity (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2023).

The Spanish Red Cross [*Cruz Roja Española*] was established in 1864 and has a rich history of humanitarian interventions. During its first century, it provided aid in armed conflicts like the Spanish Civil War (1936-1939) (CRUZ ROJA ESPAÑOLA, 2023b). In the 1980s, the organization prioritized voluntary work, and in the 1990s, it expanded its social interventions with vulnerable groups across the country (CRUZ ROJA ESPAÑOLA, 2023b). In 2022, the Spanish Red Cross assisted over 12 million people nationally and internationally, supported by approximately 263,000 volunteers (CRUZ ROJA ESPAÑOLA, 2023) and more than 14,000 workers (CRUZ ROJA ESPAÑOLA, 2022). Its longstanding history and robust structure have established the Spanish Red Cross as one of the most esteemed and influential non-governmental organizations in the country.

6 https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/asylum-migration-and-integration-fund_en

The migrants I encountered who passed through Melilla were accommodated in the Red Cross' Temporary Stay Center for Immigrants [*Centro de Estancia Temporal de Inmigrantes*], where they could stay for a maximum of one month. This open center allowed users the freedom to come and go as they pleased or leave the program at any time. Its main goals were to conduct identification procedures and assess their health upon arrival before the Spanish state took any decision about their administrative status. The unaccompanied minors, in turn, were assisted by different facilities, designed to meet their specific needs.

Eventually, all the participants were relocated to a Full Reception Immigrant Center [*Centro de Acogida Integral de Inmigrantes*], in Málaga, where we were introduced. This is another open center, where individuals are allowed to stay for up to six months. The primary objectives there are to initiate the legal process for asylum claims, provide Spanish language instruction to migrants, and offer psychological, medical, and social support to help them prepare for independent living in the country.

"WELCOME TO HELL": THE DIVERSE, HEAVILY GUARDED, AND ECONOMICALLY ADVERSE BENI ENSAR BORDER ZONE

When he arrived at the Beni Ensar border zone, the Sudanese Nasif saw a handwritten sign in Arabic that stated, "welcome to hell". Migrants who were in that region for several months told him that the sign was placed there as a warning by a Sudanese citizen who had been attempting to cross the border into Spain for many years before ultimately giving up and deciding to return home. Indeed, according to the accounts provided by the informants describing their movement between Beni Ensar and Nador, a port city approximately 15km from the border, the border zone is depicted as a challenging and harsh place to be.

The border, as described by the 18-year-old Moroccan Achraf, consists of a high fence with barbered wire, and police officers patrol the area at intervals of half a meter. The Cameroonian Francis recalls that one of the first things that caught his attention was the diversity of people from various sub-Saharan nationalities at the border zone, including Guineans, Togolese, Senegalese, and Malians. When they mentioned their unsuccessfully attempts to enter Spain by land and sea for months or years, he realized that crossing that obstacle could require a long-term endeavor from his part.

The region was also characterized by a lack of labor opportunities since an important part of its economic activity is historically dependent on the flows of people, goods, and capitals between Morocco and Spain. Due to the COVID-19 pandemic and diplomatic disputes linked to the Western Sahara territory, both governments restricted commercial flights (OFFICE NATIONAL DES AÉROPORTS, 2023) and closed the land borders from March 2020 to May 2022 (MARTÍN; PEREGIL; VARO, 2022). According to Francis, in the region, there is "no food nor work (...), it is a place where you go [when you decided] to cross the border".

Two Moroccan families that lived at the Full Reception Immigrant Center in Málaga migrated from Nador. Coming from the Moroccan middle class, they affirmed that the main reason for their migration was the economic hardship stemming from the pandemic, which reenforces the narratives shared by the participants concerning Beni Ensar and Nador from 2020 to 2021. For example, a woman from one of these families worked as a hairdresser but experienced a decline in both product supply and clients due to movement restrictions.

Participants spent over four months in the border zone. As time passed and they ran out of money, their situation worsened. After a few days of sleeping outdoors in a forest and facing the difficulty of jumping over fences, Nasif and his friends decided to return to the urban area of Nador to make a living. However, due to the unfavorable economic conditions in the area, they were not successful. Nasif recalls, "we starved for a long time. I used to wait in front of the bakery, and when someone bought a loaf, they would give me a piece or buy me another one."

Francis was arrested and deported from Spain three times while attempting to climb the wall that marked the boundary between Beni Ensar and Melilla. Initially, Nasif tried to swim from Beni Ensar to Melilla, but he was intercepted and returned by the Moroccan coast guard several times. After that, the Sudanese tried to cross the fence, also without success. The situation for Achraf and Farid, who were Moroccan unaccompanied minors, was different. They were subject to a different set of laws and took advantage of this, as will be detailed in the next sections, after describing Francis' and Nasif's navigation of the border.

According to the participants, the Beni Ensar-Melilla border zone is diverse, with migrants originating from different parts of the African continent, making repeated attempts to reach Spain. The region was economically adverse, particularly due to the impact of COVID-19 pandemic and the closure of borders between Morocco and Spain. Additionally, the border was heavily guarded by both Moroccan and Spanish authorities both on land and sea. How did the participants manage to reach Melilla?

NAVIGATING THE BORDER: GROUP WORK AND PERSISTENCE

Analyzing the data collected, it becomes evident that three interconnected factors shape participants' experiences and influenced how they navigated the border between Beni Ensar and Melilla. Within the context analyzed, interviewees engaged in cooperative efforts with other migrants, displayed persistent determination in crossing the border, and, in the case of the unaccompanied minors, skillfully navigated the migrant reception system specifically designed for their community.

In challenging and uncertain migration trajectories, especially when trying to reach Europe irregularly through its external borders, migrants from the Global South commonly rely on cooperation with other migrants to endure precarious living conditions while on the move, and

CC BY NC SA

to increase their chances of crossing borders (BACHELET, 2018). Participants tended to form groups based on mutual identification. I will provide two examples below.

In Nasif's case, nationality played a significant role. As mentioned earlier, a Sudanese individual assisted him and his friends in Libya. Upon arriving in Beni Ensar, Nasif met many Sudanese who shared the same goal of reaching Spain, and they mutually supported one another. He explains that he encountered them "in the forest where they usually set off to climb over the fences of Melilla".

For Francis, the ability to communicate in French and shared living conditions with others in the border zone facilitated cooperation. Since most of those he interacted with came from West Africa, they spoke French – even if not always as their mother language – and communicated that way with Francis. Additionally, the Cameroonian explains that they all resided outdoors, "in the bushes" together. They "became friends, (…) sympathized, exchanged names, and understood each other", enabling them to make plans to cross the border.

Thus, the participants collaborated with other migrants in Beni Ensar and Nador to find collective ways of entering Melilla. However, working in group did not guarantee success, and they faced numerous challenges before leaving Morocco. Nasif and his friends spent over a month in Nador attempting to swim from the port to Melilla. During this time, most of his friends drowned. Besides that, they faced constant interception by the coast guard and were consistently returned to Beni Ensar.

Consequently, they joined another prevalent practice, which involved assembling in a crowd to attempt to climb the fence that separated the two countries. Nasif recalls, "the word of an impending departure (…) spread. Some thousand people would cross the fences in Melilla". Their endeavor proved unsuccessful, as the Sudanese remembers, "some 30 people passed, the others did not. It was very frustrating". Francis also joined gatherings of fellow French speakers and larger groups on different occasions to pursue the same goal.

Nasif and his friends decided to change their strategy once again and re-entered the port, this time concealing themselves among the rocks near the shore. They patiently waited for three days, carefully choosing the opportune moment to make another attempt to swim to Melilla. Throughout this period, their provisions depleted, and they resorted to improvising a water filter using a piece of cloth.

When the sea was calm, Nasif took the initiative and attached pieces of plastic to his body, embarking on a solo swim towards Melilla, as his friends did not dare to try again, especially after the tragic losses they had experienced within the group. After one hour in the water, Nasif spotted some lights and realized he was nearing the beach. "I felt weary and cold. I had drunk plenty of water. I could not walk nor move", narrates the Sudanese about his state when he arrived in Spain.

Francis, in turn, after spending more than three months in the region, tried to cross the fence once more. He displayed persistence, stating, "I did not think about turning back, as I was certain that, one day, I would cross that barrier." The Cameroonian further emphasizes, "It was reaching that [place, Spain,] and only that", which he desired. Subsequently, he climbed the fence alongside a group and successfully entered Melilla. Although some individuals were apprehended by the Spanish civil guard, Francis managed to escape them. He shows me keloid scars on his hand, stating these wounds were caused by the barbed wire, and that his foot was fractured. Finally, after two years on the road, he had arrived in Spain.

Organizing in groups provided the interviewees with advantages that significantly enhanced their chances of successfully crossing the border, ultimately enabling them to employ "tacking" (AMIT; KNOWLES, 2017) and discover pathways that took them to Melilla. This approach facilitated the exchange of crucial information regarding collective initiatives, such as assembling in crowds to traverse the land border. Moreover, the formation of groups allowed them to swiftly devise collective solutions to the challenges encountered in the border zone.

Another factor linked to successfully navigating the border is the persistence demonstrated by the interviewees. They exhibited a remarkable determination to overcome, after crossing the African continent and different territories, the perilous conditions imposed by the European migration regime and border control in Beni Ensar. In order to reach Spain, they had to persevere, whether by persisting in the known mobility alternatives at that point in their journeys to Europe or by seeking new solutions.

The participants ascribe profound significance to their relentless efforts to reach Melilla, offering justifications for their unwavering resolve to face challenges and confrontations with death, which both materialized as a grim reality and lingered as a haunting presence in the European external borders (KOBELINSKY, 2020).

In that regard, I inquired Nasif about the driving force behind his decision to undertake such a perilous journey across the borderlands, leaving his family behind and risking his life in pursuit of reaching Europe. He conveys the internal dilemma he confronts, torn between "sacrificing my family and leaving them immersed in extreme poverty [in Sudan]" or "sacrificing myself in an attempt to reach the other shore and to get my family out of this state". Nasif firmly believes that once he secures employment, he can provide financial support to his family in Sudan, helping them meet their basic needs. Therefore, Nasif, alongside the other interviewees, opted for the second option, embarking on a path fraught with danger, fully aware of the arduous journey ahead, rather than allowing their loved ones to continue enduring suffering.

In the morning following our interview in September 2021, Nasif boarded a train from Málaga to San Sebastián, located in the Basque Country. From that point onwards, we maintained sporadic contact until June 2023, the time of writing this article. Nasif assured me that he

would occasionally send me updates to confirm his well-being. Since then, he has shared photographs of himself in Paris, mentioning his intention to attempt crossing the English Channel from Calais to reach England. More recently, he informed me that he is now residing in London.

Francis's account aligns with Nasif's perspective as he emphasized that his decision to go to Spain is an investment in the prospects of his children and future grandchildren. He is convinced that by taking this path, he enhances their chances of attaining a better life than what Cameroon can offer. Francis draws a parallel between his demanding journey, which he refers to as a "calvary", and a process of resurrection, stating: "it's like I may have been dead on the road. And (...) I resurrected (...) it's unexplainable". Having surpassed the boundaries of unimaginable psychological and physical suffering, Francis managed to rise again in pursuit of his goal to cross the border and reach Europe.

In this section, I have discussed two interconnected factors that hold great significance in participants' navigation of the Beni Ensar-Melilla border. Firstly, the collaborative efforts undertaken by migrant groups to discover methods of crossing the border and supporting one another amidst the challenging living conditions in the border zone. I have identified distinct patterns in how participants form groups, essentially based on shared language and nationality. Secondly, the persistence and interviewees' determination to continuously attempt to cross the border to get to Spain. This perseverance is closely tied to their perception of themselves as proactive individuals capable of offering improved prospects and futures for their loved ones through the opportunities presented in Europe.

"YOU CAN'T ENTER, BUT INSIDE...": NAVIGATING THE UNACCOMPANIED MINORS' RECEPTION SYSTEM

The micro experiences of migrants and the relationships they forge with the receiving state and its residents are not fixed or static (FRESNOZA-FLOT, 2017). Rather, they continuously evolve and are mutually constructed. One way in which migrants respond to state policies in their respective contexts is by navigating the legal framework, "using policies to realize one's personal aims" (FRESNOZA-FLOT, 2017, p. 271). Farid and Achraf, two Moroccan teenagers, applied their knowledge of the reception system designed for unaccompanied minors in the Spanish enclave of Melilla to navigate the border.

Their objective was to "maximize their chance to attain their desired objectives in a minimal amount of time" (FRESNOZA-FLOT, 2017, p. 281), which involved utilizing the reception infrastructure while taking into consideration possible medium-term consequences for them, such as obtaining a residence permit in Spain and finding a job in the country. Simultaneously, they employed strategies that allowed them to pursue their objectives without sacrificing their perceived freedom of movement.

CC BY NC SA

The European Union provides a definition of an unaccompanied minor (Directive 2011/95/EU, article 2, l). According to this definition, an unaccompanied minor is a minor "who arrives on the territory of an EU Member unaccompanied by the adult responsible for him or her by law or by the practice of the Member State concerned". This definition applies to both Farid and Achraf, who were 16 and 17 years old, respectively, when they entered Spain.

The interest aspect of their cases does not lie in how they managed to cross the physical border in Beni Ensar, as both recount that they accomplished it individually and found it relatively easy to enter Melilla. As Achraf, 18, recalls, "there were many migrants there. I entered the door. The police did not see me; they were smoking". Instead, our focus here will be on how they utilized the information they possessed about the Spanish reception system to their advantage, and their navigation of this infrastructure.

Before delving further into this discussion, it is essential to elucidate a crucial element for foreign unaccompanied minors, which is having their age determined by the Spanish state. As Fernández (2018, p. 60) explains, it is of utmost importance for migrants to have this condition recognized. Otherwise, instead of being received by local protection services for minors, they would be categorized as undocumented foreigners, what could possibly subject them to expulsion measures by the authorities.

Determining the age of a foreigner can be accomplished through identification documents such as a passport, birth certificate, or a national identity document issued by their country of origin. However, since most migrants arrive without proper documentation, forensic methods are employed, such as radiology tests, to estimate their biological age. These practices have been subject to criticism and debate in Spain, particularly due to the uncertainty of its results and reliance on Western patterns of physical development, not always applicable to non-white bodies (DEFENSOR DEL PUEBLO, 2015, p. 135), usually the ones evaluated in these procedures. The two interviewees whose narratives are being analyzed in this section underwent these processes and were legally recognized as minors in Spain.

Farid is originally from Nador, near the border zone. Due to having relatives residing in the Spanish exclave, he had visited Melilla multiple times during his childhood. Prior to migrating to Spain, Farid had acquired knowledge about the reception system. Despite being aware that he was not legally permitted to irregularly cross the border, he knew that as an unaccompanied minor, the Spanish government had to provide him with shelter. "You can't enter, but inside…" he explains, emphasizing his understanding that as an unaccompanied minor, he would not be sent back to Morocco.

The notion was also echoed by Achraf, who expressed his certainty that upon arrival and notifying the authorities of his presence, he would reside in a reception center for minors. He confidently stated, "when I arrive, I'm going to live in a center, for sure". Furthermore, he explained his plan, saying, "I [will] go to the police first, [then] they [will] take me to the center".

Their discourses denote that they were aware of others who had followed a similar path before. As a result, they were informed about the general rules that applied to individuals in their situation. Farid expresses that migrating from Morocco as a minor with the intention of staying in Spain is relatively common, stating, "I think it's not everyone, but it's quite a lot of people" do so. He also provides examples of people who entered Melilla under similar circumstances and were subsequently transferred to other Spanish Autonomous Communities: "I know three or four guys who live in Bilbao and [before] were in the center [for minors] in Melilla".

Although they have the legal right to receive assistance from the government, it does not mean that interviewees' experiences in the reception system were optimal. They describe the center as overcrowded, with many teenagers who shared the space being violent and prone to stealing belongings from their peers. In addition to that, they claim that the number of employees was insufficient to the quantity of users in the facilities, and that the staff discriminated against them due to their migrant status. Achraf and Farid also expressed their unwillingness to participate in the activities provided by the center, including psychological assistance and Spanish classes.

Besides the fact that the center was not a pleasant place to be, the Moroccans decided to navigate the reception system because they felt that being there – although the center they lived was open, as the one for adults described previously in this work –, in a certain way, limited their freedom of movement. The two participants narrate different strategies related to this navigation.

Achraf comes from a small city in central Morocco, approximately 7 hours away from Beni Ensar by bus. After arriving in Melilla, he spent three months in the center and two on the streets. Since he was unwilling to stay at the center, Achraf alternated between utilizing its assistance infrastructure and occupying public spaces. "I always slept at the port, beneath the trucks, until morning", recalls the teenager.

The center's rule mandated that unaccompanied minors had to be present from 11pm to 6am, otherwise their enrollment would be cancelled. However, this decision was not final, and users could return and enroll at the center again. Achraf took advantage of this flexibility. "Sometimes I spent four, five days at the port, but sometimes, when I didn't have any food and wanted to eat, I would go to the police, and they would take me to the center", he explains. He also mentions that while at the center, he would claim hunger, receive food, and then return to the port again.

Farid recounts another common practice among minors from his neighborhood back in Nador, involving navigating between Morocco and Spain before turning 18. He explains that some individuals who had spent over six months in Melilla would return to Morocco to spend time with their families. Then, after one or two months, they would cross the border again, reenter Spain, and be readmitted into a center for minors.

CC BY NC SA

According to the Moroccan, this practice can only be accomplished by those who have sufficient time before reaching the legal adult age. Additionally, they need to be cautious and return to Spain several months before turning 18 to allow for all the necessary paperwork to be authorized to stay in Spain. "In the center for minors in Melilla you need (...) time (...) to arrange your documents", he explains. If someone arrives, for instance, "three months [before their 18th birthday], they can't do nothing", and, in these cases, when the paperwork is done, they are treated as adults by the state.

The government of the Autonomous City of Melilla emphasizes through official channels (CIUDAD AUTÓNOMA DE MELILLA, 2018) that the number of unaccompanied minors received fluctuates due to many teenagers alternating between periods of stay at the reception system and periods in their country of origin. They further state that the lack of stability poses a challenge for the government to implement educational initiatives.

Regarding the causal relationship between participants' strategies and implications of their attitudes, their descriptions provide valuable insights. For them, entering Spain as a minor and navigating the reception system represents the initial step towards an ideal trajectory, which includes obtaining a residence permit, finding employment, sending money back to their families and, ultimately, acquiring Spanish citizenship.

Farid explains that his plan upon going to Spain was to "go to the center for minors in Melilla, live there for some time, and when I turn 18, be able to go to Spain". Here, he refers to what other interviewees commonly describe as "Big Spain", mainland Spain, excluding the Canary Islands, Ceuta, and Melilla, places that are part of their migration trajectories. "Big Spain" is perceived to offer better life opportunities when compared to the aforementioned zones.

Both Farid and Achraf were living in Málaga when we met. Their main goal at that moment was to find stable employment as soon as possible and be able to send remittances to their families in Morocco. Nevertheless, their bureaucratic situation remained a constant source of concern. Achraf explains that after living continuously in Spain for five years, he will be eligible to obtain the "red passport", alluding to the Spanish passport. Once he has it, he will no longer need to renew his residence permit every two years. Being a Spanish citizen, he states, "my card is forever (...), [it] says I am not from Morocco [anymore], my king is Juan Carlos Felipe. I am Andalusian".

For Achraf, obtaining Spanish citizenship represents being treated as an equal to other Spanish citizens on an institutional level, and ensures his ability to stay in the country indefinitely without worrying about the possibility of being forced to leave. Achraf knows several Moroccans who have become Spanish citizens and believes he can do the same.

In this section I have presented how unaccompanied foreign minors utilized the Spanish legal framework to attain their individual objectives. I began by discussing the importance of

age determination for teenage migrants and the associated process. Following that, I described the participants' awareness of the dedicated reception system for them in Melilla. Lastly, I detailed the practices employed to navigate the center for minors and the border between Beni Ensar and Melilla. These practices are interconnected with the Moroccan teenagers' ideal plans of staying in Spain and seeking better life opportunities for themselves.

CONCLUSION

This work contributes to addressing the lack of research focused on the experience of crossing the border in the Beni Ensar-Melilla border zone. More broadly, it also explores the connections between migration studies and mobility studies. To achieve this, I identified and analyzed three different types of border navigation experiences: land crossings, sea crossings, and the experiences of unaccompanied foreign minors. These insights were examined within the framework of migration trajectories.

During the analysis of the collected data, participants (excluding the minors, who encountered somewhat more permeable barriers) described the borderland as a challenging and inhospitable place. The area is heavily guarded and economically disadvantaged. Additionally, they encountered a diverse range of individuals who were repeatedly attempting to cross the borders into Spain. Interviewees formed connections with them based on shared characteristics such as nationality and language, seeking information about available crossing opportunities and collaborating to find solutions for breaching the European border, whether by sea or land.

Besides cooperation, persistence played a central role in the process of navigating the border, as participants continued to put themselves in danger and devise new plans to reach Melilla, even after witnessing the loss of friends and other migrants during their attempts. For them, the pursuit of migration is intertwined with a medium to long-term perspective, as living in Europe represents an opportunity to improve their own and their families' living standards.

The narratives of both adults and unaccompanied minors provide evidence that they feel a sense of responsibility for their own destinies and the destinies of their loved ones. They believe that they can positively influence their loved ones' lives if their ideal plans, which begin with reaching Spain, are achieved. The envisioned path involves arriving in Spain, obtaining a residence permit, finding employment, sending remittances back home, and, in some cases, even taking the exam to acquire Spanish citizenship after residing continuously in the country for a few years.

Taking this into account, participants employ metaphors to convey the personal significance of crossing the border in Beni Ensar. Having surpassed their physical and psychological limits due to the challenges faced during their journey, interviewees compare their experiences to a "resurrection" or a "sacrifice."

CC BY NC SA

Future research on the topic addressed in this article can explore various themes related to unauthorized journeys to Europe from the perspective of migration trajectories. I will provide two examples. Firstly, investigating how the perception of danger along the way and the risks associated with clandestine travel influence migration experiences. In this regard, Oumar, a 22-year-old Gambian interviewed for this project, compares his travel situation to gambling, stating, "it's risky: winning or losing."

Secondly, exploring the extent to which gender roles, particularly being young, male individuals from predominantly Muslim and traditional societies, serve as drivers for migration to Europe. In this work, we encounter examples such as Francis from Cameroon, who already has a wife and children, assuming the social responsibility of being their breadwinner, and Farid from Morocco, who believes that migrating improves his prospects for providing for his family in Morocco as well as the future family he envisions forming in Europe.

REFERENCES

AMIT, Vered; KNOWLES, Caroline. Improvising and navigating mobilities. *Theory, Culture & Society*, v. 34, n. 7-8, p. 165-179, 2017. https://doi.org/10.1177/0263276417724876

ANDREAS, Peter. *Border games: policing the U.S.-Mexico divide*. Ithaca: Cornell University Press, 2009. 200 p.

BACHELET, Sébastien. Wasting mbeng: adventure and trust amongst sub-Saharan migrants in Morocco. *Journal of Anthropology*, v. 84, n. 5, p. 849-866, 2018. https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00141844.2018.1537298

BAUMAN, Zygmunt. *Strangers at Our Door*. Polity Press: Cambridge, 2016. 120 p.

BERTAUX, Daniel. *Les Récits de Vie*. Nathan Université: Paris, 2003. 128 p.

BOLETÍN OFICIAL DE ESTADO. *Decreto Real 441/07*. Madrid, España. 2007. Available at https://www.boe.es/eli/es/rd/2007/04/03/441/dof/spa/pdf. Access on June 14th, 2023.

CARRERA, Sergio. *The Strasbourg Court Judgement N.D. and N.T. v Spain: A Carte Blanche to Push Backs at EU External Borders?* European University Institute Working Paper. Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Migration Policy Center, 2020. Available at https://cadmus.eui.eu/handle/1814/66629. Access on June 12th, 2023.

CIUDAD AUTÓNOMA DE MELILLA. *Centros de Acogida de Menores*. 2018. Available at https://www.melilla.es/melillaPortal/contenedor.jsp?seccion=s_fdes_d4_v1.jsp&contenido=2795&tipo=6&nivel=1400&layout=contenedor.jsp&codResi=1&language=es&codMenu=309&codMenuPN=601&codMenuSN=778&codMenuTN=152. Access on June 23rd, 2023.

CRUZ ROJA ESPAÑOLA. *Cruz Roja atendió a más de 12 millones de personas en 2022*. 2023. Available at https://www2.cruzroja.es/web/ahora/-/cruz-roja-atendio-a-mas-de-12-millones--de-personas-en-2022. Access on June 14th, 2023.

CRUZ ROJA ESPAÑOLA. *Historia de la Cruz Roja y la Media Luna Roja*. 2023b. Available at https://www2.cruzroja.es/historia. Access on: June 14th, 2023.

CRUZ ROJA ESPAÑOLA. *Sobre Cruz Roja*. 2023. Available at https://www2.cruzroja.es/sobre--cruz-roja. Access on June 14th, 2023.

DEFENSOR DEL PUEBLO. *Informe anual 2022*. 2023. Available at https://www.defensordelpueblo.es/wp-content/uploads/2023/03/Defensor-del-Pueblo-Informe-anual-2022.pdf. Access on June 14th, 2023.

DEFENSOR DEL PUEBLO. ¿Menores o adultos? Procedimientos para la determinación de la edad. 2015. Access on https://www.defensordelpueblo.es/wp-content/uploads/2015/05/2011-09-Menores-o-Adultos-Procedimientos-para-la-determinación-de-la-edad1.pdf. Access on June 23rd, 2023.

EUROPEAN COMMISSION. *Asylum, Migration and Integration Fund*. 2023. Available at https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/asylum-migration-and-integration-fund_en. Access on June 13th, 2023.

EUROPEAN COUNCIL. *EU-Turkey statement, 18 March 2016*. 2016. Available at https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/. Access on June 6th, 2023.

EUROPEAN COUNCIL. *Migration flows in the central Mediterranean route*. 2022. Available at: https://www.consilium.europa.eu/en/policies/eu-migration-policy/central-mediterranean-route/. Access on June 6th, 2023.

EUROPEAN PARLIAMENT. *Directive 2011/95/EU*. Official Journal of the European Union: Brussels, 2011. Available at https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32011L0095. Access on June 23rd, 2023.

EUROPEAN PARLIAMENT. *Regulation (EU) 2018/1806, Schengen Visa Regulation*. Official Journal of the European Union: Brussels, 2018. Available at https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2018/1806/oj. Access on June 6th, 2023.

EUROPEAN STATISTICAL OFFICE. *Annual Asylum Statistics 2022*. 2023. Available at https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Asylum_statistics&oldid=558844#Number_of_asylum_applicants:_increase_in_2021. Access on June 14th, 2023.

FERNÁNDEZ, Palmira. Estado de la cuestión sobre los derechos de los MENAS en España: entre las protección y el abandono. *RES, Revista de Educación Social*, 27, p. 48-70, 2018. Available at https://eduso.net/res/wpcontent/uploads/2020/06/menasespa_res_27.pdf. Access on June 23rd, 2023.

FRESNOZA-FLOT, Asuncion. Navigating migration policies in Europe: insights from the field. In: GRÜTTERS, Carolus; MANTU, Sandra; MINDERHOUD, Paul. (Eds.) *Migration on the move: essays on the dynamics of migration*. Leiden: Brill, 2017, p. 268-285.

GAZZOTTI, Lorena. Deaths, borders, and the exception: humanitarianism at the Spanish--Moroccan border. *American Behavioral Scientist*, v. 64, n. 4, p. 408-435, 2020. https://doi.org/10.1177/0002764219882990

GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM. *Migration and economic development partnership with Rwanda: equality impact assessment*. Home office. 2023. Available at: https://www.gov.uk/government/publications/migration-and-economic-development-partnership-with-rwanda/migration-and-economic-development-partnership-with-rwanda-equality-impact-assessment-accessible. Access on June 6th, 2023.

GRILLO, Ralph. Betwixt and Between: Trajectories and Projects of Transmigration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, n. 33, v. 2, p. 199-217, 2007. ttps://doi.org/10.1080/13691830601154138

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. *Fundamental Principles*. 2023. Available at https://www.icrc.org/en/fundamental-principles. Access on June 14th, 2023.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. *History of the ICRC*. 2016. Available at https://www.icrc.org/en/document/history-icrc. Access on June 14th, 2023.

KOBELINSKY, Carolina. Border beings. Present absences among migrants in the Spanish enclave of Melilla. *Death Studies*, v. 44, n. 11, p. 709-717, 2020. https://doi.org/10.1080/07481187.2020.1771849

MAINWARING, Cetta; BRIGDEN, Noelle. Beyond the border: clandestine migration journeys. *Geopolitics*, n. 21, v. 2, p. 243-262, 2016. https://doi.org/10.1080/14650045.2016.1165575

MARTÍN, María. *El Defensor del Pueblo concluye que las devoluciones en caliente durante la tragedia de Melilla fueron ilegales*. El País España. 2023. Available at https://elpais.com/espana/2023-03-13/el-defensor-del-pueblo-concluye-que-las-devoluciones-en-caliente-durante-la-tragedia-de-melilla-fueron-ilegales.html. Access on June 14th, 2023.

MARTÍN, María; LÓPEZ-FONSECA, Óscar. *El Defensor del Pueblo concluye que Interior incumplió la ley en la tragedia de la frontera de Melilla*. El País España. 2023. Available at https://elpais.com/espana/2022-10-14/el-defensor-del-pueblo-concluye-que-interior-incumplio-la-ley-en-la-tragedia-de-la-frontera-de-melilla.html. Access on June 14th, 2023.

MARTÍN, María; PEREGIL, Francisco; VARO, Laura. *Marruecos y España reabren las fronteras terrestres de Ceuta y Melilla*. El País España. 2022. Available at https://elpais.com/espana/2022-05-16/marruecos-y-espana-abren-las-fronteras-terrestres-de-ceuta-y-melilla-esta-medianoche.html. Access on June 23rd, 2023.

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES, UNIÓN EUROPEA Y COOPERACIÓN. *Condiciones de entrada en España*. Consulados – Santiago de Chile. 2023. Available at: https://www.exteriores.gob.es/Consulados/santiagodechile/es/ServiciosConsulares/Paginas/index.aspx?scca=-Visados&scco=Chile&scd=260&scs=Condiciones+de+entrada+en+Espa%C3%B1a#:~:text=Requisitos%20de%20entrada&text=Acreditar%20la%20identidad%20con%20un,sujeto%20a%20prohibiciones%20de%20entrada. Access on June 6th, 2023.

MINISTERIO DEL INTERIOR DE ESPAÑA. *Informe quincenal Inmigración irregular 2022*. 2023. Available at https://www.interior.gob.es/opencms/export/sites/default/.galleries/galeria-de-prensa/documentos-y-multimedia/balances-e-informes/2022/24_informe_quincenal_acumulado_01-01_al_31-12-2022.pdf. Access on June 14th, 2023.

OFFICE NATIONAL DES AÉROPORTS. *Guide du voyageur, news aéroportuaires COVID19*. Maroc. Available at https://www.onda.ma/Je-suis-Passager/Guide-du-voyageur/News-a%C3%A9roportuaires-COVID19. Access on June 23rd, 2023.

SAHRAOUI, Nina. Gendering the care/control nexus of the humanitarian border: women's bodies and gendered control of mobility in a EUropean borderland. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 38, n. 5, 905-922, 2020. https://doi.org/10.1177/0263775820925487

SCHAPENDONK, Joris. Migrants' im/mobilities on their way to the EU: lost in transit? *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 103, n. 5, p. 577-583, 2012. https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2012.00735.x

SCHAPENDONK, Joris; VAN LIEMPT, Ilse; SCHWARZ, Inga; STEEL, Griet. Re-routing migration geographies: migrants, trajectories and mobility regimes. *Geoforum*, v. 116, p. 211-216, 2020. https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.06.007

SCHAPENDONK, Joris; Bolay, Mathieu.; Dahinden, Janine. The conceptual limits of the 'migration journey'. De-exceptionalising mobility in the context of West African trajectories. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 47, n. 14, p. 3245-3259, 2021. https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1804191

SHELLER, Mimi; URRY, John. "The New Mobilities Paradigm." *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006. https://doi.org/10.1068/a37268

THE WORLD BANK. 2022 *Poverty and Shared Prosperity report*. 2023. Available at https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/b96b361a-a806-5567-8e8a-b14392e11fa0/content. Access on June 6th, 2023

URRY, John. Mobile Sociology. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1 p. 185–203, 2000. https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2000.00185.x

VAN DER VELDE, MARTIN; VAN NAERSSEN, TON. People, borders, trajectories: an approach to cross-border mobility and immobility in and to the European Union. *Area*, v. 43, n. 2, p. 218–224, 2011. http://www.jstor.org/stable/41240488

WEITZEL, Michelle. Audializing migrant bodies: sound and security at the border. *Security Dialogue*, v. 49, n. 6, p. 421-437, 2018. https://doi.org/10.1177/0967010618795788

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17287

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Fronteiras, fluxos migratórios e exclusões no mar Mediterrâneo: as relações entre o Marrocos e a União Europeia

Mohammed Nadir
Universidade Federal do ABC (UFABC)
Santo André, São Paulo, Brasil
E-mail: mohammednadir2010@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9213-808X

Hermes Corrêa Dode Junior
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: hermesdodejr@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7176-5914

Resumo: A globalização impôs uma série de mudanças nos fluxos migratórios, em especial entre os países do Sul-Global em direção ao Norte desenvolvido. Diante dessa nova conjuntura de fronteira e de fluxos migratórios, o artigo tem por finalidade compreender fluxos migratórios na atualidade e quais são as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, baseando-se nos conflitos vivenciados na fronteira entre a União Européia e o Marrocos. A hipótese preliminar da pesquisa é a de que os imigrantes que partem do Mediterrâneo são a materialização da expansão das fronteiras no mundo pós-moderno, o que incita – nos países de destino – argumentos vinculados à securidade como obstáculo à entrada de não nacio-

nais. Como consequência, o direito de migrar não é tratado como um direito humano fundamental, e sim como uma faculdade discricionária dos Estados-Nação. A análise é realizada a partir de um estudo de caráter qualitativo, nos quais são analisados estudos de caso realizados na região do continente africano, aliadas à leitura crítica de relevante pensador – Mezzadra - sobre o direito à migração. Conclui-se que, dada sua posição geográfica e na geopolítica regional, o Marrocos acaba tendo um verdadeiro dilema: o de acolher os imigrantes subsaarianos e/ou de reproduzir as medidas securitárias europeias.

Palavras Chave: fluxos migratórios, Marrocos, União Européia

Fronteras, flujos migratorios y exclusiones en el Mediterráneo: las relaciones entre Marruecos y la Unión Europea

Resumen: La globalización ha impuesto una serie de cambios en los flujos migratorios, especialmente entre los países del Sur Global hacia el Norte desarrollado. Ante esta nueva coyuntura de flujos fronterizos y migratorios, el artículo pretende comprender los flujos migratorios en la actualidad y cuáles son las dificultades a las que se enfrentan los inmigrantes, a partir de los conflictos vividos en la frontera entre la Unión Europea y Marruecos. La hipótesis preliminar de la investigación es que los inmigrantes que parten del Mar Mediterráneo son la materialización de la expansión de las fronteras en el mundo posmoderno, lo que incita -en los países de destino- a esgrimir argumentos vinculados a la seguridad como obstáculo a la entrada de no nacionales. Como consecuencia, el derecho a emigrar no se trata como un derecho humano fundamental, sino como una facultad discrecional de los Estados nación. El análisis se realiza a partir de un estudio de carácter cualitativo, en el que se analizan estudios de caso realizados en la región del continente africano, junto con la lectura crítica de relevantes pensadores -como Mezzadra - sobre el derecho a la migración. En conclusión, dada su posición geográfica y geopolítica regional, Marruecos se enfrenta a un verdadero dilema: acoger a los inmigrantes subsaharianos y/o reproducir las medidas de seguridad europeas.

PALABRAS CLAVE: flujos migratorios, Marruecos, Unión Europea

Borders, migratory flows and exclusions in the Mediterranean Sea: the relations between Morocco and the European Union

Abstract: Globalization has imposed a series of changes in migratory flows, especially between countries of the Global-South towards the developed North. Given this new conjuncture of border and migratory flows, the article aims to understand migratory flows nowadays and what are the difficulties faced by immigrants, based on the conflicts experienced on the border between the European Union and Morocco. The preliminary hypothesis of the research is that immigrants departing from the Mediterranean Sea are the materialization of the expansion of borders in the post-modern world, which incites - in destination countries - arguments linked to security as an obstacle to the entry of non-nationals. As consequence, the right to migrate is not treated as a fundamental human right, but rather as a discretionary faculty of nation-states. The analysis is conducted from a qualitative study, in which case studies carried out in the

African continent region are analyzed, together with critical reading of relevant thinkers - such as Mezzadra. In conclusion, given its geographic position and regional geopolitics, Morocco has a real dilemma: to welcome sub-Saharan immigrants and/or to reproduce European security measures.

Keywords: migration flows, Morocco, European Union

Recebido em: 08-07-2023
Aceito em: 01-02-2024

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a globalização teve como consequência, além do fomento do comércio de mercadorias e serviços, a aceleração da mobilidade humana. As mudanças profundas nos paradigmas dos deslocamentos significaram que a migração não é mais um fenômeno limitado a alguns países subdesenvolvidos do Sul global, que fornecem mão de obra para os países desenvolvidos do Norte. Todos os países são hoje locais de origem, trânsito e destino. Como resultado, os fluxos de deslocamentos não podem ser gerenciados exclusivamente a nível nacional. Eles exigem coordenação internacional e regional com base nos princípios da responsabilidade partilhada e da solidariedade.

Diante das transformações impostas pela globalização, a forma de pensar as migrações foi adaptada a uma nova realidade. As identidades dos sujeitos migrantes foram transformadas e adquiriram características cosmopolitas e transnacionais. A forma de compreender os movimentos humanos que ultrapassam os limites dos Estados-nacionais também passou por mudanças, especialmente em decorrência dos influxos de refugiados que partiram, em 2015, do Oriente Médio em direção à Europa e lançaram questionamentos sobre a governança da migração, dando expressão a uma demanda pela democratização do direito à mobilidade (WENDEN, 2017, p.11).

Consciente das mudanças impostas pelo mundo pós-moderno, o presente artigo objetiva compreender os fluxos migratórios na atualidade e quais são as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. A hipótese preliminar da pesquisa é a de que os imigrantes que partem do Mediterrâneo são a materialização da expansão das fronteiras no mundo pós-moderno, o que incita – nos países de destino – argumentos vinculados à securidade como obstáculo à entrada de não nacionais. Como consequência, o direito de migrar não é tratado como um direito humano fundamental, e sim como uma faculdade discricionária dos Estados-Nação.

A partir de uma leitura crítica dos limites do Estado-Nação e da cidadania, o argumento do artigo é construído com base no método de caráter qualitativo, que leva em consideração relevantes estudos de caso realizados na região do mediterrâneo. Ele é complementado a partir da análise de dados atualizados sobre o tema da imigração, disponibilizado pela ACNUR em seu sítio virtual. O artigo divide-se em três subtópicos: no primeiro, busca-se apresentar a base teórica que embasa o presente estudo, focada na relação entre a globalização e a existência de novos movimentos migratórios. A segunda parte enfoca nas relações entre o Marrocos e a União Européia, caracterizada por significativas interlocuções culturais. Por fim, debruça-se sobre os fluxos migratórios atuais entre o Marrocos em direção à União Européia.

GLOBALIZAÇÃO E NOVOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Ao desafiar a própria noção de soberania, as migrações tornam-se um novo tema de pesquisa em relações internacionais, voltada para o questionamento da ideia de Estados, fronteiras e redes transnacionais (WENDEN, 2017, p. 11), trazendo o indivíduo como um ator nos relacionamentos internacionais. Outros conceitos, como cidadania e nacionalidade, estão sendo redisticutidos, dando lugar à novas formulações como cidadania plural e dupla nacionalidade. Tudo isso apela para uma nova diplomacia de migração internacional com novas lentes de análise de cunho supra-estatal.

No Relatório "Tirando as barreiras: Mobilidade e desenvolvimento de seres humanos" (2009), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD,2009) examinou a questão da migração através do prisma do desenvolvimento humano, analisando a forma como a mobilidade humana, em um mundo desigual, foi um fator fundamental e uma consequência do desenvolvimento. Publicado no auge da crise financeira, o relatório fazia a seguinte pergunta: "A crise criará barreiras protecionistas contra a imigração, ou será uma oportunidade para repensar o papel da migração como fator de avanço econômico e social?". Dez anos depois, a migração tornou-se efetivamente um assunto crucial do debate político que anima as democracias, especialmente na Europa, por mobilizarem os sentimentos sobre medo e incerteza.

Os deslocamentos migratórios nos últimos 10 anos sofreram muitas modificações, motivadas por diversos fatores. Eventos emblemáticos, como a Primavera Árabe e a guerra na Síria, induziram a migração de grupos cada vez maiores. O mar Mediterrâneo, escolhido como a principal rota de travessia para entrada na Europa, foi o palco de diversas trajédias humanitárias, com a perda de diversas vidas. Segundo dados da Organização Internacional para Migrações, cerca de 20.000 migrantes perderam a vida tentando fazer essa travessia nos últimos seis anos (OIM, 2020). Muitos especialistas relatam que a "Tragédia do Mediterrâneo" ainda persiste, pelo fato que a União Europeia não estabeleceu uma legislação protetiva e humanitária para melhorar as condições de travessia dos refugiados e imigrantes. A atual legislação restritiva acaba provocando espaços de clandestinidade que levam os imigrantes e refugiados a buscar rotas de entrada cada vez mais perigosas, mantendo assim toda uma estrutura irregular que lucra com o transporte destes sujeitos (LOZZELLI, 2024, p.106).

Tal tragédia humanitária demonstra a ineficácia do regime europeu de controle das fronteiras. A queda dos líderes como Gaddafi na Líbia e Bem Ali na Tunísia provocou um desmoronamento das antigas formas de controle migratório exercido pelo continente Europeu (MEZZADRA, 2015, p. 17) . A Líbia e a Tunísia, antes da Primavera Árabe, tinham a função de conter estes deslocamentos, e os próprios regimes, muitas vezes financiados pelos Estados europeus, faziam uma espécie de cordão de contenção para esses deslocamentos. Com o fim

destes regimes, os "cordões de contenção" foram desconfigurados, acarretando também uma nova organização das fronteiras e a modificação dos antigos processos de controle (MEZZADRA, 2015, p. 18).

Estes deslocamentos geram contradições dentro do sistema Schengen, uma vez que os estados Europeus tiveram que reconfigurar a ideia de livre circulação dentro da União Europeia para os refugiados (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024, p.185). Diferente do que faziam para os cidadãos e para os imigrantes aprovados com visto, os refugiados eram mantidos com restrição de circulação pela zona comunitária, obrigando-os a permanecerem em determinados Estados. Mezzadra, ao defender o conceito de "direito a fuga", salienta que "o deslocamento deveria ser um direito, pois é um movimento legitimo" (MEZZADRA, 2015, p. 19).

O enquadramento dado aos refugiados na Europa está longe da percepção defendida pelo autor italiano e demonstra o total desprezo pelas normas de proteção de direitos humanos. O tratamento concedido aos refugiados e imigrantes vulneráveis recrudesceu ainda mais no período pandêmico, opondo-se diametralmente com a concepção de que o direito de migrar é um direito humano (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024, p.186-187). O direito de locomoção não pode ser reduzido a uma perspectiva securitária ou econômica, e tais medidas acarretam ainda mais a exclusão destes sujeitos imigrantes. Por meio de dispositivos securitários e econômicos, as agências migratórias controlam a entrada e a saída dos imigrantes e determinam quem tem o direito ou não de imigrar. Neste sentido, Mezzadra (MEZZADRA, 2015, p. 18) destaca que a imigração é sobredeterminada e influenciada por fatores políticos, visto que mobiliza subjetividades e denuncia as relações de poder e as fronteiras que colocam nos espaços pelos quais passam e vivem os imigrantes.

A imigração tem como fator preponderante modificar e subverter todas as relações estatais existentes, tendo em vista que os deslocamentos são dinâmicos e as estruturas de controle são estáticas. Tais dispositivos normalizadores não acompanham a atual dinâmica migratória e, assim, acabam gerando mais exclusão. Não se pode entender mais a fronteira apenas como um lugar estratégico territorialmente e politicamente, no qual se divide um espaço nacional de outro por uma linha geográfica imaginária. A fronteira, na atualidade, deve ser entendida como um espaço que proporciona a produção de um novo conhecimento. São espaços dinâmicos, capazes de modificar totalmente as práticas de subjetivação dos migrantes (MEZZADRA, 2015, p. 18).

Tais perspectivas podem ser vistas no processo de expansão destas fronteiras, em que os dispositivos de controle securitário sobre os imigrantes se deslocam de suas zonas "comuns" e passam a operar em outros territórios, como é o caso da construção de campos de refugiados em outros países. Atualmente a União Europeia vem construindo zonas de recepção de refugiados com a intenção de conter a imigração (MEZZADRA, 2015, p. 19).

Opera-se, então, uma "heterogeneização das fronteiras". Isso pode ser entendido através da conjugação de múltiplos elementos - jurídicos e culturais, sociais e econômicos, simbólicos e linguísticos - que compõem a noção da fronteira e que se desenvolvem em diferentes direções, sem que a percepção tradicional de fronteira geopolítica esteja apta a compreender e articular todos os elementos em um único conceito (MEZZADRA, 2015, p. 19).

Como foi salientado, a fronteira não pode ser entendia apenas por uma divisão física de um muro, uma ponte, um rio, uma rua e etc... A fronteira é uma "relação social mediada pelas coisas" (MEZZADRA, 2015, p. 18), logo é formada por estruturas sociais dinâmicas e complexas que acabam gerando o seu "fortalecimento" ou o seu "atravessamento", moldando subjetividades por meio de processos de tensão (MEZZADRA, 2015, p. 18). Os conflitos são frequentes nas zonas de fronteira e provocam as subjetivações, que estão em constante choque com as práticas de controle migratório. Este recorrente enfrentamento questiona a harmonia entre atravessamento e fortalecimento, movimentos típicos das zonas fronteiriças, mas que não se limitam a elas. Os preconceitos e violações experimentados nos limites do Estado-nação acompanham os sujeitos em toda a sua trajetória, e são deslocadas para outras regiões, como as grandes cidades ou nos campos de refugiados e zonas humanitárias construídas pelas agências internacionais de proteção dos imigrantes e refugiados (SANCHÍZ; BOURGEOIS; NEIRA, 2024).

A proliferação e a heterogeneização das fronteiras lançam questionamentos sobre o que se entende como interno e externo. A construção política que impõe uma linha divisória entre o "imigrante documentado" e o "imigrante indocumentado" condiciona que alguns sujeitos ocupem o lugar de "clandestinidade" (DODE, 2018, p. 35). Por sua condição vulnerável, eles se submetem a condições de trabalho precárias e degradantes, sendo necessários ao desenvolvimento econômico do Estado que o exclui. A construção destas condições pelo Estado-nação, no qual se opera uma inclusão pela exclusão, é uma prática consciente de controle securitário, para impedir que o imigrante e refugiado ascendam a cidadania plena, estimulando a produção de um (não) sujeito (DODE; 2021, p. 66-67).

As dinâmicas migratórias, da forma como ocorrem na atualidade, impõe limites ao entendimento do imigrante e do refugiado em toda a sua complexidade cultural e social. As interações entre nacionais e estrajeiros modificam não só os espaços, mas o próprio sujeito migrante que participa deste processo (DIAS; 2019, p. 61). Gustavo Dias salienta que as "fronteiras são parte dimensional da mobilidade migratória", sendo a última um fator primordial na constituição da fronteira (DIAS, 2019, p. 66). Apesar da proliferação e aperfeiçoamento das técnicas de controle da mobilidade, a fronteira ainda se encontra em movimento e está em constante formação. Atualmente, os aparatos tecnológicos controlam cada vez mais essa mobilidade, atuando como ferramentas tecnocráticas que operacionalizam uma política anti-migração. Logo, o processo de expansão das fronteiras nacionais desempenha um papel cruel na

atual conjuntura da mobilidade migratória, no sentido que se cria no sul-global estruturas de controle migratório com a finalidade de impedir que os imigrantes possam entrar nos países do norte-global (DIAS, 2019, p. 63).

Considerando os fluxos de imigrantes e o tensionamento das fronteiras, a região sul do Mediterrâneo é protagonista histórica das dinâmicas de deslocamento. Dos sujeitos que circulam a região, Europa é destino de apenas metade dos migrantes deles, que também têm por objetivo acessar outros países árabes e a América do Norte. Estima-se que os EUA atraem 10% dos que partem, dos quais 60% são universitários. Entre os países do sul, destacam-se quatro destinos mais comuns: Marrocos, Argélia, Líbia e Tunísia (CONSELHO EUROPEU, 2024). Os dois primeiros são escolhidos por sua natureza relativamente estável, embora eles também sejam hostis à chegada dos fluxos migratórios subsaarianos (WENDEN, 2013, p. 19-30).

Em termos de migração, o Mediterrâneo faz parte de três sistemas regionais de mobilidade: o euro-mediterrâneo, o espaço migratório interárabe e a dinâmica inter-africana. Estes três sistemas também podem ser articulados entre si, a migração inter-africana muitas vezes conduz à Migrações euro-mediterrânicas ou interárabes (WENDEN, 2013, p. 19-30). Os países do Magrebe tornaram-se países de recepção e trânsito para a Europa. O reforço dos controles fronteiriços europeus e os acordos de readmissão assinados com a União Europeia por estes países ribeirinhos do sul do Mediterrâneo, que se tornaram guardas de fronteira para a Europa, os transformaram em câmaras de descompressão nos quais os migrantes do Sul permanecem quando não podem avançar. Quatorze acordos bilaterais, incluindo cláusulas de readmissão em troca de autorizações de residência ou programas de desenvolvimento de "habilidades e talentos", foram assinados pela França com seus parceiros do Sul entre 2007 e 2012 (FRANÇA, 2020).

Em 20 anos, houveram mudanças significativas na transição democráfica dos países do Magrebe. Em Rabat (Marrocos), aumentou o número de africanos subsaarianos, oriundos do Senegal e de outros países que cruzaram a fronteira com a Mauritânia via Nouadhibou (GAZZOTI, 2019). O mesmo acontece na Argélia, onde, além dos *harragas* (queimadores da fronteira), existem africanos nigerianos que fizeram a "grande travessia" via Agadez (Níger), ponto de passagem habitual (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024, p.192). A Argélia tornou-se país anfitrião pela riqueza do petróleo e do gás para os subsaarianos, como ocorreu com a Líbia durante a revolução que provocou a saída de nigerianos, sudaneses, tunisianos, marroquinos e argelinos que lá trabalhavam.

A Tunísia é um ponto de passagem popular para os subsaarianos na ilha de Lampedusa, na costa da Sicília. As Canárias também são cobiçadas por quem viaja por mar a partir do Senegal, uma vez que a Mauritânia e o Marrocos fecharam as suas fronteiras a sul. Outros países pobres que formam espaços à margem das longas viagens tornam-se, por extensão, países de

imigração, como a Mauritânia, que continua a ser um país de emigração (para mais de 10% da população) devido às suas redes comerciais tribais saharianas (BENSAAD, 2006, pp. 7-24).

Com o aumento dos fluxos subsaarianos passando pelo Norte da África, Marrocos, Argélia e Líbia, esses países tornaram-se receptores de migrantes. Essas dinâmicas migratórias trazem novos desafios em um contexto socioeconômico e político já muito turbulento. Nestes locais, é frequente que pessoas em residência ilegal sofram discriminação e padeçam pela precariedade socioeconômica. O mesmo se aplica aos refugiados, uma vez que os procedimentos de determinação do estatuto de refugiado ao abrigo da Convenção de Genebra de 1951 são fracos no Marrocos e na Argélia ou inexistentes, como na Líbia (BENSAAD, 2006, pp. 7-24).

Embora os imigrantes oriundos dos países da África sejam uma força de trabalho importante em diversos países europeus (BENSAAD, 2006, p. 16), a sua entrada nos países do norte global é obstada por uma série de mecanismos de controle. É recorrente que os migrantes subsaarianos viajam sem documentos, em condição de vulnerabilidade e à mercê de contrabandistas. Há poucos dados coletados sobre isso, porque não há informação de migração sistematizadas pelos países do continente africano. Além disso, os fluxos mudam rapidamente, visto que a África está passando por um êxodo rural massivo, do qual a migração internacional é uma das consequências. Crises políticas recentes nos últimos quinze anos (região dos Grandes Lagos, Argélia, Costa do Marfim, Senegal, Corno da África: Eritreia, Somália) aumentaram sua parcela de refugiados, internos e internacionais (BENSAAD, 2006, p. 11).

O Relatório do Departamento de População das Nações Unidas sobre Migração Internacional de 2009 (ONU, 2009), mostrou o percentual de imigrantes em relação à população total dos países africanos, conforme demonstrado na Tabela abaixo (Tabela 01).

Tabela 01 – Número de imigrantes em relação aos países Líbia, Argélia, Marrocos, Egito, Tunísia (2009)

País	Número de imigrantes	Percentual de imigrantes em relação a população total do país (%)
Líbia	682.000	10,4
Argélia	242.000	0,7
Marrocos	49.000	0,2
Egito	245.000 estrangeiros e 94.000 refugiados	0,3
Tunísia	34.000	0,3

Fonte: Elaborado pelos autores, com base relatório da ONU (2009).

Estas migrações sul-sul, que aumentaram por razões econômicas, sociais, políticas, ambientais, sanitárias e energéticas (países ricos em petróleo e ricos em matérias-primas atraindo

nacionais de países com mão-de-obra), são fomentadas pelo sentimento de desesperança dos migrantes em relação aos seus países de origem, aliado ao imaginário do que seria o "sonho europeu" (PICOZZA, 2024, p. 62). Os laços linguísticos, familiares (reagrupamento familiar) e culturais com a Europa permanecem fortes, em especial nos países do Magrebe, mas também na Turquia e na Europa dos Balcãs (PICOZZA, 2024, p.65-66).

Desde os anos noventa do século XX, um número significativo de pessoas da África Subsaariana chegou ao Marrocos. O país se tornou a última parada antes da Europa. Antes de chegar ao Marrocos, esses migrantes cruzaram vários países em uma jornada que pode durar vários anos. Uma vez no território do reino, os imigrantes dirigem-se às cidades de Oujda ou Taourirt, e de lá para Tânger ou arredores de Ceuta e Melilha. Uma rota alternativa é seguir para a capital, Rabat (PICOZZA, 2024,p.68).

Finalmente, o sul de Marrocos é outro ponto de passagem, desta vez para as Ilhas Canárias. Os sujeitos que optam por esta via estão sujeitos a diversos perigos, que as políticas de segurança do estado marroquino não conseguem, de todo, amenizar. Alguns deles permanecem neste território por diversos anos. Embora não existam números oficiais, estima-se que, em 2020, viviam entre 15.000 e 20.000 migrantes irregulares no Marrocos (LE MONDE, 2020), o que gerou e ainda gera uma série de problemas difíceis de administrar do ponto de vista político, humanitário e de segurança (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024, p.195).

As condições dos imigrantes subsaarianos, já precária, agravou-se com a chegada da pandemia de Covid-19. Em Marrocos, estima-se que a maior parte deles trabalhem informalmente e contribuam com 20% do PIB do reino. Com a chegada da pandemia e desprotegidos das políticas sociais, eles passaram por dificuldades financeiras, inclusive sem ter a certeza de fazer uma refeição por dia (LE MONDE, 2020). Em virtude do fechamento de fronteiras e das restrições de viagem ligadas ao estado de emergência sanitária aumentaram as dificuldades de viagem, houve uma ligeira redução no número de pessoas que buscavam acesso à Espanha. Registrou-se 986 chegadas entre meados de março e início de maio de 2020, contra 1.295 no mesmo período de 2019, segundo o Ministério do Interior espanhol (LE MONDE, 2020).

As dinâmicas da fronteira entre a Europa e o norte da África desvelam o fato de que a migração é um fenômeno histórico multidimensional que aborda questões humanitárias, direitos humanos e questões demográficas (LOZZELLI, 2024, p.106). Elas envolvem dinâmicas complexas, estabelecidas por entre um indíviduo em condição de vulnerabilidade por diversos fatores (economicos, étnico, racial, de gênero e/ou orientação sexual) frente a um Estado-Nação dotado de amplos poderes, que utiliza de diversos meios para selecionar os sujeitos aptos a terem direitos. A regulamentação, em matéria de direito internacional, exige a compreensão destes multiplos fatores e um esforço para tutelar que migrar é um direito humano.

A QUESTÃO MIGRATÓRIA ENTRE MARROCOS E A UNIÃO EUROPEIA:

As autoridades marroquinas desenvolveram uma política de compromissos frágeis com a União Europeia (UE) e Espanha. Foi a partir da reunião do Conselho Europeu de Viena, em dezembro de 1998, que foi criado o Grupo de Alto Nível para o Asilo e a Migração, com o objetivo de estabelecer uma abordagem comum às questões migratórias, em colaboração com os países de origem. Contudo, foi no Conselho de Tampere, em outubro de 1999, que começaram a ser estabelecidas as bases para uma política comum de imigração e foram traçados planos de ação para vários países, entre os quais Marrocos (MARTÍNEZ, 2009) .

Depois de Tampere, a questão da migração foi discutida durante os vários Conselhos Europeus. Em Sevilha, em junho de 2002, uma grande polêmica surgiu quando a Espanha propôs sancionar os países que não participam suficientemente do esforço para reduzir os fluxos migratórios (MARTÍNEZ, 2009). Elas visavam penalizar particularmente o Marrocos, mas acabaram sendo recusadas sob pressão francesa. Do mesmo modo, este Conselho decidiu que qualquer futuro acordo de cooperação assinado incluiria uma cláusula de readmissão obrigatória em caso de imigração ilegal (LE MONDE, 2020). Posteriormente, durante o Conselho de Salónica em junho de 2003, os Chefes de Estado e de Governo europeus reconheceram que era necessário desenvolver um mecanismo de avaliação para assegurar o seguimento das relações com países terceiros "que não cooperam com a UE na luta contra imigração ilegal" (BELGUENDOUZ, 2005, P. 129). Em 2004, a UE criou a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX), que coordena a política dos Estados-Membros na gestão das fronteiras externas (BELGUENDOUZ, 2005, P. 130). Os seus meios são modestos, mas desde 2006 funciona uma patrulha europeia contra a imigração ilegal entre as Ilhas Canárias e a costa da África Ocidental, com um orçamento de 3,2 milhões de euros e a contribuição de treze países europeus (EU, 2004). Além disso, um centro de comando e coordenação de operações foi instalado em Tenerife (Ilhas Canárias).

No âmbito da Política Europeia de Vizinhança (PEV), realizou-se em Rabat, em 14 de dezembro de 2006, a terceira sessão do "diálogo político reforçado", iniciado por Marrocos e pela União Europeia em junho de 2004. As questões relacionadas com o fenômeno migratório foram debatidas entre as duas partes, especialmente "as modalidades operacionais para a implementação do plano de ação aprovado pela Conferência Euro-Africana sobre migração e desenvolvimento" (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024). Neste momento, Marrocos foi considerado pela UE um interlocutor válido e prioritário: em outubro de 2008, a UE concedeu estatuto avançado a Marrocos, que recebeu 654 milhões de euros ao abrigo do Programa Indicativo Nacional (PIN). Marrocos foi também o primeiro beneficiário do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IPEV), que inclui a "gestão das fronteiras" (MIGREUROP, 2009).

CC BY NC SA

Por outro lado, Marrocos é alvo de uma dupla pressão da UE e da Espanha: primeiro, o reforço dos controles nas fronteiras para impedir a chegada de imigrantes; e a aplicação do acordo assinado com a Espanha em 1992 que prevê que Marrocos se responsabilize pela aceitação da readmissão dos seus cidadãos e nacionais de países terceiros que tenham chegado irregularmente ao território espanhol[1] (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024).

Diante dos constrangimentos impostos pelos países europeus, Marrocos não mediu esforços em criticar essas sugestões de readmissão, apelando a um conjunto de medidas estruturais para resolver esse drama humanitário (GAZZOTI, 2020, s/p). Marrocos tem chamado atenção para operacionalizar os objetivos da parceria euro-mediterrânica que visa tornar a região uma área de paz e prosperidade compartilhada, em detrimento da instrumentalização política da questão da migração pela Europa. Esta última, conforme confirmado por um relatório do Parlamento Europeu, deveria adotar uma política bem fundamentada em matéria migratória, levando em consideração o envelhecimento da população e o déficit resultado demográfico. Eles reconhecem, no relatório, que nas próximas décadas, "a imigração não será apenas uma realidade, mas também uma necessidade" (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024, P. 195).

Urge revisar a política de retorno forçado, cujo fracasso explica porque apenas 38% dos migrantes ordenados a deixar a UE regressam ao seu país de origem e porque 31% dos migrantes deportados para a região norte do Marrocos pretendem reemigrar (CONSELHO DIRETIVO EUROPEU, 2024). É necessário humanizar esse retorno forçado por meio de medidas de acompanhamento e instalação de dispositivos de apoio à reintegração em Marrocos como país de acolhimento. Isso pode ser dar por meio de orientação para uma integração adaptada, assistência financeiras, desenvolvimento e apoio de redes associativas independentes responsáveis pela supervisão de migrantes e envolvimento dos países de acolhimento na formação e supervisão das associações de migrantes, que serão responsáveis por conscientizar esses migrantes sobre os perigos da emigração irregular (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024, P. 197).

Por fim, é necessário reativar os acordos de Cotonou e, em particular, o artigo décimo terceiro. O dispositivo fala sobre a possibilidade de, uma vez deportado, o imigrante seja conduzido ao seu país de origem, e não ao Marrocos. Na visão deste país, entende-se como

1 Esse problema tem sido um dos empecilhos nas relações Hispano-marroquinas. A última crise foi aquando Marrocos abriu suas fronteiras a milhares de adolescentes num gesto de protesto contra a recepção do líder do Polisário (movimento separatista) em Espanha por motivos de saúde sem comunicar o assunto a Marrocos, fato que Marrocos considerou uma traição e um atentado contra sua soberania sobre o Sahara. Veja-se « Accord entre le Royaume du Maroc et le Royaume d'Espagne relatif a la circulation de personnes, au transit et à la réadmission d'étrangers entrés illégalement » signé à Madrid le 13 février 1992 e o trabalho de Mohammed Kachani, *Contribution de la société civile à la coopération EU-Afrique en matière de retour, de réadmission et de réintégration Le cas du Maroc*, ECRE WORKING PAPER 11, 2020 em <https://www.ecre.org/wp-content/uploads/2020/11/Les-accords-de-readmission.pdf> acesso 30 de agosto 2021. Marrocos tem considerado injusta esta medida de readmissão de cidadãos de países terceiros apenas pelo fato terem transitado por seus territórios.

injustificado o retorno de supostos migrantes que passaram pelo território marroquino, ao invés de devolvê-los aos seus países de origem através dos países europeus. O Marrocos, como todos os países, incluindo os da UE, continua incapaz de controlar todas suas fronteiras e por isso tem mostrado que não pode assumir os custos de repatriação desses migrantes para seus países de origem (GAZZOTI, 2020, s/p). Esse impasse explica a discussão sobre a questão migratória motivada pela situação vivida nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, nos quais imigrantes foram feridos ao tentar superar as muralhas de ferro colocados pela Espanha com apoio da União europeia. As imagens da exclusão são a materialização da dimensão securitária e não humanitária das políticas de imigração europeia, em detrimento da observância dos direitos humanos (GABRIELLI; VARELA-HUERTA, 2024, p. 197).

A POLÍTICA MIGRATÓRIA DE MARROCOS DOS ÚLTIMOS ANOS

A política marroquina de gestão da imigração subsariana é de díficil definição. Por um lado, isso se dá porque o fenômeno é muito recente e, por outro lado, porque é extremamente variável e sujeito a pressões externas. As autoridades marroquinas foram forçadas a reformular o seu discurso e a repensar os seus instrumentos de gestão. O "laissez faire" ou o tratamento de segurança, que foram característicos do início da gestão da imigração, hoje foram substituídos por uma política própria de imigração (MCMREAM, 2016).

Em 2013, foi lançada a política nacional de imigração e asilo. Trata-se de um marco que redefiniu o perfil migratório de Marrocos. Ele deixou de ser concebido apenas como um país de emigração e trânsito, mas também como um país imigração. A nova política marroquina propôs-se a ser "humanista, global e coerente" (MCMREAM, 2016), o que possibilitou regularizar a situação administrativa de cerca de 50.000 migrantes. Através da adoção da Estratégia Nacional de Imigração e Asilo (SNIA), em 2014, o Marrocos buscou equiparar, em alguns direitos, os imigrantes regulares e os cidadãos nacionais. Ao imigrante regularizado foi concedido o direito de exercer uma atividade profissional sem discriminação por sua nacionalidade, o direito de educar seus filhos, direito de buscar tratamento de saúde e o direito de criar associações ou cooperativas nas mesmas condições que os nacionais (ALIOUA; FERRIÉ, 2017).

Por detrás dessa política, existem mais considerações geopolíticas do que questões domésticas. Em 2003, em virtude de atentados terroristas a Casablanca, adotou-se como uma prioridade em matéria de imigração a segurança nacional. Por conta disso, o país buscou se constituir como um ator essencial para a segurança dos países europeus, em particular na luta contra o terrorismo e contra a migração indocumentada (ALIOUA; FERRIÉ, 2017). Em 2013, tais políticas foram revisadas, em prol de um posicionamento estratégico no continente africano, que levou em conta as novas prioridades internacionais do Marrocos (ALIOUA; FERRIÉ, 2017).

CC BY NC SA

O embreão das novas políticas migratórias no Marrocos está nos trágicos embates ocorridos na fronteira de Ceuta e Melilha no final de setembro de 2005, que cominaram na morte de cinco imigrantes por conta da repressão policial espanhola (BBC, 2005). A ausência de uma política que tutelasse os direitos dos marroquinos frente as forças repressivas européias lançou questionamentos sobre a capacidade do país de defender seus nacionais e sua aptidão para figurar como uma potência regional (GAZZOTI, 2020, s/p). Como consequência, o Marrocos desenvolveu setores de diplomacia, com o objetivo principal de garantir que o país ocupe um papel central na gestão dos diferentes sistemas migratórios a que pertence (BENJELLOUN, 2017, p. 77).

Ao nível do sistema regulador da migração na área euro-mediterrânica, Marrocos participa e desempenha um papel importante em todos os mecanismos de cooperação desenvolvidos pela União Européia. Isso permite que o país aprofunde suas relações com a UE, visando ampliar seus recursos financeiros e modernizar seus dispositivos de segurança (GAZZOTI, 2019, s/p). A situação de assimetria estrutural em relação à Europa não limita o Reino ao simples lugar de destinatário das políticas europeias de externalização. Pelo contrário, o Marrocos está desenvolvendo contra-estratégias e renegociando continuamente os termos da sua cooperação com a UE, para levar em consideração seus interesses geoestratégicos e para aproveitar ao máximo sua participação nas Políticas europeias de migração (DEL SARTO, 2010, p. 158).

A evolução da política de imigração marroquina reflete a passagem de uma agenda reativa, impulsionada principalmente pela UE, para uma resposta mais alinhada com as prioridades internacionais de Marrocos. Por meio de sua participação ativa em certos diálogos, o país africano está construindo uma retórica através da qual se coloca como mediador entre os países do Sul e do Norte. Por meio dessas estratégias, o Reino de Marrocos procura promover o seu papel como uma potência à serviço dos interesses africanos, ao mesmo tempo que assume zelar pelo seu relacionamento especial com a Europa (DEL SARTO, 2010, p.152).

No nível africano, Marrocos aproveitou a nova política de migração para realizar um número de ofensivas diplomáticas destinadas a obter o reconhecimento como como "Líder Africano" em questões de migração dentro da União Africana (UA). Desde então, ele tem se esforçado para redefinir o fato migratório de uma forma mais positiva. Ele também procurou perpetuar sua diplomacia migratória hospedando o Observatório Africano da migração e se propôs criar e desenvolver uma Agenda Africana (BENJELOUN, 2017, pp. 79). A diplomacia migratória implantada na África é um dos mais recentes componentes da Estratégia africana do Reino que visa o reconhecimento de sua soberania sobre o Saara Ocidental e visa se estabelecer como potência continental.

Por sua posição geográfica e política, a condução da diplomacia migratória marroquina tenta conciliar interesses dificilmente compatíveis. Isso implica a adoção de posturas dúbias (BENJELOUN, 2017, p. 80). Por exemplo, embora seja do interesse de Marrocos fortalecer sua

parceria com a EU com pedidos europeus de terceirização, nomeadamente através de melhor controle de entrada em território marroquino, parece muito contraditório com sua vontade de aderir à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que constitui um espaço de livre circulação de pessoas (BENJELOUN, 2017, p. 92).

Nesse sentido, a política de migração de Marrocos é uma constante busca de um frágil equilíbrio para satisfazer ao máximo seus parceiros europeus em detrimento dos outros países africanos (GAZZOTI, 2019, s/p). A diplomacia de migração do Marrocos está finalmente sendo implantada em escala global. Ao fazer prevalecer a sua posição geográfica, a evolução do perfil migratório está sendo desenvolvido de acordo com uma reflexão estratégica cuidadosamente voltada para que o acolhimento e a presidência das principais conferências e as convenções internacionais relacionadas com a migração internacional sejam protagonizadas pelo Marrocos (ALIOUA, 2017, pp. 165-192).

Esta diplomacia parece dar frutos desde que o Marrocos passou a sediar, em dezembro de 2018, dois eventos globais: o Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento e, em seguida, a Conferência Intergovernamental para Adotar o Pacto Global. Desse modo, evidencia-se que, seja em escala regional, continental ou global, a migração é verdadeiramente concebida e usada como uma ferramenta de *soft power* e meio de projeção do Marrocos no continente africano e no palco internacional. O desenvolvimento de experiência em migrações é um problema de atualidade global, até então pouco ou nada negociado nos vários quadros de cooperação. Pode-se dizer, assim, que o Marrocos está liderando uma verdadeira diplomacia de nicho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo, materializado a partir do fenômeno da globalização, tinha por pretensão facilitar a livre circulação de mercadorias e incentivar os negócios para além dos limites do Estado-Nação. Uma consequência dessas medidas de cunho econômico, talvez indesejada pelas nações desenvolvidas, foi o aumento do ciclo de imigrações, principalmente dos cidadãos oriundos de países subdesenvolvidos em direção à melhores condições de vida, trabalho, educação e saúde em nações economicamente mais estáveis.

Quando volta-se o olhar ao continente africano, verifica-se que há um vasto contigente populacional que aspira a vida no continente europeu. As condições de vida desfavoráveis, fomentadas pela instabilidade política e econômica, faz com que esses sujeitos optem por percursos altamente perigosos para, ilegalmente, buscar oportunidades de emprego no continente vizinho. Não raro, os noticiários são tomados de imagens chocantes de pessoas que, em péssimas condições de saúde, são impedidas de fazer a travessia e encontram, no policiamento fronteiriço, a materialização dos obstáculos à concretização de seus sonhos.

Nesse contexto, por sua posição estratégia, o Marrocos ocupa um lugar especial nas rotas de migração África-Europa. Situado ao norte do continente, ele é a escolha da maioria dos africanos que tentam adentrar na Europa via território espanhol. Se isso pode ser uma vantagem, a posição do país também trouxe diversos entraves diplomáticos nos anos recentes: os países europeis responsabilizam-no pela travessia ilegal de milhares de imigrantes e transferem a ele o dever de arcar com o retorno desses migrantes ao seu país de origem. Além disso, há tensionamento constante no âmbito do direito internacional para que o país venha a sofrer penalizações pela sua política de recepção de africanos advindos de outros países, em situações de conflito.

Nos anos recentes, o Marrocos adotou uma postura diplomática híbrida, buscando manter boas relações com os demais países africanos sem desagradar os interesses europeis. Isso envolveu o desenvolvimento de uma política de imigração que buscou reconhecer os direitos dos imigrantes que permaneceram em seu território, além do desenvolvimento de políticas contra a migração ilegal. Atualmente, em suas diretrizes, o país reforça o ideal de imigração europeu, baseado em critérios securitários que são – em sua vasta maioria – excludentes. Ao legitimar os critérios eurocentricos dominantes, o país acaba por definir quem tem o direito de adentrar no território do continente vizinho, em total desconsonância com o direito humano fundamental de migrar.

REFERÊNCIAS

AGUDO, Alejandro; BOURGEOIS, Catherine; CASTRO, Yerko Neira. Introducción Movilidades humanas en crisis . *In:* Org. CASTRO, Yerko Neira; AGUDO, Alejandro Sanchíz; BOURGEIOS, Catherine. **Movilidades Humanas em Crisis; Estudios Comparados em las Fronteiras de las Américas y Europa**. Ciudad do Mexico: Universidad Iberoamerican, 2024.

ALIOUA, Mehdi . La nouvelle politique migratoire et les migrants subsahariens qui en bénéficient : Une vitrine pour le Maroc, Un miroir pour les marocains. In: ALIOUA, M., FERRIÉ, J.-N, REIFELD, H. (ed.), ***La nouvelle politique migratoire marocaine***, Rabat: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. p 165-192.

BBC. **Tumulto em encrave espanhol deixa 5 mortos**. 2005. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/09/050929_ceutaro>. Acesso em: março de 2024.

BELGUENDOUZ, A. **Politique européenne de voisinage.** Barrage aux sudistes: Rabat, 2005.

BENJELLOUN, Sara . Mise en œuvre et enjeux diplomatiques de la nouvelle politique migratoire. In: ALIOUA, M., FERRIÉ, J.-N, REIFELD, H. (ed.), ***La nouvelle politique migratoire marocaine***, Rabat: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. p 66-88.

BENJELLOUN, Sara. Morocco's new migration policy: between geostrategic interests and incomplete implementation. ***The Journal of North African Studies***, n° 1, v. 23, 2020. DOI: 10.1080/13629387.2020.1800207

BENSAAD, Ali. ***Mauritanie : le devenir de l'État-charnière*** : Maghreb-Machrek, n° 189, automne 2006.

BECHEV, D.; NICOLAIDIS K. **Mediterranean Frontiers: Borders, Conflict and Memory in a Transnational World,** Editor: London, 2010. p.149-167.

CONSELHO EUROPEU. **Informe: Fluxos Migratórios na rota do Mediterrâneo.** 2024. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/central-mediterranean-route> Acesso em: março de 2024.

DEL SARTO, R. **Periphery under Pressure: Morocco, Tunisia and the European Union's Mobility Partnership on Migration.** San Domenico di Fiesole: European University Institute,2010.

DIAS, Gustavo. Mobilidade Migratória**:** uma leitura crítica para além de metáforas hidráulicas. ***Rev. Interdiscip. Mobil. Hum***., Brasília, v. 27, n° 57, dez. 2019, p. 61-78.

DODE, Hermes Corrêa. El (no)sujeto inmigrante producido por el estado de excepción permanente. Un breve análisis de la Ley de Migraciones de Brasil. In: KANDEL, Victoria; GOTTERO, Laura; JARAMILLO, Verónica. **Planes Nacionales en Derechos Humanos: Debates y Reflexiones sobre Experiencias Latinoamericanas.** Buenos Aires: Editora CLACSO, 2021, p. 65- 79.

DODE, Hermes Corrêa. A exclusão do (não) sujeito imigrante a partir da ideia de excessão: uma análise das constituições de 1934 a 1988. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, p. 111. 2018.

FRANÇA, Ministério do Interior e exterior. **Les Accords Bilateraux**. Disponível em: se https://www.immigration.interieur.gouv.fr/fr/Europe-et-International/Les-accords-bilateraux/Presentation-generale-des-accords-bilateraux. Acesso 7 de julho 2023.

GAZZOTI, Lorena. Deaths, Borders, and the Exception: Humanitarianism at the Spanish–Moroccan Border. **American Behavioral Scientist**, n°1, v. 64, 2019. s/p

GAZOTTI, Lorena. **When Crisis Never Ends: Reflections on the Moroccan Humanitarian Border**, 2020. Available at: <https://www.law.ox.ac.uk/research-subject-groups/centre-criminology/centreborder-criminologies/blog/2020/10/when-crisis-never>. Acesso em: fev. de 2023.

LE MONDE. Au Maroc, les migrants subsahariens fragilisés par les mesures anti-coronavirus. ***Le Monde***. 14 maio 2020. Disponivel em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2020/05/14/au-maroc-les-migrants-subsahariens-fragilises-par-les-mesures-anti-coronaviru s_6039631_3212.html . Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

LOZZELI, Jasmin. *Leer la mar: El estrecho de Sicilia entre las políticas y la humanidade navegante*. *In:* CASTRO, Yerko Neira; AGUDO, Alejandro Sanchíz; BOURGEIOS, Catherine (Org.). **Movilidades Humanas em Crisis; Estudios Comparados em las Fronteiras de las Américas y Europa**. Ciudad do Mexico: Universidad Iberoamerican, 2024. Disponivel em: https://ibero.mx/sites/all/themes/ibero/descargables/publicaciones/movilidades humanas-en-crisis.pdf Acesso em: jun. de 2023.

MARTÍNEZ, Laura Feliu. Les migrations en transit au Maroc. Attitudes et comportement de la société civile face au phénomène**. *L'Année du Maghreb***, n° 30, v. 1 , 2009, p. 343- 362. URL: http://journals.openedition.org/anneemaghreb/611 ;

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das Fronteiras de Mobilidade. ***Rev. Interdiscip. Mobil. Hum***., Brasília, Ano XXIII, v. 23, n° 44, pp. 11-30, jan./jun. 2015.

MIGREUROP. **Rapport Convention droits des travailleurs migrants.** Magreurop, 2009. Disponível em: http://www.migreurop.org/IMG/pdf/ GADEM. Acesso em: jun. de 2003

Organização Internacional para a Imigração. Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706451. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

ONU. **Relatório de desenvolvimento humano. Tirando as barreiras: Mobilidade e desenvolvimento de seres humanos.** 2009. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/2009-hdr-portuguese.2009-hdr-portuguese . Acesso em 07 de fevereiro de 2024.

PICOZZA, Fiorenze. Emanciparse en la refugiosidad: Estrategias poéticas, políticas y económicas de existencia entre la guerra afgana y el régimen de frontera europeo. *In:* CASTRO, Yerko Neira; AGUDO, Alejandro Sanchíz; BOURGEIOS, Catherine (Org). **Movilidades Humanas em Crisis; Estudios Comparados em las Fronteiras de las Américas y Europa.** Ciudad do Mexico: Universidad Iberoamerican, 2024. Disponivel em: https://ibero.mx/sites/all/themes/ibero/descargables/publicaciones/movilidades humanas-en-crisis.pdf.

PNUD, Rapport mondial sur le développement humain 2009 Lever les barrières : Mobilité et développement humains. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2009_fr_complete.pdf Acesso em: 25 de agosto de 2021.

UNIÃO EUROPEIA, Règlement (CE) n° 2007/2004 du Conseil du 26 octobre 2004. Disponível em: http://www.gisti.org/spip.php?article1537#:~:text=Europe%20(2)-,Règlement%20(CE)%20n°%202007%2F2004%20du%20Conseil%20du,n%27est%20donc%20plus%20applicable%20! . Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.

VARELA-HUERTA, Amarela; GABRIELLI, Lorenzo. *Espectáculo fronterizo. Narrativas mediáticas en torno a la migración y el refugio en dos corredores migratórios de Europa y América*. *In:* CASTRO, Yerko Neira; AGUDO, Alejandro Sanchíz; BOURGEIOS, Catherine. (Org) **Movilidades Humanas em Crisis; Estudios Comparados em las Fronteiras de las Américas y Europa.** Ciudad do Mexico: Universidad Iberoamerican, 2024. Disponível em: https://ibero.mx/sites/all/themes/ibero/descargables/publicaciones/movilidades humanas-en-crisis.pdf.

WENDEN, Catherine Wihtol de. ***La question migratoire au XXI e siècle : migrants, réfugiés et relations internationales.*** Paris: Presses de Sciences Po, 2017.

WENDEN, Catherine Wihtol de. Migrations en Méditerranée, une nouvelle donne : ***Confluences Méditerranée***, n° 87, v. 1, 2013, p. 19-30. DOI: 10.3917/come.087.0019.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17229

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Percepções, Desafios e Limitações: Respostas ao Tráfico de Pessoas em uma Perspectiva Comparada entre ONGS do Brasil e de Portugal

Giulia Medeiros Gaspar
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: giuliamgaspar@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5119-2108

Resumo: O presente artigo visa analisar o papel que ONGs do Brasil e de Portugal, com perspectivas diversas sobre a migração; a prostituição e; principalmente, o tráfico sexual, desempenham em relação a estes fenômenos nas agendas nacionais de ambos os países. Foi feito um estudo de casos comparado de caráter explanatório e natureza qualitativa que, além da revisão bibliográfica, utilizou como técnicas a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com representantes institucionais especialistas no campo do tráfico de pessoas nos dois países. Observou-se que as organizações se posicionam de formas diversas no regime internacional sobre o tráfico de pessoas e que suas atuações, percepções e propostas de enfrentamento parecem ter base mais em suas experiências no campo e em áreas correlatas do que em um conceito unificado estabelecido pelo Protocolo de Palermo. De forma mais sobressalente, em ambos os países, a possibilidade de participação destas organizações na agenda governamental parece vincular-se com o quão alinhadas elas estão com as respectivas perspectivas nacionais de enfrentamento ao tráfico, fortemente orientadas pelas diretrizes securitárias estabelecidas pelo Protocolo de Palermo e observadas em âmbito internacional, relegando pouco espaço para pro-

postas alternativas por parte de organizações que se posicionam de maneira crítica à essa abordagem hegemônica, o que ressalta o paradoxo entre o avanço normativo estabelecido e a falta de políticas públicas efetivas para lidar com o fenômeno.

Palavras-chave: tráfico de pessoas; trabalho sexual; organizações da sociedade civil.

Perceptions, Challenges and Limitations: Responses to Human Trafficking in a Comparative Perspective Between NGO'S in Brazil and Portugal

Abstract: This article aims to analyze the role that NGOs from Brazil and Portugal, with different perspectives on migration, prostitution and, especially, sex trafficking, play in relation to these phenomena in the national agendas of both countries. A comparative case study of an explanatory and qualitative nature was conducted, which, in addition to a literature review, used as techniques document analysis and semi-structured interviews with institutional representatives specialized in the field of trafficking in persons in both countries. It was observed that the organizations position themselves in different ways in the international regime on human trafficking and that their actions, perceptions, and proposals seem to be based more on their experiences in the field and in related areas than on a unified concept established by the Palermo Protocol. Most notably, in both countries, the possibility of participation of these organizations in the governmental agenda seems to be related to how aligned they are with the respective national perspectives on combating trafficking, strongly guided by the security guidelines established by the Palermo Protocol and observed at the international level, leaving little room for alternative proposals on the part of organizations that position themselves in a critical way to this hegemonic approach, which highlights the paradox between the established normative progress and the lack of effective public policies to deal with the phenomenon.

Keywords: human trafficking; sex work; civil society organizations.

Percepciones, Desafíos y Limitaciones: Respuestas a la Trata de Personas desde una Perspectiva Comparativa entre ONGS de Brasil y Portugal

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar el papel que ONGs de Brasil y Portugal, con diferentes perspectivas sobre la migración, la prostitución y, principalmente, el tráfico sexual, desempeñan en relación a estos fenómenos en las agendas nacionales de ambos países. Se realizó un estudio de caso comparativo de carácter explicativo y cualitativo que, además de una revisión bibliográfica, utilizó técnicas de análisis documental y entrevistas semiestructuradas con representantes institucionales especializados en el campo de la trata de personas en ambos países. Se observó que las organizaciones se posicionan de distintas maneras en el régimen internacional sobre trata de personas y que sus acciones, percepciones y propuestas parecen basarse más en sus experiencias en el campo y en áreas afines que en un concepto unificado establecido por el Protocolo de Palermo. Más notablemente, en ambos países, la posibilidad de participación de estas organizaciones en la agenda gubernamental parece estar vinculada a cuán afines estén con las respectivas perspectivas nacionales de enfrentamiento a

la trata, fuertemente guiadas por los parámetros de seguridad establecidos por el Protocolo de Palermo y observados a nivel internacional, dejando poco espacio para propuestas alternativas por parte de las organizaciones que asumen una postura crítica a este enfoque hegemónico, lo que pone en evidencia la paradoja entre los avances normativos establecidos y la falta de políticas públicas efectivas para abordar el fenómeno.

Palabras clave: trata de personas; trabajo sexual; organizaciones de la sociedad civil.

Recebido em: 23-06-2023
Aceito em: 03-02-2024

INTRODUÇÃO

O tráfico de pessoas é um fenômeno social complexo (GÓMEZ-MERA, 2016), cujo próprio conceito não é unânime e encontra-se diversas vezes em disputa entre os múltiplos atores que atuam nesta matéria (ZÚQUETE; SOUZA; DESLANDES, 2016), na medida em que foi historicamente constituído a partir de posições político ideológicas diversas e que, desde sua perspectiva hegemônica, parece refletir mais os interesses estatais de segurança e controle de fronteiras do que uma efetiva proteção às pessoas suscetíveis de serem traficadas e/ou vítimas (KEMPADOO, 2016). Essa abordagem securitária deriva, no século XXI, do denominado Protocolo de Palermo – um apêndice da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional – realizado em um contexto de crescentes preocupações internacionais com a garantia da integridade territorial dos Estados perante as ameaças do tráfico de pessoas, do contrabando de imigrantes e do tráfico de drogas e armas, categorizadas como as principais formas de criminalidade organizada transnacional e reguladas pela mencionada Convenção (ONU, 2000).

Tal abordagem securitária tem sido alvo de críticas por uma parcela de pesquisadores (DOEZEMA, 2010; PISCITELLI, 2016; KEMPADOO, 2016; MANSUR, 2017; CLEMENTE, 2022), uma vez que é comum que, neste regime, os Estados mobilizem a retórica antitráfico para atuarem de forma contrária à migração. Na prática, essas medidas causam justamente o efeito contrário: sem uma cobertura e proteção estatal, os migrantes ficam mais expostos, em condições irregulares e recorrem a rotas alternativas, mais perigosas e que aumentam os riscos para as situações de tráfico e contrabando (PÉREZ, 2016).

Esses "efeitos colaterais" afetam não apenas os migrantes, mas também profissionais do sexo, principalmente quando se interseccionam as categorias de raça, gênero, nacionalidade, etnia e condição migratória (PISCITELLI, 2016). Isto é, as políticas antitráfico frequentemente operam através de medidas como a negação de entrada de migrantes com determinados perfis considerados de risco, estabelecendo critérios baseados em ideais racistas, xenofóbicos e misóginos sobre quem estaria apto a migrar ou não e também podem ser utilizadas para criminalizar profissionais do sexo, uma vez que ainda existe um forte vínculo entre a prostituição e o tráfico sexual (PÉREZ, 2016).

Tal vínculo remete às primeiras medidas internacionais de combate ao tráfico estabelecidas no início do século XX, que entendiam que este crime seria cometido apenas para essa modalidade (exploração sexual) e acometendo somente vítimas mulheres (brancas e europeias), em um momento no qual estas começaram a migrar de maneira autônoma e foram vistas como suscetíveis de serem traficadas e exploradas na indústria do sexo (KEMPADOO, 2016). Essa tardia e parcial classificação do que seria o tráfico (exploração sexual) e quem seriam as suas vítimas (mulheres brancas europeias) negligenciava toda a experiência escra-

CC BY NC SA

vocrata de tráfico e exploração dos corpos não brancos durante o período de colonização perpetrado por países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra séculos antes (SANTOS; GOMES; DUARTE, 2009).

Em decorrência deste entendimento inicial sobre o tráfico – o das "escravas brancas", vítimas de exploração sexual – e do fato de a prostituição ainda ser uma atividade pouco regularizada (ou até mesmo criminalizada) em muitos países, a barreira entre o que se enquadra como atividade sexual voluntária e forçada acaba sendo constantemente fluída. Este é um tema que causa divergências inclusive entre as correntes feministas (KEMPADOO, 2016).

Por um lado, as feministas abolicionistas defendem que a melhor forma de combater o tráfico seria através do fim da prostituição, na medida em que percebem essa prática como uma forma de violência contra as mulheres, perpetuada pelo patriarcado (DWORKIN, 1993). Por outro, no entanto, as feministas transnacionais entendem que colocar as mulheres em uma posição de inerente passividade e submissão não retrata com fidedignidade a complexa realidade das profissionais do sexo, que podem voluntariamente escolherem trabalhar neste mercado. Portanto, não acreditam que a criminalização da prostituição seja a melhor alternativa para lidar com o tráfico e o percebem como um problema mais amplo do que o patriarcado, cujas raízes envolvem também as relações de poder capitalistas, imperialistas e raciais (DOEZEMA, 2010; KEMPADOO, 2016).

Tendo em mente as diversas disputas ideológicas em torno das distintas abordagens para lidar com a prostituição e o tráfico e diante da percepção de que vivemos em um mundo cada vez mais integrado, onde temos atores, para além dos Estados Nacionais, que se posicionam de formas diversas neste e em vários outros regimes internacionais, é que a pesquisa se propõe a analisar tanto as diversas definições e percepções sobre tráfico de pessoas e prostituição em ONGs do Brasil e de Portugal quanto os impactos que as políticas antitráfico – estabelecidas em âmbito internacional e nesses países – podem gerar aos migrantes e profissionais do sexo.

Escolheu-se abordar os casos do Brasil e de Portugal para que seja possível perceber como os vínculos remanescentes entre a ex-metrópole portuguesa com a ex-colônia brasileira não só moldaram as nossas históricas relações sociais através da escravização e do tráfico de corpos não brancos durante o período colonial, como também produziram impactos que repercutem até os dias de hoje – como o fato de Portugal continuar sendo visto como um país que "recebe" mulheres traficadas do Sul, com alta incidência de brasileiras nesse processo – utilizando-se do arcabouço teórico fornecido pelos estudos pós e decoloniais, feministas e interseccionais.

Diante deste cenário e da complexidade do tema abordado é que este artigo demonstrará que, apesar de estarem situados em pontos distintos do globo e de exercerem papéis

CC BY NC SA

diferenciados na estrutura política internacional, Brasil e Portugal parecem apresentar agendas semelhantes de combate ao tráfico, guiadas pelas diretrizes estabelecidas pelo Protocolo de Palermo, sem uma preocupação mais profunda em relação às origens históricas de como o fenômeno foi moldado e se estabeleceu em ambos os países, em termos de raça, gênero e classe.

METODOLOGIA

Antes de partirmos para uma análise do papel que as organizações da sociedade civil desempenham nos contextos brasileiro e português, foi preciso mapear o tráfico de pessoas de uma forma mais ampla, através de um panorama global e histórico sobre este fenômeno e, posteriormente, apresentar a visão oficial adotada no Brasil e em Portugal e como as ONGs respondem à tais abordagens.

Para alcançar estes objetivos, foi realizada, em um primeiro momento, uma revisão bibliográfica interdisciplinar, com consulta a livros, artigos acadêmicos e publicações em anais de congresso através da base de dados de plataformas como Scielo, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Após esse panorama inicial, empregou-se uma metodologia baseada em um estudo de casos comparado de natureza qualitativa e caráter explanatório. A análise comparativa entre Brasil e Portugal foi realizada em duas dimensões: a respeito das agendas governamentais e da participação da sociedade civil nos dois países, em aspectos como: qual concepção de tráfico de pessoas essas diferentes organizações adotam; o espaço de atuação que elas possuem em seus respectivos Estados; qual a percepção que elas possuem acerca do Protocolo de Palermo enquanto marco normativo internacional; a visão que elas possuem acerca da prostituição e do trabalho sexual, dentre outros.

As ONGs analisadas foram, no Brasil: Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD); Projeto Trama e Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás (ASTRAL). E, em Portugal: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). Foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas em formato online – uma com cada representante destas instituições nos dois países. As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e fevereiro de 2023 via plataforma *Google Meet* após a submissão e aprovação da pesquisa por parte do Comitê de Ética da UNIRIO, sob o número de parecer 5.861.949 e duraram, em média, de 40 a 60 minutos cada uma.

Como critérios de seleção para as entrevistas, foram buscadas ONGs que, além da diversidade com que lidam com o fenômeno, tenham relevância de atuação social no Brasil – como um país representante do Sul Global – e em Portugal – país europeu, posicionado no Norte Global – através de participações em informes, relatórios, redes e planos estratégicos, em âm-

bito nacional e/ou internacional, tanto para construção de políticas de prevenção e enfrentamento, como no atendimento às vítimas.

Optou-se pelo uso de entrevistas semiestruturadas, que consistem em um modelo no qual o entrevistador segue um guia de questões (um roteiro temático) em uma ordem prevista, porém com liberdade para abordar outras questões de acordo com a fala dos entrevistados, na busca de aprofundar determinados tópicos ou obter mais informações relevantes sobre o tema de estudo que não estavam previstas, conferindo, assim, maior flexibilidade à essa técnica (LIMA, 2016).

Cada representante entrevistado foi devidamente esclarecido previamente sobre sua participação no estudo, procedimentos da pesquisa e implicações éticas, além de optarem por manterem o anonimato se assim desejassem. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes e, a fim de minimizar os riscos, foram salvas em dispositivos pessoais para evitar o compartilhamento e armazenamento de dados na "nuvem". Para melhor compreensão dos dados e informações coletadas, as entrevistas foram transcritas seguindo o método de transcrição não-naturalista, cujo foco é no conteúdo verbal da entrevista, ocultando-se elementos idiossincráticos da comunicação oral, como pausas, linguagem não-verbal, repetições, vocalizações involuntárias, entre outros (GUAZI, 2021).

PANORAMA GLOBAL SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS

Nas últimas décadas, principalmente na conjuntura dos anos de 1980 e 1990, com a diversificação e aumento dos fluxos migratórios derivados da globalização e do desenvolvimento do modelo de Estado neoliberal, o debate sobre o tráfico de pessoas, bem como suas formas de enfrentamento, esteve presente nas agendas de diversos países e organizações no plano internacional (SANTOS; GOMES; DUARTE, 2009). Dentre as novas e mais diversificadas tendências observadas nos fluxos migratórios deste período, a chamada "feminização" das migrações ganha destaque, devido a uma demanda crescente pelos trabalhos considerados "femininos", muito ligados aos setores terciário/de serviço, como empregadas domésticas, enfermeiras, cuidadoras de idosos e prostitutas (ASSIS, 2007).

Dessa forma, as mulheres migrantes, principalmente quando se deslocavam de regiões que integram o denominado "Sul Global" em direção à Europa, passaram a receber uma visibilidade frequentemente estigmatizante, como por exemplo diante dos discursos propagados por certos países "do Primeiro Mundo", que atrelavam à essas mulheres práticas contrárias às dos valores ocidentais, como a excisão feminina, o uso de véu em escolas francesas, a poligamia e a prostituição. A exposição dessas migrantes, perante os discursos de poder dominantes, servia para aumentar suas inseguranças e vulnerabilidades sociais, tornando-as ainda mais suscetíveis a cair em redes de tráfico (SANTOS; GOMES; DUARTE, 2009).

Com isso, diante dessas novas e diversificadas tendências migratórias e a subsequente preocupação internacional com a garantia da integridade territorial dos Estados, é que o Protocolo de Palermo surgiu e foi amplamente aceito pela comunidade internacional, já no início dos anos 2000. É inegável que este instrumento representou um avanço significativo para o regime internacional do tráfico de pessoas, na medida em que deixou de vincular exclusivamente o tráfico com a modalidade de exploração sexual, ampliando seu conceito e englobando diversas outras possibilidades (CASTILHO, 2008) o que tornou o entendimento do fenômeno mais compatível com a realidade do século XXI, ainda que o foco na exploração sexual persista, o que, de acordo com Pérez (2016), pode levar a agendas repressivas que impactem na autonomia e mobilidade de mulheres até hoje.

Apesar de seu reconhecido mérito em ampliar a conceitualização do tráfico de pessoas e de representar uma nova fase no controle jurídico internacional nesta matéria, o Protocolo de Palermo não é isento de críticas, na medida em que seu próprio instrumento regulador é derivado de uma Convenção contra o Crime Organizado e não de um organismo de Direitos Humanos, conforme assinala Pérez (2016):

> O Protocolo, no entanto, não é um instrumento de direitos humanos, mas um dos apêndices de uma convenção focada no crime transnacional. Seu objetivo principal é, logo, a proteção da integridade territorial dos Estados partes e não da integridade física e moral de vítimas em potencial. Consequentemente, ainda que de maneira geral o discurso que envolve o combate ao tráfico humano seja imbuído de uma retórica humanitária, na prática ações antitráfico estatais frequentemente afetam negativamente aqueles que se comprometeram a proteger (PÉREZ, 2016, p. 166).

Com isso, a condução da governança global nesta matéria parece focar mais na criminalização de traficantes e em medidas que sirvam para restringir fluxos migratórios do que em uma efetiva proteção às vítimas de tráfico através de um enfoque em direitos humanos.

Além disso, uma das principais lacunas do Protocolo é também a falta de precisão conceitual em relação à definição de "exploração sexual" e o que poderia ser enquadrado em tal situação, deixando a cargo dos Estados Nacionais sua delimitação mais precisa através de suas legislações internas – o que pode gerar, além dos assíduos debates no campo teórico sobre a relação entre prostituição e tráfico, políticas públicas ambíguas incapazes de garantir proteção e segurança para as pessoas em condições de exploração.

Nesse sentido, Zúquete, Souza e Deslandes (2016, p.2) afirmam: "percebe-se que não há consenso nem posições isentas de vinculações ideológicas e morais quanto ao que se entende por tráfico de seres humanos", o que mostra-se evidente com a estruturação de planos e políticas públicas guiados por marcos legais e arranjos institucionais que não são politicamente

neutros (MORAES et al, 2022) e sim constantemente pautados por perspectivas diversas sobre o vínculo entre tráfico, migração e prostituição nas agendas dos mais diversos países.

Ainda que essas assimetrias ocorram, existe uma governança hegemônica global em matéria de tráfico que estabelece as formas de enfrentamento que são consideradas as mais adequadas para erradicar o fenômeno. Essa postura, no entanto, desconsidera aspectos que são inerentes ao próprio funcionamento do tráfico de pessoas como ele opera hoje: aproveitando-se das desigualdades sociais fomentadas pelo sistema capitalista. Com isso, as reais causas do problema parecem passar despercebidas e os esforços acabam se limitando à ajustes superficiais, como controle rígido das fronteiras para determinados grupos étnicos/raciais ou mesmo o desincentivo à migração, por parte de governos, que emitem "alertas" para a população migrante em potencial, ativando o medo – em pessoas que muitas vezes já se encontram em situação de precariedade social – de que caso tomem a decisão de migrar, poderão ser exploradas e escravizadas no exterior (PÉREZ, 2016).

Visando uma análise comparativa do tratamento que esse fenômeno recebe no Brasil e em Portugal, o presente artigo demonstrará, nas próximas seções, como foi implementada a agenda brasileira e portuguesa de enfrentamento ao tráfico diante da adesão de ambos os países ao Protocolo de Palermo e as consequentes mudanças legislativas; o estabelecimento de planos nacionais e políticas públicas; bem como a reação e as possibilidades de atuação de organizações da sociedade civil no Brasil e em Portugal diante de suas conjunturas específicas, buscando salientar, nas falas dos representantes das ONGs, as divergências nos discursos e os pontos de aproximação, de acordo com os posicionamentos institucionais e as influências regionais.

O CASO BRASILEIRO

O Brasil é um país que se constitui historicamente através de certas condições socioeconômicas ancoradas na colonialidade exercida sobre os corpos não brancos, tanto dos nativos aqui presentes antes da chegada dos colonizadores portugueses, como dos africanos escravizados e traficados desde o outro lado do Atlântico para exploração de sua força laboral na então colônia brasileira (ALMEIDA; SILVA, 2021). Em um momento posterior e através de uma dinâmica distinta do tráfico negreiro que perdurou por ao menos três séculos, observa-se, no final do século XIX e início do XX, a mobilidade de mulheres europeias para a prática da prostituição no Brasil, principalmente no eixo Rio-São Paulo, naquilo que ficou conhecido como "tráfico de escravas brancas" (KUSHNIR, 1996).

Ainda que tenha sido base estruturante da sociedade brasileira, a formação de uma agenda em matéria de tráfico de pessoas no Brasil seguiu a tendência internacional e passou a estabelecer mecanismos de enfrentamento somente no século XXI, ainda vinculando exclusi-

vamente o tráfico de pessoas à finalidade de exploração sexual – algo que foi alterado somente em 2016 com a Lei nº 13.344. Nesse sentido, os primeiros planos nacionais e políticas públicas foram desenvolvidos pautados nesta perspectiva, como foi o caso da pesquisa "Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual" (PESTRAF), coordenada pelo Centro de Referência da Infância e Adolescência (CECRIA), entre os anos de 2000 e 2001 (SCANDOLA, 2015). Já o Protocolo de Palermo passa a ter vigência interna no Brasil em 2004, por meio do Decreto n.º 5017, momento em que foi instalada no país uma ampla e complexa rede dedicada a tratar da matéria em múltiplos setores.

Entretanto, o grande avanço normativo ocorre, conforme mencionado, somente com a implementação da Lei do Tráfico de Pessoas, em 2016, na medida em que a definição jurídica de tráfico presente anteriormente no Código Penal entendia este crime vinculado somente para a finalidade de exploração sexual, o que demonstrava uma forte incompatibilidade com as diretrizes internacionais estabelecidas já no século XXI com o Protocolo. Ainda que tenha representado um avanço para o regime brasileiro nesta matéria, a Lei de Tráfico de Pessoas ainda apresenta dissonâncias em relação ao Protocolo, principalmente por trazer um conceito mais "fechado" daquilo que pode ser enquadrado como tráfico – apresentando uma lista exaustiva de finalidades – enquanto o documento internacional adota uma perspectiva mais ampla no que se refere às possibilidades de finalidades de exploração (MORAES et al, 2022).

Paradoxalmente, esse avanço normativo alcançado com a implementação da Lei de Tráfico de Pessoas em 2016 não foi acompanhado por avanços em termos de políticas públicas ou programas de assistência social no âmbito da agenda brasileira, conforme ressaltado pelos representantes institucionais que participaram desta pesquisa:

> *Na minha visão, a gente conseguiu avançar num marco normativo, mas a política pública, aquela que deveria nascer dentro do conceito de redemocratização dos espaços colegiados, como comitês, conselhos, etc, deveríamos ter uma política com uma perspectiva e uma lógica de direitos humanos, algo que não se avançou, então eu entendo que houve um avanço normativo, mas um avanço das políticas públicas e programas foi tímido, dentro do período de redemocratização (ou da chamada democracia social) e de 2018 para cá foi uma luta para não termos retrocesso em relação às conquistas que foram feitas (no campo normativo e parcialmente no campo das políticas e programas). De 2018 para cá a gente só tem que descrever mesmo o esforço de enfrentar um Estado gestado sob um conceito violador de direitos humanos e que nos coube, portanto, lutar e brigar na agenda do dia pelo não retrocesso, que é um princípio dos direitos humanos também* (Projeto Trama/Brasil).

> *Eu acho que apesar da Lei ter sido sancionada em 2016, a gente ainda tem nas instituições muita dificuldade de identificação do crime, caracterização, contabilização de dados e compartilhamento de informações. Eu acho que isso é uma grande lacuna* (ASBRAD/Brasil).

A política pública responsável por essa agenda no país é a denominada PNETP – Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – e foi estabelecida em 2006 por meio do Decreto nº 5948. Ao longo dos anos, seus principais objetivos foram demarcar os princípios, diretrizes e guiar as ações de prevenção e repressão do tráfico de pessoas, além do acolhimento às vítimas, conferindo aos órgãos e entidades públicas das áreas de justiça, segurança pública, relações exteriores, assistência social, entre outros, suas devidas atribuições e competências (MORAES et al, 2022).

No que tange à articulação entre essas autoridades governamentais com a sociedade civil, um importante espaço é o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) criado em 2013. Em 2019, entretanto, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, o CONATRAP sofreu uma forte desestruturação, deixando de ser um espaço paritário de participação entre governo e sociedade civil e privilegiando ONGs com perspectivas mais alinhadas à da gestão nacional, tema que foi amplamente discutido nas entrevistas realizadas com os representantes institucionais de algumas organizações que integram ou integravam o Comitê:

> *O CONATRAP foi desfeito, mas aquelas ONGs com olhar ideológico continuam fortes lá dentro. Por exemplo, pastores evangélicos que ganham fortunas internacionais da Europa para falar "resgatei uma coitada de uma puta e vamos recuperá-la". Alguns projetos ganham muito dinheiro para "resgatar" por ano 2, 3 pessoas. E quantas eu atendo na rua, que eu não quero que sejam traficadas e estão em processos de migração? Quantas travestis eu tenho em Goiânia que estão em processo migratório que não são de Goiânia? Mais de 80% não são daqui e vieram para cá para transformar seus corpos e se prostituir nas ruas de Goiânia porque dá dinheiro. Aí é mais fácil culpar ela, por que eu não culpo quem tá procurando?* (ASTRAL/Brasil).

> *O governo que saiu encerrou vários comitês, conselhos de direitos, esvaziou, inviabilizou a participação da sociedade civil. Até 2016, o Brasil contava com uma política nacional de participação social, regulamentada por um decreto da presidência da república, e tinha como diretriz a participação da sociedade civil nos espaços colegiados, hora conselhos de direitos, hora comitês. Com o tema do tráfico, a gente teve uma boa interlocução, com um erro de princípio, de situar essa política na área de segurança pública ou de justiça* (Projeto Trama/Brasil).

Com esses relatos, percebemos que para aquelas ONGs que possuem visões alternativas sobre como esse tema deveria ser tratado, apresentando perspectivas críticas à gestão nacional, os últimos anos, referentes ao governo de Jair Bolsonaro, foram desafiadores, na medida em que elas deixaram de ter acesso às propostas e debates feitos no âmbito do CONATRAP e viram seu campo de atuação na agenda governamental completamente minado.

CC BY NC SA

Ainda que através dessa conjuntura desfavorável nos últimos anos, também foi ponderado sobre como a atuação da sociedade civil em relação ao tráfico de pessoas continua sendo fundamental, tanto por conta da proximidade com as vítimas estabelecida durante o trabalho diário em campo, como para alertar ao governo sobre a relevância do tema e de sua necessária inclusão na agenda nacional:

> *Eu acho que a sociedade civil foi muito importante, principalmente nos últimos 4 anos, para não deixar que o tema desaparecesse na agenda governamental, especialmente na relação com o governo federal. A sociedade civil é a melhor porta de entrada para identificação dos casos e também a mais competente para oferecer um atendimento humanizado para essas vítimas, então eu acho que a gente está em todas as pontas trabalhando em parceria com as instituições. Eu acho que todas as pautas de Direitos Humanos sofreram muito nos últimos 4 anos e a política de tráfico com certeza foi uma das que ficou prejudicada, mas acho que a gente foi muito forte, muito firme de segurar a agenda, apesar de todos os retrocessos. E, desde sempre, se for pegar o histórico da política de enfrentamento ao tráfico, a sociedade civil sempre foi o ator principal para forçar a entrada e permanência desse tema na agenda governamental* (ASBRAD/Brasil).

Ainda em relação aos desafios na agenda brasileira em matéria de tráfico dos últimos anos, um importante fator mencionado foi a posição ideológica do governo de Jair Bolsonaro, que, através de um olhar negacionista em relação aos direitos humanos e às políticas sociais mais inclusivas, causou um certo isolamento do país nesta e em várias outras pautas internacionais:

> *Uma outra questão que afetou bastante em relação a esse tema e na perspectiva internacional é que o governo que saiu era um governo que além de ter uma posição refratária e negacionista das políticas de direitos humanos, era um governo com baixa capacidade de diálogo internacional, e isso tem influência direta nos tratados que devem ser operados junto a outros países, que são tradicionalmente receptores daquilo que é o tráfico de pessoas, entre eles Espanha, Itália e Portugal. Então, a baixa condição institucional das relações internacionais do Brasil a partir de 2018 acabou também repercutindo numa subnotificação e num prejuízo à essa agenda* (Projeto Trama/Brasil).

Além desses fatores que afetaram particularmente a agenda brasileira em matéria de tráfico, migrações e direitos humanos nos últimos anos, é possível reconhecer que existe uma abordagem predominante de combate ao tráfico que opera não apenas no Brasil, como também em âmbito internacional, através de lógicas securitárias que visam mais a repressão do crime do que uma efetiva proteção às vítimas, o que também acaba levando à uma subnotificação de casos, na medida em que essas vítimas não sentem que terão seus direitos garan-

CC BY NC SA

tidos pela justiça, e sim que estão associadas a esse universo do crime, algo que também foi amplamente relatado durante as entrevistas:

> *O tráfico de pessoas tem como uma de suas principais características a confusão de identidade entre a condição de vítima ou se ela é coautora de um delito, vinculada à uma associação criminosa. Essa dúvida, quando ela recebe um tratamento institucional do Estado, em termos de política pública, como ser um crime que ela está participando, leva ela a recolher a informação e não denunciar, o que gera uma subnotificação, não só no âmbito interno como no internacional* (Projeto Trama/Brasil).

> *O olhar da segurança pública é o mesmo que eu tenho de prevenção? Não é. É de reprimir o crime. O olhar da segurança pública não pode ser no objeto em si de repressão. Porque quando se pensa em tráfico de pessoas, o que vem logo na cabeça? A prostituta, de minissaia na rua. Imagina um policial me entregando uma travesti, tirando ela da casa da cafetina e rindo. Você acha que essa travesti o vê como salvador da pátria? Não.* (ASTRAL/Brasil).

Ainda que seja importante reconhecer os problemas dessa abordagem, deve-se também ter o cuidado de não cair em um discurso extremista "do outro lado", que afirme que o tráfico de pessoas não existe e que toda política de tráfico de pessoas seja utilizada apenas para criminalizar a prostituição, como é o caso de algumas correntes existentes no Brasil, conforme relatado no trecho a seguir durante uma das entrevistas:

> *A gente sabe que pode ter uma perversão, uma utilização errada do tema para justificar uma política anti-migratória, que é tudo que a gente não quer que aconteça, mas por outro lado, também é muito errado dizer que não existe tráfico de pessoas, que é só uma política inventada para perseguir prostitutas e barrar a migração* (ASBRAD/Brasil).

Tratando especificamente da questão do tráfico para fins de exploração sexual no contexto brasileiro, é válido destacar que o Brasil ficou internacionalmente conhecido como um país "exportador" de mulheres traficadas – fator atrelado aos imaginários sociais que criaram uma imagem estigmatizada das mulheres brasileiras como pobres, submissas, advindas de um país de "Terceiro mundo" e que aceitariam, por conta de suas vulnerabilidades, trabalhar na indústria do sexo mundo afora. Além disso, a construção da imagem da brasileira passa também pelos ideais de sensualidade e maior abertura sexual atribuídos às mulheres colonizadas, negras e mulatas, como um contraponto às características da mulher branca europeia, mais reservada e menos "propensa" ao sexo (PISCITELLI, 2008).

Por conta dessas construções sociais e peculiaridades locais, existe, no contexto brasileiro, uma forte naturalização das situações de efetiva exploração sexual, fomentada por uma

CC BY NC SA

inerente estrutura sexista, patriarcal e colonial, o que também acaba levando à uma subnotificação de casos, além de uma percepção equivocada de que, por exemplo, meninas menores de idade estariam, voluntariamente, atuando como profissionais do sexo, conforme ilustra o relato abaixo:

> *A exploração sexual é completamente subnotificada, em cada esquina tem uma situação de exploração sexual e por que que existe essa subnotificação? Pela naturalização do tema, pelo machismo, que normalmente são mulheres que são exploradas ou pessoas trans e quando são pessoas trans a sociedade pensa que elas têm que ser exploradas mesmo, então massacram mesmo esse grupo populacional. Quando são mulheres, eu já ouvi várias vezes em grupos, capacitações, conversando com o conselho tutelar, que não existia exploração sexual porque "aqui tem meninas de 12, 13, 14 anos que fazem programas mas aqui é diferente porque elas são putinhas, aqui as meninas são acostumadas com isso", então tem uma naturalização, uma criminalização das meninas e toda uma relação com a estrutura patriarcal em que os homens são adolescentes de 30 anos que não amadurecem e as meninas de 13 anos já são maduras* (ASBRAD/Brasil).

O CASO PORTUGUÊS

Portugal consolidou-se historicamente como um país que se projetou para o "novo mundo" através das emblemáticas expedições marítimas do período conhecido como "Grandes Navegações", que resultaram na imposição do colonialismo por parte de nações europeias como Portugal, Espanha (em um primeiro momento), Inglaterra e França (posteriormente) aos territórios recém "descobertos" nas Américas. Esse período ficou marcado pelo chamado comércio triangular entre Europa, África e América, possibilitando a criação de rotas intercontinentais para a troca não apenas de bens e capitais, como também de pessoas – especialmente para o tráfico de africanos escravizados em direção ao continente americano.

Com este êxodo, os fluxos migratórios intercontinentais assumiram proporções até então inéditas e ajudaram a constituir as "novas" sociedades do continente americano. Com o passar dos séculos, ainda que a escravatura tenha sido abolida e considerada uma prática totalmente incompatível com os ideais dos direitos humanos, seus impactos persistiram e persistem até hoje para aquelas populações afetadas e marginalizadas pelos séculos de domínio e exploração sobre seus corpos. De modo semelhante, ainda que a colonização tenha sido extinta, a colonialidade sobre determinados povos é persistente e seus impactos podem ser sentidos até os dias de hoje.

Nesse sentido, os países europeus, de forma geral, e Portugal, em especial, influenciaram fortemente a dinâmica dos fluxos migratórios entre os três continentes por séculos, ainda que não fossem receptores ativos desse contingente migratório. A conjuntura vai sendo gra-

dualmente alterada apenas no final do século XX, durante as décadas de 1980 e 1990, com a intensificação e diversificação dos fluxos migratórios em decorrência da globalização e da implementação do modelo de Estado neoliberal. Foi justamente na década de 1990 que Portugal passou a registrar os primeiros casos de vítimas do tráfico de pessoas, o que foi atrelado à um aumento de imigrantes no país, provenientes principalmente do leste europeu (em um primeiro momento) e do Brasil (a partir dos anos 2000).

Atualmente, segundo o censo de 2021, O Estado Português conta com uma população de 10.3 milhões de habitantes, dentre a qual aproximadamente 7% são imigrantes, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2021), com destaque para a comunidade de brasileiros, que representa quase 30% desse total de imigrantes. Além disso, uma marcante característica das economias ibéricas é o fato destas incorporarem um setor informal significativo e dinâmico, incluindo subcontratação, difusão de regimes de trabalho a curto prazo, sazonais e a tempo parcial, que acaba sendo frequentemente preenchido por imigrantes (ASSIS, 2007). Foi levantada uma discussão sobre esse fenômeno e sua relação com as políticas migratórias em Portugal durante uma das entrevistas, conforme relatado a seguir:

> *Na verdade, o fato de ter uma grande presença de migrantes trabalhadores que custam muito pouco às empresas e aos Estados é uma coisa que todos gostam de ter, portanto não há nenhum interesse para cuidar das condições de trabalho, no geral, e em particular das pessoas migrantes. A atenção que se tem ao tráfico é até excessiva, porque não é uma atenção para o cuidado com as pessoas, é uma atenção para criar mais muros, para mais uma vez desafiar ainda mais as condições de trabalho e de mobilidade das pessoas, portanto o que se pretende combater é justamente o que se faz do outro lado, atuando com políticas de restrição à migração e ao trabalho que não são políticas, são formas de antipolíticas* (UMAR/Portugal).

Diante da percepção desse expressivo contingente migratório no território português nas últimas décadas e pelo fato de os primeiros registros de tráfico no país terem sido justamente de vítimas imigrantes na indústria sexual, é possível reconhecer que, em Portugal, até os dias de hoje, sua agenda em matéria de tráfico está fortemente atrelada à agenda de migrações e, em um primeiro momento, também vinculava fortemente o tráfico com a prostituição, o que conferia, de acordo com Lowenkron e Sacramento (2017, p. 132), "uma estrita e densa conotação entre a prostituição feminina, a imigração e o tráfico". Tal noção de tráfico, que surgiu no plano institucional diante da visibilidade conferida aos movimentos transnacionais de trabalhadoras sexuais advindas do Sul Global, manteve-se até 2007 prevista na legislação (LOWENKRON; SACRAMENTO, 2017).

Por isso, assim como aconteceu no Brasil, em Portugal também foram necessárias alterações legais que tornassem o entendimento acerca do tráfico de pessoas mais compatível com

o que foi estabelecido por meio do Protocolo de Palermo - ratificado por Portugal em 2004. Logo, o Código Penal Português foi alterado em 2007 e passou a prever outras modalidades de exploração que poderiam configurar como tráfico, embora a associação entre este e a modalidade de exploração sexual persista em algumas situações, principalmente durante os anos iniciais de implementação da política portuguesa de enfrentamento ao tráfico, conforme relatado por uma das organizações entrevistadas:

> *Em Portugal, durante algum tempo (já não é assim), havia uma identificação muito forte entre tráfico e tráfico para exploração sexual no mercado do sexo. Portanto, nos primeiros anos de combate ao tráfico, quando o tráfico era identificado como "tráfico sexual", o que a UMAR fez foi tentar afirmar uma diferença entre tráfico e trabalho sexual, na mesma linha do que vinha acontecendo a nível internacional, então o esforço da UMAR foi em distinguir as duas coisas. Portanto, podemos dizer que a ideia de tráfico para a organização é muito moldada pela necessidade, em um contexto caracterizado por uma forte presença abolicionista, de distinguir as duas coisas* (UMAR/Portugal).

Percebe-se, diante desse relato, como o contexto inicial de combate ao tráfico em Portugal era fortemente marcado pelos ideais abolicionistas de combate também à prostituição, ainda que esta não seja criminalizada no país, configurando-se na verdade como uma atividade não regulamentada. Isto quer dizer que, apesar de não existirem atualmente leis que punam a prostituição, esta também não se configura como uma atividade formalmente reconhecida pelo Estado e, portanto, inexistem leis laborais ou tributárias para os profissionais deste setor, especialmente para os migrantes, que atualmente compõem uma parcela significativa desse mercado (OLIVEIRA, 2017).

Uma distinção em relação à legislação brasileira de 2016 é que o marco legal português acaba sendo guiado por conceitos mais abstratos, derivados do Protocolo de Palermo, tais como os de "vulnerabilidade" ou de "especial vulnerabilidade", sem delimitar de forma precisa o que poderia ser enquadrado ou não em tais situações e dificultando uma fronteira que deveria ser estabelecida entre o efetivo crime de tráfico de pessoas e outras situações que erroneamente se assemelham a ele, notadamente o exercício autônomo da prostituição. Lowenkron e Sacramento (2017, p. 131) destacam as consequências desta "incapacidade institucional em ouvir e perceber de fato as pessoas em potencial situação de tráfico" neste contexto:

> A utilização política ampla e pouco criteriosa da categoria TSH[1] acaba por uniformizar e tratar de igual modo situações consideravelmente distintas, inibindo o estabelecimento de prioridades e a afetação de recursos para os casos em que mais se justifica a atuação do Estado com vista à salvaguarda de direitos. Esta imprecisão é, desde logo, alimentada pelo Protocolo de Palermo.

1 Sigla para Tráfico de Seres Humanos.

> Basta, para tal, considerarmos as suas indeterminações em torno das noções de consentimento, de exploração e de abuso de situações de vulnerabilidade (LOWENKRON; SACRAMENTO, 2017, p. 131).

Para apurarmos o que as organizações entrevistadas consideram a respeito dessa conjuntura institucional que historicamente vinculou a agenda de combate ao tráfico com a da prostituição, abordamos esse tópico durante as entrevistas:

A APAV/Portugal, reconhece que, a nível nacional, "*há muitas vezes dificuldades em saber lidar com as questões de tráfico humano para exploração sexual, que são confundidas e identificadas como lenocínio*" (APAV/Portugal). Não houve nenhuma organização entrevistada (nos dois países) que se assumisse como abolicionista, isto é, contrária à prática da prostituição. A APAV, em Portugal, foi a única a afirmar não ter nenhum posicionamento público quanto à essa questão, tendo seu escopo de atuação centrado apenas naquilo que configura algum crime pela legislação portuguesa: *Naquilo que é relativamente ao crime, nós temos uma posição pública. Relativamente à prostituição e ao trabalho sexual nós não temos* (APAV/Portugal).

Também foi mencionado pela APAV que os países de origem das vítimas podem contribuir para os casos de exploração sexual de imigrantes em Portugal, na medida em que o acesso à informação nesses lugares pode ser limitado e as expectativas de migrar para a Europa podem fazer com que essas pessoas se arrisquem e se coloquem em posições de vulnerabilidade, em prol do "sonho europeu":

> *Uma outra questão importante é que acho que deveria ter mais investimento na informação nos países de origem, a grande maioria que tínhamos de vítimas de exploração sexual eram recrutadas pela internet, por acreditarem em um sonho de determinado tipo de trabalho ou muitas vezes aliciadas por pessoas próximas, que a conheciam, ou então chegam a Portugal e começam a ter um relacionamento que as coloquem em situação de vulnerabilidade e acabam muitas vezes indo para a indústria do sexo contra a vontade, outras vezes há pessoas que sim, que decidem se prostituir para ganhar mais dinheiro, porque é livre aqui em Portugal, mas acabam por cair em uma situação de tráfico pois não tem documento de identificação, não são pagas pelo seu trabalho, vivem em condições desumanas etc. e tem muito a ver também com os países de origem, acho que tem muito a ver as condições econômicas dos países de origem, o próprio fluxo migratório e a forma com que é feito, as questões de documentação, as questões da regularidade, muitas vezes tem a ver com a facilidade de entrada por outros países da Europa* (APAV/Portugal).

Em uma tentativa de separar as situações de tráfico sexual e prostituição na conjuntura portuguesa, a UMAR, apesar de suas dificuldades de atuação, propõe como alternativa buscar a garantia dos direitos para as e os profissionais do sexo do país:

> *A este respeito, posso lhe dizer que, nos últimos anos, a intervenção junto com as pessoas traficadas da UMAR é uma intervenção muito relativa, porque o contexto de combate ao tráfico tem se institucionalizado cada vez mais, e organizações como a UMAR acabam por ficar na margem da intervenção, portanto o que fazem organizações como a UMAR é tentar combater o tráfico em primeiro lugar através do reconhecimento dos direitos do trabalho das pessoas dentro do mercado do sexo* (UMAR/Portugal).

Os desafios enfrentados atualmente pela UMAR são fortemente influenciados pela mudança de posicionamento institucional promovida pela organização, que, no momento de sua criação, atuava como abolicionista, e hoje se posiciona a favor dos direitos das e dos trabalhadores sexuais, conforme relatado por sua dirigente na entrevista:

> *Já ficar no campo do combate ao tráfico é um grande desafio para a organização, porque organizações que têm esse posicionamento são levadas para a margem no campo institucional de combate ao tráfico. Portanto, se há 15 anos, a UMAR tinha financiamentos e deu um contributo fundamental no campo de combate ao tráfico, por exemplo, através do acolhimento, da emergência de pessoas traficadas, etc, atualmente o posicionamento crítico da organização faz com que a organização não possa se beneficiar dos financiamentos nacionais para intervir nessa área. Portanto, ficam substancialmente fora das parcerias, dos financiamentos etc e isso claramente faz com que o tipo de intervenção seja especialmente vinculado à lobby, advocacy, ou seja, uma tentativa tanto a nível nacional, local, como internacional, europeu de afirmar algumas coisas que não são fáceis de afirmar por outras organizações* (UMAR/Portugal).

De forma contrária à posição crítica da UMAR, que enxerga diversas lacunas relacionadas à agenda portuguesa de enfrentamento ao tráfico, a APAV nos apresenta uma visão mais otimista em relação à essa temática, apontando os avanços em termos da legislação e o crescente investimento nessa agenda, que resultaram em um sistema bem estruturado por todo o país:

> *Em termos das áreas de intervenção, nós temos vários planos nacionais, existem os postos de acolhimento, quando há uma sinalização, não precisa ser identificado como tráfico para ir para o acolhimento, a ONG faz o atendimento e, se existir vaga, automaticamente aquela vítima tem todos os apoios e direitos consulares, desde o nível de saúde, apoio, alimentação, vestuário etc. Temos também um centro específico para crianças e jovens, que foi uma das críticas que recebemos desde o nível europeu e acredito que esteja tudo muito bem estruturado* (APAV/Portugal).

Diante dessa análise comparativa, é notório destacar que esse campo "bem estruturado" de combate ao tráfico em Portugal parece não estar totalmente aberto para posicionamentos mais críticos por parte de certas organizações que tragam propostas alternativas de enfrenta-

mento ao fenômeno que sejam divergentes da abordagem "oficial" adota em âmbito nacional, a qual entende o tráfico como um problema primordialmente na esfera criminal e através de um forte viés abolicionista.

Nesse sentido, outro ponto de contraste entre as percepções das organizações portuguesas é em relação ao espaço de atuação que a sociedade civil possui na agenda de enfrentamento ao tráfico, já que a UMAR, apenas por conta de seu posicionamento crítico, acaba sendo naturalmente afastada de iniciativas para construção de políticas públicas e tendo pouco acesso aos recursos que possibilitariam uma participação mais ativa neste campo. Por sua vez, a APAV menciona que, diferentemente do Brasil, que sofreu com a desestruturação do CONATRAP nos últimos anos em função das drásticas mudanças políticas que acometeram o país, a rede que existe em Portugal, a RAPVT, tem se mantido estável, desde sua criação também em 2013, independentemente do governo que assuma:

> *Nós em Portugal, nesse aspecto de atendimento ao tráfico não somos muitos que trabalhamos nessa área, então todos nós nos conhecemos, somos muito privilegiados e a rede é muito bem estruturada. A nível de articulação com o governo, mesmo quando ele muda, a questão do tráfico tem se mantido. Nesse aspecto, é muito positivo, a rede é muito positiva. Claro que há coisas que poderiam ser alinhadas melhor. Achamos que essa articulação existe porque as redes estão a nível regional, mas depende de região para região, há locais em que a rede funciona melhor. Nós temos uma articulação próxima com o governo porque temos esse organismo intermédio que faz também essa articulação, que é a CIG, e esta proximidade ajuda muito na intervenção do trabalho* (APAV/ Portugal).

Para a dirigente da UMAR, entretanto, essa aproximação com o governo não necessariamente é garantia de uma sociedade civil forte e bem estruturada. Pelo contrário, ela afirma que em Portugal a sociedade civil é historicamente caracterizada por uma marcante fragilidade justamente porque possui uma grande dependência do Estado e dos partidos para que seu espaço de atuação seja reconhecido, o que limita as oportunidades para aquelas ONGs que não estejam alinhadas com os objetivos e ideias estatais. Além disso, ao referir-se especificamente sobre o funcionamento das redes antitráfico no país, reconhece que estas acabam funcionando com um caráter mais simbólico para cumprir as determinações impostas internacionalmente.

> *Existem, pelo menos aparentemente, redes antitráfico nas quais a UMAR foi envolvida desde logo pelo grande capital simbólico da organização, mas é também verdade que essas redes têm apenas um funcionamento formal, não são verdadeiramente espaços de discussão, debates, confrontação de ideias, de práticas de intervenção, são redes que foram criadas para responder à instâncias internacionais e portanto é uma articulação que não existe em concreto e os espaços de manobra são extremamente limitados, raros* (UMAR/Portugal).

Boa parte dessas pressões internacionais que determinam qual abordagem deve ser seguida são feitas pelo próprio contexto regional europeu, que historicamente atua para combater o tráfico através de lógicas securitárias que visam primordialmente preservar a integridade territorial e reprimir o crime. Ainda que em Portugal este traço estivesse mais forte nos primeiros anos que se seguiram da implementação do Protocolo de Palermo em território nacional, os avanços em reconhecer perspectivas diferentes de análise, bem como incorporar organizações da sociedade civil na política de enfrentamento ao tráfico, foram tímidos nos anos mais recentes, em função do estereótipo já bem demarcado de vítima e do entendimento consolidado de que esta é uma temática que deve ser tratada no âmbito do controle e repressão ao crime organizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível perceber, diante das discussões apresentadas na presente pesquisa, que o tráfico de pessoas se configura como um fenômeno complexo e que, em ambos os países analisados, teve uma concepção inicial prevista nas legislações que o vinculava exclusivamente com a exploração sexual. O ampliamento conceitual só é dado em Portugal em 2007 com a alteração do Código Penal (Lei 59/2007) (PATTO, 2021) e no Brasil em 2016, com a Lei 13.344 (MORAES et al, 2022). Entretanto, vale destacar um importante fator que diferenciava as duas legislações e que possui impactos que repercutem até os dias de hoje: o fato de Portugal inicialmente considerar que apenas vítimas estrangeiras seriam passíveis de serem traficadas.

Diante desse entendimento, a formulação inicial das políticas nacionais, em ambos os países, foi feita com foco no combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e, especificamente em Portugal, com um forte direcionamento nos e nas migrantes na indústria do sexo, fatores que contribuíram, no contexto português, para uma abordagem que parece mais preocupada em restringir o direito às migrações, utilizando-se de uma retórica antitráfico e contrária ao trabalho sexual. Esse posicionamento demonstra como o tráfico acaba sendo entendido como um problema contemporâneo, derivado do aumento da criminalidade organizada transnacional e dos fluxos migratórios mais diversificados – e não como fruto dos históricos processos de exclusão e marginalização social com raízes escravocratas estabelecidas durante o período colonial.

Ao verificar a complexidade do tema abordado e as consequentes dificuldades para a formulação de políticas públicas efetivas de enfrentamento ao tráfico, dadas as lacunas significativas que ainda podem ser preenchidas neste campo, especialmente no que tange à visão das autoridades competentes para tratar da matéria e no vínculo estabelecido – e de difícil dissolução – entre tráfico, migrações e prostituição, realizamos entrevistas com especialistas atuantes no terceiro setor para que pudéssemos entender como as ONGs têm respondido à essas problemáticas.

Evidenciamos que a definição e as abordagens sobre tráfico de pessoas por parte das organizações entrevistadas são também complexas e envolvem uma interconexão direta com outras questões – especialmente vinculadas às áreas de atuação de cada organização, seus ideais, valores e propósitos específicos – e ainda podem sofrer influências diretas das legislações (nacionais e internacionais), bem como das estruturas políticas implementadas por cada Estado nesta agenda.

No que tange à tais estruturas políticas, uma análise comparativa demonstrou que, em ambos os países, estas foram inicialmente moldadas seguindo as orientações e prerrogativas estabelecidas pelo Protocolo de Palermo. Entretanto, apesar deste documento internacional estabelecer uma definição normativa universal sobre o fenômeno, tal classificação padronizada não foi inteiramente internalizada por parte das organizações brasileiras e portuguesas entrevistadas, que atuam mais em função de suas convicções e experiências do que a partir de uma classificação hegemônica universal de um fenômeno tão complexo como o tráfico de pessoas.

Moraes et tal (2022, p. 18) esclarecem que tal acontecimento é comum, na medida em que "mantém-se um hiato entre a definição jurídica presente no protocolo e as formas pelas quais grupos e organizações definem o fenômeno do tráfico de pessoas na prática – tanto dentro como fora do Estado". Ainda que a pretensão do Protocolo de estabelecer uma conceitualização ampla acerca do tráfico de pessoas tenha sido insuficiente para abarcar os múltiplos contextos em que tal fenômeno ocorre, este documento continua servindo como um relevante ponto de referência para guiar não somente a atuação dos Estados-membro neste regime internacional, como também para verificarmos o posicionamento das organizações em relação à esta abordagem.

Com isso, verificamos que algumas das organizações entrevistadas (UMAR/Portugal, ASTRAL/Brasil e Projeto Trama/Brasil) mostraram-se críticas quanto ao caráter essencialmente criminalizador do Protocolo, enquanto as demais (APAV/Portugal e ASBRAD/Brasil) não realizaram nenhuma crítica explícita ao Protocolo, ainda que tenham compartilhado também propostas alternativas e sugestões de aprimoramento.

Em relação à agenda brasileira, constatamos que os avanços no marco jurídico do país diante da implementação da Lei de Tráfico de Pessoas em 2016 não se traduziram em efetivos avanços no campo das políticas públicas. Foi inclusive mencionado que os últimos anos, referentes à gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), representaram grandes retrocessos não apenas para a pauta do tráfico de pessoas, como de direitos humanos em geral. Durante as entrevistas, foi frequentemente mencionado como a desestruturação do CONATRAP em 2019 impactou de forma negativa a participação da sociedade civil na agenda nacional, em especial para aquelas ONGs com posicionamentos críticos não alinhados à perspectiva governamental.

CC BY NC SA

Já as organizações portuguesas entrevistadas nos forneceram alguns relatos contrastantes acerca de suas percepções em relação à implementação dessa agenda em Portugal. Enquanto a UMAR demonstra se posicionar de forma crítica à gestão governamental e às políticas antitráfico hegemônicas, principalmente quando envolvem os direitos aos migrantes e trabalhadores sexuais, reconhecendo os déficits que essa abordagem securitária de combate ao tráfico apresenta, a APAV, ainda que reconheça os problemas desse paradigma de enfrentamento ao tráfico, considera que este não é mais tão predominante em Portugal como o era há algumas décadas, já que as mudanças na legislação passaram a garantir mais direitos para as vítimas.

Buscamos ainda, através das entrevistas, abordar como as ONGs se posicionam em relação ao forte vínculo existente entre as situações de tráfico com fins de exploração sexual e prostituição. Apesar de percepções variadas, a maioria das organizações entrevistadas – Projeto Trama/Brasil, ASTRAL/Brasil, ASBRAD/Brasil e UMAR/Portugal – consideram que se deve entender os dois fenômenos de forma separada e garantindo direitos tanto aos trabalhadores sexuais que atuam de forma voluntária quanto às efetivas vítimas de exploração. Apenas uma organização, a APAV/Portugal, reconheceu que não teria como abordar este assunto pois não existe um posicionamento institucional quanto à prostituição, na medida em que esta não é tipificada como crime em Portugal e a organização só possui posicionamentos públicos referentes aquilo que está previsto na legislação portuguesa como prática criminosa.

Ainda que, em teoria, seja reconhecida a importância de se distinguir os conceitos de trabalho sexual voluntário e forçado e que se saiba que essa distinção ocorre no ponto em que se passa a ocorrer a exploração da prostituição, na prática, estabelecer fronteiras entre as duas situações não é tão fácil. Parte disso decorre das ambiguidades previstas no próprio Protocolo de Palermo, na medida em que este considera que o tráfico pode ser confirmado independentemente do consentimento das pessoas, em função deste ser dado em condições de vulnerabilidade. Este conceito (vulnerabilidade), porém, acaba sendo vago e impreciso para medir até que ponto a decisão de migrar para trabalhar no mercado do sexo é realmente livre ou é impelida por uma vulnerabilidade que colocaria esta pessoa na condição de vítima de tráfico.

Dessa forma, verificamos que o fenômeno do tráfico de pessoas com fins de exploração sexual, apesar de existir e afetar especialmente mulheres e meninas, acaba sendo frequentemente utilizado, por conta de interesses estatais de segurança e controle de fronteiras, para reforçar medidas que visam limitar as migrações e criminalizar profissionais do sexo. Além desses "efeitos colaterais" para determinados grupos, as atuais medidas de combate ao tráfico podem ser questionadas em relação à sua eficácia, pois é visível que quanto mais barreiras são colocadas, mais as pessoas se expõem, algo que foi amplamente mencionado durante as entrevistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens e pontos de vista em relação à classificação, tratamento, críticas e alternativas sobre o tráfico de pessoas, são, no contexto brasileiro, português e em âmbito internacional, complexas e multifacetadas, conforme buscamos discutir amplamente neste trabalho, tanto através da literatura especializada quanto através das entrevistas com uma amostra de 5 representantes institucionais especialistas na temática.

Destaca-se como as ONGs com visões mais críticas (Projeto Trama/Brasil, ASTRAL/Brasil e UMAR/Portugal) parecem ter menos espaço de atuação nas agendas nacionais, embora no caso brasileiro esse enfraquecimento da sociedade civil tenha sido fruto dos retrocessos observados na agenda de direitos humanos e tráfico durante a gestão de Jair Bolsonaro. Já no caso português, a situação peculiar da organização UMAR, que, ao mudar seu posicionamento institucional - passando a atuar em defesa dos e das trabalhadores sexuais - viu seu espaço de participação se reduzir na agenda nacional, demonstra como de fato existe uma perspectiva hegemônica de enfrentamento ao tráfico fortemente atuante no âmbito europeu que é pouco receptiva à abordagens divergentes.

Sinteticamente, podemos reconhecer que o regime internacional nesta matéria apresenta diversas lacunas em sua própria base de constituição, dificultando com que o Brasil, Portugal ou os demais Estados-membros do Protocolo de Palermo consigam estabelecer políticas públicas com enfoque em direitos humanos, até mesmo porque a inclusão de propostas alternativas por parte de organizações com perspectivas críticas parece estar ainda distante da realidade.

A abertura desta agenda e um aprimoramento das perspectivas teóricas e práticas que sustentam o campo do enfrentamento ao tráfico de pessoas, com a revisão tanto de determinados conceitos adotados em âmbito internacional, quanto de sua aplicabilidade por parte dos Estados, talvez pudesse implicar em práticas que realmente fossem voltadas para o cuidado e proteção das pessoas, através da delimitação de políticas públicas mais adequadas e eficientes e a consequente garantia de direitos às populações que atualmente acabam ficando mais expostas à essa perspectiva hegemônica de combate ao tráfico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. *O Tráfico de Seres Humanos em Portugal. Relatório de Estágio* (Mestrado em Administração e Gestão Pública) – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro, 2017.

ALMEIDA, M.; SILVA, R. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: governança, perspectivas e desafios. In: MEIRINHO, A. et al (org). *Tráfico de pessoas: uma visão plural do tema*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, Conaete, 2021.

ASSIS, G. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(3): 336, setembro/dezembro de 2007.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2, p. 68-80, 2005.

BRASIL. *Lei Nº 13.344, de 6 de outubro de 2016*. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm> Acesso em: 20 de outubro de 2022.

CASTILHO, E. Tráfico de pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. *In*: BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas*. 2ª ed. Brasília: SNJ, 2008.

CLEMENTE, M. Opportunities and limitations in the counter- trafficking field: the experience of participating in Portuguese counter-trafficking networks. *Etnográfica*, v. 26 (2), jun. 2022.

DOEZEMA, J. *Sex slaves and discourse masters: the construction of trafficking*. Nova York: Zed Books, 2010.

DWORKIN, A. Prostitution and Male Supremacy. *Michigan Journal of Gender & Law***,** v. 1, 1993.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIMES (UNODC). *Global Report on Trafficking in Persons 2020, jan. /2021*. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/data-and-analysis/glotip.html>. Acesso em: 08 de junho de 2022.

_____. *Global Report on Trafficking in Persons 2022, jan./2023*. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/data-and-analysis/glotip.html>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

FELDMAN - BIANCO, B. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências. *TRAVESSIA - Revista do Migrante***,** n. 83, maio/agosto de 2018.

GOMES, M. Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a "Brasileira Imigrante" em Portugal. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 38, jan./abr. de 2018.

GÓMEZ-MERA, L. Regime complexity and global governance: The case of trafficking in persons. *European Journal Of International Relations*, setembro de 2016.

GUAZI, T. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, v. 2, p. 1-20, 2021.

KEMPADOO, K. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, v. 25, p.55-78, julho-dezembro de 2005.

_____. Revitalizando o imperialismo: campanhas contemporâneas contra o tráfico sexual e escravidão moderna. *Cadernos Pagu*, v. 47, 2016.

KUSHNIR, B. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (orgs.). *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF: Relatório Nacional - Brasil*. Brasília: CECRIA, 2002. Disponível em: <https://andi.org.br/documento/pesquisa-sobre-trafico-de-mulheres-criancas-e-adolescentes-para-fins-de-exploracao-sexual-comercial-no-brasil-pestraf/>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In*: MIRANDA, D. *et al*. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: CEBRAP, 2016.

LOWENKRON, L.; SACRAMENTO, O. Tráfico de seres humanos: usos e sentidos da categoria nos contextos português e brasileiro. *Bagoas*, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 17, p. 122-153, 2017.

MANSUR, G. Trata de personas, tráfico de migrantes y la gobernabilidad de la migración a través del crimen. *Etnográfica*, vol. 21 (3), 2017.

MINAYO, Maria *et al*. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 23ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de *et al*. *Uma solução em busca de um problema: repensando o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2022.

OLIVEIRA, A. Prostituição em Portugal: Uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue. *Bagoas*, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 17, p. 201-224, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *UN Convention against Transnational Organized Crime and the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, 2000*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/protocol-prevent-suppress-and-punish-trafficking-persons>. Acesso em: 08 de junho de 2022.

PATTO, P. O crime do tráfico de pessoas no Código Penal revisto. Análise de algumas questões. In: Susano, H. (org). *Tráfico de seres humanos: jurisdição penal e processual penal*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2021.

PÉREZ, J. Respostas ao Tráfico no Norte Global: O caso de Portugal e Espanha. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum*., Brasília, n. 48, p. 165-177, set./dez. 2016.

PISCITELLI, A. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas - novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, v. 47, 2016.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, p. 263 a 274, jul/dez. de 2008.

PORTUGAL. Lei Nº 59/2007, de 4 de setembro de 2007. Altera (vigésima terceira alteração) o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, e procede à sua republicação. Introduz ainda alterações à Lei n.º 31/2004, de 22 de Julho(adapta a legislação penal portuguesa ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional), ao Decreto-Lei n.º 19/86, de 19 de Julho (Sanções em caso de incêndios florestais), ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Julho (revê a legislação de combate à droga), à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho (Procriação medicamente assistida), à Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto (lei de combate ao terrorismo), à Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto que aprovou o Código do Trabalho e à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro (Regime Jurídico das armas e suas munições). *Diário da República [Portuguesa]*, Lisboa, Série I, nº 170/2007, p. 6181 a 6258, 2007. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/170-2007-640142> Acesso em: 25 de outubro de 2022.

_____. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021*. Barcarena, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, *CLACSO*, p. 107-130, 2005.

SANTOS, B.; GOMES, C.; DUARTE, M. Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, p. 69-94, dezembro de 2009.

SCANDOLA, E. *Fundamentos Ideopolíticos dos Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Portugal e do Brasil à Luz do Serviço Social***.** 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas; Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

SPRANDEL, M.; MANSUR, G. A temática do tráfico de pessoas no contexto brasileiro. *Rev. Inter. Mob. Hum*, Brasília, n. 35, p. 155-170, jul./dez. 2010.

YIN, R. *Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim (Métodos de Pesquisa)*. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZÚQUETE, J.; SOUZA, E.; DESLANDES, S. Concepções sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: um estudo com representantes institucionais no Brasil e em Portugal. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 32, out. de 2016.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.16946

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Situações de refúgio prolongado: uma análise sobre a (des) proteção no complexo de Dadaab

Thalita Franciely de Melo Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, PB, Brasil
E-mail: thalita.melo@servidor.uepb.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9865-5229

Nayanna Sabiá de Moura
Centro Universitário Estácio do Recife, Recife, PE, Brasil
E-mail: nayannasabia@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9584-3681

Resumo: Este artigo propõe discutir as formas de proteção dos refugiados no complexo de Dadaab, Quênia. Parte-se de uma compreensão à luz das situações de refúgio prolongado que ocorrem quando as soluções duráveis, propostas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas, falham, acarretando a permanência de solicitantes de refúgio e de refugiados em campos. O Quênia, embora seja signatário dos instrumentos internacionais e regionais que versam sobre refúgio, tem estabelecido medidas restritivas a esses grupos. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e de procedimento técnico bibliográfico. O estudo revela que as situações de refúgio prolongado, por serem um fenômeno complexo, demandam que os Estados de acolhimento busquem novas estratégias que forneçam maior segurança, qualidade de vida e meios de subsistência para os solicitantes de refúgio e refugiados que vivem nos campos de Dadaab, Quênia.

Palavras-chaves: Campos de Refugiados; Quênia; Situações de Refúgio Prolongado; Proteção.

Protracted Refugee Situations: an analysis of the (lack of) protection of the Dadaab complex

Abstract: This article proposes to discuss ways of protecting refugees in the Dadaab complex, Kenya. The protracted refugee situations occur when the durable solutions proposed by the United Nations High Commissioner for Refugees fail, resulting in asylum seekers and refugees remaining in camps. Kenya is committed to international and regional treaties that deal with refuge. Although, it has established restrictive measures against these groups. For the methodology, it is exploratory research, with a qualitative approach and uses a technical bibliographic procedure. The study reveals that protracted refugee situations, as a complex phenomenon, demand that host States seek new strategies that provide greater security, quality of life and means of subsistence for asylum seekers and refugees living in Dadaab camps, Kenya.

Keywords: Refugee Camps; Kenya; Protracted Refugee Situations; Protection.

Situaciones duraderas de refugio: un análisis de la (falta de) protección en el complejo de Dadaab

Resumen: Este artículo propone discutir formas de proteger a los refugiados en el complejo de Dadaab, Kenia. Situaciones de refugio prolongado se dan cuando fracasan las soluciones duraderas propuestas por el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados, resultando en la permanencia de solicitantes de asilo y refugiados en campamentos. Kenia, a pesar de ser firmante de tratados internacionales y regionales que tratan sobre refugio, ha establecido medidas restrictivas para estos grupos. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación exploratoria, con enfoque cualitativo y procedimiento técnico bibliográfico. El estudio revela que las situaciones de refugio prolongado son un fenómeno complejo y exigen que los Estados de acogida busquen nuevas estrategias que brinden mayor seguridad, calidad de vida y medios de subsistencia a las personas solicitantes de asilo y refugiadas que viven en los campamentos de Dadaab, Kenia.

Palabras clave: Campos de refugiados; Kenia; Situaciones de Refugio Prolongado; Protección.

Recebido em: 01/04/2024

Aceito em: 15/02/2024

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO

Desde que o Alto Comissariado das Nações Unidos (ACNUR) foi formalizado, em 1950, no escopo institucional da Organização das Nações Unidas (ONU), esforços políticos e normativos foram empreendidos e sistematizados para garantir, internacionalmente, a proteção da dignidade da pessoa que migra de maneira forçada. Por razões de natureza distintas, como conflitos étnicos e políticos, perseguições, violações de direitos humanos, entre outros, indivíduos buscam proteção em outros lugares diferentes do seu local de origem.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2011), o termo migração refere-se a um processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. No entanto, há uma distinção sintomática entre a migração voluntária, que pressupõe a livre iniciativa e a ausência de ameaça contra a vida e a migração forçada, que repercute sobre a segurança de um indivíduo submetido à grave ameaça.

A partir dessa distinção, a proteção jurídica do migrante forçado, como os refugiados, tornou-se uma preocupação no cenário internacional, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, evento que propiciou um deslocamento forçado em larga escala e em um curto período. No âmbito jurídico formal e internacional, a expressão refugiado passou a ser conformada na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, sendo posteriormente ampliada pelo Protocolo Adicional de 1967.

Nesse sentido, refugiados são definidos, conforme 1º, A, § 2º da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e ampliada pelo Protocolo Adicional de 1967, como aqueles que, temendo serem perseguidos por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas não podem ou não querem voltar ao seu país de residência habitual, por isso, buscam proteção internacional.

Os instrumentos acima mencionados precisaram ser ampliados para atender às especificidades regionais, como aconteceu na África, que, em virtude dos diversos movimentos de libertação e de independência, foi palco de intenso fluxo migratório forçado. Essa questão foi tratada no âmbito da Organização da Unidade Africana (OUA), alargando a definição clássica dos instrumentos universais, ao adotar, em 1969, a Convenção da Organização de Unidade Africana, que rege os aspectos específicos dos refugiados na África.

Diante da dificuldade de diversos Estados em lidar com esse fenômeno, acolhendo e incorporando os refugiados à sua estrutura social, as condições de incerteza desses indivíduos que cruzaram as fronteiras tornam-se latentes. O reconhecimento da condição de pessoa refugiada, que deveria ser célere e temporário, por vezes, torna-se moroso e prolongado, o que repercute na conformação de assentamentos e de campos de refugiados.

As situações de refúgio prolongado (SRP) são, de acordo com o ACNUR (2004), circunstâncias em que indivíduos se enquadram, por um longo período de tempo, enquanto refugiado, sem previsão de solução, em um estado de limbo duradouro e intratável. Suas vidas podem não estar em risco, mas os direitos básicos e as necessidades econômicas, sociais e psicológicas essenciais continuam fragilizados.

Diante da morosidade em restabelecer sua condição jurídica de acesso pleno a direitos e deveres, a vida da pessoa refugiada torna-se mais degradante. Para tanto, o ACNUR prevê soluções duradouras com o objetivo de mitigar esta situação, a saber: i) repatriação voluntária; ii) integração local, iii) reassentamento; e iv) vias complementares de admissão em terceiros países. Apesar desse planejamento institucional, essas iniciativas não são suficientes para solucionar a problemática. Nas SRP, os indivíduos são alocados em determinadas regiões, como acampamentos e assentamentos rurais, sendo condicionados a viver privados de uma vida normal, com deslocamento limitado, sem acesso a serviços ou às oportunidades de trabalho (MAZÃO, 2011).

Nesse cenário, é possível citar o campo de refugiados, localizado em Dadaab, no Quênia, conformado, em 1991, para atender temporariamente as vulnerabilidades de refugiados, principalmente vindos da Somália. Para muitos, este campo se converteu em uma SRP, já tendo sido considerado pela ONU como o maior campo de refugiados do mundo (ACNUR, 2012). Isso se justifica pela excessiva permanência dos indivíduos que não conseguiram ser reintegrados à sociedade, quanto pela quantidade de abrigados que atingiu, em 2020, mais de 218 mil solicitantes de refúgio (ACNUR, 2020).

Trata-se do maior complexo de refugiados, administrado pelo ACNUR, desde o ano de sua criação. Diante dessas considerações, esse artigo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Como ocorrem as SRP no complexo de refugiados em Dadaab?

Quanto à metodologia, essa pesquisa constitui-se como de natureza básica, já que, apesar de não prever uma interferência direta na realidade factual, proporciona reflexões e descobertas úteis para o desenvolvimento científico; e de caráter exploratório, pois visa obter respostas às questões que promovam o debate e ampliem o conhecimento sobre o objeto de estudo em questão (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Vale salientar que há escassez de pesquisas que analisam as SRP em cenários de fragilidade econômica e social. Assim, estudos exploratórios, ainda que apontem considerações preliminares, tornam-se relevantes para o desenvolvimento científico. Conforme Gil (2002, p. 41), a familiarização com um caso, explorando suas nuances e características de um objeto de estudo poderá auxiliar na formulação de estudos explicativos e inferenciais posteriores. Enquanto etapa basilar, promove a catalogação, organização, sumarização e classificação de informações, que podem ser utilizadas posteriormente por estudos de caráter explicativo.

Diante da singularidade e da atualidade do caso de Dadaab, esta pesquisa explora e coleta informação, a partir do uso de fontes primárias, utilizando prioritariamente os dados da principal agência internacional de proteção dos refugiados, o ACNUR. Ademais, os tratados internacionais, que são fontes do Direito Internacional Público, são analisados para compreender as possibilidades e os limites jurídicos dos atores para enfrentar a SRP. De modo complementar, a bibliografia especializada sobre refúgio subsidiou o debate sobre o caso de Dadaab.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se o método bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa do problema com o intuito de entender a dinâmica das relações sociais a partir de uma interpretação da realidade a fim de dar significado aos fatos observados. A partir dessa escolha, apontar as deficiências na aplicabilidade dos instrumentos de proteção de refugiados no campo da Dadaab, refletindo sobre a dimensão prática das SRP, pode contribuir com estudos posteriores sobre deslocamento forçado no continente africano.

Para tanto, este artigo divide-se da seguinte forma: inicialmente, são explanadas as questões relacionadas aos refugiados nas relações internacionais a fim de compreender a evolução das tratativas para a criação de um *status* jurídico internacional; em seguida, são discutidos os instrumentos internacionais vigentes, que foram ampliados para atender às características do continente africano, com destaque para a Convenção da Organização de Unidade Africana que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África, de 1969; por fim, são analisadas as dinâmicas que envolvem as SRP, com a finalidade de entender a ausência de proteção no campo de Dadaab, no Quênia.

1 O REFÚGIO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As migrações internacionais se constituem como um fenômeno importante devido ao impacto econômico, social e político que acarreta para os países de destino e de origem. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2011), são movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente em outro país.

O cruzamento de fronteiras em direção a outros Estados pode ocorrer de forma voluntária ou forçada. No primeiro, não há um elemento coercitivo que faz com que o indivíduo seja obrigado a sair do seu país de origem. A decisão é tomada por razões de conveniência pessoal por aqueles que buscam melhores condições sociais e materiais (SILVA, 2014). Já no segundo, o indivíduo deixa forçadamente seu local de origem, quando existem ameaças à vida ou à sobrevivência (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010).

No caso das migrações forçadas, é possível citar os refugiados - objeto de análise desta seção. Inicialmente, vale mencionar que apesar de o instituto jurídico do refúgio só ter sido

reconhecido na década de 1950, esse movimento transfronteiriço não é recente. Entre os séculos XVI e XVII, a exploração portuguesa e espanhola escravizou homens, mulheres e crianças vindas do continente africano. Nesse período, estima-se que mais de 12 milhões de indivíduos foram retirados da África. Desse número, cerca de 10 milhões desembarcaram nas Américas em diferentes regiões de domínio dos portugueses e espanhóis (ELTIS; RICHARDSON, 2010).

Outros fluxos migratórios de grandes proporções ocorreram no século XX, com a dissolução dos antigos impérios da Europa Oriental e da região dos Balcãs. Além disso, a Primeira Guerra Mundial impulsionou a formação de novos Estados, fazendo com que mais pessoas procurassem segurança devido às perseguições religiosas, étnicas e políticas (ANDRADE, 2006). É possível mencionar também os conflitos entre a Rússia, Alemanha e a antiga Áustria-Hungria, em meados de 1921, que acarretaram o deslocamento forçado de mais de um milhão de refugiados (HOBSBAWN, 1995).

Nesse período, a Liga das Nações (LDN) designou o Dr. Fridtjof Nansen como Alto Comissário para Refugiados Russos, ficando sob sua tutela a criação de um estatuto jurídico dos refugiados que protegesse aqueles que se deslocaram por conta da Revolução Russa. Em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Nansen auxiliou aproximadamente 60.000 refugiados a encontrarem um trabalho e a se tornarem residentes legais em outros países (ACNUR, 2000).

Na década de 1930, diversos refugiados da Alemanha nazista tiveram também que buscar proteção em outros países. Por esse motivo, James McDonald foi designado como Alto Comissário Independente para os Refugiados (judeus e outros) pela LDN. Entre 1933 e 1935, trabalhou para a reinstalação de refugiados judeus, não arianos e opositores do regime nazista, além dos 80.000 refugiados abrigados no território palestino (ANDRADE, 2006).

Por ineficácia da LDN, foi criado o Comitê Intergovernamental para os Refugiados, em 1938, com influência direta dos Estados Unidos a fim de propiciar assistência aos refugiados oriundos da Segunda Guerra Mundial (WATANABE, 2017). Estima-se que mais de 40 milhões de pessoas migraram forçadamente na Europa em decorrência dessa guerra. Além disso, cerca de 13 milhões de alemães étnicos ou Volksdeutsche foram expulsos da União Soviética, Polônia e outros países da Europa Oriental (ACNUR, 2000).

Com o objetivo de assistir e de repatriar os refugiados, foi criada, em 1944, a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR). Com exceção da União Soviética, que não permitia a atuação dela em seu território, a ANUAR prestou assistência em todos os países aliados (ANDRADE, 2006). Como tinha caráter temporário, foi substituída, em 1947, pela Organização Internacional dos Refugiados (OIR), que desempenhou a função de proteção jurídica e política aos refugiados. Entre julho de 1947 e janeiro de 1952, a OIR reassentou em outros países mais de um milhão de pessoas deslocadas e repatriou setenta e três mil refugiados (SILVA, 2014).

Nesse período, os Estados passaram a buscar formas de propiciar um *status* legal aos refugiados. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, a Assembleia Geral decidiu criar uma organização humanitária e apolítica, subsidiada ao seu poder, que trataria dos refugiados. Portanto, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado mediante Resolução 319 (IV) de dezembro de 1949. Contudo, somente no ano de 1950, o mandato central do ACNUR foi estabelecido e anexado à Resolução 428 (V) da Assembleia Geral.

Com a finalidade de propiciar um *status* jurídico aos refugiados, a Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução 429 (V) de 1950, decidiu convocar uma Conferência de Plenipotenciários para concluir a elaboração e a assinatura da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951). Em princípio, a Convenção de 1951 foi assinada por 12 países (Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, Holanda, Iugoslávia, Liechtenstein, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça) e entrou em vigor em 22 de abril de 1954 (ACNUR, 2000).

A Convenção de 1951 definiu, conforme 1º, A, § 2º, refugiado como aquele:

> que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Importa mencionar que a Convenção de 1951 apresentava uma reserva temporária e geográfica clara com relação às demandas e à proteção dos refugiados, uma vez que se limitava aos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, bem como ao cenário europeu. Com o intuito de retirar essas reservas, foi elaborado o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, que foi submetido à Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução 2198 (XXI) de 1966, entrando em vigor no ano seguinte. Conforme o disposto no Artigo 1º do Protocolo Adicional de 1967, §2, o termo refugiado:

> [...] significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras "em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e [...] "e as palavras "[...] como consequência de tais acontecimentos" não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro.

A Convenção de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967 são os únicos instrumentos internacionais existentes de caráter global que propiciam a proteção aos refugiados. Entretanto,

a realidade africana demandou que estes documentos fossem ampliados, a fim de atender às especificidades regionais do deslocamento forçado na região.

2 A PROTEÇÃO REGIONAL DE REFUGIADOS NA ÁFRICA

O contexto pós Segunda Guerra Mundial evidenciou o desgaste dos países europeus, que buscavam se reconstruir economicamente após os conflitos. Isso levou ao enfraquecimento do domínio europeu no continente africano e ao fortalecimento de movimentos de independência no início da década de 1960. Vale ressaltar que a divisão territorial na região, definida pelos países europeus, não levava em consideração questões étnicas, culturais e relações econômicas.

Como exemplo, é possível citar os movimentos de libertação na Angola contra o domínio português, iniciados em 1961 e que perduraram até 1975, com a independência do país (SILVA, 2018). Com a vitória nas eleições da Frente Nacional de Libertação de Angola, o ACNUR esperava que cerca de 1,5 milhão de refugiados retornassem ao país até abril de 1976 (POWELL, 2018). Já na Argélia, os conflitos em prol da libertação nacional contra os colonizadores franceses tiveram início na década de 1940 e terminaram somente em 1962, com a declaração de independência do país. Estimativas sugerem que 250 mil refugiados argelinos retornaram ao seu país. Foi a primeira operação de repatriamento de que o ACNUR, de fato, participou, ampliando sua interação com a África (ACNUR, 2000).

A herança da interferência europeia nas ex-colônias africanas, somada aos conflitos civis, ao medo e à insegurança, gerou fugas em massa de indivíduos em direção a outros países. A estimativa de refugiados na África, em 1964, era de 400 mil, evoluindo para 750 mil, em 1967, e atingindo a marca de 4 milhões no início da década de 1980 (HOFMANN, 1992).

Diante desse cenário, ficou evidente que a Convenção de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967 eram insuficientes para atender a realidade do contexto africano. Os Estados recém independentes entendiam que, em virtude das peculiaridades da situação da África e a necessidade de emancipação das potências europeias, um instrumento de âmbito regional se fazia necessário para proteger os refugiados (SHARPE, 2013).

O problema dos refugiados africanos foi debatido no seio da Organização da Unidade Africana (OUA, atual União Africana), em 1964, quando o Conselho de Ministros formou uma comissão de representantes de 10 Estados membros, que posteriormente foi denominada de Comissão dos Dez. Reunida em Adis Abeba em 1964, essa Comissão elaborou um relatório recomendando que essa OUA redigisse uma convenção especial sobre o *status* dos refugiados africanos (DAVIES, 2008).

CC BY NC SA

Foram criados alguns órgãos para atuar na organização e na pacificação do sistema de refúgio na África, sendo eles: Comissão dos Dez (*Commission of Ten*), encarregada de estudar o problema dos refugiados, bem como recomendar, por meio de resoluções, medidas de proteção; *Coordinating Committee on Assistance to Refugees Returnees and Internally Displaced Persons*, responsável por promover políticas para a proteção e a assistência aos refugiados, repatriados e deslocados internos; e o *Bureau of Refugees*, inicialmente denominado de *Bureau for Placement and Education* (BPEAR), incumbido de harmonizar as relações entre os Estados membros, acompanhando e assistindo os refugiados em sua volta para casa de forma segura (SHARPE, 2013).

A Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África foi adotada na Sexta Sessão Ordinária ocorrida em Adis Abeba, no dia 10 de setembro de 1969. Entrou em vigor em 20 de junho de 1974, após um terço dos Estados membros terem ratificado. Atualmente, 47 dos 55 Estados membros da OUA já aderiram ao documento, o que demonstra o alargamento da preocupação regional com a temática. Essa normativa não pretendeu suplantar a Convenção de 1951, mas preencher uma lacuna visível deixada pelas limitações temporais e geográficas presentes à época.

Das disposições trazidas na Convenção da OUA de 1969, destaca-se a ampliação do conceito de refúgio, ao reconhecer que esse direito não depende exclusivamente da comprovação da existência do fundado temor de perseguição, a exemplo de casos de guerras civis. Sobre isso cabe salientar que, por se tratar de conceito subjetivo - temor -, a determinação da condição de refugiado fundamentar-se-á, especialmente, não em um julgamento da situação objetiva do país de origem do solicitante, mas na avaliação das declarações por ele prestadas. Em relação ao fundado, "não basta averiguar apenas o estado de espírito do solicitante para que seja reconhecida a condição de refugiado, mas se esse estado de espírito encontra fundamento em uma situação objetiva" (ACNUR, 2018b, p. 12).

Nesse sentido, o fundado temor de perseguição possui um elemento tanto subjetivo quanto objetivo. Com base nas condições prevalecentes no país de origem para determinar o reconhecimento da condição de refugiado, como disposto no Art. 1º, n. 2:

> O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.

Um dos princípios fundamentais da Convenção de 1951, que também é trazido pela Convenção da OUA de 1969, é a garantia do *non-refoulement* (não devolução) como requi-

sito absoluto e incondicional, conforme consta no Art. 2º, n. 3. Além deste, uma inovação da Convenção da OUA de 1969 é a formalização, pela primeira vez, de três conceitos importantes do direito dos refugiados: i) o compartilhamento de responsabilidades (*burden sharing*), ii) a proteção temporária e iii) o repatriamento voluntário (SHARPE, 2012). Em relação ao primeiro, encontra-se presente no Art. 2º, n. 4, dando o direito ao país de refúgio em apelar diretamente aos Estados membros, como por intermédio da OUA, para que medidas adequadas sejam tomadas para aliviar o fardo do Estado acolhedor ao conceder o direito de refúgio. Esse auxílio inclui suporte financeiro, político e o restabelecimento regional (SHARPE, 2012).

No que se refere ao segundo, o Art. 2º, n. 5 ressalta que não há um limite de tempo para o refúgio, mas existe um entendimento por parte dos países de que esse tipo de proteção deve ser transitório. Nesses casos, o objetivo principal é o futuro retorno seguro para o país de origem. A proteção temporária, portanto, é implementada como uma resposta adequada, inclusive em situações de crise humanitária. São respostas multilaterais sob a forma de acordos de cooperação que possibilitam a partilha de encargos e a proteção das populações e dos indivíduos afetados (RUTINWA, 2002).

No que diz respeito ao terceiro, o Art. 2 n. 6 menciona o respeito ao refugiado e a sua sensação de segurança. Por isso, não se permite que o Estado de destino o obrigue a voltar para o seu país de origem quando sua segurança estiver ameaçada, garantindo a adoção de medidas adequadas para o regresso seguro dos refugiados que solicitarem o seu repatriamento.

A realidade marcada por conflitos internos, problemas econômicos e sociais ainda é uma questão que se perpetua até os dias atuais. A população africana, como apresentado nas tabelas abaixo, continua a se deslocar forçadamente de maneira massiva em busca de segurança. Isso demonstra a importância dos instrumentos internacionais e regionais vigentes, assim como do ACNUR e da União Africana (antiga OUA) no acompanhamento, assistência e auxílio dessas pessoas.

Tabela 1 - África Central e Grandes Lagos em 2022

Países	Refugiados	Solicitantes de Refúgio
Burundi	84.636	3.950
Camarões	473.887	9.247
República Centro-Africana	11.213	470
Congo	41.557	18.356
República Democrática do Congo	520.544	2.147
Tanzânia	206.229	28.745

Fonte: ACNUR, 2023a.

Tabela 2 - Chifre da África em 2022

Países	Refugiados	Solicitantes de Refúgio
Chade	592.764	4.953
Djibouti	20.383	9.174
Eritreia	119	0
Etiópia	879.598	2.214
Quênia	504.473	69.011
Somália	16.023	18.578
Sudão do Sul	308.369	2.137
Sudão	1.097.128	31.380
Uganda	1.463.523	32.166

Fonte: ACNUR, 2023a.

Tabela 3 - África Austral em 2022

Países	Refugiados	Solicitantes de Refúgio
África do Sul	66.596	84.316
Angola	25.514	30.268
Botsuana	733	97
Malawi	35.162	21.263
Moçambique	4.992	25.919
Zâmbia	61.159	2.774
Zimbábue	10.475	11.670

Fonte: ACNUR, 2023a.

Tabela 4 - África Ocidental em 2022

Países	Refugiados	Solicitantes de Refúgio
Burkina Faso	34.375	551
Costa do Marfim	5.636	176
Gana	8.531	2.517
Guiné	2.199	53
Libéria	620	821
Mali	60.637	880
Níger	255.307	46.705
Nigéria	91.275	1.623
Senegal	11.802	260

Fonte: ACNUR, 2023a.

A problemática do deslocamento forçado na África é agravada pelas SRP, que ocorrem em uma variedade de ambientes, incluindo acampamentos, assentamentos rurais, centros urbanos e regiões mais pobres. Isso representa um vácuo humanitário e um limbo jurídico que dificulta a garantia dos direitos e de soluções adequadas às populações esquecidas.

3 SITUAÇÃO DE REFÚGIO PROLONGADO

As SRP se caracterizam pelo estado duradouro de grupos de mais de 25 mil refugiados que estão alocados em campos por mais de cinco anos e que não tenham previsão de retorno para seus países de origem (ACNUR, 2004). Mesmo que não haja risco de vida, essas pessoas continuam sendo privadas de um nível satisfatório de direitos básicos, sociais, econômicos e psicológicos dentro da condição de refúgio.

Nesse cenário, existem também grupos menores que se encontram nessas situações, assim como a presença de refugiados vivendo há muito tempo em áreas urbanas de forma restrita, sem documentos e com limitado acesso a direitos básicos (MAZÃO, 2011). A expressão SPR foi citada, pela primeira vez, em 2004, pelo Comitê Permanente do ACNUR[1] com o intuito de buscar formas de cooperação entre os Estados para dirimir este problema. No entanto, é importante ressaltar que os instrumentos internacionais vigentes não contemplam as SRP (ANDRADE, 2018).

A marginalização dos campos de refugiados é um reflexo da falta de medidas para a resolução dos conflitos nos países de origem, gerando, desta forma, uma situação difícil para os próprios refugiados e para os países que os acolhem. Ademais, muitos países de destino não têm condições de suportar por tempo indeterminado a estada de um grande grupo dentro do seu território.

Nas SRP, os refugiados vivem em lugares isolados, de difícil locomoção e são proibidos de se integrarem à sociedade local, o que os priva de acesso a emprego, educação, saúde, liberdade e a um sistema de justiça. Além do mais, violência, abuso, exploração sexual, aumento e perpetuação da pobreza são algumas das consequências das SRP (MILNER; LOESCHER, 2006).

A solução duradoura - tanto para os refugiados quanto para os Estados envolvidos - é a repatriação voluntária ao país de origem, isto é, o retorno seguro a partir do momento em que se verifica o encerramento do fator que desencadeou o deslocamento forçado (MAZÃO, 2011). Por outro lado, na integração local ocorre a inserção do indivíduo à comunidade local, permitindo que se torne um cidadão daquele país, ao mesmo tempo em que exige um es-

1 O Comitê Permanente do ACNUR é responsável por analisar as questões temáticas da agenda, atividades e os programas do ACNUR nas diferentes regiões, tomando decisões a respeito de tudo.

força maior por parte do país de acolhimento para propiciar os serviços básicos necessários (ACNUR, 2018a).

Por fim, o reassentamento possibilita que os refugiados sejam realocados para um terceiro país que irá lhe conceder refúgio. Isso ocorre por temor de perseguição ou situação de violência generalizada no país de origem, bem como por problemas de segurança, integração local ou falta de proteção legal e física no país de acolhimento (ACNUR, 2018). É uma opção que só deve ser considerada em última instância, quando a repatriação voluntária e a integração local não são soluções possíveis. De acordo com o ACNUR (2023b), 14.300 refugiados foram reassentados em 2022, quase o dobro do ano anterior, que foi de 7.500.

Vários fatores contribuem para ampliar esse problema na África, tais como: os conflitos armados na região; a falta de atenção por parte do ACNUR e dos Estados em aplicar as soluções duradouras; e os casos residuais, que dizem respeito às pessoas que decidem ficar no país de acolhimento mesmo que a estabilidade no seu país de origem tenha sido restaurada. Isso se deve ao fato de os conflitos nos países de origem estarem cada vez mais extensos e de difícil resolução. O tempo médio de permanência nesse estado de limbo é de 20 anos – tempo acima da média, que era de nove anos no início dos anos 1990 (MILNER; LOESCHER, 2006).

No que tange às características mais comuns das SRP, destacam-se: a localização geográfica, visto que os refugiados, geralmente, se encontram em lugares periféricos, próximos às fronteiras, sem segurança, com um clima severo e não são prioridades por parte dos governos e dos atores envolvidos; a estrutura demográfica, marcada por pessoas com necessidades especiais, como crianças, adolescentes, mulheres e idosos; a atenção internacional, especialmente do ACNUR, em situações de fugas em grande escala dos países de origem; e a privação de direitos e de recursos dos programas de assistência e proteção (CRISP, 2003).

Desse modo, quando todas as soluções duradouras previstas pelo ACNUR falham, ocorrem as SRP. Segundo o ACNUR (2023a), no final de 2022, cerca de 23,3 milhões de refugiados e outras pessoas necessitadas de proteção internacional estavam em SRP, o que representou 7,1 milhões a mais do que no ano anterior. Algumas conjunturas são relativamente recentes, a exemplo dos venezuelanos na Colômbia e em outros países da região das Américas. Outros, como os refugiados somalis no Quênia, têm estado em deslocamento prolongado durante décadas.

A assistência humanitária não é suficiente para resolver as SRP, como acontece nos campos de refugiados, que os confinam, impedindo-os de buscar autossuficiência e de contribuir para a economia local. Em consequência, os países têm aceitado cada vez menos refugiados, inclusive no Quênia, onde se encontra o complexo de Dadaab. Gerações inteiras têm se formado nesse limbo e são o reflexo da gravidade das SRP.

4 COMPLEXO DE DADAAB

O Quênia está localizado na África Oriental e faz fronteiras com Somália, Etiópia, Sudão, Uganda e Tanzânia. Por estar localizado em uma região marcada por conflitos entre países vizinhos, muitos indivíduos buscam proteção no território queniano. Segundo dados do ACNUR (2023a), em 2022, os refugiados no Quênia são originários das seguintes nacionalidades: Somália (279.925), Sudão do Sul (153.289), República Democrática do Congo (33.005), Etiópia (21.620) e Burundi (8.159).

O Quênia ratificou a Convenção de 1951, em 16 de maio de 1966, e o Protocolo Adicional de 1967, em 13 de novembro de 1981, sendo formalmente comprometido com o regime internacional de proteção aos refugiados. Em âmbito regional, também, ratificou a Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África da OUA, de 1969, em 04 de fevereiro de 1993. Em decorrência do comprometimento internacional e regional, o país promulgou, em 2006, a Lei dos Refugiados, com regulamentos destinados à recepção, ao registro e à adjudicação dos refugiados no país.

Essa lei permitiu o reconhecimento de duas categorias de refugiados, conforme o Art. 3º, n. 1 e 2: os estatutários, que são indivíduos que, por temor bem fundamentado de perseguição por razões de raça, sexo, nacionalidade, religião, pertencimento a um grupo social ou por alguma opinião política específica, precisam de refúgio; e *prima facie*, condição que contempla os indivíduos que são obrigados a deixar seu local de residência habitual por agressão externa, ocupação, domínio estrangeiro ou eventos que perturbem a ordem pública em seu país de origem.

O Quênia fez importantes alterações à Lei de Refugiados, em março de 2014, determinando que o solicitante de refúgio ou o membro de sua família que estivesse aguardando o processamento do *status* deveria permanecer no campo designado até o final do processo. Além do mais, não poderia deixar o seu acampamento sem a autorização de um oficial do campo de refugiados. Essa medida foi motivada pelo aumento do número de refugiados, registrado em 2011. Muitos migrantes forçados estavam vivendo nas áreas urbanas, aguardando a repatriação (GOITAN, 2016).

Outras alterações relevantes à Lei de Refugiados ocorreram em dezembro de 2014, com a Lei de Alterações de Segurança nº 19, que objetivou tornar permanente a política de acampamento no país, buscando reduzir drasticamente o número de refugiados e solicitantes de refúgio por meio do repatriamento forçado. As contestações à legalidade dessa lei se sustentam pela inconstitucionalidade do ato, além da ofensa à própria legislação do país e ao princípio do non-refoulement (GOITOM, 2016).

O Quênia possui, desde 1991, um complexo de refugiados em Dadaab, que foi composto inicialmente por três campos: Ifo, Dagahaley e Hagadera. Os dois primeiros estão localizados

no distrito de Lagdera, enquanto o último está localizado no distrito vizinho de Fafi. O primeiro campo – Ifo – foi estabelecido ainda em 1991, quando refugiados da Somália fugiram para o Quênia em busca de proteção (ACNUR, 2019).

Sobre isso, importa salientar que em meados de 1986, Muhammad Siad Barre, presidente da Somália entre os anos de 1969 e 1991, coordenou uma série de ataques a clãs que eram contrários ao seu governo. Em 1991, quando foi deposto do poder, esse país iniciou um conflito civil na tentativa de reintegrar Siad Barre à presidência. Esta crise política resultou no deslocamento forçado de vários somalis em direção ao Quênia, acarretando a criação do primeiro campo de refugiados no país.

Segundo dados do *Research Directorate, Immigration and Refugee Board* do Canadá (1992), em 8 de janeiro de 1991, aproximadamente 1.500 pessoas perderam a vida e milhares foram feridas em meio aos combates, que destruíram prédios e deixaram a população sem água, alimentos e eletricidade na Somália. Além disso, entre outubro de 1991 e janeiro de 1992, cerca de 75.000 refugiados chegaram ao Quênia como resultado das fugas em massa.

O segundo campo do complexo de refugiados de Dadaab, Dagahaley, foi criado em 1992. Foi nesse campo que ocorreu o primeiro retorno voluntário assistido pelo ACNUR, em 2014, quando 91 indivíduos somalis voltaram ao seu país de origem. Além disso, por 14 anos, a população no campo de Dagahaley tinha cerca de 30.000 habitantes, caracterizando um cenário preocupante pelo número elevado de refugiados em SRP (ACNUR, 2019).

O terceiro campo do complexo de refugiados de Dadaab, Hagadera, foi fundado em 1992. A maioria dos refugiados e dos solicitantes que chegaram nesse campo abrigaram-se com parentes. Entretanto, cerca de 2.000 famílias foram realocadas nos anos de 2011, 2012 e 2014, com o objetivo de descongestionar Hagadera (ACNUR, 2015a).

Sob a administração do ACNUR, as instalações desse campo recebem pessoas de diferentes nacionalidades. Embora tenha passado por outras intervenções, esse complexo é considerado o maior campo de refugiados do mundo desde sua implementação. Segundo o Médico Sem Fronteiras (2023), Ifo, Dagahaley e Hagadera abrigam, atualmente, mais de 245 mil refugiados registrados. Além destes, há estimativas de mais de 124 mil refugiados não registrados nos campos, incluindo 67 mil que chegaram no ano de 2022.

Novos campos em Dadaab foram estabelecidos a partir de 2011: Ifo 2 Leste, Ifo 2 Oeste e Kambioos. Criado com o objetivo de descongestionar os campos já existentes, o Ifo 2 foi inaugurado em julho de 2011 e se divide em dois subcampos - Ifo 2 Leste e o Ifo 2 Oeste. Kambioos, por sua vez, foi aberto em agosto de 2011, sendo o campo mais novo de Dadaab, mas foi oficialmente reconhecido pelo governo queniano somente em janeiro de 2013. Em 21 de junho de 2019, os antigos campos de refugiados Kambioos e Ifo 2 foram oficialmente entregues aos governos nacionais.

Segundo dados do ACNUR (2022), aproximadamente 233 mil pessoas compunham a população total de Dadaab, sendo 56% da população formada por crianças. Destas últimas, 66.788 estão matriculadas na escola da Agência da ONU para Refugiados. Ainda que existam projetos e ações voltadas à garantia de direitos para a população refugiada, as condições de medo e de insegurança ainda permanecem. Muitas das pessoas que buscam refúgio instalam-se por razões de diferentes naturezas e passam a viver em SRP.

Com a instabilidade constante nos países de origem, como no caso da Somália, o número de refugiados tem crescido cada vez mais e a preferência comumente é a de permanecer no refúgio (CRISP, 2003). Esse fato não significa que as condições dentro do campo sejam favoráveis, pois diversos são os desafios de quem tem como única alternativa viável permanecer nessa conjuntura.

A assistência humanitária é a principal fonte de alimento no complexo, porém não atende todas as famílias e o acesso aos meios de subsistência é limitado. Contudo, uma em cada três famílias consegue montar uma pequena empresa e uma em cada quatro consegue realizar, ocasionalmente, trabalhos manuais, que geram um fluxo de renda mínimo (REACH INITIATIVE, 2018).

O complexo de refugiados nos campos de Dadaab carece de materiais de higiene pessoal, lençóis, mosquiteiros e equipamentos de armazenamento de água. Ademais, metade dos domicílios dispõem apenas de acesso a um ponto de água (ACNUR, 2019). Essa realidade evidencia a importância de se criar estratégias adequadas que garantam as necessidades dos refugiados, a fim de melhorar a qualidade de vida durante o período de permanência no complexo.

Os abrigos temporários em Ifo - o mais antigo dos campos de refugiados em Dadaab - estão sempre propensos às enchentes devido à ausência de manutenção. Existem abrigos que não passaram por nenhuma mudança infra-estrutural desde a sua instalação, em 1991. Há uma queixa comum a respeito da baixa qualidade dos abrigos por não oferecerem proteção suficiente contra a chuva. Além disso, muitos refugiados não possuem latrinas (um banheiro ou uma instalação ainda mais simples dentro de um sistema de saneamento nos abrigos), sendo forçados a utilizar a área de mata ao redor dos campos (ACNUR, 2019).

No que se refere à insegurança nos campos – outro fator carente de ações mais efetivas–, os refugiados enfrentam casos de violência em diferentes escalas, incluindo sequestros, estupros, roubos e assassinatos, interferindo, inclusive, na efetividade das ações de outras organizações, como o ACNUR e o Médico Sem Fronteiras (REACH INITIATIVE, 2018).

Os desafios enfrentados pelos refugiados em SPR, assim como seus efeitos, são preocupantes e se expandem para fora dos campos, afetando países, organizações não governamentais e instituições internacionais. É mais do que necessário uma ação coletiva para que o

Quênia receba fundos que possam cobrir as necessidades trazidas pelas SRP, de modo a aumentar as oportunidades dentro do campo, assim como a integração com a população local, explorando soluções duráveis para que os refugiados possam garantir sua autossuficiência.

CONCLUSÕES

Este artigo teve como propósito discutir as formas de proteção dos refugiados no complexo de Dadaab, Quênia. Inicialmente, buscou-se compreender as diferentes categorias de migrantes forçados, com destaque para o refugiado. Apesar de a história apresentar deslocamentos forçados em diferentes momentos, foi somente com a ocorrência das duas Grandes Guerras que um *status* jurídico para os refugiados foi formulado, com o intuito de garantir a proteção no cenário internacional.

Nesse sentido, foram apresentados os principais instrumentos internacionais de proteção dos refugiados: a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967. Com a finalidade de atender às características regionais da África, no âmbito da Organização da Unidade Africana, foi estabelecida a Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África de 1969. Essa Convenção tornou-se um dos principais instrumentos regionais de proteção aos refugiados, expandindo o conceito de refúgio por meio de critérios mais abrangentes, dando novo significado a direitos já expressos desde a Convenção de 1951.

Por outro lado, apesar de existirem instrumentos internacionais e regionais que objetivam a proteção e a garantia de direitos aos refugiados, as SRP acentuam a vulnerabilidade dessas pessoas nos Estados de acolhimento. Isso ocorre devido às falhas no cumprimento das soluções duráveis previstas pelo ACNUR. Embora ocorram SRP ao redor do mundo, os países africanos apresentam as maiores concentrações, em virtude de problemas estruturais de caráter social e econômico, além da instabilidade política, que resulta em conflitos internos em alguns países dessa região, repercutindo no aumento do número de solicitações de refúgio.

Enquanto relato de caso, essa pesquisa destacou as SRP no Quênia. Mesmo sendo adepto de diversos instrumentos internacionais, regionais e nacionais de proteção aos refugiados, o país tem enrijecido suas normas em virtude do aumento do número de refugiados que entraram em seu território. O Quênia adotou medidas que limitam a concessão do *status* de refugiado, por meio da transferência de refugiados dos centros urbanos para o complexo de Dadaab e por repatriamento forçado para o país de origem.

As SRP são marcantes no complexo de refugiados de Dadaab, no Quênia, fato que só agrava a vulnerabilidade das pessoas que ali vivem. Com escassez de recursos e de oportunidades de trabalho, os refugiados sobrevivem com o auxílio das organizações que distribuem

CC BY NC SA

alimento, pouco ou nenhum material para a construção de abrigos ou para armazenamento de água. Esse cenário acarreta insegurança humana nos campos, tornando-os propícios a abusos e violência, especialmente para os grupos mais socialmente vulneráveis: mulheres, crianças e idosos.

As SRP representam um desafio no cenário internacional, visto que evidenciam o hiato de proteção e de assistência humanitária. Diante dessa problemática, a presente pesquisa teve a finalidade de subsidiar discussões e pesquisas futuras acerca das SRP no contexto africano.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.** 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Re-fugiados.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo 2000. Cinquenta anos de ação humanitária.** Nova Iorque: Oxford University Press Inc., 2000.

ACNUR. **Protracted Refugee Situations.** 2004. Disponível em: https://www.unhcr.org/excom/standcom/40c982172/protracted-refugee-situations.html. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

ACNUR. **Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, completa 20 anos**. 2012. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2012/02/21/dadaab-o-maior-campo-de-refugiados-do-mundo-completa-20-anos/. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

ACNUR. **Hagadera Camp Profile, Dadaab Refugees Camp, Kenya.** 2015a. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/HagaderaCampProfile_DadaabKenya-August2015.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

ACNUR. **Ifo 2 Camp Profile.** 2015b. Disponível em: https://data2.unhcr.org/en/documents/details/32023. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília: ACNUR, 2018a.

ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**. Brasília: ACNUR, 2018b.

ACNUR. **Dadaab, Kenya.** 2019. Disponível em: https://www.unhcr.org/ke/wp-content/uploads/sites/2/2019/12/NOVEMBER-2019-Dadaab-Monthly-Operational-Updates.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

ACNUR. **Sub Office Dadaab, Kenya.** 2022. Disponível em: https://www.unhcr.org/ke/wp-content/uploads/sites/2/2022/08/Dadaab-062022.jpg. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

ACNUR. **Refugee Data Finder.** 2023a. Disponível em: https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=1o0iXu. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

ACNUR. **Global Trends Forced Displacement in 2022.** Genebra: ACNUR, 2023b.

ACNUR. **Soluções Duradouras**. 2023c. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/construir-futuros-melhores/solucoes-duradouras/. Acesso em 09 setembro de 2023.

ACNUR. **Dadaab Refugee Complex**. s.d. Disponível em: https://www.unhcr.org/ke/dadaab-refugee-complex. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

ANDRADE, J. H. F. **A Política de Proteção a Refugiados da Organização das Nações Unidas – Sua Gênese no Período Pós-guerra (1946-1952).** Tese de doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANDRADE, R. S. **A Situação de Refúgio Prolongado (SRP) de Eritreus na Etiópia como Expressão da Vida Nua.** Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

COSTA, O. B. R. Cultura Hebraica e Sua Influência Na História Da Legislação Ocidental. **Monções Revista de História da UFMS/CPCX,** v. 1, n. 1, p. 123-147, 2014.

CRISP, J. **No Solution in Sight: the Problem of Protracted Refugee Situations in Africa.** 2003. Disponível em: http://escholarship.org/uc/item/89d8r34q. Acesso em 12 de fevereiro de 2023.

DAVIES, S. E.Redundant or Essential? How Politics Shaped the Outcome of the 1967 Protocol. **International Journal of Refugee Law**, v. 19, n. 4, p. 703-728, 2008.

ELTIS, D.; RICHARDSON, D. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOITOM, H. Refugee Law and Policy: Kenya. 2016. Disponível em: https://www.loc.gov/law/help/refugee-law/kenya.php#_ftn62. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

HOFMANN, R. Refugee Law in the African Context. **Journal of International Law,** v. 22, n. 1, p. 318-333, 1992.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUBILUT, L. J.; APOLINARIO, S. M. O. S. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. **Revista Direito GV,** v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010.

MAZÃO, I. O. **Situações de Refúgio Prolongado e Estados Falidos.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LOESCHER, G.; MILNER, J. **Protracted refugee situations: the search for practical solutions.** Nova Iorque: Oxford University Press Inc, 2006.

MÉDICO SEM FRONTEIRAS. **Complexo de refugiados de Dadaab, no Quênia, enfrenta risco de catástrofe de saúde.** 2023. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/complexo-de-refugiados-de-dadaab-no-quenia-enfrenta-risco-de-catastrofe-de-saude. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

OIM. **Organização Internacional para as Migrações.** Glossário sobre Migração. Genebra: OIM, 2009.

ONU. **The Refugee Convention, 1951.** 1951. Disponível em: https://www.unhcr.org/4ca-34be29.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

ONU. **Protocol Relating to the Status of Refugees.** 1967. Disponível em: https://www.refworld.org/docid/3ae6b3ae4.html. Acesso em 12 de fevereiro de 2023.

OUA. **Convenção da OUA que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África.** 1969. Disponível em: https://www.unhcr.org/about-us/background/45dc1a682/oau-convention-governing-specific-aspects-refugee-problems-africa-adopted.html. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

POWELL, N. K. **The UNHCR and Angolan liberation: 1974-1975.** Genebra: ACNUR, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. F. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas**

da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REACH INITIATIVE. **Kenya: Half of the assessed households report insufficient access to food at Dadaab refugee complex**. 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/report/kenya/kenya-half-assessed-households-report-insufficient-access-food-dadaab-refugee-complex. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

RUTINWA, B. **Prima Facie Status and Refugee Protection**. 2002. Disponível em: https://www.unhcr.org/3db9636c4.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

SHARPE, M. The 1969 African Refugee Convention: Innovations, Misconceptions and Omissions. **McGill Law Journal,** v. 58, n. 1, p. 95-147, 2012.

SHARPE, M. **The 1969 OAU Refugee Convention and the Protection of People fleeing Armed Conflict and Other Situations of Violence in the Context of Individual Refugee Status Determination.** Genebra: ACNUR, 2013.

SILVA, A. C. D. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI Em Revista,** v.4, n. 5, p. 1-15, 2018.

SILVA, T. F. M. **Cooperação para a integração dos refugiados Colombianos no Chile: o caso dos chilombianos.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

WATANABE, F. H. M. **Questões Históricas Acerca do Refúgio e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados como Instrumento Internacional de Concretização de Direitos Diante dos Desafios Atuais.** 2017. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/2730/Artigo%20RIC%20set.2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.15989

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

A Al Jazeera como instrumento de projeção internacional do Catar: uma análise da cobertura da Guerra da Síria

Denise De Rocchi
NUPRIMA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: derocchi@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8222-1960

Resumo: a transição política ocorrida em 1995 no Catar representou uma reorientação em sua política externa, em busca de maior projeção internacional. Uma das medidas adotadas para atingir este fim foi a criação da Al Jazeera, emissora direcionada ao público de outros países, transmitindo em árabe e inglês. Este artigo discute a relação entre a cobertura da emissora e a política externa do país que a financia, a partir de reportagens sobre a Guerra da Síria, embasando-se na leitura de Gramsci proposta por Robert Cox, que considera ideias e valores como elemento de poder, assim como capacidades materiais. O método de análise textual é misto, com elementos da Análise de Discurso e da Análise de Conteúdo. O corpus analisado (notícias publicadas pela Al Jazeera em inglês) mostra uma prevalência de fontes alinhadas ao posicionamento do Catar sobre a guerra e expressão de valores que embasam a ordem mundial, como direitos humanos e o papel de liderança dos EUA. A emissora de TV defende a visão política da monarquia catari, de inserir-se na ordem vigente mais do que questioná-la, ainda que seus representantes não sejam atores presentes nas notícias.

Palavras-chave: Catar; Al Jazeera; Guerra da Síria

Al Jazeera as an instrument of Qatar's international projection: an analysis of its coverage of the Syrian War

Abstract: After a political transition in 1995, Qatar reoriented its foreign policy aiming to improve its international projection. One of the measures adopted to achieve this goal was the creation of Al Jazeera, a TV network broadcasting in Arabic (and years later in English) focused on foreign audiences. Based on reports on the Syrian war, this paper discusses the relationship between the broadcaster's coverage and Qatar's foreign policy, its sponsor State. The theoretical approach is the reading of Gramsci proposed by Robert Cox, who considers ideas and values as an element of power as long as material capabilities. The corpus analyzed (news published by Al Jazeera in English) through a mixed method based on Discourse Analysis and Content Analysis shows a prevalence of sources aligned with Qatar's position on war and the expression of consensual values in the liberal world order, such as human rights and the US leadership role. Al Jazeera defends the political vision of the Qatari monarchy, of inserting itself into the current order rather than questioning it, even though its representatives are not actors portrayed in the news.

Key-words: Qatar, Al Jazeera, Syrian War

Al Jazeera como instrumento de proyección internacional de Qatar: un análisis de la cobertura de la guerra de Siria

Resumen: La transición política ocurrida en 1995 en Qatar representó un cambio en su política exterior, en busca de una mayor proyección internacional. Entre las medidas adoptadas para lograr este fin estuvo la creación de Al Jazeera, una emisora dirigida a audiencias de otros países esque transmite en árabe e inglés. Este artículo analiza la relación entre la cobertura de la emisora y la política exterior del país que la financia, a partir de reportajes sobre la Guerra de Siria, a partir de la lectura de Gramsci propuesta por Robert Cox, quien considera las ideas y los valores como elementos de poder, así como capacidades materiales. El método de análisis textual es mixto, con elementos de Análisis del Discurso y Análisis de Contenido. El corpus analizado (noticias publicadas por Al Jazeera en inglés) presenta un predominio de fuentes alineadas con la posición de Qatar sobre la guerra y la expresión de valores que subyacen al orden mundial, como los derechos humanos y el papel de liderazgo de Estados Unidos. La cadena de televisión defiende la visión política de la monarquía qatarí de insertarse en el orden actual en lugar de cuestionarlo, aunque sus representantes no sean actores presentes en las noticias.

Palavras-clave: Qatar, Al Jazeera, Guerra de Siria

Recebido em: 22/05/2022
Aceito em: 29/01/2024

CC BY NC SA

1 INTRODUÇÃO

Como parte de seus projetos de política externa, alguns governos têm desenvolvido iniciativas no campo da comunicação, investindo em rádios, redes de TV ou portais de notícias na internet, direcionados à população de outros países[1]. Trata-se de um tipo de ação que busca difundir posicionamentos políticos e conquistar a opinião pública estrangeira, sendo interpretados por alguns como ação de diplomacia pública e pelos detratores, como de propaganda.

Um destes veículos é a Al Jazeera, criada em 1995 pelo governo catari para projetar o país internacionalmente: a emissora conquistou o público árabe com debates que até então não existiam no jornalismo da região (Zayani, 2005; Touzani, 2010). Ganhou projeção no mercado global a partir da cobertura do 11 de setembro e da guerra do Afeganistão, bem como pela oferta do serviço em língua inglesa, a partir de 2006 (Seib, 2008; Reyaz, 2013). Em diversos momentos, o teor de algumas coberturas gerou restrições à operação da rede em vários países. O exemplo mais recente foi o pedido de fechamento da emissora constar entre as exigências para levantar o bloqueio contra o Catar (apresentado por países vizinhos, liderados pela Arábia Saudita, em 2017).

As tentativas de contenção por outros governos são indicativas de que há percepção de um papel político da cobertura realizada pela Al Jazeera. As razões de sua criação e manutenção dentro de um projeto de política externa podem ser compreendidas a partir da obra de Robert Cox, que considera capacidades materiais, instituições e ideias como elementos constituintes do poder (Cox; Sinclair, 1996).

Para discutir o uso da emissora como uma ferramenta da política externa do Catar, este artigo propõe analisar, com um método misto baseado na Análise de Discurso e Análise de Conteúdo, parte da cobertura sobre a Guerra da Síria, conflito no qual essa monarquia do Golfo Árabe tomou partido de um dos lados beligerantes. Este recorte, parte de uma pesquisa mais ampla, é composto por reportagens publicadas na versão em inglês do site da Al Jazeera (www.aljazeera.com) em três períodos distintos de uma semana, cujo critério de seleção é detalhado na seção metodológica deste artigo. A partir deste corpus, acompanhou-se a narrativa sobre a guerra, os aspectos ideológicos.

Antes, no entanto, apresentaremos na seção dois uma breve revisão da literatura sobre Comunicação nas Relações Internacionais e sobre a aplicação da Teoria Crítica, na qual este artigo se alicerça, para pensar sobre esta relação. Tal aporte teórico reconhece os aspectos ideológicos como elemento de poder e nos permite refletir sobre a criação da rede de TV Al Jaze-

1 Como outros exemplos deste tipo de iniciativa podemos citar a Telesur (da Venezuela, transmitindo em espanhol), o RT/Sputnik News (da Federação Russa, transmitindo diversos idiomas) e a Rádio Martí (dos Estados Unidos, transmitindo em espanhol, focada no público cubano).

era em seu momento histórico, sendo resultado das condições políticas e econômicas do Catar de então, inclusive suas relações exteriores. A seção três traz elementos para compreensão da mudança interna no Catar, com uma nova política externa e projeto de projeção internacional, no qual se insere a rede de televisão.

A seguir, na seção quatro, apresentamos uma breve revisão sobre a guerra na Síria, com ênfase nos posicionamentos do Catar diante do conflito, e sobre a cobertura jornalística deste acontecimento. Esta seção e a que lhe antecede são essenciais para o desenvolvimento da sessão quatro, dedicada à análise das notícias.

2 IDEIAS, CONSENSO E PODER

A Diplomacia Pública é definida por Snow (2009, p. 6) como conjunto de "esforços para informar, influenciar e engajar aqueles públicos em apoio a objetivos nacionais e políticas externas". O *broadcasting*, ou seja, a transmissão de notícias, como faz a Al Jazeera, é uma das ações direcionadas ao público de outros países que pode ser enquadrada desta forma. Melissen (2005), Leonard (2002) e Robinson (2005) mencionam diferentes exemplos de como a prática recebe atenção de governos em períodos de conflito, na tentativa de conquistar simpatia e apoio a suas posições políticas no exterior. O termo diplomacia pública foi criado para distanciar a prática do estigma negativo que o termo propaganda adquiriu, embora a linha que separa um e o outro seja bastante tênue (Cull; Culbert; Welch, 2003).

A comunicação realizada por empresas privadas e seu possível impacto na opinião pública, incluindo a estrangeira, também é tema de estudos, entre os quais destacamos os de Eytan Gilboa (2001, 2005), que considera as grandes emissoras de televisão como atores internacionais. Tendo como foco as coberturas da CNN (Cable News Network), pioneira da TV a cabo dedicada às notícias 24h por dia, Gilboa constatou que em alguns conflitos o jornalismo influenciou uma mudança de posição dos governos envolvidos, embora este não seja um padrão que se repita em todas as situações. Na revisão de seus estudos, ele e outros pesquisadores (Gilboa *et al.*, 2016) levantaram algumas limitações das pesquisas, como o foco em veículos de comunicação ocidentais, e recomendaram atenção ao impacto que a internet e as redes sociais estavam provocando no consumo de notícias. Philip Seib desenvolveu argumentação semelhante, o "Al Jazeera Effect", que ele define como "uso de novos meios de comunicação como ferramentas em todos os aspectos dos assuntos globais"[2] (Seib, 2008, p. x).

2 "use of new media as tools in every aspect of global affairs" no original. Tradução nossa.

Do ponto de vista teórico, predominam análises sobre comunicação nas Relações Internacionais embasadas no Soft Power, conceito desenvolvido por Joseph Nye. Porém, neste artigo as reflexões se apoiam numa abordagem distinta, que retoma aspectos da obra de Antonio Gramsci sobre hegemonia. Nye se inspirou nos escritos do marxista italiano, mas ao tentar separar coerção e cooptação, criou uma versão neutra da teoria, na qual o papel do consenso na manutenção do poder hegemônico não recebe a devida atenção (Hayden, 2011).

A proposta de Robert Cox (1993) retoma os conceitos de Gramsci, propondo sua aplicação nas Relações Internacionais dentro dos pressupostos da Teoria Crítica, considerando aspectos históricos e possibilidades de mudança. Em sua releitura da obra do pensador italiano, Cox destaca que para ser um poder hegemônico é preciso tornar ideias e valores consensuais, não bastando o domínio econômico e militar: o domínio de instituições econômicas e sociais é caminho para construção do consenso. O consenso é, segundo Craig Murphy (1998), o elemento que dá amparo à força, pois a posição hegemônica é legitimada por outros atores.

Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci questiona se "é ainda possível no mundo moderno a hegemonia cultural de uma nação sobre outras?"(Gramsci, 1977, p. 1618). Cox elabora esta questão indicando que a hegemonia pode ser de uma ordem mundial, alicerçada em "valores e entendimentos sobre a natureza da ordem" e obtida quando "formas de fazer e pensar" são aceitas como o padrão (Cox; Sinclair, 1996). A ordem vigente é a liberal, que tem entre seus valores fundamentais os direitos humanos, o livre-comércio, a democracia e a aceitação da liderança norte-americana (Ikenberry, 2011). Também é citado como um valor desta ordem a obrigação de intervir em tragédias humanitárias (Duncombe; Dunne, 2018).

A partir da Teoria Crítica e mais especificamente das obras de Cox e Gramsci, podemos analisar os investimentos feitos por governos em veículos de comunicação como uma tentativa de exercer o poder no campo das ideias. A mídia, classificada como instituição por Gramsci, representa visões de mundo e ideologias, que só podem ser entendidas levando em conta sua origem. Em outras palavras, a origem, a propriedade e o financiamento dos meios de comunicação são parte das condições de produção que precisam ser consideradas ao analisar um discurso.

Os conceitos teóricos apresentados nos auxiliam a discutir porque a rede de notícias, que se apresenta sob os slogans "Reshaping Global Media" e "A Real Global Network"[3] (Al Jazeera, 2019), passou a ser combatida por autoridades de outros países, sobretudo em sua região de origem. Nosso argumento é que esta ação de governos, de apresentar sua versão de acontecimentos internacionais, pode ser (ou ser percebida como) uma tentativa de modificar as relações de poder existentes, desafiando o consenso em torno de temas de seu interesse. Ainda que Estados pequenos, como o Catar, não tenham todas as condições de atingirem uma

3 "Remodelando a mídia global" e "uma verdadeira rede global"

condição hegemônica, podem buscar melhorar sua posição dentro da ordem internacional. Nossa pesquisa indica que esta monarquia tem buscado tal inserção sem romper com a ordem vigente. A emissora de televisão é uma ferramenta para projetar uma imagem positiva e obter apoio junto à opinião pública estrangeira para posicionamentos defendidos pela política externa catari, valendo-se de alguns valores consensuais que dão suporte a esta ordem mundial, como os direitos humanos.

3 O CATAR E A CRIAÇÃO DA AL JAZEERA

Com apenas 11,6 km² e uma população que não chega a 3 milhões de habitantes, o Catar conseguiu em algumas décadas tornar-se um dos países de maior PIB per capita do mundo. Desde 1971, quando deixou de ser protetorado britânico, esta monarquia do Golfo Árabe é governada pela família Al Thani.

O principal momento de mudança ocorreu em 1995, quando Hamad bin Khalifa Al Thani depôs o pai e assumiu o governo. Em sua gestão, diversas políticas passaram por modificações: houve impulso na produção de gás, com busca de novos contratos, e algumas mudanças na política doméstica, como uma nova constituição e participação de mulheres em eleições municipais (El-Nawawy; Iskandar, 2004).

Talvez a mudança mais significativa tenha sido a reorientação da política externa, diante da constatação de que o país estava em posição frágil ao depender de países vizinhos maiores, em especial a Arabia Saudita, para garantir a própria segurança. Temendo sofrer uma invasão como a do Kuwait, em 1990, o Catar buscou diversificar suas parcerias e aumentar sua projeção internacional (Abu Sulaib, 2017). Diversas ações foram adotadas para atingir tal objetivo, como a realização de grandes eventos esportivos, parcerias no campo acadêmico e da pesquisa e o maior engajamento nos conflitos regionais como mediador, financiador e até interventor (Mansour, 2016; Al-Horr; Tok; Gagoshidze, 2019). O projeto do emir Hamad bin Khalifa Al Thani é coerente com demandas de modernização apresentadas por famílias da elite catari alguns anos antes e que não foram atendidas por seu pai (Bahry, 2001; Başkan, 2016).

Um novo consenso se formou em âmbito doméstico e o exercício do poder pela família Al Thani não sofreu maiores pressões internas[4]. Em 2013, Hamad bin Khalifa Al Thani passou o poder a um de seus filhos, Tamim Bin Hamad Al Thani, que tem seguido uma linha semelhante à do pai. A política externa catari, executada por alguns poucos membros da família real, tem entre suas prioridades a mediação de conflitos e a assistência humanitária (Görgülü, 2018;

4 O fato do país ser pequeno e ter uma população mais homogênea e com boas condições financeiras, o deixou menos suscetível a crises como as enfrentadas pelos países vizinhos. David Roberts (apud Abu Sulaib) relaciona a boa situação econômica vivenciada à baixa propensão da elite de se contrapor a este governo.

Government Communications Office, 2020) e se assenta na diversificação de ações e de atores internacionais com os quais interage (Al Horr *et al.*, 2016).

Entre as ações para projetar internacionalmente o Catar também está a criação da Al Jazeera, com transmissões em árabe desde 1995. Através dela, o emir buscava projetar a imagem do Catar como um país moderno (Bahry, 2001). O investimento milionário permitiu a entrada em um mercado até então dominado pelos sauditas e a conquista da audiência na região, ao oferecer programas com debates sobre temas locais, aos quais o público não estava acostumado (Touzani, 2010; Yaghi, 2017). Philip Seib (2008) interpreta que a emissora se tornou influente porque o público árabe viu suas frustrações e esperanças refletidas na programação e confiou na veracidade de seu conteúdo.

Para Aziz Douai (2016), o Catar utilizou a cobertura jornalística como uma forma de poder, para influenciar a política regional. A Al Jazeera sofreu acusações de possuir um viés político em diferentes ocasiões, sendo a cobertura da transição política no Egito a partir de 2011 um dos mais relevantes. A cobertura dos protestos na praça Tahir e da eleição de um integrante da Irmandade Muçulmana na primeira disputa presidencial no país em décadas resultou na prisão dos jornalistas da rede catari e restrições à atuação da empresa após a deposição do presidente eleito Mohamed Morsi. Em pesquisa na qual compara coberturas da Al Jazeera, CNN, BBC (British Broadcasting Company) e RT (Russia Today), Alex Robertson (2013) constatou que a emissora catari dedicou 20% do tempo de transmissão para cobrir a Primavera Árabe, televisionando a revolução egípcia de modo que o espectador sentisse estar na praça Tahir. Para Kabalan (2019), o Catar dominou o discurso sobre a revolução regional com apoio de principal veículo de comunicação.

Em 2017, o governo catari sofreu um bloqueio imposto por seus parceiros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Bahrein, além do Egito. A lista de 13 exigências para levantar o bloqueio incluía o fechamento da Al Jazeera, sob alegação de que através dela o governo catari atacava a política dos vizinhos e promovia os protestos da Primavera Árabe. Além disso, era acusado pelos autores do bloqueio de fomentar grupos considerados terroristas, como a Irmandade Muçulmana, que alguns anos antes havia sido proscrita novamente pelo regime egípcio (Zafirov, 2017; Vohra, 2020; Kabbani, 2021).

Acusações de apoio a grupos extremistas, de antiamericanismo ou de antissemitismo também surgiram no meio político norte-americano, principalmente quando a cobertura dos desdobramentos do 11 de setembro e das guerras do Afeganistão e Iraque colocou a rede catari sob os holofotes (Lynch, 2005; Zayani, 2005; Reyaz, 2013). Karim Pourhamzavi e Philip Pherguson (2015) relatam as críticas de abordagem seletiva por parte da Al Jazeera ao cobrir acontecimentos na região: quanto à guerra na Síria, a análise feita pelos autores das notícias da Al Jazeera em árabe menciona a escolha de entrevistados para apoiar uma determinada linha de argumentação e acusações de que o governo sírio seria responsável pelo terrorismo

no país. Ainda segundo eles, a cobertura da Al Jazeera sobre a conjuntura no Egito e sobre a guerra na Síria acompanhou a mudança na política externa catari, que por sua vez refletiu anseios da elite catari em relação à política regional.

Desde 2006, a emissora mantém sua versão em inglês, cuja implementação permitiu chegar aos não falantes de árabe. A cobertura nos dois idiomas não é igual: a relação entre o noticiário e a política externa catari é menos clara na Al Jazeera English (Wright; Scott; Bunce, 2020). Ainda assim, a Al Jazeera sentiu pressão política ao tentar ingressar no mercado jornalístico norte-americano, com interferências que fizeram a gigante de mídia Comcast repensar a negociação para incluir a Al Jazeera entre os canais de uma das maiores redes de TV a Cabo dos EUA (Samuel-Azran; Hayat, 2017). Em 2017, a TV catari também foi pressionada por parlamentares norte-americanos a se declarar um agente estrangeiro, conforme previsto no *Foreign Agent Registration Act* (FARA), legislação criada em 1938, no início da II Guerra Mundial, para conter propaganda estrangeira.

4 CATAR E OUTROS ATORES NA GUERRA DA SÍRIA

Em 2011, movimentos pedindo mudanças políticas foram registrados em diversos países do Oriente Médio que eram governados há décadas por uma mesma figura ou grupo político. Foi o caso da Síria, onde a família Bashar Al Assad estava no poder desde os anos 1960, com Hafez Al Assad, sucedido no início dos anos 2000 por seu filho Bashar. Esta sucessão foi acompanhada da implementação de uma política econômica neoliberal, com privatizações que alteraram a "rede de proteção social e a divisão de poder entre comunidades" organizada durante o regime de Hafez Al Assad. Isto afetou principalmente os estratos mais desfavorecidos da comunidade sunita (Mahmoud; Rosiny, 2018, p. 5).

Aspectos econômicos e o complexo arranjo social, no qual o grupo alauíta é mais próximo do círculo do poder, embora seja minoritário, devem ser considerados para compreender o conflito. Foi justamente nas comunidades de maioria sunita, grupo que representa 70% da população, que os protestos iniciaram em 2011. Porém, uma parte dos sunitas manteve seu apoio ao governo (Akhtar; Nageen, 2019; Mazur, 2019). Até abril de 2011, os protestos eram considerados pacíficos, mas o exército passou a cercar os manifestantes e estes a reagir à repressão. Nos meses seguintes, havia grupos armados para proteger os opositores contra a repressão de agentes do regime e houve uma escalada de violência até o final do ano, com muitos soldados desertando das Forças Armadas Sírias (Mazur, 2019; Bramsen, 2020).

Em meados de 2011, o tenente-coronel Hussein Harmough formou o Free Officers Movement e o coronel Riyadh Al-Assad, o Free Syrian Army (FSA). A pesquisadora Isabel Bramsen (2020) computa a deserção como um possível fator para a militarização do conflito político,

assim como a disponibilidade de armas por outras fontes[5] e o fato da violência não ser algo novo para esta população. Além disso, o desejo de vingança e o medo de ser vítima das milícias pró-governo, a Shabiha, também foram apontados por sírios como razões para adotarem a luta armada para tentar derrubar o governo. Por outro lado, Ibrahim Zabad (2019) pondera que, apesar das deserções, boa parte do exército permaneceu fiel ao regime, o que impediu a imaginada rápida derrocada de Assad.

A possibilidade de uma Síria não governada por Assad agradava governos de outros países, como Estados Unidos, Arábia Saudita e Turquia, além do Catar. Em um dos primeiros comunicados feitos sobre o conflito, em 22 de abril de 2011, o governo Barack Obama afirmava que o povo sírio desejava liberdade e que "o presidente Assad e as autoridades sírias têm repetidamente rejeitado seus pedidos e escolhido o caminho da repressão"(The White House, 2011). Fatores geopolíticos explicam o envolvimento russo, que desde o início vetou resoluções que previam algum tipo de intervenção no território sírio. Além de preservar sua base naval em Tartous, a Federação Russa também desejava conter a influência ocidental e evitar uma intervenção aos moldes da adotada na Líbia, em que a OTAN foi autorizada a intervir militarmente (Karasik et al., 2018; Martini, 2020).

Emile Hokayem (2014) salienta os reflexos na Guerra da Síria da rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã, que disputam a liderança regional. Quando a onda de protestos na Síria iniciou em 2011, os estados do Golfo imaginavam ser possível aproximar-se do regime Assad, oferecendo apoio político e recursos, e assim gradualmente distanciá-lo do Irã, o que não ocorreu. Aktar e Nageen (2019) complementam que a manutenção do status quo na Síria era do interesse do Irã, sendo um dos motivos para isso o fato de Bashar Al Assad suprir o Hezbollah e deste combater outra ameaça surgida em meio ao conflito: o Estado Islâmico.

O Catar acreditava que um novo governo sírio poderia lhe trazer ganhos políticos e foi o maior financiador dos opositores entre 2011 e 2013. Também forneceu suporte a grupos ligados à Irmandade Muçulmana, organização que a Arábia Saudita considera terrorista. Nos anos seguintes, mudou a política de financiamento devido à pressão internacional e aos efeitos na relação com a vizinha Arábia Saudita, mas cidadãos catari (assim como cidadãos sauditas) seguiram apoiando financeiramente os rebeldes (Baylouny; Mullins, 2018; Akhtar; Nageen, 2019).

As expectativas, principalmente ocidentais, sobre uma oposição considerada moderada ser capaz de derrubar o governo, não se concretizaram. Os grupos com maior apoio internacional no início do conflito eram a Coalisão Nacional Síria (SNC – Syrian National Coalition),

5 A autora menciona o contrabando e o hábito de possuir armas nas zonas rurais como elementos que facilitaram a adesão à oposição armada

formada no final de 2012, e o Exército Livre da Síria (FSA – Free Syrian Army). A oposição de caráter mais secular e moderado, na visão ocidental, foi perdendo espaço para grupos que apoiavam a formação de um governo de inspiração islâmica na Síria (Cockburn, 2015; Zabad, 2019).

Para Hokayem (2014), a divergência entre Catar e Arábia Saudita sobre quais grupos deveriam ser fortalecidos foi um fator que prejudicou a organização dos opositores[6]. Seja por este ou outros motivos, ela mostrou-se muito heterogênea e fragmentada, o que afetou também a tentativa de mediação de Kofi Annan, enviado especial da Liga Árabe e da ONU para a Síria, em 2012. Não foi possível obter um acordo pois os opositores acreditavam ser capazes de depor o presidente e este, contando com apoio russo, também confiava de que venceria o confronto. O sucessor de Annan, Lakdar Brahimi, percebeu esta fragilidade e adotou outra estratégia: buscar um consenso entre a Rússia e os Estados Unidos (Zartman; Hinnebusch, 2016). Para Pinar Apkinar (2016), as tentativas anteriores de mediação, por países e organizações da região, foram prejudicadas pelo fato de mediadores - Catar, Arábia Saudita e Turquia – terem interesses na questão.

Novos problemas foram sendo adicionados à equação síria ao longo dos anos: o uso de armas químicas, a partir de 2013, e a ascensão do Estado Islâmico, a partir de 2014. A proclamação de um califado em áreas do Iraque e da Síria alicerçou o grupo à condição de grande ameaça à segurança. Bashar Al Assad aproveitou a conjuntura para apresentar-se como um mal menor em comparação ao terrorismo. Foi sob alegação de combater o ISIS que a Rússia iniciou ataques aéreos dentro do território sírio em 2015, argumentação que não foi aceita por países que apoiavam os opositores, incluindo potências como Estados Unidos e Reino Unido (Grafov, 2019; Martini, 2019).

Embora tivessem um objetivo comum, derrotar o ISIS, Estados Unidos e Rússia não conseguiram formular um plano militar conjunto (Karasik. *et al.*, 2018). Dimitri Grafov (2019), salienta que a ação na Síria teve ganhos políticos para a Rússia, que conseguiu reafirmar sua relevância no sistema internacional ao garantir a permanência de um aliado no poder. Quanto às monarquias do Golfo, a única que se manteve envolvida politicamente com este conflito depois de 2017 foi a do Catar, e as avaliações apontam um saldo negativo, com perdas para a imagem do país, deterioração das relações com Assad e insucesso em levar a oposição ao poder (Phillips, 2017; Görgülü, 2018).

Cobrir a guerra na Síria foi uma tarefa perigosa para os correspondentes estrangeiros e jornalistas locais, com 139 profissionais mortos em 10 anos de confronto (CPJ, 2022). As restrições ao trabalho jornalístico, incluindo a suspensão de vistos de jornalistas estrangeiros (Sala-

6 Emile Hokayem salienta que grupos salafistas cuja liderança tinha algum vínculo com a Al Qaeda receberam recursos de pessoas físicas, mas pouco do governo saudita.

ma, 2012), fizeram veículos de comunicação e agências de notícias recorrerem ao "jornalismo cidadão" – em que a obtenção de informações é feita por pessoas comuns e não profissionais – para abastecer seus noticiários (Al-Ghazzi, 2014). A Al Jazeera utilizou em grande quantidade material vindo de ativistas para realizar sua cobertura sobre a Síria (Barkho, 2021) e Salama (2012) destaca um caso em que o trabalho junto à Al Jazeera foi considerado crime de traição pelo governo sírio, com a condenação do ativista à morte, além de situações em que jornalistas da emissora foram presos e deportados.

Estudos acadêmicos sobre a cobertura realizada pela Al Jazeera na Síria apontam similaridades com o noticiário produzido pela mídia norte-americana e europeia. Satti (2015) encontrou um enquadramento bastante semelhante nas notícias sobre o Estado Islâmico veiculadas pela Al Jazeera e pela BBC. Jurkowitz, Mitchell e Matsa (2013) identificaram nas notícias da emissora catari a defesa de que os EUA deveriam se envolver na guerra, mesmo argumento encontrado na cobertura realizada por CNN, MSNBC (News Broadcasting Company, em fusão com a Microsoft) e Fox News. Outro achado significativo deste estudo é que a Al Jazeera utilizou mais do que essas emissoras norte-americanas fontes ligadas ao governo dos EUA em suas reportagens.

Em sua análise sobre cobertura deste conflito, Babel Hajjar (2016) posicionou a Al Jazeera no grupo de veículos de comunicação que denominou de "fluxo dominante", junto com grandes empresas da mídia ocidental, que abordaram a guerra sob "certa moral Ocidental, representada pelo liberalismo e Direitos Humanos" (Hajjar, 2016, p. 153). Este autor aponta que a emissora catari tratou com ceticismo as explicações apresentadas pelo governo sírio em diversas ocasiões, assim como faziam jornais e TVs do norte global.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O corpus analisado foi retirado da versão em inglês do site da Al Jazeera, com auxílio de um site que arquiva páginas da internet, o *Wayback Machine*. Desta forma, foi possível recuperar quase integralmente as reportagens sobre Guerra da Síria publicadas nas três semanas selecionadas. O primeiro período escolhido é a semana de 12 a 18 de junho de 2012, quando representantes da ONU se manifestaram pela primeira vez sobre o caso ser uma guerra civil. O segundo, de 28 de setembro a 4 de outubro de 2015, abarcando a semana em que ocorreu a abertura da 70ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, e na qual a Rússia deu início a bombardeios aéreos em território sírio. O último período é de 4 a 10 de abril de 2017, semana em que houve um ataque químico, com uma ação de retaliação contra a Síria por parte dos Estados Unidos.

A análise considerou os elementos textuais (manchete e texto) e também imagens, quando reportagem em vídeo ou fotografias complementaram o texto. Estes elementos, analisados

em conjunto, podem revelar outros sentidos aos enunciados. As declarações de entrevistados transcritas nos textos ou apresentadas em vídeos também são consideradas elemento a analisar, pois o trabalho de edição e escolha do que destacar ou suprimir também pode evidenciar posicionamentos e preferências. Os textos de opinião não foram incluídos na amostra.

O corpus, disponível em anexo ao fim deste artigo, foi catalogado usando as iniciais AJ, seguidas de número referente ao dia de publicação (1º dia, AJ1; 2º dia, AJ2...). Havendo mais de uma reportagem publicada no mesmo dia, a numeração foi complementada com uma letra (AJ1b, AJ1c...). Para diferenciar os três períodos analisados, os textos referentes a 2015 e 2017 foram catalogados da mesma forma, porém precedidos do número 5 ou 7 para indicar o ano (AJ1, 5AJ3, 7AJ2b...).

O software Nvivo foi usado como ferramenta de apoio à análise, para organizar o material e facilitar a localização de termos e expressões. No entanto, o trabalho de identificação das sequências discursivas foi predominantemente manual, a partir de repetidas leituras dos textos. Esta escolha permite uma melhor compreensão do contexto e das construções linguísticas escolhidas na cobertura jornalística.

Adotou-se um método misto, combinando a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, proposta por Michael Pechêux, com a Análise de Conteúdo. Em busca de um método próprio para pensar as Ciências Humanas, ele imaginou uma forma de escuta social, baseada na História, na Linguística e na Psicanálise. Compreende, portanto, a língua como não transparente e o discurso como algo permeado pela ideologia. Os aspectos ideológicos são revelados nos atos falhos, nas repetições (excessos) e nas ausências (falta) no discurso analisado, que não é uma construção individual, mas expressão de já-ditos: ideias em circulação antes da criação de um enunciado (Laggazi, 2015; Orlandi, 2011). Já a Análise de Conteúdo nos permite organizar o material em categorias, que são estabelecidas a partir da leitura preliminar da amostra. Com esta sistematização, foi possível quantificar alguns dos aspectos observados, mesmo se tratando de pesquisa de cunho qualitativo.

6 A COBERTURA DO CONFLITO

As escolhas linguísticas para expressar uma mesma ideia também sãorelevantes. Diante disso, trazemos primeiramente as nuvens de palavras do corpus referente a cada período analisado, para demonstrar graficamente a evolução da cobertura:

Figura 1 - nuvem de palavras junho de 2012



Fonte: dados da pesquisa

Figura 2 - nuvem de palavras setembro de 2015



Fonte: dados da pesquisa

Figura 3 - nuvem de palavras abril de 2017



Fonte: dados da pesquisa

Pelos gráficos, se observa como a temática modificou em cada fase. No primeiro momento, "Syria" e "sirian" estão entre as palavras mais frequentes, mas na parte do corpus referente à 2015, os termos "Russia/russian", "Putin" e "Obama" também circundam o termo "Syria", assim como "ISIL", uma das siglas pelas quais o Estado Islâmico é identificado. No corpus referente à 2017, o foco concentra-se em palavras relativas à denúncia de ataque com armas químicas, mas as palavras "Trump" e "Assad" também foram bastante frequentes.

O corpus referente à 2015 foi aquele em que o nome "Assad" mais se destacou, embora o presidente sírio não tenha sido ouvido como fonte das reportagens, neste e nos outros dois períodos analisados. O termo é usado para nomear seu governo, mas suas falas não são transcritas como as de outros líderes internacionais: ele não é tratado como parte legítima a se manifestar sobre o que ocorre no próprio país.

As dificuldades de uma cobertura em região de conflito e mais especificamente as restrições impostas à Al Jazeera, percebida como pró-oposição pelo governo sírio, explicam apenas em parte esta ausência. Diversas fontes de oposição, creditadas geralmente como "ativistas" e muitas vezes sem terem seu nome revelado, foram bastante frequentes nas matérias jornalís-

ticas analisadas: elas afirmam, acusam, relatam... são parte da ação e recebem mais destaque que o governo. As passagens nas quais se atribuía atos de violência a ambos os lados, observadas nos primeiros textos, ficaram mais escassas ao longo da cobertura, evidenciando um viés mais alinhado com a política externa catari.

Estas escolhas editoriais, desde a seleção das fontes até a construção dos enunciados no texto, estão permeadas por posicionamentos ideológicos. No corpus analisado, a Al Jazeera, originária da região do Golfo, deu voz muito mais vezes a políticos de países no norte global, sobretudo norte-americanos, e a seus porta-vozes do que a lideranças políticas regionais, como a aliada Turquia e a Arábia Saudita.

Nas páginas seguintes, selecionamos algumas sequências discursivas que merecem atenção para compreender como a Al Jazeera retratou a Guerra da Síria. Alguns posicionamentos ficam evidentes em maior ou menor grau nos três períodos analisados:

1. Intensificação do conflito

Na primeira parte do corpus, a busca por uma saída para o conflito e as tentativas de explicá-lo ou defini-lo estavam entre os temas mais recorrentes na cobertura jornalística. A Al Jazeera tratou a guerra como algo que estava se intensificando e a missão de paz proposta pela ONU e Liga Árabe, como algo fracassando, como se observa nestes trechos:

Quadro 1 – Sequências sobre intensificação do conflito

matéria	tradução do enunciado
AJ1b	A violência na Síria aumentou nas últimas semanas, quando ambos os lados ignoraram um plano de paz elaborado pelo enviado da Liga Árabe da ONU, Kofi Annan.
AJ3	O conflito na Síria certamente parece estar ficando mais brutal – e não apenas em um lado", alertou o diplomata
AJ5	O governo manteve uma ofensiva feroz em áreas rebeldes no país na sexta-feira em uma das mais sérias escaladas na violência desde que Annan intermediou a trégua (...) Tropas sírias estão varrendo vilarejos e cidades nas províncias do norte, centro, sul e litoral da Síria nesta semana.
AJ6	A suspensão de sábado sinaliza um grande revés para o plano de Annan, já que o conflito que começou em março de 2011 com protestos pacíficos desafiando o regime se aproxima de uma guerra civil total.

Fonte: textos da Al Jazeera que compõem o corpus da pesquisa

A emissora catari usa enunciados como "a violência na Síria aumentou", "intenso bombardeio"[7], "uma grande escalada do confronto militar" e "tropas sírias tem varrido vilarejos". Na reportagem do dia 16 de junho de 2012, a Al Jazeera noticia que "a única parte funcional do plano internacional de paz"[8], a missão de observação, estava "saindo dos trilhos" e que os comentários de uma das fontes ouvidas eram o "claro sinal" de que o plano implementado por Kofi Annan "está se desintegrando"[9].

O veículo de comunicação catari tratou da classificação do conflito sírio como guerra civil principalmente a partir de declarações de um representante da ONU, em 12 de junho, noticiadas com bastante ênfase pela mídia na época. Segundo a manchete da Al Jazeera, a fonte (o representante da ONU, Herve Ladsous) afirma que o país está em guerra civil, mas isto não se sustenta no texto de forma tão categórica: nas linhas seguintes, a declaração desta mesma fonte é "Yes, I think we can say that" (sim, eu acho que podemos dizer isso), em resposta a questionamentos feitos por repórteres.

No primeiro e segundo dias deste período analisado, os textos da Al Jazeera usam a expressão "guerra civil de larga escala". No terceiro, que o conflito "agora parece uma guerra civil". Destaca-se ainda que em duas notícias (AJ2 e AJ3), publicadas nos dias 13 e 14 de junho, a rede de TV catari reproduz, com aspas, a posição do governo sírio, obtida através da agência de notícias estatal síria SANA: "O que está acontecendo na Síria é uma guerra contra grupos rmados que escolheram o terrorismo"[10].

Diante do debate sobre a natureza do conflito, esperava-se que o termo guerra civil estivesse presente tanto na parte inicial quanto nos outros dois períodos analisados, o que se mostrou apenas em parte verdadeiro. Nas reportagens de 2015, a expressão "guerra civil" e suas variações são usadas diversas vezes: "guerra intratável"intractable war", "humanitarian disaster unfolding", "multi-faceted war"[11]. Porém, nem todos os textos da Al Jazeera dizem o que o conflito é: passada a discussão inicial sobre sua natureza, o relato dos acontecimentos, o combate ao Estado Islâmico e as discussões sobre estratégias políticas e militares ganharam primazia.

7 "Violence in Syria has spiked", "neighbourhoods were under intense shelling", "a huge upscaling of the military confrontation"- Matéria AJ1b

8 "(...) a spike in violence is derailing the mission, which is the only functioning part of an international peace plan (...)"

9 Mood's comments were the clearest sign yet that a peace plan brokered by international envoy Kofi Annan two months ago is disintegrating.

10 "What is happening in Syria is a war against armed groups that choose terrorism" no original. Tradução nossa.

11 "guerra intratável", "desastre humanitário se desdobrando" e "guerra multifacetada". Tradução nossa.

Uma das reportagens publicadas no site da Al Jazeera em quatro de abril de 2017, *Syria's 'moderate rebels' to form a new alliance*[12], traz algo ainda mais peculiar: em um universo de mais de 800 palavras, "guerra" é uma expressão ausente. O texto apresenta as divergências entre os diferentes envolvidos (a coalisão internacional, o *Free Syrian Army*, outros grupos de oposição a Assad...) e trata de aspectos pontuais do conflito sem classificar no todo o que ele é.

A incerteza implícita no discurso é compreensível, pois o curso dos acontecimentos também se distanciou do que era esperado pelos atores envolvidos. Como mencionado no subcapítulo anterior, diversas lideranças políticas acreditavam em um processo rápido de mudança de regime. Foi o que fez as monarquias do Golfo Árabe considerarem possível manejar os grupos radicais, de acordo com Emile Hokayem (2014).

Isto significou também adequar o discurso político ao interesse ou não de atuar diante do novo quadro, já que certas classificações trariam a intervenção (e todos seus custos econômicos e políticos) como algo imperativo. O Catar, pequeno estado que não conta com grandes capacidades militares, criou, segundo Phillips (2017), uma agenda sobre a Síria e contraditoriamente esperava uma ação norte-americana para concluí-la.

2. Terrorismo como justificativa

Desde o início do conflito, o governo sírio adjetiva grupos de oposição como terroristas, um argumento retratado na cobertura da Al Jazeera, como mostrado no segmento anterior. No corpus referente a junho de 2012, as menções a terrorismo se concentram basicamente na reprodução de manifestações de autoridades sírias.

Na análise da segunda e da terceira parte do corpus, composto por matérias de 2015 e 2017, o terrorismo é um aspecto de maior relevância a ser analisado, devido à ascensão do Estado Islâmico, que a partir de 2014 conseguiu dominar áreas na Síria e no Iraque. Nos primeiros anos de guerra, o discurso de lideranças dos Estados Unidos e Reino Unido evitava abordar terrorismo na Síria, uma classificação que exigiria que defendessem uma intervenção, considerando que a guerra ao terror é parte da política de segurança destes Estados (Martini, 2019).

O combate ao terrorismo estava presente no discurso de várias lideranças mundiais, mas assumindo múltiplos significados. Ao se pronunciar na abertura da 69ª Assembleia Geral da ONU, em 2014, o emir Tamim bin Hamad Al Thani, pela segunda vez[13] dedicou boa parte de sua fala para abordar a situação da Síria, mas acrescentou algo novo:

12 "Rebeldes moderados da Síria formam uma nova aliança". Tradução nossa.

13 Tamim bin Hamad Al Thani assumiu o poder em 2013 e discursou na ONU pela primeira vez na Assembleia Geral daquele ano, incluindo a Síria entre os temas de interesse de seu discurso.

> Já havíamos alertado que a continuação da política de terrorismo, genocídio e deslocamento do regime e a falência em dar apoio à revolução síria, quando ela ainda era uma revolução civil demandando liberdade e dignidade, levaria muitos sírios a optar pela autodefesa.[14]

O vínculo entre o governo sírio e o terrorismo está presente também no discurso do governante catari na sessão seguinte da Assembleia Geral, em 2015, em que ele acusa o governo sírio de deturpar o conceito de terrorismo para criminalizar "manifestações pacíficas".

No período analisado, a cobertura da Al Jazeera faz poucas referências às posições do governo catari a respeito da guerra, em geral, e do terrorismo, em específico. Abaixo, temos alguns exemplos de menções nas matérias jornalísticas que merecem nossa análise dentro desta temática:

Quadro 2 – Sequências sobre terrorismo

matéria	Tradução do enunciado
5AJ1	O embaraço mais recente dessa saga veio na manhã do discurso de Obama na ONU, quando oficiais da Defesa confirmaram que um comandante da primeira brigada treinada pelos EUA a ser liberada na Síria entregou armas americanas à franquia da Al-Qaeda na Síria, Jabhat Al-Nusra (a Frente Nusra).
5AJ3	O ISIS controla partes da província de Homs, incluindo a cidade histórica de Palmyra. Homs também tem cargos administrados pela afiliada da Al-Qaeda na Síria, conhecida como Frente Nusra. Ambos os grupos têm combatentes da antiga União Soviética, incluindo chechenos.
5AJ6	Maarat al-Numaan, na província de Idlib, no norte da Síria, não é conhecida como base do EIIL. A maioria dos combatentes na área é da Frente Nusra, ligada à Al Qaeda, e de outros grupos insurgentes, de acordo com o grupo de monitoramento Observatório Sírio para os Direitos Humanos.
7AJ1b	Ele negou relatos da mídia de que seu objetivo seria atacar Hay'etTahrir al-Sham, uma aliança salafista dominada por Jabhat Fatah al-Sham (JFS, anteriormente conhecido como Al-Nusra Front), que renunciou formalmente a sua filiação à Al-Qaeda em 2016.
7AJ2 7AJ2b	A Rússia, aliada do presidente sírio Bashar al-Assad, disse na quarta-feira que uma aeronave síria realizou uma incursão, mas os produtos químicos faziam parte de um estoque "terrorista" de "substâncias tóxicas" que havia sido atingido no solo.

Fonte: textos da Al Jazeera que compõem o corpus da pesquisa

14 "We have already warned that the continuation of the regime's policy of terrorism, genocide and displacement, and the failure to provide support to the Syrian revolution, when it was still a civilian revolution demanding freedom and dignity, would push many Syrians to opt for self-defence" no original. Tradução nossa.

Na amostra referente a 2015, o tema terrorismo foi bastante mobilizado nas notícias devido à ascensão do Estado Islâmico e à decisão russa de realizar ataques aéreos dentro da Síria, sob a justificativa de que esta era uma ação contra alvos do EI. Percebe-se que há uma tentativa de diferenciar o ISIS (Estado Islâmico) de grupos opositores. A informação de que dominam regiões diferentes do território é apresentada no texto como indício de que as acusações sobre a Rússia estar atacando a oposição (e não terroristas, como alegava) seriam verdadeiras.

Está ausente nos textos a menção ao Catar ou a seus nacionais como financiadores da Frente Al-Nusra. Porém o "embaraço" pelo fornecimento de armas ao grupo é lembrado e creditado ao governo Obama e a reportagem 5AJ3 coloca a antiga União Soviética como origem de parte dos integrantes do ISIS e da Al Qaeda na região. Na narrativa sobre terrorismo, o problema é sempre associado a outros atores, que não o Catar. Segundo Zainab Abdul-Nabi (2017), entre as orientações que jornalistas da Al Jazeera receberam quanto à cobertura da guerra, estava a de omitir suspeitas de envolvimento da Frente Al-Nusra em alguns ataques, assim como o apoio catari ao grupo. Esta última recomendação, ao menos, é perceptível no corpus.

Na amostra referente à 2017, a cobertura da Al Jazeera ressalta que a Frente "renunciou formalmente" à sua ligação com a Al Qaeda, o que reforça a preocupação em validá-la como não-terrorista e assim, legitimá-la como parte beligerante. Este tipo de narrativa é coerente com a forma como o emir do Catar tratou a questão em sucessivas manifestações envolvendo a Síria e outros conflitos na região: apontando que alguns grupos distorciam a fé islâmica e outros defendiam de forma legítima um posicionamento.

3. Os argumentos humanitários

Uma presença constante na cobertura é o discurso humanitário, o que se observa em dois níveis. O primeiro, na escolha de pautas, ao noticiar o trabalho da ONU e de organizações não governamentais. Apenas uma das nove matérias sobre Síria publicadas no site entre 12 e 18 de junho de 2012 não tinha como ponto de partida as ações destas instituições. O segundo, nas frequentes menções ao sofrimento da população civil:

Quadro 3 – Sequências sobre argumentos humanitários referentes a 2012

matéria	Tradução do enunciado
AJ1	Abo al-Barra, um médico em Homs, disse à Al Jazeera que havia civis feridos necessitando evacuação. "Eles estão gravemente feridos" ele disse. "As mulheres estão seriamente feridas, são ferimentos graves."
AJ1b	A missão da ONU também expressou preocupação sobre a situação na cidade de Homs, dizendo que recebeu relatos de "um grande número de civis, incluindo mulheres e crianças encurraladas dentro da cidade e estão tentando mediar sua evacuação".

contínua

CC BY NC SA

AJ3	O grupo de Direitos Humanos baseado em Londres clamou por uma resposta internacional na quarta-feira, depois de afirmar que tinha novas evidências de que vítimas, incluindo crianças, tinham sido arrancadas de suas casas e mortas a tiros por soldados (...)
AJ5	O grupo baseado em Nova York disse ter entrevistado dez ex-detentos, incluindo duas mulheres, que descreveram ter sido abusadas sexualmente ou terem testemunhado tais abusos na detenção.
AJ6 AJ6b	"A falta de vontade das partes de procurar uma transição pacífica e o impulso de avançar posições militares está aumentando as perdas em ambos os lados: civis inocentes, homens, mulheres e crianças estão sendo mortos todos os dias", dizia sua declaração.
AJ6b	O Obs. Sírio de Direitos Humanos instou a ONU a intervir e evacuar mais de mil famílias de Homs, incluindo mulheres e crianças. Ele diz que suas vidas estão em perigo.

Fonte: textos da Al Jazeera que compõem o corpus da pesquisa

Nestes enunciados, as denúncias são reforçadas ao evocar a imagem daqueles que tradicionalmente não compõem batalhões de guerra, mobilizando significados de fragilidade, necessidade de proteção e inocência atribuídos à mulher e à criança. Nas reportagens em vídeo disponibilizadas juntamente com os textos, também são mostradas diversas imagens de mulheres, e principalmente de crianças, em meio+ aos destroços de cidades bombardeadas. Em um vídeo publicado no dia 17 de junho de 2012 pela Al Jazeera, a última imagem mostrada é de uma mãe carregando o bebê morto.

Na parte do corpus referente a 2015, a ênfase às vítimas mais frágeis está presente em algumas notícias que tratam sobre os ataques aéreos russos em território sírio:

Quadro 4 – Sequências sobre argumentos humanitários referentes a corpus de 2015

matéria	**Tradução do Enunciado**
5AJ5	No subúrbio de Habeet, em Hama, um ataque aéreo por volta das 20h30, horário local, matou três civis, incluindo uma menina de 5 anos, e feriu outras 12 pessoas, segundo o ativista da oposição Hadi al-Abdullah (...) Na região de Jabal al-Zawya, em Idlib, duas crianças estavam entre pelo menos sete civis mortos em supostos ataques aéreos russos, segundo o Observatório Sírio para os Direitos Humanos.
5AJ6	Equipes de resgate em áreas controladas pela oposição no oeste da Síria dizem que os ataques russos mataram pelo menos várias dezenas de civis, incluindo crianças.

Fonte: textos d a Al Jazeera que compõem o corpus da pesquisa

Como boa parte da pauta da semana de 28 de setembro a 4 de outubro de 2015 focou em negociações políticas, imagens retratando enfrentamentos entre os beligerantes praticamente não foram usadas e as referências a vítimas foram menos frequentes em comparação com a amostra de 2012. Porém, a morte de crianças foi destacada nos textos escritos por jornalistas da Al Jazeera, como nos trechos acima. Este destaque ao sofrimento infantil foi ainda mais contundente nas reportagens de abril de 2017:

Quadro 5 – Sequências sobre argumentos humanitários referentes a corpus de 2017

matéria	Tradução do enunciado
7AJ1	Pelo menos 58 pessoas, incluindo onze crianças, foram mortas em um bombardeio com "gás tóxico" em uma cidade síria controlada por rebeldes, disseram médicos e um monitor, em um ataque que a ONU rapidamente disse que investigaria como um possível crime de guerra. (...) Alan Fisher, da Al Jazeera, reportando de Beirute, disse que os moradores locais esperam que o número de mortos aumente e que muitos dos feridos sejam crianças.
7AJ2	O Observatório Sírio para os Direitos Humanos (SOHR), organização de monitoramento com base no Reino Unido, estimou na quarta-feira o número de mortos em 99 pessoas, incluindo 37 crianças. A Sociedade Médica Americana da Síria (SAMS), que administra vários hospitais de campanha em Idlib, havia dito anteriormente que pelo menos 72 pessoas, incluindo onze crianças, foram mortas no ataque.
7AJ2b	A ONU vai investigar possíveis crimes de guerra depois que dezenas, incluindo crianças, morrem na cidade controlada por rebeldes da província de Idlib. Pelo menos 72 pessoas, incluindo 11 crianças, foram mortas em Khan Sheikhoun na terça-feira, de acordo com a Sociedade Médica Americana da Síria (SAMS), que administra vários hospitais de campanha na área. Mais de 550 pessoas ficaram feridas.
7AJ3	O ataque com gás venenoso na cidade rebelde de Khan Sheikhoun, na província de Idlib, matou pelo menos 86 pessoas, incluindo 27 crianças, de acordo com o Observatório Sírio para os Direitos Humanos, com sede no Reino Unido.
7AJ3b	O ataque do governo à província de Idlib continuou, disse um grupo de monitoramento na quinta-feira, com ataques aéreos matando pelo menos 27 pessoas – incluindo 13 crianças – na cidade rebelde de Salqin na quarta-feira. (...) Em outros lugares da Síria, o Observatório disse que ataques aéreos do governo mataram pelo menos 18 pessoas, incluindo nove crianças, na cidade de Saqba, nos subúrbios de Damasco, na quarta-feira.
7AJ4	Pelo menos 86 pessoas, incluindo 27 crianças, foram mortas após um suposto ataque com gás venenoso em Khan Sheikhoun na terça-feira, de acordo com o Observatório Sírio para os Direitos Humanos, com sede no Reino Unido.

Fonte: textos da Al Jazeera que compõem o corpus da pesquisa

Há dois aspectos a destacar nos enunciados selecionados nos três momentos analisados. O primeiro é a validação da denúncia usando organizações não governamentais ou internacionais como origem da afirmação sobre a quantidade de vítimas ou as circunstâncias dos ataques. O segundo é o recorte que é feito para destacar as vítimas mais jovens, o que se caracteriza na AD como excesso: mesmo que não sejam maioria entre os mortos, as crianças são colocadas em evidência em todos os trechos citados no quadro acima.

Nas imagens do "suposto ataque químico"[15], do dia 4 de abril, a imagem de crianças é uma das mais frequentes e matérias da Al Jazeera foram ilustradas com vídeos feitos por centros de mídia independentes, que retratam pessoas sendo socorridas, incluindo crianças em idade pré-escolar. O espectador é alertado no início das reportagens de que o conteúdo pode ser chocante. Imagens das crianças sendo socorridas continuaram sendo exibidas em vídeos que acompanhavam publicações feitas nos dias seguintes.

Essa forma de cobrir a guerra na Síria é consistente com o que apontam Zhang e Luther (2020) sobre a tentativa de aproximar o espectador ocidental deste sofrimento de quem está distante, na expectativa de que isso possa levar a alguma ação, o que também se alinha com valores da ordem liberal (o dever de agir diante de graves violações de Direitos Humanos). Nestas narrativas, a figura da criança recebe várias vezes destaque, evocando também um significado simbólico de inocência, daquele que não pode ser considerado parte beligerante. Ao mostrar repetidas vezes o sofrimento de segmentos específicos da sociedade, que evocam o sentido de inocência, a cobertura salienta o conflito como algo fora das regras, um significado que é mobilizado também para responsabilizar uma das partes, no caso o governo, pela tragédia.

4. A linha vermelha das armas químicas e o dever de intervir

O comparativo evocado pela Al Jazeera para falar sobre as acusações de uso de armas químicas em abril de 2017 foi o caso de Ghouta[16], periferia da capital Damasco, palco de um ataque deste tipo em agosto de 2013. A cobertura de abril de 2017 retoma o caso antigo para cobrar do governo norte-americano alguma ação contra Bashar Al Assad. Nos anos iniciais do conflito, o então presidente Barack Obama afirmou que não pretendia enviar tropas ao território sírio, mas que o uso de armas químicas não seria tolerado, sendo "a linha vermelha que não

15 Os próprios veículos de comunicação trataram o caso desta forma, uma vez que não havia repórteres no local no momento do incidente e que as primeiras matérias foram feitas exclusivamente com relatos da população vitimada, antes que houvesse algum tipo de investigação sobre o ocorrido.

16 Dezesseis denúncias foram apresentadas ao CSNU por França, Catar, Reino Unido, Estados Unidos, Arábia Saudita e também pela Síria e aquelas que pareciam mais verossímeis foram investigadas. Houve acusações de uso de armas químicas por forças do governo e também rebeldes.

devia ser ultrapassada". Esta postura de não intervir gerou críticas, inclusive de seu adversário político Donald Trump, que três anos depois seria eleito presidente dos Estados Unidos.

Diante de uma nova suspeita de uso de armas químicas em 2017, as notícias trazem este histórico e as possíveis medidas contra Assad:

Quadro 6 – Sequências sobre armas químicas

matéria	Tradução do enunciado
7AJ3	O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sugeriu uma possível ação militar contra o presidente sírio Bashar al-Assad enquanto seu governo considera opções retaliatórias depois que um ataque com armas químicas matou mais de 80 pessoas. "Acho que o que aconteceu na Síria é uma vergonha para a humanidade e ele está lá, e acho que está comandando as coisas, então algo deve acontecer", disse Trump a repórteres no Força Aérea Um (...)
7AJ3e	Apenas alguns dias antes, vários membros do governo de Trump haviam dito que a deposição de Assad não era mais uma prioridade dos EUA, provocando indignação de críticos de Assad nos Estados Unidos e no exterior. Mas Trump disse que o ataque de terça-feira "teve um grande impacto em mim – grande impacto". "Minha atitude em relação à Síria e Assad mudou muito", disse ele, mas se recusou a telegrafar qualquer possível retaliação militar dos EUA.
7AJ4b	Ainda não está claro se a Rússia ou os outros quatro membros permanentes do conselho apoiariam o compromisso apresentado enquanto os Estados Unidos avaliavam as opções militares na Síria.
7AJ5	Marwan Bishara, analista político sênior da Al Jazeera, questionou se a barragem de mísseis era simplesmente bravata ou parte de um plano estratégico maior.
7AJ6	Como lembramos das presidências de Reagan, Clinton, Bush e Obama, um ataque rápido e direcionado contra um alvo infeliz em alguma terra distante é uma ótima maneira de consolidar o apoio, silenciar a dissidência, estimular o patriotismo e reunir políticos de todos os matizes.

Fonte: textos da Al Jazeera que compõem o corpus da pesquisa

Neste conjunto de enunciados, o agir é tratado como sinônimo de ação militar. Nos dias que se seguem ao ataque americano a uma base militar síria, o debate envolve a natureza desta ação: pontual ou sistemática, representando uma mudança na política norte americana? Neste momento, quem é tratado como capaz de oferecer alguma resposta ao ataque químico é os Estados Unidos, mais do que qualquer outra potência.

Um dos textos que mais se diferencia dentro deste corpus de notícias publicadas pelo site da Al Jazeera em abril de 2017 é a análise assinada por Samer Abboud (7AJ6). Foi o único, dentro da amostra, que mencionou uma ação na qual a morte de civis sírios é atribuída a forças dos Estados Unidos: "Em março, forças dos EUA atacaram áreas civis em torno de Raqqa,

incluindo uma escola e uma mesquita, matando dezenas de civis"[17]. Em geral, as menções às mortes de civis na cobertura da Al Jazeera são atribuídas à ação do governo sírio (nos três períodos analisados) ou da Rússia (na cobertura de 2015 e 2017).

5. Guerra civil x guerra de potências

Conforme o tempo de conflito avançou, a cobertura analisada parece naturalizar cada vez mais a atuação de potências estrangeiras. No corpus referente a 2015, já fica evidente que o conflito era tratado desta forma.

Deve-se ponderar que o período selecionado em 2015 inicia com a data da 65ª Assembleia Geral da ONU e que retratar o encontro dos presidentes Barack Obama e Vladimir Putin é coerente com os critérios de noticiabilidade. Entretanto, a análise revela que Estados Unidos, Rússia e em alguns momentos países europeus ganharam mais destaque que a Síria, palco do conflito.

Quadro 7– Sequências sobre atuação de potências no conflito

matéria	Tradução do enunciado
5AJ1c	Obama rejeitou o apoio contínuo de Putin a Assad, (...). Putin, enquanto isso, zombou dos esforços dos EUA para acabar com a guerra na Síria, que levou uma onda de refugiados aos estados vizinhos e à Europa.
5AJ1d	Os comentários do presidente dos EUA ressaltam as tensões entre os EUA e a Rússia (...) O Irã se acumulou atrás da Rússia, mas os líderes ocidentais permaneceram inflexíveis que Assad deveria renunciar e Obama o classificou como um tirano assassino de crianças cujas ações alimentaram a ascensão do Estado Islâmico.
5AJ2	Ambos os líderes concordam com a necessidade de derrotar o Estado Islâmico, mas Putin diz que isso deve ser alcançado apoiando o aliado de longa data de Moscou na região, Assad.
5AJ4b	Mas enquanto a Rússia pode ter superado os EUA, os apoiadores mais robustos dos rebeldes - os estados árabes do Golfo e a Turquia - são menos propensos a ficar parados enquanto Moscou tenta reverter os efeitos de seus cinco anos de investimento político e financeiro para derrubar Assad, que também é cliente do rival regional Irã.

Fonte: textos da Al Jazeera que compõem o corpus da pesquisa

17 "In late March, US forces attacked civilian areas around Raqqa, including a schooland, a mosque, killing dozens of civilians" no original. Tradução nossa.

Vemos as grandes potências em excesso no texto, como nos quatro trechos acima. Em praticamente todos eles, o foco central é o que Rússia e Estados Unidos pensam sobre e fazem na Síria, e os textos falam em "tensão" entre estes países (5AJ1d). Com uma frequência um pouco menor, são destacados posicionamentos de países europeus, principalmente a França, e de potências regionais, como os países do Golfo, que são referidos em seu conjunto. A Al Jazeera não individualiza ações do Catar ou o destaca como parte do CCG e podemos considerar que no corpus como um todo ele esteve ausente.

O mais significativo é que este excesso ocorre em simultâneo com a falta de indivíduos e instituições sírias nos textos deste período. Não só as potências trataram o conflito como uma guerra que lhes pertencia, como o veículo de comunicação introjetou isto em seus textos. As fontes norte-americanas, russas e europeias são as únicas presentes nas reportagens da emissora catari nos primeiros três dias do período analisado em 2015. No texto 5AJ4, elas são as primeiras citadas e apenas no terço final da notícia há referência a "fontes libanesas", que não são identificadas. No segundo texto daquele dia, já repercutindo os ataques aéreos russos, os especialistas ouvidos são todos de centros de pesquisa americanos e nenhum sírio fala sobre uma ação ocorrida em seu país.

Esta ausência de sírios falando sobre a Síria é observada até o quarto dia da cobertura neste período selecionado de 2015. Nas reportagens da Al Jazeera do quinto e sexto dia da análise são citadas pessoas creditadas como ativistas, integrantes da população local, bem como algumas organizações civis ou fontes ligadas ao governo.

No corpus referente a 2017, as fontes sírias estão mais presentes no conjunto de toda a semana analisada, principalmente aquelas não ligadas ao governo do país. As imagens que acompanham os textos, que abordam "o ataque do governo", são basicamente vídeos registrados por movimentos civis sírios mostrando o atendimento às vítimas do gás. Ao dar voz aos sírios em suas reportagens, a emissora os reconhece como parte legítima, ainda que ao tratar das negociações políticas dê sequência à reprodução de posicionamentos russos e norte-americanos sobre a busca de uma solução para a guerra ou investigação de mais um episódio de violência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, o conflito tomou novos rumos, frustrando algumas expectativas e provocando mudanças nos posicionamentos políticos sobre ele. Não resultou em um novo governo, com maior participação de outros grupos islâmicos, como desejava o Catar; nem pró-ocidente, como queriam Estados Unidos e Reino Unido. A cobertura que a Al Jazeera deu ao conflito, apesar das dificuldades de acesso enfrentadas, foi contínua e acompanhou as posições da diplomacia catari.

Embora os textos tragam a versão governamental síria, são as menções à oposição ou às partes que a apoiam que predominam e dão o tom do conjunto das reportagens. O viés se manteve mesmo quando se tornou evidente que as expectativas de vitória dos insurgentes não condiziam com a conjuntura. Quando o objetivo catari era viabilizar alguma intervenção internacional, a narrativa buscava enquadrar o conflito como uma crise humanitária, embasando esta visão nas manifestações de organizações internacionais. O mesmo foi feito em relação às denúncias sobre ataques contra opositores e a população civil em geral, apresentadas posteriormente.

O tema terrorismo, que inicialmente era citado brevemente, em menções quase protocolares da versão do governo sírio, ganha força no corpus referente à 2015 e 2017, quando o Estado Islâmico conseguiu controlar áreas da Síria e do Iraque. A cobertura da Al Jazeera menciona constrangimentos de outros atores políticos quanto à ligação com grupos acusados de envolvimento com o terrorismo, mas omite o apoio financeiro catari a alguns destes grupos. Posteriormente, busca distanciar as partes que foram apoiadas deste tipo de alegação.

Em seu conjunto, os enunciados vão construindo a defesa da intervenção por razões humanitárias, vinculando mais o governo sírio e seus aliados do que os opositores a atos de violência ou violação de direitos humanos. A cobertura discute o fracasso da missão proposta pela Liga Árabe e ONU e progressivamente mostra a intervenção militar como alternativa, questionando a tomada de posição por parte dos Estados Unidos.

Ao apresentar sua política externa, o Catar aponta a mediação de conflitos e a assistência humanitária como princípios. O país tem buscado se mostrar como um defensor dos direitos humanos e um ator comprometido em jogar dentro das regras do sistema mundial, atuando em múltiplas frentes. Ainda que não tenha sido bem-sucedido em alguns propósitos, como obter vantagens políticas na troca do regime sírio, conseguiu ampliar sua presença no cenário internacional.

Embora o Catar não seja citado nominalmente na cobertura da Al Jazeera, a visão política da monarquia transparece na cobertura. O discurso é coerente com a política externa do país e as variações observadas na cobertura seguem o posicionamento adotado ao longo do conflito. Destacamos ainda que os textos estão permeados por ideias e valores consistentes com a ordem mundial vigente, liberal. Destes, destacamos a defesa dos direitos humanos, o dever de intervir nas crises humanitárias e o reconhecimento da liderança norte-americana (manifesto principalmente no último período analisado, de 2017, com a expectativa da reação dos EUA diante da acusação de uso de armas químicas na Síria).

Mesmo que a emissora adote slogans propondo uma visão diferente de mundo, em relação à cobertura sobre a Síria ela reforça os valores que fundamentam a ordem estabelecida, atendendo ao interesse do Catar de buscar maior protagonismo dentro do sistema, mais do que tentar estabelecer uma ordem distinta.

CC BY NC SA

O país obteve um expressivo crescimento econômico nas últimas décadas, mas tem potencial limitado na área militar. Dentro da proposta de elementos de poder trazida por Robert Cox, as melhores possibilidades para o Catar ampliar seu poder estão no campo das ideias e das instituições. Neste sentido, a Al Jazeera é uma ferramenta que lhe permite criar uma imagem positiva do país e tentar buscar apoio na opinião pública estrangeira para ações de interesse do Catar.

REFERÊNCIAS

ABDUL-NABI, Zainab. Al-Jazeera's relationship with Qatar before and after Arab Spring: Effective public diplomacy or blatant propaganda? *Arab Media & Society*, [*s. l.*], n. 24, p. 1–21, 2017.

ABU SULAIB, Faisal Mukhyat. Understanding Qatar's Foreign Policy, 1995-2017. *Middle East Policy*, [*s. l.*], v. 24, n. 4, p. 29–44, 2017. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/mepo.12306. Acesso at: 6 Dec. 2019.

AKHTAR, Nasreen; NAGEEN, Hala. The Syrian conflict: an inside-out and outside-in approach. *International Journal on World Peace*, [*s. l.*], v. 36, n. 3, p. 7–33, 2019.

AKPINAR, Pınar. The limits of mediation in the Arab Spring : the case of Syria. *Third World Quarterly*, [*s. l.*], v. 6597, n. August, 2016.

AL HORR, Abdulaziz; AL THANI, Ghalia; TOK, M. Evren; BESADA, Hany; O'BRIGHT, Ben; MCSPARREN, Jason. Qatar's Global-Local Nexus: From Soft to Nested Power? *In*: TOK, Evren; ALKHATER, Lolwah; PAL, Leslie (org.). *Policy-Making in a transformative state - the case of Qatar*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

AL JAZEERA. *Timeline*. [*S. l.*], 2019. Disponível em: https://network.aljazeera.com/about-us/timeline. Acesso at: 19 May 2022.

AL-GHAZZI, Omar. "Citizen Journalism" in the Syrian Uprising: Problematizing Western Narratives in a Local Context. *Communication Theory*, [*s. l.*], v. 24, n. 4, p. 435–454, 2014.

AL-HORR, Abdulaziz M.; TOK, M. Evren; GAGOSHIDZE, Tekla. Rethinking Soft Power in the Post-Blockade Times: The Case of Qatar. *Digest of Middle East Studies*, [*s. l.*], v. 28, n. 2, p. 329–350, 2019.

BAHRY, Louay Y. The New Arab Media Phenomenon: Qatar's Al-Jazeera. *Middle East Policy*, [*s. l.*], v. 8, n. 2, p. 88–99, 2001. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1475-4967.00020.

BARKHO, Leon. Editorial policies and news discourse – how Al Jazeera's implicit guidelines shape its coverage of Middle East conflicts. *Journalism*, [*s. l.*], v. 22, n. 6, p. 1357–1374, 2021. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884919841797.

BAŞKAN, Birol. *Turkey and Qatar in the tangled geopolitics of the Middle East*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

BAYLOUNY, Anne Marie; MULLINS, Creighton A. Cash is King: Financial Sponsorship and Changing Priorities in the Syrian Civil War. *Studies in Conflict & Terrorism*, [*s. l.*], v. 41, n. 12, p. 990–1010, 2018.

BRAMSEN, Isabel. From Civil Resistance to Civil War: Nonstrategic Mechanisms of Militarization in the Syrian Uprising. *Peace & Change*, [*s. l.*], v. 45, n. 2, p. 256–286, 2020.

COCKBURN, Patrick. *A origem do Estado Islâmico*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in method. *In*: Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 49–66. *E-book*. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/CBO9780511558993A010/type/book_part.

COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CPJ. *Journalists attacked in Syria since 1992*. [*S. l.*], 2022. Disponível em: https://cpj.org/mideast/syria/.

CULL, Nicholas; CULBERT, David; WELCH, David. *Propaganda and Mass Persuasion*. Santa Barbara: ABC Clio, 2003.

DOUAI, Aziz; MOUSSA, Mohamed Ben. *Mediated Identities and New Journalism in the Arab World*. London: Palgrave Macmillan UK, 2016.

DUNCOMBE, Constance; DUNNE, Tim. After Liberal World Order. *International Affairs,* [*s. l.*], v. 94, n. 1, p. 25–42, 2018.

EL NAWAWY, Mohammed; ISKANDAR, Adel. *Al-Jazeera: The story of the network that is rattling governments and redefining modern Journalism*. Cambridge: Westview Press, 2003.

GILBOA, Eytan. Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. *Diplomacy & Statecraft*, [*s. l.*], 12:2, 1-28, 2001. DOI: 10.1080/09592290108406201.

GILBOA, Eytan *et al.* Moving media and conflict studies beyond the CNN effect. *Review of International Studies*, [*s. l.*], v. 42, n. 4, p. 654–672, 2016.

GILBOA, Eytan. The CNN effect: The search for a communication theory of International Relations. *Political Communication*, [*s. l.*], v. 22, n. 1, p. 27–44, 2005.

GÖRGÜLÜ, Aybars. *Qatar and Syria Crisis*. Istambul: PODEM, 2018. Disponível em: http://podem.org.tr/en/researches/qatar-and-syria-crisis/. Acesso at: 17 May 2022.

GOVERNMENT COMMUNICATIONS OFFICE. *Foreign Policy*. [*S. l.*], 2020. Disponível em: https://www.gco.gov.qa/en/focus/foreign-policy-en/. Acesso at: 17 May 2022.

GRAFOV, Dmitry. Offensive versus Defensive Realism. *Contemporary Arab Affairs*, [*s. l.*], v. 12, n. 3, p. 21–40, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere. Volume terzo Quaderni 12-29*. 2. ed. Torino: Giulio Einaudi, 1977-. ISSN 0101-3173. Disponível em: http://hollis.harvard.edu/?itemid=%7Clibrary/m/aleph%7C005055984.

HAJJAR, Babel. *Para ler a guerra na Síria: a construção do consenso na cobertura da mídia global*. 2016. Tese - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-20122016-213406/publico/ParaLerAGuerraDaSiria_BabelHajjar_2016.pdf. Acesso at: 26 Nov. 2022.

HAYDEN, Craig. *The Rhetoric of Soft Power - Public Diplomacy in Global Contexts*. Lanham: Lexington Books, 2011.

HOKAYEM, Emile. Iran, the Gulf States and the Syrian Civil War. *Survival: Global Politics and Strategy,* [*s. l.*], v. 56, n. 6, p. 37–41, 2014.

IKENBERRY, John. Essay Future of the Liberal World Order: Internationalism after America. *Foreign Affairs,* [*s. l.*], v. 90, n. 3, 2011.

JURKOWITZ, Mark; MITCHELL, Amy; MATSA, Katerina Eva. How Al Jazeera Tackled the Crisis Over Syria. *Pew Research Center*, 2013. Disponível em: https://www.pewresearch.org/journalism/2013/09/16/how-al-jazeera-tackled-the-crisis-over-syria/. Acesso at: 2 Oct. 2023.

KABALAN, Marwan. Actors, Structures and Qatari Foreign Policy. *AlMuntaqa*, [*s. l.*], v. 2, n. 2, p. 61, 2019. Disponível em: https://arabcenterdc.org/resource/actors-structures-and-qatari-foreign-policy/ . Acesso at: 18 Jun. 2022.

KABBANI, Nader. The blockade on Qatar helped strengthen its economy, paving the way to stronger regional integration. *Brookings,* [*s. l.*], 19 Jan. 2021. Disponível em: https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/01/19/the-blockade-on-qatar-helped-strengthen-its-economy-paving-the-way-to-stronger-regional-integration/.

KARASIK, Theodore William *et al. Russia in the Middle East*. Washington: The Jamestown Foundation, 2018.

LAGGAZI, Suzy. Em torno da prática discursiva materialista. *Organon,* [*s. l.*], v. 30, n. 59, p. 85–100, 2015.

LEONARD, Mark. *Public Diplomacy*. London: [*s. n.*], 2002. Disponível em https://www.files.ethz.ch/isn/20958/Public_Diplomacy.pdf

LYNCH, Marc. Watching al-Jazeera. *The Wilson Quarterly*, [*s. l.*], p. 36–45, 2005. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40233061. Acesso at: 29 Sep. 2023.

MAHMOUD, Rustum; ROSINY, Stephan. Opposition visions for preserving Syria's ethnic-sectarian mosaic. *British Journal of Middle Eastern Studies,* [*s. l.*], v. 45, n. 2, p. 231–250, 2018.

MANSOUR, Imad. Qatars Global Activism. *In*: BRAVEBOY-WAGNER, J. (org.). *Diplomatic Strategies of Nations in the Global South*. New York: Palgrave Macmillan, 2016. p. 345–369.

MARTINI, Alice. The Syrian wars of words: international and local instrumentalisations of the war on terror. *Third World Quarterly*, [*s. l.*], v. 0, n. 0, p. 1–19, 2019.

MAZUR, Kevin. State Networks and Intra-Ethnic Group Variation in the 2011 Syrian Uprising. *Comparative Political Studies,* [*s. l.*], v. 52, n. 7, p. 995–1027, 2019. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414018806536.

MELISSEN, Jan. *The new Public Diplomacy - Soft Power in International Relations*. New York: Palgrave MacMillan, 2005-. ISSN 00347329.

MURPHY, Craig N. Understanding IR: Understanding Gramsci. *Review of International Studies*, [*s. l.*], v. 24, n. 3, p. 417–425, 1998. Disponível em: Acesso at: 11 Feb. 2023.

ORLANDI, Eni P. *Michel Pêcheux - textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

PHILLIPS, Christopher. Eyes Bigger than Stomachs: Turkey, Saudi Arabia and Qatar in Syria. *Middle East Policy,* [*s. l.*], v. 24, n. 1, p. 36–47, 2017. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/mepo.12250.

POURHAMZAVI, Karim; PHERGUSON, Philip. Al Jazeera and Qatari Foreign Policy: A Critical Approach. *Journal of Media Critiques*, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 11–27, 2015.

REYAZ, Mohammad. Glocalization and the Media. *International Studies*, [*s. l.*], v. 50, n. 3, p. 240–254, 2013.

ROBERTSON, Alexa. Connecting in Crisis: "Old" and "New" Media and the Arab Spring. *International Journal of Press/Politics,* [*s. l.*], v. 18, n. 3, p. 325–341, 2013.

ROBINSON, Piers. The CNN effect: the mith of news, foreign policy and intervention. London: Routledge, 2005.

SALAMA, Vivian. *Covering Syria*. [*S. l.*]: SAGE Publications Inc., 2012.

SAMUEL-AZRAN, Tal; HAYAT, Tsahi. Counter-hegemonic contra-flow and the Al Jazeera America fiasco: A social network analysis of Al Jazeera America's Twitter users. *Global Media and Communication,* [*s. l.*], v. 13, n. 3, p. 267–282, 2017.

SATTI, Mohamed. Framing the Islamic state on al Jazeera English and the BBC websites. *Journal of Arab and Muslim Media Research*, [*s. l.*], v. 8, n. 1, p. 37–53, 2015.

SEIB, Philip. *The Al Jazeera Effect: how the new global media are reshaping world politics.* Washington: Potomac Books, 2008.

THE WHITE HOUSE. *Statement by the President on Syria*. [*Washington: s. n.*], 2011. Disponível em https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/08/18/president-obama-future-syria-must-be-determined-its-people-president-bashar-al-assad

TOUZANI, Fouad. The role of Al-Jazeera in empowering Arab civil society. *CEU Political Science Journal*, [*s. l.*], v. 5, n. 2, p. 255–279, 2010.

VOHRA, Anchal. The Pitiful End game of Saudi Arabia's Qatar Blockade. *Foreign Policy*, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/12/11/the-pitiful-endgame-of-saudi-arabias-qatar-blockade/. Acesso at: 29 Mar. 2023.

WRIGHT, Kate; SCOTT, Martin; BUNCE, Mel. Soft Power, Hard News: How Journalists at State-Funded Transnational Media Legitimize Their Work. *International Journal of Press/Politics*, [*s. l.*], v. 25, n. 4, p. 607–631, 2020.

YAGHI, Mohammad. Media and sectarianism in the middle east: Saudi hegemony over pan-arab media. *International Journal of Media and Cultural Politics*, [*s. l.*], v. 13, n. 1–2, p. 39–56, 2017.

ZABAD, Ibrahim. An Inglorious Revolution: The Syrian Opposition's Compromises. *Middle East Policy,* [*s. l.*], v. 26, n. 4, p. 113–130, 2019.

ZAFIROV, Miroslav. The Qatar Crisis—Why the Blockade Failed. *Israel Journal of Foreign Affairs*, [*s. l.*], v. 11, n. 2, p. 191–201, 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23739770.2017.1382072.

ZARTMAN, I William; HINNEBUSCH, Raymond. *UN Mediation in the Syrian Crisis 1 – Part II : Lakhdar Brahimi*. New York: [*s. n.*], 2016.

ZAYANI, Mohamed. *The Al Jazeera Phenomenon Critical Perspectives on New Arab Media*. London: Pluto Books, 2005. Disponível em: www.plutobooks.com.

ZHANG, Xu; LUTHER, Catherine A. Transnational news media coverage of distant suffering in the Syrian civil war: An analysis of CNN, Al-Jazeera English and Sputnik online news. *Media, War and Conflict*, [*s. l.*], v. 13, n. 4, p. 399–424, 2020.

ANEXO - TABELA CORPUS

data	cód.	manchete	Link de acesso
12/6/2012	AJ1	UN officialsaysSyria in stateof civil war	http://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261212572120933.html
12/6/2012	AJ1b	UN warnsofescalatingviolence in Syria	http://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261235629480931.html
13/6/2012	AJ2	UN officialcallsSyriaconflict 'civil war'	https://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261222721181345.html
13/6/2012	AJ2b	Onthe front linesofSyria'sguer-rillawar	http://www.aljazeera.com/indepth/featu-res/2012/06/201261219374164963 2.html
14/6/2012	AJ3	Syriaaccusedoforganisedattacks	https://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261313238664240.html
15/6/2012	AJ4	Syria's al Hiffa 'deserted' after-clashes	https://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261503338837464.html
16/6/2012	AJ6	UN missionsuspendsactivities in Syria	https://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261612203280366 0.html
16/6/2012	AJ5	Syriaviolence 'derailing' UN peacemission	https://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261511132128154 7.html
17/6/2012	AJ6b	Syriaattacks continue as UN missionstalls	http://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261710582811839 9.html
18/6/2012	AJ7	Rightschief cites Syriawar cri-mes concerns	http://www.aljazeera.com/news/middlee-ast/2012/06/201261894448636829.html
28/9/2015	5AJ1	Obama and Putin agreeonnee-dtocounter ISIL, sparonnearal-lelseat UN	http://america.aljazeera.com/arti-cles/2015/9/28/obama-putin-spar-on-syria--world-visions-at-un.html
28/9/2015	5AJ1b	Iran-Saudi rift over Hajjdecrea-ses chances for solutiontoSyria	http://america.aljazeera.com/arti-cles/2015/9/28/iran-saudi-rift-over-hajj-de-creases-chances-for-solution-to-syria.html
28/9/2015	5AJ1c	Aheadof Putin-Obama meeting, Russiapressesmilitaryefforts in Syria	http://america.aljazeera.com/arti-cles/2015/9/28/ahead-of-putin-obama--meeting-russia-presses-military-efforts-in--syria.html
28/9/2015	5AJ1d	US 'willing' toworkwithRussia-and Iran onSyria	https://www.aljazeera.com/news/2015/9/28/us-willing-to-work-with-russia-and-iran-on--syria
28/9/2015	5AJ1e	Putin: Overthrowing Assad will lead tofailedstate	https://www.aljazeera.com/news/2015/9/28/putin-overthrowing-assad-will-lead-to-fai-led-state
29/9/2015	5AJ2	Obama urges world leaders-toholdcourseagainst ISIL	https://www.aljazeera.com/news/2015/9/29/obama-urges-world-leaders-to-hold-cour-se-against-isil
30/9/2015	5AJ3	Russiabegins carrying out airs-trikes in Syria	http://america.aljazeera.com/arti-cles/2015/9/30/russia-says-it-has-begun--airstrikes-in-syria.html

30/9/2015	5Aj3b	Dozensofcivilianskilled in Syria-air strikes onHoms	https://www.aljazeera.com/news/2015/9/30/dozens-of-civilians-killed-in-syria-air-strikes-on-homs
30/9/2015	5AJ3c	Russianparliamentauthorises use oftroopsabroad	https://www.aljazeera.com/news/2015/9/30/russian-parliament-authorises-use-of-troops-abroad
30/9/2015	5AJ3d	Russiacarries out firstair strikes in Syria	https://www.aljazeera.com/news/2015/9/30/russia-carries-out-first-air-strikes-in-syria
1/10/2015	5AJ4	Russiadefends strikes bolstering Assad government 'weak spots'	http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/1/russia-admits-to-targeting--many-groups-in-syria-not-just-isil.html
1/10/2015	5AJ4b	Russia'sSyria strikes revealincoherence in US policy	http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/1/russian-strikes-in-syria-reveal-incoherence-of-us-policy.html
1/10/2015	5AJ4c	Ifelected, Trump wouldexpelSyrianrefugees	http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/1/trump-warns-against-us-accepting-syrian-refugees.html
2/10/2015	5AJ5	RussiaaccusedofkillingSyriancivilians, warned over non-ISIL raids	http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/2/russia-accused-of-hitting-civilians-syria.html
2/10/2015	5AJ5b	Paralysis over Syria builds pressure for reformat United Nations	http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/2/paralysis-over-syria-builds--pressure-for-reform-at-united-nations.html
2/10/2015	5AJ5c	Russiamaybewadinginto a quagmire in Syria	
2/10/2015	5AJ5d	Playing football to cope withthe trauma ofSyria'swar	https://www.aljazeera.com/gallery/2015/10/2/playing-football-to-cope--with-the-trauma-of-syrias-war
3/10/2015	5AJ6	RussiasayswillstepupSyrianairstrikes; raidsseennearTurkeyborder	http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/3/russia-says-will-step-up--syrian-airstrikes.html
4/10/2015	5AJ7	RussiavowstoexpandSyriabombingcampaign	https://www.aljazeera.com/news/2015/10/4/russia-vows-to-expand-syria-bombing--campaign
4/4/2017	7Aj1b	Syria's 'moderaterebels' toform a new alliance	http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/04/syria-moderate-rebels-form--alliance-170403064144285.html
4/4/2017	7AJ1	'Toxicgasattack' in Syria kills atleast 58 people	http://www.aljazeera.com/news/2017/04/attack-syria-kills-35-people-170404075153415.html
5/4/2017	7AJ2	Idlibhospitalsoverwhelmedaftersuspectedgasattack	http://www.aljazeera.com/news/2017/04/idlib-hospitals-overwhelmed-suspected--gas-attack-170405062828940.html
5/4/2017	7AJ2b	'Chemical attack' in Syriadrawsinternationaloutrage	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/05/chemical-attack-in-syria--draws-international-outrage/

6/4/2017	7AJ3	Donald Trump hintsatmilitaryaction in Syria	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/06/donald-trump-hints-at--military-action-in-syria/
6/4/2017	7AJ3b	Autopsy 'shows chemicalweaponsused in Syriaattack'	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/06/autopsy-shows-chemical--weapons-used-in-syria-attack/
6/4/2017	7AJ3c	Syriadeniesusingchemicalweapons in Idlib	http://www.aljazeera.com/news/2017/04/syria-denies-chemical-weapons-i-dlib-170406103242116.html
6/4/2017	7AJ3d	Idlib 'chemicalattack' victimsgettreatment in Turkey	http://www.aljazeera.com/video/news/2017/04/idlib-chemical-attack-victims-treatment-turkey-170406051549731.html
6/4/2017	7AJ3e	US warnsof unilateral Syria moves if UN failstoact	http://www.aljazeera.com/news/2017/04/warns-unilateral-syria-moves-fails--act-170405200400669.html
6/4/2017	7AJ3f	Fromchlorinetosarin: Chemical weapons in war	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/06/from-chlorine-to-sarin--chemical-weapons-in-war/
7/4/2017	7AJ4	US launchescruisemissilesonSyrianairbase	http://www.aljazeera.com/news/2017/04/us-missiles-syria-170407013424492.html
7/4/2017	7AJ4b	Security Councilweighsoptions over Syriaattack	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/07/security-council-weighs--options-over-syria-attack/
7/4/2017	7AJ4c	Syriagasattack: 'Wefoundbodiesall over thefloor'	https://www.aljazeera.com/features/2017/04/24/syria-gas-attack-we-found--bodies-all-over-the-floor/
7/4/2017	7AJ4e	SyrianNationalCoalitionhails US strike onHoms base	http://www.aljazeera.com/news/2017/04/syrian-national-coalition-hails-strike-homs--base-170407041535245.html
7/4/2017	7AJ4f	Saudi Arabia, Iran, othersreactto US strike in Syria	http://www.aljazeera.com/news/2017/04/saudi-arabia-iran-react-strike--syria-170407054521418.html
8/4/2017	7AJ5	Russiawarning as US threatens more Syria strikes	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/08/russia-warning-as-us--threatens-more-syria-strikes/
8/4/2017	7AJ5b	Russia, Iran vowcontinuedmilitarysupport for Assad	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/08/russia-iran-vow-continued-military-support-for-assad/
8/4/2017	7AJ5c	Syria: EvacuationofHoms' Al Waer enclave resumes	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/08/syria-evacuation-of--homs-al-waer-enclave-resumes/
8/4/2017	7AJ5d	Trump may take furtheractiononSyria	https://www.aljazeera.com/videos/2017/04/08/trump-may-take-further-action-on-syria/

9/4/2017	7AJ6	Trump is no global humanitari-anor friend toSyrians	http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/04/strike-syria-mark-policy--shift-170407135727320.html
9/4/2017	7AJ6b	Nikki Haley: No solutiontowar-with Assad in power	http://www.aljazeera.com/news/2017/04/nikki-haley-solution-war-assad--power-170409043218584.html
10/4/2017	7AJ7	Assad alliesvowreprisalsagains-tattacksonSyria	https://www.aljazeera.com/news/2017/04/10/assad-allies-vow-reprisals-against-attacks-on-syria/

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.15600

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

A Escola da Autonomia como Contribuição Latino-Americana ao Campo de Estudos da Integração Regional: Fundamentos Teóricos, Conceitos e Categorias

Carolina Albuquerque Silva
Doutora pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil
E-mail: carolina.albuquerque@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4683-2721

Resumo: O artigo trata da tradição de reflexão em torno da ideia de autonomia na América do Sul, com foco nos trabalhos precursores de Jaguaribe e Puig. Suas contribuições, realizadas entre fins dos anos 1960 e meados dos 1980, constituem uma contribuição genuinamente latino-americana para as Relações Internacionais, para a qual selecionaram duas variáveis centrais: as assimetrias de poder no sistema internacional e as possibilidades que os países periféricos poderiam aproveitar para transitar do subdesenvolvimento e da dependência à autonomia. Os autores propuseram a integração regional como uma das estratégias válidas para aumentar as margens de manobra dos países latino-americanos no sistema internacional. No final da década de 1990, novas teorizações continuaram vinculando autonomia e integração, como no caso da 'autonomia relacional' de Russell e Tokatlian. Também no que se refere ao Brasil, a autonomia é um tema central, constituindo-se como um fio condutor da política externa do país desde sua independência. Construído a partir de revisão bibliográfica sistemática, o artigo corrobora a importância de elaborar e divulgar esquemas analíticos próprios, situados desde a periferia do sistema

capitalista, ou do Sul Global, por meio da seleção de variáveis relevantes que permitam identificar as condições estruturais de inserção internacional e integração regional autônomas na América Latina.

Palavras-chave: Autonomia, Integração Regional, América do Sul.

The Autonomy School as a Latin American Contribution to The Regional Integration Field Of Studies: Theoretical Foundations, Concepts and Categories

Abstract: The article discusses the tradition of reflection around the idea of autonomy in South America, focusing on the pioneering works of Jaguaribe and Puig. Their contributions, made between the late 1960s and mid-1980s, represent a genuinely Latin American contribution to International Relations, for which they selected two central variables: power asymmetries in the international system and the opportunities that peripheral countries could seize to move from underdevelopment and dependency to autonomy. The authors proposed regional integration as one of the valid strategies to increase the room for maneuver of Latin American countries within the international system. In the late 1990s, new theories continued to link autonomy and integration, as seen in the case of Russell and Tokatlian's 'relational autonomy'. Autonomy is also a central theme in Brazil, constituting a guiding thread of the country's foreign policy since its independence. Based on a systematic literature review, the article corroborates the importance of developing and disseminating analytical frameworks situated within the periphery of the capitalist system, or the Global South, by selecting relevant variables that allow the identification of the structural conditions for autonomous international insertion and regional integration in Latin America.

Keywords: Autonomy, Regional Integration, South America.

La Escuela de la Autonomía como Contribución Latinoamericana al Campo de Estudios de la Integración Regional: Fundamentos Teóricos, Conceptos y Categorías

Resumen: El artículo trata de la tradición de reflexión en torno a la idea de autonomía en América del Sur, con un enfoque en los trabajos precursores de Jaguaribe y Puig. Sus contribuciones, realizadas entre finales de los años 1960 y mediados de los 1980, constituyen una aportación genuinamente latinoamericana para las Relaciones Internacionales, para la cual seleccionaron dos variables centrales: las asimetrías de poder en el sistema internacional y las posibilidades que los países periféricos podrían aprovechar para transitar del subdesarrollo y la dependencia a la autonomía. Los autores propusieron la integración regional como una de las estrategias válidas para aumentar los márgenes de maniobra de los países latinoamericanos en el sistema internacional. A finales de la década de 1990, nuevas teorizaciones siguieron vinculando autonomía e integración, como en el caso de la 'autonomía relacional' de Russell y Tokatlian. También en lo que respecta a Brasil, la autonomía es un tema central, constituyéndose como un hilo conductor de la política exterior del país desde su independencia. Construido a partir de una revisión bibliográfica sistemática, el artículo corrobora la importancia de elaborar y divulgar esquemas analíticos propios, situados desde la periferia del sistema capitalista, o del Sur Global, mediante la selección de

variables relevantes que permitan identificar las condiciones estructurales de inserción internacional e integración regional autónomas en América Latina.

Palabras clave: Autonomía, Integración Regional, América del Sur

Recebido em: 12/08/2022

Aceito em: 26/01/2024

CC BY NC SA

1.INTRODUÇÃO

Autonomia e integração regional são ideias que têm caminhado juntas ao longo da história latino-americana, influenciando tanto a produção teórica quanto a prática dos projetos políticos e das instituições de integração e cooperação gerados na região. A ideia de unidade regional associada à de autonomia em relação aos ditames das potências hegemônicas está presente na América Latina desde os processos independentistas do século 19, quando o tema se consolidou como um importante pilar do pensamento independentista e das lutas contra o colonialismo espanhol e, posteriormente, as intervenções dos Estados Unidos. Esta tradição se manteve ao longo dos séculos 20 e 21, adequando-se às especificidades dos contextos históricos que se sucediam (Briceño, 2014, 2018; Deciancio, 2016).

Existe, sob essa perspectiva, uma tradição de reflexão em torno da ideia de autonomia na América Latina. Neste sentido, o debate sobre como os projetos institucionais regionais se relacionam com a necessidade de garantir autonomia no cenário internacional está presente desde os primeiras ensaios unitaristas de Bolívar até as iniciativas regionais lançadas nos anos 2000 pelos governos do 'giro à esquerda latino-americano' (Arditi, 2009) , como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016).

O aprofundamento conceitual da noção de autonomia, contudo, data da segunda metade do século 20, com os trabalhos precursores do brasileiro Hélio Jaguaribe e do argentino Juan Carlos Puig. Juntamente com o estruturalismo cepalino e as teorias da dependência, a teoria da autonomia é uma das principais contribuições latino-americanas à disciplina das Relações Internacionais e ao campo de estudos da integração regional, estabelecendo uma leitura original destes, ao fixar como sua base epistemológica um lugar de enunciação próprio dos países da periferia do sistema mundial. Dessa forma, imprimiram ao conceito um conteúdo histórico particular – a discussão sobre as assimetrias na ordem mundial sob a perspectiva da proteção e ampliação da autonomia nacional e regional dos países periféricos (Burian; Míguez, 2021; Briceño; Simonoff, 2017).

Os desafios teóricos assumidos por Jaguaribe e Puig na segunda metade do século 20 tiveram como foco o entendimento das condições para que os países periféricos pudessem atuar da forma mais acorde possível a suas próprias decisões e interesses, de modo a contra-arrestar os constrangimentos impostos pelas potências hegemônicas. Tratava-se, assim, de alinhar as aspirações nacionais e regionais por maiores opções de ação – ou 'margens de manobra' – com as condições objetivas fornecidas pela ordem mundial prevalecente naquele momento histórico específico. Por depender dos atributos de poder dos Estados e das condições externas por eles enfrentadas, a autonomia é sempre relativa, ou seja, uma questão de grau (Vigevani; Ramanzini Júnior, 2014; Granato, 2014; Colacrai, 2009).

Para Simonoff e Briceño (2017, p. 82), as conexões existentes entre Jaguaribe e Puig permitem, não obstante as especificidades de cada um, considerar que sua obra conformou uma 'Escola da Autonomia': uma linha de pesquisa específica da disciplina de Relações Internacionais na América Latina. Ainda que arraigado no pensamento sul-americano – particularmente no Cone Sul – o autonomismo reúne as condições necessárias para ser utilizada na análise das demais sub-regiões latino-americanas e de outras regiões com situações similares de inserção periférica e dependente no sistema internacional (Colacrai, 2009).

A integração regional faz parte dos marcos explicativos das diferentes teorizações latino-americanas sobre autonomia, presente tanto nas análises de Jaguaribe e Puig, quanto em interpretações brasileiras acerca do conceito, como no caso da 'autonomia pela participação' (Fonseca Júnior, 1998) e, também, na 'autonomia relacional' (Russell; Tokatlian, 2002). Mais recentemente, a dimensão da integração e cooperação regional ganhou maior destaque, configurando-se como elemento central nas análises sobre autonomia de autores como Preciado (2018), Colacrai (2009), Briceño e Simonoff (2015), Granato (2014) e Sarti (Sarti *et al*., 2014).

A preocupação com a autonomia também ocupa um lugar central na produção teórica e na história empírica do Brasil, constituindo-se como um fio-condutor da política externa do país desde o início de sua vida independente (Vigevani; Ramanzini Júnior, 2014).

É a consideração acerca da validade da autonomia como ferramenta de análise das prioridades e possibilidades de inserção internacional dos países latino-americanos, face aos condicionamentos geopolíticos e aos interesses e ideias em constante transformação dos atores políticos, econômicos e sociais, que justifica, na atualidade, a opção de dar segmento aos estudos acerca desta temática. O aporte que o presente artigo pretende realizar a este debate consiste em apresentar esta bibliografia organizada a partir das conexões entre autonomia e integração regional, de modo a contribuir para a divulgação da teoria sul-americana da autonomia e para seu reconhecimento como aporte genuinamente latino-americano ao campo de estudos da integração regional e do regionalismo (Silva, 2023).

O artigo foi realizado com base em revisão sistemática da literatura especializada. O texto está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução, e concentra-se na análise das contribuições originais de Jaguaribe e Puig à sistematização teórica da autonomia e de suas correlações com a integração regional, que ocupam a segunda seção. Em seguida é abordada a ideia de 'autonomia relacional' de Russell e Tokatlian (2002), que propuseram uma nova concepção do conceito face às mudanças na ordem internacional do pós-Guerra Fria. A quarta seção, por sua vez, dedica-se aos aportes brasileiros à teoria da autonomia, apresentados em ordem histórica, em função de suas adaptações aos sucessivos contextos nacionais e internacionais. Por fim, o artigo conclui com uma série resumida de considerações acerca da vigência da autonomia para a explicação das possibilidades de inserção internacional dos países latino-americanos na atualidade.

2. JAGUARIBE E PUIG: FORMULADORES ORIGINAIS DA AUTONOMIA COMO TEORIA

Os trabalhos de Juan Carlos Puig (1928-1989) e Hélio Jaguaribe (1923-2018) dedicados ao tema da autonomia foram realizados entre fins dos anos 1960 e meados de 1980, tendo como realidade histórica e referencial empírico o mundo da Guerra Fria, que moldou suas concepções sobre o sistema internacional. Em suas análises pode-se observar, conforme Briceño (2014), uma evolução desde o saber autonomista novecentista, de conteúdo marcadamente empírico e normativo, até uma construção teórica mais aprofundada, que associou autonomia, desenvolvimento econômico, integração regional e política exterior. Esta preocupação com o rigor teórico foi acompanhada pela intenção de influir na política prática e, de fato, a biografia de ambos é marcada pela participação tanto em espaços acadêmicos quanto governamentais (Briceño; Simonoff, 2016)

Jaguaribe e Puig tomam como ponto de partida para seu trabalho sobre autonomia os pressupostos do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da década de 1950 e, também, os das teorias da dependência, correlacionando-as às teorias das Relações Internacionais estadunidenses, particularmente o realismo. No entanto, assumem posições críticas em relação a essas escolas de pensamento (Simonoff; Lorenzini, 2019).

Com as teorias do desenvolvimento elaboradas a partir da CEPAL e com as teorias da dependência, Jaguaribe e Puig compartilhavam a visão de um sistema internacional hierarquizado, dividido entre países do centro e da periferia, bem como o entendimento de que era necessário superar a situação de dependência, remover os obstáculos internos que impendiam o desenvolvimento e promover o acesso das maiorias populacionais ao domínio do Estado. Jaguaribe, no entanto, criticava as propostas estruturalistas por não considerarem de forma adequada o papel das elites na manutenção do subdesenvolvimento, enquanto Puig discordava da exclusividade dada as dimensões econômicas em detrimento das políticas e sociais. Ambos também se afastaram da opção de autonomização via revolução socialista dos enfoques neomarxistas das teorias de dependência, já que acreditavam que a implementação de estratégias autonomizantes poderia levar à superação da dependência, desde uma posição política reformista (Simonoff; Lorenzini, 2019; Granato, 2014; Colacrai, 2009).

No mesmo sentido, embora tenham utilizado diferentes elementos da teoria realista, a relação de Puig e Jaguaribe com o realismo também tomou a feição de uma apropriação criativa, situando-a, diferentemente daquela tradição teórica, a partir de uma perspectiva da margem de ação dos países periféricos, e não da luta por hegemonia entre as grandes potências. Além disso, não consideravam o sistema internacional como anárquico, mas sim como estratificado e hierarquizado. Autores como Briceño e Simonoff (2017) e Tickner (2012) argumentam,

ademais, que a teoria original da autonomia possui referências não apenas no realismo clássico de Morgenthau, mas também na interdependência de Keohane e Nye.

Jaguaribe e Puig traçaram uma ponte entre autonomia como dimensão necessária para superar o subdesenvolvimento e a dependência e autonomia como pilar de uma teoria de política exterior para Brasil e Argentina. Em ambos os casos, o objetivo subjacente era o de ampliar as margens de manobra dos países da periferia em relação às imposições dos países centrais - particularmente dos Estados Unidos - de modo a reduzir o alto grau de vulnerabilidade e dependência externas presentes historicamente na região e conquistar uma participação ativa e não-subordinada no sistema interestatal capitalista. Nesse sentido, como assinala Preciado (2018, p. 54), a teoria da autonomia constitui uma abordagem reformista dos Estados periféricos, a partir de ações viáveis nos marcos do sistema internacional, sem romper com o modelo de acumulação capitalista. A autonomia foi assim concebida como uma forma de ampliação das margens de manobra dos países latino-americanos e não como uma proposta de isolamento ou de confrontação.

No sentido utilizado não apenas por Jaguaribe e Puig, mas pelos teóricos da autonomia em geral, incluídos aí os formuladores da política externa brasileira, 'autonomia' se distancia do conceito de 'soberania', ao qual esteve inicialmente vinculado. Soberania é assim concebida como o reconhecimento, pelos demais países, do status jurídico de um Estado em relação a um território e sua população, conforme o sentido utilizado pelo direito internacional. Já a autonomia relaciona-se à capacidade de um Estado em definir suas políticas nacionais e internacionais a partir de seus interesses próprios, configurando-se, assim, como um conceito eminentemente político, e não jurídico. Conforme Vigevani e Ramanzini Júnior (2014), a autonomia:

> Do ponto de vista acadêmico e político, é uma condição diferente do entendimento da maior parte dos autores do *mainstream* clássico das Relações Internacionais, que definem autonomia como o reconhecimento jurídico de Estados soberanos considerados como "unidades iguais" em uma ordem internacional anárquica (p. 521).

Segundo esta concepção, após as independências, a luta pela soberania foi, de modo geral, perdendo relevância na América Latina, embora com as exceções do México, América Central e Caribe, que foram historicamente objetos de ações intervencionistas e anexação de territórios perpetradas por potências externas, particularmente pelos Estados Unidos[1] (Russell;

1 Os primeiros exemplos das práticas expansionistas e de imposição hegemônica estadunidense sobre a região, ainda no século 19, como o despojo do território mexicano, o desmembramento do Panamá em relação a Colômbia e a construção do canal, os quais se deram sob a orientação estratégica da Doutrina Monroe, tiveram continuidade ao longo do século 20 por meio de intervenções diversas, como nos casos de Cuba, Nicarágua e do apoio aos golpes militares na América do Sul.

Tokatlian, 2002; Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016;). A busca pela autonomia, por sua vez, persiste, já que está relacionada com as experiências históricas dos países latino-americanos em sua lida com o colonialismo, o imperialismo e as assimetrias derivadas das dinâmicas centro-periferia. Por tratar-se de um conceito político, um instrumento para salvaguardar-se dos efeitos mais nocivos do sistema internacional, a autonomia externa não é uma preocupação da maior relevância na produção sobre integração e regionalismo nos centros de poder, como apontam Vigevani e Ramanzini Júnior (2014) e Tickner (2012).

Desse modo, as particularidades históricas do pós-independência na América Latina e no Caribe fizeram com que a reflexão acerca da autonomia se desenvolvesse, conforme asseveram Russell e Tokatlian (2002) como um debate mais sul-americano do que propriamente latino-americano. Também Briceño e Simonoff (2017) destacam que o autonomismo é um enfoque menos conhecido fora da América do Sul se comparado ao estruturalismo cepalino ou às teorias da dependência, que receberam o reconhecimento não apenas do restante da América Latina, mas também de países do centro do sistema. A retomada do debate sobre os vínculos entre autonomia e integração na década de 2010, na esteira do interesse acadêmico despertado pela criação da ALBA, UNASUL e CELAC, também observou, de modo geral, este protagonismo sul-americano. A partir do México, os trabalhos de Jaime Preciado sobre este debate em tempos recentes configuram uma exceção nesta tendência, conforme observado por Briceño (2018, p.68).

Jaguaribe foi o primeiro autor a vincular, sob uma perspectiva periférica e latino-americana, o conceito de autonomia ao campo teórico das relações internacionais, particularmente por meio de dois trabalhos produzidos em um intervalo de dez anos, ambos publicados em espanhol: "*Dependencia y autonomía en América Latina*" (Jaguaribe, 2017 [1969]) e "*Autonomía periférica y hegemonía céntrica*" (Jaguaribe, 1979).

A proposta de Jaguaribe de uma autonomia periférica como alternativa para a superação da dependência na América Latina tem como cerne a ideia de estratificação do sistema internacional sob liderança dos Estados Unidos e da União Soviética, por ele denominado como um sistema 'imperial'. O sistema internacional imperial se caracterizava pela existência de quatro graus de capacidade de autodeterminação dos Estados: 'primazia geral', 'primazia regional', 'autonomia' e 'dependência'. (Jaguaribe, 1979).

A primazia geral correspondia ao papel dos Estados Unidos e da União Soviética durante a Guerra Fria, em função da 'preponderância mundial generalizada' de que gozavam dos pontos de vista político, econômico e militar (Jaguaribe, 1979, p. 92). Além de uma capacidade quase total de autodeterminação, a esses Estados cabia também a prerrogativa de definir as regras do jogo internacional e, portanto, a forma de inserção dos demais países nele. Em seguida vinha a primazia regional, representada por aqueles Estados que também haviam garantido a inexpugnabilidade de seus territórios e que exerciam sua influência sobre áreas determinadas, embora não mundialmente (países da Europa Ocidental, Japão e, posteriormente, China).

O terceiro estrato do sistema mundial de Jaguaribe correspondia à autonomia, que compreendia aqueles países que, embora não tivessem garantido a inviolabilidade de seus territórios, dispunham de meios para impor penalidades 'materiais e morais' contra agressores externos (Jaguaribe, 1979, p. 93). Estes países mantinham considerável capacidade de definir a condução de seus assuntos internos, além de algum grau de independência em sua atuação internacional. Jaguaribe dividiu a autonomia em dois subníveis: a autonomia geral, em que se encontravam, à época, o Brasil, na América do Sul, e o Irã, no sudoeste da Ásia/Oriente Médio; e a autonomia setorial, de natureza econômica, derivada da posse de vantagens comparativas como os recursos petroleiros da Arábia Saudita.

O último nível em capacidade de autodeterminação no sistema internacional estratificado, o da dependência, incluía a maioria dos países do mundo, aqueles cujas definições de atuação doméstica e internacional estavam subordinadas a poderes externos, ou seja, aos países dos estratos superiores. Este nível englobava as colônias ainda existentes e, mais comumente, os Estados que gozavam de uma soberania apenas nominal, enquanto de fato encontravam-se subjugados aos interesses de terceiros países mais poderosos.

Quadro 1 - Esquema Analítico da Autonomia em Jaguaribe

ESTRATOS DO SISTEMA INTERNACIONAL IMPERIAL DA GUERRA FRIA		
Estrato	**Características**	**Países**
Primazia geral	Países que gozavam de preponderância mundial dos pontos de vista político, econômico e militar, detinham a prerrogativa de definir as regras do sistema internacional e as formas de inserção dos demais países nele.	Estados Unidos e União Soviética
Primazia regional	Países que haviam garantido a inexpugnabilidade de seus territórios e que exerciam influência sobre áreas determinadas, embora não mundialmente.	Europa Ocidental, Japão
Autonomia	Países que, embora não houvessem garantido a inviolabilidade de seus territórios, dispunham de meios para impor penalidades 'materiais e morais' a potenciais agressores externos e que mantinham alguma capacidade de definir a condução de seus assuntos internos e de sua atuação internacional. Dividiam-se em autonomia geral e autonomia setorial, derivada da posse de vantagens comparativas (por ex. recursos petroleiros).	Autonomia geral: Brasil, Irã; Autonomia setorial: Arábia Saudita
Dependência	Países cujas definições de atuação doméstica e internacional estavam subordinadas a poderes externos, incluindo as colônias ainda existentes e os Estados que gozavam de uma soberania apenas nominal.	Demais países do mundo

contínua

CC BY NC SA

CONDIÇÕES PARA QUE OS PAÍSES DA PERIFERIA ALCANCEM A AUTONOMIA	
Condição	**Características**
Viabilidade nacional	Categoria relativa e histórica, que se refere a que um país disponha de elites comprometidas e de recursos humanos, materiais, socioculturais e diplomáticos suficientes para garantir sua autonomia.
Permissibilidade internacional	Condições existentes no sistema internacional (os condicionamentos impostos pelos países do topo da estratificação do sistema) para que um Estado ou um grupo de Estados possam levar a cabo estratégias autonomizantes.

Fonte: Elaboração própria com base em Simonoff e Lorenzini (2019); Briceño e Simonoff (2017); Jaguaribe (1979).

A estratificação do sistema internacional de Jaguaribe é, contudo, dinâmica, e passível de alteração em função de mudanças que podem ocorrer tanto nas capacidades internas dos países quanto nas condições internacionais dadas. Os países da periferia poderiam vir a alcançar a autonomia desde que garantidos os dois requisitos necessários para tanto, denominados por Jaguaribe como 'viabilidade nacional' e 'permissibilidade internacional'(Quadro 1).

A viabilidade nacional é uma categoria essencialmente relativa e histórica, que está relacionada a que um país disponha, em um determinado momento histórico, de recursos humanos, materiais, socioculturais e de capacidades diplomáticas suficientes para conquistar sua autonomia (Jaguaribe, 1979, p. 96). O Estado, como provedor das políticas públicas responsáveis pela provisão desses recursos e capacidades, é central nesta perspectiva, embora Jaguaribe também tenha destacado a importância do papel de elites nacionais comprometidas com o projeto autonomista (Simonoff; Lorenzini, 2019; Briceño, 2014).

A permissibilidade internacional, por sua vez, refere-se às condições existentes no sistema internacional – ou seja, os condicionamentos impostos pelos países do centro do sistema – para que um Estado ou um grupo de Estados possam levar a cabo estratégias autonomizantes. A permissibilidade internacional não é concedida pelo sistema internacional e depende basicamente da situação geopolítica de cada nação, de seus recursos econômicos, empresariais, tecnológicos, militares e diplomáticos, assim como de suas alianças estratégicas, ou seja, dos fatores que habilitam os países a neutralizar coações e represálias de terceiros. No caso do Brasil, a aliança estratégica primordial era com a Argentina (Jaguaribe, 1979, p. 97).

A proposta de Jaguaribe para que um país viesse a ser viável nacionalmente e a contar com um grau suficiente de permissibilidade internacional era a adoção, por governos e sociedades, de um modelo de desenvolvimento heterodoxo, por ele denominado de 'Modelo Autônomo do Desenvolvimento e Integração da América Latina' (MADIAL), que consistia em uma visão multidimensional do desenvolvimento que incluía elementos econômicos, políticos e socioculturais. Do ponto de vista econômico, além dos aspectos comerciais e industriais, ressaltava a importância da capacitação científico-tecnológica. Já a dimensão política e so-

ciocultural compreendia questões amplas como o nível educacional das populações envolvidas, o acesso aos serviços públicos e o grau de representatividade social do sistema político (Jaguaribe, 2017 [1969]). Desse modo, a ênfase do autor recaía, conforme Colacrai (2009), na necessidade de mobilização interna de recursos diversos e no compromisso das elites com projetos autonomizantes.

Puig, por sua vez, coincidia com Jaguaribe no tocante ao entendimento sobre a natureza do sistema internacional como fundamentalmente estratificado/hierarquizado, dividido entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia, Norte e Sul. A localização dos países nesta escala de desenvolvimento e atributos de poder definia o grau de autonomia de que cada um dispunha: no topo estavam os países desenvolvidos e autônomos, possuidores de armas nucleares, que podiam exercer graus diferenciados de controle sobre os países que, estando abaixo na hierarquia mundial, pretendessem implementar estratégias autonomizantes, já fossem econômicas, políticas ou militares. Na base do sistema estavam a maior parte dos países do mundo, ou seja, os Estados subdesenvolvidos/dependentes/periféricos, cuja escassez de atributos de poder não lhes permitia conquistar uma situação de autonomia a curto ou médio prazo.

Sob esta perspectiva, existe uma correlação entre a concepção de Jaguaribe sobre os estratos do sistema internacional (primazia geral, primazia regional, autonomia e dependência) e a análise de Puig sobre a divisão de funções entre os atores do sistema, que compunha uma hierarquia formada por países 'distribuidores supremos', 'distribuidores intermediários' e 'receptores'[2] (Puig, 1986).

Os distribuidores supremos são as superpotências mundiais – Estados Unidos e União Soviética, à época de Puig – que detêm a prerrogativa de definir as normas de funcionamento do sistema internacional e de garantir a imposição e o cumprimento destas. Em seguida situam-se os distribuidores intermediários, que seguem as orientações gerais determinadas pelos distribuidores supremos, mas mantêm alguma margem de manobra para a realização de iniciativas autônomas, desde que estas não se choquem com as definições estratégicas realizadas no primeiro grau hierárquico, categoria em que então se enquadrava a Europa Ocidental. Por fim estão os países receptores, aqueles aos quais cabe receber e cumprir as normas distribuídas pelos dois primeiros níveis da hierarquia internacional, situação em que se encontrava, e ainda se encontra, a maior parte dos países existentes (Puig, 1986; Simonoff; Lorenzini, 2019).

2 Tradução nossa. Os termos no original em espanhol são: '*repartidores supremos*', '*repartidores intermedios*' e '*recipiendarios*'.

A partir de sua reflexão acerca do sistema internacional hierarquizado, Puig elaborou quatro categorias de dependência/autonomia (Quadro 2), que representavam os estágios que os países deveriam superar para conquistar a autonomia plena, a saber: 'dependência paracolonial', 'dependência nacional', 'autonomia heterodoxa' e 'autonomia separatista'[3] (Puig, 1980).

A dependência paracolonial se observa naqueles países periféricos que, embora possuam governos formalmente soberanos, as elites que representam o poder de fato nas sociedades nacionais agem como meros apêndices dos governos dos países do topo da hierarquia mundial. Já a dependência nacional ocorre quando as elites nacionais racionalizam a condição de dependência de seus países e, a partir daí, podem desenvolver projetos próprios, ainda que dependentes dos países os distribuidores supremos e intermediários.

A autonomia heterodoxa, por sua vez, configurava a categoria que Puig julgava mais adequada como orientação para as políticas externas de Argentina e Brasil. Neste caso, tem-se uma elite nacional autonomista que, ainda que sem cruzar os limites estratégicos das grandes potências, podem delas discrepar quanto a elementos não essenciais para a manutenção do status internacional, como quanto à celebração de alianças entre países periféricos, desde que estas não ferissem questões estratégicas para o Bloco Ocidental – situação em que possivelmente se enquadraria a aliança Brasil-Argentina. Na autonomia heterodoxa ocorre, portanto, uma separação entre o que são os interesses nacionais das elites das potências dominantes e o que são de fato os interesses cruciais ou estratégicos dos blocos por elas encabeçados.

A autonomia separatista, por fim, significava a ruptura dos laços entre o Estado periférico e a potência hegemônica. Para Puig (1980), esta opção, potencialmente revolucionária, não era recomendável, pois levaria ao esgotamento dos recursos nacionais e à instabilidade política interna e externa.

3 O original é *'autonomía secesionista'*.

Quadro 2 - Esquema Analítico da Autonomia em Puig

DIVISÃO DE FUNÇÕES NO SISTEMA INTERNACIONAL DA GUERRA FRIA		
Função	**Características**	**Países**
Distribuidores supremos	Países que detêm a prerrogativa de definir as normas de funcionamento do sistema internacional e de garantir a imposição e o cumprimento destas.	Estados Unidos e União Soviética
Distribuidores intermediários	Países que seguem as orientações gerais determinadas pelos distribuidores supremos, mas mantêm alguma margem de manobra para a realização de iniciativas autônomas, desde que estas não se choquem com as definições estratégicas realizadas no primeiro grau hierárquico.	Europa Ocidental
Receptores	Países aos quais cabem receber e cumprir as normas distribuídas pelos dois primeiros níveis da hierarquia internacional.	Demais países do mundo
ESTÁGIOS DA ESCALA DEPENDÊNCIA/AUTONOMIA		
Estágio	**Características**	
Dependência paracolonial	Países periféricos em que, embora existam governos formalmente soberanos, as elites não possuem um projeto próprio e atuam como 'apêndices' dos governos dos países do topo da hierarquia internacional.	
Dependência nacional	Países periféricos em que, ainda que dependentes dos Estados do topo da hierarquia internacional, as elites nacionais conseguem desenvolver alguns projetos próprios.	
Autonomia heterodoxa	Países que possuem uma elite nacional autonomista que, ainda que sem cruzar os limites estratégicos das grandes potências, podem delas discrepar quanto a questões como seus modelos de desenvolvimento interno ou a celebração de alianças entre países periféricos, como no caso Brasil-Argentina.	
Autonomia separatista	Países periféricos que propunham a ruptura dos laços com a potência hegemônica, inclusive pela via revolucionária.	

Fonte: Elaboração própria com base em Simonoff e Lorenzini (2019); Briceño e Simonoff (2017); Puig (1986).

Ainda que o Estado-nação seja a principal variável da análise de Puig, a categoria 'poder' não é por ele compreendida apenas em termos materiais e militares, e as elites nacionais também são um elemento central em seu pensamento. Para o autor, o interesse nacional não era algo permanente e racional, nem o Estado um ator unitário, mas sim o reflexo das preferências dos grupos sociais que formam as elites, os quais disputam entre si a condução dos governos como forma de conservar seus privilégios na sociedade nacional. O mesmo ocorria quanto às opções de autonomia e política externa descritas por Puig nos conceitos de dependência paracolonial, dependência racionalizada, autonomia heterodoxa e autonomia separatista, conforme sintetizado por Briceño e Simonoff:

> Cada uma destas categorias é definida pelo papel que as elites atribuem ao seu Estado no sistema internacional, seja por não terem um projeto próprio e, portanto, estarem subordinadas à grande potência (dependência paracolonial), por possuírem um projeto, mesmo que dependente (dependência racionalizada), se possuem um projeto autonomista (autonomista heterodoxa), ou se propõe um que conduza a uma ruptura estratégica (autonomia separatista) (Briceño; Simonoff, 2016, p. 60, tradução nossa).

A análise de Puig concentrou-se, assim, em dois elementos: a assimetria existente no sistema internacional, particularmente nas relações entre a América Latina e os Estados Unidos, e as margens de manobra necessárias para que as elites nacionais dos países dependentes pudessem implementar projetos nacionais próprios. Este 'arco de oposições' traçado pelo autor ia da dependência, em um extremo, à autonomia, no outro. Neste sentido, coincidia com Jaguaribe quanto a que, apesar do caráter estratificado/hierarquizado do sistema internacional, era possível para a periferia superar a dependência a partir de políticas autonomizantes. Ao analisar o conceito de autonomia heterodoxa de forma articulada com as condições objetivas do sistema internacional naquele período histórico específico, Puig pôde apresentar propostas de como os Estados periféricos poderiam utilizar suas capacidades nacionais para conseguir autonomia nos marcos da ordem internacional bipolar (Simonoff; Lorenzini, 2019; Colacrai, 2009).

Entre os anos 1960 e 1980, a autonomia se consolidou como um dos eixos das visões sul-americanas sobre política externa, especialmente no Cone Sul. Nas diplomacias de Brasil e Argentina, influenciou especialmente a Terceira Posição, no caso argentino, e a Política Externa Independente (PEI) e o Pragmatismo Responsável, no caso brasileiro. A Terceira Posição foi elaborada no governo de Juan Domingo Perón e vigorou durante seus três mandatos (1946-1952, 1952-1955 e 1973-1974), tendo inspirado também as políticas externas de Arturo Frondizi (1958-1962), Arturo Illia (1963-1966) e Héctor Cámpora (1973). A PEI, por sua vez, marcou as presidências de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), e teve seus princípios em parte recuperados em meados da década de 1970, já sob a ditadura militar, influenciando o Pragmatismo Responsável do governo Geisel.

Em comum, estas doutrinas de política externa propunham uma certa equidistância dos conflitos da Guerra Fria, com o intuito de ampliar a autonomia nacional e permitir melhores condições de negociação nas relações assimétricas com os Estados Unidos, de modo a distinguir as questões realmente estratégicas da ordem mundial bipolar daquilo que eram apenas expressões dos interesses nacionais estadunidenses. As boas relações com os vizinhos também faziam parte dessas abordagens, bem como suas vinculações internas com o desenvolvimentismo, que lhes forneceu base material e ideológica (Bernal-Meza, 2015; Saraiva, 2014).

Aqui, cabe recuperar a abordagem de Colacrai (2009) que situa as contribuições do autonomismo de Jaguaribe e Puig na categoria de 'ideias-força', que se estabeleceram no centro de um rico debate intelectual que envolveu acadêmicos, políticos e tomadores de decisão nos anos 1960 e 1970, impactando na orientação das políticas exteriores dos países sul-americanos.

2.1. A integração regional como dimensão agregada da autonomia em Jaguaribe e Puig

Simonoff e Lorenzini (2019) assinalam que Puig e Jaguaribe compartilham um conjunto-chave de concepções a respeito da integração, não obstante as particularidades do pensamento de cada um. Na base de sua interpretação estava a consideração de que, agindo individualmente, nenhum país periférico poderia modificar sua situação de dependência. Para o grupo de países dependentes, mas com potencial de alcançar maior autonomia, como Argentina e Brasil, a integração regional seria, sob essa perspectiva, o instrumento principal para incrementar progressivamente suas margens de manobra individuais e coletivas.

A integração foi pensada tanto por Puig quanto por Jaguaribe como uma dimensão instrumental da autonomia, cujo objetivo era somar recursos para favorecer o desenvolvimento e, com isso, fortalecer os processos autonomizantes. Seus trabalhos constituem uma contribuição original ao campo de estudos da integração regional desde a América Latina, mas passível de aplicação para as realidades de outras regiões periféricas.

Ambos coincidiam quanto ao papel central ocupado pelas elites nacionais na adoção e manutenção de ações regionais autonomizantes, as quais dependeriam diretamente da interpretação e, sobretudo, da decisão das elites de apostar em processos de integração como caminho para a autonomia. Também compartilhavam do entendimento de que a integração deveria ser construída de maneira gradual e seletiva, de modo a acomodar as particularidades e assimetrias entre os países envolvidos.

A visão de Puig sobre a integração regional foi, em certa medida, vanguardista, uma vez que não se limitava às ações ente Estados nem à dimensão econômico-comercial, uma perspectiva que apontava, de forma pioneira, para caminhos de pesquisa abertos a incorporar o papel de atores não estatais – empresas e, ainda, movimentos e organizações da sociedade civil – nos projetos integracionistas. A integração era assim entendida como:

> (...) o fenômeno social em que dois ou mais grupos humanos adotam uma regulamentação permanente de determinados assuntos que até então eram de seu domínio exclusivo e envolve não apenas os Estados, mas também qualquer agrupamento, micro - como sociedades e empresas - e macro - a comunidade internacional (Puig, 1986, p. 41, tradução nossa).

Por se tratar de assunto social e humano, para Puig um processo de integração autonomista deveria representar os valores compartilhados pelos países latino-americanos, dentre os quais destacava-se o desejo – tanto das elites quanto dos 'povos' – por construir países autônomos em relação às imposições do sistema internacional. Sua abordagem diferia, portanto, de uma visão puramente estadocêntrica, que foi a que predominou na maioria dos projetos de integração latino-americanos (Bernal-Meza, 2015).

Como derivação deste entendimento da integração como fenômeno eminentemente social, Puig propunha que não era qualquer modelo de integração regional que favoreceria a autonomia, mas apenas aquelas propostas relacionadas a estratégias que não se resumiam a medidas comerciais, devendo englobar os valores compartilhados e a dimensão mais ampla da complementação/cooperação entre sociedades. Puig denominou este modelo de 'integração solidária', ao qual opôs o modelo de 'integração comercialista' que nos anos 1960 se irradiava a partir da CEPAL, por ele considerado unidimensional, em função da ênfase na dimensão econômica, que subestimava a necessidade de promover não apenas o desenvolvimento industrial, mas também políticas a favor da autonomia política e social, de modo a expandir a viabilidade nacional (Puig, 1986).

Sob esta perspectiva, foi um crítico das experiências da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) e do Mercado Comum Centro-americano (MCCA), ambas criadas em 1960, que considerou como funcionais às expectativas dos Estados Unidos e das empresas transnacionais, portanto contraditórias à conquista e manutenção de autonomia (Puig, 1986). Para Puig, em uma região tão profundamente heterogênea como a América Latina, eram a solidariedade e os valores comuns, e não a expectativa de interdependência econômica, que poderiam fornecer as bases para a integração. Conforme atesta Bernal-Meza (2015):

> Puig defendeu desde o início uma integração ampla, não restrita aos aspectos económicos e à geração de interdependências nesse campo. Nessa altura (1986), ele tinha uma visão muito crítica sobre o destino de uma integração planejada nesses termos. Inclinar-se por uma integração econômica baseada na interdependência era um caminho lento e incerto. Uma integração baseada na concepção de um amplo mercado entre nações extremamente desiguais em potencial e status, quando algumas delas já tinham avançado significativamente na sua evolução industrial e desenvolvido fortes grupos de pressão, sem levar em conta as integrações não estatais que inexoravelmente iriam ser fomentadas pelo fenômeno, estava condenada desde o início à inanição e a definhar (p. 107-108, tradução nossa).

Jaguaribe, por sua vez, considerava a integração regional um mecanismo para potencializar os processos nacionais de desenvolvimento e industrialização e para incrementar as margens de manobra internacional tanto do Brasil quanto dos países vizinhos, de modo a

garantir uma inserção não subordinada na ordem mundial da Guerra Fria e, posteriormente, na globalização. Sob essa perspectiva, o eixo central de suas propostas para a teoria e a prática da política externa consistia na aproximação entre Brasil e Argentina, por ele considerada como uma aliança estratégica – já que, sozinhos, nenhum dos dois países seria capaz de fazer frente ao imperialismo estadunidense. Foi, sob essa perspectiva, um influenciador da política externa brasileira quanto à integração institucional sul-americana: integração bilateral entre os dois países por meio do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), em 1985; criação do Mercado Comum do Sul MERCOSUL), em 1991 e, finalmente, em 2008, da UNASUL (Jaguaribe, 2017 [1969]; 2008; 2010).

Para Jaguaribe, a integração deveria ocorrer de forma gradual e, dada a heterogeneidade intrarregional, a incorporação de novos países deveria se dar na medida em que cada um fosse avançando na implementação de projetos nacionais de desenvolvimento autônomo, ou seja, em que incrementassem sua viabilidade (Jaguaribe, 2017 [1969]). O autor concebeu a integração regional como dimensão agregada de seu projeto de desenvolvimento autônomo:

> (...) o "modelo autônomo de desenvolvimento e integração da América Latina", que designarei pela sigla MADIAL, teria como característica distintiva o fato de colocar nos conceitos habituais de "desenvolvimento nacional" e de "integração latino-americana" uma dupla ênfase na ideia de "autonomia". Num primeiro sentido, esta autonomia se referiria ao processo de tomada de decisão. Um desenvolvimento autônomo e, da mesma forma, um movimento autônomo de integração da América Latina consistiria, em ambos os casos, em processos cujas decisões relevantes seriam tomadas, tanto no aspecto político como nos aspectos econômico, cultural e social, por autores e agências latino-americanos, com base nos seus próprios interesses, de acordo com a sua própria perspectiva e através das suas decisões livres (Jaguaribe, 2017 [1969], p. 24, tradução nossa).

Nas décadas de 1990 e 2000, Jaguaribe seguiu escrevendo sobre a integração sul-americana em geral e sobre as relações com a Argentina em particular, sempre em vinculação com suas propostas autonomistas. Frente ao processo de globalização, que resultava em poderosos efeitos 'desnacionalizantes', mais agudos quanto mais subdesenvolvidos e periféricos fossem os países, a resposta consistia, para o autor, em fortalecer o projeto integracionista sul-americano:

> A resposta (...) consiste em preservar a mais ampla margem possível de autonomia interna, através de processos de integração regional ou sub-regional. Esta é a principal contribuição do Mercosul (com suas possíveis e necessárias melhorias) para os seus países membros. Será a principal contribuição de um sistema sul-americano de cooperação e livre comércio, tal como tem sido

> proposto nas diversas Cúpulas Sul-Americanas desde 2000, cujo atual quadro institucional é a UNASUL (Jaguaribe, 2010, p. 24-25, tradução nossa).

A chave para a preservação da identidade nacional brasileira e dos demais países sul-americanos, ameaçada pela globalização e pelas medidas unilateralistas de Washington, consistia, assim, no fortalecimento da aliança estratégica entre Argentina e Brasil, à qual, no início do novo século, deveria somar-se a Venezuela, o que levaria à consolidação do MERCOSUL e, como decorrência, da UNASUL (Jaguaribe, 2008, p. 321).

3. RETOMADA DA AUTONOMIA NO PÓS-GUERRA FRIA: A AUTONOMIA RELACIONAL

O novo contexto mundial que se estabeleceu a partir de fins da década de 1980, com o fim da Guerra Fria e a hegemonia do neoliberalismo, fez com que o autonomismo, bem como o desenvolvimentismo cepalino e as teorias da dependência, fossem duramente criticados. Do ponto de vista político, apregoava-se uma suposta perda de relevância do Estado-Nação e, consequentemente, da categoria 'autonomia estatal'. Do ponto de vista econômico, os programas de ajuste estrutural vinculados à globalização neoliberal determinaram um modelo de inserção internacional baseado na abertura comercial, em que políticas econômicas de caráter desenvolvimentista foram consideradas como anacrônicas e inviáveis.

O interesse na ideia de autonomia, como categoria explicativa da política exterior e do regionalismo na América Latina, foi retomado no final da década seguinte, o que resultou em diferentes iniciativas de atualização da teoria de autonomia à nova realidade do sistema internacional. Na Argentina, mereceu destaque a ideia de 'autonomia relacional' proposta por Russel e Tokatlian (2002). No centro de sua argumentação estava a concepção de que a reflexão sobre autonomia para os países latino-americanos deveria ser repensada com base em um novo 'contexto de ação' ou 'marco para a ação' que se impunha com a globalização e o fim da Guerra Fria, do ponto de vista mundial, e com a integração e a redemocratização, do ponto de vista do Cone Sul (Russell; Tokatlian, 2002, p. 166).

Neste novo marco de ação internacional, a autonomia se correlacionava à cooperação, à integração regional e à participação ativa em organizações e regimes internacionais. Este padrão de relações regionais e internacionais cooperativas, com base no fortalecimento das instituições multilaterais, foi denominado por Russel e Tokatlian como 'autonomia relacional'.

Segundo esta concepção, perdia relevância a análise da autonomia latino-americana em termos de oposição ou confronto à hegemonia estadunidense. Ao contrário, os desafios da globalização deveriam ser encarados não com base em estratégias de nacionalização, mas sim de regionalização e internacionalização, por meio da ação regionalmente coordenada em

CC BY NC SA

relação aos temas relevantes da agenda mundial, de modo a conseguir uma participação ativa na elaboração das normas internacionais, ou seja, na nova 'governança global'. Organizações e regimes multilaterais funcionariam, assim, como o suporte institucional para o exercício da autonomia relacional (Russell; Tokatlian, 2002, p. 179-180). Neste sentido, pode-se perceber uma vinculação entre esta abordagem e a leitura, então hegemônica, da globalização neoliberal como único caminho possível (Burian; Míguez, 2021; Colacrai, 2009).

No marco explicativo da autonomia relacional, a integração ganha um novo status, que a vincula com a própria identidade nacional dos países latino-americanos. Trata-se de uma redefinição segundo a qual a integração regional passa a ser encarada como dimensão substancial e constitutiva da autonomia, e não como agregação ou instrumento para atingi-la (Colacrai, 2009).

Os autores buscaram afastar-se das análises de Jaguaribe e Puig, às quais caracterizaram como 'realismo da periferia' e relacionaram ao isolamento e à confrontação. Esta leitura foi, contudo, objeto de crítica por parte de especialistas como Simonoff e Briceño (2017), que argumentaram que o autonomismo clássico não era aprioristicamente isolacionista, mas que condicionava a participação em cada projeto regional ou internacional à presença de intenções autonomistas, ou seja, a projetos que permitissem promover políticas autonomizantes nacionais e regionais para aproveitar a permissibilidade do sistema internacional e aumentar a viabilidade nacional.

Sob tal perspectiva, o ponto central da crítica que se pode fazer à reinterpretação da autonomia realizada por Russell e Tokatlian é que esta não deu suficiente atenção à vigência de relações de poder, dominação e subordinação no sistema internacional, que implicam na existência de países centrais e dominantes e de países periféricos e dependentes. Subestimou, assim, o grau de confrontação necessário para a viabilização de uma inserção contra-hegemônica no sistema internacional (Burian; Míguez, 2021).

De qualquer modo, o aporte dos autores demonstrou que a autonomia, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, continuou sendo considerada como uma categoria válida para explicar as relações internacionais desde a América Latina (Briceño; Simonoff, 2017). Além disso, sua proposição sobre a integração como elemento ineludível e indissociável da autonomia representa uma contribuição importante para a necessária ressignificação do conceito de autonomia face aos desafios enfrentados pela América Latina no século 21.

A autonomia relacional foi acompanhada pela elaboração de outras definições de autonomia que iam na mesma direção conceitual e programática. Este é o caso da 'autonomia pela participação', proposta pelo diplomata brasileiro Gelson Fonseca Júnior (1998), que será explorada na seção seguinte, dedicada a apresentar um recorrido sintético sobre a evolução do conceito de autonomia no Brasil.

4. AUTONOMIA COMO FIO CONDUTOR DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A ideia de autonomia é profundamente arraigada na história da política externa brasileira, consistindo no núcleo em torno do qual construiu-se uma certa continuidade nas visões nacionais de política externa, que perdura desde a constituição do Estado nacional em 1822 até a atualidade, ainda que com diferentes feições e ênfases derivadas da adaptação do conceito aos diferentes contextos geopolíticos que acompanharam as mudanças no cenário internacional ao longo desses 200 anos. No Brasil, o debate sobre a autonomia concentrou-se tanto em preocupações teóricas quanto em sua dimensão empírica, centradas em como manter as capacidades nacionais para tomar suas decisões de forma autônoma (Briceño, 2014; Saraiva, 2014). Conforme Vigevani e Ramanzini Júnior (2014):

> Historicamente, para o Estado brasileiro, a ideia de autonomia significou, frente ao mundo exterior, capacidade de decisão diante dos centros de poder internacional, viabilizando a possibilidade de o país realizar reais escolhas. Isso valeu em diferentes momentos com maior ou menor intensidade, mas é um fio condutor constante, válido até os dias de hoje, na segunda década do século XXI (p. 517-518).

Saraiva (2014) utiliza os termos 'autonomia' e 'autonomia decisória' como sinônimos, um conceito que passou por diferentes ressignificações discursivas ao longo da história brasileira, transmutando-se desde suas concepções originais mais autárquicas em formatos novos de autonomia como participação/integração/diversificação assumidos a partir dos anos 1990. Apesar dessas transformações, alguns elementos mantiveram-se ao longo do tempo, dentre eles, a ausência de preferências políticas, já que o conceito de autonomia foi apropriado tanto pela direita nacionalista, como no caso do Pragmatismo Responsável durante a ditadura militar, quanto pelas esquerdas nacionalistas, tal como ocorreu durante a PEI, no século 20, e ao longo dos governos de Lula da Silva e Dilma Roussef, já no século 21.

A ideia de autonomia esteve também atrelada, no geral, a uma valorização do papel indutor do Estado frente à necessidade de planejar o desenvolvimento e a internacionalização logística do país via obras de infraestrutura. Além disso, conforme a concepção de Saraiva, a prática e o discurso autonomistas mantiveram, no Brasil, um caráter mais moderado e conciliador, baseado no acúmulo de capacidades diplomáticas, em comparação com tons mais desafiadores que o conceito por vezes recebeu em países vizinhos.

Entre transformações e continuidades, a centralidade dada à autonomia pode ser rastreada até a política exterior do Império. Embora escravistas e oligárquicos, os condutores da política externa imperial buscaram estabelecer uma certa autonomia liberal frente às pressões

impostas pela Inglaterra, com base em uma percepção do interesse nacional que incluía não apenas a agroexportação, mas também protoprojetos de industrialização. Essa política externa ensaiou elementos que viriam a perpetuar-se como constantes das preocupações brasileiras quanto à sua inserção internacional, dentre os quais: a busca da autonomia alfandegária como meio de normatizar o comércio externo e promover a indústria; o estabelecimento de políticas perenes de limites e fronteiras, estimulando uma perspectiva de paz e cooperação com os vizinhos; e a decisão de priorizar a relação platina que, surgida ainda no século 19, viria a tornar-se uma constante da política externa brasileira, renovada, no século 20, por meio do MERCOSUL (Saraiva, 2014).

Uma noção que unia política externa, autonomia e desenvolvimento também se impôs na Era Vargas (1930-1945). O conceito autonomista de Vargas e de seu chanceler Oswaldo Aranha aproximou o Brasil de seu entorno regional. A integração do país com seus vizinhos, particularmente por meio da construção de pontes e ferrovias de ligação, foi um processo que teve início naquele período histórico. A política externa varguista antecipou a concepção de Jaguaribe de exercício da viabilidade nacional em um contexto de dependência econômica e pressão das grandes potências. Nesse sentido, a diplomacia brasileira buscou negociar os termos nos quais se daria o alinhamento com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, inaugurando, em relação à potência continental, um padrão de barganhas econômicas e políticas que perduraria nas décadas seguintes.

Foi nos anos 1960, por meio da Política Externa Independente, que o conceito de autonomia ganhou maior proeminência na política exterior brasileira. Marca dos governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), a PEI teve como principais formuladores os chanceleres Afonso Arinos de Melo Franco (Quadros), João Augusto de Araújo Castro e Francisco de San Tiago Dantas (Goulart), com destaque para o último. A PEI suscitou intensos debates na sociedade brasileira, algo incomum na história do país no que diz respeito a suas opções de política externa:

> Parece relevante reconhecer que a política externa independente foi, em todo caso, um laboratório particular de emanações discursivas em torno do conceito de autonomia em política externa. Ancorada nos tempos da Guerra Fria, da descolonização afro-asiática, da crise cubana, da tensão nuclear e da bipolaridade estratégica, a PEI foi marcada por grandes debates internos no Brasil do início dos anos 1960 (Saraiva, 2014, p. 30-31).

A partir de fins dos anos 1990, a teorização brasileira acerca do conceito de autonomia caracterizou-se pela adoção de adjetivos que buscavam captar as diferenças entre as práticas da política externa do país em função das sucessivas mudanças nos contextos geopolíticos ao longo do tempo. Surgiram, assim, os conceitos de 'autonomia pela distância' e 'autonomia pela participação' (Fonseca Júnior, 1998) e de 'autonomia pela diversificação' (Vigevani; Cepaluni, 2007).

A autonomia pela distância buscou sintetizar os principais atributos da prática da diplomacia brasileira durante a Guerra Fria, caracterizada por certo distanciamento pragmático em relação às ações do Bloco Ocidental e pelo apoio ao surgimento de uma nova ordem econômica internacional. Essa posição prevaleceu durante a PEI (1961-1964) e durante o Pragmatismo Responsável de Geisel (1974-1979) (Fonseca Júnior, 1998). A partir do final dos anos 1970 e, principalmente, nos anos 1980, esse modelo entrou em um processo de declínio estimulado pela crise da dívida externa e pelos choques do petróleo, levando a uma situação de instabilidade econômica e política. Como resultado, a partir de 1989, a política externa brasileira ganharia novas feições, adequando-se, assim, ao novo contexto de redemocratização nacional, fim da Guerra Fria e aceleração da globalização (Vigevani; Cepaluni, 2007).

Nesse novo contexto, a autonomia deixaria de significar 'distância' dos temas polêmicos da agenda internacional para passar a traduzir-se por 'participação', ou seja, pela intenção de incidir nesta agenda e participar de seus processos decisórios, por meio da adesão aos regimes internacionais. O cenário de criação de novas regras e de instituições que se estabelecera na década de 1990 abriria, sob essa perspectiva, novas possibilidades para a ação dos países em desenvolvimento, especialmente do Brasil, que aspirava poder influenciar a nova agenda internacional com base nos valores da tradição diplomática brasileira, levando a uma participação 'positiva' do país no sistema internacional (Fonseca Júnior, 1998). Neste sentido, Vigevani e Ramanzini Júnior (2014) defendem que a linha de raciocínio de Fonseca Júnior seria semelhante à da autonomia relacional de Russell e Tokatlian, publicada poucos anos depois (2002).

O paradigma da autonomia pela participação desenvolveu-se, de forma paulatina, durantes os governos Sarney (1985-1990), Collor de Mello (1990-1992), Franco (1992-1994) e Cardoso (1995-2003). No final do segundo mandato de Cardoso, o governo reagiu aos obstáculos colocados pelo aumento do unilateralismo estadunidense conduzido pela administração de George W. Bush, levando a ajustes na política externa brasileira. Abriu-se caminho, assim, para a transição entre a autonomia pela participação para a estratégia que Vigevani e Cepaluni (2007) definiram como 'autonomia pela diversificação', que foi aprofundada e priorizada pelos dois primeiros governos de Lula da Silva (2003-2010). A nova versão de autonomia se caracterizava pela

> (...) adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 283).

CC BY NC SA

As diretrizes dos principais formuladores da política externa do governo Lula (o chanceler Celso Amorim, o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães e o assessor internacional do presidente, Marco Aurélio Garcia) visavam promover o multilateralismo e contribuir para um maior equilíbrio internacional; melhorar a posição do país nas negociações políticas e econômicas internacionais por meio do fortalecimento de suas relações bilaterais e multilaterais; incrementar a cooperação econômica, financeira, tecnológica, cultural etc.; e evitar acordos que pudessem comprometer o desenvolvimento nacional. O desdobramento dessas diretrizes em práticas de política externa teve, dentre seus resultados, a criação da UNASUL; a intensificação das relações com Índia, China, Rússia e África do Sul, levando ao estabelecimento dos BRICS; e a campanha em prol da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da conquista de um lugar de membro permanente para o Brasil (Vigevani; Cepaluni, 2007).

A integração e a cooperação regional constituíram um objetivo estratégico do paradigma da autonomia pela diversificação. Para os formuladores da política externa do governo Lula, a priorização das relações com os países vizinhos permitiria o aumento da autonomia do Brasil na esfera internacional, ainda que os esforços em favor da integração e da cooperação com o entorno sul-americano viessem se concretizando como política de Estado desde a aproximação entre os governos Sarney e Alfonsín, em meados da década de 1980.

Apesar desta continuidade, ocorreram, ao longo do tempo, significativas alterações nas ênfases dadas à integração com relação aos objetivos da política externa do país, de forma articulada com as transformações nos contextos geopolíticos regionais e mundiais, que influenciaram, por exemplo, as diferentes concepções de regionalismo que inspiraram, respectivamente, a criação do MERCOSUL, em 1991, e da UNASUL, em 2008.

Em todo caso, destaca-se que, para a política externa brasileira, nem o MERCOSUL nem a UNASUL foram vistos, cada um em seu momento, como limitadores da autonomia de ação nacional. Sob essa perspectiva, a noção de autonomia não foi anulada com a criação do MERCOSUL, permanecendo como eixo da política externa do país sob o paradigma da autonomia pela participação; nem com a UNASUL, quando a integração sul-americana passou a responder à lógica da autonomia pela diversificação. Pode-se afirmar que, para a política externa do Estado brasileiro, a participação em blocos regionais deve contribuir para o fortalecimento da autonomia dos Estados-membros. Esta constatação ajuda a compreender as razões que justificam a permanente preferência do país pelo intergovernamentalismo nas estruturas regionais de que participa, não submetidas às amarras que um modelo supranacional poderia ocasionar (Vigevani; Ramanzini Júnior, 2014).

Assim, em consonância com os critérios propostos por Jaguaribe, a análise das transformações sofridas, no Brasil, pelos projetos teóricos e práticos de autonomia e integração regional relaciona-se às mudanças nas condições de viabilidade nacional e permissibilidade

internacional que se sucederam ao longo da história independente do país. Nesse sentido, o debate permanece: há diferenças nessas condicionalidades mais sutis do que as fraturas entre regime militar e democracia ou Guerra-Fria e globalização, de modo que, no século 21, pode-se observar alterações nessas condições entre os períodos Cardoso e Lula da Silva, entre este e o de Dilma Roussef e, de forma ainda mais aguda, entre estes e os quatro anos do governo conservador de Jair Bolsonaro. Essas transformações constantes das condições de viabilidade e permissibilidade justificam a continuidade dos estudos da autonomia e de suas conexões com a integração, centrais para o debate sobre as possibilidades de inserção internacional de um país com as dimensões e características do Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SENTIDOS DA TEORIA DA AUTONOMIA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO 21

Integração regional e autonomia política são temas constantes na tradição acadêmica e política da América Latina. Estas categorias consolidaram-se não apenas como conceitos teóricos, mas como objetivos presentes na história latino-americana desde o início de sua vida independente, em uma demonstração de compromisso com os problemas locais e contextuais.

Estas ideias não permaneceram estáticas ao longo dos anos, dado o surgimento de novas questões que atualizam seus acervos teórico-conceituais desde seu surgimento durante as lutas independentistas do século 19. A escola da autonomia de Jaguaribe e Puig deu continuidade ao debate iniciado pelo estruturalismo cepalino e pelas teorias da dependência sobre a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia. Embora menos conhecido, o autonomismo constitui uma contribuição singular da América Latina para a análise sobre a inserção internacional dos países periféricos e para o campo de estudos da integração regional.

Cabe questionar se a teoria sul-americana de autonomia de Puig e Jaguaribe, embora elaborada no período da Guerra Fria, se mantém vigente como categoria de análise das formas e possibilidades de inserção dos países latino-americanas no sistema internacional e, especificamente, para explicar os regionalismos desta parte do mundo. Coincidimos, a esse respeito, com o entendimento de Briceño e Simonoff (2017) de que muitas de suas premissas mantêm validez, enquanto certos elementos merecem uma atualização.

No primeiro caso, destaca-se a vigência da caracterização hierárquica atribuída ao sistema internacional já que, se o conflito Leste-Oeste esmaeceu, as assimetrias entre Norte e Sul e a divisão entre centro e periferia permanecem como elementos estruturantes das relações internacionais contemporâneas. Exemplo desta hierarquia é o fato de que os países centrais continuam exercendo controle sobre os organismos internacionais, contrariando as expectativas de Russell e Tokatlian. Além disso, a desigualdade entre o desenvolvimento científico-tec-

nológico, uma preocupação central de Jaguaribe já na década de 1960, se aprofundou ainda mais. Este é um aspecto central desta discussão: o grau de abstração dos conceitos contidos no marco explicativo de Puig e Jaguaribe permite a explicação do sistema internacional em diferentes períodos históricos e contextos geopolíticos (Briceño; Simonoff, 2017).

Uma segunda ordem de problematização acerca da vigência do autonomismo diz respeito à dialética entre subdesenvolvimento, dependência e autonomia como campo de disputa epistemológica. Neste ponto, o debate radica na necessidade de elaborar esquemas analíticos próprios, situados desde a periferia do sistema capitalista, ou do Sul Global, por meio da seleção de variáveis relevantes que permitam identificar as condições estruturais de inserção internacional e integração regional autônomas (Bernal-Meza, 2015).

Os novos desafios impostos por contextos geopolíticos regionais em constante transformação requerem, contudo, uma atualização dos aportes originais da Escola da Autonomia. Neste sentido, Preciado (2018) tem proposto uma ampliação da análise sobre o binômio autonomia/integração regional em direção às atuais teorias críticas das Ciências Sociais latino-americanas. Essas perspectivas críticas compartilham características como o questionamento dos paradigmas dominantes, o pluralismo epistemológico, a crítica aos dualismos e ao pensamento moderno e o compromisso com os setores subalternos. Nesta perspectiva estão inseridos autores e autoras que se dedicam ao desenvolvimento das teorias descoloniais, feministas, étnico-raciais e ambientais, entre outros temas e abordagens.

Sob a perspectiva de Preciado, torna-se necessária uma atualização/complementação do debate autonomista a partir do aprofundamento teórico do papel das camadas populares, e não apenas das elites e dos governos, na construção de uma integração regional autônoma, no sentido de verdadeiramente atinente às necessidades emancipatórias dos países latino-americanos. A definição de autonomia utilizada pelo autor inclui três dimensões: a autonomia estatal (semelhante àquela trabalhada por Jaguaribe e Puig); a autonomia social, que compreende uma concepção ampla de sociedade civil e, ainda, a dimensão da autonomia como categoria de análise da integração regional a partir das Ciências Sociais (Preciado, 2018).

Os movimentos sociais antiglobalização neoliberal ocupam um lugar de destaque neste modelo, a partir da resistência contra a versão hegemônica da integração, essencialmente estadocêntrica e comercialista, que se concretiza por meio do rechaço aos tratados de livre-comércio com as grandes potências. Esses grupos da sociedade civil se posicionam de forma crítica em relação ao sistema político e ao modelo de desenvolvimento vigentes e denunciam seus resultados adversos, dentre os quais: o crescimento dos fluxos e disputas por matérias-primas, energia e água; o surgimento de novas direitas, com novos protagonismos que buscam apropriar-se das mudanças sociais, culturais e políticos na região; e o crescimento de grupos do crime organizado que alcançam poder geopolítico em bairros, cidades e na região

– todos estes elementos relacionados ao debate sobre os sentidos atuais da autonomia na América Latina.

A discussão sobre a vigência da autonomia como referente da inserção latino-americana na atualidade não pode, ainda, ignorar a heterogeneidade da região, especialmente levando-se em conta os diferentes sentidos que o autonomismo terá para os países da região em função, por exemplo, do grau de industrialização de suas economias ou das particularidades advindas de nações cuja população é majoritariamente indígena, o que se reflete nas distintas concepções de autonomia reivindicadas pelos países do Cone Sul e pelos andinos. Este debate está relacionado também ao significado da autonomia para os países pequenos que, conforme Burian e Míguez (2021), implica no reconhecimento das assimetrias entre estes e os sócios maiores dos projetos regionais.

A atual refração dos esforços integracionistas, em comparação com o 'otimismo' que imperou nos primeiros 15 anos do século, injeta um novo estímulo aos estudos da autonomia. Nesse novo contexto, dois outros elementos do autonomismo clássico permanecem particularmente relevantes: em primeiro lugar, o questionamento sobre o papel da integração na estratégia dos países periféricos para aumentar seu grau de autonomia internacional; em segundo, a visão de que os países periféricos não estão condenados à uma situação permanente de dependência e subordinação, podendo emancipar-se por meio da adoção de estratégias políticas autonomizantes. Nesse sentido, acompanhamos a interpretação de Colacrai (2009), segundo a qual a vigência do conceito de autonomia na América do Sul – e, acrescentamos, na América Latina e no Caribe – está, no século 21, inextricavelmente conectada à integração regional. Esta última é entendida não apenas como mecanismo de aumento da interdependência, mas como processo de criação/fortalecimento de identidade nacional e regional, com base em uma autopercepção renovada acerca de ambas:

> Dentro desta linha de renovação, uma de minhas propostas para o debate se relaciona com a ideia de atribuir à autonomia um conteúdo regional que (...) exige uma continuidade e aprofundamento da lealdade e da confiança mútua entre os membros (sócios-parceiros-vizinhos) e a ampliação de mecanismos nesse sentido, incluindo o desenvolvimento de redes acadêmicas e sociais que reduzam uma certa dissonância cognitiva que ainda existe entre os países relativamente às respetivas realidades políticas, econômicas e sociais (Colacrai, 2009, p. 36, tradução nossa).

Trata-se, desde nosso ponto de vista, de avançar na proposição de Russell e Tokatlian sobre a integração como dimensão constitutiva da autonomia sem, contudo, renunciar à validade do modelo geopolítico do sistema internacional elaborado por Jaguaribe e Puig, ou seja, à importância de uma correta caracterização das condições de hierarquia, subordinação e permissibilidade do sistema como pré-condição para a elaboração de políticas autonomizantes

que aumentem a viabilidade nacional. Trata-se, ainda, de resgatar a proposta de integração solidária entre grupos humanos de Puig, que toma como base desses processos os valores e aspirações compartilhados pelas sociedades latino-americanas, com destaque para o anseio permanente de conquistar e consolidar maiores graus de autonomia no sistema internacional, de modo a superar a proeminência dos interesses do grande capital, que têm historicamente conduzido os projetos de integração latino-americanos.

REFERÊNCIAS

ARDITI, Benjamin. El giro a la izquierda en América Latina: ¿una política post-liberal? **Ciências Sociais Unisinos**. Vol. 45, n.3. set/dez 2009.

BERNAL-MEZA, Raúl. La doctrina de la autonomía: realismo y propósitos. Su vigencia. In: BRICEÑO RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro (ed.). **Integración y cooperación regional en América Latina**: una relectura a partir de la teoría de la autonomía. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

BRICEÑO, José. Autonomía: genealogía y desarrollo de un concepto. Su relación con el regionalismo en América Latina. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, vol. 9, n. 18, 2014.

BRICEÑO, José; SIMONOFF, Alejandro. Introducción. Revisando la autonomía en América Latina en un contexto de inserción internacional y regionalismo. In: BRICEÑO RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro (ed.). **Integración y cooperación regional en América Latina**: una relectura a partir de la teoría de la autonomía. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

BRICEÑO, José; SIMONOFF, Alejandro. La Escuela de la Autonomía, América Latina y la teoría de las relaciones internacionales. **Estudios Internacionales**, Santiago, n. 185, 2017.

BURIAN, Camilo L.; MÍGUEZ, María Cecilia. Uruguay como estado pequeño en el Mercosur (1991-2020): una lectura desde la autonomía regional. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 112, 2021.

COLACRAI, Miriam. Los aportes de la Teoría de la Autonomía, genuina contribución sudamericana. In: LECHINI, Gladys; KLAGSBRUNN, Victor; GONÇALVES, Williams (Orgs.). **"Argentina e Brasil. Vencendo os preconceitos"** - As várias arestas de uma concepção estratégica. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

DECIANCIO, Melisa. El regionalismo latinoamericano en la agenda de la teoría de las Relaciones Internacionales. **Iberoamericana**, Berlim, v. XVI, n. 63, 2016.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GRANATO, Leonardo. A autonomia como vetor da ação externa e da integração na América do Sul: postulações teóricas. **OIKOS**. Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, 2014.

JAGUARIBE, Hélio. Dependencia y autonomía en América Latina. In: JAGUARIBE, Hélio. *et al*. **La dependencia político-económica de América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2017 [1969].

JAGUARIBE, Hélio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. ***Estudios Internacionales****, 12*(46), p. 91-130. Santiago, 1979.

JAGUARIBE, Hélio. Brasil-Argentina, a indispensável aliança. In JAGUARIBE, Hélio. **Brasil, mundo e homem na atualidade**: estudos diversos. Brasilia: Funag/MRE, 2008.

JAGUARIBE, Hélio. América Latina y los procesos de integración. **Cuadernos de Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, Mérida, Venezuela, vol. 5, n.9, 2010.

PAIKIN, Damián; PERROTTA, Daniela; PORCELLI, Emanuel. Pensamiento latinoamericano para la integración. **Crítica y Emancipación**. Buenos Aires, ano VIII, n. 15, 2016.

PRECIADO, Jaime. Sentido de la investigación sobre la integración autónoma de la integración de América Latina y el Caribe. Fundamentos teóricos y metodológicos. In: PRECIADO, Jaime (Coord.) **Dimensiones, estrategias y alternativas de la integración autónoma para América Latina y el Caribe**. Desafíos para el caso mexicano (2010-2015) Tomo i Historia, economía y políticas exteriores. Universidad de Guadalajara, 2018.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1980.

PUIG, Juan Carlos. Integración y autonomía en América Latina en las postrimerías siglo XX. **Integración Latinoamericana**. Buenos Aires, 11(109), 1986.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. **Perfiles Latinoamericanos** (21):159-194, 2002.

SARAIVA, José Flávio S. Autonomia na Inserção Internacional do Brasil: Um Caminho Histórico Próprio. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 36, n. 1, p. 9-4, 2014.

SARTI, Ingrid *et al*. (Orgs.). **Os desafios da integração sul-americana:** autonomia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Folio Digital/Fomerco, 2014.

SILVA, Carolina A. **Autonomia, geopolítica crítica e colonialidade:** contribuições do pensamento social latino-americano ao debate teórico sobre regionalismo e integração regional. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SIMONOFF, Alejandro; LORENZINI, María E. Autonomía e Integración en las Teorías del Sur: Desentrañando el Pensamiento de Hélio Jaguaribe y Juan Carlos Puig. **Iberoamericana** – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies, 48(1), pp. 96–106, 2019.

TICKNER, Arlene B. Relaciones de conocimiento centro-periferia: hegemonía, contribuciones locales e hibridización. **Politai**, v. 3, n. 4, p. 163-172, 1 jun. 2012.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, pp. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, pp. 514-552, 2014.

DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17839

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Resenha: repensando a Política Externa Brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações.

SILVA, André Luiz Reis da. Repensando a Política Externa Brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023. v. 1. 463p.

Júlia Rodrigues Amaral
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, MS, Brasil
E-mail: julia_rodriguesamaral@live.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-2218-961X

Recebido em: 22/12/2023
Aceito em: 25/03/2024

Os ensaios contidos na obra "repensando a Política Externa Brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações" buscam inferir na análise de mecanismos teóricos e metodológicos utilizados nas pesquisas de pós-graduação em Política Externa Brasileira (PEB) após os anos 2000. O livro organizado por André Luiz Reis da Silva homenageia o bicentenário da independência do Brasil de Portugal. A pesquisa selecionou teses e dissertações de programas de pós-graduação em História, Ciência Política e Relações Internacionais. Para a análise, adotou-se uma abordagem qualitativa, e como metodologia a revisão de literatura, a construção de indicadores temáticos e cronológicos por meio da análise estatística, a fim de caracterizar inferências no campo de estudo em política externa brasileira.

A análise das obras contidas na parte I do livro "Repensando a Política Externa Brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações" mostrou as teses e dissertações verificadas que tiveram como principal interesse a historiografia do período imperial e republicano. Desde a independência do Brasil em 1822, a pesquisa em Política Externa Brasileira (PEB) pautou o respeito aos limites, fronteiras e possibilidades da autonomia brasileira na participação internacional, desvinculada da imagem de Portugal. A análise das obras presentes na parte II do livro demonstra que a influência da globalização impactou positivamente o avanço da pesquisa científica em Relações Internacionais e política exterior do Brasil desde a década de 1970.

O estudo das Relações Internacionais teve avanço no Brasil a partir dos anos 1970, com foco no início do Século XXI. Surgiu na multiplicidade da fomentação feita por historiadores, cientistas políticos, especialistas do direito internacional e economistas. Diferente dos Estados Unidos e outros países do ocidente, o estudo acadêmico de Relações Internacionais e em política exterior do Brasil não surgiu restrito à Ciência Política. Dentre as questões exploradas destaca-se como objetivo específico a busca pelas temáticas mais atrativas para jovens pesquisadores, revelado pela ênfase na pesquisa acerca do impacto do processo de globalização na inserção brasileira no cenário internacional.

A partir do final da Guerra Fria, passa a haver maior influência de atores políticos na tomada de decisão em processos de regionalização. No plano nacional brasileiro na década de 1990 a produção acadêmica da literatura em globalização e regionalização obteve avanço, principalmente em estudos da política externa e relações bilaterais entre Estados Unidos e Argentina, Paraguai e Uruguai.

No que diz respeito à possibilidade de pesquisas em PEB, no início da década de 2000 existiam dois programas de mestrado em Relações Internacionais no Brasil, na Universidade Nacional de Brasília (UnB) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Todavia, quase duas décadas depois houve um aumento significativo de programas de pós-graduação especializados na área de política externa brasileira. Em 2019, foi identificado o desenvolvimento da pesquisa de pós-graduação em política externa para além das disciplinas de Relações Internacionais e Ciência Política, e por vezes, de forma interdisciplinar.

> Em 2019, havia 59 programas de pós-graduação na Área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, distribuídos em 18 programas de Ciência Política, 17 de Políticas Públicas, 16 de Relações Internacionais e 8 de Defesa/ Estudos Estratégicos. (Silva, 2023, p. 12-13).

O levantamento feito por Silva (2023) mostra que a produção científica em PEB no Brasil voga no redimensionamento e desafios da política externa como política pública, sobretudo pós-redemocratização de 1988. Ademais, os pesquisadores enfrentam a difícil tarefa de conceituar opinião pública e o distanciamento do insulamento da política externa deixadas pelo período imperial, assim como de imputar causalidades.

> A política externa, com efeito, é uma política pública, embora com uma especificidade que a diferencia do resto das políticas públicas: o fato de ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode levar a uma distância considerável entre objetivos e resultado. Por sua condição de política pública, cabe distinguir a política externa da mera "ação externa", um conceito mais amplo que inclui todo tipo de contatos, planificados ou não, de um governo com outro ator fora de suas fronteiras. Por sua vez, entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem, como em qualquer outra política pública, as demandas e conflitos de variados grupos domésticos (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 41).

A abordagem teórica das teses e dissertações em Política Externa Brasileira analisadas possuem natureza eclética e são distribuídas entre as principais correntes teóricas: realismo, marxismo, liberalismo e a análise de política externa, com interpretações menores, mas crescentes, em interpretações pós-estruturalistas, construtivistas e feministas. As abordagens de natureza qualitativa e descritivas tiveram maior ocorrência dentre as obras analisadas, em maior quantidade no método histórico descritivo e no *process tracing*.

Foram observadas o aumento do uso de ferramentas teórico-metodológicas em análise de política externa a partir de 2010, com a prevalência de estudos de caso com abordagem majoritariamente descritiva. No geral, a análise mostra que teses e dissertações em PEB de programas de pós-graduação em Relações Internacionais, Ciência Política e demais programas, contam com análises mais conjunturais. Com exceção de teses e dissertações de PEB em História, que possuem maior recuo no tempo. Em suma, o excerto expõe que: "60% das teses e dissertações coletadas centram sua análise na PEB contemporânea, seguidas por aproximadamente 15% dos trabalhos abordando PEB dos anos 1980 e 1990" (Silva, 2023, p. 28).

Existe uma importante e positiva inovação nas últimas duas décadas de pesquisa nos programas de pós-graduação em PEB. Sobretudo, as fontes primárias das teses e dissertações verificadas competem no uso de documentação contidas em grupos de jornais, documentos oficiais públicos do Ministério das Relações Exteriores, e em menor escala, do Poder

Executivo e entrevistas. As fontes secundárias utilizadas na pesquisa dos pós-graduandos demonstram o uso essencialmente de livros e artigos, que em geral os autores possuem nacionalidade brasileira. Ademais, a produção de livros e artigos científicos possuem sustentabilidade em garantir a contínua expansão da base bibliográfica, e demonstra além dos textos clássicos da literatura científica em política externa, a utilização de uma bibliografia atualizada para o contexto brasileiro.

De acordo com Silva (2023) as questões permissivas levantadas podem indicar novos rumos para a pesquisa na academia, e permitir a possibilidade de repensar a Política Externa Brasileira. Silva (2023) alega que a obra não tem como critério ser conclusiva ou definitiva, mas tem como objetivo contribuir para a superação do desafio estratégico da produção acadêmica em política externa brasileira. Pois, a produção de livros e artigos científicos, sustenta a expansão contínua da base bibliográfica, demonstrando uma importante inovação nas últimas duas décadas nas pesquisas em política externa brasileira. Entretanto, o uso de métodos quantitativos e a pesquisa comparada teve pouca ocorrência em trabalhos de PEB. Há a predominância de estudos de caso com abordagem descritiva e uma escassez de trabalhos que utilizam métodos quantitativos e de comparação.

Portanto, os principais desafios para o avanço da pesquisa da Política Externa Brasileira permeiam o investimento da abordagem de pesquisa comparada e no exame e levantamento de fontes primárias inovadoras que se adequem ao contexto nacional e regional. Ademais, é interessante refletir na melhoria do desenho metodológico das pesquisas e no reforço de contribuições teóricas inovadoras, vindas do Sul Global e que sejam mais ajustáveis e acuradas para a realidade local. Sobretudo, o trabalho do pesquisador é constantemente fundamentar a pesquisa com e diversificação das fontes primárias e secundárias escolhidas, assim como exercer o distanciamento teórico, tornando prioritário a realidade do tempo presente das análises.

REFERÊNCIAS

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L.. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: Trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 1, p. 40–59, 2013.

SILVA, A.. Repensando a política externa brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023. v. 1. 463p.